



**MANUEL FERREIRA
DE CARVALHO**

**A GOVERNAÇÃO LOCAL NO ALGARVE NO
CONTEXTO DE FINANCIAMENTO E
RESPONSABILIDADES**



**MANUEL FERREIRA
DE CARVALHO**

**A GOVERNAÇÃO LOCAL NO ALGARVE NO
CONTEXTO DE FINANCIAMENTO E
RESPONSABILIDADES**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Luís Rocha Pinto, Professora associada da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Professor Doutor **José Manuel Lopes da Silva Moreira**, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro.

Professor Doutor **João Manuel Ricardo Catarino**, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Professora Doutora **Maria Luís Rocha Pinto**, Professora Associada da Universidade de Aveiro.

(Orientadora)

agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente à minha esposa, por todo o apoio que me tem dado, e por ter assegurado as minhas funções de pai, junto da nossa querida Mariana.

À Sra. Professora, Doutora Maria Luís Rocha Pinto, bem como ao secretariado do curso, agradeço o apoio e disponibilidade que sempre têm demonstrado.

A todos os demais que comigo colaboraram na prossecução deste objectivo, o meu muito obrigado.

palavras-chave

Gestão pública, gestão pública municipal, governação local, autarquias locais, descentralização, finanças públicas, finanças locais, Algarve, competências, responsabilidades, autonomia, organização, escolha pública.

resumo

No presente trabalho propõe-se enquadrar, no contexto regional e nacional, a situação da Administração Local nos últimos anos e as perspectivas futuras, tendo em conta os diversos factores que para tal têm contribuído, designadamente: as diversas alterações legislativas ao nível das transferências de competências da Administração Central para a Local, o regime legal de financiamento das Autarquias Locais ou da alteração no enquadramento do Algarve para efeitos da aplicação dos fundos provenientes da União Europeia.

Este trabalho está organizado em duas partes, estando a Parte I reservada ao enquadramento teórico, enquanto a Parte II contempla a aplicação prática, na qual se analisará a evolução da execução orçamental entre 2003 e 2007 para cada um dos Municípios do Algarve e para o seu conjunto, sendo analisado um conjunto de indicadores reveladores da situação orçamental, económica ou patrimonial.

No final do trabalho é ainda apresentado um conjunto de anexos, onde é apresentado o método utilizado para as referências e citações bibliográficas, um glossário de termos e conceitos relacionados com a temática em estudo e ainda um conjunto de informação que suporta o estudo apresentado na Parte II.

keywords

Public administration, municipal public administration, local governance, local public authorities, decentralization, public finances, local finances, Algarve, competences, responsibilities, autonomy, organization, public choice.

abstract

The present work (essay) proposes to relate in the regional and national context, the situation of the Local Administration in the last years and the future perspectives, having in account diverse factors, that for such has contributed, namely the diverse legislative alterations to the level of the transferences of competences of the Central Administration for the Local one, of the legal regimen of financing the Local Public Authorities or the alteration in the priority justification of the Algarve region for effects of application of financial support from the European Union

This work is organized in two parts, being Part I reserved to the theoretical justification, while Part II contemplates the practical application, in which will be analyzed the evolution of the budgetary execution between 2003 and 2007 for each one of the Algarve municipalities and for his assembly, being analyzed a set of revealing indicators of the budget, economic or patrimonial situation.

At the end of the work is also presented a series of annexes, which set out the method used for referencing and citations, a glossary of terms and concepts related to the subject under investigation and a set of information that supports the study presented in Part II.

ÍNDICE GERAL

Índice de Figuras	11
Siglas e Abreviaturas	29
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	33
I Considerações iniciais	37
I.I Justificação Temática	37
I.II Objectivos.....	38
I.III Metodologia da Investigação.....	39
II Introdução	40
III Contextualização do problema.....	42
III.I Resenha Histórica	42
III.I.I <i>O Municipalismo no Algarve</i>	54
III.II A Divisão do Território para Fins Administrativos e Para Fins Estatísticos	56
IV A Escolha Pública – O Ponto de Partida para a Gestão Pública	58
IV.I Aplicações da Teoria da Escolha Pública.....	76
IV.II Condicionantes/Determinantes para a Governação Local	77
V A Gestão das Necessidades Colectivas e a Partilha e Gestão dos Recursos Públicos – As Autarquias Locais em Portugal e as suas Competências, Responsabilidades, Finanças, Autonomia, Organização e Funcionamento	81
V.I Os Princípios Fundamentais de Organização e Funcionamento do Estado.....	83
V.II A Justa Repartição dos Recursos Públicos e a Capacidade de Governo nas Autarquias Locais – A Evolução dos Critérios de Distribuição das Transferências do OE	85
V.III A Gestão Financeira e Orçamental do Estado e a Contabilidade Pública Actual – O POCAL ...	98
V.IV O Orçamento de Estado Português e a Política Orçamental	104
V.V As Fontes de Receita dos Municípios Portugueses	105
V.VI O Endividamento dos Municípios Portugueses	113
V.VII A Estrutura do QREN e a Receita Municipal Proveniente dos Fundos Comunitários – O passado, o presente e o futuro	116
V.VIII A Despesa nos Municípios Portugueses	125
V.IX A Evolução Recente da Receita e da Despesa nos Municípios Portugueses	129
V.X A Independência Financeira dos Municípios Portugueses e a Descentralização.....	131
V.XI Descentralização ou Centralização – Diferentes Correntes de Opinião	136

V.XI.I	<i>A Descentralização Enquanto Modelo de Distribuição das Atribuições e Competências Entre o Estado e as Autarquias Locais – A justa repartição dos recursos públicos, a autonomia e o equilíbrio financeiro</i>	140
V.XI.II	<i>A Descentralização – Uma questão de eficiência e o efeito flypaper nas transferências para os municípios portugueses.....</i>	151
V.XI.III	<i>Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais – A descentralização e a potencial perda de coesão territorial.....</i>	160
V.XI.IV	<i>Descentralização de Competências e a Autonomia Financeira dos Municípios – Uma Relação de Equilíbrio e Alguns Limites à Descentralização</i>	162
V.XII	<i>A Nova Gestão Pública – A aplicação à Administração Local</i>	166
V.XII.I	<i>O Sector Empresarial na Administração Local – Uma nova realidade na gestão local.....</i>	170
VI	As Finanças Locais em Portugal e na União Europeia – Que Realidade?	176
VII	Novos Desafios para os Municípios e para a Governação Local em Portugal	181
PARTE II – APLICAÇÃO PRÁTICA.....		187
VIII	Enquadramento Geográfico e Socioeconómico do Algarve.....	189
IX	As Finanças Locais no Algarve.....	209
IX.I	As Contas Municipais	210
IX.I.I	O Município de ALBUFEIRA.....	214
IX.I.II	O Município de ALCOUTIM.....	223
IX.I.III	O Município de ALJEZUR	231
IX.I.IV	O Município de CASTRO MARIM.....	240
IX.I.V	O Município de FARO	249
IX.I.VI	O Município de LAGOA.....	258
IX.I.VII	O Município de LAGOS.....	267
IX.I.VIII	O Município de LOULÉ.....	276
IX.I.IX	O Município de MONCHIQUE	285
IX.I.X	O Município de OLHÃO.....	294
IX.I.XI	O Município de PORTIMÃO	303
IX.I.XII	O Município de SÃO BRÁS DE ALPORTEL	312
IX.I.XIII	O Município de SILVES.....	321
IX.I.XIV	O Município de TAVIRA	331
IX.I.XV	O Município de VILA DO BISPO.....	341
IX.I.XVI	O Município de VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	351
IX.II	As Contas do Conjunto dos Municípios do Algarve - Alguns Indicadores Globais	361
IX.III	Factores Para Análise Comparativa	366

IX.III.I	<i>A Independência Financeira Municipal</i>	366
IX.III.II	<i>O Endividamento Municipal</i>	370
IX.III.III	<i>O Endividamento de Médio e Longo Prazo, as Receitas Provenientes das Transferências de Fundos Comunitários e as Despesas de Capital – Que Relação?</i>	376
IX.III.IV	<i>Os Indicadores de Desempenho nos Municípios do Algarve – Análise Comparativa</i>	384
X	Síntese Analítica	390
XI	Conclusões e Considerações finais	402
	Bibliografia	412
	ANEXOS	423
	Referenciações Bibliográficas	1
	Glossário de Termos e Conceitos	3
	Dados Relativos à Execução Orçamental e à Situação Patrimonial dos Municípios	17
1.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Albufeira	17
2.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Alcoutim	22
3.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Aljezur	27
4.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Castro Marim	32
5.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Faro	37
6.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Lagoa	42
7.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Lagos	47
8.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Loulé	51
9.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Monchique	57
10.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Olhão	62
11.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Portimão	67
12.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de S. Brás de Alportel	72
13.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Silves	77

14.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Tavira	82
15.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Vila do Bispo	87
16.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Vila Real de Santo António	92
17.	Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial Global de Todos os Municípios do Algarve - Indicadores Globais	97

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA N.º 1 – MATRIZ DE SIGLAS E ABREVIATURAS	29
FIGURA N.º 2 – AS PROVÍNCIAS DO ESTADO NOVO	51
FIGURA N.º 3 – MAPA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO NACIONAL PELOS 308 CONCELHOS E RESPECTIVOS DISTRITOS	53
FIGURA N.º 4 – FOTOGRAFIAS DOS PAINEIS DE AZULEJOS ILUSTRATIVOS DA OUTORGAÇÃO DO FORAL DE FARO	56
FIGURA N.º 5 – A DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DE PORTUGAL CONTINENTAL POR NUTS	57
FIGURA N.º 6 – A DIVISÃO ADMINISTRATIVA VERSUS DIVISÃO ESTATÍSTICA DO TERRITÓRIO DE PORTUGAL CONTINENTAL.....	58
FIGURA N.º 7 – EVOLUÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE	92
FIGURA N.º 8 – ENQUADRAMENTO LEGAL DA GESTÃO FINANCEIRA E DA CONTABILIDADE PÚBLICA DO ESTADO	99
FIGURA N.º 9 – RECEITAS DOS MUNICÍPIOS E DAS FREGUESIAS.....	109
FIGURA N.º 10 – CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DAS RECEITAS	110
FIGURA N.º 11 – GRAU DE DISCRICIONARIDADE DAS RECEITAS	111
FIGURA N.º 12 – RELAÇÃO ENTRE O TIPO DE FINANCIAMENTO E O MODO DE COLECTA DAS RECEITAS...	112
FIGURA N.º 13 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL NACIONAL A MÉDIO/LONGO PRAZO ENTRE 1991 E 2007	114
FIGURA N.º 14 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL NO ALGARVE A MÉDIO/LONGO PRAZO ENTRE 1991 E 2007	115
FIGURA N.º 15 – VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL A MÉDIO/LONGO PRAZO (VALOR ACUMULADO) ENTRE 2003 E 2007	115
FIGURA N.º 16 – A ELEGIBILIDADE DAS REGIÕES PORTUGUEAS NUT'S II AOS OBJECTIVOS DA POLÍTICA DE COESÃO 2007-2013	118
FIGURA N.º 17 – INTERVENIENTES NA GESTÃO DO QREN, NO QUADRO DO SEU MODELO DE GOVERNAÇÃO (NÍVEL TÉCNICO)	119
FIGURA N.º 18 – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO QREN	120
FIGURA N.º 19 – BALANÇO DO PROCESSO DE SELECÇÃO POR P.O. ATÉ AO FINAL DE 2008	121
FIGURA N.º 20 – TAXAS DE COMPROMISSO POR P.O. ATÉ AO FINAL DE 2008	122
FIGURA N.º 21 – TAXAS DE CO-FINANCIAMENTO NA PROGRAMAÇÃO E REGISTADAS NAS APROVAÇÕES POR FUNDO E P.O. ATÉ AO FINAL DE 2008	122
FIGURA N.º 22 – TAXAS DE CO-FINANCIAMENTO NA PROGRAMAÇÃO E REGISTADAS NAS APROVAÇÕES POR FUNDO E P.O. ATÉ AO FINAL DE 2008	124

FIGURA N.º 23 – CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DAS DESPESAS	127
FIGURA N.º 24 – EVOLUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA MUNICIPAL NACIONAL.....	130
FIGURA N.º 25 – EVOLUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA MUNICIPAL NO ALGARVE.....	131
FIGURA N.º 26 – EVOLUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS DOS MUNICÍPIOS	141
FIGURA N.º 27 – ENQUADRAMENTO LEGAL DO QUADRO DE COMPETÊNCIAS E DO REGIME JURÍDICO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	144
FIGURA N.º 28 – VANTAGENS E LIMITAÇÕES DA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	162
FIGURA N.º 29 – CLASSIFICAÇÃO DO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL	175
FIGURA N.º 30 – O ALGARVE E OS MUNICÍPIOS.....	190
FIGURA N.º 31 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS REGIONAIS POR MUNICÍPIO DO ALGARVE ENTRE 2001 E 2007	190
FIGURA N.º 32 – DISTRIBUIÇÃO DAS FREGUESIAS POR MUNICÍPIO DO ALGARVE	191
FIGURA N.º 33 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL POR MUNICÍPIO DO ALGARVE	192
FIGURA N.º 34 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO DO ALGARVE ENTRE 2001 E 2007	192
FIGURA N.º 35 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1940 E 2006 POR MUNICÍPIO DO ALGARVE.....	193
FIGURA N.º 36 – RELAÇÃO ENTRE A DIMENSÃO TERRITORIAL E A POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2007 POR MUNICÍPIO DO ALGARVE.....	194
FIGURA N.º 37 – DISTRIBUIÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL EM 2007 POR MUNICÍPIO DO ALGARVE..	195
FIGURA N.º 38 – EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL POR MUNICÍPIO DO ALGARVE ENTRE 2001 E 2007	196
FIGURA N.º 39 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA NO ALGARVE.....	197
FIGURA N.º 40 – DISTRIBUIÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO RESIDENTE E A DENSIDADE POPULACIONAL POR MUNICÍPIO DO ALGARVE.....	197
FIGURA N.º 41 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR MUNICÍPIO DO ALGARVE EM 2007	198
FIGURA N.º 42 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO EFECTIVO DA POPULAÇÃO POR NUT II ENTRE 2000 E 2006	199
FIGURA N.º 43 – EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS, NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO E NÚMERO DE EMPRESAS SEDIADAS NA REGIÃO ENTRE 2001 E 2004.....	199
FIGURA N.º 44 – EVOLUÇÃO DO PIB PER CÁPITA EM PORTUGAL E NO ALGARVE ENTRE 1995 E 2004	200
FIGURA N.º 45 – EVOLUÇÃO DISPARIDADE DO PIB PER CÁPITA NAS REGIÕES PORTUGUESAS FACE À MÉDIA EUROPEIA ENTRE 1995 E 2004	201
FIGURA N.º 46 – EVOLUÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL POR SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA, NA REGIÃO DO ALGARVE ENTRE 2000 E 2004	201

FIGURA N.º 47 – EVOLUÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL NA REGIÃO DO ALGARVE. TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL ENTRE 2000 E 2004	202
FIGURA N.º 48 – PERCENTAGEM DE EMPRESAS SEDEADAS NO ALGARVE, POR TIPO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (CAE REV 2.1), EM 2004	202
FIGURA N.º 49 – NÚMERO E VOLUME DE NEGÓCIOS DAS SOCIEDADES SEDEADAS NO ALGARVE, POR MUNICÍPIO E POR ACTIVIDADE ECONÓMICA (CAE REV 2.1), EM 2004	203
FIGURA N.º 50 – EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF) NACIONAL E REGIONAL ENTRE 1995 E 2004	204
FIGURA N.º 51 – REPARTIÇÃO DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF) POR RAMO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA EM 2004	205
FIGURA N.º 52 – REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR SECTOR NO PROALGARVE, ATÉ 31 DE JULHO DE 2007	206
FIGURA N.º 53 – REPARTIÇÃO POR MUNICÍPIO DO N.º DE PROJECTOS E DO INVESTIMENTO TOTAL APROVADO NO PROALGARVE, ATÉ 30 DE JUNHO DE 2007	207
FIGURA N.º 54 – REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL APROVADO NO PROALGARVE, ATÉ 30 DE JUNHO DE 2007, POR MUNICÍPIO E POR TIPO DE MEDIDAS ASSOCIADAS	208
FIGURA N.º 55 – ENQUADRAMENTO DOS MUNICÍPIOS ALGARVIOS POR DIMENSÃO (N.º DE HABITANTES)	210
FIGURA N.º 56 – MATRIZ DE INDICADORES SELECIONADOS	212
FIGURA N.º 57 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007	214
FIGURA N.º 58 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007	214
FIGURA N.º 59 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007	215
FIGURA N.º 60 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007	215
FIGURA N.º 61 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007	216
FIGURA N.º 62 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007	216
FIGURA N.º 63 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007	217
FIGURA N.º 64 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007	217
FIGURA N.º 65 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE ALBUEIRA, POR INDICADOR	218
FIGURA N.º 66 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	218

FIGURA N.º 67 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007	223
FIGURA N.º 68 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007	223
FIGURA N.º 69 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007	224
FIGURA N.º 70 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007	224
FIGURA N.º 71 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007	225
FIGURA N.º 72 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007	225
FIGURA N.º 73 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007	226
FIGURA N.º 74 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007	226
FIGURA N.º 75 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE ALCOUTIM , POR INDICADOR	227
FIGURA N.º 76 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	227
FIGURA N.º 77 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007	231
FIGURA N.º 78 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007	231
FIGURA N.º 79 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007	232
FIGURA N.º 80 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007	232
FIGURA N.º 81 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007	233
FIGURA N.º 82 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007	233
FIGURA N.º 83 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007	234
FIGURA N.º 84 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007	234
FIGURA N.º 85 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE ALJEZUR, POR INDICADOR	235

FIGURA N.º 86 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR.....	235
FIGURA N.º 87 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007	240
FIGURA N.º 88 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007	240
FIGURA N.º 89 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007	241
FIGURA N.º 90 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007	241
FIGURA N.º 91 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007	242
FIGURA N.º 92 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007	242
FIGURA N.º 93 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007	243
FIGURA N.º 94 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007	243
FIGURA N.º 95 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE CASTRO MARIM, POR INDICADOR	244
FIGURA N.º 96 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	244
FIGURA N.º 97 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007	249
FIGURA N.º 98 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007	249
FIGURA N.º 99 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007	250
FIGURA N.º 100 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007	250
FIGURA N.º 101 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007	251
FIGURA N.º 102 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007	251
FIGURA N.º 103 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007	252
FIGURA N.º 104 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007	252

FIGURA N.º 105 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE FARO, POR INDICADOR	253
FIGURA N.º 106 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE FARO.....	253
FIGURA N.º 107 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007.....	258
FIGURA N.º 108 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007.....	258
FIGURA N.º 109 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007	259
FIGURA N.º 110 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007	259
FIGURA N.º 111 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007	260
FIGURA N.º 112 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007	260
FIGURA N.º 113 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007	261
FIGURA N.º 114 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007.....	261
FIGURA N.º 115 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE LAGOA, POR INDICADOR	262
FIGURA N.º 116 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA	262
FIGURA N.º 117 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007.....	267
FIGURA N.º 118 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007.....	267
FIGURA N.º 119 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007	268
FIGURA N.º 120 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007	268
FIGURA N.º 121 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007.....	269
FIGURA N.º 122 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007	269
FIGURA N.º 123 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007	270

FIGURA N.º 124 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007	270
FIGURA N.º 125 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE LAGOS, POR INDICADOR	271
FIGURA N.º 126 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS	271
FIGURA N.º 127 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007	276
FIGURA N.º 128 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007	276
FIGURA N.º 129 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007	277
FIGURA N.º 130 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007	277
FIGURA N.º 131 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007	278
FIGURA N.º 132 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007	278
FIGURA N.º 133 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007	279
FIGURA N.º 134 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007	279
FIGURA N.º 135 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE LOULÉ, POR INDICADOR	280
FIGURA N.º 136 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE LOULÉ	280
FIGURA N.º 137 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007	285
FIGURA N.º 138 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007	285
FIGURA N.º 139 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007	286
FIGURA N.º 140 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007	286
FIGURA N.º 141 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007	287
FIGURA N.º 142 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007	287

FIGURA N.º 143 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007	288
FIGURA N.º 144 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007	288
FIGURA N.º 145 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE MONCHIQUE, POR INDICADOR	289
FIGURA N.º 146 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	289
FIGURA N.º 147 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007	294
FIGURA N.º 148 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007	294
FIGURA N.º 149 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007	295
FIGURA N.º 150 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007	295
FIGURA N.º 151 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007	296
FIGURA N.º 152 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007	296
FIGURA N.º 153 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007	297
FIGURA N.º 154 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007	297
FIGURA N.º 155 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE OLHÃO, POR INDICADOR	298
FIGURA N.º 156 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE OLHÃO	298
FIGURA N.º 157 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007	303
FIGURA N.º 158 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007	303
FIGURA N.º 159 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007	304
FIGURA N.º 160 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007	304
FIGURA N.º 161 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007	305

FIGURA N.º 162 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007	305
FIGURA N.º 163 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007	306
FIGURA N.º 164 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007	306
FIGURA N.º 165 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE PORTIMÃO, POR INDICADOR	307
FIGURA N.º 166 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	307
FIGURA N.º 167 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007	312
FIGURA N.º 168 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007	312
FIGURA N.º 169 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007	313
FIGURA N.º 170 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007	313
FIGURA N.º 171 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007	314
FIGURA N.º 172 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007	314
FIGURA N.º 173 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007	315
FIGURA N.º 174 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007	315
FIGURA N.º 175 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL, POR INDICADOR.....	316
FIGURA N.º 176 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL	316
FIGURA N.º 177 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007	321
FIGURA N.º 178 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007.....	321
FIGURA N.º 179 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007.....	322

FIGURA N.º 180 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007	322
FIGURA N.º 181 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007	323
FIGURA N.º 182 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007	323
FIGURA N.º 183 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007	324
FIGURA N.º 184 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007	324
FIGURA N.º 185 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE SILVES, POR INDICADOR	325
FIGURA N.º 186 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE SILVES	325
FIGURA N.º 187 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007	331
FIGURA N.º 188 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007	331
FIGURA N.º 189 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007	332
FIGURA N.º 190 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007	332
FIGURA N.º 191 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007	333
FIGURA N.º 192 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007	333
FIGURA N.º 193 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007	334
FIGURA N.º 194 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007	334
FIGURA N.º 195 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE TAVIRA, POR INDICADOR	335
FIGURA N.º 196 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE TAVIRA	335
FIGURA N.º 197 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007	341
FIGURA N.º 198 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007	341

FIGURA N.º 199 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007	342
FIGURA N.º 200 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007	342
FIGURA N.º 201 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007	343
FIGURA N.º 202 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007	343
FIGURA N.º 203 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007	344
FIGURA N.º 204 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007	344
FIGURA N.º 205 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE VILA DO BISPO, POR INDICADOR	345
FIGURA N.º 206 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	345
FIGURA N.º 207 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007	351
FIGURA N.º 208 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007	351
FIGURA N.º 209 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007	352
FIGURA N.º 210 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007	352
FIGURA N.º 211 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007	353
FIGURA N.º 212 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007	353
FIGURA N.º 213 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007	354
FIGURA N.º 214 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007	354
FIGURA N.º 215 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE VILA REAL STº ANTÓNIO, POR INDICADOR	355
FIGURA N.º 216 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE STº ANTÓNIO	355

FIGURA N.º 217 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	361
FIGURA N.º 218 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	361
FIGURA N.º 219 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA OS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	362
FIGURA N.º 220 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	362
FIGURA N.º 221 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	363
FIGURA N.º 222 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	363
FIGURA N.º 223 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	364
FIGURA N.º 224 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	364
FIGURA N.º 225 – EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DA RECEITA DE CAPITAL DE TODOS OS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	365
FIGURA N.º 226 – EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DA RECEITA CORRENTE DE TODOS OS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	365
FIGURA N.º 227 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL DE TODOS OS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 2007	366
FIGURA N.º 228 – EVOLUÇÃO DA INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 2007	367
FIGURA N.º 229 – EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO NO TOTAL DA RECEITA DE CADA MUNICÍPIO DO ALGARVE ENTRE 2003 2007	369
FIGURA N.º 230 – DISTRIBUIÇÃO DA VARIAÇÃO ANUAL DAS RECEITAS DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO POR MUNICÍPIO (ANO BASE: 2003).....	370
FIGURA N.º 231 – EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL TOTAL NO ALGARVE ENTRE 1991 E 2007	371
FIGURA N.º 232 – EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL ACUMULADO DE CADA MUNICÍPIO DO ALGARVE ENTRE 1991 E 2007	372
FIGURA N.º 233 – PESO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL ACUMULADO DE M/L PRAZO	373
FIGURA N.º 234 – PESO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL ACUMULADO DE M/L PRAZO EM 2007	373
FIGURA N.º 235 – LIMITE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO POR MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2008	374
FIGURA N.º 236 – DISTRIBUIÇÃO DA CAPACIDADE LEGAL E ECONÓMICA DE ENDIVIDAMENTO DE CADA MUNICÍPIO DO ALGARVE PARA 2008	375

FIGURA N.º 237 – PESO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE E DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL A M/L PRAZO DO ALGARVE NO TOTAL NACIONAL	377
FIGURA N.º 238 – PESO DAS TRANSFERÊNCIAS DE FUNDOS DA UE (MUNICÍPIO/TOTAL ALGARVE) ENTRE 2003 E 2007	377
FIGURA N.º 239 – PESO DAS TRANSFERÊNCIAS DE FUNDOS DA UE NA RECEITA TOTAL POR MUNICÍPIO	379
FIGURA N.º 240 – DADOS UTILIZADOS NA CORRELAÇÃO: ENDIVIDAMENTO/ TRANSFERÊNCIAS DA UE PARA O CONJUNTO DOS MUICÍPIOS DO ALGARVE.....	380
FIGURA N.º 241 – RELAÇÃO ENTRE A EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL TOTAL NO ALGARVE DE M/L PRAZO ENTRE 2003 E 2007 E A RECEITA PROVENIENTE DE FUNDOS DA UE PARA O MESMO PERÍODO	380
FIGURA N.º 242 – DADOS UTILIZADOS NA CORRELAÇÃO: DESPESA DE CAPITAL/ TRANSFERÊNCIAS DA UE PARA O CONJUNTO DOS MUICÍPIOS DO ALGARVE.....	381
FIGURA N.º 243 – RELAÇÃO ENTRE O TOTAL DA DESPESA DE CAPITAL DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE E A RECEITA PROVENIENTE DAS TRANSFERÊNCIAS DE FUNDOS DA UE ENTRE 2003 E 2007	381
FIGURA N.º 244 – COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO: ENDIVIDAMENTO / TRANSFERÊNCIAS UE E DESPESA DE CAPITAL / TRANSFERÊNCIAS DA UE PARA CADA MUNICÍPIO DO ALGARVE.....	383
FIGURA N.º 245 – MELHOR ANO NA PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO MUNICIPAL, POR INDICADOR, NO PERÍODO 2003 - 2007	384
FIGURA N.º 246 – PIOR ANO NA PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO MUNICIPAL, POR INDICADOR, NO PERÍODO 2003 - 2007	385
FIGURA N.º 247 – MATRIZ DE PONTUAÇÃO DO DESEMPENHO DE 2003	387
FIGURA N.º 248 – MATRIZ DE PONTUAÇÃO DO DESEMPENHO MÉDIO ENTRE 2003 E 2007	387
FIGURA N.º 249 – MATRIZ DE PONTUAÇÃO DO DESEMPENHO DE 2007	388
FIGURA N.º 250 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PONTUAÇÃO DO DESEMPENHO DOS MUNICIPIOS NOS ANOS 2003, 2003 A 2007 E 2007	389
FIGURA N.º 251 – MATRIZ DE TERMOS E CONCEITOS.....	3
FIGURA N.º 252 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007	17
FIGURA N.º 253 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007	18
FIGURA N.º 254 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007	19
GURA N.º 255 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007 (CONT).....	20
FIGURA N.º 256 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007	21

FIGURA N.º 257 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007	22
FIGURA N.º 258 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007	23
FIGURA N.º 259 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007	24
FIGURA N.º 260 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007 (CONT).....	25
FIGURA N.º 261 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007	26
FIGURA N.º 262 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007	27
FIGURA N.º 263 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007	28
FIGURA N.º 264 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007	29
FIGURA N.º 265 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007 (CONT).....	30
FIGURA N.º 266 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007	31
FIGURA N.º 267 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007	32
FIGURA N.º 268 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007	33
FIGURA N.º 269 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007	34
FIGURA N.º 270 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007 (CONT)	35
FIGURA N.º 271 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007	36
FIGURA N.º 272 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007	37
FIGURA N.º 273 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007	38
FIGURA N.º 274 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007	39
FIGURA N.º 275 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007 (CONT)	40

FIGURA N.º 276 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007	41
FIGURA N.º 277 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007	42
FIGURA N.º 278 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007	43
FIGURA N.º 279 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007	44
FIGURA N.º 280 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007 (CONT)	45
FIGURA N.º 281 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007	46
FIGURA N.º 282 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007	47
FIGURA N.º 283 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007	48
FIGURA N.º 284 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007	49
FIGURA N.º 285 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007 (CONT)	50
FIGURA N.º 286 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007	51
FIGURA N.º 287 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007	52
FIGURA N.º 288 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007	53
FIGURA N.º 289 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007	54
FIGURA N.º 290 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007 (CONT)	55
FIGURA N.º 291 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007	56
FIGURA N.º 292 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007	57
FIGURA N.º 293 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007	58
FIGURA N.º 294 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007	59

FIGURA N.º 295 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007 (CONT).....	60
FIGURA N.º 296 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007	61
FIGURA N.º 297 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007	62
FIGURA N.º 298 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007	63
FIGURA N.º 299 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007	64
FIGURA N.º 300 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007 (CONT.).....	65
FIGURA N.º 291 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007	66
FIGURA N.º 292 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007	67
FIGURA N.º 293 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007	68
FIGURA N.º 294 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007	69
FIGURA N.º 301 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007 (CONT).....	70
FIGURA N.º 302 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007	71
FIGURA N.º 303 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007	72
FIGURA N.º 304 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007	73
FIGURA N.º 305 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007	74
FIGURA N.º 298 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007 (CONT)	75
FIGURA N.º 299 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007	76
FIGURA N.º 306 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007	77
FIGURA N.º 307 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007	78

FIGURA N.º 308 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007	79
FIGURA N.º 309 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007(CONT)	80
FIGURA N.º 310 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007	81
FIGURA N.º 311 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007	82
FIGURA N.º 312 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007	83
FIGURA N.º 313 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007	84
FIGURA N.º 314 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007 (CONT)	85
FIGURA N.º 315 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007	86
FIGURA N.º 316 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007	87
FIGURA N.º 317 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007	88
FIGURA N.º 318 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007	89
FIGURA N.º 319 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007 (CONT).....	90
FIGURA N.º 320 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007	91
FIGURA N.º 321 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007	92
FIGURA N.º 322 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007	93
FIGURA N.º 323 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007	94
FIGURA N.º 324 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007 (CONT).....	95
FIGURA N.º 325 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007	96
FIGURA N.º 326 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	97

FIGURA N.º 327 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	98
FIGURA N.º 328 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	99
FIGURA N.º 329 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007(CONT)	100
FIGURA N.º 330 – MATRIZ DE DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE PARA O ANO DE 2003	101
FIGURA N.º 331 – MATRIZ DE DESEMPENHO MÉDIO DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007	102
FIGURA N.º 332 – MATRIZ DE DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE PARA O ANO 2007	103

SIGLAS E ABREVIATURAS

FIGURA N.º 1 – MATRIZ DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Sigla/Abreviatura	Descrição/Significado
APA	American Psychological Association
CDO	Compensação da Desigualdade de Oportunidades
CF	Compensação Fiscal
CIBE	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
CMN	Capitação Média Nacional
CNCAP	Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública
CPA	Código do Procedimento Administrativo
CRP	Constituição da República Portuguesa
DGAL	Direcção-Geral das Autarquias Locais
FCM	Fundo de Coesão Municipal
FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
FFF	Fundo de Financiamento das Freguesias
FGM	Fundo Geral Municipal
FSM	Fundo Social Municipal
IC	Índice de Carências
IDO	Índice da Desigualdade de Oportunidades

Sigla/Abreviatura	Descrição/Significado
IMV	Imposto Municipal sobre Veículos
IMT	Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISV	Imposto Sobre Veículos
IUC	Imposto Único de Circulação
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LFL	Lei das Finanças Locais
NLFL	Nova Lei das Finanças Locais
NUT	Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins estatísticos
OE	Orçamento de Estado, anteriormente designado Orçamento Geral do Estado
OLS	Método de estimação que assume que todas as variáveis explicativas são exógenas, incluindo as transferências (do inglês Ordinary Least Squares OLS)
PO	Programa Operacional
POC	Plano Oficial de Contabilidade
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
PROALGARVE	Programa Operacional da Região do Algarve (designação atribuída durante a vigência do 3º Quadro Comunitário de Apoio – QCA III)

Sigla/Abreviatura	Descrição/Significado
QCA III	Terceiro Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional (Quadro Comunitário de Apoio para o período 2007-2013)
TSLs	Método de estimação utilizado para analisar a endogeneidade ou exogeneidade das variáveis (do inglês Two-stage Least Squares TSLs).

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

*As coisas, por si sós, não são interessantes,
mas tornam-se interessantes apenas se nos interessamos por elas!*

S. Ceccato

I CONSIDERAÇÕES INICIAIS

I.1 Justificação Temática

Tendo em conta que o presente trabalho diz respeito ao desenvolvimento da tese do Mestrado em Administração e Gestão Pública, o mestrando escolheu este tema não só pelo facto de sentir um gosto particular pela temática da Administração Local e Regional, mas também pelo facto de ser este um tema que cada vez mais interessa e é discutido, quer no âmbito académico quer fora dele, não apenas no contexto nacional, mas antes um pouco por todo o planeta.

Assim o presente trabalho intitula-se “**A Governação Local no Algarve no Actual Contexto de Financiamento e Responsabilidades**” e procurará enquadrar no contexto nacional e regional a situação da Administração Local nos últimos anos e as perspectivas futuras, tendo em conta os diversos factores que para tal têm contribuído, tais como, alterações legislativas, designadamente ao nível das transferências de competências da Administração Central para a Local, ou a alteração no enquadramento do Algarve para efeitos da aplicação dos fundos provenientes da União Europeia.

Tratando-se de um tema estudado e discutido há décadas e que ao longo do tempo tem suscitado um amplo e diversificado leque de opiniões, umas mais polémicas do que outras, não se espera com este trabalho obter nenhum consenso em torno das opiniões nele consideradas.

Importa antes apresentar os dados encontrados sobre esta temática e extrair algumas conclusões a partir dos dados analisados, nomeadamente da bibliografia e com aplicação concreta, aos elementos financeiros aqui apresentados, esperando-se de resto, que poderão contribuir para melhor compreender a dimensão da realidade da Administração Local no Algarve, enquadrada na realidade nacional.

Por fim, resta ainda acrescentar que o facto de o autor ter já desempenhado funções profissionais no âmbito do Desenvolvimento Local, na área financeira ao nível da Administração Regional e presentemente desempenhar funções no âmbito da Administração Local, este trabalho, além de ser pessoalmente motivador, proporciona simultaneamente uma mais-valia, na medida em que permite obter um conhecimento da realidade que de outra forma seria totalmente impossível e servirá de complemento à experiência que vai sendo alcançada.

I.II Objectivos

Assim, são objectivos do presente trabalho, efectuar o levantamento bibliográfico possível acerca da evolução do municipalismo em Portugal desde as suas origens, até ao passado mais recente (pós instauração do regime democrático). Pretende-se ainda abordar a evolução ao nível das competências da Administração Local e meios disponibilizados para que esta as exerça.

Outro aspecto que se pretende estudar, particularmente no que respeita à Administração Local que integra o distrito de Faro é a aplicação dos fundos comunitários na região. Esta matéria merecerá particular atenção no presente trabalho, uma vez que representa uma importante parcela na receita da Administração Local e poderá ter contribuído para o aumento do endividamento municipal.

Numa aplicação mais prática, pretende-se analisar criticamente a execução orçamental em todos os Municípios do Algarve, no passado recente (antes e após a aplicação da Lei n.º 2/2007) por forma a permitir tirar algumas conclusões relativamente ao esperado com a aplicação da referida lei, bem como de outra legislação conexas¹. Pretende-se ainda que este estudo permita extrair conclusões que possam ser indicativas para o futuro da execução financeira nestes Municípios e eventualmente algumas conclusões com potencial de reflexão.

No final do presente trabalho, pretende-se dar resposta a algumas questões, tendo por base a abordagem teórica que será efectuada e os resultados que a demonstração prática possa evidenciar, pelo menos para os municípios estudados, designadamente:

- Existe ou não relação entre o endividamento municipal a médio e longo prazo e as receitas provenientes dos fundos da UE?
- Qual a importância das receitas provenientes dos fundos da UE nos orçamentos municipais?
- Os Municípios analisados demonstram ou não possuir independência financeira?
- Qual a tendência demonstrada pela independência financeira municipal?
- Qual a capacidade de endividamento de cada Município?
- Qual a avaliação global do desempenho municipal de cada Município nos últimos anos?

¹ Nomeadamente a diversa legislação sobre transferência de competências ou as diversas Leis do Orçamento de Estado e respectivos Decretos-lei de execução orçamental.

I.III Metodologia da Investigação

Como metodologia principal de investigação, o mestrando procurou documentar-se através da leitura de diversos autores e da pesquisa da legislação aplicável.²

Na procura de um instrumento que, em alguma medida, pudesse avaliar o desempenho global da gestão pública de cada Município, foi indispensável, de entre os diversos indicadores apresentados, na análise às respectivas contas, a escolha de vinte dos principais indicadores, cuja selecção, podendo ser discutível, pareceu ser a mais adequada face aos propósitos do presente trabalho, bem como ao enquadramento legal da matéria em estudo.

Ao longo do trabalho, e sempre que necessário, serão efectuadas algumas considerações à metodologia adoptada em cada circunstância.

² A apresentação mais detalhada do método seguido no presente trabalho, no que respeita às referências bibliográficas, citações e demais identificações de fontes de informação, é reservada para um ponto, designado "*Referências Bibliográficas*", que consta dos Anexos ao presente trabalho, onde consta também um "*Glossário de Termos e Conceitos*" e ainda a apresentação dos "*Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial de cada um dos dezasseis Municípios do Algarve*".

II INTRODUÇÃO

A questão das finanças locais foi sempre uma matéria alvo de preocupação/interesse, desde a cedência/entrega das terras nos princípios do Séc. XII³. Prova disso é a previsão do pagamento de uma espécie de imposto como contrapartida pela sua cedência, pago de distintas formas, consoante a actividade desenvolvida por cada cidadão povoador.

A origem dos Municípios reside essencialmente na entrega de cartas de foral, de parcelas de terra a gentes locais ou vindas de outras terras, com o objectivo de aí as fixar, estimulando o desenvolvimento de alguma actividade económica e o respectivo povoamento e assim a auto defesa contra forças invasoras estranhas, contribuindo desta forma para a protecção do Reino.

Este movimento de cedência de terras foi sem dúvida o ponto de partida para a actual divisão e organização do território nacional quer do ponto de vista geográfico quer do ponto de vista da distribuição das competências administrativas e níveis de autonomia, apesar de ao longo dos séculos, inúmeras terem sido as alterações verificadas.

Esta é pois uma questão que diversas vezes tem sido colocada ao longo da nossa história, nomeadamente no passado relativamente recente, com a discussão que levou a referendo à questão da regionalização⁴ e consequentemente à discussão que envolve as respectivas competências, autonomias e financiamento.

Perante um cenário de défices públicos elevados, agravado por uma situação de crise económica mundial como a actual, a questão das finanças locais, é mais uma vez pertinente e entrou uma vez mais na ordem do dia, seja pela via da transferência de competências anteriormente pertencentes à Administração Central e que têm progressivamente vindo a ser transferidas para a Administração Local (no âmbito do quadro legal em vigor desde 1999)⁵, seja pelo argumento do sobre endividamento dos Municípios ou mesmo pelas posições destes contra a nova Lei das Finanças Locais⁶.

O tema das Finanças Locais, não sendo pacífico entre nós, não é de exclusiva preocupação nacional e prova disso é a assinatura em 1985 da Carta Europeia da Autonomia Local⁷, bem como

³ Ver: Ponto "Resenha Histórica".

⁴ Ver [65]: Decreto do Presidente da República n.º 39/98 de 01 de Setembro - Referendo nacional sobre a instituição em concreto das Regiões Administrativas, ocorrido a 08 de Novembro de 1998.

⁵ Ver [69]: Lei 159/99 de 14 de Setembro – Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.

⁶ Ver [83]: Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro - Aprovou a Lei das Finanças Locais actualmente em vigor, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

⁷ Ver [62] e [63]: Resolução da Assembleia da República n.º 28/90, de 13 de Julho de 1990 - Aprovação, para ratificação, da Carta Europeia de Autonomia Local, trata-se do primeiro documento que enquadra a Autonomia Local ao nível dos países pertencentes ao Conselho da

a publicação *“Local Finance in Europe”*⁸, que mostram por um lado que o problema é comum e por outro lado que existe preocupação sobre esta matéria, por parte da UE. Posteriormente o assunto tem motivado inúmeras publicações (Ex: O livro intitulado *“Local Public Finance in Europe - Balancing the Budget and Controlling Debt”* de Bernard Dafflon, ou outro intitulado *“Reforming local government in Europe: closing the gap between democracy and efficiency”* da autoria de Norbert Kersting e Angelika Vetter⁹ ou ainda o artigo intitulado *Development of Local Public Finance in Europe*¹⁰; Relatórios e outros documentos oficiais das Instituições da União Europeia, entre outros).

A autonomia da Administração Local e a falta de regulamentação clara, terão contribuído para o elevado endividamento dos Municípios portugueses no passado relativamente recente. Contudo, as necessidades derivadas nomeadamente das carências em infra-estruturas básicas conjugadas com as oportunidades de co-financiamento suscitadas pelos sucessivos Quadros Comunitários de Apoio, contribuíram para o forte aumento do endividamento municipal.

A execução dos Quadros Comunitários de Apoio, até ao QCAIII, terá contribuído para estimular o endividamento municipal, contudo no Algarve com o início do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), tal estímulo é quase residual uma vez que esta NUT¹¹ II integra agora os critérios de uma região em Phasing-out¹², o que reduz significativamente os co-financiamentos comunitários e consequentemente o estímulo para os empreendedores, inclusivamente para a Administração Local.

Europa, que foi subscrito voluntariamente pelos Estados membros subscritores (entre os quais Portugal) e foi transposta para a ordem jurídica nacional através da Resolução da Assembleia da República n.º 28/90 de 13 de Julho e do Decreto do Presidente da República n.º 58/90 de 23 de Outubro. Decreto do Presidente da República n.º 58/90, de 23 de Outubro de 1990 (1990). Ratifica a Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 28/90, em 13 de Julho de 1990.

⁸ Ver [51]: Trata-se de uma publicação do Concelho da Europa destinada ao estudo dos Governos Locais e Regionais na Europa, datada de 1997 que visou orientar todos os Estados membros para o desafio de conciliar a necessidade de controlar e reduzir a despesa pública, com a maior autonomia financeira na Administração Local, não esquecendo uma distribuição equitativa dos recursos financeiros entre os diferentes níveis de governo, num contexto de cortes orçamentais em todos os níveis da administração pública.

⁹ Ver [92]: Este manual dá uma perspectiva das reformas ao nível da governação local, essencialmente nos países da Europa Central e do Norte, tendo em vista a optimização dos recursos, através da adopção de processos mais eficientes, contribuindo desta forma para uma melhor e mais eficiente Democracia. Parte deste manual encontra-se disponível no sítio da Web identificado nesta referência e foi consultado à data de 11-07-2009:

http://books.google.pt/books?id=o1uczz6tCuQC&pg=PA26&lpg=PA26&dq=%E2%80%99CLocal+Finance+in+Europe%E2%80%99D&source=bl&ots=GYoYmeYosR&sig=5CSc82qi9pOeNiAOBI_jeGiFcc0&hl=pt-PT&ei=lytZSr31JN7RjAe67uQa&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=7

¹⁰ Ver [113]: Artigo Académico de Friedrich, Peter, Gwiazda, Joanna e Nam, Chang Woon, intitulado “Development of Local Public Finance in Europe” (Dezembro 2003). Recolhido em 08-07-2009 através do sítio web: <http://ssrn.com/abstract=486065>

¹¹ Ver [61]: O Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de Fevereiro, veio criar uma nova organização do território nacional para fins estatísticos, por forma a permitir uma melhor uniformização entre as estatísticas nacionais e as europeias. Trata-se das designadas NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (Do inglês: Nomenclature of Territorial Units for Statistics). As NUTS estão subdivididas em 3 níveis: NUTS I, NUTS II e NUTS III. Contudo, em alguns países, entre os quais Portugal, são utilizados dois níveis hierárquicos complementares, respectivamente LAU I e LAU II, anteriormente denominados por NUTS IV e NUTS V. As LAU – Unidades Administrativas Locais (Do inglês: Local Administrative Unit) no contexto nacional representam os 308 Municípios portugueses (LAU I) e respectivas 4257 freguesias (LAU II).

¹² Região objecto de uma “saída faseada” do Objectivo da Convergência. São as regiões que beneficiam do regime de transição estabelecido para as regiões que teriam sido elegíveis para o estatuto do Objectivo da Convergência se o limiar de elegibilidade se tivesse mantido em 75% do PIB médio da UE-15, mas que perdem a elegibilidade pelo facto de o nível do respectivo PIB nominal per capita exceder agora 75% da nova média da UE-25 (mais baixa) (o denominado “efeito estatístico”).

III CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

III.I Resenha Histórica

Desde cedo, o território nacional sofreu orgânica e geograficamente, constantes e controversas mutações.

Assim, no período medieval, a ocupação humana do território nacional foi irregular, pois ainda à semelhança do que se verifica actualmente, a quantidade, dimensão e dispersão dos aglomerados habitacionais é sem dúvida mais intensa no norte do que no sul do país, onde esta é mais pontual e concentrada.

A Idade Média por ser um período de natureza marcadamente guerreira, contribuiu decisivamente para que, tanto no norte como no sul, os adensamentos populacionais ocorressem em aldeias ou cidades. Para se defenderem das incursões militares, essas comunidades, normalmente apoiadas por membros da comunidade religiosa dominante em cada meio, sentiram necessidade de se voltarem para si mesmas, organizando sistemas de defesa que assentavam na preservação dos laços de solidariedade tradicionais e que são um hábito social estável e persistente até hoje, ainda que por vezes presentes de forma mais clara numa região do que em outras¹³.

Soares (1931)¹⁴, entende que a forma de dividir a tipologia dos concelhos em rurais e urbanos é atribuída às necessidades de povoamento, justificando assim o aparecimento dos concelhos rurais documentados num contrato. Já os concelhos urbanos correspondiam na sua maioria aos tipos de concelhos completos os quais viriam mais tarde a ser estudados por Herculano. Inicialmente este autor considerava que a divisão concelhia abrangia ainda a dimensão distrital, posteriormente, num artigo¹⁵ veio defender apenas dois grandes grupos de concelhos: os rurais e os urbanos.

Como já foi referido, a cedência das primeiras terras remonta ao início do Séc. XII. Reis (1991) refere a este propósito:

“O mais antigo diploma desta série é a “carta moris” passada em 1102, aos moradores de Santa Marta (Santa Comba) e Treixedo, pelo abade do mosteiro de Lorvão(...). O abade declara que está consciente do papel do Mosteiro, tendo

¹³ Ver [103]: Coelho, Maria Helena da Cruz, (2006), “O Poder Concelhio em Tempos Medievais: o “deve” e “haver” historiográfico” - Trata-se de um artigo publicado na Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA Porto, III Série, vol. 7, pp. 19-34. Recolhido através da web em 29-06-2009 no seguinte sítio: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3401.pdf>

¹⁴ Ver [37]: Soares, Torquato de Sousa, (1931), *Apontamentos para o Estudo da Origem das Instituições Municipais Portuguesas*, Lisboa, [sn], pp. 69-75;

¹⁵ Ver [38]: Soares, Torquato de Sousa, (1963), *Concelhos: Dicionário da História de Portugal*, pp. 651-654;

promovido a fixação de colonos, para construírem, habitarem e plantarem naquelas vilas – os dois monges que iniciaram o processo de povoamento assinam também o documento - e que procedeu à edificação de torres, e de outras obras necessárias quando se povoam terras ermas. Com esses colonos acordou na escolha deste foro, para vigorar perpetuamente”¹⁶.

O autor prevê ainda o pagamento de rendas como contrapartidas a título de imposto, em géneros de diversa ordem, consoante a actividade desenvolvida por cada cidadão/família povoadora.

Também Silva (1991)¹⁷, considerava a atribuição de “cartas de privilégio, forais” e o pagamento de um determinado tributo como contrapartida.

Já Herculano é considerado por muitos¹⁸ o pai e grande mestre da historiografia sobre os concelhos em Portugal, sendo ainda actual muita da sua investigação sobre o funcionamento das instituições municipais durante os primeiros séculos da sua existência do nosso país. Para este autor, no seu estudo sobre os Municípios portugueses *“a origem dos Municípios deveria buscar-se na tradição hispano-romana, sendo o foral não uma criação do município, mas uma confirmação duma realidade pré-existente”* ele refere ainda que:

“As aldeias de Sancta Comba e Treixedo, no distrito de Viseu, pertenciam desde os fins do séc. X ao mosteiro de Lorvão. Arruinadas durante o séc. XI, e faltas de cultura, os monges cuidaram em repovoá-las no começo do XII(...). Dos habitantes que ahi existiam, alguns eram cavalleiros: o resto consistia bem como os recém vindos e os que sucessivamente deviam alli morar, em peões lavradores”¹⁹.

Outros autores como Caldas (1996)²⁰ ou Oliveira (2000)²¹, seguem no essencial a linha de pensamento de que a criação dos Municípios é anterior ao próprio Estado e deveria buscar-se na tradição hispano-romana.

Mattoso fundamenta o seu pensamento na base do que considera a senhoriação laica. Segundo este autor:

¹⁶ Ver [30]: Reis, António Matos, (1991), *“Origens dos Municípios Portugueses”* p. 45

¹⁷ Ver [36]: Silva, Nuno Espinosa Gomes, (1991), *História do Direito Português: Fontes do Direito Português*, pp. 150-152;

¹⁸ Ver [6]: A título de exemplo, o Professor João Bilhim, (2004), a este propósito inicia o Capítulo 1.1. do seu livro *“A Governação nas Autarquias Locais”* com a seguinte frase: “O município sendo anterior à fundação de Portugal seria, por conseguinte, anterior à formação do próprio Estado, tendo a sua origem na dominação romana, na perspectiva de Alexandre Herculano.”

¹⁹ Ver [15]: Herculano, Alexandre, & Notas críticas de Mattoso, José, (1981), *História de Portugal Desde o Começo da Monarquia até ao Fim do Reinado de Afonso III*, pp. 58; 92 e ss.;

²⁰ Ver [11]: Caldas, Eugénio de Castro; Loureiro, Manuel de Santos (co-autor), & Outros, (1966), *Regiões Homogêneas no Continente Português: Primeiro Ensaio de Delimitação*, p 75.

²¹ Ver [43]: Oliveira, José A. Rocha, (2000), *O Futuro da Governação Local*, p 51.

“O sistema senhorial de transmissão da propriedade, de alianças e de apropriação dos poderes públicos, mostrou-se eficaz e com uma enorme capacidade de expansão. Ao terminar o século XII, os mais dinâmicos senhores não se contentavam com a terra onde os seus antepassados haviam feito fortuna: conquistavam pedaço a pedaço, as leiras e casais de pequenos proprietários alodiais, ou, em grandes áreas, as das comunidades de homens livres da Beira e de Trás-os-Montes. O movimento da senhorialização, um movimento contido por Afonso II, continua a expandir-se, depois, de uma maneira desenfreada até à guerra civil de 1245. A seguir, voltará a ter de defrontar a firme oposição do rei, não só porque ele pretende defender as suas prerrogativas estatais, únicas, mas porque é também um ‘senhor’ e combate por isso mesmo a concorrência dos que só podem crescer à sua custa.”²²

Na mesma obra este autor salienta também a importância do papel das estruturas eclesiásticas para a formação dos concelhos.

Quanto à organização interna da vida municipal Alexandre Herculano, continua a reunir um consenso à volta da sua opinião e defende que os concelhos começam por ter grande autonomia no que diz respeito à governação do município, traduzida na existência de um órgão executivo, de um aparelho judicial e de uma estrutura administrativa. É esta forma das estruturas locais que simultaneamente lhes confere um órgão de “polícia” e lhes dá assistência.

Outros autores, através de estudos posteriores, mesmo reconhecendo o papel e a importância da investigação de Alexandre Herculano, no que respeita à origem dos concelhos, põem em causa a sua opinião pois afirmam que esta terá sido inteiramente alheia a quaisquer instituições anteriores, apresentando uma nova realidade, a qual depende de outros condicionalismos surgidos de novo. É essa a opinião de Moreno (1986)²³.

No passado mais recente (particularmente após a instauração do regime democrático em Portugal) o estudo da realidade actual, bem como da evolução da Administração Local, observou progressos relevantes, desde logo motivados pelas alterações da conjuntura político-legal (quer no âmbito estritamente nacional, quer decorrentes da integração de Portugal na União Europeia) e que naturalmente se reflectiram em alterações ao nível da governação local. Por outro lado, também o crescente interesse desta temática por novos investigadores, tem contribuído para tais progressos, sem que tais progressos ofusquem o trabalho essencial.

²² Ver [18]: Mattoso, José, (1991), *Identificação de um país: Oposição (ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325)*, pp. 190-192;

²³ Ver [21]: Moreno, Humberto Baquero, (1986), *Os Municípios Portugueses Nos Séculos XIII a XVI* p. 11

Segundo Zbyszewski (2006), também Nuno Gonçalo Monteiro afirma que: “*A municipalização do espaço político local constitui uma das heranças medievais mais relevantes*”, acrescentando ainda o autor: “*Nos últimos séculos da Idade Média tende a acentuar-se, em parte a contraposição entre concelhos rurais e concelhos urbanos, ou mesmo entre terras da coroa e terras do senhorio*”²⁴.

Desde finais da Idade Média que todo o espaço continental da monarquia portuguesa se encontrava coberta por concelhos, coutos, honras ou simplesmente terras, todos os concelhos eram constituídos por Câmaras Municipais.

No final do século XV parece indiscutível a universalização do modelo concelhio como unidade administrativa e judicial. No processo de municipalização do território a intervenção da coroa e a codificação das fontes do direito desempenharam, indiscutivelmente, um papel relevante, sendo o caso da compilação das ordenações Afonsinas, concluídas em 1446 ou 1447.

Em 1504 é publicado o “*Regimento dos Oficiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos*” e as ordenações Manuelinas (1512-1514) que vieram completar uma obra de uniformização.

“*O primeiro registo disponível à escala de todo o reino de Portugal e do Algarve resulta do numeramento de (1527-1532)*” segundo Oliveira & Monteiro (1996)²⁵.

A profunda restrição à autonomia municipal, culminou no regimento dos corregedores de 1332²⁶, também designados por juizes de fora parte e que de forma progressiva, mas determinada, foram substituindo os juizes ordinários ou da terra. Esta perda de autonomia foi-se acentuando, ainda que se tenham verificado alguns esforços, como a reforma manuelina dos forais (1497-1512) para contrariar essa tendência verificada até ao séc. XIX altura em que surgiu uma reacção destinada a parar a decadência.

Inspiradas pelas propostas políticas e sociais do iluminismo, que na 2ª metade do séc. XVIII se concretizaram mais na defesa dos direitos do soberano e da exclusividade e indivisibilidade da soberania.

²⁴ Ver [40]: Zbyszewski, João Paulo, (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas: Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, p. 26.

²⁵ Ver [23]: Oliveira, César; Monteiro, Nuno Gonçalo, (1996). *História dos Municípios do Poder Local: Dos finais da idade média à união europeia*. Lisboa, Círculo de Leitores, p.35.

²⁶ D. Afonso IV mostrou-se interessado em desenvolver uma política de normalização do poder nos concelhos, o que gerou revolta do povo, nas cortes de 1331 em Santarém, pela perda de alguns privilégios em certas localidades, assim entendendo o Rei que não estava mais do que a usar o seu direito de fiscalizar. Em 1332, fez publicar um regimento, que ficou conhecido por Regimento dos Corregedores, o qual determinou o modo de eleição dos Juizes Locais.

Esta reacção surgiu com a implantação do liberalismo em Portugal, documentado na implantação da Constituição de 1822²⁷, a qual dedicou o Título VI ao Governo Administrativo e Económico e no qual a Administração Local estava prevista com a existência de Distritos (art.º 212º) chefiados por um administrador geral nomeado pelo rei e auxiliado por uma junta administrativa (art.º 213º). Estavam também aí previstas as Câmaras, para as quais foi também dedicado o capítulo II deste Título, (art.ºs 218º e seguintes).

A eleição directa em escrutínio secreto e anual dos oficiais, vereadores, procurador e respectivos substitutos (art.º 220º), competindo-lhes o governo económico e municipal dos concelhos (art.º 218º)²⁸ fazia parte dos princípios liberais instituídos pela Constituição, bem como a definição das atribuições quer às Câmaras quer às Cortes e ao Governo.

Seguiu-se um período algo conturbado, com a guerra civil entre liberais e absolutistas a marcar um compasso de espera (entre 1823 e 1834). Nas reformas administrativas do Liberalismo Oitocentista, o modelo escolhido por Mouzinho da Silveira enfermava dessa matriz de origem excessivamente centralizadora e de reduzida participação das populações, contrastando com a autonomia que os Municípios já haviam gozado. A publicação do decreto n.º 23 de 16 de Maio de 1832, pretendeu efectuar alterações ao sistema administrativo, jurisdicional e tributário.

Toda esta turbulência deu origem à aprovação pelas cortes da Carta de Lei de 25 de Abril de 1835²⁹, em substituição do decreto referido no parágrafo anterior. Com ela o país foi dividido em dezassete distritos administrativos e as ilhas adjacentes em três. Os distritos eram administrados por governadores civis de nomeação régia, os Municípios por administradores de concelho, escolhidos pelo Governo, com base numa lista feita por eleição directa, e as Freguesias por comissários de paróquia, escolhidos pelos administradores dos concelhos.

Assim o território nacional foi dividido em distritos, concelhos e freguesias, assumindo no essencial a actual estrutura de divisão administrativa do país, embora ao longo dos tempos, do ponto de vista geográfico se tenham verificado diversas mutações.

²⁷ Ver [91]: O Portal da História, A Constituição de 1822, Recolhido em 11-04-2009 – Trata-se da Lei fundamental votada pelas Cortes Constituintes reunidas, em Lisboa em 1821, sob o influxo da chamada revolução de 1820. O texto é de 23 de Setembro de 1822, e foi jurado pelo rei, D. João VI, em 1 de Outubro seguinte. É o mais antigo texto constitucional português e ainda hoje considerado tecnicamente, um dos mais bem elaborados, ainda que não tenha dado origem propriamente, a uma prática constitucional exerceu uma influência profunda nas instituições e no direito político, iniciando em Portugal a organização jurídica da democracia. Prima por marcar uma tentativa de pôr fim ao absolutismo em Portugal e inaugurar uma monarquia constitucional.

²⁸ Ver [40]: Zbyszewski, João Paulo, (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas: Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, p. 27 e seguintes.

²⁹ Esta Carta de Lei veio substituir o Decreto n.º 23 de 16 de Maio de 1832, feito publicar por Mouzinho da Silveira e introduz a reforma da administração nacional e local.

Quando a República³⁰ foi proclamada em 5 de Outubro de 1910, encontrava-se em vigor o Código Administrativo de 1896, de pendor claramente centralizador. No regime saído do golpe militar³¹ de 1926, os níveis de autonomia e as formas de representação dos Municípios foram sofrendo mutações, a uma tentativa mais descentralizadora do início do período republicano, seguiu-se um Estado Novo mais restritivo, que através da Constituição de 1933³² definiu as novas formas de representação dos Municípios, no qual a escolha das pessoas para os diversos órgãos é baseada num "sufrágio corporativo", característico do Estado Novo.

A este propósito, Montalvo (2003) escreve o seguinte:

*“À data da instauração da República vigorava o Código Administrativo de 1895-96, de pendor fortemente centralizador, que não se conciliava com o ideário democrático do novo Poder. Por isso, poucos dias após a vitória republicana, foi promulgado o decreto-lei de 13 de Outubro de 1910 que estatuiu a adopção do Código de 1878, até que o novo regime produzisse o seu próprio Código.”*³³

O autor refere, recorrendo às explicações de Marcelo Caetano, que não terá sido possível aplicar em pleno o Código de 1878 a algumas matérias fundamentais, tendo havido a necessidade de admitir nos tribunais e na jurisprudência a vigência ainda que parcial do Código de 1896, pelo que a República ficou com dois Códigos. Escreve ainda:

“A Constituição de 1911 estabeleceu no seu artigo 66º as bases da organização e atribuições dos corpos administrativos, que vieram a ser desenvolvidas na Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913. Aí se consagrou a extinção daquela tutela; a submissão dos corpos administrativos ao controlo de mera legalidade por parte dos tribunais que podiam decretar a sua dissolução; a eleição dos corpos administrativos por sufrágio directo; a submissão das deliberações tomadas pelas câmaras em certas matérias a referendo dos eleitores do concelho; a existência nos concelhos de uma comissão executiva eleita pela câmara municipal; a autonomia financeira dos corpos administrativos, sujeita porém a ampla discricionariedade governativa, uma vez que o financiamento local dependia em larga medida dos “subsídios especiais consignados no orçamento do Estado” e dos “subsídios eventuais do Estado” (art.º106.º)”

³⁰ A 05 de Outubro de 1910 foi instaurado o Regime Republicano em Portugal. O Exército, sobretudo o seu corpo de oficiais, não participou, de facto, nem a favor nem contra a insurreição. Foi organizado um governo provisório presidido por Teófilo Braga.

³¹ Que se veio a instalar em Portugal na sequência da incursão militar comandada pelo General Costa Gomes a 28 de Maio de 1926.

³² A Constituição de 1933, que marcou o início do Estado Novo, garantia os principais direitos dos cidadãos. No entanto, subordinava-os aos interesses do Estado, o que dava azo às mais diversas arbitrariedades. O Presidente da República foi consagrado como o primeiro poder dentro do Estado, detendo o poder executivo, que partilhava com o governo; o poder legislativo pertencia essencialmente à Assembleia Nacional. Esta, no entanto, viu sempre os seus poderes reduzidos, já que a grande parte das leis eram propostas pelo próprio governo e quase automaticamente aprovadas. Apesar de na Constituição vigorar a subordinação do Presidente do Conselho ao Presidente da República, na realidade isto nunca se verificou. A autoridade do Presidente do Conselho (Salazar) era incontornável, sendo o seu poder na prática sempre superior ao do Presidente da República. Prevvia também a existência de uma Câmara Corporativa composta por elementos próximos do regime e escolhidos por “eleições”.

³³ Ver [19]: Montalvo, António Rebordão, (2003), *O Processo de Mudança e o Novo Modelo de Gestão Pública Municipal*, p. 33.

“Apesar da Lei n.º 88 ser um diploma descentralizador que deu um certo impulso à afirmação da autonomia local, a prática jacobina dos governos republicanos não conseguiu desfazer a ambiguidade que aquele diploma estabeleceu, designadamente em matéria eleitoral, de financiamento local e de representação do Estado. ... No plano do financiamento local, a prolongada crise financeira que se vivia nesse período agravada pela participação na 1ª Grande Guerra, determinou a constante asfixia financeira dos Municípios e comprometeu decisivamente a sua capacidade de acção. Também em nada favoreceu a autonomia municipal a presença tutelar em cada concelho de um magistrado administrativo com poderes executivos – o administrador do concelho – nomeado pelo governo e dependente do governador civil do distrito. Como salienta César Oliveira a propósito do controlo do Estado sobre os Municípios, os partidos republicanos que se alternavam no poder não se inibiram de desencadear “uma corrida desesperada à nomeação de administradores de concelho e governadores civis”. ”³⁴

Assim, verifica-se que neste período, a coberto do quadro formal potenciador da autonomia local, a prática política do governo foi mais centralista e controladora contrariando a autonomia postulada dos corpos administrativos.

Sendo a referência a Constituição de 1933, foi no Código Administrativo de 1936, revisto em 1940, que o Estado Novo adoptou para regular as várias matérias relativas à organização e funcionamento dos corpos administrativos.

“A natureza autoritária e anti-democrática do regime influenciou inexoravelmente o modelo consagrado no Código. Os corpos administrativos passaram a ser constituídos com base no sufrágio orgânico de tipo corporativo, circunscrevendo-se o sufrágio directo à eleição das juntas de freguesia, mas ainda assim limitado aos chefes de família. O governo estava representado nos Municípios através de magistrados administrativos por si nomeados, protegidos pelo instituto da garantia administrativa. O magistrado administrativo concelhio presidia à Câmara Municipal, sendo os vereadores eleitos pelo Concelho Municipal.”³⁵

No que respeita às atribuições municipais, Montalvo (2003) escreve:

“O Código regulava as atribuições municipais de acordo com o sistema da enunciação taxativa: os interesses de que os corpos administrativos podiam ocupar-se eram apenas os que o Código lhes confiava. Para além disso, a eficácia das

³⁴ Ver [19]: Montalvo, António Rebordão, (2003), *O Processo de Mudança e o Novo Modelo de Gestão Pública Municipal*, pp. 33-34.

³⁵ Ver [19]: Op. Cit., pp. 34-35.

deliberações camarárias sobre um vasto leque de matérias estava condicionada pela aprovação do governo. No domínio do financiamento local, a reduzida expressão das receitas fiscais dos Municípios tornava-os extremamente dependentes dos subsídios e participações do governo.”³⁶

A Administração, principalmente as câmaras municipais, estava submetida a uma rigorosa tutela inspectiva, correctiva e substitutiva do governo, sobre a legalidade e o mérito da sua actividade.

“O Código instituiu mesmo o regime de tutela, ao abrigo do qual o governo podia suspender temporariamente uma autarquia do direito de escolher os membros dos seus órgãos e nomear uma comissão administrativa para gerir os seus interesses.”³⁷

Como vemos, este terá sido um período de reduzida autonomia local e por vezes de interferência directa do poder central, concluindo este autor:

“Eram estes os principais traços característicos do Direito Administrativo Local no Estado Novo, assim, as autarquias locais mais não eram do que uma forma da sua administração indirecta e um meio da sua influência ideológica. Durante este período de cerca de cinquenta anos, a autonomia local assistiu à sua mais reduzida expressão.”³⁸

Também a propósito deste assunto e relativamente a este período, Bilhim (2004)³⁹ refere o seguinte:

“Todavia, o ressurgimento do municipalismo apresenta-se como fenómeno cíclico na sociedade portuguesa, associado aos processos de ruptura do tecido social e a profundas alterações no sistema político. Nesta situação, as forças políticas, que actuam na arena, procuram o apoio das estruturas políticas locais, na luta pelo poder.”

“No Estado Novo, regime político que durou quase cinquenta anos, iniciado com o levantamento militar de 28 de Maio de 1926, promoveu modificações no seio dos Municípios que merecem atenção.”

“A reforma do Código Administrativo (1936-1940) elaborado por Marcelo Caetano foi uma das grandes reformas que tiveram lugar neste período. Esta reforma insistiu na centralização esvaziando de poder as estruturas municipais.”

³⁶ Ver [19]: Montalvo, António Rebordão, (2003), *O Processo de Mudança e o Novo Modelo de Gestão Pública Municipal*, p. 35.

³⁷ Ver [19]: Op. Cit., p. 35.

³⁸ Ver [19]: Op. Cit., p. 35..

³⁹ Ver [6]: Bilhim, João, (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, pp. 8-10.

“Os presidentes de Câmara e regedores de Freguesias passaram a ser nomeados pelo poder central. As autarquias estavam sujeitas a apertada tutela administrativa e não dispunham de receitas próprias. As autarquias locais eram financiadas por subsídios e comparticipações concedidas pelo poder central, sem obediência rigorosa a qualquer critério de distribuição, em que o presidente de Câmara assumia um papel de súbdito em relação à política imposta pelo Governo. De tal forma que os executivos municipais estavam limitados, assim, a exercer apenas a função de controlo, fiscalizando o cumprimento de normas definidas centralmente. A maior ou menor eficácia da sua acção dependia da capacidade em romper, por intermédio de influências pessoais, a paralisia da burocracia estatal.”

“O município foi então o local de cruzamento da Administração Autárquica com a administração periférica do Estado, corporizado no presidente de Câmara, em que o centro, procurando controlar a periferia, lhe impunha as suas concepções.”

Já no que respeita aos níveis de circunscrições administrativas, este autor refere:

“Em termos de divisão administrativa, a Constituição de 1933 introduziu novamente as províncias que passaram a ser onze (Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Douro Litoral, Beira Litoral, Beira Baixa, Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve), mais tarde suprimidas pela reforma de 1959.”

“O Código Administrativo de 1936-1940 veio dividir o território nacional em quatro níveis de circunscrições administrativas: a freguesia, o concelho, o distrito e a província. Nestas quatro circunscrições, existiam três autarquias locais visto que ao distrito não correspondia nenhuma autarquia. Todavia, tanto a província como a freguesia não possuíam qualquer órgão da administração só no concelho é que havia um órgão da administração periférica do Estado, o presidente de Câmara, que era simultaneamente órgão autárquico e magistrado administrativo.”

Desta reorganização administrativa destacam-se a criação do distrito como circunscrição administrativa e verdadeiro território de operações destas unidades periféricas, surgindo assim as primeiras tentativas de criação de unidades periféricas polivalentes, as quais integravam missões pertencentes a mais do que um departamento da Administração Central. Por fim, destaca-se o aparecimento da província enquanto circunscrição administrativa, mais vasta do que o distrito.

Ao longo do Estado Novo (até 1959 data em que foram substituídas por distritos) as províncias subsistiram como outras formas de organizar o território e o expediente da Administração Central. Contudo nunca houve uma correspondência directa entre estas e uma instituição própria respectiva. Assim, apesar de existir uma divisão administrativa do tipo provincial, esta era meramente administrativa uma vez que não previa qualquer forma de representação.

O Estado Novo adoptou, desde o seu início, uma política de regionalização do país. Essa regionalização foi prevista na Constituição de 1933, através da divisão de Portugal Continental em autarquias regionais, denominadas províncias. As províncias acabaram por ser criadas em 1936. A divisão provincial baseou-se nos estudos do geógrafo Amorim Girão, publicados entre 1927 e 1930, que dividiam Portugal Continental em 13 "*regiões naturais*". Destas acabaram por ser criadas 11 províncias, correspondendo, cada uma, às regiões naturais de Amorim Girão, com duas excepções: as regiões naturais de Trás-os-Montes e do Alto Douro e as regiões naturais da Beira Alta e da Beira Transmontana foram reunidas, respectivamente, na Província de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Província da Beira Alta. Paralelamente à divisão em províncias, manteve-se a divisão em distritos, cujos limites não coincidiam.

Em 1959 as funções de autarquias regionais passaram para os distritos, sendo extintas as Juntas de Província e criadas as Juntas Distritais. As províncias, no entanto, mantiveram-se como divisões históricas e geográficas, só sendo formalmente extintas com a Constituição de 1976. Ainda assim, a sua referência nos manuais escolares, é ainda recente, sendo ainda a divisão regional de referência para muitos portugueses.

As províncias criadas pelo Estado Novo em 1936 são as que constam da Figura n.º 3, e que configuram o mapa que se segue:

FIGURA N.º 2 – AS PROVÍNCIAS DO ESTADO NOVO



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Provincias_Portugal_legenda.png. Recolhido em 11-03-2009

Outros autores abordam outra questão que tem a ver com a existência ou não de vitalidade e autonomia dos concelhos durante todo o Antigo Regime (até à revolução militar de 25 de Abril de 1974), sendo a opinião dominante no sentido desfavorável. Ainda assim, Romero de Magalhães e Maria Helena da Cruz Coelho no trabalho que elaboraram conjuntamente em 1986 intitulado “*O poder concelhio: das origens às Cortes Constituintes*”, têm opinião contrária e defendem a existência da vitalidade e autonomia dos concelhos durante todo o Estado Novo. E em parte por influência destes autores, aparece grande número de trabalhos e dissertações académicas sobre a vida administrativa e financeira dos Municípios no Antigo Regime.

A revolução de Abril originou um assalto às Autarquias Corporativas. A Constituição de 1976⁴⁰, e o novo poder local democrático, consagrou no seu artigo 237º “*as Autarquias Locais como integrantes da organização democrática do estado*”, *normativo constitucional inovador e de grande importância que nunca sofreu alterações a partir da redacção original (1976)* “*As Autarquias têm património e finanças próprias*”.

Esta Constituição veio ainda instituir/retomar alguns princípios fundamentais, dos quais se destacam:

- O princípio da unidade do Estado;
- O princípio da autonomia das Autarquias Locais;
- O princípio da descentralização democrática da Administração Pública.

Acima de tudo o sufrágio directo e universal foi a grande revolução trazida pelo regime democrático, também ao nível da Administração Local.

A partir da revisão de 1997, no seu art.º 235º pode ler-se, relativamente ao conceito de autarquia local: “*...pessoa colectiva territorial dotada de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas*”. Já no seu art.º 236º distingue três categorias de autarquias locais: Freguesias, Municípios e Regiões Administrativas, no continente. Nas regiões autónomas, apenas prevê a existência de Freguesias e Municípios⁴¹.

⁴⁰ A Constituição da República Portuguesa de 1976 (CRP) é a Lei Fundamental em vigor em Portugal. Esta foi redigida pela Assembleia Constituinte eleita na sequência das primeiras eleições gerais livres no país em 25 de Abril de 1975, (dia do 1.º aniversário da designada Revolução dos Cravos). Os seus deputados deram os trabalhos por concluídos em 2 de Abril de 1976, tendo a Constituição entrado em vigor a 25 de Abril de 1976. A Lei Fundamental sofreu sucessivas revisões constitucionais, nomeadamente nos anos de 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005, sendo esta última a versão actualmente em vigor.

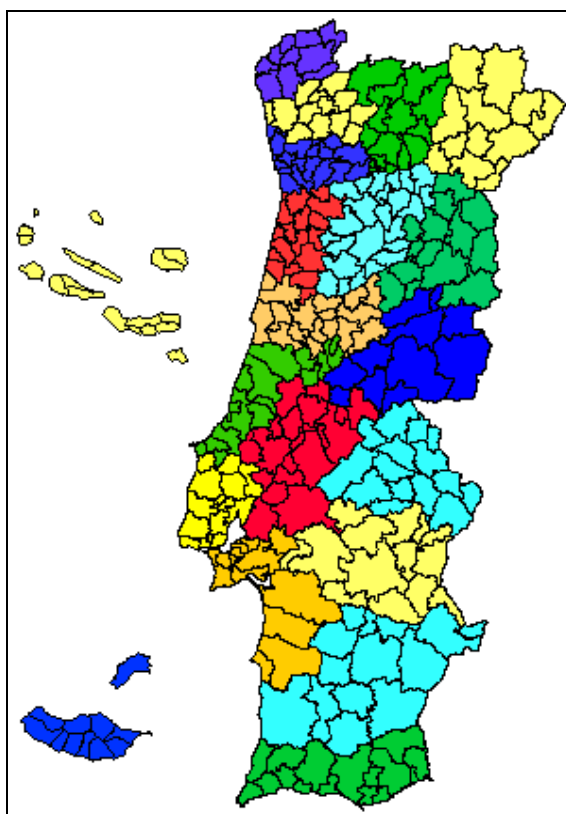
⁴¹ No território continental, apesar de prevista a implementação de regiões administrativas, tal ainda não ocorreu, pelo que na prática é coincidente a existência apenas dos dois últimos níveis de desagregação, tanto no continente como nas regiões autónomas;

Portugal tem hoje uma estrutura administrativa complexa, fruto em grande parte de quase um milénio de diversas divisões e reorganizações territoriais⁴².

Actualmente os distritos desempenham um papel fundamental na estrutura administrativa e organizacional do Estado.

Desde 1976, Portugal está dividido em 18 Distritos e 2 Regiões Autónomas insulares (Açores e Madeira). Actualmente em todo o território nacional são 308 Municípios de nível Concelhio (278 no Continente, 19 na Região Autónoma dos Açores e 11 na Região Autónoma da Madeira) e que, por sua vez, se subdividem em 4.257 Freguesias (que são também consideradas como entidades municipais).

FIGURA N.º 3 – MAPA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO NACIONAL PELOS 308 CONCELHOS E RESPECTIVOS DISTRITOS



Fonte: http://www.anmp.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=67&Itemid=58

Recolhido em 10-06-2009

⁴² A análise respeitante ao enquadramento legal, competências e níveis de autonomia das autarquias durante o Estado Novo e no pós 25 de Abril de 1974, será objecto de estudo mais adiante no presente trabalho, por se entender ser esse o enquadramento mais adequado.

Apesar do Distrito ser uma divisão administrativa que data de 1835, foi apenas com a entrada em vigor da Constituição de 1976, que Portugal se fragmentou na estrutura que hoje conhecemos. Entre 1976 e 1985 foi sendo elaborada e promulgada a legislação fundamental para a construção de um poder local com a matriz da democracia. A Lei 79/77 de 25 de Outubro conhecida pela Lei das Autarquias definia genericamente as suas atribuições e competências.

O carácter vago de algumas disposições levou às alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 100/84 de 29 de Março.

A Lei das Finanças Locais (Lei nº 1/79 de 2 de Janeiro) marcou um ponto de viragem importante no processo da construção da autonomia das Autarquias e do poder local democrático.

Esta divisão administrativa tem sido alvo de várias tentativas de criação de um sistema mais prático e lógico, que melhor se adequa à realidade económica, cultural e demográfica do país. A mais recente tentativa, foi o processo de regionalização, proposto pelo governo em 1998, que não avançou devido ao resultado negativo no referendo de 8 de Novembro desse ano (apesar do referendo não ser vinculativo).

Para além deste quadro de divisão administrativa, surge em sobreposição outra legislação, na sequência da tentativa falhada do processo de regionalização e que visa essencialmente flexibilizar alguns processos, através da transferência progressiva de competências quer para as autarquias individualmente consideradas quer em associação, através das formas legalmente previstas designadamente para as Áreas Metropolitanas (AM) (correspondem às duas grandes áreas urbanas de Lisboa e Porto) ou para as Comunidades Intermunicipais (CIM)⁴³ (até à data foram criadas ou estão em fase de conclusão do processo um total de 23 CIM, de acordo com os termos previstos na Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto).⁴⁴

III.1.1 O Municipalismo no Algarve

O municipalismo no Algarve já remonta a meados do século XIII com os Forais concedidos por Afonso III à cidade de Faro e às vilas de Loulé, Silves e Tavira no ano de 1266, ainda assim a

⁴³ As Comunidades Intermunicipais (CIM) correspondem a unidades territoriais definidas com base nas NUTS III e são instituídas em concreto com a aprovação dos estatutos pelas assembleias municipais da maioria absoluta dos Municípios que as integrem. A adesão de Municípios em momento posterior à criação das CIM não depende do consentimento dos restantes Municípios.

⁴⁴ Para além da estrutura administrativa já referida, a Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto, estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, revogando as Leis nºs 10/2003 e 11/2003, ambas de 13 de Maio. Esta informação foi actualizada em 30-04-2010 através do sítio da WEB: http://www.anmp.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=406&Itemid=58

maior parte dos Municípios algarvios tem “origem” na época manuelina⁴⁵ (início do século XVI), mesmo que alguns dos forais então atribuídos por D. Manuel I sejam relativos à confirmação de forais anteriores.

“Em 1249, D. Afonso III, auxiliado por D. Paio Peres Correia, Cavaleiro e Mestre da Ordem de Santiago, conquista o Castelo de Loulé aos mouros fazendo a sua integração plena na Côroa Portuguesa, no momento em que concede o primeiro foral à "Vila" de Loulé em 1266. Quase 250 anos depois, chegam os chamados "forais novos" ou "forais manuelinos". Em 1504, D. Manuel I fez a outorga do "foral novo" de Loulé. Este foral acaba por ser uma versão "modernizada" e actualizada dos impostos a solver, define melhor o estatuto dos vizinhos da vila, com os seus direitos e deveres, espelha um controle régio mais próximo de toda a vida municipal e, em especial, das suas receitas e despesas.”

A propósito da organização social, económica e fiscal no foral de 1266 atribuído por Afonso III a Loulé, Serra & Outros (2004) escrevem:

*“A tributação a que a comunidade de vizinhos ficou obrigada para com o rei, era a que havia sido, basicamente, fixada pelo foral de Lisboa de 1179: prestações penais e outra tributação, sobretudo a que incidia sobre a circulação e comercialização dos produtos que vinham ao concelho para aí serem vendidos, a alcaldaria e outros, como a dízima dos fornos de telha, a açougagem ou o negócio das pedreiras.”*⁴⁶

Salienta-se a referência feita pelos autores, ao facto de que eram precisamente os tributos sobre a circulação e comercialização de produtos efectuada no concelho, aquela que gerava maior receita para a coroa.

À cidade de Olhão, o foral régio foi concedido em 1808. Esta distinção, consta que terá sido a título de reconhecimento pelo facto de 17 navegadores conseguiram atravessar o Oceano Atlântico, sem fazer uso de cartas náuticas, para avisar o Rei de Portugal que as tropas invasoras francesas tinham sido derrotadas.⁴⁷

Após a reconquista cristã, (que terá ocorrido entre 1238, momento em que se conquista Mértola, e a tomada de Ayamonte em 1239), Alcoutim integrou o território português. A 9 de Janeiro de 1304,

⁴⁵ Ver [39]: Ventura, Maria da Graça A. Mateus, (2007), *O Municipalismo em Portugal: 500 Anos dos Forais Manuelinos do Algarve*. Este estudo foi apresentado em 2004 nas X Jornadas de História Ibero-Americana, realizadas em Portimão, pelo Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, a propósito dos 500 anos dos Forais Manuelinos do Algarve, com o intuito de reflectir sobre O Municipalismo em Portugal, suscitando um debate sobre a evolução do poder nos concelhos, desde as políticas centralistas ao Liberalismo e à Democracia.

⁴⁶ Ver [34]: Serra, Manuel Pedro & Outros, (2004), *Foral Manuelino de Loulé 1504: D. Manuel*, pp. 20-21.

⁴⁷ Ver [53]: Nobre, Antero, (2008), *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, p. 49.

D. Dinis dotou-o de foral que viria a ser reformado em 20 de Março de 1520, por D. Manuel I, de resto à semelhança do que aconteceu com os forais municipais no Algarve.⁴⁸

Outros concelhos que constituem a actual divisão administrativa do Algarve, são de origem mais recente e ainda não contam com um século de existência, é o caso de S. Brás de Alportel, cuja elevação a concelho data de 01 de Julho de 1914, tendo sido destacada de Faro por ser a vila rural mais habitada do Algarve.⁴⁹

FIGURA N.º 4 – FOTOGRAFIAS DOS PAINEIS DE AZULEJOS ILUSTRATIVOS DA OUTORGAÇÃO DO FORAL DE FARO



Recolhidos na cidade de Faro por: Carvalho, Manuel

III.II A Divisão do Território para Fins Administrativos e Para Fins Estatísticos

Como já foi referido, actualmente a divisão administrativa do país baseia-se num sistema em que no Continente os 18 Distritos e nas ilhas as 2 Regiões Autónomas (Açores e Madeira), representam a primeira e principal forma de divisão administrativa. Seguem-se as divisões à escala municipal, actualmente em todo o território nacional são 308 os Concelhos (278 no Continente, 19 na Região Autónoma dos Açores e 11 na Região Autónoma da Madeira) que por sua vez se subdividem em 4.259 Freguesias (4.050 no Continente, 155 na Região Autónoma dos Açores e 54 na Região Autónoma da Madeira).

A divisão administrativa, para além de profundamente discutida e inúmeras vezes alterada quer nos seus limites, quer nas competências ou mesmo na tentativa falhada para alterar a sua estrutura orgânica, como aconteceu com o já referido caso do referendo à regionalização de 1998,

⁴⁸ Ver [93]: Município de Alcoutim, *Informação histórica do concelho*, recolhido em 21-02-2010 de:

http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/concelho/informacao_historica/concelho/

⁴⁹ Ver [95]: Município de S. Brás de Alportel, *Um olhar sobre o passado de São Brás de Alportel*, recolhido em 17-07-2009 de:

http://www.cm-sbras.pt/portal_autarquico/sao_bras_alportel/v_pt-PT/menu_turista/concelho/historia/sintese_historica/

o certo é que a actual divisão administrativa não se revê em pleno na matriz de organização do território para fins estatísticos, prevista pela União Europeia.

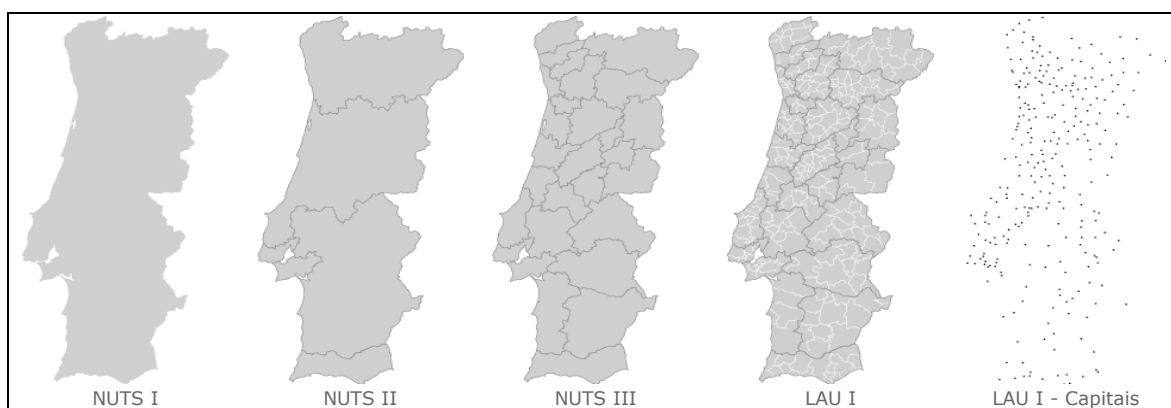
Assim o Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de Fevereiro, veio criar uma nova organização do território nacional para fins estatísticos, por forma a permitir uma melhor uniformização entre as estatísticas nacionais e as europeias. Trata-se das designadas NUTS⁵⁰ – Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (Do inglês: Nomenclature of Territorial Units for Statistics). As NUTS estão subdivididas em 3 níveis: NUTS I, NUTS II e NUTS III. Contudo, em alguns países, entre os quais Portugal, são utilizados dois níveis hierárquicos complementares, respectivamente LAU I e LAU II, anteriormente denominados por NUTS IV e NUTS V.

As LAU – Unidades Administrativas Locais (Do inglês: Local Administrative Unit) no contexto nacional, os 308 Municípios portugueses representam as LAU I e as respectivas 4.259 Freguesias correspondem às LAU II.

Ainda assim, até 4 de Novembro de 2002 o Sistema Nacional de Estatística utilizou uma codificação nacional para as NUTS distinta da utilizada pelo Eurostat. Contudo, com o Decreto-Lei 244/2002 de 5 de Novembro, publicado no D.R., considerou-se oportuno harmonizar a codificação nacional com a utilizada pelo Eurostat.

A utilização de uma informação estatística uniformizada à escala europeia veio facilitar a comparação da informação para diversos fins, entre outros, para a distribuição regional de fundos comunitários, para trabalhos de investigação, etc.

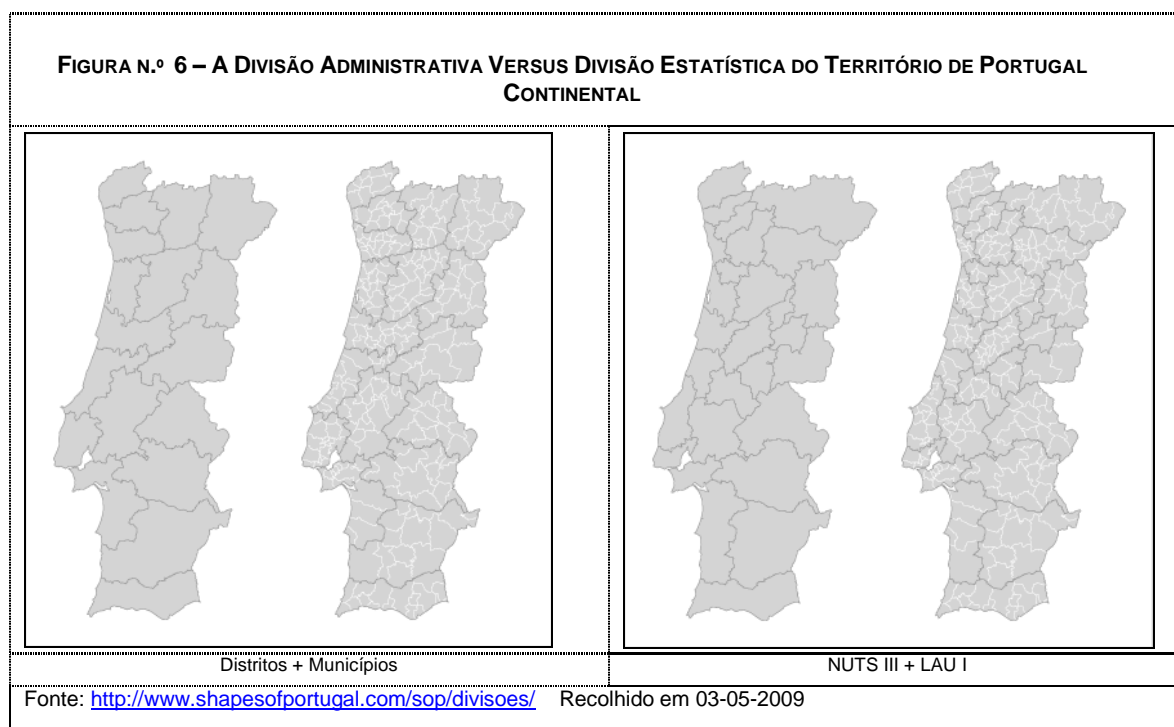
FIGURA N.º 5 – A DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DE PORTUGAL CONTINENTAL POR NUTS



Fonte: <http://www.shapesofportugal.com/sop/divisoes/> Recolhido em 03-05-2009

⁵⁰ As NUTS (Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos) foram estabelecidas pelo Eurostat tendo em vista o desenvolvimento de um esquema único e coerente de repartição territorial para o estabelecimento de estatísticas regionais da União Europeia. A sua classificação hierárquica tem 5 níveis, sendo 3 até à escala regional e 2 de nível local.

Relativamente às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, verifica-se uma coincidência plena entre os seus limites administrativos e as respectivas NUTS III.



Como podemos confirmar pela observação da figura anterior, não existe plena coincidência entre a divisão administrativa e a divisão para fins estatísticos. Assim, é essencial ter em consideração tal condicionante aquando da análise de quaisquer dados estatísticos desagregados para qualquer parte do território nacional.

IV A ESCOLHA PÚBLICA – O PONTO DE PARTIDA PARA A GESTÃO PÚBLICA

Não se pretende efectuar uma abordagem desenvolvida à Teoria da Escolha Pública (public choice), mas apenas uma apresentação desta teoria e o seu enquadramento na temática deste trabalho, designadamente na repartição de atribuições e competências e afectação de recursos públicos. Não se ignorará, contudo, o que se considera essencial ao abordar esta teoria, bem como as suas aplicações.

Assim, a escolha pública é um ramo da teoria económica em que os conceitos da economia de mercado são aplicados à política, aos serviços públicos e à respectiva gestão em prol do colectivo social no seu âmbito de competências.

Utilizando as palavras de Pereira⁵¹ reportando-se às origens desta teoria este autor sintetiza:

“Certos autores reportam a origem da public choice ao séc. XVIII ao estadista, filósofo e matemático francês Marquês de Condorcet (Marie Jean Antoine de Caritat) e à sua “descoberta” do paradoxo do voto, e ao séc. XIX pela mão do escritor e professor de matemática inglês Lewis Carroll (Charles Lutwidge Dodgson). Contudo, a origem mais recente da teoria da escolha pública pode situar-se em seis obras, hoje clássicas, escritas por economistas e um cientista político, nos finais da década de cinquenta e década de sessenta: Duncan Black (1958), James Buchanan e Gordon Tullock (1962)⁵², Mancur Olson (1965), Kenneth Arrow (1951), Anthony Downs (1957) e William Riker (1962). Estas obras são geralmente consideradas como as fundadoras de dois programas de investigação que têm estado interligados embora sejam distintos: a teoria da escolha pública (public choice) e a teoria da escolha social (social choice) que se autonomizou seguindo os trabalhos de K. Arrow e Amartya Sen (1970), mas que mantém uma estreita relação com a public choice. Uma influência menos unanimemente reconhecida, mas sem dúvida importante foi o trabalho de Joseph Schumpeter (1941).”

A incapacidade dos mercados, cada vez mais competitivos, alcançarem uma afectação eficiente de recursos, essencialmente devido à existência de bens considerados bens públicos puros, bem como à existência de informação assimétrica, externalidades que influenciam o próprio mercado e a sociedade, outros problemas que são difíceis e por vezes impossíveis de prever ou controlar, motivou a necessidade da intervenção da Administração Pública para ultrapassar ou corrigir essas falhas do mercado. A teoria da escolha pública (Public Choice), desenvolvida essencialmente a partir das décadas de 50 e 60, analisa as contrariedades nos Estados baseados na designada economia de bem-estar (welfare economics) e objectiva a necessidade de intervenção do Estado explicando-se e justificando-se com as “falhas do mercado”.

A discussão mais actual em torno desta teoria centra-se não apenas na aferição das falhas do mercado, mas em aferir até que ponto a intervenção pública é ou não capaz de suprir as “falhas do mercado” e é ou não a melhor opção por comparação com a opção privada, numa tentativa de analisar se e como é que o Estado é capaz de agir por forma a que todos fiquem a ganhar “jogos de soma positiva” e assim atingir o ponto óptimo (óptimo de Pareto), ou simplesmente se limita a uma acção redistributiva através da qual aquilo que uns ganham corresponde ao que outros perdem, assistindo-se neste caso aos designados “jogos de soma nula”.

⁵¹ Ver [26]: Pereira, Paulo Trigo, (sd). *A Teoria da Escolha Pública (public choice): uma abordagem neo-liberal?*, p. 4-5;

⁵² Gordon Tullock e o prémio Nobel James Buchanan, publicaram em 1962 “*The Calculus of Consent*”, uma obra que foi reconhecida pela comunidade científica como tendo estabelecido a escolha pública como um ramo da economia;

Verifica-se que existem correntes de opinião divergentes, mas o mais adequado será, sem radicalismos nem ideais ou orientações pré-concebidas, analisar, caso a caso, no sentido de procurar o melhor equilíbrio para a forma de actuação em concreto.

Mais adiante neste seu artigo, Pereira, a propósito do papel dos órgãos do Estado ao nível da tomada de decisões colectivas, (concretamente no seio de órgãos colegiais, referindo-se ao parlamento) e à função de melhoria da afectação dos recursos escreve o seguinte:

“Um dado novo da democracia parlamentar, é a existência de uma nova instituição - o parlamento - que tem funções não só de “eleição” e controlo do executivo, mas também uma função legislativa. Isto significa que as regras usadas para a tomada de decisões colectivas no seio deste novo órgão colegial são fundamentais para se perceber os resultados dessa escolha colectiva. Deste modo perceber as implicações do uso de regras alternativas é o domínio da análise positiva. Para se perceber a importância das regras interessa previamente distinguir dois tipos de escolhas colectivas sobre os quais o parlamento (ou qualquer outra instituição) decide. Um primeiro tipo de propostas (se aprovadas) melhora a situação de todos os indivíduos envolvidos na escolha. São propostas que os economistas associam com a função de melhoria da afectação de recursos e qualificam como levando a melhoramentos de Pareto por se tratar de “jogos de soma positiva” em que todos ganham. Outro tipo de propostas são essencialmente propostas redistributivas associadas com a função redistribuição do governo. Aquilo que alguns ganham é através do que outros perdem visto que se trata de “jogos de soma nula”. ”⁵³

A propósito da comparação entre os fracassos do Estado e do mercado, Pereira⁵⁴ escreve:

“Na perspectiva da teoria da escolha pública trata-se de comparar os “fracassos do governo” com os “fracassos do mercado”, ou seja perceber que quer o mercado quer o sector público são instituições imperfeitas de afectar os recursos e como tal o objectivo da análise é desenvolver uma análise institucional comparada.”

Este autor prossegue afirmando:

“É preciso não confundir a teoria da escolha pública com a vulgarização neo-liberal que naturalmente utilizou os argumentos desenvolvidos no âmbito da teoria para reforçar a sua posição ideológica de apoiar o desenvolvimento dos mercados, com cada vez menos restrições de qualquer natureza e ao mesmo tempo defender a redução da intervenção do Estado na economia.”

⁵³ Ver [26]: Pereira, Paulo Trigo, (sd). *A Teoria da Escolha Pública (public choice): uma abordagem neo-liberal?*, p. 5.

⁵⁴ Ver [26]: Op. Cit. pp. 19 e 20.

“O reducionismo ideológico é precisamente a redução, com um objectivo de persuasão política, de problemas que são por natureza pluridimensionais a uma única dimensão. Essa única dimensão é geralmente identificada, no espaço ideológico unidimensional, à oposição mais Estado versus mais mercado e esta última opção é geralmente defendida pelos autores neo-liberais. É natural que no contexto redutor desta oposição ideológica, os argumentos desenvolvidos no âmbito da teoria da escolha pública tenham sido utilizados pelos defensores de um maior papel para os mercados. Contudo, da mesma maneira que é falacioso o argumento (utilizado pelos economistas do bem-estar) de que a existência de “fracassos de mercado” leva logicamente a concluir que a intervenção governamental é necessária e superior, também é falacioso o argumento que os “fracassos do governo” indicam por si só que o alargamento dos mercados terá efeitos benéficos. Qualquer generalização é abusiva e a tarefa, eventualmente árdua, da análise institucional comparada é precisamente de estudar caso a caso as vantagens e as limitações de cada arranjo institucional.”

“Aquilo que a teoria da escolha pública aponta não é para menos Estado, mas sim para melhor Estado. Acerca deste último aspecto pensamos existir um alargado consenso.”

No seu livro Paula (2005)⁵⁵ refere a corrente neo-liberal como sendo a defensora das visões sobre a eficiência do mercado, enquanto que os teóricos da escolha pública seriam aqueles que elaboram e sustentam a análise crítica à burocracia do Estado. A autora⁵⁶ refere que o número de adeptos desta teoria cresceu muito na década de 80, sendo por isso difícil cobrir toda a literatura e ideias produzidas.

Para esta autora⁵⁷, esta teoria:

“...caracteriza-se por aplicar princípios económicos para explicar temas que preocupam os cientistas políticos: a teoria do Estado, as regras eleitorais, o comportamento dos eleitores, os partidos políticos e a burocracia. Além de transferir princípios da economia para o campo da política, a teoria da escolha pública partilha do postulado comportamental básico da economia neoclássica: o utilitarismo humano nas interações económicas, sociais e políticas.”

Neste livro, a autora⁵⁸, refere:

⁵⁵ Ver [24]: Paula, Ana Paula Pães de, (2005). *Por Uma Nova Gestão Pública: Limites e potencialidades da experiência contemporânea*, pp. 33 a 35;

⁵⁶ Reportando-se a Dunleavy (1991);

⁵⁷ Reportando-se a Mueller (1989);

“A consulta à literatura revelou que as raízes da teoria da escolha pública se encontram nos trabalhos de Joseph Schumpeter, Capitalismo, socialismo e democracia (1942) e Kenneth Arrow, Escolha social e valores individuais (1951). Na visão de Schumpeter, a política e os políticos não estão necessariamente voltados para o bem comum da sociedade. Arrow, por sua vez, defende que há barreiras lógicas que impedem que as preferências individuais sejam ordenadas na direcção do interesse colectivo. Ambos preparam o terreno para Anthony Downs que no livro Uma Teoria Económica da Democracia (1957) concorda com o pressuposto utilitarista argumentado que os políticos buscam realizar seus interesses privados. Em seguida James Buchanan e Gordon Tullock publicam o livro O cálculo do consentimento (1962), onde apresentam a teoria da escolha pública da tomada de decisões políticas que garantiu a Buchanan o Nobel na área de economia em 1986 e estabeleceu as bases da chamada escola da Virgínia.”

“Actualmente, são considerados teóricos da escolha pública todos os economistas e cientistas políticos que se valem destas ideias e adoptam os pressupostos do relacionismo económico liberal em suas análises.”

Esta autora⁵⁹, prossegue adiantando que o uso da teoria da escolha pública na ciência política tem gerado algumas polémicas. Ainda assim, alguns autores reconhecem que esta teoria ajudou na formulação das teorias de Estado da nova direita, designadamente implementadas por Margaret Thatcher e Ronald Reagan. A autora aponta ainda a existência de uma pequena contra-corrente da escolha pública, (a qual integra Downs, Tiebout, Olson e Przeworski) alinhada com a teoria institucional da ciência política, o neo-institucionalismo da escolha racional, que não partilha necessariamente de todas as escolhas neoliberais.

Já em 2005, num trabalho de investigação sobre os Critérios Redistributivos na Lei das Finanças Locais, Mourão (2005),⁶⁰ a propósito do modelo de Tiebout escreve:

“Os esforços de participação do Estado nas despesas públicas locais são justificados com base na redistribuição que, por sua vez, almeja princípios de equidade. Em oposição, o modelo de Tiebout (1956) postula que, perante a competitividade dos espaços, as preferências dos indivíduos seriam reveladas pelas migrações internas que favorecia, como prémio pelas políticas diferenciadas, as áreas que conseguissem oferecer qualidades consistentes de bens e serviços. Esta solução (de Tiebout) proporcionaria, à partida, uma aproximação a objectivos de eficiência, pois os

⁵⁸ Reportando-se a Udehn (1996) e à consulta que este terá efectuado à literatura sobre o tema;

⁵⁹ Suportando-se da literatura de Dunleavy (1991), Baert (1997) & Marques (1997).

⁶⁰ Ver [52]: Mourão, Paulo Reis.(2005), “Que Critérios Redistributivos na Lei das Finanças Locais?”, pp. 8-9.

indivíduos e os grupos sociais seriam deslocados (por vontade própria, pelo próprio pé) para as regiões que valorizassem a sua oferta de trabalho e respondessem às suas exigências de procura, por exemplo.

O modelo de Tiebout não se encontra isento de críticas. Na realidade, as diferentes dotações de recursos que provocam desigualdades históricas em qualquer espaço dificilmente, na prática, permitiriam a obtenção de soluções eficientes, senão mesmo a obtenção de custos acrescidos. Em seu lugar, Stiglitz (1988) propõe uma assunção pelas intenções de redistribuição. Enquanto argumento desvalorizador de um modelo competitivo inter-regional, recorre ao facto de que tenderíamos a privilegiar agentes melhor dotados (mais ricos) nas áreas que são nossas vizinhanças. Um propósito redistributivo tenderá necessariamente, a contemplar populações, grupos e regiões mais carenciados de um modo a que os seus níveis de bem-estar convirjam para os de referência. Caso contrário, migrações internas que apresentem uma tendência de fluxo favorecedora de certas áreas depressa poderão gerar custos alternativos que desfigurem e penalizem pela sobrelotação e pelo esgotamento de diversos recursos nos espaços inicialmente atractivos (os efeitos podem não ser sobre recursos primários, mas sobre outros igualmente prementes como a fluidez do trânsito ou a segurança).”

Já Bravo & Sá (2000)⁶¹, a propósito deste assunto, escrevem:

“O enquadramento teórico da economia pública local desenvolveu-se a partir do modelo de localização de Tiebout (1956), seguido pelo contributo de Musgrave (1959) com a distinção das funções da política orçamental – afectação, distribuição, e estabilização – e sua atribuição aos diferentes níveis de decisão pública.”

Estes autores prosseguem afirmando que este:

“É um modelo que se baseia na procura por bens públicos. Pressupõe que os indivíduos têm gostos diferentes e utilizam livremente a mobilidade geográfica para se localizarem numa comunidade local que oferece os bens públicos que satisfazem as suas preferências. Uma das peculiaridades do modelo é a sua semelhança com o mecanismo de concorrência e de revelação de preferências pelo mercado. Com efeito, partindo de pressupostos restritivos, entre os quais a existência de um grande número de jurisdições com pacotes fixos e diferentes de bens públicos/impostos, os indivíduos podem escolher a jurisdição em que desejam residir com base nas suas preferências por bens públicos, como se comprassem no mercado, simplesmente

⁶¹ Ver [7]: Bravo, Ana Bela Santos & Sá, Jorge A. Vasconcelos e, (2000), *Autarquias Locais: Descentralização e Melhor Gestão*, pp. 15-17;

deslocando-se, como se votassem pelo seu pé. De facto a saída (exit na literatura americana) de uma localidade para outra funciona como um voto contra o pacote fiscal oferecido pela primeira. Tiebout sugere ainda que, mesmo sem recurso a um mecanismo de escolha político, o resultado geral seria óptimo de Pareto, no sentido que, uma vez residindo na zona que satisfaz a sua procura, ninguém teria incentivo para melhorar a sua situação mudando-se para outro sítio. Conduziria também a uma afectação eficiente dos recursos públicos pois, os bens públicos são produzidos ao custo médio mínimo (dados os pressupostos do modelo)."

Os autores, reconhecendo que tais pressupostos são demasiado restritivos senão mesmo irrealistas identificam/criticam esses pressupostos:

- *"A população é perfeitamente móvel, não auferе rendimentos do sector privado das respectivas jurisdições; o rendimento é do tipo de dividendos, externos ao modelo";*
- *"O modelo não inclui o mercado de trabalho, pelo que o indivíduo não está preso a uma área pelo motivo do emprego";*
- *"Existe um grande número de jurisdições que oferecem combinações de bens públicos/impostos diferentes e mais jurisdições podem surgir sem custo. Os indivíduos têm perfeito conhecimento dos pacotes orçamentais oferecidos por cada uma das jurisdições";*
- *"Os bens produzidos por uma colectividade local não geram efeitos externos para outras localidades";*
- *"Os bens públicos locais são financiados com impostos per capita (lump-sum taxes)";*
- *"A oferta de bens públicos está omissa no modelo, apenas se referindo que as comunidades locais efectuem a provisão ao custo médio mínimo, e que o custo médio é uma função da população com a forma em U; isto é, apresentando algumas economias de escala até um certo número de residentes mas, registando custos de congestionamento à medida que a população aumenta";*
- *"O mercado de propriedade e de habitação não estão explicitados no modelo".*

Como se verifica e os próprios autores afirmam, estes pressupostos estão bastante distantes da realidade, designadamente no que respeita aos factores associados ao mercado do trabalho e ao mercado/custos da habitação, com particular destaque para as áreas suburbanas onde mais se poderá sentir o peso destes factores enquanto entrave à mobilidade, logo à aplicação do modelo. Ainda assim *"não devemos demitir o mecanismo de Tiebout à primeira, sobretudo para os EUA,*

*onde existe bastante mobilidade e uma grande possibilidade de escolha de locais de residência nas principais áreas metropolitanas.*⁶²

Mais adiante, estes autores escrevem que é fundamental testar o modelo, analisando se as preferências relativamente aos bens públicos são relativamente homogêneas em cada comunidade local, afirmando que *“...havia bastante homogeneidade pois que, existiam apenas pequenas diferenças entre as preferências dos residentes em comunidades locais situadas em grandes áreas metropolitanas”*.⁶³

A teoria da escolha pública foi objecto de análise mais profunda efectuada por Alves & Moreira (2004)⁶⁴, co-autores da obra *“O que é a Escolha Pública?”*, na qual abordam este tema de forma exhaustiva e após um longo e enquadrador prefácio começam por abordar o papel da teoria da escolha pública, escrevendo:

“A questão das designadas “falhas de mercado” constitui um dos temas que mais atenção tem merecido por parte de economistas, professores, políticos e cidadãos em geral. A abordagem dessa matéria começa geralmente pela identificação de alegadas “falhas de mercado”, motivadas pelas mais diversas “imperfeições” que, por sua vez, requerem a intervenção do Estado no sentido de as corrigir, contribuindo assim, supostamente, para a promoção do bem-estar social e da eficiência económica. Uma vez identificada uma “falha” no funcionamento do mercado livre, assume-se, de forma geralmente implícita, que o Governo, naturalmente dotado de boas intenções, tem ao seu dispor os meios, os conhecimentos e as capacidades necessárias para, intervindo na economia, estabelecer uma situação socialmente mais vantajosa. Está inclusivamente muito difundida na opinião pública a ideia de que, perante a percepção de um qualquer problema, se justifica (e por isso exige) a intervenção estatal.”

“No entanto, ao longo das últimas décadas, esta concepção do Estado como “corrector” das falhas de mercado tem vindo a ser crescentemente questionada. A análise dos pressupostos justificativos da intervenção governamental na economia e o estudo da forma como essa intervenção tende a desenvolver-se na prática têm feito crescer o número daqueles que olham com cepticismo as “miraculosas” soluções estatais. Daí a busca de alternativas que permitam – simultaneamente – evitar

⁶² Ver [7]: Bravo, Ana Bela Santos & Sá, Jorge A. Vasconcelos e, (2000), *Autarquias Locais: Descentralização e Melhor Gestão*, p. 17, Referindo-se a Rosen, (1992)

⁶³ Ver [7]: Op. Cit., p. 27, Os autores reportam essa conclusão para um estudo de Gramlich & Rubinfeld (1982);

⁶⁴ Ver [1]: Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel, (2004), *O Que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*, pp. 25-26.

intervenções de consequências nefastas e promover o eficiente desempenho das funções fundamentais do Estado.”

“Estes estudos, que no fundo visam conseguir uma análise realista e teoricamente consistente do processo político, da acção colectiva e das práticas governativas, deram origem, no âmbito da Economia e da Ciência Política, a uma nova abordagem: a “teoria da escolha pública” (public choice, na terminologia anglo-saxónica), que consiste, grosso modo, na aplicação da análise económica à política.”

*“A decisão, em 1986, por parte da Real Academia Sueca das Ciências, de atribuir o Prémio Nobel da Economia a James McGill Buchanan, pelo desenvolvimento das bases contratuais e constitucionais para a tomada de decisões económicas e políticas, veio atrair ainda mais atenção para a inovadora abordagem da escolha pública. Buchanan que, com Gordon Tullock, produziu *The Calculus of Consent*, muito provavelmente, a obra seminal neste importante desenvolvimento da Economia e da Ciência Política. Lançando as bases de uma nova abordagem dos estudos constitucionais, a qual seria amplamente desenvolvida nas décadas seguintes, Buchanan e Tullock acabaram por dar origem à teoria da escolha pública, com a sua provocatória denúncia da crescente politização da economia e a formulação de uma dura crítica à visão romântica do Estado benevolente e eficaz.”*

Estes autores efectuem nesta obra uma análise detalhada ao tema da teoria da escolha pública e prosseguem apresentando as origens desta teoria, começando por analisar o contexto em que surgiu este novo programa de pesquisa e daí partindo, retrospectivamente, em busca dos seus principais antecedentes teóricos, destacado os contributos do grande economista sueco Knut Wicksell, bem como, para os problemas levantados por Arrow e Black relativamente ao processo de decisão democrático. Na opinião destes autores⁶⁵ *“É possível afirmar com segurança que os primeiros autores a oferecerem uma visão realista da política que se aproxima da perspectiva da public choice (teoria da escolha pública) foram Maquiavel⁶⁶ (1469-1527) e Hobbes⁶⁷ (1588-1679).”*

A propósito dos interesses individuais e do bem comum, os autores desta obra suportam-se em David Hume e em Adam Smith para concluir⁶⁸:

“Hume evidencia assim a importância da definição de um enquadramento político-constitucional que garanta o funcionamento eficiente do Governo e a defesa da liberdade.”

⁶⁵ Ver [1]: Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel, (2004), *O Que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*, p. 32;

⁶⁶ Ver [1]: Op. Cit., p. 32, por referência a Nicolau Maquiavel;

⁶⁷ Ver [1]: Op. Cit., p. 32, por referência a Thomas Hobbes;

⁶⁸ Ver [1]: Op. Cit., pp. 34-35.

“Adam Smith (1723-1790) teve, como é do conhecimento geral, um importante papel na difusão de uma abordagem da economia baseada no reconhecimento de que os indivíduos agem essencialmente (mas não exclusivamente) na prossecução dos seus interesses “egoístas”. Uma ordem económica eficiente será aquela que possibilite que esses interesses individuais se exerçam de forma a promover o bem comum. A defesa que Smith faz da liberdade económica parte precisamente da constatação de que a cooperação através das trocas efectuadas no mercado é o meio mais eficiente de promover não só o progresso económico como a ordem e o bem-estar social. Apesar de Smith ter, no essencial mantido, o modelo moralista na sua abordagem individualista que popularizou na área económica viria a ser decisiva para futuro desenvolvimento da teoria da escolha pública.”

A propósito do designado óptimo social ou óptimo de Pareto, já atrás abordado, também estes autores lhe dedicam um ponto para análise no segundo capítulo⁶⁹ e partindo da definição de Vilfred Pareto para critério de óptimo social, escrevem:

“...segundo o qual só é possível concluir que o bem-estar social aumentou em resultado de uma dada alteração se nenhum indivíduo foi prejudicado por essa mesma alteração (e pelo menos um dos indivíduos vir a sua situação melhorada). Se houver alguém prejudicado, o facto de não ser possível fazer comparações interpessoais de utilidade impede-nos de tirar qualquer conclusão sobre a utilidade social da mudança verificada.”

“Em termos de escolha pública, o critério de Pareto implica que só é possível demonstrar que uma determinada decisão colectiva aumenta o bem-estar social se houver consenso por parte de todos os indivíduos. Na prática o respeito pelo critério de Pareto traduz-se numa regra de unanimidade no que toca a decisões colectivas.”

Numa análise ao campo das finanças públicas e da economia política, estes autores referem⁷⁰ os contributos de vários economistas e destacam o contributo do sueco Knut Wicksell, considerando tais contributos *“como o principal antecedente directo da teoria da escolha pública.”* Para além deste contributo os autores referem ainda o trabalho do economista sueco Erik Lindahl, de diversos italianos e de Buchanan, cujo trabalho no âmbito da teoria da escolha pública, segundo escrevem os autores, terá sido influenciado pela tradição italiana de finanças públicas que tinha como uma das suas principais características analisar as decisões do sector público em conjunção com a estrutura política existente.

⁶⁹ Ver [1]: Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel, (2004), *O Que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*, pp. 37-38;

⁷⁰ Ver [1]: Op. Cit., pp. 38-40;

“Para que uma determinada despesa pública possa merecer aprovação, seja ela uma nova proposta ou uma já existente, deve ser geralmente assumido que esta despesa, esquecendo para já os meios de cobrir os custos, é destinada a uma actividade útil à totalidade da sociedade e reconhecida como tal por todas as classes sem excepção. Se assim não fosse, se uma maior ou menor parte da comunidade fosse indiferente, ou estivesse mesmo em oposição à actividade pública proposta, então, não vejo como seja possível considerá-la como satisfazendo uma necessidade colectiva no sentido próprio do termo. Se tal actividade fosse eventualmente levada a cabo, ela deveria ser, para já, deixada à iniciativa privada. Seria uma gritante injustiça se alguém fosse forçado a contribuir para a cobertura de custos de uma qualquer actividade que não favorecesse os seus interesses ou que até lhes pudesse ser diametralmente oposta.”⁷¹

Os autores prosseguem a análise à abordagem efectuada por Wicksell e adiantam que para este economista:

“apenas a regra e aprovação por unanimidade poderia garantir que determinada medida aprovada no plano da despesa pública não viola os interesses de grupos minoritários ou de cidadãos (e de contribuintes) individualmente considerados. Se a utilidade da medida fosse superior aos seus custos (ou seja, se a despesa pública melhorasse efectivamente o bem-estar social geral) seria sempre possível, pelo menos em teoria compensar todas as minorias por ela prejudicadas e, desse modo, garantir o seu apoio e a consequente aprovação por unanimidade da despesa pública em causa. Caso tal aprovação não seja possível, Wicksell considera que fica provado que essa actividade estatal não produziria na comunidade um benefício superior aos sacrifícios necessários para a realizar e que sendo assim, a mesma deve ser logicamente rejeitada.”⁷²

Os autores adiantam ainda que Wicksell, reconhecendo a dificuldade na aplicação prática da regra da completa unanimidade e os elevados custos de decisão que a sua aplicação geraria, defendeu a adopção de regras de voto que se aproximem da unanimidade, dando como exemplo as maiorias qualificadas, servindo assim a unanimidade como um padrão de avaliação e comparação para diversos procedimentos e regras de votação. Wicksell terá ainda advogado às minorias o direito de veto sobre as maiorias⁷³.

⁷¹ Ver [1]: Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel, (2004), *O Que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*, p. 39, fazendo referência à Pina 89 da obra “A New Principle of Just Taxation” de Knut Wicksell.

⁷² Ver [1]: Op. Cit., pp. 37-38;

⁷³ Ver [1]: Op. Cit., p. 40;

Tal como expõem e concluem⁷⁴, os autores apontam que quer Pareto quer Wicksell, chegam a conclusões semelhantes, ainda que partindo de abordagens distintas, no que respeita à necessidade de obter consensos (unanimidade de voto) por forma a comprovar a utilidade/validade da medida/despesa proposta e o aumento do grau de satisfação para todos os indivíduos/grupos representados.

Mais adiante, abordando de novo o tema da unanimidade e maioria,⁷⁵ os autores apresentam o contributo demonstrado pela teoria da escolha pública para a importância da unanimidade nas decisões e apresentam alguns teóricos (Buchanan, Tullock e Wicksell) especialmente críticos à perda de importância da regra da unanimidade sendo substituída pela maioria, que segundo escrevem, pode gerar resultados arbitrários, ineficientes e instáveis. Ainda segundo os autores, William C. Mitchell foi bastante mais cauteloso por considerar que “...a regra da unanimidade pode transformar-se num instrumento perverso, para quem deseje preservar externalidades ou injustiças actualmente existentes.”

Dado tratar-se de uma obra que estuda exaustivamente o tema da teoria da escolha pública e a sua abordagem em diversas perspectivas, várias outras são abordadas pelos autores neste segundo capítulo. Ainda assim, ficam aqui aquelas que foram consideradas de maior relevo no âmbito do presente trabalho.

Já no terceiro capítulo, é abordada pelos autores, de forma mais ampla, os aspectos fundamentais da teoria, recorrendo aos contributos fundamentais de Buchanan e Tullock na sua obra *The Calculus of Consent*, bem como a nova abordagem constitucional, a perspectiva de análise sobre os processos de decisão colectiva e ainda uma análise sintética a alguma da investigação mais recente que envolve esta temática.

Na perspectiva da política e da economia, a teoria da escolha pública assume como pressuposto relativamente ao comportamento dos indivíduos, que estes agem tendo em conta essencialmente os seus interesses pessoais, independentemente de actuarem no mercado ou na esfera política. Desta forma, iniciou-se a base para a contestação às teorias da política e da intervenção política na economia que fundamentam as decisões dos políticos e burocratas com base no “interesse público” ou na “vontade geral”.

Apesar de, neste aspecto, ser radicalmente oposta à visão idealista, os teóricos da escolha pública acabam por ter de considerar o pressuposto de que os indivíduos não sofrem de uma completa transformação psicológica e moral quando passam a actuar no processo político e uma vez que os

⁷⁴ Ver [1]: Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel, (2004), *O Que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*, pp. 38-40;

⁷⁵ Ver [1]: Op. Cit., pp. 72-73.

indivíduos participam simultaneamente em processos de mercado e no processo político, a defesa da posição idealista parece difícil.

Os autores citam James Buchanan e Gordon Tullock para demonstrar a sua convicção de que o aumento da intervenção estatal na economia e na sociedade através do controlo de determinada actividade da esfera privada, pode motivar a perda de peso do interesse privado, a favor da promoção do bem social. É ainda feita uma referência à análise que a teoria da escolha pública faz relativamente ao comportamento dos indivíduos nos diversos papéis que assumem no processo político.⁷⁶

Os autores prosseguem a análise à teoria da escolha pública, analisando a forma como esta estuda os processos políticos no contexto das escolhas colectivas e escrevem que esta teoria se baseia no individualismo metodológico, adiantando que *“Por individualismo metodológico entende-se a noção de que só os indivíduos agem, resultando toda a acção social, em última instância, das escolhas e acções individuais.”*⁷⁷ Mais adiante e após apresentarem alguma fundamentação científica das correntes mais ortodoxas e mais neoliberais, concluem:

*“Acreditamos que é precisamente neste entendimento da política como um processo de trocas e intercâmbios entre os indivíduos que se deve basear a abordagem da moderna teoria da escolha pública. Se os indivíduos não fossem, em última instância, as únicas unidades de decisão, não faria sentido estudar os processos de decisão colectiva de forma autónoma. Por outro lado se a riqueza e a diversidade da acção humana pudessem ser reduzidas à resolução matemática de problemas de maximização sujeitos a restrições, então, a análise económica da política não poderia reclamar nenhuma especificidade e o seu contributo não seria provavelmente, relevante.”*⁷⁸

Os autores analisam um tema que me parece particularmente relevante para o presente trabalho e que intitulam por *“Externalidades, bens públicos e Estado”*⁷⁹, a este respeito os autores escrevem o seguinte:

“É geralmente entendido que a aplicação de um sistema de direitos individuais e propriedade privada exige um grau mínimo de colectivização através do Estado. Será assim função legítima e necessária do Estado assegurar o bom funcionamento do referido sistema através da aplicação do direito, garantindo a aplicação dos contratos

⁷⁶ Ver [1]: Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel, (2004), *O Que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*, pp. 50-51;

⁷⁷ Ver [1]: Op. Cit., p. 51;

⁷⁸ Ver [1]: Op. Cit., pp. 52-53;

⁷⁹ Ver [1]: Op. Cit., pp. 54-55;

livremente estabelecidos, resolvendo disputas entre particulares e aplicando sanções a quem viole os direitos de terceiros.”

“O exercício das funções acima descritas por parte do Estado requereria apenas uma fracção relativamente pequena do rendimento nacional. No entanto, actualmente, observamos que grande parte dos orçamentos de Estado absorve cerca de metade do produto das economias num vasto leque de políticas públicas.”

Como se pode aferir pelas palavras atrás transcritas, numa visão/actuação mais redutora ou limitada do Estado aquelas que seriam as suas funções essenciais enquanto Estado, passariam no essencial por estabelecer e garantir o cumprimento do direito, da ordem, da soberania e do livre e regular funcionamento das instituições, sendo esta uma actuação mais limitada também seria aquela que exigiria menos sacrifícios aos contribuintes. Ao invés, e como afirmam os autores, grande parte dos orçamentos de Estado absorve cerca de metade do produto das economias, sendo a maior parte das vezes esta intervenção Estatal justificada com a existência de externalidades (positivas ou negativas), de bens públicos e das falhas do mercado que obrigam à intervenção estatal.

Analisando as *“Falhas do mercado e do Governo”*⁸⁰, os autores apresentam algumas críticas à corrente que defende que a possibilidade de intervenção Estatal (através do Governo) possa alcançar soluções mais eficientes e justas do que o mercado, apenas baseando-se nas imperfeições do mercado, sem mais considerações. O economista britânico Pigou e o norte-americano Samuelson são ambos apontados.

A este respeito e segundo os autores, há vários aspectos a considerar:

*“Em primeiro lugar, qualquer proposta de intervenção do Governo deve explicitar não só os objectivos a atingir, mas também os custos envolvidos, os recursos humanos necessários, o esquema organizacional e de incentivos a aplicar e os métodos de avaliação a utilizar na prossecução dos objectivos desejados. Em segundo lugar, é necessário ter sempre presente que a eventual imperfeição no mercado não é condição suficiente para justificar uma intervenção do Governo. Em terceiro lugar, devemos estudar os processos de governação de forma a tentar aumentar a eficiência. Em quarto lugar, devemos comparar, em condições de igualdade (ou seja, sem preconceitos ou juízos prévios), as alternativas de mercado e de intervenção estatal em cada área considerada.”*⁸¹

⁸⁰ Ver [1]: Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel, (2004), *O Que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*, pp. 59-60;

⁸¹ Ver [1]: Op. Cit., p. 59;

Os autores não esquecem uma referência à necessidade de analisar caso a caso a eficiência do Governo e do mercado, e reconhecem que há casos em que o mercado e a sociedade poderiam assumir, de forma mais satisfatória, funções actualmente assumidas pelo Estado e alertam essencialmente para o facto de que detectada uma falha de Governo, aquela não deve determinar automaticamente a privatização dessa actividade.

O estudo deste terceiro capítulo prossegue com a análise a diversos outros pontos, sem dúvida interessantes mas que não serão abordados de forma tão profunda no presente trabalho.

Segue-se uma abordagem às questões éticas relacionadas com a teoria da escolha pública e são ainda dadas algumas alusões das múltiplas aplicações desta teoria às mais variadas áreas políticas, económicas e sociais através da análise de alguns problemas específicos. As aplicações da teoria da escolha pública serão objecto de abordagem própria mais à frente neste trabalho.

No sexto capítulo, os autores procedem a algumas considerações finais aos princípios e às ideias formuladas à volta da teoria da escolha pública, é efectuado um balanço do impacto que esta teoria tem vindo a ter na comunidade científica e na opinião pública e são apresentados alguns contributos que na opinião dos autores, através do recurso a esta inovadora abordagem, poderá auxiliar na busca de uma solução para a crise dos sistemas democráticos através do desenvolvimento de boas práticas de governo e administração e da promoção de um saudável equilíbrio entre sociedade civil e Estado.

Neste capítulo os autores começam por apresentar as objecções à teoria da escolha pública e a propósito da alegada imoralidade desta teoria escrevem:

*“Uma crítica que frequentemente é avançada contra a teoria da escolha pública é a de que esta assume que a generalidade dos indivíduos, e em particular os políticos e os burocratas se comportam de forma imoral. Esta teoria é motivada pelo facto de a teoria da escolha pública transpor para a esfera política o pressuposto de que os indivíduos tendem a agir tendo em conta os seus interesses particulares.”*⁸²

Apresentam ainda neste enquadramento o estabelecimento de uma ordem constitucional e institucional assente numa concepção realista do homem, analisam os interesses particulares e o “interesse geral” à luz da teoria da escolha pública e a necessidade de introduzir restrições institucionais e constitucionais à acção estatal e dos indivíduos enquanto agentes políticos por forma a salvaguardar os interesses individuais e a ordem social. É admitido que haja quem rejeite a teoria da escolha pública por fazer empiricamente uma diferente avaliação das motivações

⁸² Ver [1]: Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel, (2004), *O Que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*, p. 122;

subjacentes à acção humana, sem deixar de considerar uma falácia todos os que criticam o “egoísmo” dos indivíduos agindo por motivações extrínsecas enquanto agentes económicos e simultaneamente defendem de forma racional que os mesmos indivíduos, enquanto agentes políticos, serão motivados por razões supostamente “altruístas” ou motivações transcendentais. Os autores afirmam ainda que *“Para a teoria da escolha pública, os indivíduos são capazes do melhor e do pior, qualquer que seja a sua esfera de actuação.”*⁸³

A propósito dos enviesamentos ideológicos, os autores escrevem que existe uma linha de crítica que com alguma frequência, afirma que *“a teoria da escolha pública é ideologicamente enviesada, na medida em que, a partir das falhas do governo, defende a imposição de limitações à sua acção.”* Os autores sintetizam argumentos anteriormente expostos e concluem que a teoria da escolha pública contribuiu sim para a correcção dos enviesamentos ideológicos provocados pelo pro-intervencionismo estatal que dominava e em alguns casos ainda domina o meio académico e político.⁸⁴

No que respeita à impossibilidade de conter o Estado, os autores apresentam a terceira crítica, afirmando que vai em sentido contrário às anteriores na medida em que quer a crítica relativa à alegada imoralidade, quer a que refere os enviesamentos ideológicos, são segundo escrevem, *“...geralmente avançadas por quem vê na teoria da escolha pública uma ameaça às políticas intervencionistas que defende, esta terceira crítica tem subjacente um grau de cepticismo muito superior relativamente ao Estado.”*⁸⁵

Seguidamente os autores apresentam algumas considerações finais a respeito do impacto da teoria da escolha pública, começando a este propósito por destacar a importância que esta teoria foi indiscutivelmente decisiva para uma atitude mais crítica e de maior cepticismo face às propostas de intervenção estatal e à acção política de uma forma geral. Os custos humanos impostos pelos estados “totalitários”, a crise do chamado “Estado de bem-estar”, o ressurgimento do interesse pelos ensinamentos da Escola Austríaca de Economia, vieram contribuir para facilitar o enquadramento teórico demonstrado pela teoria da escolha pública.⁸⁶

Outra questão objecto de crítica respeita aos “grupos de pressão e interesses de classe”⁸⁷, referindo os autores:

⁸³ Ver [1]: Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel, (2004), *O Que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*, p. 123;

⁸⁴ Ver [1]: Op. Cit., p. 124;

⁸⁵ Ver [1]: Op. Cit., p. 124;

⁸⁶ Ver [1]: Op. Cit., p. 127;

⁸⁷ Note-se que este tema não foi abordado anteriormente no âmbito do presente trabalho, mas entendeu-se por bem deixar aqui nota da apreciação crítica efectuada por estes autores;

“Ao enfatizar a importância da acção dos grupos de pressão que manipulam o processo político de forma a que o mesmo sirva interesses particulares, a teoria da escolha pública aproxima-se de certa forma da análise social marxista que concebe o Estado como um instrumento da “luta de classes”. De fato, apesar de os marxistas rejeitarem frontalmente o individualismo metodológico, a associação próxima estabelecida entre o controlo do Estado e a defesa dos interesses de cada “classe” tem algumas semelhanças com a análise da acção e da competição entre grupos de pressão realizada pela teoria da escolha pública.”

Os autores prosseguem adiantando que como demonstra esta teoria, não é por qualquer classe ou grupo de indivíduos pertencentes a determinada classe, dominar o aparelho do Estado, que a sua acção passará a ser omnisciente e a ter como “*ideal*” a visar apenas o “*interesse geral*”, sendo este o factor apontado como o de maior afastamento entre a teoria da escolha pública e a análise marxista relativamente ao processo político.⁸⁸

É também apreciado o aprofundamento do estudo da acção colectiva, escrevendo os autores:

“A teoria da escolha pública veio também permitir aprofundar o nosso entendimento dos processos de decisão e de acção colectiva que se desenrolam “fora do mercado”. De facto esta inovadora perspectiva revela-se particularmente útil para estudar e interpretar consistentemente as instituições e os mecanismos de acção colectiva que, de forma parcial ou total, existem à margem do processo de mercado.”

“...Um dos contributos mais importantes da teoria da escolha pública foi, assim, o de permitir o alargamento do estudo da importância dos sistemas de incentivos no comportamento dos indivíduos ao sector estatal e às organizações da sociedade civil.”⁸⁹

Os autores apreciam ainda os contributos da teoria da escolha pública para a reforma do Estado e da Administração Pública, adiantando que esta teoria poderá, para além dos contributos técnicos, auxiliar no esclarecimento da opinião pública, fundamentando a análise em diversos factores de custo.

Por fim, os autores apresentam algumas considerações finais a respeito da crise da democracia e a teoria da escolha pública⁹⁰, começando a este propósito por destacar diversos problemas associados ao funcionamento actual das instituições (Ex: o sistemático incumprimento de

⁸⁸ Ver [1]: Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel, (2004), *O Que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*, p. 128.

⁸⁹ Ver [1]: Op. Cit., pp. 128-129;

⁹⁰ Ver [1]: Op. Cit., pp. 129-132.

promessas, a ineficiência dos sistemas públicos de educação, saúde, o mau funcionamento de largos sectores da Administração Pública, o pesadíssimo sacrifício fiscal, a elevada burocracia, etc.) e não esquecem o facto da democracia em Portugal ser relativamente recente, mas também contrapõem argumentando que tal não deve impedir que se encarem de frente as elevadas taxas de abstenção em actos eleitorais (que por sinal seguem no sentido crescente).

Os autores, fundamentam com a postura contratualista de Buchanan e com o evolucionismo que inspira a obra de Hayek *“a crítica à perversão da essência da democracia, hoje ameaçada precisamente pela forma como temos querido praticá-la. Para Hayek, o problema não é no princípio democrático em si mesmo, mas no facto de ele vir sendo aplicado de forma errada e abusiva.”* No fundo, os autores reconhecem que apesar do sistema democrático ter introduzido algumas limitações (separação de poderes, independência do poder judicial, primado da lei e garantia dos direitos e liberdades individuais), para prevenir o exercício arbitrário do poder, estes não se têm revelado capazes de travar o crescimento contínuo do estado, subjugando por vezes o Estado de Direito ao totalitarismo ou como escrevem os autores *“às erroneamente designadas “ditaduras das maiorias”.*”

Dado tratar-se de uma obra, que como já foi referido analisa exaustivamente esta temática, diversas outras perspectivas são nela estudadas mas não serão abordadas no âmbito do presente trabalho, por se considerar desviarem-se do foco de interesse.

A teoria da escolha pública chama a atenção para o excesso do peso do Estado, dos encargos, da burocracia e demais efeitos nefastos que tal provoca na sociedade, atrofiando o próprio Estado e tornando-o refém de coligações e interesses particulares, descurando o cumprimento daquelas que são as suas funções vitais, sendo estas as falhas que a teoria da escolha pública aponta como vitais para o próprio sistema democrático e para as quais propõe soluções implementáveis.

Em síntese e como podemos verificar a teoria da escolha pública vem merecendo a atenção de diversos investigadores, com distintas perspectivas de abordagem e níveis de profundidade de análise. Ainda assim e seja qual for o investigador ou a perspectiva abordada, há duas questões essenciais que por norma são consensuais. Uma respeita às designadas *“falhas do mercado”* e aos argumentos utilizados pelos diversos Estados para intervirem nas respectivas economias, fundamentando as suas posições com a função de correcção ao mercado, o que leva muitos defensores desta teoria a questionarem tal intervenção. Outra questão também por norma consensual, respeita à eficiência na actuação do próprio Estado, levantando a questão das *“falhas do Governo”*, daí que cada vez mais esta teoria procure a busca de soluções equilibradas para que o Estado se centre essencialmente no desempenho das funções de competência própria de forma eficiente.

Numa frase curta, consciente de que por querer ser tão sintético poderei ser parcialmente omissivo, atrevo-me a afirmar que a escolha pública pode afirmar-se como sendo a arte de um processo contínuo de decisão através do qual, todos quantos agem mandatados pela sociedade⁹¹, para tomarem decisões políticas que reflectam o bem comum, colectivo, o fazem procurando a forma mais eficiente, ainda assim e estando perante seres humanos, a motivação e os interesses individuais também influencia/determina frequentemente a acção destes indivíduos.

A designada nova gestão pública, é assim e cada vez mais uma forma de gerir a coisa pública orientada para os resultados (aparentemente mais próxima das ciências exactas), contudo e não querendo de modo algum diminuir tal orientação, não deve ser descuidada quer a sua génese, quer o seu fim. Afinal ela é feita por e para as pessoas (ciências sociais), as quais deverão sentir-se parte dela, caso contrário serão uma força de bloqueio e tal orientação derivará num resultado divergente do esperado.

IV.1 Aplicações da Teoria da Escolha Pública

Como referem Alves & Moreira (2004), “a aplicação da teoria da escolha pública a problemas concretos, exige, em cada caso, uma abordagem interdisciplinar. Assim sendo, este tipo de estudos, dada a sua pluridimensionalidade, nunca caberá numa “pura” perspectiva e escolha pública.”⁹²

Estes autores, nesta obra, analisam a aplicação da teoria da escolha pública a diversos problemas concretos e seguem a abordagem da Escola da Virgínia, a qual prossegue as teorias económicas da Escola Austríaca. Alguns dos problemas abordados passam por uma ampla e diversificada análise à progressão e orientação do sistema fiscal, previdencial e funcional do Estado.

Importa ainda assim, a propósito deste assunto e no que respeita ao presente trabalho, salientar a abordagem que eles fazem ao tema “*Descentralização e poder local*”⁹³, segmentando a sua análise por aspectos que vão desde a “*subsidiariedade e descentralização*” até à análise ao “*Caso da União Europeia: centralização e “harmonização” compulsiva*”, passando pela análise a outros aspectos como os “*Argumentos a favor da descentralização*”; à questão da “*Descentralização e as*

⁹¹ Em Regimes Democráticos esse mandato é atribuído e por norma retirado (não validado ou revalidado) através do voto popular em sufrágio.

⁹² Ver [1]: Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel, (2004), *O Que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*, p. 92

⁹³ Ver [1]: Op. Cit., Cap. 5.4., pp. 105-109;

economias de escala” e à “*Descentralização fiscal*”. Cada um destes aspectos é abordado no âmbito das aplicações da teoria da escolha pública.

No próximo capítulo serão analisados de forma mais profunda alguns destes aspectos, bem como referenciada a respectiva bibliografia.

Para além dos casos concretos analisados, a teoria da escolha pública pode ser aplicada a múltiplos outros casos, devendo ser efectuada uma abordagem interdisciplinar aplicada caso a caso.

IV.II *Condicionantes/Determinantes para a Governação Local*

São diversos os condicionantes ou factores determinantes para a governação local, desde logo o facto de o Município ser uma unidade político-administrativa cujo executivo municipal é eleito e logo tendo a legitimidade (política e legal) para governar. Assim, o presidente da Autarquia tem uma importância fundamental dado que lhe cabe efectivamente a governação municipal, mas para quem é impossível dissociar, no contexto municipal, a função de gestão da função política, pois tanto na gestão municipal, como na gestão pública em geral, governar ou gerir é optar e decidir sobre políticas públicas, no pressuposto de que tais actos têm sempre em vista o benefício colectivo, ainda que a maior aproximação aos destinatários da governação, possa eventualmente favorecer uma maior permeabilidade/influência na tomada de decisões.

Outro factor determinante para a governação local, respeita à complexidade das organizações municipais, com lógicas diferenciadas, diversos “*stakeholders*” com interesses divergentes (os eleitos, os funcionários autárquicos, a população em geral, os contribuintes, os eleitores, os clientes, os consumidores, os residentes, ou simplesmente os visitantes). A complexidade de uma organização caracterizada por tal tipologia, diversidade e com necessidade de estabelecer constantemente múltiplas relações quer com inúmeras entidades quer com os cidadãos, onde a sedimentação cultural e o peso da história local agudizam os vectores já tradicionalmente complexos, bem como o desempenho cada vez mais abrangente de novas funções e com a necessidade que se exige de maior rigor na qualidade do seu desempenho e na eficiência da gestão dos recursos disponíveis, requerem cada vez mais a capacidade para organizar livremente os seus órgãos de gestão, sem terem de se acomodar às regras homogéneas impostas pelo poder central.⁹⁴

⁹⁴ Ver [28]: Proença, Margarida, (1993), *Teoria das Organizações e Gestão Local*, pp. 37 a 41.

Assim, apesar de aparentemente existirem múltiplos territórios à escala municipal com características aparentemente homogéneas, (Ex: dimensões geográficas, populacionais, etc.) na realidade e dada a amplitude da intervenção municipal, bem como a diversidade territorial e sociocultural que caracterizam o território nacional, torna-se difícil estereotipar qualquer modelo de uniformização organizativa, pelo que deve a organização municipal surgir como resultado da inter-relação com o meio envolvente e da capacidade de inovação do próprio Município, no sentido de encontrar a estrutura organizativa que melhor seja capaz de responder às solicitações e anseios dos diversos “*stakeholders*”.

Com autonomia administrativa e financeira, orçamento e património próprios, cada autarquia assume a sua própria identidade, onde a inter-relação com a sociedade de forma individual ou organizada, desempenha um papel relevante.

Num Estado marcadamente social, as autarquias têm que assumir funções tradicionalmente desempenhadas pelo Estado, o qual cada vez mais transfere competências suas para a Administração Local, designadamente em áreas como a educação, a saúde, a protecção social, a segurança, entre outras. Não se pretende de qualquer forma repudiar o que se tem vindo a verificar, ao nível da transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, mas apenas constatar, salientar esse facto e realçar que, como veremos no próximo capítulo, tal mais não é do que a aplicação do princípio da subsidiariedade defendido na Constituição⁹⁵.

Tais funções podem ser desempenhadas directamente pela estrutura administrativa e técnica municipal, por recurso ao sector cooperativo, a organizações não governamentais, a associações com fins de solidariedade social, à contratação externa (incluindo as empresas municipais ou quaisquer outras entidades empresariais ou particulares) ou ainda ao estabelecimento de parcerias com os designados grupos de interesses. O papel do município, relativamente às matérias cujo exercício é externo é o de mera coordenação, regulação e controlo, promovendo a competitividade interna do município, tendo em vista oferecer maior eficiência e qualidade pelos serviços prestados.

O insustentável crescimento dos custos associados ao Estado Providência tradicional, levou a que a partir dos finais da década de 70 e inícios da década de 80, principalmente com a chegada em 1979, de Margaret Thatcher ao poder, se acolhesse o aparecimento de uma corrente neo-liberal, a qual reúne cada vez mais apoiantes para as suas propostas de reforma do Estado e de modernização da sua administração, centradas nos vectores da gestão e organização.

⁹⁵ Ver [79]: Constituição da República Portuguesa – Sétima revisão – Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, art.º 6º.

A desintegração do Estado Providência é assim consequência das várias medidas que essa reforma tem provocado, isto é, a ruptura da sua anterior homogeneidade e centralização.

Esta ruptura manifestou-se por duas formas clássicas⁹⁶: a nível orgânico, através da criação de serviços desconcentrados do Estado e de novas entidades de direito público e de direito privado exteriores à Administração Pública; e a nível territorial, por via dos processos de regionalização e de descentralização municipal.

Assim, o sistema globalizado que motivou a adaptabilidade às novas tecnologias de informação e comunicação, as mudanças culturais e sociais que se introduziram nos cidadãos, a natural exigência de um melhor sector público e o cenário dos défices públicos elevados, agravado por um ciclo de crise económica mundial, traz mais uma vez a questão das finanças públicas em geral e das locais em particular para a actualidade.

Tal situação tem motivado um conjunto de acções por parte do poder central, com vista à reforma da Administração Pública, como foi referido.

Entre estas acções destacam-se:

- A necessidade de reforçar as medidas tendentes à desconcentração dos serviços públicos, designadamente através do reforço da transferência de competências, anteriormente pertencentes à Administração Central, para as Autarquias Locais;
- O estabelecimento de restrições legais ao endividamento da Administração Autónoma, particularmente dos Municípios e a adopção de mecanismos de controlo mais eficazes tendo em vista evitar o sobre-endividamento;
- A aprovação da nova Lei das Finanças Locais e algumas posições dos Municípios contra ela.

De entre as principais áreas, cada vez mais alvo do interesse na transferência de competências para as Autarquias Locais, anteriormente pertencentes à Administração Central, podemos encontrar as áreas da Saúde (com participação na gestão das unidades de saúde locais e nos programas de prevenção da saúde), a Educação (envolvendo toda a componente do ensino básico), a Acção Social (creches, apoio à infância, combate à exclusão social e rede social de apoio aos idosos), entre outras. Haverá outras áreas como o Ambiente e Ordenamento do Território, o Emprego entre outras, que não se tratam de áreas de prestação de serviços básicos às populações e com um nível de dispersão territorial muito elevado, não têm interesse prioritário

⁹⁶ Ver [19]: Montalvo, António Rebordão, (2003), *O Processo de Mudança e o Novo Modelo de Gestão Pública Municipal*, pp. 47 a 52.

na perspectiva da Administração Central, mas que perante a actual crise sócio-económica, começam a ser encaradas como de potencial interesse para a descentralização, pelo menos numa óptica de colaboração mais estreita com os Municípios.

A crise actual poderá ou tenderá assim a ser mais um contributo, para acelerar o processo da tão ambicionada passagem de competências da Administração Central para as Autarquias Locais e, quem sabe, para retomar o movimento da regionalização.

Parece pois chegado o momento em que ambas as partes estão interessadas. A Administração Central, porque desta forma transfere uma boa parte das suas responsabilidades, em matérias chave, difíceis de controlar para um nível próximo dos cidadãos, para a competência das Autarquias, passando-lhes em simultâneo, parte da responsabilidade no que à execução orçamental diz respeito.

As Autarquias, por sua vez, há muito que reclamam um aumento das suas competências em diversas áreas uma vez que sentem mais próximo as necessidades da sociedade.

O problema coloca-se quando se tenta conjugar os interesses de ambas as partes, nomeadamente no que respeita aos aspectos financeiros, pois são estes que têm gerado maior controvérsia em torno desta questão.

Questões como: os limites à descentralização (por forma a não pôr em causa o princípio da unidade do estado, da homogeneidade na provisão, as externalidades ou outros impedimentos legais) ou os princípios da suficiência e da solidariedade financeira⁹⁷, são alvo de preocupação e discussão entre as autarquias e que estas manifestam necessidade de ver discutidas e renegociadas com o Governo.

⁹⁷ Apesar da aprovação a 15 de Janeiro de 2007 da Lei.º 2/2007 – Lei das Finanças Locais.

V A GESTÃO DAS NECESSIDADES COLECTIVAS E A PARTILHA E GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS – AS AUTARQUIAS LOCAIS EM PORTUGAL E AS SUAS COMPETÊNCIAS, RESPONSABILIDADES, FINANÇAS, AUTONOMIA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Esta matéria traduz, em poucas palavras, a política que a Administração define e segue, quer para “gerar” receita, quer para partilhar essa mesma receita (executar despesa), optando por uma política mais ou menos centralizadora dos poderes do Estado, privilegiando a optimização e a promoção dos ganhos para todos (jogos de soma positiva) ou por seu turno, limitando-se à mera redistribuição da receita “gerada” por alguns (jogos de soma nula).

No livro *Finanças Públicas e Política Macroeconómica*, Silva & Neves (1992) referem que “As finanças públicas exercem uma influência considerável na economia, podendo a sua acção ser dirigida para alcançar objectivos desejados. A utilização deliberada de receitas e despesas do sector público para alcançar objectivos específicos designa-se por política orçamental”⁹⁸.

Os autores destacam como objectivos da política orçamental a eficiência na utilização dos recursos e correcção na distribuição do rendimento.

No que respeita à definição de sector público, estes autores afirmam que “O sector público administrativo inclui os serviços e organismos da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social, com exclusão das empresas as quais formam o chamado sector público produtivo ou sector empresarial do Estado”⁹⁹.

A Constituição da República Portuguesa (CRP) refere que “O Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública”¹⁰⁰.

O Título VIII da CRP (que será abordado detalhadamente mais adiante) é integralmente dedicado aos assuntos do Poder Local, reconhece também a autonomia das autarquias locais, bem como as suas competências próprias e a sua integração/relação no contexto do sector público administrativo.

⁹⁸ Ver [35]: Silva, Aníbal António Cavaco & Neves, João Luís César das, (1992), “*Finanças Públicas e Política Macroeconómica*”, p. 24.

⁹⁹ Ver [35]: Op. Cit., p. 28.

¹⁰⁰ Ver [79]: CRP – Sétima revisão – Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, art.º 6º n.º 1.

Assim, a Administração Local faz parte do designado sector público administrativo, logo todas as opções ao nível da política de gestão por qualquer um dos órgãos que integram este sector, determinam não apenas o seu desempenho individual, mas também o desempenho de todo o sector.

Outro aspecto focado, diz respeito ao que os autores designam por sector público produtivo ou sector empresarial do Estado, mesmo considerando-o fora do sector público administrativo, convém salientar algumas particularidades, as quais são relevantes no âmbito do presente trabalho, desde logo, e focando apenas a Administração Local, importa salientar que com a publicação da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro - que aprova o regime jurídico do sector empresarial local e da Lei n.º 2/2007 - Lei das Finanças Locais (LFL), o panorama empresarial local modificou-se bastante, quer funcionalmente, dando maior abertura às entidades locais para constituírem ou participarem em pessoas colectivas do tipo empresarial, que melhor prossigam o interesse público e cujos fins devem estar estatutariamente consagrados, mas também gerou implicações na relação financeira entre as entidades locais (accionista) e a respectiva empresa, impedindo a título de exemplo, que estas sirvam de instrumento paralelo para aumentar o endividamento do município, uma vez que a consolidação financeira legalmente prevista não o permite¹⁰¹.

Para Amaral (1992) *“...num Estado de Direito, as duas realidades (prossecução do interesse público e protecção dos direitos dos cidadãos) encontram-se indissociavelmente ligadas, não sendo possível, sob pena de ilegalidade, a realização do interesse público sem a devida consideração dos direitos e interesses dos particulares”*.¹⁰² É também de salientar o dever imposto aos órgãos da Administração Pública de actuar em estreita colaboração com os particulares, procurando assegurar a sua adequada participação no desempenho da função administrativa.

Este autor salienta ainda quatro elementos (Território, População, Interesses comuns e Órgãos representativos) essenciais, que sustentam a definição de Autarquia Local enquanto entidade pública, dotada de órgãos próprios, representativos da respectiva jurisdição e que prossegue interesses comuns dos seus habitantes.

Um dos aspectos essenciais para a definição de qualquer política de administração, é a definição de uma política fiscal, pois é esta que estabelece os critérios que permitem ao Estado gerar a receita fiscal, essencial à prossecução da sua política de administração. Nos países ocidentais esta é a principal fonte de receita da administração, uma vez que estes progressivamente têm alienado as suas participações empresariais, a favor de uma economia de mercado.

¹⁰¹ Ver [80]: Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, Capítulo VI, art.ºs n.ºs 31º & 32º.

¹⁰² Ver [2]: Amaral, Diogo Freitas do, & outros, (1992), *“Código do Procedimento Administrativo Anotado”*, p. 33. Referindo-se a uma anotação o art. 4º do CPA.

Como já foi apresentado no Ponto III.I, desde o início do Séc. XII que estão previstos impostos como contrapartida pela cedência das terras aos povoadores, logo como fonte de receita para a administração de quem as tutela¹⁰³.

Esta parece pois ser a génese do princípio da autonomia económico-financeira e patrimonial das autarquias, é esse o princípio que ainda hoje se mantém e que vem consagrado no art.º 238º da CRP¹⁰⁴. O mesmo artigo prevê ainda que o regime das finanças locais será estabelecido por lei (actualmente em vigor a Lei n.º 2/2007 (LFL), alterada pelas Leis n.º 22 -A/2007, de 29 de Junho, e n.º 67 -A/2007, de 31 de Dezembro) e visará a justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias, em função da repartição das competências (equilíbrio financeiro vertical) e a necessária correcção de desigualdades entre as autarquias do mesmo grau em função da diferente capacidade para arrecadar receita (equilíbrio financeiro horizontal).¹⁰⁵

Tal como as regiões autónomas, também as autarquias locais, compõem a administração autónoma, uma vez que têm competências próprias, que exercem o seu poder, tendo em vista a satisfação das necessidades sentidas pela população que integra a respectiva circunscrição administrativa. Por outro lado, a tutela que está prevista, poder/dever ser exercida por parte da Administração Central é meramente de legalidade, não sendo permitida qualquer sobreposição revogação ou impugnação hierárquica das deliberações praticadas ao nível local, apenas com o fundamento da discórdia, uma vez que apenas o é (recorrendo aos instrumentos legais previstos) em caso de incumprimento ou de violação (por acção ou omissão) de uma disposição legal.¹⁰⁶

V.I Os Princípios Fundamentais de Organização e Funcionamento do Estado

No que respeita aos princípios fundamentais para a organização e funcionamento do Estado, a CRP estabelece que:

“A Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

¹⁰³ Ver [30]: Reis, António Matos, (1991), “*Origens dos Municípios Portugueses*”, p. 45.

¹⁰⁴ Ver [79]: CRP – Sétima revisão – Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto. O Título VIII é integralmente dedicado aos aspectos relativos ao Poder Local. É ainda de referir que o princípio da autonomia local já se encontrava consagrado no art.º 6º n.º 1 da versão da CRP de 1976.

¹⁰⁵ Sublinha-se a este respeito a consonância com os princípios internacionais sobre esta temática, subscritos por Portugal, designadamente a “Carta Europeia da Autonomia Local”.

¹⁰⁶ Ver [79]: CRP – Sétima revisão – Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, art.º 242º.

Os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem actuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa fé.

A Administração Pública será estruturada de modo a evitar a burocratização, a aproximar os serviços das populações e a assegurar a participação dos interessados na sua gestão efectiva, designadamente por intermédio de associações públicas, organizações de moradores e outras formas de representação democrática.

Para efeito do disposto no parágrafo anterior, a lei estabelecerá adequadas formas de descentralização e desconcentração administrativas, sem prejuízo da necessária eficácia e unidade de acção da Administração e dos poderes de direcção, superintendência e tutela dos órgãos competentes.”¹⁰⁷

Como podemos conferir, aqui reside o espírito constitucional para a actuação de toda a Administração Pública, na qual se inclui a Administração Local.

Genericamente, destacam-se os seguintes princípios constitucionais com particular interesse para a Administração Local:

- Os princípios da subsidiariedade, materializado na descentralização democrática e na autonomia da Administração Local e Insular, salvaguardando a unidade do Estado;¹⁰⁸
- O princípio da autonomia, da titularidade de património e finanças próprios, baseado na justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pela Administração Local e Insular, com a salvaguarda da capacidade tributária destes níveis subnacionais de administração¹⁰⁹ e
- O princípio da solidariedade e da correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau.¹¹⁰

A respeito do princípio da subsidiariedade Oliveira (2001) escreve que “trata-se de um princípio que é corolário dos princípios da descentralização e da desconcentração administrativas, da desburocratização, da aproximação dos serviços às populações...”¹¹¹

¹⁰⁷ Ver [79]: Constituição da República Portuguesa – Sétima revisão – Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, art.ºs 266º e 267º n.ºs 1 e 2.

¹⁰⁸ Ver [79]: Idem, art.ºs 6º e 237º. A propósito deste princípio, convém não confundir com o princípio da solidariedade.

¹⁰⁹ Ver [79]: Idem, art.º 238º.

¹¹⁰ Ver [79]: Idem, art.ºs 1º e 238º. A propósito deste princípio, convém não confundir com o princípio da subsidiariedade.

¹¹¹ Ver [42]: Oliveira, Fernanda Paula, (2001), *Uma Breve Aproximação à Noção de Ordenamento do Território*, pp. 149-150.

O princípio da autonomia, decorre da materialização do princípio da subsidiariedade, assim para que se verifique uma efectiva descentralização administrativa e uma melhor aproximação às populações, é essencial concretizar o princípio da autonomia.

No que respeita ao princípio da solidariedade, este verte-se na responsabilidade vertical e horizontal de todo o sistema que constitui a organização e funcionamento do Estado. A forma mais clara de materialização deste princípio está na repartição dos recursos públicos, prevista na Lei das Finanças Locais.¹¹²

Para Zbyszewski (2006)¹¹³:

“Estes princípios são o respeito pela organização e funcionamento do regime autonómico insular, o respeito pelo princípio da subsidiariedade, o respeito pelo princípio da autonomia das autarquias locais e o respeito pelo princípio da descentralização democrática da administração pública. Em termos da sua sistematização, estes princípios encontram-se inseridos num conjunto de artigos da Constituição que o legislador denominou de princípios fundamentais, portanto atribuindo-lhes dentro da própria Constituição um estatuto superior ao das restantes matérias nela compreendidas.”

V.II A Justa Repartição dos Recursos Públicos e a Capacidade de Governo nas Autarquias Locais – A Evolução dos Critérios de Distribuição das Transferências do OE

Os princípios da economia pública em geral e da economia pública ao nível da afectação local, estão, (ou pelo menos devem estar) na base da relação entre a Administração Central e a Administração Local e consequentemente entre estas e o colectivo social à escala do respectivo âmbito de competências. A promoção de uma justa repartição dos recursos públicos pelos vários níveis de governo é pois a melhor garantia de eficiência e responsabilização mútua.

A busca por uma justa repartição dos recursos públicos e a autonomia financeira das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais vem consagrada no normativo legal nacional,^{114 115} mas

¹¹² Ver [83]: Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.ºs 7º e 19º.

¹¹³ Ver [40]: Zbyszewski, João Paulo, (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas: Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, p. 43.

¹¹⁴ Ver [79]: Constituição da República Portuguesa – Sétima revisão – Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, art.ºs: 1º; 6º n.º1; 229º e 238º n.º 2, Este é o suporte legal no regime jurídico nacional que sustenta o princípio da autonomia financeira das regiões autónomas, bem como das autarquias locais.

encontra-se também na Carta Europeia de Autonomia Local, ratificada pelo Estado Português, a qual e no que respeita ao conceito de Autonomia Local, entende como sendo “...o *direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos*”¹¹⁶.

Assim, uma efectiva acção com vista à mais adequada e justa satisfação das necessidades colectivas, deverá ser o fio condutor de todas as políticas públicas e em particular das finanças públicas, servindo de guia às diversas Leis das Finanças Locais. Desde a sua primeira versão em 1979¹¹⁷ até à actual Lei têm sofrido diversos avanços e recuos nomeadamente no que respeita às matérias alvo de tributação, bem como quanto aos níveis e à forma em que a mesma é aplicada.

Sendo certo que os ideais são difíceis, se não mesmo impossíveis de atingir, não será fácil encontrar consensos no que respeita a uma repartição ideal, que busque o uso eficiente dos recursos públicos, é ainda assim essencial buscar constantemente aquela que melhor sirva os interesses dominantes (mas sem esquecer as minorias) dos cidadãos e das empresas (utilizadores/destinatários), afinal é essa a missão que justifica a existência de uma administração pública, qualquer que seja o seu nível e as suas competências.

No que respeita à capacidade de governo nas Autarquias Locais, ao longo da História os “jogos de poder” entre a Administração Local e a Administração Central foram uma constante, ainda que o poder da Administração Central tenha sido quase sempre dominante e como refere Bilhim (2004):

*“Em toda a evolução da Administração Local há ciclicamente movimentos que vão do centro para a periferia e desta para o centro. No Estado Novo, houve claramente a predominância do centro sobre a periferia e, por isso, as diversas divisões a que o país foi sendo sujeito passaram sempre por uma imposição do centro. Além disso, foi, normalmente o centro que governou as autarquias locais e ainda foi o centro que assumiu as novas e crescentes funções do Estado, enviando os seus agentes especializados para as executarem. Por último, pode mesmo dizer-se que até quando houve alguma descentralização, foi porque o centro (Administração Central) assim o decidiu.”*¹¹⁸

¹¹⁵ Ver [83]: Lei 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, art.ºs 11º e 19º e respectivos desenvolvimentos nos artigos subsequentes.

¹¹⁶ Ver [63]: Decreto do Presidente da República n.º 58/90 de 23 de Outubro - Ratifica a Carta Europeia de Autonomia Local, art.º 3º, n.º 1, Esta parece ser a base do princípio da autonomia financeira das autarquias locais.

¹¹⁷ Ver [58]: Lei nº 1/79 de 02 de Janeiro, pelo meio ficaram o D.L. 98/84 de 29 de Março; a Lei nº 1/87 de 29 de Março e a Lei nº 42/98 de 06 de Agosto.

¹¹⁸ Ver [6]: Bilhim, João, (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, p. 10.

Este autor salienta assim a falta de cooperação, referindo-se mesmo à posição impositiva da Administração Central, até no momento de proceder a alguma descentralização.

Relativamente à autonomia e ao enquadramento financeiro dos Municípios durante o período do Estado Novo, o mesmo autor afirma:

“...o diploma que regulava esta matéria até 1974 era o Código Administrativo de 1940, o qual consagrava em toda a sua amplitude um sistema centralizador. A autonomia financeira dos Municípios encontrava-se no seu artigo 668º. Contudo, era uma autonomia muito relativa já que, devido ao estipulado no artigo 55º do mesmo diploma, muitas das deliberações camarárias que se integravam neste âmbito careciam de aprovação do Governo e do conselho municipal. Por outro lado, a escassez de receitas próprias conduziu a regimes de financiamento das autarquias designados por “comparticipações ministeriais” nos melhoramentos locais e, portanto, geradores de uma situação de grande dependência face ao poder central.”¹¹⁹

Este autor conclui assim que *“A 25 de Abril de 1974, o município era uma instituição administrativa e politicamente diminuída e desacreditada, resultado do modelo centralizador que presidiu à organização administrativa do Estado Novo.”¹²⁰*

Assim, durante o período do Estado Novo, as Autarquias Locais viram a sua autonomia reduzida e na prática passaram a corresponder à parte das pessoas colectivas integradas na Administração Indirecta do Estado, ainda que Caetano (1973), concordando com tal enquadramento, preveja para estas uma condição especial, referindo que *“as autarquias correspondem a substratos cujos interesses próprios existem antes e independentemente do Estado”¹²¹*.

A revolução de 25 de Abril de 1974 veio alterar inúmeros aspectos ao nível administrativo e das competências da Administração Local, como refere Pinto (1996), *“Os Municípios estavam sufocados pelo aperto político, administrativo e financeiro que sobre eles era exercido, pelo Governo e por alguns departamentos da Administração Central.”¹²²*

¹¹⁹ Ver [6]: Bilhim, João, (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, p. 10.

¹²⁰ Ver [6]: Op. Cit., p. 10.

¹²¹ Ver [9]: Caetano, Marcello, (1973), *Manual de Direito Administrativo*, Vol. I, 10ª Ed., pp. 192 a 193.

¹²² Ver [27]: Pinto, Aires de Jesus Ferreira, (1996), *O Município Português: Séculos XIX e XX*, p. 58.

Já Bilhim (2004) expõe:

“Com o 25 de Abril de 1974 são dissolvidos os corpos administrativos do Estado Novo e nomeadas as comissões administrativas que, até finais de 1976, asseguraram a gestão dos interesses locais.”

“Em termos de enquadramento jurídico, quer ao nível das competências, quer ao nível da gestão financeira, as comissões administrativas passaram a reger-se, até à entrada em vigor da lei n.º 77/79, pelas disposições do Código Administrativo de 1940, em tudo o que não contrariasse as novas disposições do Estado democrático recém-implantado.”

“No que toca às alterações de ordem financeira introduzidas a partir de 25 de Abril de 1974, a primeira tentativa de pôr cobro à distribuição arbitrária de verbas do poder central às autarquias teve lugar pelo Decreto-Lei n.º 768/75, de 31 de Dezembro e com o Decreto-Lei n.º 416/76, de 27 de Maio.”¹²³

Com a promulgação da Constituição Portuguesa de 1976 as autarquias locais viram consagrada a sua organização democrática e definidos os princípios do seu estatuto jurídico e da sua autonomia financeira e administrativa, reconhecida no artigo 237º da Lei Fundamental, cujos princípios basilares da reforma do regime financeiro assumiram claramente como objectivos, a *“Justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias”* e a *“correção das desigualdades entre autarquias do mesmo grau”*.¹²⁴

Este autor refere também que, “apesar de a Constituição de 1976 reconhecer a autonomia financeira das autarquias, estas continuaram a funcionar como um instrumento de subordinação do poder local ao Governo. De facto a lei ordinária que estabeleceu o regime das Finanças Locais apenas teve a sua promulgação em 1979 (Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro).”

Continuando o autor, a referir a propósito:

“Com esta lei passou a haver Autonomia, porque (as autarquias) passaram a conhecer previamente qual a receita global de que vão dispor para cobertura dos seus planos de actividade. Dentro dos limites legais, passam a ajustar as suas receitas aos objectivos que se lhes afigurem mais adequados. Verificou-se, entretanto, certa dificuldade em pôr na prática as boas intenções do diploma em acção, por exemplo, a Proposta de Lei do Orçamento Geral de Estado para 1979 não respeitou o artigo 8.º da Lei n.º 1/79, efectuando corte de verbas fixadas por lei para

¹²³ Ver [6]: Bilhim, João, (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, pp. 10-11.

¹²⁴ Ver [6]: Op. Cit., p. 11;

atribuição aos Municípios e restabelecendo os “subsídios e participações” taxativamente proibidos pelo artigo 16.º, n.º 1, dessa mesma lei.”¹²⁵

Este autor relata ainda:

“Entre 1980 e 1984, a situação de corte de verbas respeitante ao legalmente estipulado continuou a verificar-se, dado que as Leis do Orçamento do Estado continuaram a não cumprir as disposições expressas na Lei das Finanças Locais.”¹²⁶

“A primeira alteração da Lei das Finanças Locais veio a realizar-se em 1984, pelo Decreto-Lei n.º 98/84, de 24 de Março. Com esta legislação chega-se à abolição do mínimo de 18% de participação das autarquias nas despesas públicas (estipulado na lei anterior), e as transferências passam a ser estipuladas (fixadas) ano a ano pela Lei do Orçamento de Estado, ficando as autarquias em cada ano sujeitas ao que o Governo lhes resolve conceder.”¹²⁷

“Em 1986, a Assembleia da República veio a aprovar uma nova lei (Lei n.º 1/87, de 6 de Janeiro) que salientou o papel da Associação Nacional de Municípios como representante dos interesses do poder local.”¹²⁸

No entanto, segundo aquele autor, “...os esforços empreendidos no sentido de melhorar a vida do poder local, o que se pode observar é que a carência de recursos próprios e consequente necessidade de financiamentos centrais têm-se mantido até aos nossos dias.”¹²⁹

Assim é de destacar neste período democrático, desde logo a mútua e rápida vontade de afirmar a mudança de regime político e autonómico, com ele seguiu-se a tentativa de regulamentação no que respeita à administração financeira, estatuto jurídico, princípios e autonomia, apesar de algumas dificuldades, avanços e recuos.

Como ficou demonstrado, alguma ineficácia legal, por dificuldades no seu cumprimento motivou diversas alterações legislativas¹³⁰, sendo que o Decreto-Lei n.º 98/84, de 24 de Março, acaba por ser um retrocesso legal, na medida em que para além de limitar a capacidade de gestão das autarquias, põe em causa o seu princípio de autonomia financeira, subjugando-as anualmente à vontade da Administração Central. Posteriormente outras foram as alterações legislativas. Na

¹²⁵ Ver [6]: Bilhim, João, (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, p. 11;

¹²⁶ Ver [6]: Op. Cit., p. 11;

¹²⁷ Ver [6]: Op. Cit., p. 11;

¹²⁸ Ver [6]: Op. Cit., p. 12;

¹²⁹ Ver [6]: Op. Cit., p. 12;

¹³⁰ A actual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro) corresponde à 5ª versão da Lei que define estas matérias, as anteriores versões iniciaram-se com a Lei nº 1/79 de 02 de Janeiro, tendo-se seguido o D.L. 98/84 de 29 de Março, a Lei nº 1/87 de 29 de Março e a Lei n.º 42/98 de 06 de Agosto.

última revisão constitucional, passou a estar prevista a possibilidade das autarquias locais poderem dispor de poderes tributários, nos casos e nos termos previstos na lei¹³¹.

A análise às contas dos Municípios Portugueses para o ano de 2007, apresenta uma redução generalizada no nível das transferências do Estado para os Municípios, referindo que *“As transferências recebidas do Estado (correntes e de capital) são, a nível geral, a principal fonte de receita. Em média, em 2007, representaram 40,4% das receitas totais (42,8% em 2006 e 43,1% em 2005), embora para os pequenos municípios essa média seja de 65,4% (66,7% em 2006 e 66,9% em 2005), nos municípios médios de 40,4% (44,4% em 2006 e 45,5% em 2005) e nos grandes municípios apenas de 18% (24,9% em 2006 e 24,8% em 2005)”*.¹³²

A este propósito os autores salientam a diferença do peso de algumas receitas quando se analisam Municípios de pequena, média e grande dimensão, nomeadamente no que se refere ao peso dos impostos e taxas que relevam a fraca elasticidade da gestão municipal no que respeita à definição da receita, uma vez que se limita à fixação de taxas e licenças, dado serem os impostos fixados no OE, logo aprovados pela Assembleia da República, concluindo por isso que para suportar o impacto financeiro desta medida, os Municípios têm optado por receitas de natureza extraordinária (venda de bens duradouros), as quais, na opinião dos autores deste trabalho, continuam a assumir um papel importante na formatação das condições para uma maior independência financeira, nomeadamente nos grandes Municípios, ainda que venham a verificar um peso cada vez menor nas receitas totais.

Os autores referem a necessidade da consolidação financeira do sector autárquico, se fazer pela óptica da despesa, promovendo-se a rentabilização de recursos e maior eficácia e eficiência na utilização dos meios, sugerindo que tal passará por uma reestruturação do sector administrativo local com redução do aparelho da própria autarquia, bem como das organizações satélites, por onde se processa a descentralização da Administração Local. O elevado peso do IMI e do IMT é também referenciado pelos autores, como sendo determinante para os impostos municipais, designadamente o elevado crescimento verificado nos últimos anos em particular nos Municípios junto ao litoral.¹³³

Para este aspecto em concreto, parece oportuno referir que a conjuntura actual de natureza económica e financeira, que afecta em particular o sector imobiliário tenderá a revelar-se também desfavorável para as contas municipais, principalmente para os Municípios que revelam maior dependência face às receitas provenientes do património imobiliário.

¹³¹ Ver [83]: Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 11º & ss.

¹³² Ver [50]: Carvalho, João, Fernandes Maria J., Camões, Pedro, Jorge, Susana, (2007), Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007, p. 54.

¹³³ Ver [50]: Op. Cit., pp. 54-55.

A figura que se segue apresenta um quadro que sintetiza a evolução dos critérios de distribuição das transferências do Orçamento do Estado, até à Lei das Finanças Locais actualmente em vigor.

O quadro seguinte mostra-nos como é determinada a verba a que têm direito os Municípios no que respeita aos critérios de distribuição das transferências do OE.

O Fundo Geral Municipal (FGM), representa 50% do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e “corresponde a uma transferência financeira do Estado que visa dotar os Municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento.”¹³⁴

Para além desta verba, os Municípios recebem outros montantes do OE, designadamente os 50% restantes do FEF, que correspondem ao Fundo de Coesão Municipal (FCM) e ao Fundo Social Municipal (FSM).¹³⁵

As verbas correspondentes ao FEF são colocadas à disposição dos respectivos Municípios para gestão autónoma, sendo apenas condicionadas à aplicação de um limite máximo de 65% do valor deste Fundo em despesa corrente.¹³⁶

¹³⁴ Ver [83]: Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 22º.

¹³⁵ Mais adiante apresenta-se um ponto onde se estuda de forma mais detalhada as fontes de receita dos Municípios portugueses.

¹³⁶ Ver [83]: Idem, art.º 25º, n.º 3. Às receitas municipais aplica-se o princípio da não consignação, à excepção das receitas provenientes do FSM, das transferências de fundos da UE, dos montantes recebidos a título de tarifas ou preços pelas actividades (bens ou serviços) prestados à comunidade, contratos designadamente no âmbito da coperação técnica e financeira cujo fim está claramente definido, empréstimos de médio e longo prazos para a realização de investimentos, ou ainda quaisquer outras previstas na lei.

FIGURA N.º 7 – EVOLUÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE

Critérios	Lei 1/79	Lei 98/84	Lei 1/87 (FEF)	Lei OE/92 (FEF)	Lei 42/98¹³⁷ (FGM FCM)¹³⁸	Lei 2/07¹³⁹ (FSM)¹⁴⁰
Habitantes	35%	45%	45%	40%	35%	65% ¹⁴¹
Habitantes < 15 anos				5%	5%	
Área	15%	10%	10%	15%	30%	25% + 5% ou ¹⁴² 20% + 10%
Capitação Impostos		15%	10%	5% (ICF)	(ICF) ¹⁴³	(ICF)
Nº de Freguesias	15%	5%	5%	5%	15%	
Repartição Igual pelos Municípios		5%	10%	15%	5%	5%
Rede Viária	Incluído no (IC)	Incluído no (IC)	10%	10%		
Nº de Alojamentos			5%			
Índice de Carências (IC)¹⁴⁴	35%	20%	5%		(IDO) ¹⁴⁵	(IDO) ¹⁴⁶
Acessibilidade				5%		
IRS colecta local					10%	[0%;5%] ¹⁴⁷
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte [7]: Bravo, Ana Bela Santos & Sá, Jorge A. Vasconcelos e, Autarquias Locais – Descentralização e Melhor Gestão, (2000), p. 79, complementado/adaptado por: Carvalho, Manuel

¹³⁷ Esta Lei foi objecto de diversas alterações, sendo a mais significativa a quarta alteração, efectuada através da Lei n.º 94/2001 de 20 de Agosto, tendo sido reforçados os mecanismos de salvaguarda dos meios para a administração local para fazer face às suas competências.

¹³⁸ Fundo de Coesão Municipal, tem em conta o Índice de Carência Fiscal (ICF) e o Índice de Desigualdade de Oportunidades (IDO).

¹³⁹ Ver [83]: Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 26º.

¹⁴⁰ Ver [83]: Idem, art.º 24º, n.º 1, art.º 19º, n.º 1, b) & art.º 25º. O FSM constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios (transferidas da Administração Central), associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social.

¹⁴¹ Percentagem calculada na razão directa da população, ponderada nos termos do art.º 26º n.º 2, da Lei n.º 2/2007 e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo. Inclui a possibilidade máxima de participação na colecta local de IRS (5%), prevista no art.º 19º n.º 1, c) da mesma Lei.

¹⁴² Ver [83]: Idem, art.º 26º, n.º 1, c) & d). A variação percentual desta componente está dependente da afectação ou não da área municipal à Rede Natura 2000.

¹⁴³ Ver [66] & [83]: Idem, art.º 13º, n.º 2 & art.º 14º, n.º 1; Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.ºs 24º & 27º. O Índice de Carência Fiscal (ICF), corresponde à diferença entre a capitação média nacional das colectas dos impostos municipais (Contribuição Autárquica, Imposto Municipal sobre Veículos e Imposto Municipal de Sisa) e a respectiva capitação municipal daqueles impostos. A Compensação Fiscal (CF) de cada Município é diferente consoante esteja acima ou abaixo de 1,25 vezes a Capitação Média Nacional (CMN) da soma das colectas dos impostos municipais referidos na alínea a) do artigo 10.º e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2007. Esta compensação incorpora o Fundo de Coesão Municipal.

¹⁴⁴ Inclui os seguintes indicadores: Capitação do consumo doméstico de electricidade e de água canalizada; rede viária; n.º de crianças > 6 anos e adultos > 65 anos e n.º de médicos por habitante.

¹⁴⁵ Ver [66] & [83]: Idem, art.º 13º, n.º 3; Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.ºs 24º & 27º. O Índice de Desigualdade de Oportunidades (IDO) representa a diferença de oportunidades positiva para os cidadãos de cada município, decorrente da desigualdade de acesso a condições necessárias para poderem ter uma vida mais longa, com melhores níveis de saúde, de conforto, de saneamento básico e de aquisição de conhecimentos. Esta compensação incorpora o Fundo de Coesão Municipal.

¹⁴⁶ Inclui os indicadores: Capitação do consumo doméstico de electricidade e de água canalizada; rede viária; n.º de crianças com mais de 6 anos e adultos com mais de 65 anos: n.º de médicos por habitante.

¹⁴⁷ Ver [83]: Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 19º, n.º 1, c) – Esta participação variável entre 0% e 5% no IRS, determinada nos termos do artigo 20.º, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial. Para efeitos do presente quadro, considerou-se a possibilidade máxima de participação incluída na componente “Habitantes”.

De seguida apresentar-se-á a evolução ocorrida entre as diversas Leis, reservando-se o estudo mais detalhado da receita municipal para um capítulo específico, apresentado mais adiante.

Assim, tal como podemos observar no quadro da página anterior, a Lei n.º 1/79 de 2 de Janeiro foi a primeira Lei das Finanças Locais que constituiu um passo decisivo no sentido do reforço da autonomia dos Municípios, na medida em que estes passaram a saber antecipadamente qual a sua dotação de receita global para cobertura dos seus planos de actividade de acordo com as suas competências, permitindo-lhes ajustar as suas receitas aos objectivos que se mostrem mais adequados e vice-versa, simultaneamente esta Lei determinou que os controlos exercidos sobre a gestão financeira e patrimonial dos Municípios por parte do Governo passassem a ser apenas de legalidade (Tutela Inspectiva¹⁴⁸). Determinou ainda com o aumento de receitas, a ampliação do seu âmbito de competências que, como veremos adiante, tem vindo constantemente a aumentar.

Esta Lei apresenta princípios de moralidade, de equidade e de racionalidade às finanças locais em Portugal, na medida em que promove a distribuição das transferências do OE segundo critérios previamente estabelecidos, acabando com os subsídios da Administração Central de forma arbitrária, não se escusando a ponderar as necessidades especiais que devem assistir aos Municípios que comportam grandes centros urbanos, aos que têm maior dimensão territorial e aos que apresentam maiores carências.

É de salientar ainda a preocupação, também já desta Lei, na definição de um montante mínimo de receita que os Municípios ficavam obrigados a destinar às freguesias, bem como a fixação dos critérios objectivos para a sua afectação.¹⁴⁹

Contudo, e tal como já foi referido anteriormente, confirmando o enunciado por Bilhim, apesar de serem notórias as mudanças com esta Lei face à situação anterior ao 25 de Abril de 1974 e mesmo relativamente aos anos que se lhe seguiram até à sua entrada em vigor, certo é que boa parte dos seus propósitos não foi alcançada, essencialmente fruto de sucessivos cortes orçamentais relativamente ao que estava previsto na Lei, motivando protestos generalizados daí e resultando a publicação em 1984 de uma nova Lei de Finanças Locais (Lei n.º 98/84 de 29 de Março), a qual viria a revogar a Lei n.º 1/79.

As grandes novidades desta Lei face à anterior dizem repeito ao FEF, designadamente à repartição na proporção de 5% deste fundo igualmente por todos os Municípios e ainda à introdução do factor de capitação nos impostos directos (15%).¹⁵⁰

¹⁴⁸ Ver [58]: Lei n.º 1/79 de 02 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 21º.

¹⁴⁹ Ver [58]: Idem, art.ºs 4º & 11º.

¹⁵⁰ Ver [59]: Lei n.º 98/84 de 29 de Março, Lei das Finanças Locais, art.º 7º.

A incorporação destes dois novos factores de distribuição, foram compensados pela variação nas ponderações de outras componentes relativamente à lei anterior, assistindo-se designadamente à redução do peso das componentes “*habitantes*”, “*área*”, “*n.º de Freguesias*” e “*Índice de Carências*”.

Esta Lei viria a vigorar apenas até 1986, sendo alterada pela Lei n.º 1/87 de 06 de Janeiro, tendo-se verificado um reforço do peso das transferências do OE, resultado de uma nova fórmula de cálculo do FEF que consideraria o IVA.¹⁵¹

Para além desta alteração e de outras variações percentuais relativamente à lei anterior, destacam-se ainda a incorporação de dois novos critérios distributivos para o FEF, são eles a repartição em função da rede viária municipal (este critério anteriormente integrava o Índice de Carências) e a repartição em função do número de alojamentos, sendo a sua incorporação compensada pela redução de 20% para 5% no “*Índice de Carências*”, enquanto a redução em 5% na “*Capitação de Impostos*” foi compensada por um acréscimo equivalente na componente “*Repartição igual pelos Municípios*”. A aplicação desta lei segundo estes novos critérios foi faseada entre 1987 e 1990.¹⁵²

Há ainda a destacar a duplicação do montante mínimo de transferências dos municípios para as freguesias¹⁵³, bem como a possibilidade, apenas em casos excepcionais, se verificar a concessão de outros auxílios financeiros por parte da Administração Central, os quais ficariam condicionados à publicação em Decreto-lei e salvo nas situações de calamidade pública e de instalação de novos Municípios e Freguesias, todas as restantes situações teriam de estar prévia e devidamente contempladas em anexo à Lei do Orçamento de Estado.¹⁵⁴

Surgiu também com esta Lei o conceito dos contratos-programa entre a Administração Central e a Local como instrumento previsto para que a Administração Central participe financeiramente determinados projectos com a Administração Local.¹⁵⁵

A Lei do OE para 1992, produziu também alterações ao nível dos critérios de distribuição das transferências do OE. Assim, foram introduzidos dois novos factores de ponderação: um que pondera o FEF a receber por cada Município em 5% do número de residentes com menos de 15 anos e o segundo que pondera em 5% da razão directa do grau de acessibilidade. As componentes “*N.º de Alojamentos*” e “*Índice de carências*” deixaram de ser consideradas como

¹⁵¹ Ver [60]: Lei n.º 1/87 de 06 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 9º.

¹⁵² Ver [60]: Idem, art.º 10º & art.º 26º.

¹⁵³ Ver [60]: Idem, art.º 20º.

¹⁵⁴ Ver [60]: Idem, art.º 13º.

¹⁵⁵ Ver [60]: Idem, art.º 14º.

ponderadores para efeitos desta distribuição, enquanto as componentes “*Habitantes*” e “*Capitação de Impostos*” perderam relevância (5%) na ponderação, já as componentes “*Área*” e “*Repartição igual pelos Municípios*” viram reforçado o seu peso na mesma proporção.¹⁵⁶

Com a Lei 42/98, os Municípios com maior número de habitantes saíram penalizados, uma vez que a componente “*Habitantes*” viu reduzido em 10% o seu peso, para o nível que registava na Lei 1/79 (35%), também a “*Repartição igual pelos Municípios*” regressou aos níveis iniciais (5%, tal como na Lei 98/84).

As componentes “*Rede viária*” e “*Acessibilidade*” deixaram de ter qualquer ponderação na distribuição das transferências, enquanto a “*Capitação de Impostos*” passou a integrar o Fundo de Coesão Municipal, tal como as “*Carências*”.

Entretanto é notória uma discriminação positiva para os Municípios de maior dimensão (área territorial) uma vez que a componente “*Área*” viu duplicada a sua ponderação (de 15% para 30%), por outro lado também o reforço de 5% para 15% na componente “*Freguesias*” é de destacar, sendo a introdução da componente “*IRS Colecta Local*”, com um peso de 10%, talvez a alteração mais relevante, na medida em que dá maior estabilidade à previsão das receitas para cada Município e simultaneamente estimula-os para que sejam capazes de atrair mais população para residir, mais emprego, mais actividade económica, no fundo gerar riqueza, por forma a “gerar” maior receita para si próprios.¹⁵⁷

A actual lei das Finanças Locais:

Relativamente à anterior Lei (a Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro), a Nova Lei das Finanças Locais (NLFL) reforça o peso da componente “*Habitantes*” e simultaneamente retira qualquer ponderação às componentes “*Habitantes < 15 anos*” e “*N.º de Freguesias*”, enquanto a introdução de uma parcela variável na componente “*IRS Colecta local*” correspondente a uma participação entre 0% e 5% (variável por opção do Município), sugerem revelar uma preocupação em incentivar os Municípios a desenvolverem medidas de estímulo à fixação das populações, dotando-os para tal de alguma capacidade competitiva ao nível fiscal.

Já no que respeita à componente “*Área*”, a Lei prevê alguma adaptabilidade, por forma a responder a alguns dos problemas apresentados por alguns Municípios, que apresentavam como razões para o seu baixo nível de desenvolvimento e consequentemente de capacidade fiscal, a elevada área do território municipal que estava abrangida por instrumentos de ordenamento como

¹⁵⁶ Ver [64]: Lei n.º 2/92 de 09 de Março, Lei que aprova o OE. O Capítulo IV é dedicado às finanças locais e o art.º 12º altera o art.º 10º da Lei n.º 1/87.

¹⁵⁷ Ver [66]: Lei n.º 42/98 de 06 de Agosto, Lei das Finanças Locais, art.º 12º n.º2.

a Rede Natura 2000, visando também “estimular” a preservação e promoção da sustentabilidade ambiental ao nível local.¹⁵⁸

Consideremos a repartição do FEF entre o Fundo Geral Municipal (FGM)¹⁵⁹ e o Fundo de Coesão Municipal (FCM)¹⁶⁰.

Relativamente à Lei anterior, na utilização da verba a transferir para as autarquias mantém-se o princípio geral da não consignação para a sua aplicação, apenas limitado à receita corrente, que não poderá exceder 65% do FEF¹⁶¹ e às receitas provenientes do Fundo Social Municipal (FSM),¹⁶² que visam o financiamento entre as competências de âmbito social das competências transferidas para os Municípios, anteriormente pertença da Administração Central, constituindo por isso uma receita consignada.

Outro princípio consagrado pela nova Lei, é o que respeita à coerência com o quadro de atribuições e competências que legalmente está cometido aos Municípios, designadamente ao prever regras que visam assegurar o adequado financiamento de novas atribuições e competências.¹⁶³

Esta nova LFL reforça assim os critérios, no que respeita aos princípios relativos à correcção das desigualdades entre autarquias do mesmo grau que haviam sido incrementados com a Lei do OE/92.

Assim, o princípio da correcção das desigualdades assenta nos elementos de equalização nos quais se baseia o esquema de cálculo do FCM¹⁶⁴ com base em indicadores de carências e de desigualdades (compensação fiscal (CF) e compensação da desigualdade de oportunidades (CDO)), promovendo que, para Municípios iguais no que respeita a estes indicadores, seja transferido o mesmo montante do FEF, contudo, até 1992 o nosso país não incorporou na legislação qualquer critério com vista a igualizar as capacidades fiscais dos municípios.¹⁶⁵

A capitação nos impostos directos, prevista no art.º 10.º da Lei n.º 1/87 deu progressivamente lugar a um elemento de compensação dos municípios que têm uma base tributável per capita inferior à média, materializando-se assim a partir de 1992 a inclusão de um elemento de

¹⁵⁸ Ver [83]: Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 6º & art.º 26º, n.º 1, c) & d).

¹⁵⁹ Que visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento.

¹⁶⁰ Que visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias, em benefício dos municípios menos desenvolvidos.

¹⁶¹ Ver [83]: Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 25º, n.º 3.

¹⁶² Ver [83]: Idem, art.º 19º, n.º 1 b) & art. 24º.

¹⁶³ Ver [83]: Idem, art.º 2º & art. 52º.

¹⁶⁴ Ver [83]: Idem, art.º 23º.

¹⁶⁵ Normalmente designada tax-base equalising grants.

equalização da base tributária. Os Municípios com uma Capitação Média inferior a 0,75 vezes a Capitação Média Nacional (CMN), são beneficiários líquidos do FCM, enquanto aqueles cuja Capitação seja superior a 1,25 vezes a CMN, são contribuintes líquidos do fundo.¹⁶⁶

Em síntese, a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, de acordo com a actual LFL é a seguinte:

- Uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) cujo valor é igual a 25,3% da média aritmética simples da receita proveniente do IRS, do IRC, e do IVA, subtraída de 5% IRS e do IVA consignado;
- Uma subvenção específica determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM) cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios;
- Uma participação variável entre 0% e 5% no IRS, dependente da deliberação municipal sobre a percentagem pretendida pelo município, a qual deverá ser comunicada, via electrónica à DGCI, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos¹⁶⁷;
- O FEF é repartido 50% como FGM e os restantes 50% como FCM, por isso a participação geral de cada município no FEF resulta da soma das duas parcelas;
- Os municípios com capitação de receitas municipais em termos de Compensação Fiscal superior a 1,25 vezes a média nacional são contribuintes líquidos do FCM e apenas os que tenham uma capitação inferior a 0,75 vezes a média nacional são beneficiários líquidos;

As transferências financeiras correspondentes à participação dos municípios nos recursos públicos são anualmente inscritas no OE.

Os Municípios podem decidir livremente a afectação das verbas do FEF, estando condicionados apenas ao limite máximo de 65% da verba global deste fundo que poderá ser afecta à despesa corrente, já o FSM é um fundo cujas verbas são consignadas.

O FSM e a participação no IRS, são inscritos nos orçamentos municipais como receitas correntes, enquanto pelo menos 35% do FEF tem de corresponder a receita de capital.

¹⁶⁶ Ver [83]: Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 27º.

¹⁶⁷ Ver [83]: Idem, art.º 20º. A ausência da comunicação ou a recepção da comunicação para além do prazo aí estabelecido equivale à falta de deliberação.

São excluídas outras formas de financiamento de competências específicas dos Municípios, com recurso ao financiamento específico através do Orçamento de Estado ou exercidas ao abrigo de protocolos e outras formas de cooperação contratualizadas entre a Administração Central e os Municípios, desde que tal não tenha um fim específico e esteja previamente definido e aprovado em sede de Orçamento de Estado.

A partir de 2008, é fixado anualmente na Lei do OE o valor correspondente às despesas relativas às competências transferidas da Administração Central para os Municípios, no âmbito do FSM.

V.III A Gestão Financeira e Orçamental do Estado e a Contabilidade Pública Actual – O POCAL

A Constituição da República Portuguesa, define no Título IV, o essencial no que respeita às regras constitucionais para o Sistema Financeiro e Fiscal do Estado, reservando o Título VIII às questões em matéria do Poder Local.

Ao nível das autarquias, as mudanças no enquadramento legal, decorrem do âmbito de um processo mais alargado de reforma da gestão financeira e contabilística de todo o Estado, com implicações ao nível da contabilidade pública em geral e com aplicação, umas vezes de forma directa outras de uma forma indirecta, às autarquias locais.

A satisfação de necessidades de carácter colectivo através da prestação de serviços, em princípio sem finalidade lucrativa, é uma das características transversais às organizações que integram todo o sector público, ainda assim, quaisquer acções desenvolvidas incorrem normalmente no consumo de recursos monetários, razão pela qual as preocupações de carácter financeiro/orçamental, são normalmente o primeiro desafio.¹⁶⁸

Até à década de 90 do século passado (menos de 20 anos), a contabilidade pública vinha adoptando a designada base de caixa para registo dos factos com expressão contabilística.

A expressão das preocupações manifestadas pela necessidade da normalização das contas do Estado, bem como de contabilizar as operações com base no regime de acréscimo de custos/gastos (registados quando incorridos) e de proveitos /rendimentos (registados quando obtidos) e não quando se dá o respectivo pagamento ou recebimento, motivaram o início de um processo alargado de reforma da gestão financeira e contabilística de todo o Estado em Portugal.

¹⁶⁸ Ver [10]: Caiado, António C. Pires, (sd), *A Contabilidade Pública: Novos Desafios*.

O POCP não abandonou a óptica de caixa, mas simultaneamente passou a contemplar informação na óptica do acréscimo.

A execução orçamental tem reservadas contas na classe 0 para a evidenciação de algumas das suas fases, estando reservadas às classes de contas do código 1 e ao código 8 as rubricas para as ópticas de acréscimo de caixa, esta última prevista nas fases de pagamento das despesas e de recebimento das cobranças.

A in experiência na adopção do novo método, dificuldades no inventário e na avaliação patrimonial, prática deficiente em matéria de aprovisionamento, défice de informação de “terceiros”, ou a aversão à contabilidade por muitos funcionários públicos, revelaram-se alguns obstáculos à sua implementação.

A adopção da óptica do acréscimo em muitos organismos viria a suscitar diversas interrogações, particularmente quanto à aplicação do conceito de proveito/rendimento à generalidade dos organismos do sector público, com o fundamento no seu carácter prestador de serviços, com vista à satisfação de necessidades de carácter colectivo e cuja finalidade não era lucrativa, o que dificultaria a medição dos benefícios (*outputs*).

Acabariam então naturalmente por surgir alguns planos sectoriais de contabilidade¹⁶⁹, entre os quais o POCAL.

Na figura que se segue apresenta-se um quadro com uma breve síntese do enquadramento legal no que a esta temática diz respeito, destacando-se os diplomas com aplicação directa ou indirecta às autarquias locais.

FIGURA N.º 8 – ENQUADRAMENTO LEGAL DA GESTÃO FINANCEIRA E DA CONTABILIDADE PÚBLICA DO ESTADO

Ano	Diploma	Descrição
1990	Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro	Lei de Bases da Contabilidade Pública
1992	Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho	Regime da Administração Financeira do Estado
1997	Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro	Plano oficial de Contabilidade Pública – POCP
1998	Orientação n.º 1/98 da CNCAP	Adopção do POCP e definição de entidades piloto
	Decreto-Lei n.º 68/98, de 20 de Março	Lei orgânica da Comissão de normalização Contabilística para a Administração Pública

¹⁶⁹ Entende-se por plano sectorial, aquele que abrange o tratamento das operações específicas dos organismos que compõem um determinado sector de actividade, sempre dentro do modelo definido no plano geral.

	Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto	Lei das Finanças Locais
1999	Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro	Plano oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL e as alterações que se lhe seguiram.
	Despacho n.º 4.839 – 2.ª série, Diário da República, de 7 de Março de 1999	SATAPOCAL – serviço de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL
	Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), definindo-se os princípios orçamentais e contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço, a demonstração de resultados, bem assim os documentos previsionais e os de prestação de contas.
2000	Portaria n.º 671/2000, de 1 de Abril	Cadastro e inventário dos Bens do Estado (CIBE)
	Orientação n.º 2/2000 da CNCAP	Adopção generalizada pelos serviços e organismos obrigados a aplicar o POCP e planos sectoriais, das normas de inventariação aprovadas pela Portaria n.º 671/2000, de 1 de Abril.
	Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro	Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (POC-Educação).
	Portaria n.º 898/2000, de 28 de Setembro	Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POC-MS).
	Decreto-Lei n.º 315/2000, de 02 de Dezembro	Altera o Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).
2001	Aviso n.º 7.467/2001, de 30 de Maio	Norma interpretativa n.º 2/2001 da CNCAP (movimentação contabilística da conta 25-Devedores e Credores pela Execução do Orçamento)
	Resolução n.º 4/2001, de 18 de Agosto, do Tribunal de Contas	Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas, sujeitas ao POCAL
	Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto	Lei do Enquadramento Orçamental
2002	Decreto-Lei n.º 12/2002, de 25 de Janeiro	Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e Segurança Social (POC-ISSSS)
	Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro	Novo classificador económico das receitas e das despesas públicas
2002	Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 05 de Abril	Altera o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, no que respeita às regras previsionais.
2004	Resolução n.º 1/2004, de 18 de Janeiro, do Tribunal de Contas	Instruções para a organização e documentação das contas das entidades do POCP, POC-Educação, POC -

		MS e POC-ISSSS
2005	Circular (série A) n.º 1.314 da Direcção Geral do Orçamento	O IVA como operação não orçamental (operação de tesouraria)
2006	Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro	Regime geral das Taxas das Autarquias Locais
	Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro	Regime Jurídico do sector Empresarial Local
2007	Lei n.º 2/2007, de 1 de Janeiro	Nova Lei das Finanças Locais
	Declaração de Rectificação n.º 14/2007 de 15 de Fevereiro de 2007	Rectifica a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto
	Decreto-Lei n.º 50-C/2007 de 03 de Junho de 2007	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2007
	Lei n.º 22-A/2007 de 29 de Junho de 2007	Procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel o imposto municipal sobre veículos o imposto de circulação e o imposto de camionagem
	Lei n.º 67-A/2007 de 31 de Dezembro	Orçamento do Estado para 2008 (Altera a Lei 2/2007, de 15 de Janeiro)
2008	Decreto-Lei n.º 38/2008 de 03 de Julho de 2008	Densifica as regras referentes aos regimes de saneamento e de reequilíbrio financeiro municipal, bem como do Fundo de Regularização Municipal, previstos na Lei das Finanças Locais
	Decreto-Lei n.º 41/2008 de 03 de Outubro de 2008	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2008
	Despacho n.º 30190/2008 de 24 de Novembro de 2008	Delegação de competências do Ministro das Finanças no Secretário de Estado do Orçamento em matéria de autarquias locais
2009	Circular (Série A) n.º 1.345 da Direcção Geral do Orçamento	Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – Contabilização

Fonte[50]: Carvalho, João, Fernandes Maria J., Camões, Pedro, Jorge, Susana, (2007) Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007, págs. 36-37 Quadro 2.02, Recolhido em 21-07-2009 de <http://www.ctoc.pt/fotos/editor2/Anuario%202007%20final.pdf>
Alterado/revisto por: Carvalho, Manuel

Como se pode constatar através do quadro anterior, a década de 90 foi realmente a década que incrementou a reforma legal ao nível da contabilidade e finanças da Administração Pública em geral e particularmente da Administração Local.

A aprovação da Lei de Bases da Contabilidade Pública, seguida do Decreto-lei que define o Regime da Administração Financeira do Estado, o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), a Lei das Finanças Locais e o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), foram talvez no plano legal os factos mais relevantes para a reforma durante esta década.

Apesar de previsto na Lei n.º 42/98 de 06 de Agosto, a adopção de forma massificada por parte das Autarquias Locais do Plano Oficial de Contabilidade Pública, tal apenas viria a ocorrer em meados da primeira década deste século.

De acordo com um inquérito de 2002, tornado público pela Direcção Geral das Autarquias Locais, em 1 de Janeiro de 2003, 90% dos municípios estavam a aplicar o POCAL destes, 60% estavam a aplicá-lo em exclusivo.¹⁷⁰

Assim, o POCAL, que entrou em vigor em 1 de Janeiro do ano 2002¹⁷¹, suportado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, consubstancia a reforma da administração financeira e das contas públicas no sector da Administração Autárquica, nomeadamente municípios, freguesias, associações de municípios e de freguesias de direito público e ainda áreas metropolitanas e demais entidades que, por lei, estão sujeitas ao regime de contabilidade das autarquias locais,¹⁷² traduzindo assim a aplicação à Administração Local do POCP.

Os objectivos desta reforma passam pela integração consistente dos subsistemas de contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade adequada à gestão pública moderna, por forma a constituir um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais e assim ser capaz de traduzir informação cada vez mais útil à gestão.

Com a entrada em vigor do POCAL, foram revogados os seguintes diplomas:¹⁷³

- Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 226/93, de 22 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 92-C/84, de 28 de Dezembro.

Com o POCAL foi introduzido, o método de registo digráfico ou de partidas dobradas, na contabilidade das autarquias locais sujeitas ao regime completo¹⁷⁴, o qual substituiu o método anteriormente utilizado, de registo unigráfico.

¹⁷⁰ Informação consultada em 27-11-2009 no sítio da WEB: http://www.dgaa.pt/pocal_principal.htm

¹⁷¹ Ver [72]: Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, art.º único & art.º 10º

¹⁷² Ver [67]: Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, art.º 2º.

¹⁷³ Ver [72]: Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, art.º único & art.º 12º.

¹⁷⁴ Nos termos do ponto 3. do capítulo 2. (Considerações técnicas) do POCAL, na redacção dada pelo art. 2º da Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, apenas estão dispensadas do sistema completo de organização contabilística do POCAL as autarquias locais cujo movimento de receita seja inferior a 5000 vezes o índice 100 da escala indicária das carreiras do regime geral da função pública (para 2004 corresponde a 1 551 650 €).

Conforme determina a Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas, de 18 de Agosto ¹⁷⁵, as autarquias locais sujeitas ao regime completo de organização contabilística e de prestação de contas, tal como as sujeitas ao regime simplificado, estão obrigadas a elaborar inventário e sistema de controlo interno, por forma a habilitar os respectivos órgãos de instrumentos que lhes permitam conhecer o valor completo do património da respectiva autarquia e gerir de forma mais eficaz e eficiente, os bens, direitos e obrigações ao seu dispor.

Com a introdução do POCAL foram introduzidos mapas de controlo orçamental detalhados, essenciais à gestão corrente e à prestação de contas das Autarquias Locais e cujos documentos têm de remeter ao Tribunal de Contas, a saber:¹⁷⁶

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Estes instrumentos de registo da despesa anual por código da classificação económica, são uma importante ferramenta de previsão e acompanhamento para o exercício actual e para os exercícios futuros, na medida em que têm de estar articulados com o plano de investimentos plurianuais.

Os mapas do Balanço e da Demonstração de Resultados apresentam as rubricas das operações desagregadas e devem ser acompanhados de comentários das contas, justificação da não-aplicação de disposições do POCAL, indicação dos critérios valorimétricos e dos métodos de cálculo, nomeadamente das amortizações e das provisões; deste modo, espera-se que estes possam dar uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados do Município.

A referida Resolução determina ainda que os documentos de prestação de contas apresentados pelas autarquias locais cujo movimento anual da receita seja igual ou superior a 5.000 vezes o

¹⁷⁵ Ver [73] e [77]: A informação a prestar, no âmbito da prestação de contas das autarquias locais, está estabelecida no POCAL, bem como nas respectivas normas, conforme estipulado, designadamente, na Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas, de 18 de Agosto de 2001. Já a informação a prestar pelas autarquias que estão dispensadas de integrar este regime, deverá contemplar os seguintes elementos: Caracterização da entidade; Controlo orçamental – Despesa; Controlo orçamental – Receita; Execução anual do plano plurianual de investimentos; Operações de tesouraria; Contas de ordem; Fluxos de caixa; Empréstimos; Outras dívidas a terceiros; Relatório de gestão, estando estas autarquias ainda obrigadas a adoptar procedimentos internos de registo e actualização de fluxos de caixa e inventário, designadamente nos termos aprovados pela mesma Resolução. As Freguesias com contas de gerência cuja receita ou despesa seja superior a 850 000 €, nos termos da Resolução n.º 83/2002 do Tribunal de Contas, de 17 de Dezembro de 2002, deverão remeter a esse Tribunal os seguintes elementos: Mapa da conta de gerência e mapa de fluxos de caixa; Acta da aprovação das contas; Relação nominal dos responsáveis.

¹⁷⁶ Ver [67]: Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, n.º 2 do ponto 2.

índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública sejam acompanhados da seguinte documentação:

- Guia de remessa;
- Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta;
- Norma de controlo interno e suas alterações;
- Síntese das reconciliações bancárias;
- Relação nominal dos responsáveis.

Com a introdução do POCAL, o controlo da execução orçamental sofreu profunda alteração, sendo constituídos grupos de apoio técnico à sua aplicação e à formação profissional necessária, os quais integram técnicos do Centro de Estudos de Formação Autárquica (CEFA) e das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), coordenados pela Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

V.IV O Orçamento de Estado Português e a Política Orçamental

A classificação de Musgrave (1959), apontada por Bravo & Sá (2000),¹⁷⁷ indica que as funções, ou os objectivos da política orçamental, podem agrupar-se em três grandes categorias ou subdivisões orçamentais, que na literatura se denominam habitualmente de funções da política orçamental:

Afectação - tem por objectivo a afectação eficiente dos recursos às jurisdições que vão exercer as atribuições. Por forma a promover a melhor eficiência fiscal na relação entre beneficiário da provisão pública e contribuinte, ao nível local (no Município ou na Freguesia), a provisão teoricamente mais eficiente será aquela que revelar maior nível de não-exclusão quanto à caracterização do consumo dos bens e serviços públicos. Já para os que revelem um elevado nível de não-rivalidade, deverá ser o nível superior (nacional) a decidir pela sua provisão;

Distribuição – O desejo de uma distribuição mais justa do rendimento e da riqueza constitui um objectivo de justiça social. Como tal esta função deve ser assegurada ao nível máximo da administração, (salvo excepções pontuais, por exemplo de âmbito social), uma vez que a

¹⁷⁷ Ver [7]: Bravo, Ana Bela Santos & Sá, Jorge A. Vasconcelos e, (2000), *Autarquias Locais: Descentralização e Melhor Gestão*, pp. 31-36.

mobilidade poderia ser aproveitada para perverter o sistema e pondo em causa o princípio da equidade horizontal;

Estabilização – Esta tem sido, desde o contributo de Keynes a função de manter o equilíbrio macroeconómico, isto é, manter o nível elevado de emprego, a estabilidade dos preços e o equilíbrio dos pagamentos externos. Para tal tem sido necessário recorrer a algumas medidas orçamentais de estímulo à empregabilidade local uma vez que estas jurisdições não têm outros instrumentos de acção para estimularem o emprego.

Devido essencialmente a factores como a globalização, a integração na zona Euro ou o elevado e rápido crescimento da despesa pública, a Administração tem cada vez menos instrumentos e maiores dificuldades para agir e reagir às necessidades de actuação ao nível da sua política orçamental.

Assim, como vimos anteriormente, a partir de 2008, a Lei do OE fixa anualmente o valor correspondente às despesas relativas às competências transferidas da Administração Central para os Municípios, no âmbito do FSM. As leis do OE podem ainda anualmente, limitar o endividamento municipal, de forma diferente da estabelecida na LFL.

Desta forma, o Governo exerce as funções de Afectação e de Distribuição.

V.V As Fontes de Receita dos Municípios Portugueses

De acordo com o previsto no art.º 10º da Lei.º 2/2007 – Lei das Finanças Locais, são as seguintes as fontes de receita dos Municípios:

- O produto da cobrança dos impostos municipais a cuja receita têm direito, designadamente:
 - O imposto municipal sobre imóveis (IMI) (à excepção de 50 % do produto da receita sobre os prédios Rústicos que constitui receita das Freguesias);¹⁷⁸
 - O imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e
 - O imposto municipal sobre veículos (IMV)¹⁷⁹;

¹⁷⁸ Ver [83]: Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 17º, a).

¹⁷⁹ Ver [84]: Lei n.º 22-A/2007 de 29 de Junho, que entretanto procedeu à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem.

- Além destes impostos, outras são as fontes de receita previstas na Lei, provenientes nomeadamente:
 - Do produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo 14.º da LFL¹⁸⁰;
 - Do produto da cobrança de taxas¹⁸¹ e preços¹⁸² resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município, de acordo com o disposto nos artigos 15.º e 16.º da LFL;
 - Da participação nos recursos públicos determinada nos termos do disposto nos artigos 19.º e seguintes¹⁸³;
 - Do produto da cobrança de encargos de mais-valias destinados por lei ao município;
 - Do produto de multas e coimas fixadas por lei, regulamento ou postura que caibam ao município;
 - Do rendimento de bens próprios, móveis ou imóveis, por eles administrados, dados em concessão ou cedidos para exploração;
 - Da participação nos lucros de sociedades e nos resultados de outras entidades em que o Município tome parte;
 - Do produto de heranças, legados, doações e outras liberalidades a favor do Município;
 - Do produto da alienação de bens próprios, móveis ou imóveis;
 - Do produto de empréstimos, incluindo os resultantes da emissão de obrigações municipais;
- Outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos Municípios.

¹⁸⁰ Continua a ser da competência das assembleias municipais, sob proposta das respectivas câmaras, a deliberação relativa ao lançamento e à taxa da derrama, contudo agora admite-se o lançamento de uma taxa reduzida de para os contribuintes cujo volume de negócios, no ano anterior, não tenha ultrapassado 150 000 euros.

¹⁸¹ A aplicação de taxas é admitida no pressuposto de ser a contrapartida da prestação de uma actividade pública, da utilização de bens do domínio público ou a remoção de limites jurídicos à actividade dos particulares, designadamente quando estas são geradoras de impacto ambiental negativo. A aplicação de taxas, de forma por vezes arbitrária pelos Municípios, encontra-se prevista no art.º 15º da LFL, tendo um diploma de enquadramento próprio, o designado Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RGTL), aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro.

¹⁸² A definição de preços consiste no estabelecimento de uma tabela pública, de instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios relativos aos serviços prestados e bens fornecidos pelos mesmos. Assim, a obtenção desta receita pressupõe a existência de uma contrapartida (prestação de serviços/venda de bens) pelo Município.

¹⁸³ A partir do art.º 19º da Lei 2/2007, são definidas as regras para repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, tal repartição, tanto no que respeita ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e às suas duas componentes (Fundo Geral municipal (FGM) e Fundo de Coesão Municipal (FCM)) como as do Fundo Social Municipal (FSM), este último cuja receita está consignada, pois destina-se nomeadamente ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências transferidas da Administração Central para os Municípios, associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social.

A actual Lei das Finanças Locais tem por objectivo promover um equilíbrio financeiro horizontal (entre os Municípios) e vertical (entre estes e a Administração Central). Pode dizer-se, então, que tem por base o princípio da solidariedade, nesse sentido e como acabamos de constatar, entre outras fontes de receita prevê a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, cujas formas de participação procurarei sintetizar de seguida.

Esta repartição de recursos, na parte que respeita às transferências do OE para os Municípios, está estruturada sob a forma de transferências de fundos, que são os seguintes:

- Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)
- Fundo Geral Municipal (FGM)
- Fundo de Coesão Municipal (FCM)
- Fundo Social Municipal (FSM)

O FEF é uma subvenção geral que tem um valor global igual a 25,3% da média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), das pessoas colectivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA) e é repartido da seguinte forma 50 % como Fundo Geral Municipal (FGM) e 50 % como Fundo de Coesão Municipal (FCM)¹⁸⁴.

O FGM corresponde a uma transferência financeira do Estado que visa dotar os Municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento¹⁸⁵ (está claro neste artigo a verticalização do equilíbrio financeiro afirmada nesta lei).

O FCM visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias, em benefício dos Municípios menos desenvolvidos, onde existam situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais, e corresponde à soma da compensação fiscal (CF) e da compensação da desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO).

A compensação por desigualdade de oportunidades visa compensar, para certos Municípios, a diferença de oportunidades decorrente da desigualdade de acesso a condições necessárias para os munícipes poderem ter uma vida mais longa com melhores níveis de saúde, de conforto, de saneamento básico e de aquisição de conhecimentos¹⁸⁶. No fundo trata-se da presença do conceito do equilíbrio financeiro horizontal associado à solidariedade transversal entre os

¹⁸⁴ Ver [83]: Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 21º.

¹⁸⁵ Ver [83]: Idem, art.º 22º.

¹⁸⁶ Ver [83]: Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 23º.

Municípios, dado que como consta da LFL, “*Os Municípios com maior capitação de receitas municipais, nos termos dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 27.º, são contribuintes líquidos do FCM*”.¹⁸⁷

Os municípios com capitação de receitas municipais em termos de Compensação Fiscal igual ou superior a 1,25 vezes a média nacional, são contribuintes líquidos do FCM, enquanto os que registem uma capitação inferior a 0,75 são beneficiários líquidos do fundo.

Por fim, o FSM, compreende a transferência financeira determinada na Lei do Orçamento de Estado, e calculada proporcionalmente para cada município, de acordo com os indicadores estabelecidos no n.º 1 do artigo 28.º da LFL e estando esta receita consignada à realização de despesas específicas, relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os Municípios, associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social.

Assim, pode dizer-se que estando as verbas do FSM consignadas, então a autonomia financeira das autarquias pelo menos na parte que lhes corresponde, está no mínimo condicionada (estando ainda condicionada noutras matérias, como a aplicação de fundos provenientes das transferências da UE ou as receitas de empréstimos a médio e longo prazo).

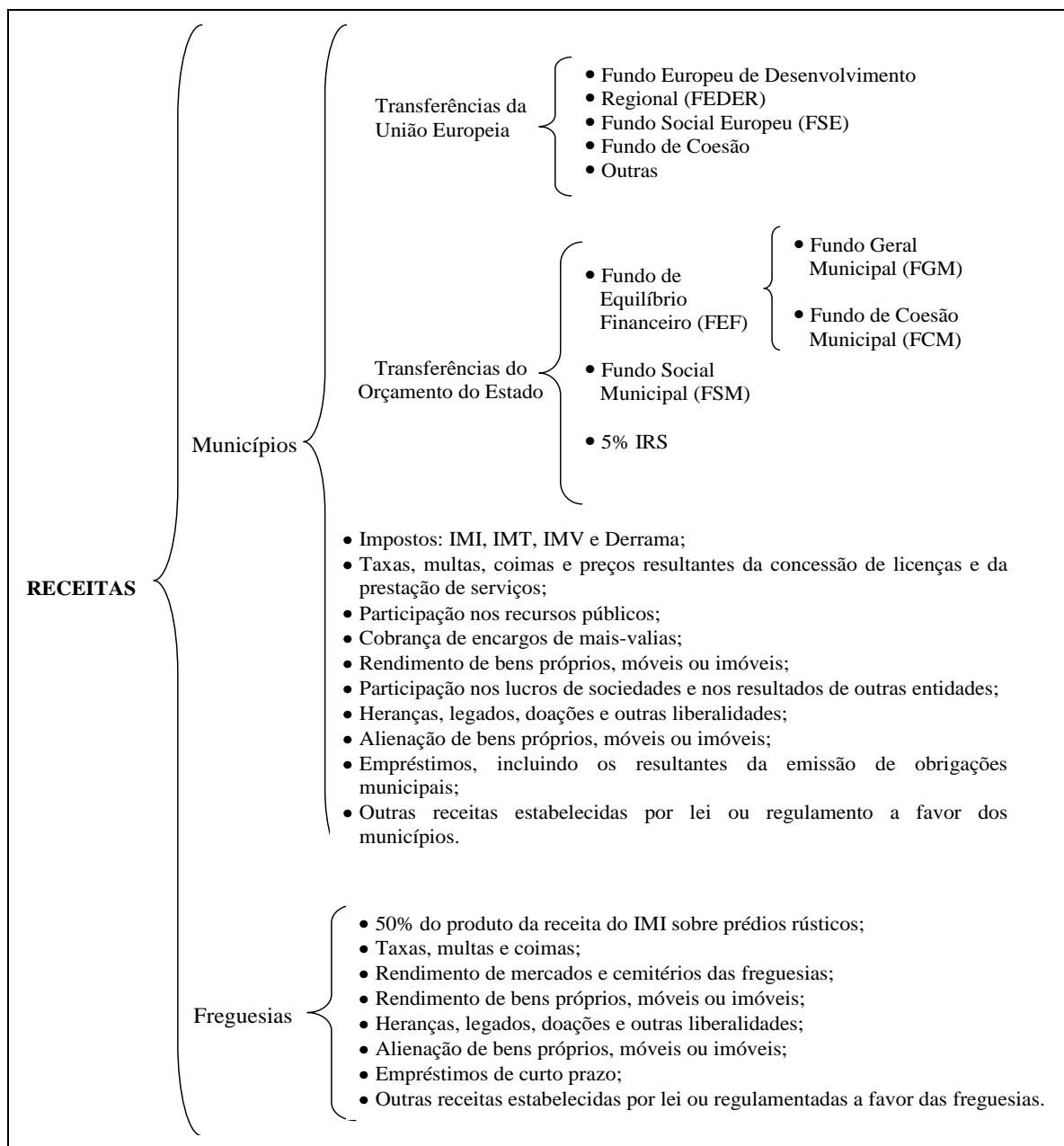
No que respeita ao FCM, existindo Municípios contribuintes líquidos, existem também outros que são beneficiários líquidos, visando promover o equilíbrio horizontal e de alguma forma compensar a maior capacidade/agressividade fiscal permitida aos Municípios com a introdução de uma componente variável na cobrança sobre o IRS (0% a 5%).

Já no que respeita ao FGM, apesar de comportar a referida parcela variável, comporta também uma parcela fixa de 5% repartida de igual forma por todos os Municípios, sendo variável o benefício de cada um consoante as suas características de acordo com os critérios definidos na lei, nomeadamente factores como a população residente, a média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo ou a área afectada a áreas protegidas, cuja, variabilidade determina o montante deste fundo entre os vários Municípios.

O FEF, sendo repartido de igual forma entre o FGM e o FCM, garante sempre que qualquer município é beneficiário líquido deste fundo. Simultaneamente, esta repartição torna mais claros os dois objectivos principais do FEF: a partilha dos recursos entre a Administração Central e Local e a equalização entre as autarquias do mesmo nível.

¹⁸⁷ Ver [83]: Idem, art.º 21º, n.º 3.

FIGURA N.º 9 – RECEITAS DOS MUNICÍPIOS E DAS FREGUESIAS



Fonte [7]: Bravo, Ana Bela Santos & Sá, Jorge A. Vasconcelos e, (2000), Autarquias Locais: Descentralização e Melhor Gestão, p. 47.

Em suma, pode-se dizer que são cinco os grandes grupos de receitas dos Municípios:¹⁸⁸ Impostos municipais; transferências; taxas e licenças; receitas da gestão patrimonial e o recurso ao endividamento.

¹⁸⁸ Entenda-se: os que mais contribuem para o orçamento municipal.

A lei determina que as receitas próprias das autarquias só podem ser definidas por lei da Assembleia da República, não podendo os órgãos autárquicos determinar o lançamento de impostos, taxas, derramas ou mais-valias que não estejam previstos na lei.

O recurso ao endividamento obedece também aos critérios definidos na Lei tal como veremos no ponto que se segue.

A classificação económica das receitas públicas é o método de classificação mais utilizado e que permite distinguir a receita quanto à sua natureza económica, desde logo, se é corrente ou de capital, bem como o respectivo enquadramento em termos de agrupamento e rubrica.

A estrutura económica das receitas está definida no classificador económico das receitas e despesas a utilizar pelas autarquias locais na preparação dos documentos previsionais e resulta da adaptação às autarquias locais, da classificação económica das receitas e despesas públicas que consta do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

FIGURA N.º 10 – CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DAS RECEITAS

Tipo de receita	Capítulo económico	Observações
Receitas Correntes	01 – Impostos directos; 02 – Impostos indirectos; 04 – Taxas, multas e outras penalidades; 05 – Rendimentos de propriedade; 06 – Transferências correntes; 07 – Venda de bens e serviços correntes; 08 – Outras receitas correntes.	<p>Os capítulos 01; 02; 04 e 06 registam as principais fontes de receita dos Municípios. As transferências respeitam a receita municipal sem que haja lugar a qualquer contrapartida.</p> <p>O capítulo 03 - Contribuições sociais, deixou de constar do classificador uma vez que estas já não constituem receita municipal, por força da centralização do sistema contributivo.</p> <p>Os restantes capítulos, incluindo as outras receitas correntes têm um peso residual na receita corrente, as quais englobam as receitas não susceptíveis de classificação nos capítulos anteriores.</p>
Receitas de Capital	09 – Venda de bens de investimento; 10 – Transferências de capital; 11 – Activos financeiros; 12 – Passivos financeiros; 13 – Outras receitas de capital;	<p>A venda de bens de investimento, as transferências de capital e os passivos financeiros, são as principais fontes da receita de capital. O capítulo 09, desagrega-se em quatro grupos (terrenos; habitações; edifícios e outros bens de investimento).</p> <p>O registo de activos financeiros nas contas municipais é menos vulgar e relevante quanto à</p>

		<p>existência dos passivos financeiros.</p> <p>As outras receitas de capital, têm carácter residual, englobando as receitas não susceptíveis de classificação nos capítulos de capital anteriores.</p>
Outras Receitas	<p>15 – Reposições não abatidas nos pagamentos;</p> <p>16 – Saldo da gerência anterior;</p> <p>17 – Operações extra orçamentais.</p>	<p>O capítulo 15 regista as entradas de fundos registadas no ano económico n, mas cujos pagamentos haviam sido efectuados em anos anteriores. O capítulo 16 regista a receita que transitou em saldo da gerência anterior, enquanto o capítulo 17 operações que não respeitam ao orçamento, mas apenas devem constar nos mapas de tesouraria (Ex: Retenções na fonte em sede de IRS, ADSE, etc.).</p>

Fonte: Decreto-Lei n.º 26/2002, Compilação, Carvalho, Manuel

As receitas registadas nos capítulos 01 a 10 e 13 são receitas efectivas, na medida em que o seu registo constitui entrada real e em montante equivalente nas contas municipais e o seu valor não terá de ser mais tarde reembolsável. Já as receitas registadas nos capítulos 11 e 12, constituem receita não efectiva, uma vez que representam em geral, venda de títulos de crédito ou obrigações e empréstimos contraídos, os quais hão-de ser reembolsados.

As receitas das autarquias incluem as receitas próprias (impostos a elas consignadas por lei, taxas, tarifas, licenças e outras), empréstimos e transferências do OE.

Os impostos locais podem distinguir-se quanto:

- À forma como as suas receitas são ou não partilhadas entre autarquias e administração central ou ao grau de discricionariedade que a autarquia tem no seu lançamento (que pode ser nula, alguma ou total);
- A discricionariedade refere-se ao poder de decisão da autarquia acerca do tipo de receita, da base de incidência, da taxa e do regime de isenções.

A este respeito Bravo & Sá apresentam as seguintes tabelas:

FIGURA N.º 11 – GRAU DE DISCRICIONARIDADE DAS RECEITAS

Parcela da autarquia (%) Discricionariiedade	Totalidade	Parte
NULA	IMT C. VEÍCULOS	IVA, IRS, IRC
ALGUMA	DERRAMA IMI	IRS
TOTAL	TAXAS, TARIFAS PAGAM. SERVIÇOS, EMPRÉSTIMOS *	

* (Condicionados apenas por limites legais)

Fonte [7]: Bravo, Ana Bela Santos & Sá, Jorge A. Vasconcelos e, (2000), Autarquias Locais: Descentralização e Melhor Gestão, p. 67. Alterado por: Carvalho, Manuel

Relativamente ao grau de discricionariiedade, é de considerar que para o IRS, com a actual LFL, os Municípios passaram a dispor de algum poder discricionário, na medida em que dispõem da possibilidade de decidir, numa margem de 5% da sua receita, qual a taxa que pretendem aplicar aos seus residentes. Assim a discricionariiedade “nula” que os autores consideram para este imposto, deverá antes ser considerada (no contexto da NLFL), “alguma”.

Quanto ao modo de colecta dos vários tipos de receita ela também varia, sendo uma pela autarquia, outras pela Administração Central e ainda outras em conjunto. A tabela que se segue resume a variedade do modo de colecta entre as várias receitas municipais.

FIGURA N.º 12 – RELAÇÃO ENTRE O TIPO DE FINANCIAMENTO E O MODO DE COLECTA DAS RECEITAS

Modo de Colecta	1	2	3
Tipo de Financiamento	Autarquias	Administração Central	Ambas em conjunto (1+2)
Taxas	√		
Tarifas	√		
Empréstimos	√		
Impostos		√	
Transferências OE e Fundos UE			√

Legenda: √ significa aplicável; ■ significa vazio (não aplicável)

Fonte [7]: Bravo, Ana Bela Santos & Sá, Jorge A. Vasconcelos e, (2000), Autarquias Locais: Descentralização e Melhor Gestão, p. 68. Alterado por: Carvalho, Manuel

V.VI O Endividamento dos Municípios Portugueses

A reduzida evolução das transferências anuais de verbas do Orçamento do Estado para os Municípios, a par do crescimento acentuado de projectos de investimento, designadamente com co-financiamento comunitário, a que acresce a concretização do reforço, por transferência, das atribuições e competências das autarquias locais previsto na Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, serviam frequentemente, entre outras causas, para justificar o recurso sistemático à contracção de empréstimos por parte das Autarquias Locais, quer para financiar ou co-financiar investimentos, quer para o saneamento financeiro em casos de consolidação de passivos financeiros ou outros, com relevo para as despesas correntes com fornecimento de bens e serviços.

As Deliberações Nº 1/2004 – AUDIT. 1ª S e Nº 2/2004 – AUDIT. 1ªS do Tribunal de Contas foram dois instrumentos essenciais para colocar um travão no crescimento continuado do endividamento municipal, dando ao Governo de então mais um argumento para fazer cumprir o previsto na Lei n.º 42/98 (LFL em vigor em 2004) nos casos de incumprimento dos limites do endividamento.

Assim e já com a aprovação do Orçamento Rectificativo de 2002, objecto da Lei nº 16-A/2002, de 31 de Maio, fortes condicionamentos foram introduzidos nesta matéria, na medida em que, para garantir o cumprimento dos objectivos do Governo em matéria de défice público, os Municípios ficaram impossibilitados de recorrer ao crédito quando este implicasse o aumento do seu endividamento líquido no decurso desse ano orçamental e a partir de 5 de Maio de 2002. O não cumprimento do princípio atrás enunciado habilitava o Governo a determinar a redução proporcional das transferências a efectuar nos termos da Lei nº 42/98, de 6 de Agosto.

Esta proibição, em 2002 admitia três excepções - habitação social promovida pelos Municípios, construção e reabilitação das infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 e financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários. Estas restrições mantiveram-se e reforçaram-se na Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro, que aprovou o OE 2003, cujo artigo 19º impôs às Autarquias medidas ainda mais restritivas ao endividamento municipal em 2003, tendo-se verificado sucessivamente nas diversas leis orçamentais uma preocupação constante em estabelecer os limites para tal endividamento.

A actual Lei das Finanças Locais, nos seus artigos 37º e seguintes, estabelece que:

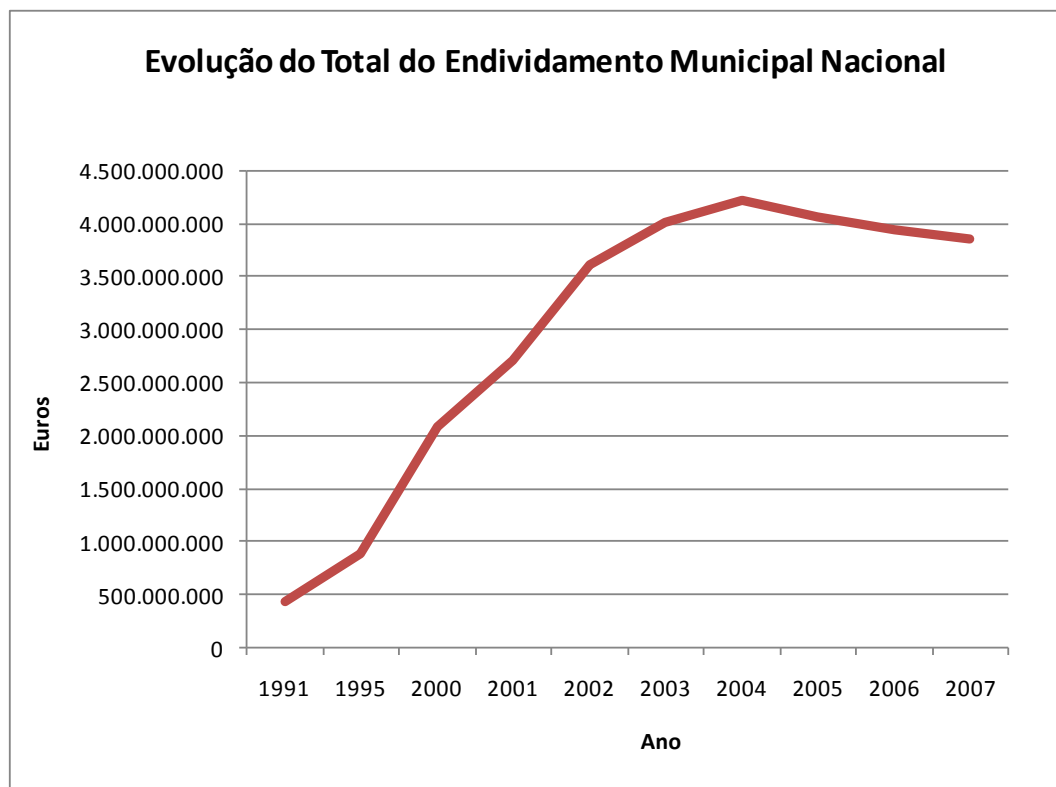
“o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior”.

Estabelece ainda no n.º 2 do mesmo artigo que “quando um município não cumpra o disposto no número anterior, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido”.

No artigo 38º da mesma Lei, estão definidos os regimes de crédito que é possível contratar quanto aos prazos e respectivos limites de duração. Assim os Municípios podem contratar empréstimos a curto, médio ou longo prazo, de acordo com o estabelecido no artigo 39º:

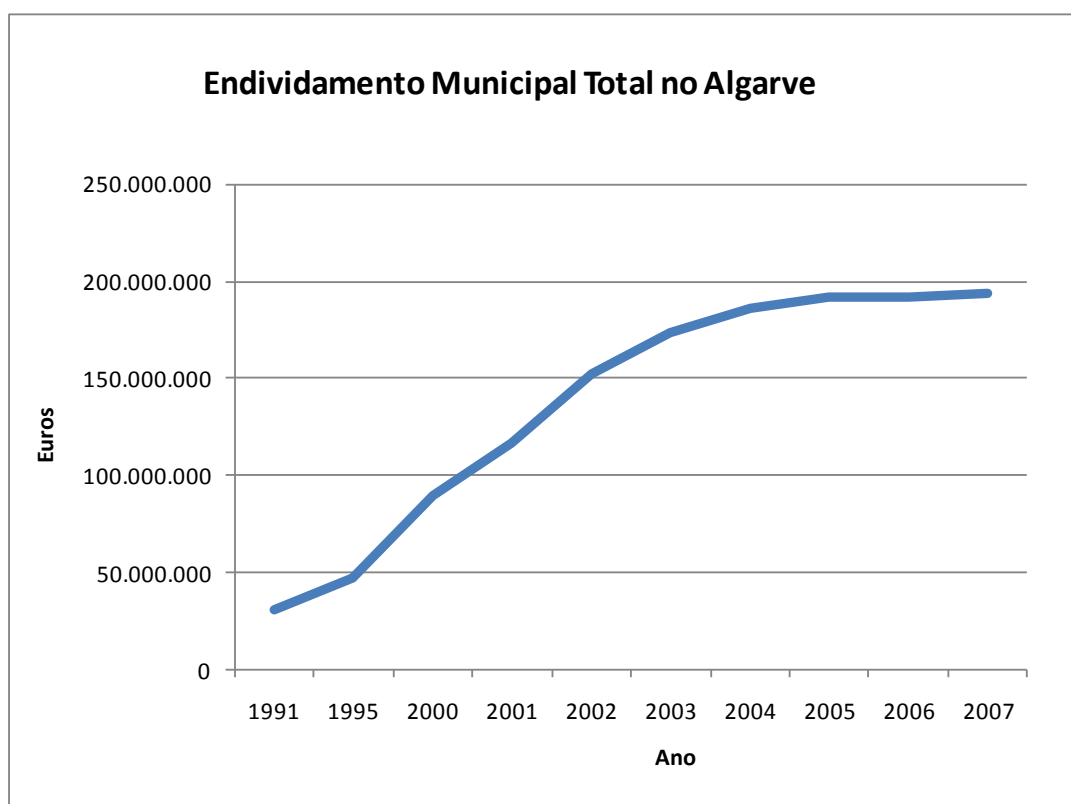
“O montante dos contratos de empréstimos a curto prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19º, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior”.

FIGURA N.º 13 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL NACIONAL A MÉDIO/LONGO PRAZO ENTRE 1991 E 2007



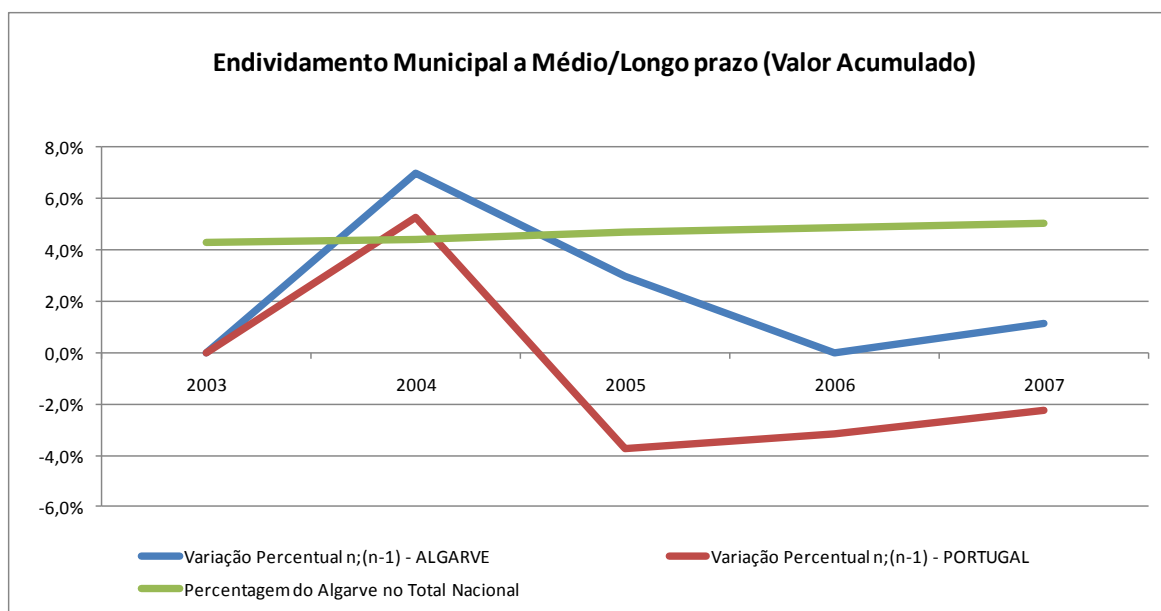
Fonte: Dados – DGAL; Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 14 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL NO ALGARVE A MÉDIO/LONGO PRAZO ENTRE 1991 E 2007



Fonte: Dados – DGAL; Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 15 – VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL A MÉDIO/LONGO PRAZO (VALOR ACUMULADO) ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados – DGAL; Gráfico: Carvalho, Manuel

Também a Lei do OE 2007 prevê no seu artigo 33º os limites para o endividamento a médio e longo prazo, mas deixando cair os limites anteriormente estabelecidos para o curto prazo.

V.VII A Estrutura do QREN e a Receita Municipal Proveniente dos Fundos Comunitários – O passado, o presente e o futuro

“O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.”¹⁸⁹

Por outras palavras, este é o instrumento de acção em Portugal, da política comunitária para o período 2007-2013.

Este instrumento está estruturado da seguinte forma:¹⁹⁰

- Três Programas Operacionais (P.O.) Temáticos:
 - P.O. Temático Factores de Competitividade;
 - P.O. Temático Potencial Humano;
 - P.O. Temático Valorização do Território.
- Cinco Programas Operacionais Regionais do Continente:¹⁹¹
 - P.O. Regional do Norte;
 - P.O. Regional do Centro;
 - P.O. Regional de Lisboa;
 - P.O. Regional do Alentejo;
 - P.O. Regional do Algarve.
- Quatro Programas Operacionais das Regiões Autónomas:
 - P.O. dos Açores para a Convergência – PROCONVERGÊNCIA;
 - P.O. do F.S.E. para a Região Autónoma dos Açores – PRO-EMPREGO;

¹⁸⁹ Ver [108]: <http://www.gren.pt/> , recolhido em 31-12-2009.

¹⁹⁰ Ver [109]: http://www.gren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=203 , recolhido em 31-12-2009.

¹⁹¹ O princípio da concentração das intervenções e a regra de programação mono-fundo, motivaram que estes P.O. sejam co-financiados apenas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

- P.O. de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira – INTERVIR+ ;
- Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira – RUMOS.
- Dois Programas Operacionais de Assistência Técnica:
 - P.O. de Assistência Técnica – FEDER;
 - P.O. de Assistência Técnica – FSE.

Relativamente ao anterior Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), o QREN revela significativas modificações introduzidas nos novos regulamentos comunitários dos fundos estruturais e de coesão, sintetizadas pela introdução das regras de programação mono-fundo¹⁹² e mono-objectivo¹⁹³ e pela convergência entre os fundos estruturais e de coesão em matéria de programação plurianual¹⁹⁴.

As alterações mais significativas, ou pelo menos as que maior impacto registaram junto dos beneficiários,¹⁹⁵ resultam das alterações aos termos de elegibilidade das regiões NUT's II. Assim temos que:

- As regiões do Norte, Centro, Alentejo e a Região Autónoma dos Açores, encontram-se integradas no Objectivo Convergência;
- A região do Algarve está enquadrada no regime transitório do Objectivo Convergência, designado phasing-out estatístico¹⁹⁶;
- A região de Lisboa integra o Objectivo Competitividade Regional e Emprego;
- A Região Autónoma da Madeira é integrada no regime transitório do Objectivo Competitividade Regional e Emprego, designado phasing-in.

¹⁹² Ver [109]: Idem. "A regra de programação mono-fundo determina que cada programa operacional é apenas objecto de apoio financeiro por um fundo estrutural (FEDER ou FSE), exceptuando-se desta regra o Fundo de Coesão e sem prejuízo da adopção do mecanismo de flexibilidade correspondente à possibilidade de cada um dos fundos estruturais poder co-financiar investimentos e acções de desenvolvimento enquadrados nas tipologias de intervenção do outro fundo estrutural, no limite de 10% das dotações financeiras atribuídas por eixo. "

¹⁹³ Ver [109]: http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=203, recolhido em 31-12-2009. "A regra de programação mono-objectivo determina que cada programa operacional é apenas integrado num objectivo da política de coesão comunitária para 2007-2013 (salvo decisão em contrário acordada entre a Comissão e o Estado-Membro), sendo pela primeira vez impostas em Portugal diferenciações muito significativas entre as regiões (NUTS II). "

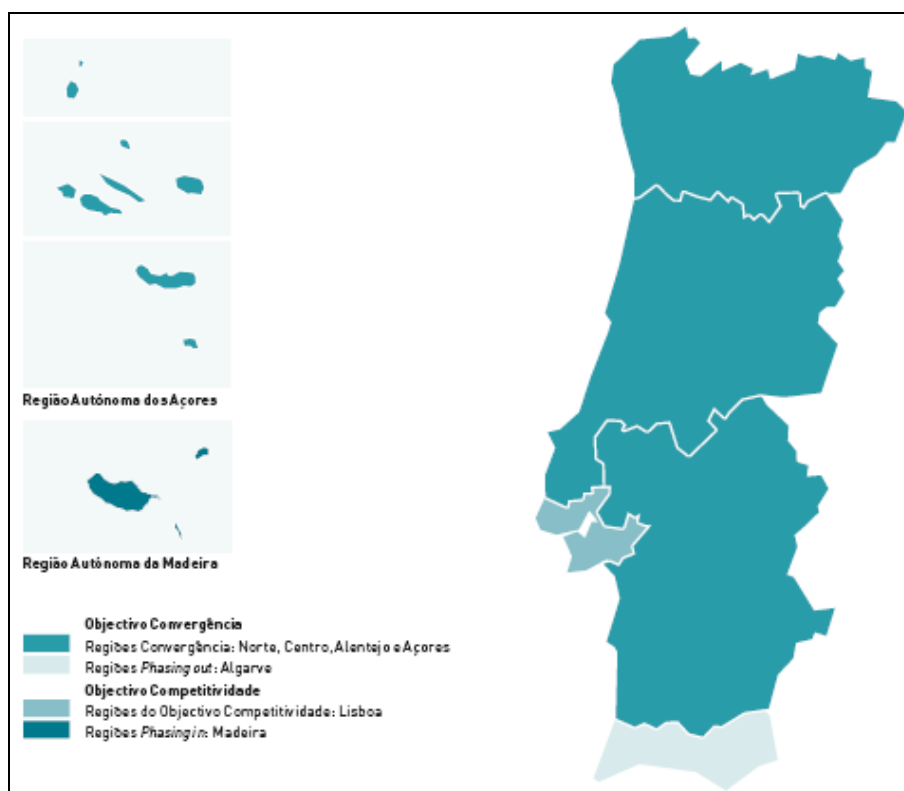
¹⁹⁴ Ver [109]: Idem, "A convergência entre os fundos estruturais e o fundo de coesão em matéria de programação plurianual traduz-se na obrigatoriedade de programação conjunta do FEDER e do Fundo de Coesão em programas operacionais de abrangência territorial nacional (sendo que cada eixo prioritário é financiado apenas por um fundo). "

¹⁹⁵ Sendo ainda inúmeras as alterações ao nível regulamentar e processual para o acesso e formalização dos apoios, com alguma relevância ao nível da complexidade incrementada, quer para os beneficiários quer para as entidades responsáveis pela coordenação dos processos.

¹⁹⁶ Este regime resulta do alargamento da UE aos países da vulgarmente designada, Europa de Leste, o que implicou que a análise da média dos principais indicadores da UE, designadamente do PIB, se alterou entre o QCA III e o QREN, deixando a divisão de ser feita pelos 15 Estados membros que anteriormente pertenciam à União, para passar a ser efectuada em função dos novos 25 Estados membros. Assim, uma vez que o PIB per capita nos novos Estados membros é inferior, o resultado foi a redução da média do PIB per capita na UE, e em consequência, apenas por esta alteração na fórmula de cálculo (estatisticamente), o Algarve passou a estar enquadrado neste regime, resultando elevadas penalizações nas taxas de participação dos fundos da UE.

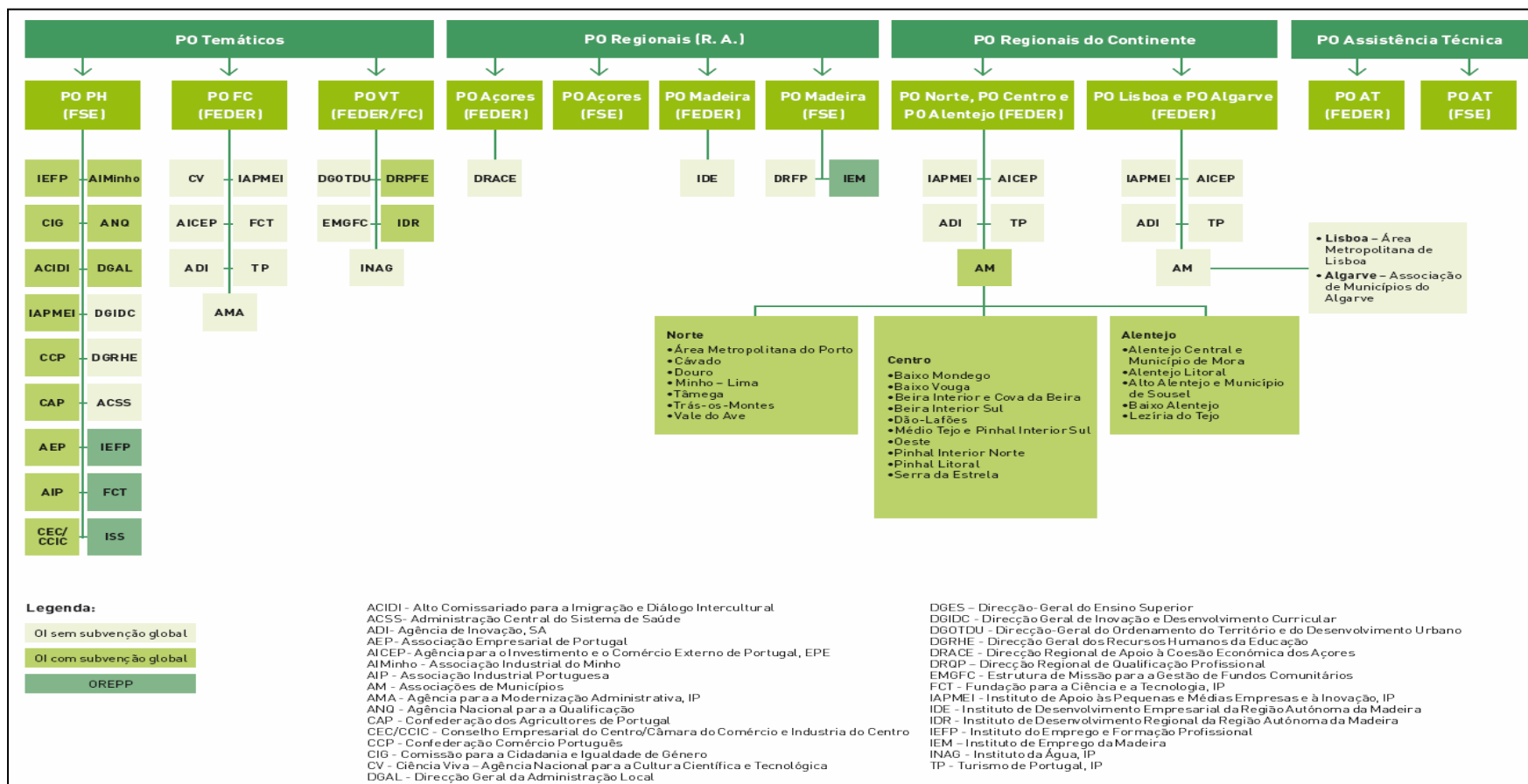
“A diversidade no enquadramento das regiões NUT's II portuguesas nos objectivos da política de coesão tem, face à regra de programação mono-objectivo, outro efeito muito importante: os programas operacionais temáticos têm uma abrangência territorial limitada pelas normas comunitárias às regiões enquadradas no Objectivo Convergência (exceptuando, obviamente, a elegibilidade nacional da intervenção do Fundo de Coesão). Esta limitação territorial adiciona-se à decisão nacional, consensualizada com o Governo Regional dos Açores, de restringir a abrangência dos programas operacionais temáticos ao território do Continente (salientando-se que a disciplina regulamentar comunitária inviabiliza a possibilidade de enquadrar nos programas operacionais temáticos intervenções concretizadas na Região Autónoma da Madeira).”

FIGURA N.º 16 – A ELEGIBILIDADE DAS REGIÕES PORTUGUESAS NUT's II AOS OBJECTIVOS DA POLÍTICA DE COESÃO 2007-2013



Fonte: Ver [110]: http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=410, recolhido em 31-12-2009, Relatório Anual do QREN - 2008, P. 14.

FIGURA N.º 17 – INTERVENIENTES NA GESTÃO DO QREN, NO QUADRO DO SEU MODELO DE GOVERNAÇÃO (NÍVEL TÉCNICO)



Fonte: Ver [110]: http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=410, recolhido em 31-12-2009, Relatório Anual do QREN - 2008, P. 44.

FIGURA N.º 18 – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO QREN

	Fundo	Objectivo	Território-alvo	Financiamento comunitário M€	Contrapartida pública nacional M€	Financiamento público total M€	Investimento total M€
Programas Operacionais Temáticos							
PO Factores de Competitividade	FEDER	Convergência	Norte, Centro e Alentejo	3 104	686	3 789	5 661
PO Potencial Humano	FSE	Convergência, <i>Phasing out</i> , Competitividade	Continente	6 117	2 618	8 736	8 822
PO Valorização do Território	FEDER+Fundo de Coesão			4 659	1 971	6 630	17 634
	FEDER	Convergência	Norte, Centro e Alentejo	1 599	660	2 259	2 459
	Fundo de Coesão		Portugal	3 060	1 311	4 371	15 176
Programas Operacionais Regionais do Continente							
PO Norte	FEDER	Convergência	Norte	2 712	953	3 665	4 255
PO Centro	FEDER	Convergência	Centro	1 702	511	2 212	2 881
PO Lisboa	FEDER	Competitividade	Lisboa	307	166	473	681
PO Alentejo	FEDER	Convergência	Alentejo	869	248	1 117	1 460
PO Algarve	FEDER	<i>Phasing out</i>	Algarve	175	67	242	352
Programas Operacionais das Regiões Autónomas							
PO Açores	FEDER	Convergência	R. A. Açores	966	225	1 190	1 290
PO Açores	FSE	Convergência	R. A. Açores	190	34	224	264
PO Madeira	FEDER	<i>Phasing in</i>	R. A. Madeira	321	130	450	544
PO Madeira	FSE	<i>Phasing in</i>	R. A. Madeira	125	31	156	161
Programas Operacionais Assistência Técnica ao QREN							
PO AT - FEDER	FEDER	Convergência, <i>Phasing out</i> , Competitividade, <i>Phasing in</i>	Portugal	86	15	101	101
PO AT - FSE	FSE	Convergência, <i>Phasing out</i> , Competitividade, <i>Phasing in</i>	Portugal	80	14	94	94
Programas Operacionais Cooperação Territorial							
PO Cooperação	FEDER			99	37	136	136
Total				21 510	7 705	29 214	44 335

Nota: Por razões de arredondamento, o total pode não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: Ver [110]: http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=410, recolhido em 31-12-2009, Relatório Anual do QREN - 2008, P. 13.

FIGURA N.º 19 – BALANÇO DO PROCESSO DE SELECÇÃO POR P.O. ATÉ AO FINAL DE 2008

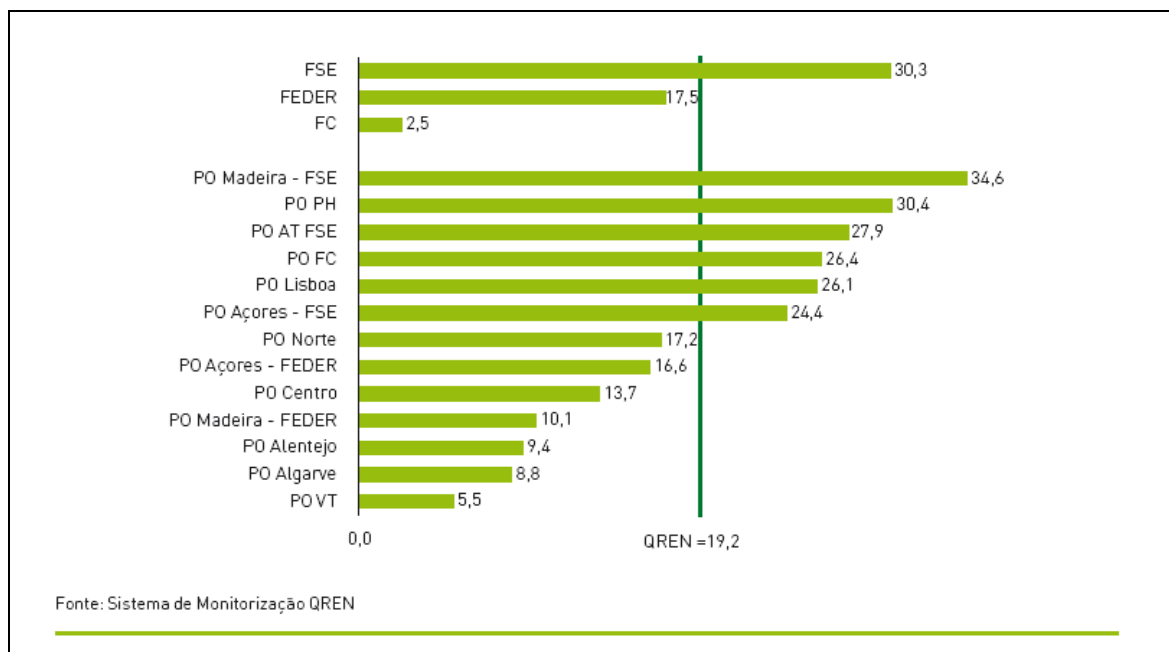
Programas Operacionais (PO)	Dotação de Fundo	Concursos/periodos de candidatura									Candidaturas apresentadas		
		Total			em aberto		encerrados					Investimento / custo total previsto	Investimento / custo médio por candidatura
		M€	Nº	M€	% da Dotação de Fundo	Nº	M€	Nº	M€	Nº			
QREN	21 412	453	6 525	n.a.	100	2 759	353	3 766	247	27 276	25 895	949	
PO Temáticos	13 880	122	4 697	n.a.	21	2 429	101	2 269	68	20 896	18 553	888	
PO PH	6 117	61	n.a.	n.a.	1	n.a.	60	n.a.	42	18 863	8 375	444	
PO FC	3 104	42	767	25	13	121	29	646	20	1 595	7 421	4 653	
PO VT	4 659	19	3 931	84	7	2 308	12	1 623	6	438	2 757	6 294	
PO Regionais do Continente	5 764	244	1 828	32	42	330	202	1 498	139	5 324	6 566	1 233	
PO Norte	2 712	57	925	34	16	249	41	675	26	2 491	2 739	1 100	
PO Centro	1 702	51	465	27	6	17	45	448	32	1 405	1 725	1 228	
PO Alentejo	869	53	221	25	9	37	44	185	28	474	664	1 400	
PO Lisboa	307	38	171	56	5	25	33	146	27	773	1 186	1 534	
PO Algarve	175	45	46	26	6	2	39	44	26	181	253	1 396	
PO Regiões Autónomas	1 602	87	n.a.	n.a.	37	n.a.	50	n.a.	40	978	737	754	
PO Açores - FEDER	966	20	n.a.	n.a.	20	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	131	319	2 432	
PO Açores - FSE	190	26	n.a.	n.a.	0	n.a.	26	n.a.	17	258	96	373	
PO Madeira - FEDER	321	17	n.a.	n.a.	17	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	104	209	2 010	
PO Madeira - FSE	125	24	n.a.	n.a.	0	n.a.	24	n.a.	23	485	113	233	
PO de Assistência Técnica	166	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	78	38	491	
PO AT-FEDER	86	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0	0	0	
PO AT-FSE	80	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	78	38	491	

Fonte: Sistema de Monitorização QREN

Fonte: Sistema de Monitorização QREN

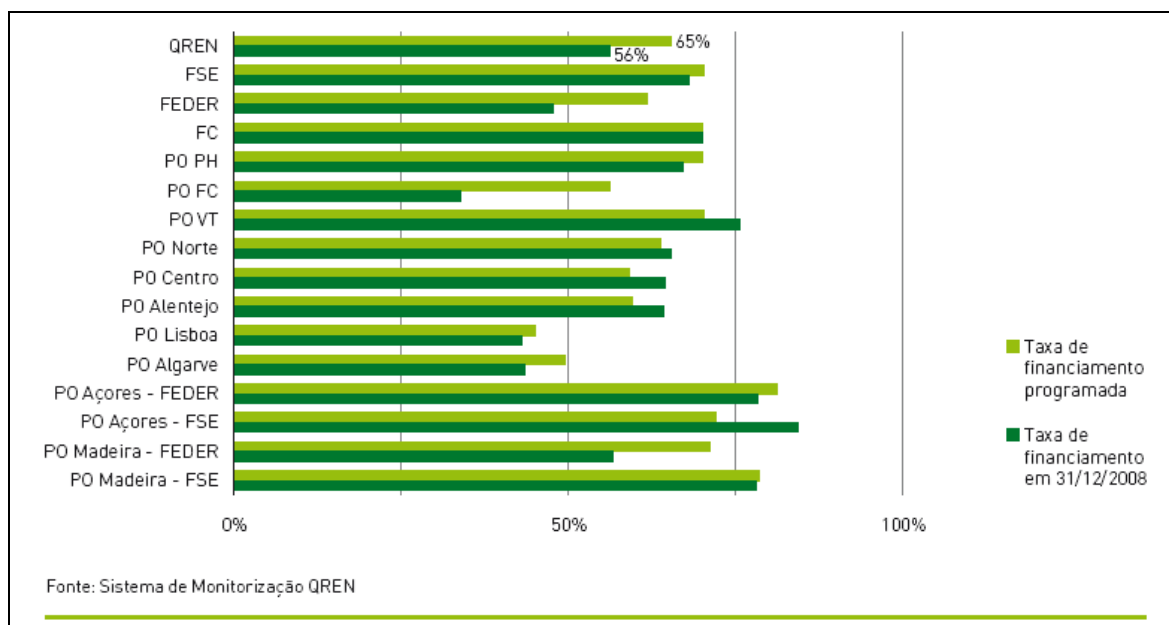
Fonte: Ver [110]: http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=410, recolhido em 31-12-2009, Relatório Anual do QREN - 2008, P. 56.

FIGURA N.º 20 – TAXAS DE COMPROMISSO POR P.O. ATÉ AO FINAL DE 2008



Fonte: Ver [110]: http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=410, recolhido em 31-12-2009, Relatório Anual do QREN - 2008, P. 64.

FIGURA N.º 21 – TAXAS DE CO-FINANCIAMENTO NA PROGRAMAÇÃO E REGISTADAS NAS APROVAÇÕES POR FUNDO E P.O. ATÉ AO FINAL DE 2008



Fonte: Ver [110]: http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=410, recolhido em 31-12-2009, Relatório Anual do QREN - 2008, P. 73.

Já o QCA III, sendo o Quadro Comunitário de Apoio que antecedeu o QREN, apresentava uma estrutura distinta deste, a saber:¹⁹⁷

- Três Domínios Prioritários de Intervenção:
 - A Valorização do Potencial Humano;
 - O Apoio à Actividade Produtiva;
 - A Estruturação do Território.
- Quatro Eixos Prioritários:
 - EIXO 1 - Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social;
 - EIXO 2 - Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro;
 - EIXO 3 - Afirmar o valor do território e da posição geoeconómica do país;
 - EIXO 4 - Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional;
- Dezanove Programas Operacionais:
 - PRODEP – P.O. da Educação;
 - POEFDS – P.O. do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social;
 - POCI – P.O. da Ciência e Inovação;
 - POSC – P.O. da Sociedade do Conhecimento;
 - POSAÚDE – P.O. da Saúde;
 - POC – P.O. da Cultura;
 - POAP – P.O. da Administração Pública;
 - POAGRO – P.O. de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
 - POMARE – P.O. para o Desenvolvimento Sustentável do Sector da Pesca;
 - PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia;
 - POAT – P.O. de Assistência Técnica;
 - POA – P.O. do Ambiente;
 - PONORTE – P.O. Regional do Norte;
 - POCENTRO – P.O. Regional do Centro;
 - POLVT – P.O. Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

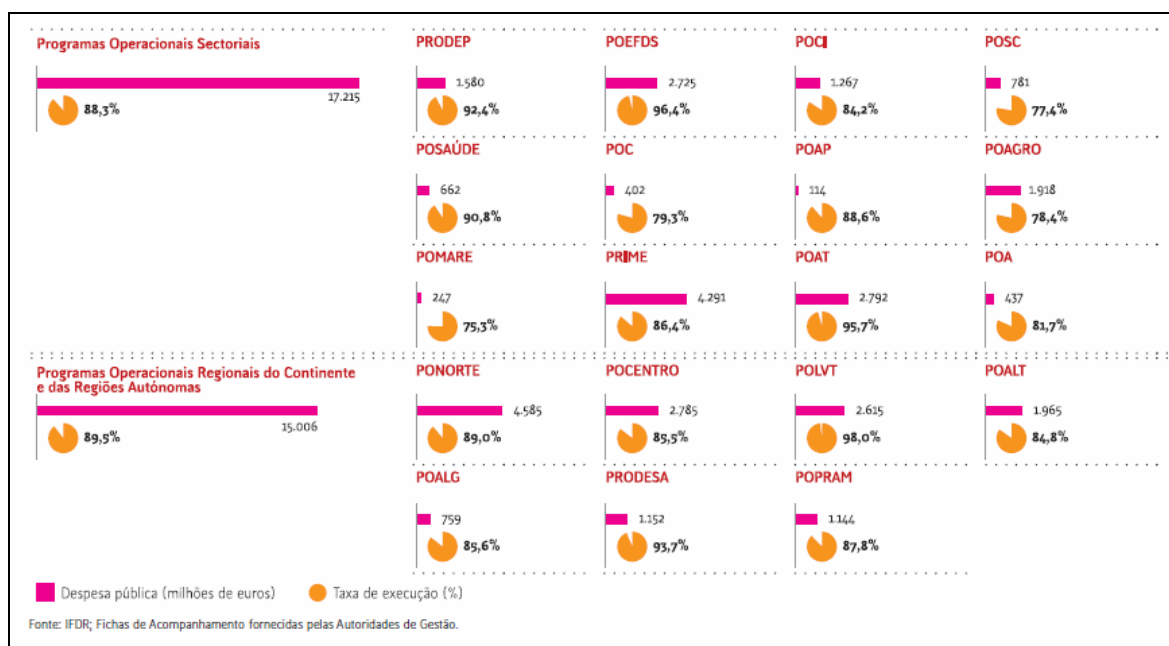
¹⁹⁷ Ver [106]: http://www.qca.pt/n_qca/estr_02.asp , recolhido em 31-12-2009.

- POALT – P.O. Regional do Alentejo;
- POALG¹⁹⁸ – P.O. Regional do Algarve;
- PRODESA – P.O. para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores;
- POPRAM – P.O. Plurifundos para a Região Autónoma da Madeira.

A figura que se segue demonstra que no final de 2007, a execução deste Quadro Comunitário de Apoio revelava que cerca de 89% (33,2 mil milhões de Euros), do total da despesa pública programada encontravam-se executados, ainda assim, os níveis de execução de cada um dos quatro eixos eram distintos.

No que respeita à execução do Programa Operacional Regional do Algarve, esta figura mostra-nos também que a taxa de execução alcançava, à data, os 85,6% e a despesa superava os 759 milhões de Euros, ficando assim abaixo da taxa de execução nacional.

FIGURA N.º 22 – TAXAS DE CO-FINANCIAMENTO NA PROGRAMAÇÃO E REGISTADAS NAS APROVAÇÕES POR FUNDO E P.O. ATÉ AO FINAL DE 2008



Fonte: Ver [107]: <http://www.qca.pt/publicacoes/download/AnaliseQCAIIIfinal2007.pdf>, recolhido em 31-12-2009, Análise da execução do QCA III no final de 2007, P. 9.

Assim, tal como ficou demonstrado, no passado, especialmente para o Algarve os instrumentos de financiamento com origem em receitas da UE eram uma importante fonte de financiamento, que

¹⁹⁸ Este Programa Operacional viria a adoptar a designação de PROALGARVE.

entretanto foram drasticamente diminuídas, por força do actual enquadramento da região no contexto do QREN.

Apesar dos níveis dos apoios comunitários para a região não serem tão apelativos quanto o foram no passado, continuam a merecer destaque. Contudo uma estratégia de orientação dos instrumentos de apoio, essencialmente para a actividade económica/para o sector produtivo empresarial, em detrimento das actividades desenvolvidas pelo sector público, acabam por antever possíveis acontecimentos ao nível da governação local num futuro mais ou menos próximo, dos quais destacamos:

- A possível tendência para a redução do investimento municipal motivada pela ausência/redução de estímulo do instrumento de financiamento comunitário;
- A possível tendência para a redução (ou pelo menos contenção) do endividamento municipal a médio e longo prazo, motivada pela eventual redução do investimento;
- A necessidade dos Municípios encontrarem formas alternativas de financiamento e de explorarem melhor os instrumentos legais de cooperação e de associativismo como forma de ultrapassar problemas reais de governabilidade quotidiana, transversais a mais do que um Município.
- A necessidade para a adopção de critérios mais exigentes na gestão dos recursos, fruto da sua maior escassez e, de se perspectivar que, a médio prazo, os investimentos apoiados dos últimos anos, venham a necessitar de novos investimentos para manutenção.

V.VIII A Despesa nos Municípios Portugueses

Todas estas receitas, previstas no ponto anterior não fariam qualquer sentido se não fosse para fazer face a despesas dos Municípios, sejam elas de natureza corrente ou de capital.

Por norma, na generalidade dos Municípios, as despesas correntes são as que têm maior peso no bolo orçamental, constituindo geralmente as despesas com pessoal uma rubrica com destaque, daí que a própria Lei das Finanças Locais, preveja no seu art. 62º que “*Até 2009, a Lei do Orçamento do Estado podesse fixar limites anuais para as despesas com pessoal, incluindo as relativas a contratos de avença, tarefa e aquisição de serviços a pessoas singulares*”, esta foi a forma encontrada pelo legislador, para também junto das autarquias começar a controlar o défice, dirigindo-se particularmente às despesas com pessoal.

As despesas associadas a funções sociais desempenhadas pelos Municípios, nomeadamente na área da educação, da saúde ou da acção social, têm o seu financiamento previsto no Fundo Social Municipal (FSM).

As diversas Leis do Orçamento de Estado, bem como os Decretos de Execução Orçamental e algumas Deliberações do Tribunal de Contas têm limitado a progressão ainda maior da despesa pública, em geral, e particularmente da associada à Administração Local, veja-se a título de exemplo a Lei do OE para 2007¹⁹⁹ que dedica todo o seu CAPÍTULO IV às Finanças Locais, onde prevê desde logo e entre outras questões, que a contribuição dos impostos do estado para as autarquias será igual à do ano anterior, deduzindo-se assim que qualquer aumento da despesa, seja por via de um acréscimo de compromissos, seja por via da inflação, terá de ser financiada por receitas próprias das autarquias.

A estrutura económica das despesas está definida no já referido classificador económico das receitas e despesas a utilizar pelas autarquias locais na preparação dos documentos previsionais e resulta da adaptação às autarquias locais, da classificação económica das receitas e despesas públicas que consta do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Este diploma veio permitir a uniformização, para todos os sectores da administração pública, da classificação das receitas e despesas públicas, tornando-se assim mais fácil uma leitura transversal das mesmas e facilitando ainda o processo de consolidação das contas entre os diversos organismos.

¹⁹⁹ Ver [72]: Lei n.º 53º-A/2006, de 29 de Dezembro

FIGURA N.º 23 – CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DAS DESPESAS

Tipo de despesa	Capítulo económico	Observações
Despesas Correntes	<p>01 – Despesas com o pessoal;</p> <p>02 – Aquisições de bens e serviços;</p> <p>03 – Juros e outros encargos;</p> <p>04 – Transferências correntes;</p> <p>05 – Subsídios;</p> <p>06 – Outras despesas correntes.</p>	<p>As despesas com o pessoal registam a principal componente da despesa dos Municípios. Neste capítulo devem ser registadas todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios, de compensações e de prestações sociais que a autarquia tenha de suportar enquanto entidade patronal.</p> <p>A aquisição de bens e serviços, considera as despesas quer com bens de consumo duráveis ou não (desde que não possam enquadrar-se como despesas de capital), bem como despesas com a aquisição de serviços.</p> <p>As despesas correntes incluem ainda os capítulos para o registo dos juros e demais encargos associados ao passivo assumido pela Autarquia; outro para as transferências (de natureza corrente) efectuadas a favor de terceiros; outro para o registo dos subsídios prestados e outro ainda para o registo das demais despesas de natureza corrente, não susceptíveis de serem enquadradas em qualquer um dos capítulos anteriores.</p>
Despesas de Capital	<p>07 – Aquisição de bens de capital;</p> <p>08 – Transferências de capital;</p> <p>09 – Activos financeiros;</p> <p>10 – Passivos financeiros;</p> <p>11 – Outras despesas de capital.</p>	<p>O capítulo reservado ao registo das despesas com a aquisição de bens de capital, enquadra três grupos, (Investimentos; Locação financeira e Bens de domínio público).</p> <p>São também registadas as transferências de capital efectuadas para terceiros.</p> <p>Nos activos financeiros contabilizam-se as despesas realizadas com operações financeiras quer para a aquisição de títulos de crédito (incluindo obrigações, acções, quotas e outras formas de participação), quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis, nomeadamente, a serviços municipalizados.</p>

Tipo de despesa	Capítulo económico	Observações
		<p>O capítulo dos passivos financeiros compreende as operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazo que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos (titulados ou não), quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer ainda de garantias. As despesas com passivos financeiros deverão incluir os prémios ou descontos que possam ocorrer na amortização dos empréstimos.</p> <p>As outras despesas de capital, têm carácter residual e englobam as despesas não susceptíveis de classificação nos capítulos de capital anteriores.</p>
Outras Despesas	12 – Operações extra orçamentais.	Este capítulo regista as operações que não respeitam ao orçamento, mas apenas devem constar nos mapas de tesouraria (Ex: Pagamento a outra entidade de uma verba anteriormente arrecadada por conta desta).

Fonte: Decreto-Lei n.º 26/2002, Compilação, Carvalho, Manuel

V.IX A Evolução Recente da Receita e da Despesa nos Municípios Portugueses

Como se pode observar através da análise à representação gráfica que se segue, tanto o total das receitas como das despesas nos Municípios portugueses verificaram entre 2003 e 2007 uma trajectória de crescimento, destacando-se o acréscimo mais significativo em 2005, a que se seguiu uma ligeira redução em 2006, para em 2007 atingir os níveis máximos do período, próximos dos 7,5 mil milhões de Euros.

Para além de observarem a mesma trajectória, estas variáveis verificaram um desempenho relativamente próximo, à excepção do ano de 2003 onde se destaca uma execução claramente superior da receita (com mais de 357 milhões de euros de superavit), destacando-se em sentido inverso o ano de 2005 com uma execução global da despesa em mais de 22 milhões de euros de deficit.

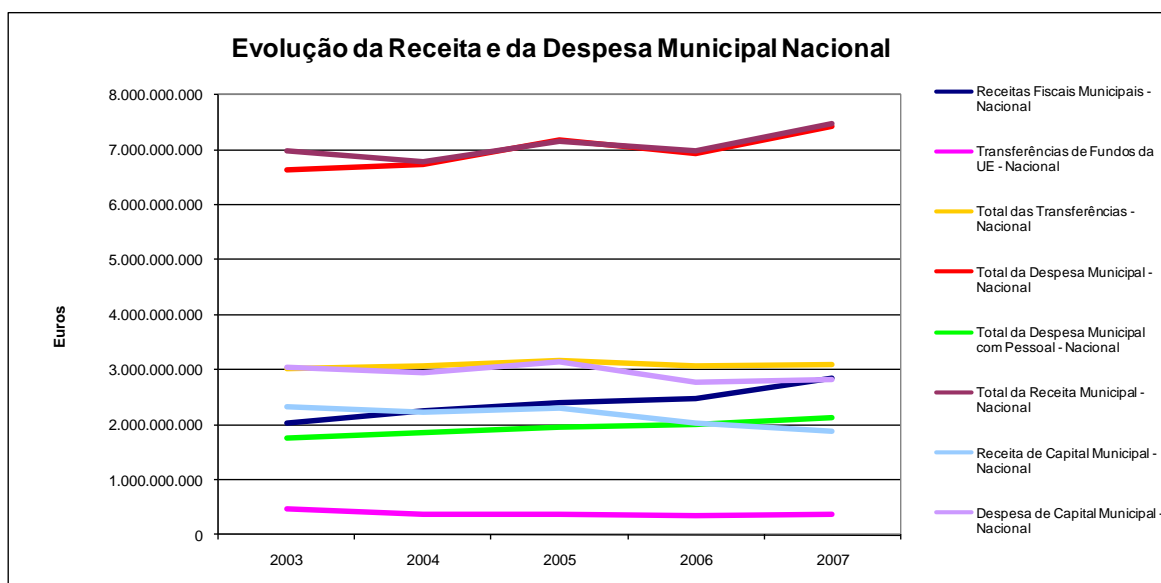
Destaca-se ainda que quase metade do total da receita municipal resulta de transferências, ainda que o valor proveniente desta fonte se tenha mantido praticamente constante. Já as verbas provenientes das receitas fiscais verificam um acréscimo significativo e em 2007 quase atingem o valor do total das transferências.

As transferências da UE têm vindo a manter uma tendência de decréscimo e em 2007 representavam cerca de 5% da receita total dos Municípios nacionais enquanto em 2003 tinham um peso de quase 7%.

As despesas com pessoal têm vindo a aumentar no conjunto dos Municípios, ultrapassando em 2006 os 2 mil milhões de Euros, passando apenas neste período, de 27% para 29% do total da despesa municipal.

Por fim, no que respeita à execução da componente capital, verifica-se uma tendência de decréscimo, acentuada a partir de 2005, tanto no que respeita à receita como à despesa. Destaca-se a execução claramente inferior ao nível da receita desta componente, face à execução da despesa.

FIGURA N.º 24 – EVOLUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA MUNICIPAL NACIONAL



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

Já no que respeita à execução apenas para o conjunto dos Municípios do Algarve, a representação gráfica que se segue mostra-nos que, à semelhança do que sucedeu para o conjunto dos Municípios portugueses, tanto o total das receitas como das despesas, nos Municípios do Algarve, verificaram também entre 2003 e 2007 uma trajetória de crescimento, ainda assim destacando-se que o acréscimo foi claramente mais expressivo no Algarve e que em todo o período se verificou um superavit na execução orçamental.

Destaca-se ainda que o valor da receita municipal que resulta do total das transferências verificou um ligeiro acréscimo. Ainda assim, dado o acréscimo global da receita, verifica-se uma diminuição no peso desta componente, representando cerca de ¼ do total da receita.

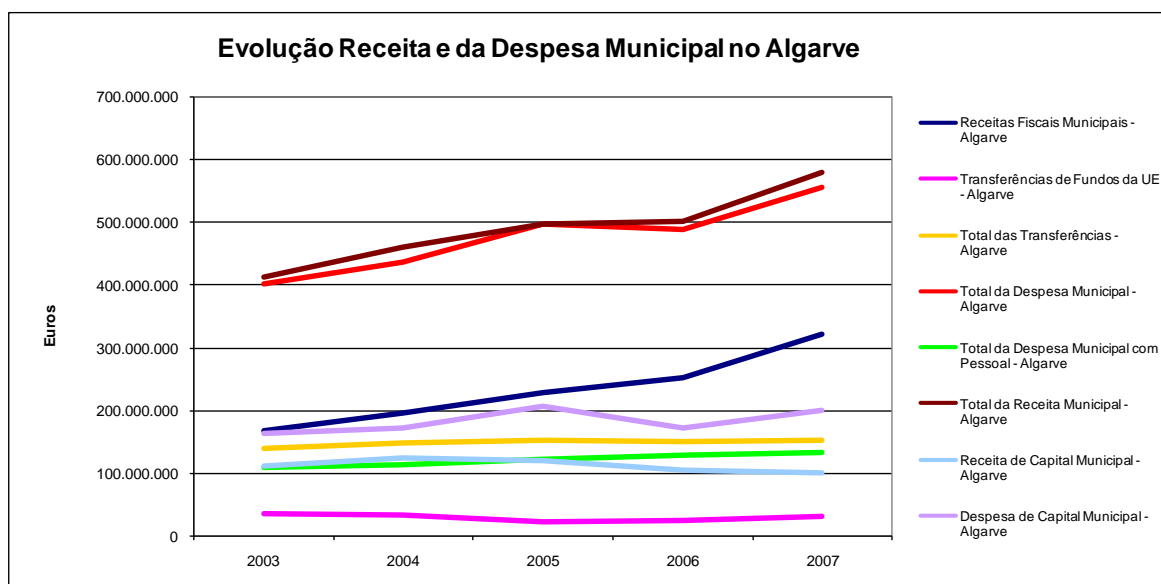
Ao invés do que se verificou a nível nacional, no Algarve as verbas provenientes das receitas fiscais têm um peso claramente superior ao do total das transferências no conjunto das receitas dos Municípios, por outro lado o acréscimo verificado nestas receitas é mais acentuado para os Municípios do Algarve do que para o todo nacional.

Quanto às transferências da UE, estas têm vindo a manter uma tendência de decréscimo, ainda que com um peso, face à receita total, superior ao do conjunto dos municípios nacionais. Em 2007 esta fonte de receita representava cerca de 6% da receita total dos Municípios do Algarve, enquanto em 2003 tinha um peso pouco superior a 8%.

As despesas com pessoal têm vindo a aumentar no conjunto dos Municípios do Algarve, ultrapassando em 2007 os 134 milhões de Euros, ainda assim e ao contrário do que sucedeu no conjunto dos Municípios nacionais, o peso desta componente não cresceu, ao invés, passou de 27% para 24% do total da despesa municipal do Algarve entre 2003 e 2007.

Por fim, no que respeita à execução da componente capital, verifica-se uma tendência de algum acréscimo na despesa de capital ao nível dos Municípios do Algarve, ainda que interrompida em 2006. Já a receita, essencialmente a partir de 2006 tem verificado um decréscimo significativo. Destaca-se ainda a execução claramente inferior ao nível da receita desta componente, face à execução da despesa, de resto tal como se verificou a nível nacional.

FIGURA N.º 25 – EVOLUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA MUNICIPAL NO ALGARVE



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

V.X A Independência Financeira dos Municípios Portugueses e a Descentralização

A independência financeira respeita à capacidade de cada Município, para suportar com receitas próprias, as suas despesas, sendo importante avaliar o peso das receitas fiscais no total da receita. Contudo, para além da natural evolução que este indicador possa ter, fruto de uma eventual variação socioeconómica, há a considerar também a variável “competências”, uma vez que quanto maior for a amplitude das competências atribuídas aos Municípios, será necessário reforçar proporcionalmente a sua capacidade fiscal própria, por forma a que estes mantenham a sua independência financeira, pois caso a opção de financiamento das novas competências seja

qualquer outra, poderão estar assegurados os recursos, mas perder-se-á independência e autonomia.

Nesse sentido, apontam as conclusões do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007, no qual os autores referem:

*“...é bem demonstrativa da necessidade de se reforçar a percentagem de recursos públicos a repartir entre Estado e municípios, residindo nesta opção o reforço da autonomia financeira local e a promoção da coesão territorial, em consonância com o princípio da solidariedade recíproca entre as diferentes formas de administrações públicas. Será, ainda, uma forma de tornar os municípios menos dependentes das receitas oriundas da construção civil.”*²⁰⁰

No contexto político-administrativo e da gestão pública, “descentralizar” significa o processo através do qual os entes públicos da Administração Central, decidem/negoceiam a transferência de competências que lhes estavam atribuídas, para passarem a ser desempenhadas por órgãos da Administração ao nível sub-nacional. A este propósito convém alertar para a necessidade de estabelecer a clara distinção entre este conceito e o conceito de “desconcentrar”, o qual significa a delegação de competências num outro órgão (normalmente pertencente à mesma estrutura orgânica/tutela) sem que se verifique perda do poder de decisão.

Diversos têm sido os esforços no sentido de melhorar a vida do poder local, desde a assunção da Associação Nacional de Municípios como representante dos interesses do Poder Local, até às últimas alterações legislativas no âmbito do financiamento das Autarquias Locais e no âmbito da transferência de competências para estas. Todavia, e tal como refere Bilhim (2004) “...apesar de todos os esforços empreendidos no sentido de melhorar a vida do poder local, o que se pode observar é que a carência de recursos próprios e consequente necessidade de financiamentos centrais têm-se mantido até aos nossos dias”.²⁰¹

A este propósito o mesmo autor refere:

*“O grau de dependência das receitas da Administração Central parece estar relacionado com o nível de desenvolvimento económico dos concelhos. A autonomia financeira dos Municípios advém fundamentalmente de receitas fiscais próprias que possibilitam uma menor dependência das verbas da Administração Central.”*²⁰²

²⁰⁰ Ver [50]: Carvalho, João, Fernandes Maria J., Camões, Pedro, Jorge, Susana, (2007), *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007*, p. 67.

²⁰¹ Ver [6]: Bilhim, João, (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, p. 12.

²⁰² Ver [6]: Op. Cit., p. 12.

Após a tensão entre o centro e a periferia vivida pelos Municípios portugueses durante o Estado Novo, de um âmbito restrito e taxativo de competências passámos para um leque alargado de âmbito geral e em que se verifica um certo espartilho financeiro. Mesmo com um âmbito já alargado de competências, os Municípios ambicionam inúmeras outras, que o Estado ainda reserva para si.

“Enfim, a descentralização de competências (o que fazer) parece ser mais polémica do que a financeira (como pagar). Há quem afirme que os Municípios possuem competências a mais e quem afirme que as têm a menos, uns e outros não se cansam de ilustrar com exemplos que lhes são favoráveis. Talvez esta seja a nossa condição de vida, na caminhada dinâmica para o aperfeiçoamento do sistema.”²⁰³

O nível de independência no exercício das suas atribuições e competências por parte das Autarquias Locais, está relacionado com a forma com que cada Estado aplica a Carta Europeia de Autonomia Local, designadamente no que respeita ao conceito de Autonomia Local, entendendo-se como “...o direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos”²⁰⁴.

Assim compete a cada Estado estabelecer os termos e os limites de tais competências, bem como da afectação dos respectivos meios necessários à sua execução. Logo compete ao Estado definir e afinar o modelo que garanta a Autonomia Local e assegure uma verdadeira independência da Administração Central, salvaguardando a necessária correcção de desigualdades entre Autarquias do mesmo grau.

Fazendo jus à capacidade efectiva referida no parágrafo anterior e transcrita da Carta Europeia de Autonomia Local, também este documento, dedica o seu art.º 9º aos recursos financeiros das Autarquias Locais, designadamente:

1. As autarquias locais têm direito, no âmbito da política económica nacional, a recursos próprios adequados, dos quais podem dispor livremente no exercício das suas atribuições.
2. Os recursos financeiros das autarquias locais devem ser proporcionais às atribuições previstas pela Constituição ou por lei.
3. Pelo menos uma parte dos recursos financeiros das autarquias locais deve provir de rendimentos e de impostos locais, tendo estas o poder de fixar a taxa dentro dos limites da lei.

²⁰³ Ver [6]: Bilhim, João, (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, p. 12.

²⁰⁴ Ver [63]: Decreto do Presidente da República n.º 58/90 de 23 de Outubro - Ratifica a Carta Europeia de Autonomia Local, art.º 3º, n.º 1.

4. Os sistemas financeiros nos quais se baseiam os recursos de que dispõem as autarquias locais devem ser de natureza suficientemente diversificada e evolutiva de modo a permitir-lhes seguir, tanto quanto possível na prática, a evolução real dos custos do exercício das suas atribuições.

5. A protecção das autarquias locais financeiramente mais fracas exige a implementação de processos de perequação financeira ou de medidas equivalentes destinadas a corrigir os efeitos da repartição desigual das fontes potenciais de financiamento, bem como dos encargos que lhes incumbem. Tais processos ou medidas não devem reduzir a liberdade de opção das autarquias locais no seu próprio domínio de responsabilidade.

6. As autarquias locais devem ser consultadas, de maneira adequada, sobre as modalidades de atribuição dos recursos que lhes são redistribuídos.

7. Na medida do possível os subsídios concedidos às autarquias locais não devem ser destinados ao financiamento de projectos específicos. A concessão de subsídios não deve prejudicar a liberdade fundamental da política das autarquias locais no seu próprio domínio de atribuições.

8. A fim de financiar as suas próprias despesas de investimento as autarquias locais devem ter acesso, nos termos da lei, ao mercado nacional de capitais.

Como se pode constatar, a Carta Europeia de Autonomia Local procura salvaguardar o equilíbrio na distribuição dos recursos em função da repartição das competências, acautelando um adequado nível de recursos próprios (de gestão livre), uma natureza diversificada e evolutiva dos recursos, a protecção das Autarquias Locais financeiramente com menor capacidade para gerar receitas, a consulta sobre assuntos do seu interesse, designadamente em matéria de atribuição e redistribuição de recursos, o princípio da não especificidade em matéria de atribuição de subsídios a favor destas e ainda a sua possibilidade de acesso ao mercado nacional de capitais.

Ao nível dos Municípios a descentralização revela-se também ao nível político, pela autonomia que lhe é conferida pela CRP e que se materializa no facto de ter órgãos executivo e legislativo que são eleitos democraticamente e autonomamente em relação ao poder central.²⁰⁵

Também a aproximação jurídico-política ao nível municipal é superior, na medida em que o munícipe participa no exercício do poder municipal, seja através do sufrágio, elegendo e podendo ser eleito,²⁰⁶ seja nos referendos locais sobre as matérias incluídas nas competências dos órgãos municipais, seja ainda através do exercício de direitos políticos, como os de petição, de representação e de reclamação.

²⁰⁵ Ver [79]: Constituição da República Portuguesa – Sétima revisão – Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, art.ºs 239º & 250º.

²⁰⁶ Ver [79]: Idem, art.ºs 49º & 240.

Por outro lado o munícipe é, enquanto tal, tributado em favor do município, seja por via das receitas liquidadas como impostos directos do Estado, seja por outras receitas tributárias municipais previstas na lei.²⁰⁷

A realidade que os Municípios portugueses nos apresentam²⁰⁸, mostra que apesar de melhorias mínimas no que respeita à independência financeira, os grandes Municípios e boa parte dos de média dimensão (essencialmente os localizados junto ao litoral) são os que apresentam maior independência financeira, fruto essencialmente do aumento dos impostos directos e indirectos, mas também do volume da receita proveniente das taxas e licenças que cobram, concluindo-se portanto que tal independência estará associada aos movimentos populacionais, ficando assim prejudicados os Municípios localizados mais no interior, com menor população, menor capacidade fiscal e maiores desigualdades, logo mais dependentes das transferências do OE.

No Algarve, em 2007 os Municípios de Loulé, Albufeira, Lagoa, Lagos, Portimão, Tavira, Vila Real de Santo António, Faro e Silves encontravam-se entre os 40 com maior independência financeira a nível nacional. Já Alcoutim, era o único Município algarvio que nesse ano figurava entre os 50 com pior independência financeira, ocupando a 27ª posição a nível nacional.

Os movimentos descentralizadores dominam cada vez mais a acção da governação pública, particularmente nas designadas sociedades ocidentais, os modelos seguidos é que nem sempre são coincidentes.

Como ficou claro, a aplicação do princípio constitucional da descentralização, tem implícito um sentido de justiça na repartição do poder e dos recursos entre o estado e o Municípios em função da melhor capacidade para o exercício das atribuições e competências (transferência de poderes, competências, legitimidade democrática e orçamentos próprios), sendo portanto um exercício de avaliação quase constante, para aferir quem estará melhor habilitado para desempenhar melhor determinada competência e preferencialmente com menos recursos.

²⁰⁷ Ver [79]: Constituição da República Portuguesa – Sétima revisão – Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, art.º 254º, n.º 1.

²⁰⁸ Ver [72]: Carvalho, João, Fernandes Maria J., Camões, Pedro, Jorge, Susana, (2007), *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007*, Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, pp. 43 – 50.

V.XI *Descentralização ou Centralização – Diferentes Correntes de Opinião*

O debate sobre a reforma do Estado tem constantemente a descentralização como um de seus pontos centrais de discussão, afinal esse é um dos pilares da nossa Constituição, desde a sua primeira versão.

Durante a vigência do regime ditatorial em Portugal, em algumas matérias, e mesmo até num passado relativamente recente, parecia reinar um quase absoluto consenso em torno das virtudes da centralidade em relação à maior parte das competências. Por razões diversas, ao longo dos últimos anos, diferentes correntes (entre elas os intervenientes directos (da Administração Central e da Local), têm-se articulado positivamente, no sentido de conseguir propostas de descentralização de diversa natureza, capaz de superar mutuamente as expectativas para problemas diagnosticados, preferencialmente com ganhos de eficiência para ambos os intervenientes e com maior eficácia e/ou acréscimo no benefício total para a sociedade.

Diversas correntes de opinião, associam positivamente a descentralização e a democracia, ou melhor, consideram que actualmente a descentralização é uma condição essencial para a sustentação do ideal democrático.

Segundo Borda (1988), para os mais acérrimos defensores da democracia, a descentralização representa uma estratégia através da qual se criam instituições, ou se lhes confere poder efectivo, que viabilize a participação dos cidadãos nas decisões públicas. Assim, este autor escreve:

“La izquierda se confronta en Europa con la reforma de sus propios Estados nacionales, lo creciente sentido teóricamente democratizador: la descentralización. (...) La única forma de superar las tendencias a la sectorialización, al burocratismo del Estado, a la distancia con los actores sociales, etc. consiste en crear instituciones que tengan una capacidad de actuación global, que sean representativas, pero que correspondan a sujetos sociales, a ciudadanos que de algún forma se sientan identificados entre ellos, que siguen una identidad comunitaria. (...) La democracia territorial que históricamente corresponde a nuestra época desarrollar, sólo puede construirse sobre bases locales. En resumen la democracia se expandirá únicamente si se desarrollan las instituciones políticas locales.”²⁰⁹

²⁰⁹ Ver [8]: Borda, Jordi, (1988), *Democracia local: Descentralización del Estado, Políticas Económico-sociales en la Ciudad y Participación Popular*, pp. 9-10.

Também na opinião deste autor, é fundamental, não apenas a mera transferência de competências mas também uma reforma político-institucional na base municipal, tendo em vista conferir poder efectivo aos gestores públicos das instituições locais, que em tantos casos são responsáveis pela gestão de grandes núcleos urbanos, pelo que considera necessário fortalecer estas instituições que afinal são as que estão mais próximas dos cidadãos. Para o autor, não se trata de suprimir as antigas instituições da democracia representativa, mas antes de suprimir alguns dos limites, dando mais força às novas instituições de base local, reforçando desta forma a democracia na base territorial de aproximação aos cidadãos.²¹⁰

Para Zbyszewski (2006)²¹¹ a eficácia e a eficiência são precisamente os conceitos chave que poderão ajudar a decidir racionalmente qualquer opção política de descentralização ou não descentralização, sendo essencial avaliá-los aquando da afectação da provisão pública, devendo considerar-se se a afectação descentralizada mantém ou não homogeneidade na provisão nas suas características e no seu custo (avaliação do custo marginal e da potencial degradação do serviço), se seria ou não previsível a existência de maior variedade no que respeita à função de distribuição, e ainda, a uma análise cuidada quanto à existência ou não de externalidades, uma vez que tal poderá ser determinante para a decisão política de descentralizar ou não determinada provisão pública.

O autor aponta algumas divergências entre as opiniões de Tiebout e Musgrave, designadamente no que respeita à questão das dificuldades apontadas por Tiebout, a questão da mobilidade que pode representar para um processo de descentralização eficiente de uma provisão, opinião que Musgrave considera de certo modo irrealista, mas que, ainda assim, seria possível dentro das cidades ou nos subúrbios, bem como o teorema da descentralização enunciado por Oates.

*“Musgrave e Oates, na tradição neoclássica sugerem que as políticas públicas devem ser localizadas no nível mais baixo de governo em que seja possível retirar economias de escala relevantes e reduzir as externalidades. Oates enunciou o seu famoso teorema da descentralização...”*²¹²

Segundo enuncia este autor, o referido teorema pressupõe que estejamos perante um bem público com as seguintes características:²¹³

“Que é consumido em subconjuntos geográficos (jurisdições) da população total;”

²¹⁰ Ver [8]: Borda, Jordi, (1988), *Democracia local: Descentralización del Estado, Políticas Económico-sociales en la Ciudad y Participación Popular*, p. 11.

²¹¹ Ver [40]: Zbyszewski, João Paulo, (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas: Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, pp161-165. Este assunto será mais desenvolvido mais adiante.

²¹² Ver [40]: Op. Cit., p. 165.

²¹³ Ver [40]: Op. Cit., p. 165.

“Que o custo marginal em cada jurisdição é constante e igual para o governo central e cada governo local.”

“Nestas condições o fornecimento do Pareto-eficiente em cada jurisdição pelos respectivos governos subnacionais é pelo menos tão barato quanto o fornecimento pelo governo central de uma qualquer quantidade igual em todas as regiões.”

Zbyszewski (2006) indica que Baleiras²¹⁴, aponta como argumentos pró-descentralização, desde logo a necessidade de ouvir a “voz do povo”, auscultando as populações, o que acaba por revelar dificuldades práticas porque nem sempre é possível esperar por consultas eleitorais e quando estas ocorrem, não é possível desagregar aí todas as medidas a tomar, sendo apontada a dificuldade concreta em se encontrar uma solução de equilíbrio de vontade mediano quando se apresenta uma solução multidimensional. Este autor aponta o princípio do utilizador pagador (que o financiamento deve provir da jurisdição que beneficia da provisão), defendendo maior autonomia dos governos sub-nacionais em detrimento das transferências, o que induz o seu terceiro argumento de uma maior responsabilização dos governos sub-nacionais pelos respectivos eleitores, perante a eficiência na utilização da provisão. Por fim o autor aponta como quarto e último argumento a favor da descentralização, a necessidade de definir com clareza a restrição orçamental, designadamente a existência de regras claras e consistentes que delimitem a competência dos governos sub-nacionais e suas fontes de receita.

Já os argumentos apresentados por este autor, a favor da centralização baseiam-se em três argumentos. Por um lado a diversidade na provisão centralizada, pressupondo a capacidade do governo central desenvolver uma “sintonia fina” capaz de distinguir as preferências de bens públicos em cada jurisdição, maximizando a eficiência por economias de escala em cada jurisdição. Outro argumento avalia as economias de escala em função da natureza de cada bem, referindo o autor a formação de coalizões ou clubes (exemplificando com as associações de Municípios ou as empresas inter-municipais) para o fornecimento de determinado bem ou serviço. Como terceiro e último argumento a favor da centralização, este autor aponta a existência de externalidades, designadamente a fuga, o que se traduziria no financiamento por parte de uma jurisdição de bens e serviços recolhidos por membros de outra jurisdição.

A corrente favorável à descentralização parece ser hoje a corrente mais dominante no seio dos regimes democráticos. Ainda assim há excepções, aqui mesmo na Europa, disso é bom exemplo o caso do Reino Unido, como veremos mais adiante, com uma estrutura local diferente da

²¹⁴ Ver [40]: Zbyszewski, João Paulo, (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas: Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, pp. 168-170.

portuguesa, o controlo efectuado pelo poder central parece imperar, segundo Atkinson (2007)²¹⁵. Uma outra corrente de opinião, inspirada no modelo político norte-americano e nos tradicionais princípios do liberalismo político, considera a descentralização como um instrumento de fortalecimento da vida cívica, e portanto, da sociedade civil, que normalmente se encontra asfixiada por um Estado excessivamente centralizador e muitas vezes extremamente invasivo.

Ainda assim, apesar de uma ou outra situação divergente, a ideia da democracia de base territorial parece ser claramente dominante, falando-se hoje cada vez mais em participação popular na gestão municipal, designadamente para questões como o Orçamento Participativo, discussões públicas para questões de ordenamento e planeamento urbano, territorial ou ambiental, etc. Todas estas questões envolvem uma prática de democracia mais directa, naturalmente mais fácil de implementar ao nível da Administração Local, mas que é capaz de eliminar vícios e distorções próprios da representatividade que caracteriza a forma de governo das instituições ao nível nacional.

Seja qual for a corrente vigente, apesar da ideia da democracia de base territorial parecer levar vantagem, o importante é salientar que na sua implementação prática, sejam garantidos uma série de princípios e práticas que assumam e garantam desde logo a prática democrática do sistema e, para além disso, garantam e demonstrem, no que respeita à gestão pública, uma actividade eficaz e eficiente.

²¹⁵ Ver [41]: Atkinson, Rob & Smith, Ian & Sweeting, David,(2007), *A governação urbana inglesa em transformação: Um paradoxo de descentralização e (re)centralização*, p. 62. Este artigo/assunto é desenvolvido mais adiante neste trabalho, no capítulo "As Finanças Locais em Portugal e na União Europeia – Que realidade?".

V.XI.I A Descentralização Enquanto Modelo de Distribuição das Atribuições e Competências Entre o Estado e as Autarquias Locais – A justa repartição dos recursos públicos, a autonomia e o equilíbrio financeiro

No art.º 6º nº 1 da CRP²¹⁶, pode ler-se: “O Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.”

Desta forma e para efeitos do presente trabalho e da análise a este ponto em particular, destacam-se os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.

A distribuição de atribuições e competências entre o Estado e a Administração Local é uma relação dinâmica inerente à existência da própria administração e dependente do nível de descentralização pretendido por ambas as partes. Assim é estabelecida a parte dos assuntos públicos para os quais é confiada a responsabilidade pela sua prossecução, à Administração Local, sendo que a Constituição considera as Autarquias Locais como sendo *“pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.”* e ainda que *“As atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, serão reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa.”*²¹⁷

Assim, importa conhecer o enquadramento legal relativo ao quadro de atribuições e competências dos Municípios, bem como perceber a evolução observada, afinal este pode ser um “retrato” por um lado do nível de maturidade dos próprios Municípios para assumirem novas atribuições e, por outro lado, também da maturidade/abertura da Administração Central para descentralizar competências que anteriormente assumia.

A figura que se segue mostra a evolução ocorrida nos três diplomas publicados até à data, no que concerne concretamente à definição das atribuições dos Municípios:

²¹⁶ Ver [79]: Constituição da República Portuguesa – Sétima revisão – Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto. O Título VIII é integralmente dedicado aos aspectos relativos ao Poder Local.

²¹⁷ Ver [79]: Idem, art.ºs 235º nº 2 e 237º nº 1 da CRP

FIGURA N.º 26 – EVOLUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS DOS MUNICÍPIOS

Diploma	Atribuições
Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Administração de bens próprios e sob sua jurisdição; 2. Fomento; 3. Abastecimento público; 4. Cultura e assistência; 5. Salubridade pública.
Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março	<ol style="list-style-type: none"> 1. Administração de bens próprios e sob sua jurisdição; 2. Desenvolvimento; 3. Abastecimento público; 4. Salubridade pública e saneamento básico; 5. Saúde; 6. Educação e ensino; 7. Cultura, tempos livres e desporto; 8. Defesa e protecção do meio ambiente e da qualidade de vida do respectivo agregado populacional; 9. Protecção civil.
Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro²¹⁸	<ol style="list-style-type: none"> 1. Equipamento rural e urbano; 2. Energia; 3. Transportes e comunicações; 4. Educação; 5. Património, cultura e ciência; 6. Tempos livres e desporto; 7. Saúde; 8. Acção social; 9. Habitação; 10. Protecção civil; 11. Ambiente e saneamento básico; 12. Defesa do consumidor; 13. Promoção do desenvolvimento; 14. Ordenamento do território e urbanismo; 15. Polícia municipal; 16. Cooperação externa.

Fonte: Diário da República Electrónico, <http://www.dre.pt/>, Compilado por: Carvalho, Manuel

Tal como podemos comprovar pela observação da figura anterior, os Municípios têm vindo progressivamente a assumir mais atribuições, sendo esta lista indicativa e apresentada de forma genérica, pois para cada matéria podem ser encontrados diplomas específicos, sendo que o seu interesse não releva para efeitos do presente trabalho.

²¹⁸ Ver [69]: Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro de 1999 (1999). Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais. É este o diploma que está em vigor, o qual estabelece no seu art.º 13º o quadro de transferência de atribuições dos Municípios.

Este “retrato” parece assim mostrar-nos uma maior apetência, quer por parte dos Municípios para assumirem novas atribuições, bem como maior abertura da Administração Central para descentralizar competências que anteriormente assumia.

Este quadro mostra-nos ainda que numa primeira fase as competências da Administração Local se limitavam à gestão do seu património e a promover a construção de infra-estruturas e equipamentos básicos essenciais ao desenvolvimento social, designadamente em áreas mais carentes e de intervenção prioritária como o saneamento básico, o abastecimento de água, a electrificação, a rede viária e algumas no âmbito da cultura e assistência.

Dadas as obstruções legais e operacionais, observadas principalmente no período anterior ao 25 de Abril de 1974, esta primeira fase é por alguns autores considerada como o “Grau zero” do poder local em Portugal, é o caso de Mozzicafredo (1991)²¹⁹.

Mais tarde, novos desafios se haveriam de colocar às Autarquias Locais, dado que estas desempenhavam cada vez mais um papel chave na sociedade e no novo sistema de organização democrática do Estado²²⁰, designadamente no âmbito do desenvolvimento económico local e do aproveitamento das capacidades e dos recursos endógenos, mas também impulsionadas por uma natural expectativa de progresso que estava incutida nas populações (fruto da democratização do sistema) e que constantemente apelava e por vezes, exigia do poder que lhes estava mais próximo, a resolução dos seus problemas. É esse apelo e essa exigência que motivam o sucessivo reforço de competências dos Municípios quer ao nível da Gestão Local, mas também no âmbito da coordenação e desenvolvimento de políticas no plano regional²²¹

Assim, o diploma legal actualmente em vigor começa por reafirmar os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local²²², para de seguida elencar os princípios gerais em que se fundamenta, destacando-se:

- O reforço da coesão nacional e da solidariedade inter-regional e a promoção da eficiência e da eficácia da gestão pública²²³;
- O princípio da subsidiariedade, devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível da administração melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos²²⁴;

²¹⁹ Ver [22]: Mozzicafredo, Juan, Guerra, Isabel, Fernandes, Margarida A. e Quintela, João, (1991), *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*, pp. 101 a 102.

²²⁰ Ver [22]: Op. Cit., p 138.

²²¹ Ver [16]: Lopes, Raul Gonçalves, (1990), *Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica*, pp. 17 a 26.

²²² Ver [69]: Lei 159/2009, de 14 de Setembro, Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais, art.º 1º.

²²³ Ver [69]: Idem, art.º 2º, n.º 1.

- O princípio da coordenação e cooperação entre a Administração Central e a Administração Local, no exercício das suas competências próprias, de modo a assegurar a unidade na prossecução de políticas públicas e evitar sobreposição de actuações²²⁵.

Este diploma prevê ainda que a transferência das novas atribuições e competências para os municípios seja feita num *“horizonte temporal de quatro anos subsequentes à sua entrada em vigor”*²²⁶, de forma progressiva *“articulada e participada”*²²⁷, e que esta *“é acompanhada dos meios humanos, dos recursos financeiros e do património adequados ao desempenho da função transferida”*²²⁸. Está também prevista a forma de afectação dos recursos, a qual deve ser *definida anualmente através de diplomas próprios*, fixando o Orçamento de Estado os *montantes e condições acordadas entre a Administração Central e as Autarquias Locais*, bem como as *receitas consignadas*²²⁹.

Outro aspecto que importa aqui salientar é o de que esta Lei expressa claramente que “a transferência de atribuições e competências não pode determinar um aumento da despesa pública global prevista no ano da concretização”²³⁰.

Este ponto demonstra um claro sinal de que a descentralização visa a contenção ou mesmo redução da despesa pública, obrigando os Municípios a um esforço que a Administração Central se revela incapaz de o fazer de outra forma, na medida em que não contempla sequer um aumento da despesa proporcional ao valor da inflação, traduzindo-se assim, na prática, qualquer descentralização de competências sempre numa redução de despesa.

Para além do enquadramento relativo às atribuições e competências dos Municípios, importa também apresentar o enquadramento legal do quadro de competências e do regime jurídico de funcionamento dos órgãos das Autarquias Locais, afinal são esses os instrumentos jurídicos essenciais para o funcionamento destes órgãos.

Assim, a seguir apresenta-se uma breve síntese de tal enquadramento legal relativo aos diversos diplomas que estabelecem este quadro de competências²³¹ assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos das Autarquias Locais:

²²⁴ Ver [69]: Lei 159/2009, de 14 de Setembro, Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais, art.º 2º, n.º 2.

²²⁵ Ver [69]: Idem, art.º 2º, n.º 3.

²²⁶ Ver [69]: Idem, art.º 4º, n.º 1.

²²⁷ Ver [69]: Idem, art.º 5º.

²²⁸ Ver [69]: Idem, art.º 3º, n.º 2.

²²⁹ Ver [69]: Idem, art.º 4º, n.ºs 2; 3 e 4.

²³⁰ Ver [69]: Idem, art.º 3º, n.º 3.

²³¹ É de salientar que não se trata de um enquadramento exaustivo, mas apenas dos principais diplomas que reportam o assunto na generalidade, uma vez que inúmeras outras competências em matérias específicas, derivam de outros diplomas.

FIGURA N.º 27 – ENQUADRAMENTO LEGAL DO QUADRO DE COMPETÊNCIAS E DO REGIME JURÍDICO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

Ano	Diploma	Breve Descrição
1990	Decreto do Presidente da República n.º 58/90 de 23 de Outubro	Ratifica a Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 28/90, em 13 de Julho de 1990.
1998	Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto	Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais
1999	Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro	Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais.
	Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro	Estabelece o quadro de competências assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos Municípios e das Freguesias
2002	Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro	Primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Foram alterados os artigos 7º a 13º, 15º a 19º, 24º, 27º, 34º, 35º, 38º, 42º, 44º a 54º, 50º, 60º, 63º, 64º, 68º, 75º, 84º, 87º, 91º, 98º e 99º da referida Lei.
	Declaração de Rectificação n.º 4/2002, de 06 de Fevereiro	De ter sido rectificada a Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos Municípios e das Freguesias). Rectifica os artigos 99º, n.º1, 10º-A, n.º 1 e 17º, n.º2, h), 44º, n.º1 e 87º, n.º3-anexo da republicação da Lei.
	Declaração de Rectificação n.º 9/2002, de 05 de Março	De ter sido rectificada a Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro - Primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos Municípios e das Freguesias...
2003	Decreto-Lei n.º 268/2003, de 28 de Outubro	Cria a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa e a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 26/2002, de 2 de Novembro. Determina a transferência para as A.M.T. (Autoridade Metropolitana

Ano	Diploma	Breve Descrição
		de Transportes de Lisboa e Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto) das atribuições e competências conferidas pela Lei 169/99 e respectiva legislação complementar, nos termos do art.º14.º.
2005	Lei Constituinte n.º 1/2005 de 12 de Agosto	Constituição da República Portuguesa, sétima revisão.
2006	Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro	Aprova o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a Lei n.º 58/98 de 18 de Agosto. O regime previsto na presente lei aplica-se a todas as entidades empresariais constituídas ao abrigo das normas aplicáveis às associações de Municípios e às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.
2007	Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro	Aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do estado e demais entidades públicas. São Revogados os artigos 96.º e 97.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
2008	Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto	Estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, revogando as Leis n.ºs 10/2003 e 11/2003, ambas de 13 de Maio.

Fonte: Diário da República Electrónico, <http://www.dre.pt/>, Compilado por: Carvalho, Manuel

É certo que se trata de um enquadramento genérico no que respeita às competências, uma vez que inúmeras outras competências em matérias específicas decorrem de diplomas complementares.

Tal como previsto no art.º 236º da Constituição, no continente as Autarquias Locais são as Freguesias, os Municípios e as regiões administrativas²³², já nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira correspondem às Freguesias e aos Municípios. Nas grandes áreas urbanas e nas ilhas, a lei poderá estabelecer, de acordo com as suas condições específicas, outras formas de organização territorial autárquica.

²³² A mais recente tentativa de implementar uma reorganização administrativa no Continente, tendo como base a regionalização, não avançou, uma vez que o proposto pelo governo em referendo realizado a 8 de Novembro de 1998, foi recusado pelos eleitores participantes. Assim apesar de legalmente previstas, no Continente, as regiões administrativas continuam ainda por instituir.

Actualmente o território nacional de Portugal encontra-se organizado em 308 Municípios, dos quais 278 no continente e 30 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O País compreende ainda 4.259 Freguesias, das quais, 4.050 no território continental e 209 nos territórios insulares dos Açores e da Madeira.

Uma vez que a Constituição prevê, como acabámos de verificar, que “Nas grandes áreas urbanas e nas ilhas, a lei poderá estabelecer, de acordo com as suas condições específicas, outras formas de organização territorial autárquica” e tendo em consideração que na sequência da tentativa falhada do processo de regionalização verificado no Continente, o legislador encontrou alternativas, que julgo transitórias²³³ e que visam essencialmente flexibilizar alguns processos, designadamente através da transferência progressiva de competências quer para as autarquias individualmente consideradas quer em associação, através das formas legalmente previstas, particularmente para as Áreas Metropolitanas (AM)²³⁴ ou para as Comunidades Intermunicipais (CIM)²³⁵, (até 30-04-2010 haviam sido criadas ou estavam em fase de conclusão do processo, um total de 23, CIM)²³⁶ de acordo com os termos previstos na Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto²³⁷.

Os limites da actividade municipal podem ser definidos e enquadrados de acordo com o modelo de descentralização seguido pelo legislador, cuja orientação poderá seguir o sistema da designada “cláusula geral” ou o sistema da “enunciação taxativa”. Desta forma tornar-se-á mais fácil compreender a dinâmica entre o Estado e os Municípios e o respectivo grau de autonomia. Segundo Montalvo²³⁸, no sistema da designada cláusula geral:

“a lei consagra o princípio da competência genérica, segundo o qual os Municípios prosseguem todos os interesses próprios, comuns e específicos das respectivas populações. Ao abrigo deste sistema cabe aos órgãos municipais preencher, em cada momento, a norma aberta de competência plena, avaliando se esta ou aquela matéria respeita ou não a interesses próprios, comuns e específicos da sua população e, em caso afirmativo, intervir na sua satisfação. Pelo contrário no sistema da enunciação taxativa o legislador define as atribuições municipais através de um elenco taxativo de atribuições, vedando a intervenção municipal em domínios que não estejam aí contemplados.”

²³³ Face a um processo de regionalização que penso, regressará à discussão pública brevemente e cuja proposta que surgirá para propor aos portugueses, por certo será mais consensual do que a anterior, promovendo assim mais uma reforma descentralizadora no sistema de governo nacional.

²³⁴ Correspondem às duas grandes áreas urbanas de Lisboa e Porto.

²³⁵ As Comunidades Intermunicipais (CIM) correspondem a unidades territoriais definidas com base nas NUTS III e são instituídas em concreto com a aprovação dos estatutos pelas assembleias municipais da maioria absoluta dos Municípios que as integrem. A adesão de Municípios em momento posterior à criação das CIM não depende do consentimento dos restantes Municípios.

²³⁶ Informação recolhida no sítio da WEB: http://www.anmp.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=406&Itemid=58

²³⁷ Para além da estrutura administrativa já referida, a Lei n.º 45 / 2008 de 27 de Agosto, revoga as Leis n.ºs 10/2003 e 11/2003, ambas de 13 de Maio e estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, concebendo o enquadramento legal para a conversão das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais de fins gerais criadas nos termos das Leis n.ºs 10/2003 e 11/2003, de 13 de Maio, em Comunidades intermunicipais (CIM) correspondentes às unidades territoriais definidas com base nas NUTS III em que se integram verificando-se, cumulativamente as condições previstas no artigo 38.º desta lei.

²³⁸ Ver [19]: Montalvo, António Rebordão, (2003), *O Processo de Mudança e o Novo Modelo de Gestão Pública Municipal*, p. 97;

Este autor prossegue, referenciando determinados parâmetros legais e alguns períodos da nossa História, durante os quais se verificou uma mutação do sistema vigente.

Durante o Estado Novo, o sistema seguido foi o da enunciação taxativa²³⁹, demonstrando uma postura mais centralista e pouco autonómica do Estado. Já com a instauração do regime democrático, a opção legislativa passou para o sistema da cláusula geral, desencadeando um processo de afirmação do municipalismo e de autonomia local, reconhecida constitucionalmente em 1976 e tornando-se mais evidente quando o art.º 2º da Lei n.º 79/77 de 25 de Outubro²⁴⁰, expressa:

“É atribuição das autarquias locais o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas...”. “ARTIGO 2.º (Atribuições) É atribuição das autarquias locais tudo o que diz respeito aos respectivos interesses e, designadamente: a) De administração de bens próprios e sob sua jurisdição; b) De fomento; c) De abastecimento público; d) De cultura e assistência; e) De salubridade pública.”

Anteriormente já foram apresentados os princípios constitucionais relativos à Administração Local. Assim, o princípio da descentralização administrativa, visa uma aproximação ao cidadão da actividade e da decisão, na medida em que prevê que deverá ser o órgão da administração mais próximo do destinatário da medida/política de acção que deverá executá-la; outro princípio diz respeito à justa repartição dos recursos públicos pelos diversos níveis da Administração e está interligado com o anterior, na medida em que as autarquias são um executor de proximidade ao cidadão e que executam grande parte das medidas da administração; por fim, o princípio da correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau não deixa de estar interligado com o anterior, na medida em que a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias deverá pressupor que o Estado na sua função redistributiva (também entre as instituições da administração), deverá desempenhar um papel de solidariedade perante as autarquias menos capacitadas.

Desta forma é fundamental que a repartição vertical dos recursos públicos seja proporcional à distribuição de atribuições e competências, tendo em vista a sua prossecução e simultaneamente deverá ser equilibrado o peso das receitas próprias nos respectivos orçamentos, por forma a não pôr em causa o princípio da autonomia financeira. Ainda assim compete ao Estado assegurar a equidade horizontal, designadamente garantindo uma maior comparticipação orçamental para as autarquias com menor capacidade em gerar receitas próprias.

²³⁹ Ver Código Administrativo de 1936-1940, art.ºs 44º; 45º e 50º;

²⁴⁰ Ver [57]: Lei que definiu as atribuições das Autarquias e competências dos respectivos órgãos;

Os movimentos autonómicos e promotores da descentralização têm sido inconstantes ao longo da História e por vezes mesmo em sentido inverso, a propósito deste assunto, Montalvo²⁴¹ escreve:

“Como vimos, o longo processo de concentração do poder político em Portugal, primeiro nas mãos do Monarca, depois nas da burguesia de oitocentos e do seu Estado Liberal de direito, integrou os Municípios no Estado e fez deles uma forma da sua administração indirecta. Só com a 3ª República, instaurada em Abril de 1974, os Municípios portugueses conquistaram um estatuto de autonomia face ao Estado. O curso da História mostrou ser válida a estreita relação entre a natureza do regime político e o grau de autonomia das autarquias locais: os regimes democráticos encorajaram-na e os totalitários combateram-na. Com efeito, em Inglaterra as liberdades locais foram protegidas desde a revolução liberal e democrática do séc. XVII, tendo sido suprimidas pelo fascismo em Itália, pelo nazismo na Alemanha, pela ditadura de Salazar entre nós e pelo comunismo no leste europeu.”

A permanente evolução na distribuição das atribuições e competências entre o Estado e as autarquias locais, obriga ao permanente reequilíbrio da equação relativa à aplicação de tais princípios, particularmente no que respeita ao princípio da justa repartição dos recursos públicos e relativamente à correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau.

Assim, encontrar tal equilíbrio parece pois ser uma equação de difícil resolução, desde logo porque sucessivamente se verificam défices orçamentais na Conta Geral do Estado, por outro lado os movimentos de transferências de competências para as autarquias locais carecem da adequada afectação de meios, e ainda quando essa afectação acontece é essencial que tal ocorra por forma a garantir a real autonomia local.

O que é certo é que apesar da busca do bem-estar da comunidade ser o argumento para a existência e a actuação da Administração Pública, argumentos como a escassez dos recursos ou o desequilíbrio na repartição dos meios são frequentemente apontados, principalmente por parte da Administração Local, para a não realização de determinadas atribuições e competências.

Bilhim (2004)²⁴², refere a este propósito:

“No entanto, e apesar de todos os esforços empreendidos no sentido de melhorar a vida do poder local, o que se pode observar é que a carência de recursos próprios e

²⁴¹ Ver [19]: Montalvo, António Rebordão, (2003), *O Processo de Mudança e o Novo Modelo de Gestão Pública Municipal*, p. 96.

²⁴² Ver [6]: Bilhim, João, (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, p. 12.

consequente necessidade de financiamentos centrais têm-se mantido até aos nossos dias.”

“O grau de dependência das receitas da Administração Central parece estar relacionado com o nível de desenvolvimento económico dos concelhos. A autonomia financeira dos Municípios advém fundamentalmente de receitas fiscais próprias que possibilitam uma menor dependência das verbas da Administração Central.”

Assim, o princípio da autonomia financeira dos Municípios e das Freguesias é, em certa medida um princípio subjectivo, pois para além da escassez dos recursos (que só por si induz uma limitação ao exercício das suas competências, ainda que reconhecendo que na contemporaneidade não podemos imaginar sequer cenários de recursos ilimitados), a Lei impõe limites à afectação global da despesa e do endividamento total, podendo ainda impor limites ou controlar a afectação de determinadas componentes da despesa (afectação de determinada receita a rubricas ou capítulos específicos) ou mesmo permitindo ao Governo estabelecer contratos programa ou outros instrumentos de parceria por forma a aumentar/direccionar mais a despesa/investimento em determinados Municípios.

A actual Lei das Finanças Locais tem por objectivo promover um equilíbrio financeiro horizontal e vertical (horizontal entre os Municípios e vertical entre estes e a Administração Central), pode dizer-se então que tem por base o princípio da solidariedade, nesse sentido, prevê a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios.

Esta repartição de recursos, na parte que respeita aos Municípios, está estruturada, tal como se falou anteriormente, sob a forma de transferência de fundos e na participação directa em impostos, taxas e outros recursos públicos.

Parece assim demonstrado, seguindo também a linha defendida pelo Professor João Bilhim,²⁴³ que é fundamental aumentar a capacidade dos Municípios para gerarem receitas próprias, pois apenas desta forma conseguirão aumentar verdadeiramente o seu nível de autonomia, estimulando simultaneamente a sua responsabilidade pela criação e utilização da respectiva receita, devendo cada vez mais à Administração Central cometer um papel de regulador e fiscalizador.

Assim, o constante aumento das transferências de competências para as autarquias locais poderá, ou mesmo deverá, desencadear a necessidade de reavaliar o nível de aplicação do princípio da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias e a necessária

²⁴³ Ainda que a opinião expressa pelo autor e atrás apresentada seja anterior à actual LFL.

correção de desigualdades entre as Autarquias do mesmo grau, bem como a reafecção das matérias alvo de tributação e respectivas taxas entre a Administração Central e a Administração Local e Regional que tem vindo ou que venha a assumir competências anteriormente da responsabilidade da primeira.

A reavaliação do nível das atribuições e competências que cabem à Administração Central e à Administração Local poderá culminar futuramente num processo de reforma fiscal, o qual deverá ser mais transparente, menos burocratizado, cujos objectivos não deverão ser o aumento da carga fiscal, mas antes aumentar a independência financeira dos Municípios e simultaneamente promover a aproximação entre o cidadão/contribuinte/eleitor à sociedade em geral e os Municípios.

A desburocratização e transparência referidas no parágrafo anterior poderão, ou mesmo deverão, passar por uma simplificação no processo de determinação da colecta a favor de cada Município, sugerindo-se entre outras alterações uma repartição directa das taxas dos principais impostos (IVA, IRS e IRC). Sugere-se assim, a repartição da taxa em vigor em duas componentes, sendo uma componente de Imposto Nacional de Imposto Local, (Ex: perante um bem ou serviço transaccionado. Deveria constar directamente na factura/recibo, uma componente de “IVA NACIONAL” e outra de “IVA LOCAL”,²⁴⁴ podendo o mesmo princípio ser aplicado para os impostos sobre o rendimento, IRS e IRC).²⁴⁵

Com a eventual aplicação desta medida, salvaguardando alguma flexibilidade ao nível da competitividade fiscal dos Municípios, de resto já prevista na actual LFL, e não descuidando os instrumentos essenciais à salvaguarda do equilíbrio horizontal, promover-se-ia maior independência financeira municipal²⁴⁶ e simultaneamente promover-se-ia maior dinâmica económica local²⁴⁷ e maior aproximação entre os cidadãos e os órgãos de governo local.²⁴⁸

Entende-se ainda que tais medidas poderiam potenciar ganhos para todos os níveis da Administração, na medida em que ao ser motivada a promover maior dinâmica económica e

²⁴⁴ É de considerar que entre outras eventuais implicações, uma medida deste tipo, para traduzir maior justiça fiscal, deverá ser acompanhada de um processo de reorganização administrativa que garanta/obrigue os sujeitos passivos com estabelecimentos em diversos Municípios sejam obrigados a prestar a informação para fins fiscais, desagregada por cada um dos Municípios, pois a este propósito é de salientar que inúmeras empresas que prestam contas nos maiores Municípios do País (Ex: Capitais de Distrito, destacando-se claramente Lisboa e Porto), frequentemente acabam por desenvolver a sua actividade em todo o país, sem que qualquer tributo fiscal resulte para os Municípios onde a actividade foi efectivamente desenvolvida.

²⁴⁵ No fundo trata-se de uma aplicação mais abrangente mas também mais clarificadora, do princípio já enunciado na actual LFL que permite aos Municípios para além de capacidade tributária em sede de IRS, disporem de alguma flexibilidade (taxa variável) que lhes permite alguma competitividade fiscal.

²⁴⁶ Caso fosse devidamente ponderado o nível de atribuições e competências que cabe a cada nível da Administração.

²⁴⁷ Uma vez que quanto maior fosse a dinâmica económica, maior seria a receita para os Municípios estes seriam levados a promover mais rapidamente os licenciamentos, bem como a dinamizar, por si ou conjuntamente com o sector privado, actividades dinamizadoras da economia local.

²⁴⁸ Uma maior transparência e percepção por parte dos cidadãos, daquele que é o seu contributo real (em termos de impostos) para os custos da Administração local da sua área de residência, torná-lo-iam mais exigente perante esta, mas simultaneamente mais participativo, fruto também da maior proximidade entre ambos.

social, a Administração Local, está também a contribuir para um maior incremento ao nível nacional, ficando assim favorecido o indivíduo e o colectivo local e nacional.

Assim, partilhando das opiniões que apontam para algumas limitações à autonomia financeira, reforçadas pelo acréscimo de competências transferidas da Administração Central para a Administração Local, particularmente nos últimos anos, entende-se que num futuro processo de reforma fiscal seria útil também uma maior descentralização fiscal motivada por um sentido de proximidade entre o tributo e a aplicação esperada do mesmo, com flexibilidade suficiente, por forma a ser capaz de introduzir competitividade fiscal horizontal e contribuindo desta forma também para a redução da percepção menos positiva que a cobrança de qualquer tributo fiscal sempre acolhe, uma vez que seria mais esclarecedor e mais próximo do cidadão o destino do tributo fiscal, permitindo também ao decisor público ter melhor percepção das necessidades colectivas dos cidadãos da respectiva circunscrição, aproximando portanto a Administração dos Administrados.

V.XI.II A Descentralização – Uma questão de eficiência e o efeito flypaper nas transferências para os municípios portugueses

O debate sobre a reforma do Estado tem constantemente a descentralização como um de seus pontos centrais de discussão, afinal esse é um dos pilares da nossa Constituição, desde a sua primeira versão.

O princípio da subsidiariedade, como já vimos, tem subjacente a descentralização administrativa e, implicitamente, a necessidade de meios para a efectiva descentralização e garantia de maior aproximação às populações e o respeito pelos princípios da autonomia e da solidariedade.

Assim, a descentralização prevista na CRP, visa essencialmente reconhecer a capacidade e devolver o poder aos actores locais para exercerem competências em áreas que lhes dizem directamente respeito, com maior eficiência. Por outro lado, o exercício de tais competências, no respeito do princípio da autonomia, pressupõe para além de uma descentralização administrativa, também uma efectiva descentralização de recursos, designadamente uma maior descentralização fiscal, por forma a uma melhor aproximação às populações (que serão o elemento fiscalizador por excelência da actuação dos governos sub-nacionais), tal parece revelar-se essencial à melhoria no que respeita à partilha e gestão dos recursos públicos, bem como à concretização do princípio da autonomia.

A este respeito e para além do já enunciado nos capítulos anteriores, ainda que enquadrado num capítulo sobre as finanças regionais, Rocha (2005) escreve:

“Para uma mais saudável relação entre a Administração Central e a Local, é aconselhável que não seja a Administração Central a arrecadar os recursos, principalmente os impostos, e a Administração Local, e no caso, as regiões administrativas, a gastá-los. Caso contrário, a autonomia sairá, mais cedo ou mais tarde, diminuída. Mais: não seria compatível a configuração jurídico-constitucional das Autarquias Locais, com a sua absoluta dependência económica e financeira da Administração Central. A autonomia local manifesta-se, também, pela capacidade de as autarquias automaticamente arrecadarem as suas receitas e aplicá-las em favor das respectivas populações. (...) Por outro lado não podemos fechar os olhos às relações existentes entre o poder central e os municípios. Todos sabemos que a par das transferências financeiras legalmente previstas, existem outros mecanismos de financiamento de projectos, com importância relevante a nível local, e que a decisão do seu destino não escapa muitas vezes a uma “vertente de latência e de subterraneidade, presente naquilo que acreditamos serem labirintos inerentes aos procedimentos políticos.”²⁴⁹ „²⁵⁰

Para além do suporte constitucional para o princípio da descentralização, por muitos defendido, o princípio de que quem não é taxado não é representado, surge também assim para justificar um maior peso das receitas fiscais municipais, no bolo das suas receitas, e para demonstrar a sua necessidade desde logo para aproximar os cidadãos por estes se sentirem mais representados ao nível local, logo com mais direito a participar e a exigir.

A transferência massificada de competências enquanto forma de descentralização, não é necessariamente um tema objecto de consensos, desde logo porque os interesses, apesar de aparentemente coincidentes, na realidade podem conter algumas divergências, designadamente enquanto alguns organismos absorvem novas competências, outros vêm o seu âmbito esvaziar-se e em alguns casos poderão mesmo temer pela perda de fundamento orgânico, motivando a sua extinção (esquecendo o interesse social), mas para além disso, há a ter em conta que o território não é homogéneo e que em cada território poderão observar-se necessidades de intervenção de diversa ordem, completamente distintas de outro território.

Para Zbyszewski (2006), o importante será desde logo, encontrar a forma mais eficiente para exercer a “*função de afectação*”²⁵¹, a qual na sua opinião “...é pois exercida em larga medida pelos

²⁴⁹ O autor cita Ruivo, Fernando, (2000), *O Estado Labiríntico*, p.24.

²⁵⁰ Ver [31]: Rocha, José António (2005), *Regionalização no Âmbito da Gestão Autárquica*, pp. 233-234.

²⁵¹ O autor remete para a definição de Musgrave, Robert A. & Peggy Musgrave (1989), *Public Finance in Theory and Practice*. Assim define a função de afectação ou alocação como o processo pelo qual os recursos orçamentais são divididos entre bens sociais e bens privados e é escolhido o conjunto de bens sociais a fornecer. As políticas reguladoras podem também ser incluídas no conceito de afectação, segundo o mesmo autor.

municípios, tendo em conta a sua proximidade dos destinatários da provisão pública que teoricamente lhes permite conhecer melhor as suas preferências.”²⁵²

Para este autor:

*“a provisão eficiente de bens e serviços varia conforme a sua natureza pública ou privada. Considera-se **público**, um bem ou serviço em que não existe rivalidade no consumo ou utilização, isto é em que a sua utilização ou consumo não impede a utilização ou consumo por outro indivíduo e em que não é possível a exclusão do consumidor ou utilizador. Se o consumo for rival e for possível a exclusão, o bem ou serviço terá características de bem ou serviço **privado**.”*

O autor refere uma terceira categoria de bens (mistos) para os quais se verifica um grau imperfeito de rivalidade, traduzida pela não existência de impossibilidade de utilização e pela possibilidade de existir degradação da provisão, mantendo-se a capacidade de exclusão.

Assim é necessário primeiro aferir a natureza dos bens ou serviços por forma a determinar a provisão mais eficiente. No caso dos bens privados, “o preço de mercado, formado em mercados abertos e competitivos, tenderá a ser eficiente” e para que se verifique eficiência na afectação, “as *taxas marginais de substituição no consumo devem ser as mesmas para todos os consumidores (todos devem valorizar da mesma forma os bens em presença no mercado) e iguais à taxa de transformação da produção do mercado (a capacidade de absorção do mercado deve estar próxima da capacidade de produção)*”, já no caso dos bens públicos, “*uma vez que as preferências individuais não são reveladas, embora existam*”, não pode recorrer ao mercado como instrumento regulador, pelo que estes são fornecidos em “*determinada quantidade, sendo igual para todos os cidadãos e financiado por todos (...). O preço pode nestes casos ser determinado, considerando a proporção de imposto pago por cada unidade adicional de bem ou serviço fornecida*” e para que se verifique eficiência na afectação é necessário que “*a soma das taxas marginais de substituição no consumo iguale a taxa marginal de substituição na produção, tendo presente que os bens são não rivais no consumo e que a mesma quantidade é consumida por cada um.*”²⁵³

O autor prossegue apresentando uma classificação de um conjunto de bens e serviços dos Municípios, efectuando de seguida uma análise às funções de distribuição, estabilização e coordenação.²⁵⁴

²⁵² Ver [40]: Zbyszewski, João Paulo, (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas: Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, p. 146.

²⁵³ Ver [40]: Zbyszewski, João Paulo, (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas: Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, p. 147.

²⁵⁴ Ver [40]: Op. Cit., pp. 148-160.

Após a análise que acabamos de reportar, o autor inicia o estudo à racionalidade da descentralização da despesa pública, o que nas suas palavras, interessa “*entender quais as funções económicas que são descentralizáveis. Trata-se de estabelecer a escala ou o nível da Administração que maximiza o bem-estar social, isto é, que melhor conjuga o bem-estar e a utilização económica dos recursos.*”²⁵⁵

O autor centra a análise na descentralização ao nível da realidade municipal e baseia-se na classificação de funções efectuada anteriormente, aplicando-lhe a teoria económica, referindo que os Municípios fornecem em geral bens e serviços de natureza predominantemente pública, ainda que forneçam também bens cujo consumo é rival e onde a exclusão é possível, podendo então ser encarados como privados. Contudo esta fronteira nem sempre é clara e existem bens com características mistas, públicas e privadas, o que leva o autor a questionar se “*será que a descentralização da provisão pública é aplicável, independentemente da natureza dos bens e serviços?*” O autor chama ainda a atenção para a potencial existência de externalidades que possam influenciar o processo e ainda que qualquer balanço deve ser feito no seu conjunto e não em função de uma ou outra competência.²⁵⁶

Para explicar a opção por descentralizar ou não, o autor começa então por colocar a questão se “*será que as diversas funções exercidas pelo Estado são descentralizáveis?*”

A eficácia e a eficiência são precisamente os conceitos chave que poderão ajudar a decidir racionalmente qualquer opção política de descentralização ou não descentralização, uma vez que a par do princípio em sentido descentralizador defendido constitucionalmente, há que avaliar a eficiência e a eficácia na afectação da provisão pública, se a afectação descentralizada mantém ou não homogeneidade na provisão, se seria ou não previsível a existência de maior variedade no que respeita à função de distribuição, e ainda efectuar uma análise cuidada quanto à existência ou não de externalidades, uma vez que tal poderá ser determinante para a decisão política de descentralizar ou não, pois apesar de tecnicamente possível, tal poderá não ser aconselhável, ou então necessitar de outros instrumentos de regulamentação que reduzam ou mesmo as eliminem.

A este propósito Zbyszewski (2006) escreve:

*“A busca da eficiência na **afecção** conduz-nos a múltiplas jurisdições fiscais responsáveis pelo financiamento da provisão pública, o que nos leva a concluir pela **heterogeneidade da provisão pública** na dimensão das jurisdições. Algumas distorções devem ser levadas em conta, como por exemplo, o facto do modelo de*

²⁵⁵ Ver [40]: Op. Cit., p. 161.

²⁵⁶ Ver [40]: Op. Cit., pp. 161-162.

*Musgrave considerar as preferências iguais, quando não o são e existirem perdas de economias de escala”*²⁵⁷

Este autor continua apontando ainda outras dificuldades para a descentralização da afectação, designadamente um potencial congestionamento da provisão por sobreutilização (podendo degradar o serviço), a possibilidade da provisão ultrapassar os limites geográficos da jurisdição, tornando-a ineficiente ou exigindo correcções entre jurisdições, apontando soluções como o associativismo autárquico para ultrapassar tal constrangimento.

O autor adianta também que Tiebout considera: *“a mobilidade pode apresentar também dificuldades para uma provisão descentralizada e eficiente quando o processo e a revelação a escolha por parte dos residentes se manifeste na mudança de uma jurisdição para outra mais favorável – é o que denominou de “votação com os pés” (voting by feet).”*²⁵⁸

*“No que concerne à **função de distribuição**, a sua descentralização conduziria teoricamente a uma maior variedade na provisão pública, desde que os bens ou serviços fossem de âmbito local. Musgrave no entanto considera que a existência de mobilidade entre jurisdições anularia o efeito de redistribuição ou reduziria consideravelmente a equidade do sistema, permitindo a “fuga” de residentes para outra jurisdição mais favorável. Embora considerando a mobilidade como um factor decisivo Musgrave não parece atribuir-lhe a importância que a sua ausência tem nos países que integram a União Europeia.”*²⁵⁹

*“No que concerne à **função de estabilização**, a sua intervenção centra-se sobretudo ao nível do controlo da inflação (portanto dos preços e salários) e do emprego (fomento das políticas de emprego). A existência de externalidades é evidente nos dois casos, o que faz crer que a centralização é a melhor opção.”*²⁶⁰

Visando devolver maior liberdade de escolha à sociedade e promover maior vitalidade social às instituições, em 2002, Moreira defendia a urgência de reequacionar o papel do Estado na sociedade, no sentido de a libertar de um intervencionismo que o autor considera de efeitos perversos, por forma a evitar os danos provocados por uma situação em que *“...ao tentar fazer de mais, o Estado acaba por não fazer bem aquilo que é essencial e prioritário.”*²⁶¹

²⁵⁷ Ver [40]: Zbyszewski, João Paulo, (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas: Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, p. 162.

²⁵⁸ Ver [40]: Op. Cit., p. 163.

²⁵⁹ Ver [40]: Op. Cit., pp. 163-164.

²⁶⁰ Ver [40]: Zbyszewski, João Paulo, (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas: Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, p. 164.

²⁶¹ Ver [20]: Moreira, José Manuel, (2002), *Ética Democracia e Estado: Para uma Nova Cultura da Administração Pública*, p. 17.

Para este autor, é fundamental uma avaliação rigorosa dos serviços governamentais, quer quanto à sua efectiva necessidade (tendo por base o princípio da subsidiariedade), quer quanto aos critérios de eficiência, uma vez que é fundamental avaliar o nível de rigor praticado na sua prestação, por forma a verificar se os mesmos não poderão ser fornecidos de forma mais vantajosa pelo sector privado, ou ainda quando existe um argumento forte a favor da provisão pública, deve ser ponderada a eventual provisão pelos poderes e administrações locais.²⁶²

Crítico do actual Estado-Providência, o autor entende que o Estado deve ser menos fornecedor e mais regulador, assim defende um *"Estado mais regulador e fiscalizador e menos prestador de serviços."*²⁶³ Adianta ainda que apenas dessa forma será possível que *"...a máquina política e administrativa tenha uma função ordenadora e não perturbadora ou entorpecedora da vitalidade da vida económica, social ou cultural"*.²⁶⁴

O autor destaca também a relação entre democracia e liberdade, acentuando em primeiro lugar que *"...o liberalismo requer que todo o poder, e por isso também o da maioria, seja limitado."*²⁶⁵ Depois, porque apresenta uma incompatibilidade entre a igualdade formal pela qual "combatem" os liberais e a noção, de concretização impossível numa sociedade livre, segundo a qual uma ordem só seria justa se as oportunidades iniciais de todos os indivíduos fossem à partida iguais.²⁶⁶

O autor defende assim uma sociedade livre, para a qual é essencial uma "ordem abstracta e independente dos objectivos, que esteja assegurada pela obediência a regras abstractas de conduta justa".²⁶⁷

Sempre orientado pelo princípio de uma sociedade livre, o autor desenvolve a crítica ao denominado Estado de Bem-Estar, o qual, na sua opinião, para além de ter efeitos contraproducentes, gera uma economia de interesses que vai minando quer o Estado, quer o livre mercado, defendendo antes uma sociedade de Bem-Estar, assente nas ideias já referidas.²⁶⁸

Assim, a descentralização é, cada vez mais, um instrumento mais ou menos consensual no que respeita à melhor promoção da eficiência na gestão dos recursos públicos, na medida em que devolve aos locais a responsabilidade pela gestão dos seus próprios recursos e na medida do possível, tal deverá desenvolver-se para além da orgânica do Estado, reconhecendo e respeitando

²⁶² Ver [20]: Op. Cit., pp. 27-28.

²⁶³ Ver [20]: Op. Cit., p. 29.

²⁶⁴ Ver [20]: Op. Cit., p. 73.

²⁶⁵ Ver [20]: Op. Cit., p. 137.

²⁶⁶ Ver [20]: Op. Cit., pp. 135-140.

²⁶⁷ Ver [20]: Op. Cit., p. 140.

²⁶⁸ Ver [20]: Moreira, José Manuel, (2002), *Ética Democracia e Estado: Para uma Nova Cultura da Administração Pública*, pp. 141-150.

a capacidade própria da pessoa humana em gerir melhor, por si ou em associações, os recursos para os fins que lhe são vitais.²⁶⁹

Parece assim assistir-se a uma opinião claramente favorável à descentralização²⁷⁰, pelo que este deverá ser um processo a continuar, contudo, deverá ser realizado segundo regras que permitam simultaneamente manter um padrão de identidade e alguma coesão nacional entre os vários Municípios, mas permitindo-lhes alguma flexibilidade, a suficiente e necessária para adaptarem a sua aplicação às condições particulares e aos interesses da população local e indutora de alguma competitividade económico-social junto das estruturas de governo sub-nacionais, salvaguardando o não acréscimo no custo marginal por forma a, no mínimo, manter, mas preferencialmente, aumentar a eficácia e a eficiência na respectiva provisão.

Simultaneamente a Administração Central deverá assumir um reforço do seu papel regulador, definindo regras claras e fiscalizando a sua aplicação, pelo que se ressalva que qualquer movimento tendo em vista o reforço do princípio da subsidiariedade, deverá conduzir a um reforço da Administração Central, não no seu papel de prestador de serviços, mas antes no que respeita aos poderes de tutela²⁷¹ e superintendência, ainda que salvaguardando o princípio da autonomia da Administração Local e Regional.

O Efeito Flypaper nas Transferências para os Municípios Portugueses:

Como vimos, uma política de descentralização administrativa, sem ser acompanhada pela correspondente descentralização fiscal, tenderá a revelar-se ineficiente, também nesse sentido aponta um estudo sobre o Efeito Flypaper²⁷² nos Municípios Portugueses, de Rios & Costa (2005)²⁷³, no qual os autores assumindo que as transferências inter-governamentais constituem a principal fonte de receita da generalidade dos municípios portugueses, partem para o estudo da possibilidade de existir um Efeito Flypaper nas despesas públicas locais. Assim, estudam as transferências inter-governamentais do tipo lump-sum²⁷⁴ para o caso português e os respectivos

²⁶⁹ Ver [20]: Op. Cit., p. 142.

²⁷⁰ Já o modo de a operar, não parece reunir tanto consenso, um bom exemplo foi a reprovação em referendo, no passado, da tentativa de implementação do modelo regionalista, que aparentemente agora acolhe mais apoiantes, alguns dos quais, figuras públicas, que já declararam publicamente ser actualmente favoráveis ao modelo, mesmo tendo-o reprovado anteriormente.

²⁷¹ De acordo com a Lei n.º 27/96, de 01 de Agosto, actualmente esta tutela é exercida através da Inspeção-Geral de Finanças, que tem competência para averiguar toda a matéria relacionada com a gestão patrimonial e financeira, e da Inspeção-Geral da Administração Local, que tem competência ao nível de toda a restante actividade administrativa.

²⁷² O Efeito Flypaper baseia-se na teoria da ilusão fiscal por parte dos eleitores e reflecte a noção de que o montante transferido para um governo tende a “fixar-se” no sector público, ou seja, uma unidade monetária adicional da transferência lump-sum tem um efeito maior na despesa do governo local do que um aumento de uma unidade monetária no rendimento dos residentes, quando optando pela via da baixa de impostos.

²⁷³ Ver [45]: Rios, Maria Emília & Costa, José da Silva, (2005), *O Efeito Flypaper nas Transferências para os Municípios Portugueses*, p. 106.

²⁷⁴ Caracteriza o tipo de transferências da Administração Central para as jurisdições de nível Local, em que o montante é fixo e entregue de uma só vez, as quais alteram os recursos disponíveis nas respectivas jurisdições (efeito rendimento) sem alterar o preço relativo dos bens fornecidos pelo governo local.

efeitos ao nível da despesa pública local e do rendimento disponível dos indivíduos da comunidade.

Neste estudo os autores concluem que resultados obtidos, aplicado ao caso português:

“...confirmam a existência do efeito flypaper nas transferências inter-governamentais para os municípios portugueses. Este efeito tem uma magnitude mais elevada nas despesas de capital do que nas despesas correntes. Confirma-se que as transferências gerais/incondicionais do tipo lump-sum estimulam mais as despesas públicas locais do que o rendimento da comunidade local, contrariando a teoria tradicional de que esses efeitos deveriam ser iguais em virtude das transferências do tipo lump-sum resultarem num “efeito-rendimento”. Incluindo no modelo as transferências específicas/condicionais combinadas, os resultados indicam que o efeito flypaper continua a verificar-se, apresentando uma magnitude menor nas despesas correntes e maior nas despesas de capital. No entanto, os resultados não confirmam a previsão teórica de que as transferências específicas/condicionais combinadas estimulam mais as despesas públicas locais do que as transferências gerais/incondicionais do tipo lump-sum. É possível que os resultados obtidos estejam relacionados com o fraco peso das transferências condicionais relativamente ao total das transferências, principalmente nas transferências correntes. Neste estudo, também se tomou em consideração a potencial endogeneidade das transferências, utilizando o método de estimação TSLS²⁷⁵ adicionalmente ao OLS²⁷⁶. Os resultados obtidos mostraram que o efeito flypaper é sensível à especificação econométrica das transferências, sendo substancialmente maior quando estimado por TSLS.

Relativamente às outras fontes de ilusão fiscal aqui analisadas (ilusão do inquilino/imposto-preço, complexidade fiscal e visibilidade fiscal), os resultados obtidos também fornecem uma forte sustentação empírica à teoria da ilusão fiscal, mas apenas em relação às despesas correntes.

Quanto à explicação do efeito flypaper, os resultados obtidos permitiram reconhecer a presença de ilusão fiscal por parte dos cidadãos. Também permitiram relacionar o efeito flypaper com a influência dos políticos no controle orçamental, em particular dos representantes da esquerda na Assembleia Municipal. Mas esta influência apenas se notou em relação às despesas correntes, o que faz sentido dado que as despesas correntes possuem uma enorme incidência redistributiva. Os resultados obtidos não permitem reconhecer a influência dos burocratas no efeito flypaper. Este

²⁷⁵ Método de estimação utilizado para analisar a endogeneidade ou exogeneidade das variáveis (do inglês Two-stage Least Squares)

²⁷⁶ Método de estimação que assume que todas as variáveis explicativas são exógenas, incluindo as transferências (do inglês Ordinary Least Squares)

resultado é curioso dada a importância que as transferências gerais/incondicionais do tipo lump-sum têm no financiamento dos municípios portugueses, sabendo que estas, por definição, interferem muito pouco na autonomia dos governos locais beneficiários.”²⁷⁷

Como vemos, também este estudo acaba por ser um contributo para a busca de maior eficiência na gestão dos recursos públicos, pois ao demonstrar a existência do Efeito Flypaper nos municípios portugueses, está a ir mais além, seguindo a linha de pensamento de Moreira, apresentada anteriormente. Este estudo serve de desafio para as Administrações (Central e Local) ponderarem sobre a forma como implementar a descentralização e em alguns casos decidirem mesmo quem deve assumir determinadas competências, se deve continuar a ser uma provisão pública ou se estão reunidas as condições para que a provisão seja efectuada pelo sector privado.

Reconhecendo a capacidade individual para gerir os seus próprios recursos essenciais e demonstrada a existência do Efeito Flypaper nos municípios portugueses, questiona-se se em determinadas circunstâncias concretas, a Administração Central, simplificando procedimentos administrativos, ao invés de agravar cargas fiscais para depois compensar com transferências do tipo lump-sum para outros níveis da Administração, mas cujo benefício total se esvanece, chegando residualmente aos cidadãos, não deveria antes reduzir as cargas fiscais, deixando mais rendimento disponível directamente aos cidadãos, mas simultaneamente deixando para o mercado (devidamente regulado e fiscalizado) a livre fixação do preço. Esta opção, apesar de não poder ser de aplicação generalizada, induz maior liberdade, mas também maior responsabilidade nos cidadãos pela gestão dos seus rendimentos, o que os levará a uma maior racionalidade no consumo, não existente quando a opção é pelas transferências do tipo lump-sum, uma vez que o preço relativo dos bens ou serviços está distorcido, logo não é percebido pelo consumidor o que potencia o aumento do consumo e da ineficiência.

Como já foi referido, a transferência de atribuições e competências da Administração Central para as autarquias tem sido um dos temas que tem gerado alguma discórdia entre as partes, não pela rejeição da sua assunção por parte das autarquias, mas antes por muitas vezes discordarem dos termos pretendidos pela Administração Central para essa transferência.

Como também já foi abordado, esta matéria já não é novidade, pois tem vindo a ser alvo de intervenção ao longo dos últimos anos de forma progressiva, por exemplo com a aplicação da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro os diversos Governos sucessivamente foram mandatados, nomeadamente através das Leis do Orçamento de Estado, para legislar mais pormenorizadamente sobre esta matéria.

²⁷⁷ Ver [45]: Rios, Maria Emília & Costa, José da Silva, (2005), *O Efeito Flypaper nas Transferências para os Municípios Portugueses*, p. 106.

Na actual LFL todo o enquadramento para esta transferência está prevista no artigo 52º e seguintes, já na Lei do Orçamento de Estado para 2009²⁷⁸ o capítulo IV ocupa-se do tema das finanças locais, referindo-se o art.º 45º concretamente à “Descentralização de competências para os Municípios” e às verbas previstas no orçamento dos vários ministérios para serem transferidas para as autarquias, por contrapartida às competências transferidas.

Ficou ainda o Governo autorizado a, durante o ano de 2009, legislar no sentido de regulamentar os poderes tributários dos Municípios, relativamente aos impostos a cuja receita tenham direito, nos termos previstos na Lei n.º 2/2007²⁷⁹.

Foi também prorrogado, até 31 de Dezembro de 2009, o prazo previsto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, na sua redacção actual, para a transferência de competências para os Municípios.²⁸⁰

Introduzir a síntese da legislação sobre toda a transferência de competências para as autarquias locais, que está a ser preparada, bem como a respectiva apreciação crítica.

V.XI.III *Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais – A descentralização e a potencial perda de coesão territorial*

Tal como verificámos anteriormente, um dos princípios para que possa ocorrer a descentralização, de forma eficaz e eficiente, pressupõe a existência de homogeneidade de base territorial na provisão a descentralizar.

Contudo, com a tendência generalizada de acréscimo de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais e a consequente descentralização, poderá ocorrer a médio prazo uma situação de perda de coesão territorial pontual ou mais generalizada, no que respeita à execução de determinadas competências entretanto transferidas. Aliás, este aspecto, também já anteriormente enunciado como potencial factor limitador da descentralização, designadamente se não forem devidamente ponderadas as eventuais externalidades, poderá provocar desvios na procura e na oferta, quer ao nível quantitativo quer qualitativo e dos respectivos custos em diferentes jurisdições, limitando a aplicação do princípio do utilizador pagador (para cada jurisdição) defendido por Baleiras (2001) e apresentado anteriormente.

²⁷⁸ Ver [89]: Diário da República, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Lei do OE para 2009.

²⁷⁹ Ver [89]: Idem, art.º 45º - n.º 3.

²⁸⁰ Ver [89]: Idem, art.º 45º - n.º 4.

Este facto não é de menosprezar, uma vez que em algumas matérias, mesmo enquanto a competência se manteve/mantém sob a responsabilidade da execução directa da Administração Central, nem sempre tal coesão foi possível (Ex: manifesta discricionariedade entre o litoral e o interior em diversas matérias), assim é de esperar que possam ocorrer diferentes interpretações na forma de aplicar as atribuições e competências transferidas ou a transferir pelos diversos agentes locais responsáveis pela sua prossecução.

A título de exemplo, a Autarquia A, incumbida de incrementar a competência X, poderá limitar-se a desenvolvê-la pelos padrões mínimos estabelecidos na lei ou caso estes não estejam definidos, aquilo que em seu entendimento seja adequado, por outro lado a Autarquia B (de idêntica dimensão, características geográficas, enquadramento socioeconómico, etc.), por mera opção política, decidiu apostar mais nessa área de atribuição e ao fim de alguns anos consegue destacar-se da Autarquia A, prestando melhores serviços, apresentando recursos humanos melhor formados, melhor oferta cultural, melhor oferta educativa, melhor rede de transportes, melhor parque habitacional, atraindo mais investimento, etc.²⁸¹

Por forma a evitar a perda de coesão, ou pelo menos que não se verifiquem diferenças de progresso demasiado elevadas, deverá a Administração Central, desempenhando a sua função de tutela definir linhas de orientação claras, designadamente:

- Quais são as metas;
- Os padrões de execução os médios adequados;
- Os respectivos valores mínimos;
- Desenvolver um adequado conjunto de indicadores que permitam de forma fácil mas eficaz monitorizar a aplicação de cada competência por cada entidade, bem como às respectivas entidades executoras efectuarem o seu auto-controlo.

Deverão ainda as entidades promover o desenvolvimento de sistemas internos de monitorização e avaliação contínua, por forma a promover um desempenho mais eficiente não apenas das competências entretanto transferidas, mas de toda a sua actividade, pois não bastará promover a descentralização, confiando que com a aproximação do centro de decisão da política de acção aos respectivos “juízes” (aos eleitores), estará garantida a eficiência na acção/aplicação dos meios para a prossecução dos fins, essa poderá ser uma tentativa para moderar a eficiência, mas certamente não será suficiente.

²⁸¹ Neste ponto apenas se está a considerar a potencial perda de coesão derivado de distintas opções políticas, uma vez que se pressupõe a salvaguarda do princípio do equilíbrio financeiro vertical e horizontal.

O recurso à aplicação de sistemas internos de monitorização e avaliação contínua baseados em ferramentas como o Balanced Scorecard (BSC)²⁸² e o Benchmarking²⁸³, poderão ser uma solução viável para melhorar o desempenho institucional e consequentemente a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

V.XI.IV *Descentralização de Competências e a Autonomia Financeira dos Municípios – Uma Relação de Equilíbrio e Alguns Limites à Descentralização*

Para além dos limites ou condicionantes que poderão dificultar ou mesmo impedir algumas opções de descentralização, cuja base científica/técnica foi já apresentada, e que se sintetiza na figura que se segue, importa ainda apresentar outros limites que devem também ser considerados.

FIGURA N.º 28 – VANTAGENS E LIMITAÇÕES DA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Vantagens	Limitações
a) Eficiência: a1. Decisão local/ preferências locais a2. Financiamento local/ autonomia local a3. Subsidiariedade	Do ponto de vista da eficiência: a1. Não compensação de efeitos externos a2. Não aproveitamento de economia de escala a3. Ineficiência dos impostos s/ propriedade

²⁸² O Balanced Scorecard é uma ferramenta de gestão estratégica, desenvolvida no início dos anos 90 pelo professor da Universidade de Harvard, Robert Kaplan e pelo consultor David Norton. Esta ferramenta parte da análise ao histórico dos indicadores financeiros e prossegue interligando com a análise a mais três perspectivas (a dos clientes/utilizadores externos, a análise à perspectiva interna (processos) e à perspectiva de aprendizagem e crescimento). Esta ferramenta tem provas dadas, designadamente ao nível da avaliação da performance, ainda assim, por cá a sua aplicação ainda não está generalizada e os serviços públicos estão aos poucos a aderir ao modelo, sendo ainda menos frequente a sua adesão pelos Municípios.

²⁸³ É um processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de trabalho das organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas com a finalidade de comparar desempenhos e identificar oportunidades de melhoria na organização que está a realizar (ou monitorizar) o benchmarking.

Vantagens	Limitações
b) Responsabilização política local (dado a2) b1. Princípio do utilizador-contribuinte b2. Discricionariedade na fixação de receitas	b) Distorções interautarquias derivado da discricionariedade local b1. Incentivos à mobilidade de factores
c) Fragmentação jurisdicional-concorrência c1. Redução do poder de monopólio das autoridades locais c2. Favorece níveis <i>óptimos</i> de provisão	c) Desigualdade orçamental interautarquias c1. Ausência de níveis uniformes de provisão de bens e serviços públicos c2. Não-respeito pelo princípio de equidade horizontal

Fonte [7]: Bravo, Ana Bela Santos & Sá, Jorge A. Vasconcelos e, (2000), *Autarquias Locais: Descentralização e Melhor Gestão*, p. 25.

A descentralização generalizada e continuada de competências da Administração Central na Administração Local, como foi referido no ponto anterior deverá conduzir à aplicação de sistemas internos de monitorização e avaliação contínua, não apenas por parte de quem delega, mas também por parte de quem assume as novas competências, pois tal torna-se essencial para uma adequada aferição se, por um lado, a descentralização é uma realidade material, se está a ser executada nos termos definidos e por outro lado se o sistema utilizado é ou não o mais eficiente. Assim é essencial monitorizar o desempenho institucional e consequentemente da eficiência na aplicação dos recursos públicos, promover a melhoria contínua e apresentar resultados aos órgãos de decisão e de supervisão, bem como aos cidadãos.

O enquadramento legal das competências dos Municípios foi anteriormente definido e tal como foi referido trata-se de um enquadramento genérico uma vez que inúmeras outras competências em matérias específicas decorrem de diplomas complementares, ainda assim e para o objectivo do presente estudo importa também conhecer quais os limites à descentralização das competências para os Municípios.

Assim, apesar de existir inúmera legislação complementar, tais limites encontram-se desde logo consagrados na Constituição enquanto diploma que congrega uma série de princípios gerais através dos quais se rege o Estado de Direito que é a República Portuguesa e as suas instituições.

Desta forma, o conjunto das instituições que constituem a Administração Local, compreendem este Estado de Direito Democrático, no qual a soberania reside no povo, em que todos os actos legislativos se subordinam à Constituição.²⁸⁴

O principal limite às competências Municipais decorre do direito de legislar estar reservado à Assembleia da República, ao Governo e aos Órgãos Autónómicos Insulares, cabendo nesta matéria aos Municípios o poder regulamentar.²⁸⁵

Por outro lado, o primeiro dos limites de qualquer entidade pública na contemporaneidade, é sem dúvida a limitação dos recursos, assim, sendo os Municípios pessoas colectivas com autonomia financeira, administrativa e patrimonial,²⁸⁶ tal significa que para além de maior flexibilidade na sua gestão, acresce também a responsabilidade e poderá mesmo dizer-se mais um desafio e um limite aos seus órgãos, deliberativo e executivo, eleitos por sufrágio universal. Um limite na medida em que tal flexibilidade é relativa, pois está condicionada a diversos factores, desde logo o valor global do orçamento (que naturalmente num contexto de recursos limitados, é sempre insuficiente face às necessidades), outro condicionante são os limites legais para a afectação das verbas do FEF às despesas correntes e de capital, da mesma forma que os limites legais à capacidade para o endividamento, ou as restrições ao acréscimo da despesa aquando da transferência de competências ou ainda a, por vezes, limitada capacidade do Município para gerar receitas próprias, são alguns desses factores.

Assiste ainda o limite do cumprimento da legalidade, o qual todos estamos obrigados a cumprir e tal como já foi apresentado, compete ao Estado, a Tutela Administrativa e Inspectiva²⁸⁷, no que respeita ao cumprimento da legalidade por parte dos Municípios, competindo aos tribunais a resolução de eventuais litígios.

Importa também garantir que a descentralização de competências é efectivamente acompanhada de um nível adequado de receitas próprias (que tal como ficou demonstrado, diversas são as opiniões no sentido de que estas são insuficientes), por forma a não limitar a autonomia financeira dos Municípios e a permitir o cumprimento das competências que lhes são afectas, bem como os limites que garantem quer a equidade horizontal quer vertical. Para tal é possível que de futuro se venha a equacionar uma reforma no sistema fiscal com vista à redução das transferências dos órgãos da Administração Central para suprir as necessidades da Administração Local,

²⁸⁴ Ver [79]: Constituição da República Portuguesa – Sétima revisão – Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, art.º 1º ao 6º.

²⁸⁵ Ver [79]: Idem, art.º 241º.

²⁸⁶ Ver [79]: Idem, art.º 238º & ver [83]: Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º 11º.

²⁸⁷ Ver [79]: Idem, art.º 242º & ver [83]: Idem, art.º 9º.

designadamente as decorrentes de competências entretanto transferidas, devendo tais verbas ser compensadas por uma redistribuição mais equilibrada dos recursos públicos.²⁸⁸

A este propósito salienta-se que se pretende referir ao aumento da receita fiscal municipal por via de uma redistribuição dos recursos públicos totais e não ao aumento da carga fiscal em geral e considerando a transferência generalizada e progressiva de competências da Administração Central para a Administração Local, assumindo o pressuposto da aplicação do princípio da autonomia, deverá assumir-se também que a autonomia financeira é parte desse princípio, logo a existência por parte dos Municípios de capacidade para gerar receitas próprias, as quais deverão evoluir de acordo com as suas competências e com a evolução da actividade económica, considerando a capacidade distinta de cada Município.

Para além da salvaguarda constitucional do princípio da autonomia, deve considerar-se que um peso demasiadamente elevado das verbas provenientes das outras transferências,²⁸⁹ distorce o sentido de responsabilidade, uma vez que quem as recebe poderá ter a tendência a menosprezar o esforço realizado para conseguir tais montantes, bem como, por vezes, poderá conduzir a alguns pensamentos irrealistas de infinidade dos recursos e por outro lado quem as concede tenderá a encontrar maiores dificuldades no seu controlo, o que tenderá a agravar os défices públicos, pelo que a descentralização financeira pela via de uma afectação fiscal mais directa (Ex: repartição na factura do IVA em duas componentes sendo uma directamente afecta à Administração Local e outra à Administração Central, tal como apresentado anteriormente) seria certamente mais clara quer para a Administração quer para o contribuinte, tornaria a Administração Local mais competitiva, promotora da dinamização socioeconómica e eficiente²⁹⁰ e os cidadãos ficariam ainda mais vigilantes e mais próximos dos seus governantes locais, ficando também a Administração Central beneficiada devido quer aos ganhos de eficiência quer aos estímulos da dinamização socioeconómica, logo toda a sociedade ficaria a ganhar.

²⁸⁸ Ver [79]: Constituição da República Portuguesa – Sétima revisão – Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, art.ºs 6º; 238º e 254º.

²⁸⁹ Trata-se das transferências não relativas aos impostos cobrados pela Administração Central mas que constituem receita própria dos Municípios.

²⁹⁰ Ver [44]: Pandiello, Javier Suárez, (sd), *El Futuro de la Financiación Local en el Contexto del Estado de las Autonomías*, Universidad de Oviedo, pp. 20 - 24.

V.XII A Nova Gestão Pública – A aplicação à Administração Local

Durante longas décadas e particularmente no período do Estado Novo, a Administração autárquica, à semelhança de toda a Administração Pública, revelou a sua organização burocrática e a sua hierarquia verticalizada.

Na década de 70 do século passado, o designado Estado Providência, que assegurava grande parte das funções assistencialistas à sociedade começou a ser questionado. Assim, no início da década de 80 a gestão da coisa pública passou a ser cada vez mais alvo da atenção e de pressão de toda a sociedade e, por isso, a ser exigido a todos os seus actores, cada vez maior rigor no seu desempenho e mesmo tantas vezes criticada a intervenção estatal no sector empresarial, principalmente por distorcer o mercado ao não introduzir factores naturais do próprio mercado, como a concorrência ou a liberdade contratual.

Bilhim (2004), considera:

“A nova filosofia de gestão pública, quer ao nível dos governos centrais, quer locais, gira à volta de duas abordagens complementares: a escolha pública e o gestorismo.”

“A teoria da escolha pública (public choice) acentua a necessidade de restabelecer o primado do governo representativo sobre o modelo burocrático. O gestorismo (managerialist school) afirma o primado da gestão sobre o da burocracia tradicional.”

291

Este autor salienta que a abordagem da escolha pública inspira uma Administração Local onde se salienta a imagem do burocrata local, movido pelos seus interesses egoístas e em nada verdadeiramente preocupado com o bem da comunidade, que considera representado na expressão vulgarmente conhecida *“Não há almoços gratuitos”*.²⁹²

Segundo este autor, grande parte do poder, actualmente, já não está na posse dos políticos que foram eleitos, mas sim de dirigentes, administrativos e funcionários, sendo essencial devolver-lhes tal poder, e para tal necessário dismantelar e desregulamentar o sector público (identificando o fim dos monopólios e o recurso a privatizações como exemplos), por forma a que os eleitos não venham a adoptar um comportamento semelhante aos que o detêm actualmente.

²⁹¹ Ver [6]: Bilhim, João. (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, p. 36.

²⁹² Ver [6]: Op. Cit., p. 36.

A propósito da privatização, o autor refere:

*“A privatização deve ser atingida por diversa forma: transferência, através da qual o governo local mantém o controlo da produção e a obrigação da prestação dos serviços públicos; desinvestimento, em que o governo local vende ou cede a propriedade a terceiros. A transferência, segundo Savas, poderá assumir formas diversas: contracting out; franchising; grant; voucher e por mandate.”*²⁹³

Já a abordagem ao gestorismo²⁹⁴ (*managerialist school*), segundo o mesmo autor, começou por influenciar, em primeiro lugar, a gestão privada. O autor refere a obra de Thomas Peters e Robert Waterman, no início dos anos 80 do século passado, intitulada *“In Search of Excellence”*, que lançaram a nova perspectiva da cultura organizacional.

Esta seria assim a fase da mudança organizacional e da criação de uma nova cultura de empresa.

Posteriormente, este conceito evoluiu para uma nova perspectiva, a do *“Novo serviço Público”*, para o qual terá sido decisivo o contributo de Denhardt com a sua obra *“The New Public Service: serving, not steering”*.

Este autor refere que:

“A perspectiva gestonária constitui a nova filosofia orientadora dos novos instrumentos de gestão nas autarquias locais. Desde o início dos anos 80 do século passado assiste-se a uma mudança de foco: da Administração Pública para a gestão pública. A diferenciação entre elas deriva da procura e adopção de modelos de gestão alternativos aos tradicionais, com origem no sector empresarial.”

*“A perspectiva gestonária assenta na crença de que uma melhor gestão é a solução eficaz para um vasto campo de males económicos e sociais, quer no sector público, quer no privado.”*²⁹⁵

Já com a administração Clinton nos Estados Unidos da América, David Osborne e Ted Gaebler lideraram um movimento conhecido por *reinventing government*, nome do livro que publicaram em 1992, através do qual defendem a existência de dez princípios para uma *“administração de tipo empresarial”*, a saber:²⁹⁶

- Administração catalisadora;

²⁹³ Ver [6]: Bilhim, João. (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, p. 37.

²⁹⁴ Ver [6]: Op. Cit., pp. 37-38.

²⁹⁵ Ver [6]: Op. Cit., p. 38.

²⁹⁶ Ver [6]: Op. Cit., p. 41.

- Administração pertencente à comunidade;
- Administração competitiva;
- Administração dirigida pela missão;
- Administração orientada por resultados;
- Administração orientada para o cliente;
- Administração empresarial;
- Administração pró-activa;
- Administração descentralizada;
- Administração orientada para o mercado;

Em Portugal, o DL 166-A/99 de 13 de Maio, que cria o Sistema de Qualidade nos Serviços Públicos,²⁹⁷ foi um contributo decisivo no sentido de incutir um ideal de qualidade com o qual os serviços se deveriam identificar e deveriam prosseguir, na busca de serviços públicos que garantissem maior qualidade à sociedade.

Com tal orientação deu-se início a um novo ciclo para a Gestão Pública. Este novo ciclo constitui o marco legal para a mudança de paradigma na Gestão Pública Portuguesa e assenta em três pilares essenciais, a saber: a instituição (organismo público), os clientes internos (funcionários e colaboradores do organismo público) e os clientes externos (utentes/contribuintes/eleitores).

A instituição deve ser vista de forma integrada no todo da Administração e reconhecendo devidamente o seu papel na sociedade, definindo então uma estratégia a longo prazo, com objectivos algo ambiciosos e com metas claras, realistas e fáceis de monitorizar, por forma a estimular novas metodologias de trabalho que promovam a melhoria constante.

A maior reforma ao nível dos clientes internos a que se assistiu nos últimos anos em Portugal, verificou-se com a introdução do novo sistema de Avaliação do desempenho, o qual focaliza o desempenho individual para uma gestão por objectivos, permitindo ir assim de encontro à estratégia da instituição, através do alinhamento dos objectivos individuais com os da orgânica e entre os operacionais e os estratégicos.

Com uma prossecução adequada nos pilares anteriores, o objectivo é assegurar a máxima qualidade no serviço prestado ao cliente, de forma mais eficiente para que este se considere satisfeito e preferencialmente com uma actuação pró-activa, por forma a cativar a sua participação

²⁹⁷ A aplicação deste diploma era facultativa.

mais activa. Acresce o facto que, derivado a inúmeros factores de natureza sociocultural e económica, os clientes são hoje cada vez mais exigentes, o que força os serviços à necessidade de se adaptarem e reformularem mais rapidamente os seus processos de trabalho, por forma a acompanharem tais exigências e serem mais eficazes e eficientes.

Como já vimos, para prosseguir os seus objectivos, a NGP procura introduzir técnicas utilizadas pelo mercado (pela gestão privada) com resultados favoráveis e adaptá-las à gestão pública, procurando ser mais eficaz e eficiente e ainda responder às vozes críticas que afirmam que *“As organizações do sector público não estão expostas ao mundo competitivo do mercado, e como tal, não possuem incentivos para reduzir custos ou para funcionarem eficazmente”*²⁹⁸.

A NGP constitui assim um paradigma de reforma das instituições públicas em geral, focada em objectivos previamente definidos, com vista à satisfação dos “clientes”, sendo para tal essencial estabelecer objectivos, metas e métodos de trabalho claros e manter uma comunicação coerente e esclarecedora quer com os clientes externos quer com os funcionários e colaboradores, por forma a garantir o seu próprio sucesso.

De acordo com Rodrigues 2005): ²⁹⁹

“Os modelos de Gestão Pública têm-se sucedido ao longo dos tempos, associados às mudanças das concepções de Estado, mais ou menos intervencionista. As últimas décadas têm representado um ataque ao modelo de gestão pública associado ao Estado de Providência Social”.

O governo é acusado de prejudicar o desenvolvimento e o crescimento económico por ser ineficiente e demasiado lento a reagir às necessidades dos cidadãos e às mutações do meio onde se insere e é, ainda segundo o mesmo autor *“tido como um meio que permite a criação de agentes e processos burocráticos que desenvolvem a sua actuação com um único propósito, o aumento do seu bem-estar e do seu poder”*

Este autor prossegue afirmando que “Diversas pressões de carácter económico, financeiro, político, ideológico, bem como o esgotamento das soluções protagonizadas por este modelo, condicionaram o aparecimento de um novo modelo de gestão, a Nova Gestão Pública”.

A Nova Gestão Pública, “baseia-se então, na introdução de mecanismos de mercado e na adopção de ferramentas de gestão privada, na promoção de competição entre

²⁹⁸ Ver [54]: Carvalho, Elisabete Reis. (2001), *Reengenharia na Administração Pública: A Procura de Novos Modelos de Gestão*, p. 68.

²⁹⁹ Ver [44]: Rodrigues, Miguel Ângelo Vilela. (2005), *A Nova Gestão Pública na Governação Local: O caso dos municípios dos distritos de Vila Real e Bragança*, resumo.

fornecedores de bens e serviços públicos, na expectativa da melhoria do serviço para o cidadão, no aumento da eficiência e da flexibilização da Gestão”.

Segundo o mesmo autor, esta actuação ao nível da Administração Central, acaba por influenciar e condicionar a reforma ao nível dos governos locais.

A introdução de ferramentas de mercado, a maior liberdade contratual e de associativismo fizeram-se sentir, particularmente, ao nível da Administração Local com o forte crescimento do sector empresarial local e com a proliferação do associativismo (formal ou informal) junto deste nível da administração, seja para ir de encontro aos problemas sociais, através de associações civis, abrindo-se assim à sociedade, seja para prosseguir as atribuições e competências próprias ou que lhe estão delegadas, recorrendo assim a associações em conjunto com outras entidades (normalmente públicas) com interesses coincidentes.

A opção por este mecanismo, sempre que possível, poderá permitir por um lado uma maior aproximação à sociedade e por outro lado a possibilidade de em certas circunstâncias, atingir economias de escala, à dimensão local, que de outra forma seriam difíceis de conseguir.

Em síntese, a nova abordagem da gestão pública procura através da introdução de ferramentas de mercado, como a livre concorrência ou a liberdade contratual, aproximar a gestão pública da sociedade e simultaneamente transferir para esta algumas responsabilidades, suportada na designada economia social que cada vez mais está entregue a entidades voluntárias, sem fins lucrativos, enfim, qualquer tipo de organizações de base social e quase sempre com incidência ao nível local.

V.XII.1 O Sector Empresarial na Administração Local – Uma nova realidade na gestão local

Como já vimos no ponto anterior, a Nova Gestão Pública procura introduzir técnicas de gestão utilizadas pelo mercado, entre elas podemos encontrar a promoção do recurso à privatização de sectores ou parte deles, ou a sua empresarialização (gestão privada), ainda que integrados (tutelados) pela Administração Pública, seja ela Central ou Local.

Um dos desafios que se coloca hoje à Administração Pública e particularmente à Administração Local, deriva do leque cada vez mais alargado de competências que os Municípios vêm assumindo, e à necessidade de flexibilizar as suas estruturas orgânicas, facto este que conjugado com a necessidade de “manter” equilibradas as contas públicas, obriga a encontrar novas formas de organização dos sistemas de governo municipal.

O Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado (RJSEE) define que a missão das empresas públicas é:

*“a obtenção de níveis adequados de satisfação das necessidades da colectividade, bem como desenvolver-se segundo parâmetros exigentes de qualidade, economia, eficiência e de eficácia, contribuindo igualmente para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do sector público”.*³⁰⁰

Após um período de mais de vinte anos, em que o sector empresarial do estado, proliferou a um ritmo considerável, mas era reservado quase em exclusividade ao nível da Administração Central, não por impedimento legal, mas por falta de regulamentação para a Administração Local. Mais recentemente este passou a ser, também, um instrumento quase comum a todos os Municípios.

A este propósito, Rodrigues (2009) escreve:

*“Já alguns diplomas legais como a Lei 79/77, o Decreto-Lei 100/84, e o Decreto-Lei 260/76, permitiam às câmaras municipais a constituição de Empresas Municipais, após a devida aprovação pela assembleia municipal. Mas, como referem Amorim (2000) e Oliveira (1996), poucos municípios chegaram a usar esta faculdade, de criar por acto administrativo, empresas públicas municipais. Isto por considerarem que existia falta de regulamentação definidora da forma e da maneira como poderiam ser exercidas as competências a delegar. Desta maneira, a solução de parcerias entre o município e uma entidade externa ficou a aguardar posterior regulamentação legal. As empresas municipais e intermunicipais, tal como são entendidas actualmente, regulamentaram-se pelo disposto na Lei 58/98 de 18 de Agosto, recentemente revogada e substituída pela Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro, que visou regulamentar a totalidade do sector empresarial local.”*³⁰¹

Com a aprovação da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro,³⁰² que define o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local (RJSEL), esta realidade passou a estar regulamentada.

Assim, ficaram definidos os termos para a criação, exercício e extinção das entidades empresariais que se enquadram neste sector, as quais podem ser de natureza municipal (EEM), intermunicipal (EEIM) ou metropolitana (EEMT).³⁰³

³⁰⁰ Ver [71]: Decreto-Lei 558/99, de 17 de Dezembro, Estabelece o regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas, art. 4º. Alterado pelo Decreto-Lei 300/2007, de 23 de Agosto.

³⁰¹ Ver [56]: Rodrigues, Miguel Ângelo Vilela.(2009). *Mecanismos de governação: Estratégias alternativas de coordenação nos governos locais em Portugal*, p. 127.

³⁰² A Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro - Lei do OE 2008, através do seu artigo 28.º introduziu o n.º 4 no art.º 32º, da Lei 53-F/2006, dando-lhe a seguinte redacção: O disposto no presente artigo é aplicável às sociedades comerciais nas quais os municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto detenham, directa ou indirectamente, uma participação social. Subsidiariamente, é aplicado ao sector empresarial local, o regime do sector empresarial do Estado, nos termos do art.º 6º do RJSEL.

Como objecto social, o artigo 5º desta Lei estabelece que:

“1 - As empresas têm obrigatoriamente como objecto a exploração de actividades de interesse geral, a promoção do desenvolvimento local e regional e a gestão de concessões, sendo proibida a criação de empresas para o desenvolvimento de actividades de natureza exclusivamente administrativa ou de intuito predominantemente mercantil.

2 - Não podem ser criadas, ou participadas, empresas de âmbito municipal, intermunicipal ou metropolitano cujo objecto social não se insira no âmbito das atribuições da autarquia ou associação de municípios respectiva.

3 - O disposto nos números precedentes é aplicável à mera participação em sociedades comerciais nas quais não exercem uma influência dominante nos termos da presente lei.”

Já o artigo 7º estabelece que:

“A gestão das empresas deve articular-se com os objectivos prosseguidos pelas respectivas entidades públicas participantes no capital social, visando a satisfação das necessidades de interesse geral, a promoção do desenvolvimento local e regional e a exploração eficiente de concessões, assegurando a sua viabilidade económica e equilíbrio financeiro.”

Estas breves referências ao imperativo legal sobre esta temática, dão para perceber o âmbito de acção pretendido pelo legislador ao regulamentar o sector empresarial local, no fundo reconhecendo a sua importância, mas condicionando a sua acção ao interesse geral e à promoção do desenvolvimento local e regional, por forma a não colidir com o objecto das entidades do sector empresarial do Estado.

Já a possibilidade de gestão de concessões, veio permitir a empresarialização de sectores locais como o abastecimento público de águas, de águas residuais ou de resíduos sólidos, impedindo a pura mercantilização da Administração Local, ou a empresarialização de actividades puramente administrativas, pressupondo então que na base da concessão deverá estar a prestação de um serviço ou o fornecimento de um bem comum, de forma eficiente, mas salvaguardando a viabilidade económica e o equilíbrio financeiro.

Apesar de ser pouco expressiva a quantidade de entidades empresariais criadas pelos Municípios ao abrigo do anterior regime (sociedades por quotas ou anónimas, de capitais exclusivamente

³⁰³ Ver [80]: Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, art.ºs 2º & 36º.

públicos ou mistos), com o novo regime houve necessidade de adaptá-las de acordo com os termos nele estabelecidos.

O direito privado é a base para o funcionamento destas empresas, sendo restritas as normas de direito público a que estão obrigadas e que no fundo visam assegurar o cumprimento dos princípios fundamentais da CRP, a transparência, a igualdade, a imparcialidade e a boa-fé da Administração Local, competindo ao tribunal de Contas e à Inspeção Geral de Finanças (no âmbito das respectivas competências) a fiscalização e o controlo da legalidade financeira.

A este propósito, Rodrigues (2009) escreve:

*“As empresas municipais podem ser consideradas como administração indirecta do município, no sentido de que têm personalidade jurídica própria, mas prosseguem atribuições do município. Agindo a mando e em benefício da câmara municipal, apesar de manterem o carácter privado (no que toca ao regime jurídico) obrigam-se a uma série de vinculações públicas. Aquilo que muitos designam por fuga ao direito administrativo (Amorim, 2000; Estorninho, 1996) não pode, segundo Carlos Soares Alves (2002) nem deve representar uma fuga ao direito no seu todo, e será sempre aconselhável uma correcta ponderação entre a agilidade pretendida para a gestão e as exigências fundamentais para uma actividade pública administrativa. Apesar da possibilidade dada às empresas municipais de utilizarem mecanismos até então reservados aos privados, não existe a mesma liberdade entre entidades públicas e privadas para a utilização dos mesmos. A não ser assim a fuga poderia ser ao próprio direito, acendendo a discussão sobre as razões para a existência de um Estado de Direito (Alves, 2002).”*³⁰⁴

Compreende-se assim que apesar de existirem opiniões discordantes quanto à possível fuga ao direito, parece ser notório o consenso de alguma liberdade na acção das entidades empresariais, própria do direito privado e à qual não podem aceder as entidades públicas, o que permite às primeiras agilizar procedimentos, métodos de trabalho e mesmo estruturas funcionais, que lhes permite actuar com maior eficácia e eficiência.

Dependendo do tipo de actividade desenvolvida pela empresa (gestão de serviços de interesse geral; promoção do desenvolvimento local e regional ou gestão de concessões) o accionista público local deverá orientar a sua estratégia tendo em consideração os respectivos princípios orientadores,³⁰⁵ e deixar para a entidade empresarial a sua aplicação, contudo múltiplas são as

³⁰⁴Ver [56]: Rodrigues, Miguel Ângelo Vilela.(2009). Mecanismos de governação: Estratégias alternativas de coordenação nos governos locais em Portugal, p. 129.

³⁰⁵ Ver [80]: Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, art.ºs 19º; 22º & 25º.

matérias em que esta aplicação está dependente de deliberações determinantes por parte dos órgãos do accionista. É o caso da deliberação sobre tarifas ou preços, remunerações da Administração, participações sociais em outras entidades, contratações de empréstimos a médio e longo prazo, entre outros.

Na perspectiva financeira salienta-se o facto da detenção ou participação dos Municípios neste tipo de entidades, obrigar à consolidação e à revisão legal das contas³⁰⁶. Por outro lado, os municípios são obrigados a assegurar (na proporção do respectivo capital social) o eventual défice de exploração nas contas da empresa, sempre que esta o apresente, por forma a manter o seu equilíbrio financeiro.

O endividamento destas entidades releva ainda para o cálculo da capacidade de endividamento dos Municípios que são seus accionistas, na proporção do respectivo capital social. As empresas estão ainda impedidas de conceder empréstimos ou servir de garante aos seus accionistas e estes estão também impedidos de lhes conceder empréstimos.³⁰⁷

Após uma análise detalhada dos vários tipos de empresas para o nível local, Rodrigues termina a abordagem ao tema do sector empresarial local, com a apresentação da seguinte tabela, de sua autoria, através da qual classifica este sector:

³⁰⁶ Nos termos do art. 41º do RJSEL, o regime contabilístico a adoptar por estas entidades é o Plano Oficial de Contabilidade, o qual deve responder às necessidades de gestão empresarial, permitindo um controlo orçamental permanente.

³⁰⁷ Ver [80]: Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, art.ºs 31º & 32º.

FIGURA N.º 29 – CLASSIFICAÇÃO DO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL

	Grau de Controlo Directo	Grau de Competição	Grau de Cooperação Interorganizacional
Empresas Municipais	Elevado mas indirecto	Inexistente	Inexistente
Empresas Intermunicipais	Elevado mas partilhado e indirecto	Inexistente	Moderado e dependente do número de sócios
Sociedades Comerciais Municipais	Baixo	Inexistente	Moderado e dependente do número de sócios
Sociedades Comerciais Públicas	Moderado	Inexistente	Moderado e dependente do número de sócios
Sociedades Comerciais Mistas	Muito Baixo	Elevada	Moderado e dependente do número de sócios

Fonte [56]: Rodrigues, Miguel Ângelo Vilela.(2009). Mecanismos de governação: Estratégias alternativas de coordenação nos governos locais em Portugal, p. 135.

Como pudemos constatar o sector empresarial na Administração Local é hoje e cada vez mais uma realidade. Os tradicionais serviços municipalizados, vêm dando lugar às empresas municipais ou intermunicipais para solucionar grande parte dos problemas correntes com que os Municípios e os seus Municípios se deparavam (normalmente associadas aos serviços e abastecimento básico), tendo em vista reduzir a ineficiência. Ainda assim, compete à tutela, quer enquanto accionista, quer enquanto actor público, orientar e promover uma estratégia empresarial adequada com o desenvolvimento e bem-estar local e regional.

Salienta-se ainda que qualquer movimento de empresarialização de um qualquer sector da Administração deverá corresponder a uma efectiva afectação de meios físicos humanos e financeiros, na respectiva proporção, de forma a não gerar duplicação de meios e assim pôr em causa a eficiência tão desejada com tal medida.

VI AS FINANÇAS LOCAIS EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA – QUE REALIDADE?

“A questão das Finanças Públicas: as Políticas Regionais nacionais são dispendiosas e os recursos devem ser encontrados nos orçamentos de cada Estado. As regiões mais deprimidas não estão distribuídas de forma equitativa por todos os Estados Membros (EM), exercendo enorme pressão na região mediterrânea. Dada a pressão orçamental, não é surpreendente constatar que são precisamente os EM com maiores problemas regionais que têm maior dificuldade em financiar uma Política Regional activa, pelo que será mais eficaz, do ponto de vista económico e social, repartir esse peso por todos os EM, especialmente pelos mais desenvolvidos”³⁰⁸.

Neste ponto tentar-se-á fazer um breve paralelo entre aquela que foi a análise às finanças locais em Portugal, que tem sido genericamente abordada até ao ponto anterior e particularmente com algumas das conclusões que se poderão obter da análise a dois trabalhos publicados, um pelo Concelho da Europa e outro do professor Javier Suárez Pandiello, dedicados à temática das finanças locais e da autonomia na Europa³⁰⁹.

Na análise ao trabalho do Conselho da Europa, podemos concluir que faz uma análise ao panorama das finanças locais na Europa e estabelece algumas recomendações. Em geral a Europa alinha pelos mesmos padrões e debate-se com o mesmo tipo de problemas, a escala é que pode ser superior nuns países do que em outros, contudo também a sua capacidade de resolução é distinta.

Neste trabalho, apenas a título de exemplo e sem querer particularizar demasiado a análise, quando estabelecemos uma relação entre as despesas municipais e o PIB nacional e comparamos essa relação entre os diversos países comparados (numa lista de 33 países), podemos observar que Portugal ocupa o 8º lugar com valor mais baixo nesta relação, assim não sendo o país com valor mais baixo, este é bastante aceitável, (4,6%) ligeiramente abaixo de países como a Espanha, Irlanda, Bélgica e claramente abaixo de outros como a Suécia (27,5%), a Dinamarca, a Áustria, ou mesmo a Alemanha e a França entre tantos outros.

³⁰⁸ Ver [14]: artigo da autoria de Carla Guapo Costa, (2008), intitulado “As disparidades regionais numa Europa alargada: a pertinência das políticas de coesão” – Recolhido em 08-07-2009 através do sítio Web: <http://www.planejamento.gov.br/hotsites/seges/clad/documentos/costaqua.pdf>

³⁰⁹ Ver [51] & Ver [44]: Um trabalho do Conselho da Europa, intitulado “Local Finance in Europe” Recolhido em 08-07-2009 no sítio da web: http://www.coe.int/t/e/legal_affairs/local_and_regional_democracy/documentation/library/localregionalauthorities/61.pdf. E outro da autoria de Javier Suárez Pandiello, professor catedrático da Universidade de Oviedo, intitulado “El Futuro De La Financiación Local En El Contexto Del Estado De Las Autonomías” Recolhido em 10-05-2007 no sítio da web: http://www.ief.es/Investigacion/Recursos/Seminarios/EconomiaPublica/2002_17Enero.pdf

Se fizermos o mesmo tipo de comparação estabelecendo a relação entre a despesa total dos Municípios e a despesa total do governo, então podemos verificar que Portugal ocupa o 5º lugar com valor mais baixo nesta relação, sendo ultrapassado face à relação anterior pela Turquia, Roménia e Eslováquia, o que apesar de não ser um dado só por si demonstrativo e carecer de um estudo mais profundo, para cada um dos países, poderá indiciar um nível de transferência de competências da Administração Central para a Local nestes países superior ao que se verifica em Portugal.

No geral também este trabalho identifica e recomenda aos estados maior autonomia financeira para os Municípios como forma de promover a coesão social, a estabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável, ou seja defende os princípios da descentralização e da subsidiariedade e interdependência das finanças públicas. No trabalho é afirmado que não existe qualquer modelo universal para as finanças locais aplicável a todos os países da Europa, pois cada um tem as suas necessidades e os seus recursos, mas ao mesmo tempo adverte que tal autonomia, estabilidade e competências apenas serão conseguidas se acompanhadas de um adequado reforço financeiro em recursos próprios proporcionais às competências transferidas. No que respeita ao tipo de recursos, aconselha que estes deverão ser de natureza suficientemente diversificada e flutuante por forma a permitir manter o ritmo, na medida do possível, idêntico ao da evolução do custo de realizar as tarefas que lhe estão afectas.

Analizando agora o artigo de Pandiello³¹⁰, podem-se retirar algumas conclusões, contudo convém desde logo efectuar uma consideração, que diz respeito ao tipo de estruturas locais existentes em Espanha, dado que o país vizinho tem o seu território organizado segundo uma estrutura de gestão regional (constituída por 17 comunidades autónomas)³¹¹, as quais integram: Cabildos y Consejos Insulares; Diputaciones de Régimen Foral; Diputaciones de Régimen Común e Ayuntamientos.

Para a análise que segue, apenas serão consideradas como estruturas locais os Ayuntamientos, por se assemelharem aos nossos concelhos e assim permitir estabelecer algum paralelo entre ambos, ainda que em Espanha estes sejam em número bem superior (8098).

Assim, baseando-se este artigo numa lei de 1988³¹² a qual previa já a assunção de responsabilidades fiscais por parte do poder local em Espanha, podemos desde logo concluir que este é um claro avanço face à situação portuguesa.

³¹⁰ Ver [44]: Pandiello, Javier Suárez, (sd), *El Futuro de la Financiación Local en el Contexto del Estado de las Autonomías*, Universidad de Oviedo, pp. 11 - 24.

³¹¹ Este nível de administração subnacional existente em Espanha, corresponde às regiões autónomas e às regiões administrativas, estas já previstas, mas ainda não implementadas em Portugal.

³¹² Entretanto revogada pelo Real Decreto Legislativo 2/2004, de 5 de Marzo.

Por outro lado e como nos mostra o artigo, à semelhança do que se verifica no nosso país, também em Espanha a estrutura das receitas municipais está muito diversificada, o que dificulta e encarece o processo de liquidação e cobrança, sendo determinante o imposto sobre o património imobiliário, seguido do imposto sobre as actividades económicas e das taxas.

Apesar desta conclusão relativa ao avanço fiscal, o artigo mostra ainda que as transferências do Governo Central, continuam a ser o principal bolo nos orçamentos da Administração Local, por forma a garantir a sua suficiência financeira, o que na opinião do autor é contrário ao princípio da autonomia do poder local.

O autor é de opinião que no âmbito de uma nova lei, deveriam ser mantidos impostos, como o imposto sobre as actividades económicas, o imposto sobre o património imobiliário e o incremento de valor dos terrenos urbanos, aceitando apenas eventualmente alguns ajustamentos para corrigir falhas pontuais detectadas. O autor propõe ainda a aplicação de taxas directas sob a forma de preços públicos e contribuições especiais, como forma de tornar racional a divisibilidade dos serviços públicos prestados e simultaneamente garantir financiamento para os manter.

Em sentido contrário, o autor considera que os impostos associados aos veículos automóveis, têm uma gestão demasiado complexa e onerosa, pelo que aconselha a sua substituição por outro, de gestão concentrada no poder central, devendo entretanto ser encontrados outros instrumentos de compensação aos Municípios.

No que respeita à forma de cálculo das necessidades dos Municípios esta varia em função da população ponderada por escalões (que o autor critica por serem demasiado amplos) e não em função da área do município (como no caso português em que esta variável também é ponderada em determinadas circunstâncias).

Em síntese, a par das medidas propostas pelo autor e que foram sendo apresentadas ele sugere que deveriam duplicar, em definitivo, as participações nas receitas das comunidades autónomas como forma de diminuir a sua dependência das transferências do poder central e assim consolidar a sua autonomia, ao mesmo tempo critica o facto de receitas gerais oriundas das transferências do governo se destinarem a suportar despesas claras como as afectas às despesas escolares.

Como alternativa e medida radical de ruptura, Pandiello propõe uma transformação total do sistema de financiamento de todas as administrações territoriais, assente basicamente no Imposto sobre o Rendimento da Pessoa Física (IRPF) e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que deveriam ser divididos por todos os níveis de governo estabelecendo algumas propostas de como operacionalizar tal medida.

Também a propósito do estudo das finanças subnacionais na União Europeia, Baleiras (1998)³¹³ estudou estas matérias. O ex-Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, concluiu então que na Alemanha, Bélgica e Luxemburgo, mais de 70% das receitas dos governos locais provinham dos impostos sobre o rendimento, já países como a Irlanda tributam em exclusivo o património, seguindo-se os Países Baixos e a Espanha com 39% e 29% respectivamente.

A tributação indirecta, através dos bens e serviços consumidos é preferida principalmente por Portugal e Espanha com um peso de 54% e 48%, respectivamente, seguidos da Áustria e da Bélgica com 37% e 20%, respectivamente.

Assim, estes dados mostram que Portugal repartia, à data, a receita fiscal da Administração Local essencialmente pela componente dos impostos sobre o consumo (54%) e sobre o rendimento (46%), enquanto a Espanha via esta receita um pouco mais repartida essencialmente pela componente dos impostos sobre o consumo (48%); sobre a propriedade (29%) e sobre o rendimento (21%).

Segundo este autor, existe ainda um outro caso digno de destaque, os Países Baixos, que apesar de terem um peso determinante dos impostos sobre o património, esta não é a componente que mais contribui para as suas finanças locais, são antes outros impostos com um peso na ordem dos 57%.

Um outro estudo sobre a governação urbana inglesa, revela uma estrutura local também ela diferente da portuguesa. No Reino Unido, o controlo efectuado pelo poder central parece imperar, segundo Atkinson (2007)³¹⁴ :

“O Reino Unido não possui uma Constituição escrita e, portanto, as autarquias locais não o são de direito; foram criadas por estatuto e as suas fronteiras, poderes e funções são determinados pelo poder central. A administração local é responsável por um vasto conjunto de funções incluindo educação, estradas, habitação, serviços sociais pessoais, serviços de combate aos incêndios e polícia (Wilson e Game, 2002). Quer as funções, quer os poderes dos municípios a respeito destes assuntos estão limitados ao que está estatutariamente previsto. Ao contrário do que acontece noutros sistemas de poder local na Europa, não existe no Reino Unido uma carta geral de competências para as autarquias locais. As finanças do poder local são rigorosamente controladas pelo poder central. O montante da verba angariada localmente corresponde apenas a 24% da despesa total do município...”

³¹³ No seu trabalho intitulado “Finanças Públicas Subnacionais na União Europeia”, datado de 1998.

³¹⁴ Ver [41]: Atkinson, Rob & Smith, Ian & Sweeting, David, (2007), *A governação urbana inglesa em transformação: Um paradoxo de descentralização e (re)centralização*, p. 62.

Assim, como ficou demonstrado, a descentralização de competências e mais ainda a autonomia local não são de forma alguma uma matéria de tratamento homogêneo no seio da União Europeia. Não se trata do não reconhecimento de tal autonomia, mas antes da forma como cada Estado decide aplicá-la, atribuindo aos respectivos órgãos locais competências e meios para o seu exercício, a qual é diferenciada.

VII NOVOS DESAFIOS PARA OS MUNICÍPIOS E PARA A GOVERNAÇÃO LOCAL EM PORTUGAL

No actual contexto político-económico, de globalização, de crise económica, mas também tantas vezes de carências sociais graves, novos desafios se impõem às estruturas de governo local e particularmente aos Municípios.

O primeiro dos desafios, que compete a todos, a todas as instituições públicas e nesse contexto também aos Municípios, parece residir na necessidade de inverter uma tendência generalizada de afastamento por parte dos cidadãos da sua actividade e do exercício dos seus direitos, mas também das suas responsabilidades políticas perante o sistema democrático vigente.

Prova disso são os estudos que indicam o continuado afastamento dos cidadãos dos actos eleitorais a que são chamados a manifestar a sua opinião. Apesar deste fenómeno não ser exclusivo de Portugal e de, em outros países ter uma expressão mais significativa, têm-se verificado um forte crescimento da abstenção, facto que deve merecer a devida atenção.³¹⁵

Para Santos (2005)³¹⁶, a globalização é também ela responsável por alguns dos efeitos que se verificam nas democracias modernas.

Para este autor, tais efeitos seguem duas linhas aparentemente opostas, mas que na sua opinião são complementares. Numa perspectiva, antevê um certo afastamento, em determinadas matérias, do centro de decisão política à escala nacional, para uma escala supranacional, em resultado de um “*alargamento*” mesmo que virtual das fronteiras (integração do país em órgãos de decisão supranacionais).

Em sentido oposto, antevê uma tendência para a revalorização e o reforço dos poderes dos órgãos da Administração Local, fundamentando a sua opinião na proximidade destes órgãos com os destinatários das respectivas medidas (aproximação aos centros de decisão) e no potencial efeito de promoção da participação dos cidadãos.

Para além de antever estas perspectivas, que lançam necessariamente novos desafios à Administração, para este autor, existe hoje um reconhecimento generalizado de que é ao nível do governo local e designadamente através dos Municípios, que até hoje se tem exercido da melhor

³¹⁵ Ver [46]: Santo, Paula do Espírito, (2005), *Um Contributo Acerca da Abstenção Eleitoral em Revista*

³¹⁶ Ver [33]: Santos, António Almeida, & Fonseca, Fernando Taveira da (coord.), (2005), *O Poder Local em Tempo de Globalização: Uma história e um futuro*, p. 291.

forma, a aproximação entre os eleitos e os eleitores, aproximando os cidadãos da concepção das políticas que se lhes destinam. A este propósito o autor afirma que:

*“Com o poder local coincide a melhor democracia, porque é uma democracia de proximidade, em contraponto da democracia de distanciamento, quando não de alheamento, próprios da democracia representativa. Com o poder local coincide a melhor forma de aproximar os eleitos dos eleitores, porque reciprocamente se conhecem, se influenciam e se esclarecem.”*³¹⁷

Também Alves & Moreira (2004)³¹⁸, a propósito da descentralização ou centralização e centrando-se na questão da integração de Portugal na União Europeia, dão conta do potencial aumento da regulamentação e da ineficiência da centralização europeia face aos governos nacionais, bem como da tendência para o crescimento dos grupos de pressão com vista à obtenção de rendimentos, aproveitando o aumento da burocracia.

Os autores apresentam ainda a aprovação constante de um volume cada vez mais elevado, de despesa pública à escala europeia, como sendo potenciador para fenómenos de *“logrolling”*³¹⁹ e mostram-se contrários às propostas de harmonização compulsiva das políticas fiscais no seio dos Estados-membros, uma vez que tal seria uma medida centralizadora, para um nível ainda mais afastado dos cidadãos, eliminando a saudável concorrência fiscal entre os Estados-membros e violando o princípio da subsidiariedade.

Sendo os Municípios as estruturas locais com competência para responder à generalidade dos problemas que se colocam aos cidadãos e às colectividades no seu dia-a-dia, devido à sua proximidade e ao conhecimento mais real das necessidades, aplicando o princípio constitucional da subsidiariedade, é natural que os seus desafios e as suas responsabilidades sejam também eles proporcionais ao acréscimo de competências.

Na opinião de Pereira & Castro (1985):

*“Como entidades públicas de administração, são as Autarquias Locais que realmente têm a ver com o dia-a-dia de cada cidadão dizendo-lhe bastante mais do que outras instâncias de poder, de facto mais longínquas e diluídas no que respeita ao quotidiano das populações locais.”*³²⁰

³¹⁷ Ver [33]: Santos, António Almeida, & Fonseca, Fernando Taveira da (coord.), (2005), *O Poder Local em Tempo de Globalização: Uma história e um futuro*, p. 284.

³¹⁸ Ver [1]: Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel, (2004), *O Que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*, p. 109;

³¹⁹ Conceito defendido por James Buchanan e baseado na possibilidade do indivíduo poder “vender” o seu voto.

³²⁰ Ver [25]: Pereira, Armando & Almeida, M. Castro de (1985), *Conhecer as Autarquias Locais*, p. 13.

O contexto socioeconómico de globalização provoca mudanças e desenvolvimento rápido na sociedade actual, o que na opinião de Gómez (sd)³²¹ são factores que induzem novos desafios ao nível dos governos locais, os quais se vêm cada vez mais na necessidade de responder com rapidez às mudanças de carácter social, económico, tecnológico e no âmbito da Gestão Pública.

Este autor alerta para alguns desajustes entre a prática política e as suas estruturas exemplificando o que sucede com a perda de operacionalidade e legitimidade do Estado-Nação, no âmbito da globalização e os reflexos que tal está a ter ao nível local.

Para este autor, a insuficiência financeira dos entes locais, a deficiente legislação, a inércia da perspectiva ideológica neoliberal, a fragilidade de um tecido associativo fragmentado e com dificuldades para se organizar e se adaptar às novas condições e o esgotamento de uma cultura reivindicativa, são factores que promoveram a implantação de um modelo de gestão empresarial dos governos locais, essencialmente nas grandes cidades e, em consequência de uma visão muito distante da participação da cidadania.³²²

Assim, num contexto de globalização, de perda de competências das estruturas de Governo Central, mas com acréscimo ao nível das estruturas locais, parece ser inevitável a necessidade de “manter” equilibradas as contas públicas e de fazer coincidir, uma grande flexibilidade na forma de organização das estruturas de governo locais, maior flexibilidade no seu modo de gestão (o que não pode significar menor rigor na utilização das disponibilidades públicas, antes pelo contrário deve originar mais e melhores sistemas internos e externos de controlo). Deverão ocorrer maiores responsabilidades em áreas anteriormente da competência do Governo Central, (particularmente na área social), maior abertura das instituições locais e dos seus órgãos à discussão pública dos assuntos respeitantes à comunidade, bem como a necessidade dos Municípios virem a assumir maiores responsabilidades ao nível da cobrança de impostos que sejam sua receita. Mesmo, no futuro, poderemos considerar como hipótese o aumento da sua receita fiscal tendo em consideração a transferência de competências a que se assiste e à aplicação do princípio da autonomia e independência financeira.

Esta hipótese do aumento da receita fiscal municipal poderá passar por um novo modelo fiscal, no qual a receita fiscal dos Municípios dependesse menos do factor imobiliário e mais da actividade económica em geral (em função do valor do IVA³²³, IRS e IRC), o que induziria os Municípios na sua organização interna a uma reforma com vista a estimular uma maior promoção da

³²¹ Ver [13]: Gómez, Julio Alguacil, (sd), *Poder Local y Participación Democrática*, pp. 9 - 10.

³²² Ver [13]: Op. Cit., pp. 34 -35.

³²³ Este imposto vai ser objecto de algumas alterações ao nível da sua tributação, (o processo de implementação já foi iniciado a 01 de Janeiro de 2010 e será aplicado de forma faseada até 2015). Estas alterações decorrem da transposição das Directivas Comunitárias n.os 2008/8/CE; 2008/9/CE e 2008/117/CE do Conselho da Europa e visam respectivamente a harmonização das regras no que respeita à tributação deste imposto para as prestações de serviços em função do lugar, para os reembolsos a sujeitos passivos estabelecidos noutros Estados membros e às Medidas de combate à fraude e evasão em operações intracomunitárias.

dinamização e diversificação económica e consequentemente todo o sistema nacional ficaria a ganhar, na medida em que o ganho fiscal nacional (na parte correspondente à actividade económica), depende da soma das dinâmicas económicas geradas em cada local.

Parece assim que seria essencial, à semelhança do que já acontece com a Lei actualmente em vigor relativamente à componente variável do IRS e da Derrama, também de futuro se pudessem alargar tais estímulos de competitividade a impostos como o IVA ou o IRC, pois tal factor poderia ser um desafio quer à Administração quer à actividade económica, o qual poderia vir a funcionar positivamente, principalmente aplicado em territórios com maiores carências socioeconómicas cuja aplicação, dentro de determinados limites previamente fixados, competiria aos órgãos Municipais.

Convém a este propósito salientar que se está a referir ao aumento da receita fiscal municipal por via de uma redistribuição dos recursos públicos totais e não ao aumento da carga fiscal em geral, salvaguardando os princípios do equilíbrio financeiro vertical e horizontal na distribuição dos recursos públicos.

Seguindo a linha de pensamento do parágrafo anterior, dada a transferência de competências generalizada e progressiva da Administração Central para a Administração Local e o pressuposto da aplicação do princípio da autonomia (já abordado neste trabalho e previsto na CRP), deverá assumir-se também a autonomia financeira, logo a existência por parte dos Municípios de capacidade para gerar receitas próprias que evolua de acordo com as suas competências, pois para além de ser um princípio salvaguardado na CRP, é de considerar que um peso demasiadamente elevado das verbas provenientes de transferências distorce o sentido de responsabilidade.

A distorção do sentido de responsabilidade, decorrente do elevado peso das verbas provenientes de transferências, é justificado na medida em que, quem as recebe poderá ter a tendência a depreciar o esforço realizado para conseguir esses montantes, bem como, alguns pensamentos irrealistas de infinidade dos recursos e ainda maiores dificuldades para controlar a sua execução por parte de quem as concede, o que tenderá a agravar os défices públicos.

Seria útil ainda encontrar um mecanismo complementar (de correcção/compensação), através do qual, os Municípios que recorressem a este instrumento de competitividade fiscal, lhes fosse deduzido nas transferências, mais X% da receita que abdicassem, a qual reverteria a favor do Fundo de Coesão Municipal.

Desta forma não se pretendia penalizar ainda mais os Municípios, mas apenas garantir que este instrumento fosse utilizado de uma forma racional pelos Municípios que efectivamente apresentam

maiores carências, uma vez que são estes que apresentam um menor nível de receita (portanto teriam menor perda) e assim acabariam por ser recompensados da perda através do FCM.

Já os Municípios com maior capacidade fiscal, ao não ser introduzido um mecanismo corrector deste tipo, poderiam ser motivados a promover ao máximo legal os benefícios fiscais no seu território, tendo ainda a possibilidade de oferecer outras condições (instalações, capacidade logística, enquadramento territorial, oferta complementar de serviços, etc.), que absorveriam qualquer tentativa dos Municípios de menor capacidade.

A implementação das regiões administrativas em Portugal, tal como já foi referido, foi um processo rejeitado pelos portugueses no passado, nos termos em que foi proposto. Ainda assim, nos últimos tempos diversas correntes de opinião, englobando todas as áreas políticas nacionais, têm-se mostrado favoráveis a uma nova consulta aos eleitores.

A este propósito parece oportuno tecer as seguintes considerações:

- A implementação das regiões administrativas seria sem dúvida uma forma de descentralização de atribuições e competências do Estado. Contudo, a rejeição deste processo impulsionou a reforma no sentido de uma descentralização directa da Administração Central para a Administração Local e particularmente para os Municípios.
- Face à evolução das atribuições e competências transferidas da Administração Central para os Municípios deve questionar-se qual o papel de alguns organismos da Administração Central (se se justifica ou não a sua coexistência ou se ficaram desprovidos de competências) e ainda se não é necessário existir uma entidade que coordene as políticas públicas a nível supra-municipal mas simultaneamente infra-estadual.
- Todos estes factores representam novos desafios que certamente conduzirão a uma gestão mais próxima da sociedade e ao convite à maior participação e discussão pública dos cidadãos e das suas estruturas sociais, de forma a tentar inverter a tendência de afastamento acima referida. Acima de tudo representam um desafio à capacidade das organizações em geral, da Administração Central e dos Municípios em particular, para manterem uma dinâmica socioeconómica local activa, que justifique e sustente a própria estrutura político-administrativa e assim seja capaz de tornar mais democrático o sistema que assim se diz, mas que tantas vezes receia auscultar a opinião soberana do povo conforme determina a Constituição.

PARTE II – APLICAÇÃO PRÁTICA

VIII ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO DO ALGARVE

Tal como podemos confirmar no capítulo deste trabalho, reservado ao estudo da “*Divisão do Território para Fins Administrativos e Para Fins Estatísticos*”, o Algarve situa-se no extremo meridional de Portugal Continental, é um território onde se verifica uma perfeita coincidência entre os limites do respectivo Distrito (Faro) e da NUT II, ocupa uma área total de 4.996 Km² e, segundo dados do INE, em 2001³²⁴ registava um total de população residente na ordem dos 395.218 indivíduos, representando uma densidade populacional de cerca de 79 habitantes por Km².

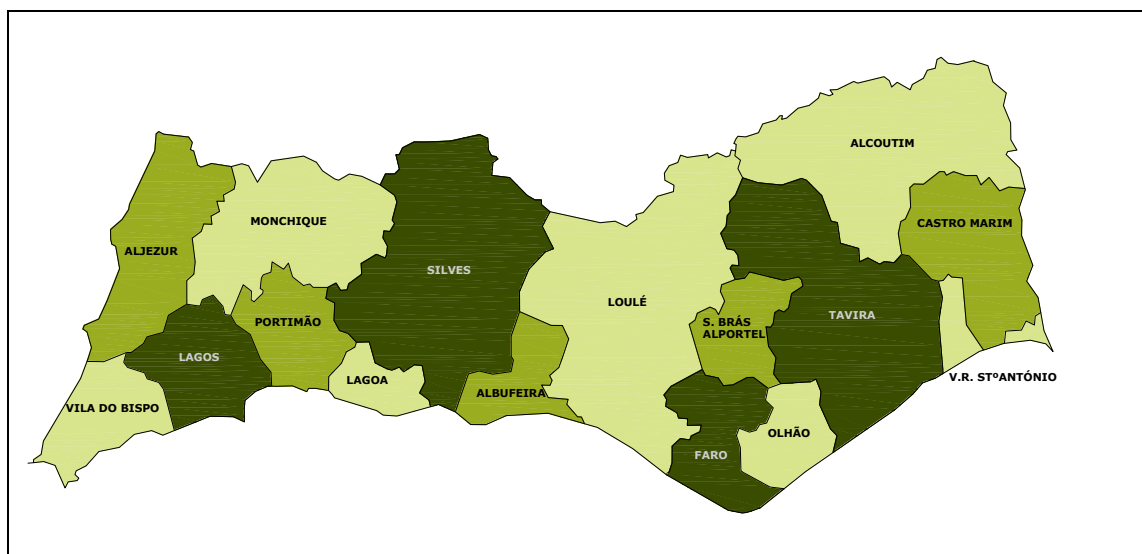
O Algarve, por força da sua localização geográfica e das suas condições naturais, é uma “região” reconhecidamente privilegiada e atractiva para a actividade turística.

Tal privilégio é sem dúvida enriquecedor, contudo, é também potenciador de diversos desequilíbrios, quer de natureza social, quer ao nível da exigência que é exercida às diversas entidades públicas e privadas que coordenam, promovem e gerem infra-estruturas essenciais à actividade socioeconómica, nomeadamente devido ao ainda enorme peso da sazonalidade na actividade turística, que obriga ao sobredimensionamento da capacidade instalada em diversos equipamentos e infra-estruturas, logo a uma utilização nem sempre mais eficiente, apesar da introdução de novas actividades/iniciativas associadas ao “cluster” da actividade turística, tendo em vista contrariar esta tendência.

Os 16 Municípios do distrito, a saber: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António integram 84 Freguesias, entre as quais, por vezes, se fazem sentir ainda de forma mais acentuada, as assimetrias em alguns dos indicadores.

³²⁴ Ver [102]: INE, Censos 2001, informação recolhida entre Novembro e Dezembro de 2008.

FIGURA N.º 30 – O ALGARVE E OS MUNICÍPIOS



Fonte: Carvalho, Manuel

Por outro lado, a actualização de alguns indicadores estatísticos ao ano de 2007³²⁵, permite-nos ter alguma noção da evolução entretanto ocorrida, bem como potenciais causas, consequências e algumas medidas essenciais a adoptar.

FIGURA N.º 31 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS REGIONAIS POR MUNICÍPIO DO ALGARVE ENTRE 2001 E 2007

Município	Indicador	km ²	População Total 2001	População Total 2007	Variação da População	Densidade Populacional 2001	Densidade Populacional 2007	Variação da Densidade Populacional
Albufeira		140,6	31.543	38.175	6.632	224,4	271,6	47,2
Alcoutim		575,4	3.770	3.186	-584	6,6	5,5	-1,0
Aljezur		323,5	5.288	5.336	48	16,3	16,5	0,1
Castro Marim		300,8	6.593	6.497	-96	21,9	21,6	-0,3
Faro		201,6	58.051	58.739	688	288,0	291,4	3,4
Lagoa		88,3	20.651	24.390	3.739	234,0	276,4	42,4
Lagos		212,8	25.398	28.502	3.104	119,3	133,9	14,6
Loulé		764,2	59.160	64.798	5.638	77,4	84,8	7,4
Monchique		395,3	6.974	6.141	-833	17,6	15,5	-2,1
Olhão		130,9	40.808	43.828	3.020	311,8	334,8	23,1
Portimão		182,1	44.818	49.330	4.512	246,1	270,9	24,8
São Brás de Alportel		153,4	10.032	12.232	2.200	65,4	79,8	14,3
Silves		680,0	33.830	35.931	2.101	49,7	52,8	3,1
Tavira		607,0	24.997	25.410	413	41,2	41,9	0,7
Vila do Bispo		179,0	5.349	5.447	98	29,9	30,4	0,5
Vila Real de Santo António		61,2	17.956	18.444	488	293,3	301,2	8,0
Algarve		4.996,0	395.218	426.386	31.168	79,1	85,3	6,2

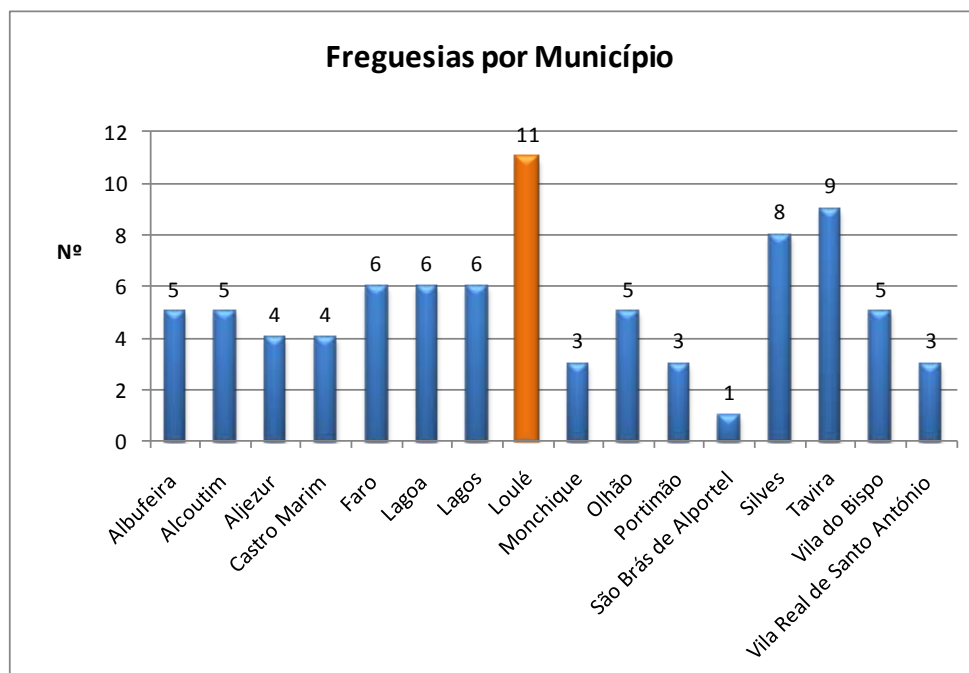
Fonte: Dados INE, Censos 2001, & INE, Anuário Estatístico Regional 2007, Tabela: Carvalho, Manuel

³²⁵ Ver [102]: INE, Anuário Estatístico Regional - 2007, informação recolhida em 08 de Junho de 2009 através da WEB: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=31746066&DESTAQUESmodo=2

Assim, podemos observar que apesar de se verificar um crescimento de pouco mais de trinta e um mil indivíduos a residirem no Algarve entre 2001 e 2007, os Municípios de Monchique, Alcoutim e Castro Marim continuam a registar perdas de população residente, sendo mais expressiva a dimensão dos dois primeiros. Já no que respeita à densidade populacional, nove dos dezasseis Municípios (Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Loulé, Monchique, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira e Vila do Bispo) registam neste indicador, valores inferiores à média regional, tanto na análise aos dados de 2001 como de 2007, ainda que se tenham registado evoluções, registando-se em alguns casos uma variação positiva, contudo salienta-se a variação negativa nos Municípios de Monchique, Alcoutim e Castro Marim, associada à variação proporcional na população residente. Salienta-se ainda a elevada densidade populacional nos principais Municípios do Litoral, especialmente a que se verifica no Município de Olhão.

A figura que se segue mostra-nos como as 84 freguesias que integram o território de todo o Algarve se encontram distribuídas de forma bastante díspar pelos diversos concelhos, onde se destacam Loulé com onze freguesias (que é o valor máximo do Distrito) e S. Brás de Alportel com apenas uma freguesia (que observa o valor mínimo).

FIGURA N.º 32 – DISTRIBUIÇÃO DAS FREGUESIAS POR MUNICÍPIO DO ALGARVE

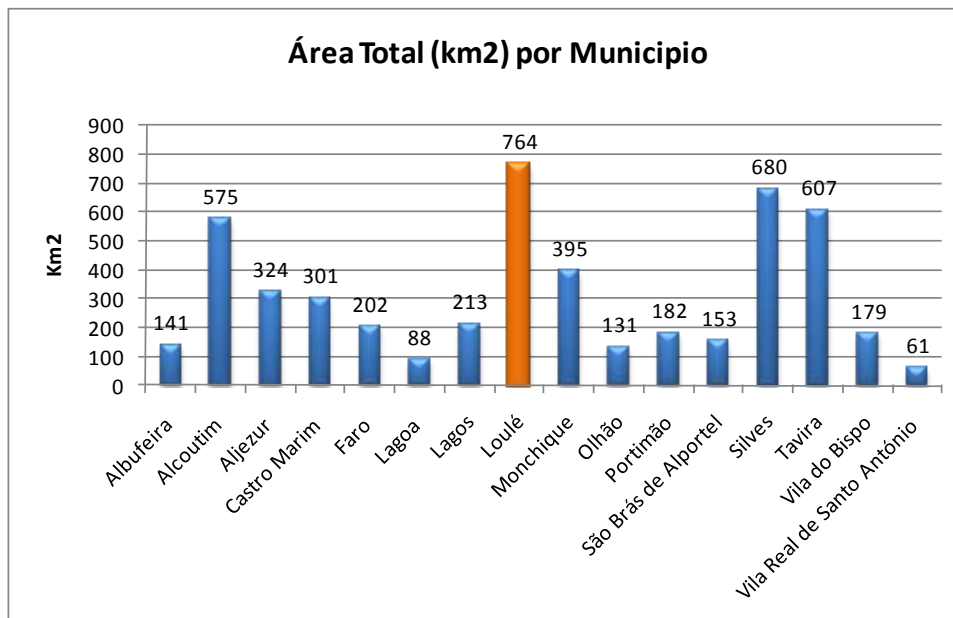


Fonte: Dados INE, Censos 2001, Gráfico: Carvalho, Manuel

Também no que respeita à área total que cada Município ocupa, a homogeneidade também não é uma característica e, mais uma vez, como nos mostra o gráfico que se segue, Loulé destaca-se, sendo aquele que verifica o valor máximo (com cerca de 764 Km²), ao invés, Vila Real de Santo

António é aquele que observa o valor mínimo (com cerca de 61 Km²), no que respeita a esta variável.

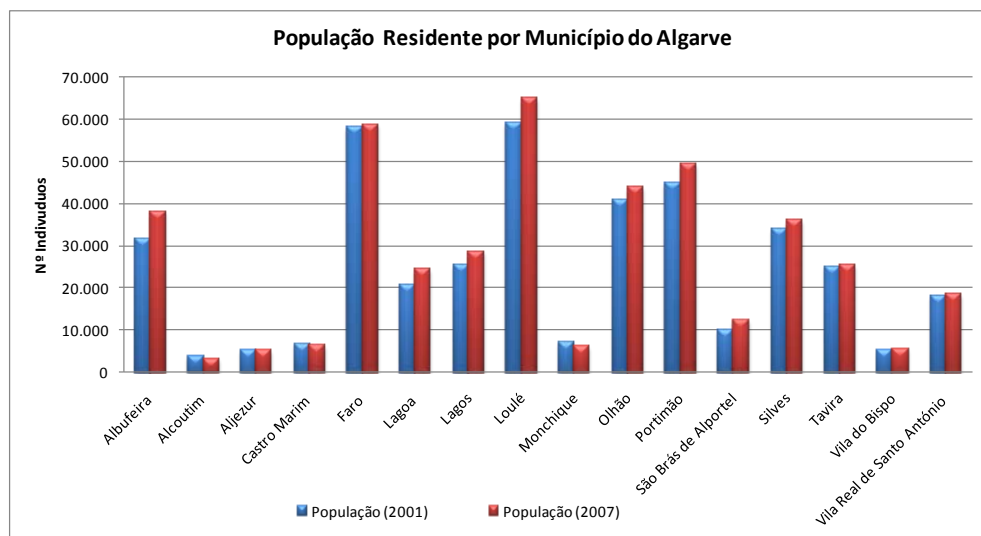
FIGURA N.º 33 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL POR MUNICÍPIO DO ALGARVE



Fonte: Dados INE, Censos 2001, Gráfico: Carvalho, Manuel

Como vimos e tal como nos mostra a representação gráfica que se segue, a generalidade dos Municípios viu crescer a sua população residente entre 2001 e 2007, à semelhança do que aconteceu ao nível distrital, contudo alguns Municípios viram agravado o seu défice de população residente.

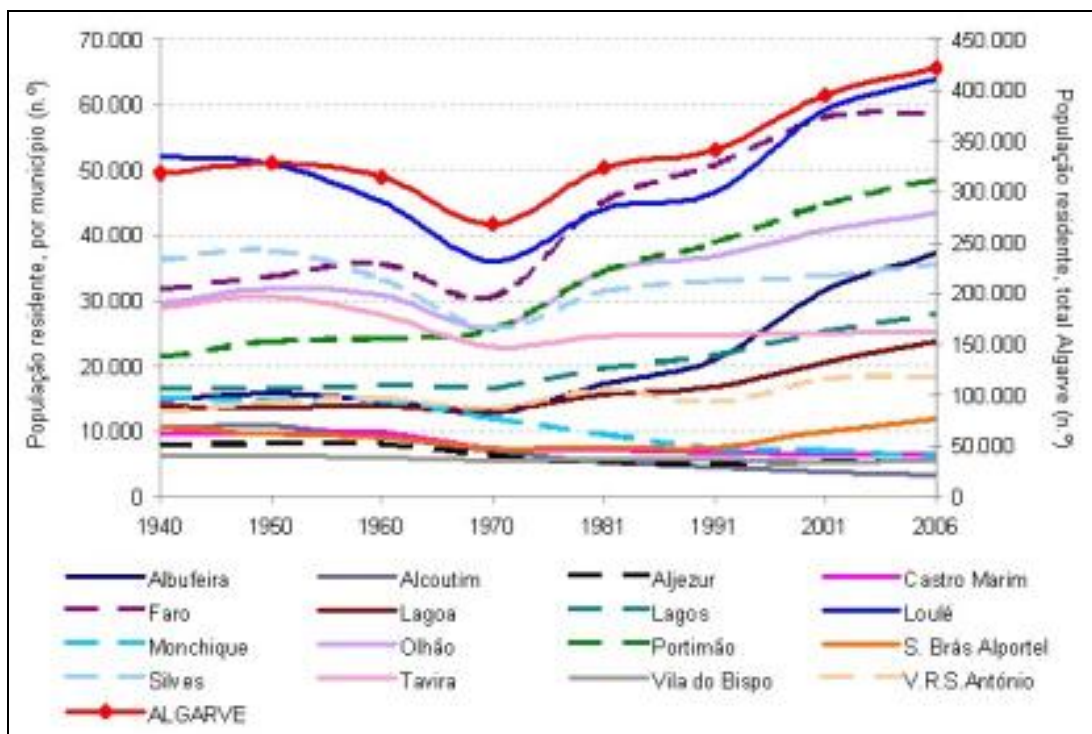
FIGURA N.º 34 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO DO ALGARVE ENTRE 2001 E 2007



Fonte: Dados INE, Censos 2001, & INE, Anuário Estatístico Regional 2007, Gráfico: Carvalho, Manuel

A imagem que se segue mostra-nos ainda a evolução da população por Município ao longo das últimas décadas e, como podemos observar, se a década de 70 para a maioria dos Municípios marcou o início de uma trajectória ascendente no volume de população residente, Municípios como Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo, mantêm uma trajectória que não é favorável.

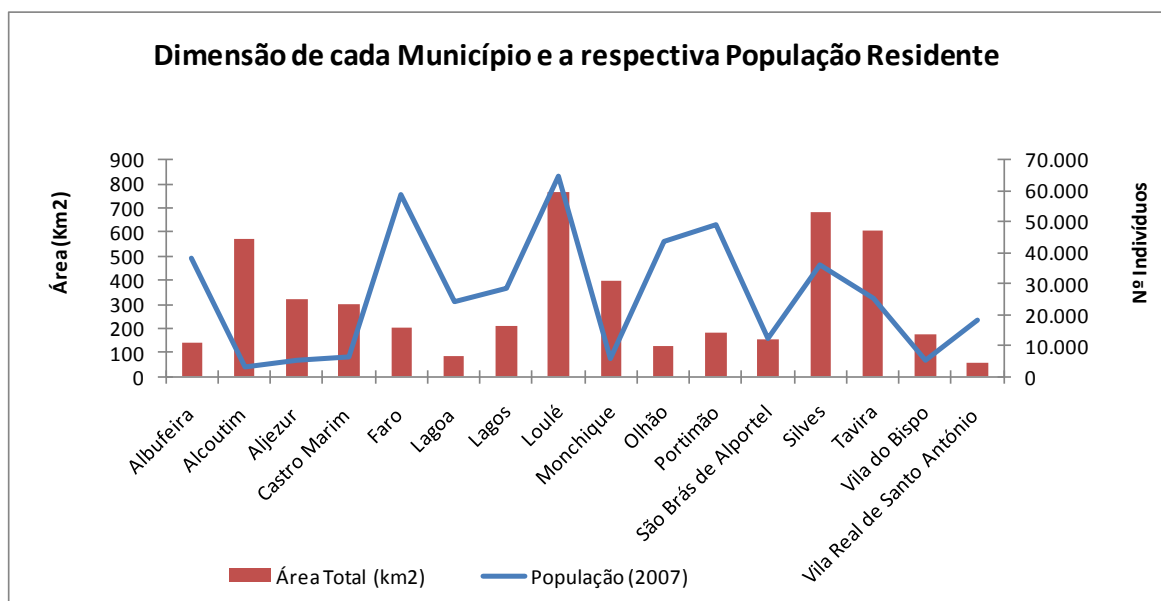
FIGURA N.º 35 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1940 E 2006 POR MUNICÍPIO DO ALGARVE



Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?idl=44&t=c> Recolhido em 13-12-2009

Tal como nos mostra a imagem que se segue, não se verifica uma relação directa entre a dimensão territorial de cada Município e a respectiva população residente, o que determina discrepâncias ao nível da densidade populacional. Assim, poderemos encontrar Municípios como Loulé onde coincide a máxima dimensão territorial e o número máximo de indivíduos residentes, contudo, encontramos também, por exemplo o Município de Alcoutim, que apesar de ser o quarto maior do distrito, registava em 2007 o nível mais baixo de população residente, salientando-se ainda a baixa concentração em alguns Municípios, por contraponto ao que se verifica noutros.

FIGURA N.º 36 – RELAÇÃO ENTRE A DIMENSÃO TERRITORIAL E A POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2007 POR MUNICÍPIO DO ALGARVE

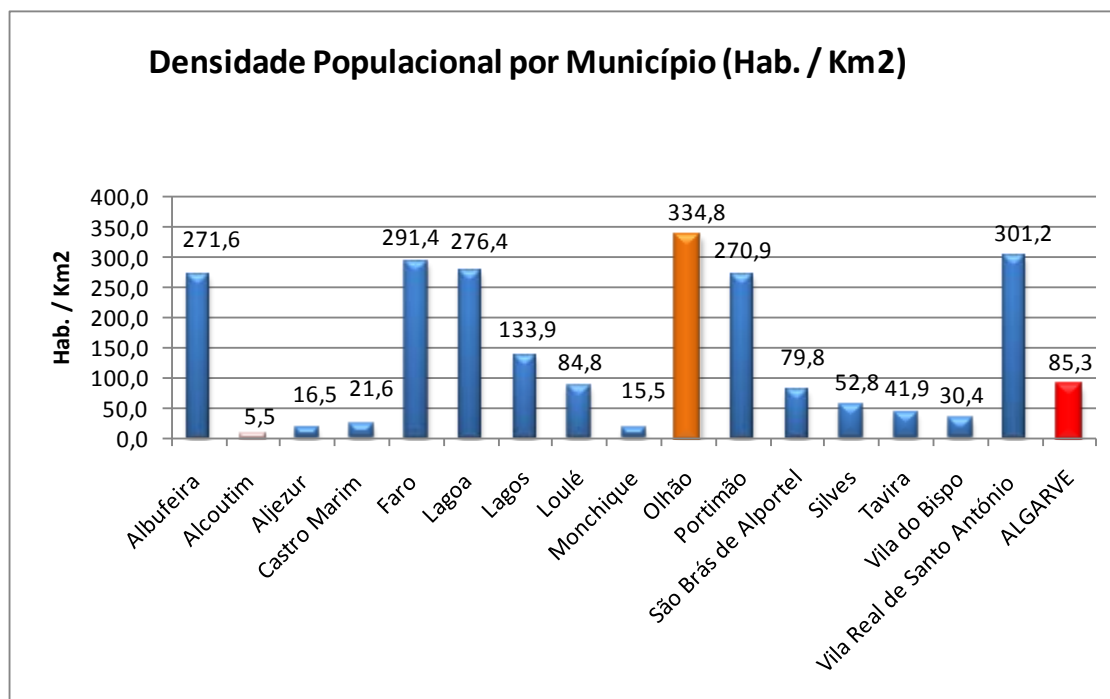


Fonte: Dados INE, Anuário Estatístico Regional 2007, Gráfico: Carvalho, Manuel

A concentração populacional junto ao litoral, afecta necessariamente a densidade populacional, provocando desequilíbrios, nomeadamente ao nível das políticas públicas de governação, seja qual for o nível institucional com a respectiva competência, mas também desequilíbrios para a actuação do sector privado.

Tal como podemos observar na figura que se segue, encontramos em 2007, Municípios como Alcoutim que verificavam apenas uma média de cerca de 5,5 Hab./Km², enquanto no extremo superior, com cerca de 334,8 Hab./Km² surgia o Município de Olhão, sendo de registar que a densidade populacional da região se situa à volta dos 85,3 Hab./Km². É ainda de destacar que para além do Município de Olhão, apenas os Municípios de Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Portimão e Vila Real de Santo António, apresentam níveis de densidade populacional acima da média, ainda que com valores claramente destacados da média regional.

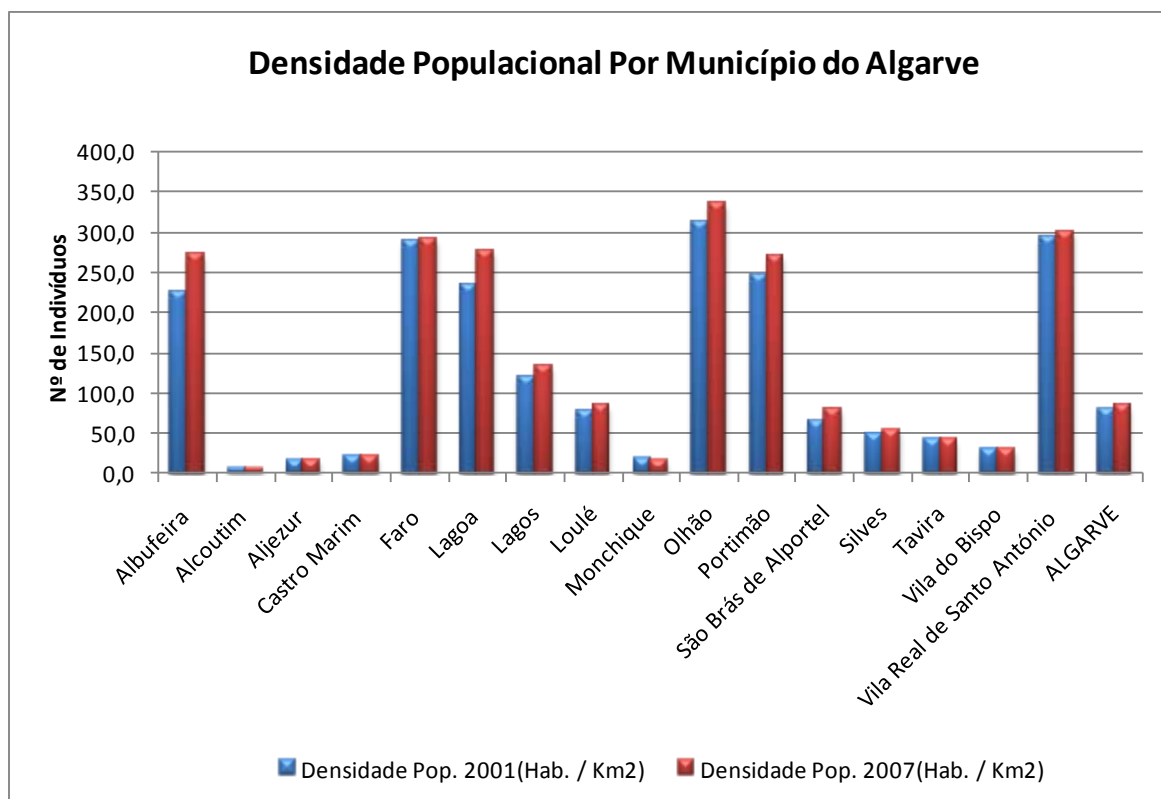
FIGURA N.º 37 – DISTRIBUIÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL EM 2007 POR MUNICÍPIO DO ALGARVE



Fonte: Dados INE, Anuário Estatístico Regional 2007, Gráfico: Carvalho, Manuel

A visualização gráfica da evolução da densidade populacional entre 2001 e 2007, permite-nos rapidamente constatar o que já havia sido apresentado em formato de tabela de dados. Assim, da imagem que se segue, rapidamente se percebe que o Município de Albufeira foi o que verificou um acréscimo superior na densidade populacional, seguindo-se Lagoa, Portimão e Olhão. Dá também para perceber a quase invariabilidade nalguns Municípios e mais uma vez destaca-se o contraste na distribuição desta variável pelo território em análise.

FIGURA N.º 38 – EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL POR MUNICÍPIO DO ALGARVE ENTRE 2001 E 2007



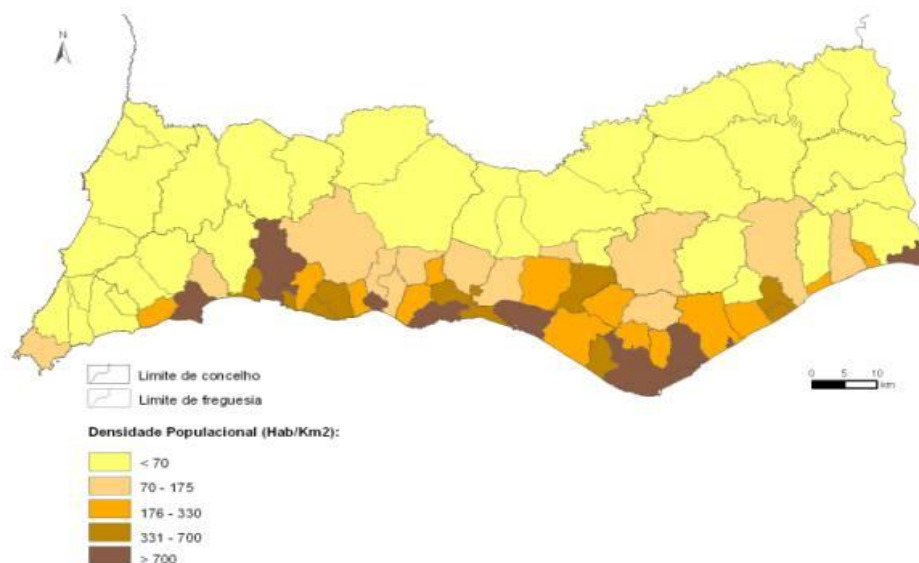
Fonte: Dados INE, Censos 2001, & INE, Anuário Estatístico Regional 2007, Gráfico: Carvalho, Manuel

Os desequilíbrios observados ao nível da densidade populacional, variam como vimos, entre os diversos Municípios, ainda assim, para além da variação inter-municipal, esta variável, observa diferentes comportamentos entre diferentes territórios intra-municipais (ex: de freguesia para freguesia), para além do que, naturalmente, tenderá a evoluir ao longo do tempo, uma vez que se trata de uma relação entre uma variável que é a população residente e um factor que poderemos considerar constante (ainda que não eternamente imutável) para cada território, mas variável entre os diversos Municípios, que é a respectiva área.

Um dos desequilíbrios mais visíveis, é o da concentração populacional junto ao litoral. Este fenómeno, apesar de se verificar um pouco por todo o país, no Algarve deve merecer uma atenção particular, uma vez que estamos perante uma “região” já por si, essencialmente costeira, ainda assim, notoriamente afectada por este fenómeno, sentindo-se as populações das zonas mais serranas do interior atraídas para o litoral por melhores oportunidades socioeconómicas.

A figura que se segue permite-nos ter uma percepção mais clara da distribuição da densidade populacional no território.

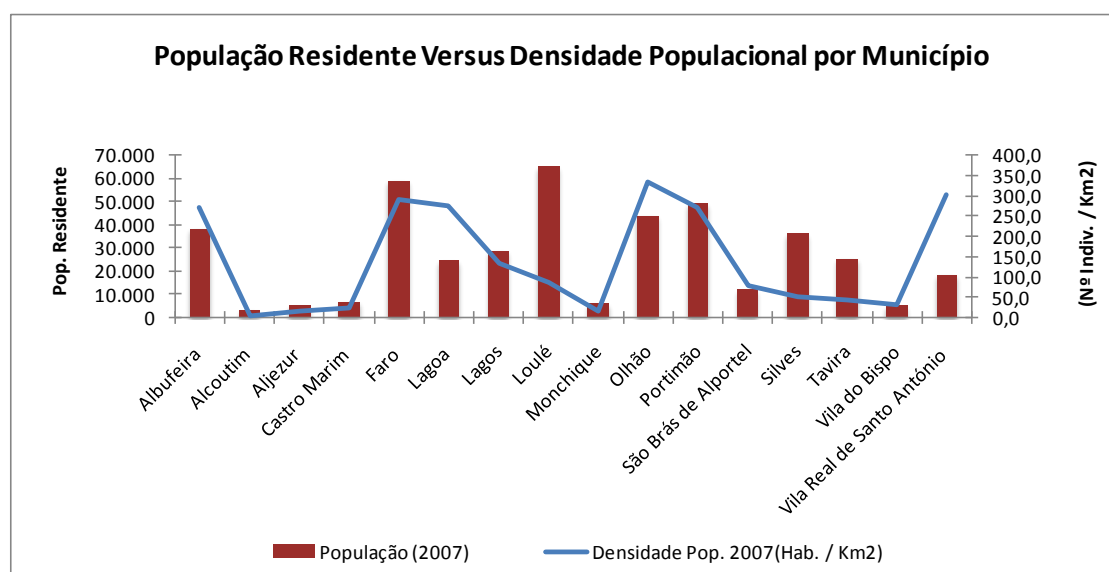
FIGURA N.º 39 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA NO ALGARVE



Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?idl=44&t=c> Recolhido em 13-12-2009

A figura que se segue mostra-nos a relação que se verifica entre a população residente e a respectiva densidade populacional, para cada Município. Esta diversidade deve ser encarada no sentido de desencadear a adopção de medidas particulares para cada território em função das respectivas capacidades, necessidades e competências por parte de cada uma das entidades com responsabilidades ao nível da gestão pública.

FIGURA N.º 40 – DISTRIBUIÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO RESIDENTE E A DENSIDADE POPULACIONAL POR MUNICÍPIO DO ALGARVE

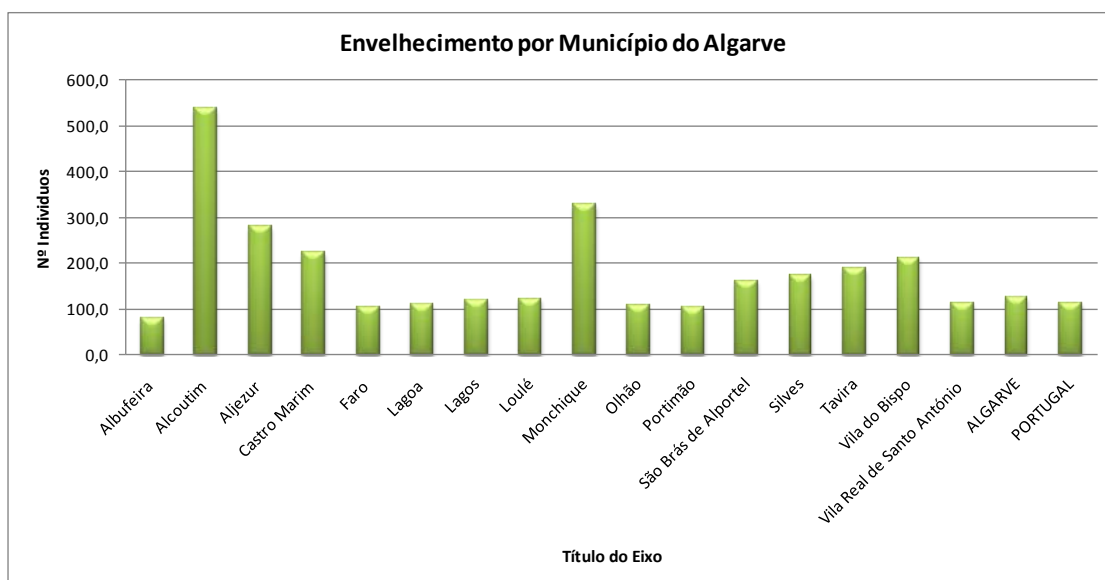


Fonte: Dados INE, Anuário Estatístico Regional 2007, Gráfico: Carvalho, Manuel

Como podemos constatar, o Município de Portimão, apesar de não ser o que observa maior densidade populacional, é aquele que, de entre os Municípios de maior dimensão, consegue em 2007 estabelecer uma melhor relação entre a sua dimensão geográfica e a respectiva população residente, estabelecendo assim a melhor aproximação entre as duas variáveis. Por seu turno o Município de Alcoutim, por observar o pior registo no que respeita à população residente e simultaneamente ser um dos maiores do Distrito, assinala aqui a pior relação.

Outro indicador que deve merecer destaque para a análise da situação e eventuais decisões de natureza diversa, ao nível das políticas públicas, é o índice de envelhecimento, que mede o número de indivíduos com mais de 65 anos por cem indivíduos com menos de 15 anos.

FIGURA N.º 41 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR MUNICÍPIO DO ALGARVE EM 2007

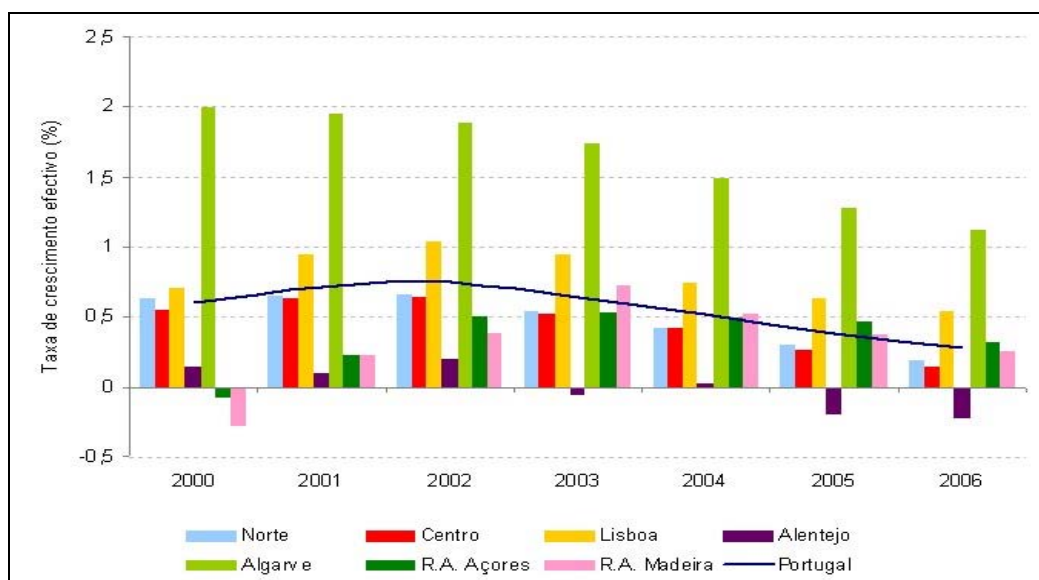


Fonte: Dados INE, Anuário Estatístico Regional 2007, Gráfico: Carvalho, Manuel

Tal como nos mostra a imagem anterior, também neste indicador o Algarve revela um desempenho pior do que a totalidade do território nacional, com dez dos dezasseis Municípios a registarem um valor superior à média nacional e oito à média da região, destacando-se mais uma vez pela negativa os Municípios de Alcoutim (com o valor máximo de 537,2 idosos por cada 100 jovens) seguido de Monchique, Aljezur, Castro Marim e Vila do Bispo (todos com registos superiores a 200), já o Município que apresenta uma melhor capacidade de rejuvenescimento é o de Albufeira, que apesar de não ser o único com um valor nesta variável, abaixo da média regional, é o único com um valor inferior a 100, significando por isso (pelo menos para o ano de 2007) a sua capacidade de regeneração da população, uma vez que demonstra a existência de mais população jovem do que população idosa.

Já no que respeita à taxa de crescimento efectivo da população, a figura que se segue mostra-nos que o Algarve tem assistido a uma tendência de decréscimo continuado entre 2000 e 2006, acompanhando a tendência nacional desde 2002, uma vez que até aquele ano, para o total nacional, este indicador observava uma tendência de crescimento.

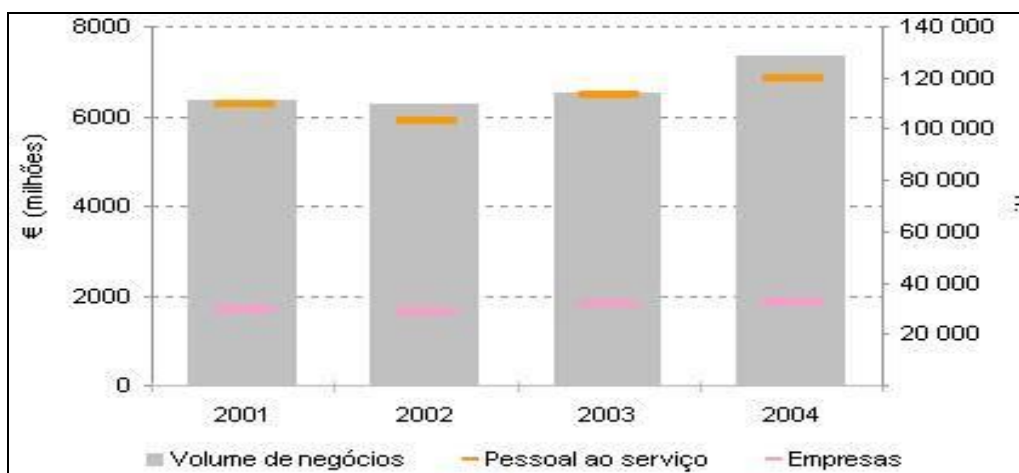
FIGURA N.º 42 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO EFECTIVO DA POPULAÇÃO POR NUT II ENTRE 2000 E 2006



Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?idl=44&t=c> Recolhido em 13-12-2009

No que respeita à actividade económica, o Algarve apresenta a seguinte caracterização:

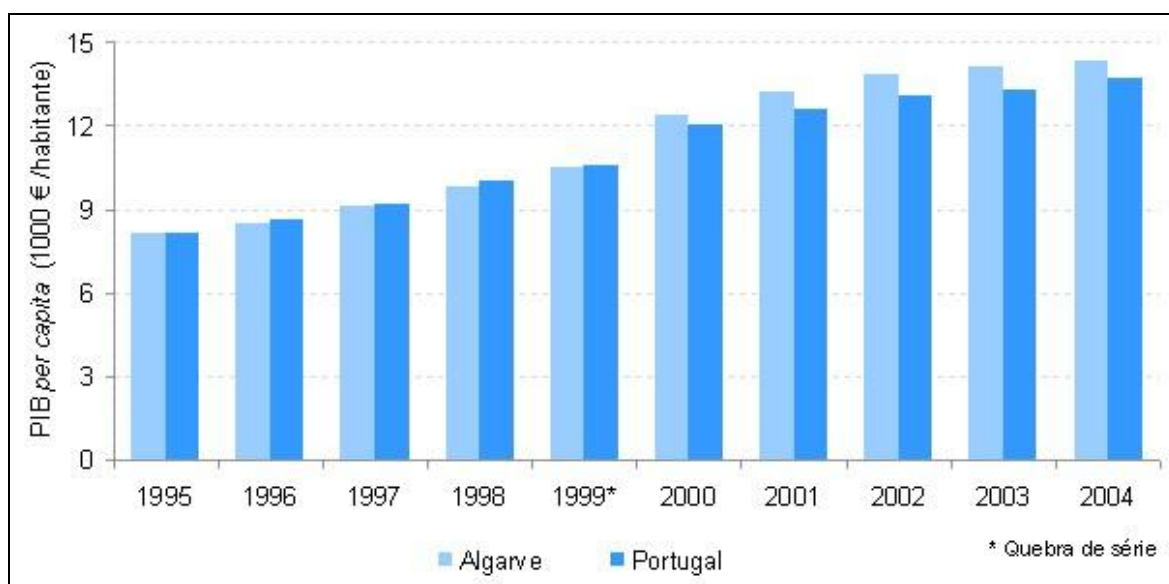
FIGURA N.º 43 – EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS, NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO E NÚMERO DE EMPRESAS SEDIADAS NA REGIÃO ENTRE 2001 E 2004



Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?idl=156&t=c> Recolhido em 13-12-2009

Como podemos observar, verifica-se uma evolução favorável em qualquer um destes indicadores (volume de negócios, pessoal ao serviço e n.º de empresas), pelo que é com alguma naturalidade (ainda que não directa e totalmente explicado), que o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) regional (que se verificou), conjugado com a tendência de redução da taxa de crescimento efectivo da população (apresentada atrás), conduza a um aumento do PIB regional per capita no Algarve como podemos verificar na figura que se segue.

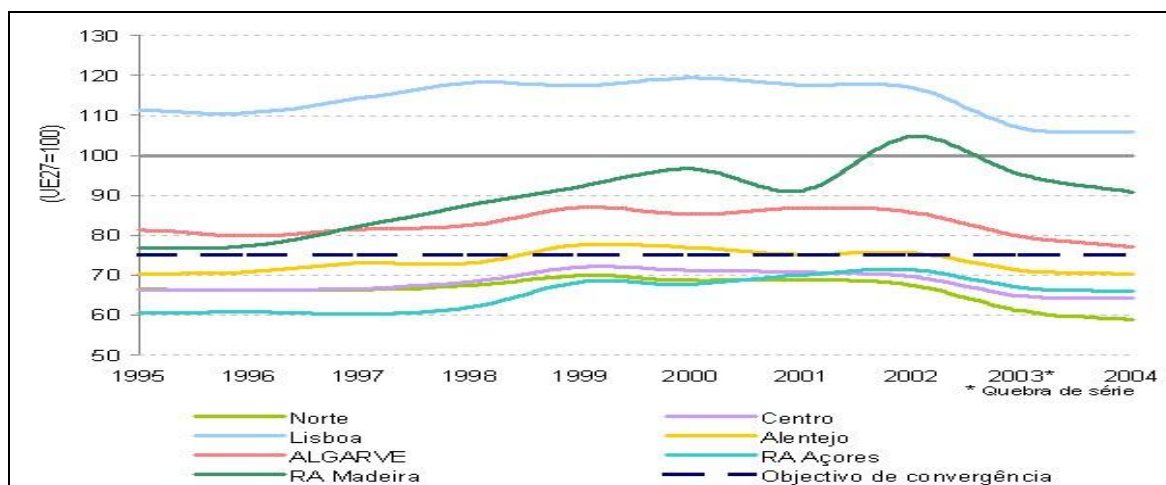
FIGURA N.º 44 – EVOLUÇÃO DO PIB PER CÁPITA EM PORTUGAL E NO ALGARVE ENTRE 1995 E 2004



Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?idl=143&t=c> Recolhido em 13-12-2009

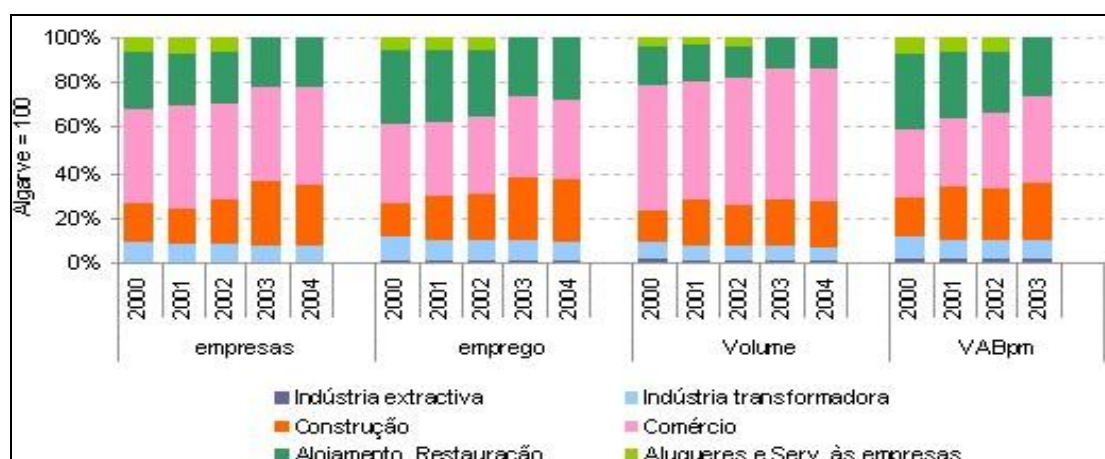
A figura que se segue mostra-nos a disparidade do PIB per capita nas regiões portuguesas face à média europeia, bem como aquelas que ultrapassam o designado “objectivo de convergência”, entre elas o Algarve, o que influencia negativamente a região e todos os seus agentes económicos, incluindo as entidades públicas, nomeadamente os Municípios, na possibilidade de execução de verbas do Quadro Comunitário de Apoio actual (QREN), sendo os níveis de apoio mais limitados e as condições de acesso mais restritas.

FIGURA N.º 45 – EVOLUÇÃO DISPARIDADE DO PIB PER CÁPITA NAS REGIÕES PORTUGUESAS FACE À MÉDIA EUROPEIA ENTRE 1995 E 2004



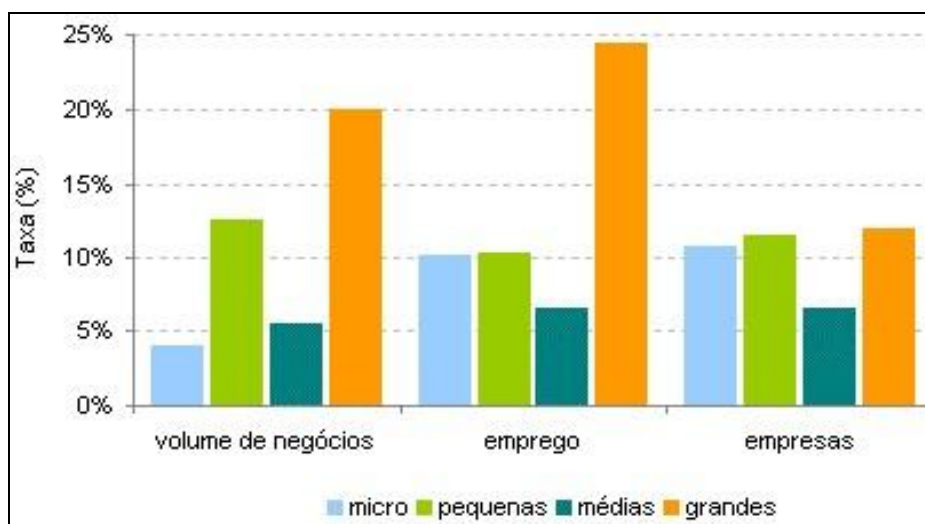
No que respeita à estrutura empresarial, o Algarve é marcadamente dominador pelo sector do comércio, sendo seguido de perto pelo sector do alojamento e restauração, sendo de salientar que na variável “volume”, é ainda mais expressivo o domínio deste sector. São ainda de salientar o peso significativo da construção e pouco expressivo da indústria transformadora, sendo irrelevante o contributo dos alugueres e serviços às empresas.

FIGURA N.º 46 – EVOLUÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL POR SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA, NA REGIÃO DO ALGARVE ENTRE 2000 E 2004



No que respeita à taxa de crescimento médio anual do tecido empresarial, a imagem que se segue, mostra-nos que foram as grandes empresas as que geraram maior volume de negócios e as que criaram mais postos de trabalho, levando larga vantagem. Já no que respeita ao número de novas empresas criadas na região, apesar das grandes empresas continuarem a liderar, as pequenas e as micro empresas seguem de muito perto.

FIGURA N.º 47 – EVOLUÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL NA REGIÃO DO ALGARVE. TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL ENTRE 2000 E 2004



Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?id=156&t=c> Recolhido em 13-12-2009

Já a distribuição das empresas, por actividades, em 2004 apresentava-se como mostra a imagem que se segue:

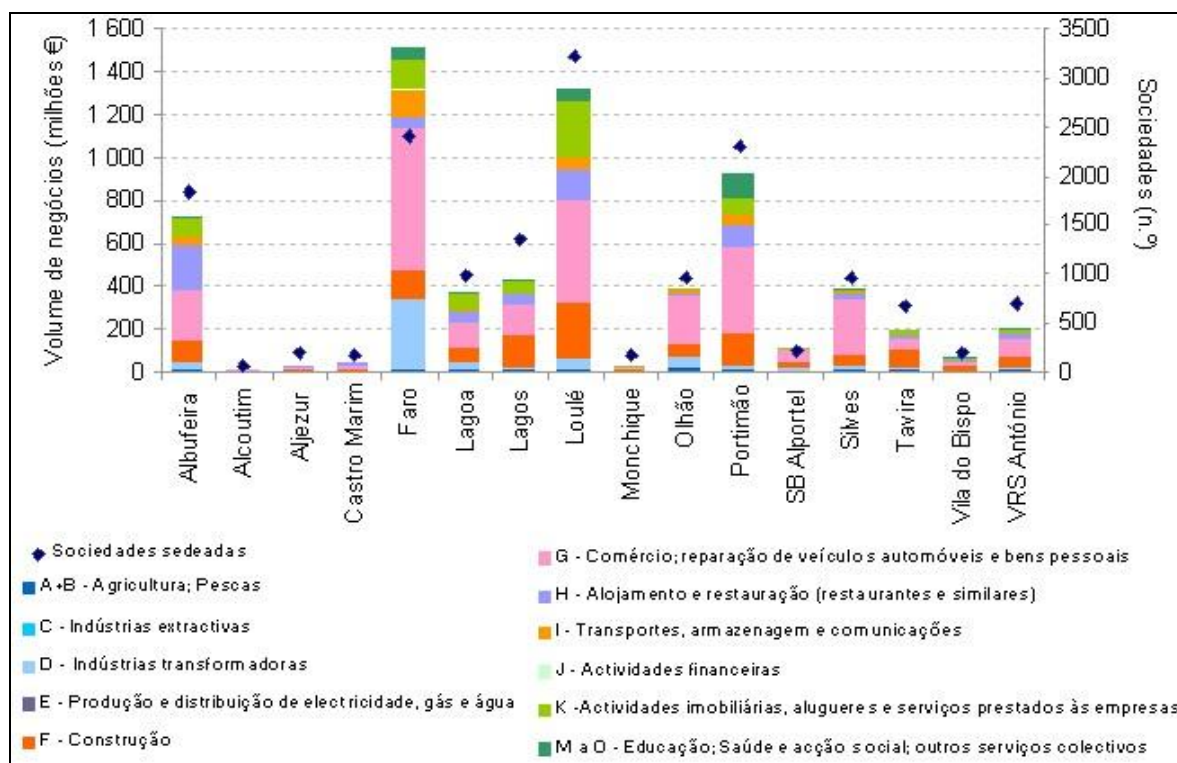
FIGURA N.º 48 – PERCENTAGEM DE EMPRESAS SEDEADAS NO ALGARVE, POR TIPO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (CAE REV 2.1), EM 2004



Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?id=156&t=c> Recolhido em 13-12-2009

A próxima imagem mostra-nos as disparidades na distribuição pelos vários Municípios do Algarve e por actividade económica, quer do número de sociedades, quer do volume de negócios.

FIGURA N.º 49 – NÚMERO E VOLUME DE NEGÓCIOS DAS SOCIEDADES SEDEADAS NO ALGARVE, POR MUNICÍPIO E POR ACTIVIDADE ECONÓMICA (CAE REV 2.1), EM 2004



Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?id=156&t=c>

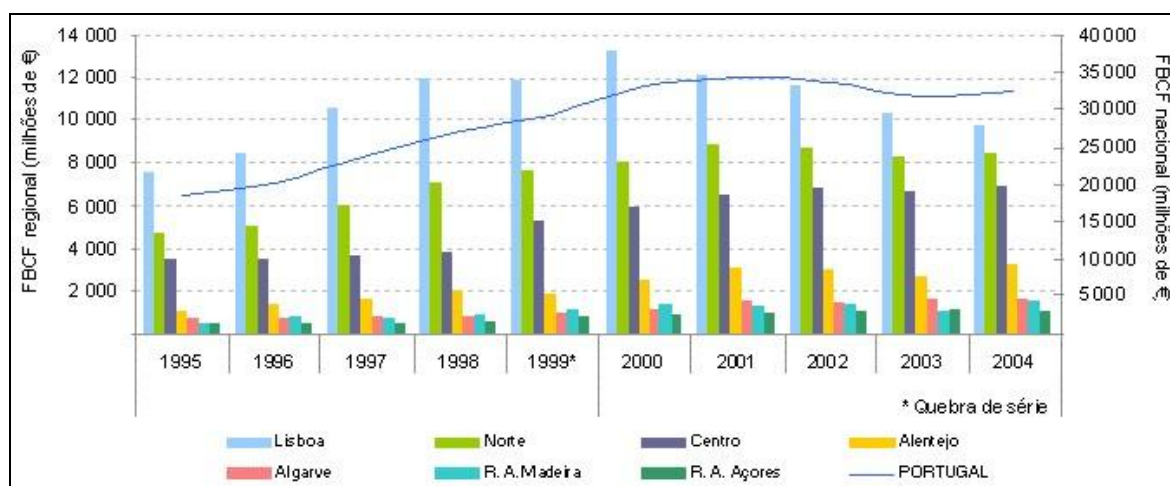
Recolhido em 13-12-2009

Como vemos, as actividades ligadas ao comércio, imobiliário, construção, alojamento e restauração, são as que mais predominam na região, ainda assim, quer no volume quer na sua natureza, estas variam de Município para Município, sendo também este mais um factor de heterogeneidade regional, o qual se reflecte nas contas e na gestão pública municipal.

De qualquer forma salienta-se o claro domínio das actividades relacionadas com o comércio, a reparação de veículos automóveis e bens pessoais, bem como o expressivo peso, em alguns Municípios, das actividades ligadas à construção, imobiliária, alugueres e serviços prestados às empresas, uma vez que sobre o património imobiliário resultam receitas fiscais próprias para os Municípios.

De seguida e para finalizar esta caracterização, apresentam-se algumas figuras que demonstram a evolução e a distribuição do investimento e do financiamento com recurso aos fundos da UE.

FIGURA N.º 50 – EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF) NACIONAL E REGIONAL ENTRE 1995 E 2004



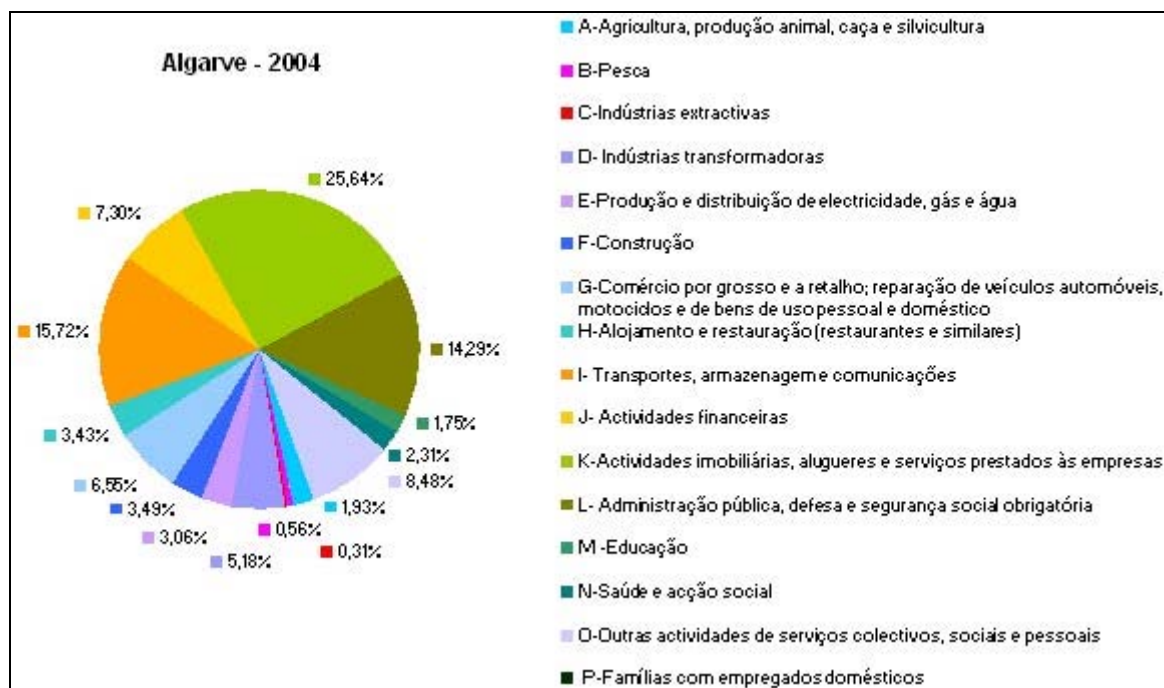
Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?id=159&idt=20> Recolhido em 31-12-2009

A representação gráfica anterior mostra-nos que a região de Lisboa se destaca desde logo, como sendo a região que ao longo de todo o período em análise observou maior volume de investimento, destacando-se claramente durante a primeira metade do período face à região Norte (que segue em 2º lugar). Reduzindo o nível de investimento a partir do ano 2001, permitia a aproximação das demais regiões, particularmente Norte e Centro que ocupavam respectivamente os 2º e 3º lugares.

O Algarve manteve-se durante todo o período analisado como sendo a região de Portugal continental que registou menor investimento, tendo mesmo nos anos de 1996, 1998, 1999 e 2000 sido ultrapassada pela Região Autónoma da Madeira.

Já no que respeita à evolução nacional, esta representação gráfica mostra-nos que até 2001 assistimos a um crescimento contínuo do investimento, seguindo-se uma estagnação (que coincidiu com a redução no investimento na região de Lisboa) seguindo-se uma quebra (que coincidiu com a redução no investimento na generalidade das regiões), terminando o ciclo com um novo acréscimo, apesar de se manter a redução do investimento na região de Lisboa.

FIGURA N.º 51 – REPARTIÇÃO DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF) POR RAMO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA EM 2004

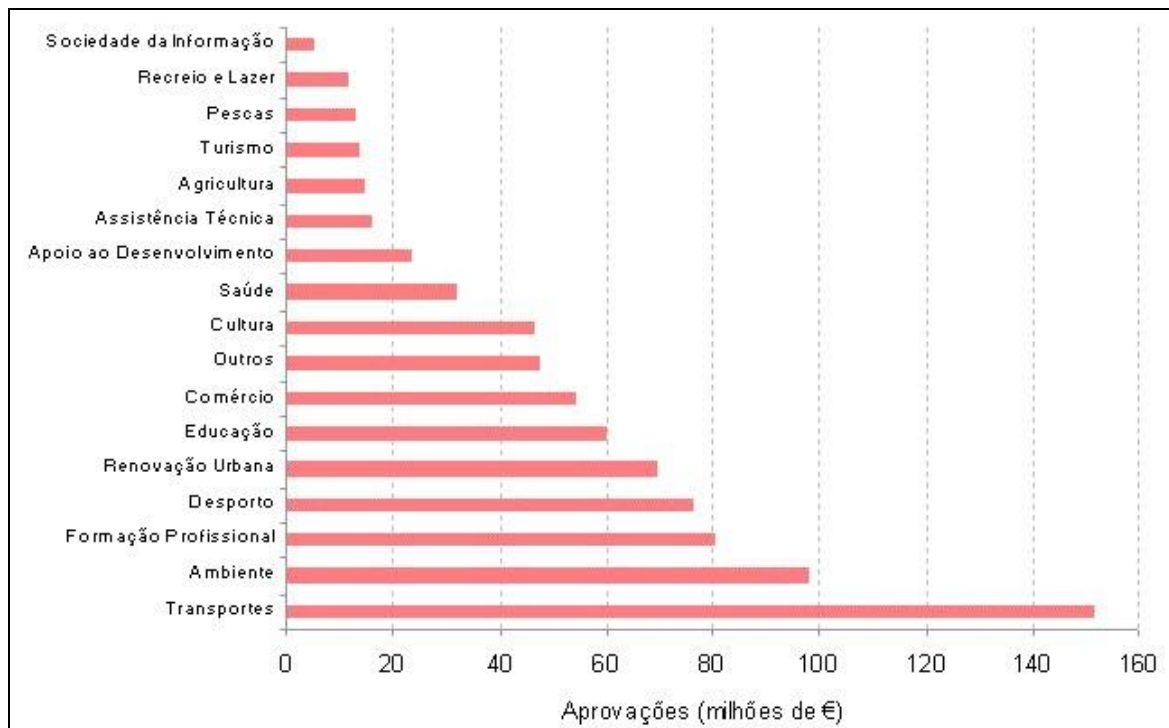


Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?id=159&idt=20> Recolhido em 31-12-2009

A figura anterior mostra-nos que na região do Algarve, as actividades associadas ao imobiliário, alugueres e serviços às empresas se destacam claramente como sendo as que mais absorvem investimento na região (cerca de ¼ do total do investimento da região em 2004), seguindo-se o ramo dos transportes, armazenagem e comunicações (mais de 15%) e a Administração pública, defesa e segurança social obrigatória (mais de 14%). Salienta-se assim que apenas estes três ramos de actividades económicas representavam no seu conjunto em 2004 mais de 55% do total do investimento por ramos de actividade na região, e que deste, quase metade foi absorvido, como se referiu, pelo ramo associado ao imobiliário, o que poderá indiciar informação significativa para a análise às contas dos municípios, designadamente quanto à origem das receitas.

Quanto à repartição do investimento elegível que foi aprovado por sector no PROALGARVE até 31 de Julho de 2007, a imagem que se segue mostra-nos que o sector dos transportes é claramente o que tinha maiores recursos do Programa Operacional da região, disponíveis para execução (mais de 150 milhões de Euros), seguindo-se o Ambiente e a Formação Profissional (com perto de 100 milhões e cerca de 80 milhões respectivamente). Destaca-se ainda que o turismo, sector ao qual está associada a maior parte da actividade económica da região, revela nesta representação gráfica o quarto mais baixo nível de investimento elegível aprovado, apenas superior ao aprovado para os sectores das Pescas, Recreio e Lazer, e Sociedade da Informação.

FIGURA N.º 52 – REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR SECTOR NO PROALGARVE, ATÉ 31 DE JULHO DE 2007

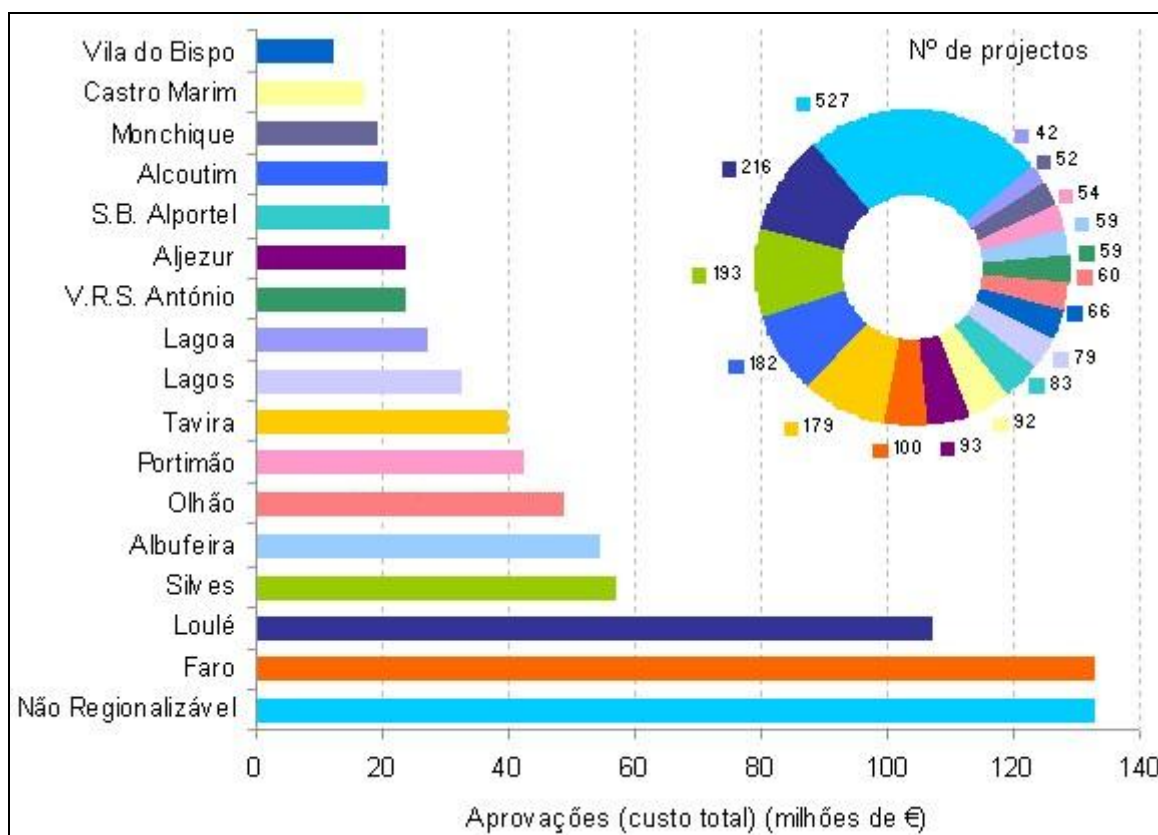


Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?idI=159&idt=20> Recolhido em 31-12-2009

Na análise à repartição do custo total que foi aprovado por Município e à quantidade de projectos que lhe corresponde, podemos concluir, a partir da análise à imagem que se segue, que o n.º de projectos aprovados, relativos ao investimento que não é regionalizável, supera largamente o aprovado para o Município de Loulé que apresentou o maior n.º de projectos aprovados (527 e 216 respectivamente). Contudo, a repartição do custo total que foi aprovado, mostra-nos que o valor aprovado afecto ao investimento que não é regionalizável é equivalente ao aprovado para o Município de Faro, ainda que neste, tal investimento se concentre em apenas 100 projectos. Já o Município de Loulé, que a nível municipal apresentava o maior número de projectos, aparece logo atrás de Faro no que respeita à repartição do custo total que foi aprovado, com mais de 100 milhões de Euros aprovados.

Os Municípios de Vila do Bispo, Castro Marim e Monchique ocupam respectivamente a última, penúltima e antepenúltima posições e nenhum chega a atingir os 20 milhões de Euros aprovados, ainda que o n.º de projectos aprovados seja, em alguns casos, proporcionalmente considerável.

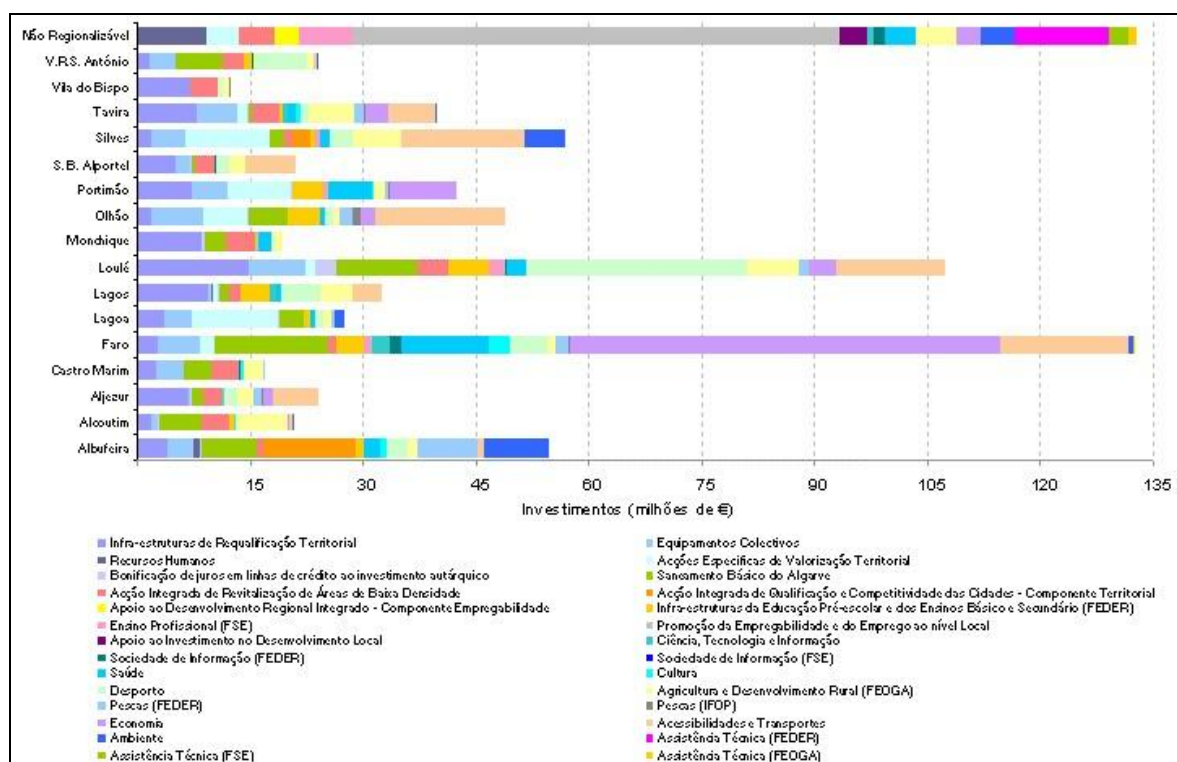
FIGURA N.º 53 – REPARTIÇÃO POR MUNICÍPIO DO N.º DE PROJECTOS E DO INVESTIMENTO TOTAL APROVADO NO PROALGARVE, ATÉ 30 DE JUNHO DE 2007



Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?id=159&idt=20> Recolhido em 31-12-2009

Já quanto à repartição do investimento total aprovado por Município e à sua repartição em função do enquadramento nas Medidas do PROALGARVE, a representação gráfica que se segue mostra-nos que o investimento que não é regionalizável, foi essencialmente canalizado para o apoio à promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local. Ao nível municipal, a repartição não é homogénea, ainda assim destaca-se o facto de todos os Municípios apostarem em infra-estruturas de requalificação territorial e o peso considerável dos investimentos realizados por alguns Municípios na área do saneamento básico. Destaca-se ainda a maior parcela de investimento na área da economia, aprovado para o Município de Faro e o investimento relevante na área do desporto que foi aprovado para o Município de Loulé.

FIGURA N.º 54 – REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL APROVADO NO PROALGARVE, ATÉ 30 DE JUNHO DE 2007, POR MUNICÍPIO E POR TIPO DE MEDIDAS ASSOCIADAS



Fonte: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?id=159&idt=20>

Recolhido em 31-12-2009

IX AS FINANÇAS LOCAIS NO ALGARVE

No presente capítulo efectuar-se-á uma análise à situação financeira dos dezasseis Municípios do Algarve entre os anos de 2003 e 2007, bem como uma análise para o conjunto da região (de todos os Municípios do Algarve), no que respeita aos principais indicadores.

Os objectivos da presente análise são:

- Apresentar um conjunto de dados e indicadores que revelem a evolução da execução orçamental, bem como da situação global de natureza financeira, económica ou patrimonial, para cada um dos Municípios do Algarve e para o seu conjunto;
- Efectuar uma análise aos principais indicadores;
- Avaliar a independência financeira dos Municípios do Algarve;
- Avaliar o respectivo nível de endividamento (com particular ênfase ao endividamento de médio e longo prazo) e a sua capacidade;
- Avaliar o impacto das transferências provenientes dos fundos da UE nas respectivas contas municipais e a sua relação com o endividamento a médio e longo prazo e com as despesas de capital.

Serão ainda efectuados dois exercícios com base na análise a um conjunto de indicadores seleccionados, em função dos objectivos supra identificados. Um deles procurará identificar, para cada um dos Municípios, qual o melhor e o pior ano da gestão municipal durante o período em análise, bem como qual o melhor e o pior anos no conjunto de todos os Municípios. O outro, seguirá uma metodologia semelhante mas visa atribuir uma pontuação final à gestão municipal, de forma a ordenar cada Município no conjunto de todos os Municípios do Algarve.

A análise efectuada no presente capítulo tem por base dados recolhidos através dos documentos de prestação de contas dos Municípios, disponíveis e recolhidos através do sítio da WEB da Direcção Geral das Autarquias Locais,³²⁶ tendo outros sido fornecidos directamente por essa Direcção-Geral.

³²⁶ Ver [98]: <http://www.dgaa.pt/> Alguns dados foram fornecidos directamente por esta Direcção-Geral, por solicitação do autor, designadamente os relativos ao endividamento a M/L prazo desde 1991 bem como alguns dados do balanço, à data não disponíveis na WEB.

IX.I As Contas Municipais

Partindo da análise efectuada pelos autores do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2007³²⁷, de seguida apresentamos o enquadramento de cada um dos dezasseis Municípios do Algarve, de acordo com a respectiva dimensão (considerando a população residente):

FIGURA N.º 55 – ENQUADRAMENTO DOS MUNICÍPIOS ALGARVIOS POR DIMENSÃO (N.º DE HABITANTES)

Dimensão Município	Nº Ordem Nacional	Tipo de Dimensão	Hab. 2005	Hab. 2006	Hab. 2007
Albufeira	76º	M	36.334	37.244	38.175
Alcoutim	300º	P	3.347	3.272	3.186
Aljezur	269º	P	5.336	5.349	5.336
Castro Marim	245º	P	6.482	6.493	6.497
Faro	47º	M	58.554	58.664	58.739
Lagoa	107º	M	23.265	23.835	24.390
Lagos	92º	M	27.545	28.025	28.502
Loulé	39º	M	63.138	63.905	64.798
Monchique	252º	P	6.343	6.246	6.141
Olhão	68º	M	42.817	43.341	43.828
Portimão	61º	M	47.925	48.611	49.330
São Brás de Alportel	179º	P	11.552	11.876	12.232
Silves	80º	M	35.323	35.625	35.931
Tavira	100º	M	25.248	25.278	25.410
Vila do Bispo	266º	P	5.402	5.423	5.447
Vila Real de Santo António	137º	P	18.236	18.341	18.444

Legenda: Nº de ordem Nacional – referente à população. Tipo de Dimensão: (G); (M) ou (P), corresponde a Município de Grande, Média ou Pequena dimensão

Fonte [50]: Carvalho, João, Fernandes Maria J., Camões, Pedro, Jorge, Susana, Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007, Anexo III, pp. 227-236, Recolhido em 21-07-2009 de <http://www.ctoc.pt/fotos/editor2/Anuario%202007%20final.pdf>

Alterado/compilado por: Carvalho, Manuel

Tal como podemos conferir através do quadro acima apresentado, o distrito de Faro não apresenta qualquer Município enquadrável na dimensão de Grande Município, no que respeita ao n.º de habitantes, aparecendo Loulé na 39ª posição (maior do distrito e um dos nove de média dimensão), enquanto Alcoutim, ocupando a 300ª posição a nível nacional (dos 308 Municípios analisados), é o que ocupa a última posição no distrito, sendo por isso também o último dos sete Municípios de Pequena dimensão ao nível do distrito.

³²⁷ Ver [50]: Carvalho, João, Fernandes Maria J., Camões, Pedro, Jorge, Susana, (2007), *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007*, Anexo III, pp. 227-236

Tendo em vista os objectivos do presente estudo e considerando a informação disponível, bem como aqueles que os próprios Municípios consideram serem os principais indicadores,³²⁸ de seguida, para cada Município, efectua-se uma análise à execução orçamental entre 2003 e 2007, bem como à respectiva situação económica ou patrimonial. Para tal, a metodologia a seguir passará pela apresentação para cada Município de três quadros (Estrutura da Receita; Estrutura da Despesa e Alguns dos Principais Indicadores)³²⁹, que sintetizam os principais dados para análise,³³⁰ seguindo-se uma apreciação crítica, particularmente dos indicadores que destacámos mais relevantes no âmbito do presente trabalho, a saber:

- Independência Financeira³³¹ = Receitas Próprias/Receitas Totais;
- Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano);
- Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo;
- Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento;
- Valor das Transferências de Fundos da UE;
- Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano).

Será ainda apresentada a evolução dos indicadores da Capacidade de Endividamento,³³² de Solvência³³³, de Liquidez Geral e Imediata³³⁴ e de Autonomia Financeira³³⁵.

Para os demais indicadores que são apresentados no quadro “Alguns dos Principais Indicadores”, não será efectuada qualquer apreciação específica, excepto se os resultados de um ou outro indicador, mereçam destaque e possam ser determinantes para os objectivos do presente

³²⁸ Ver [50]: Carvalho, João, Fernandes Maria J., Camões, Pedro, Jorge, Susana, (2007), *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007*, p. 189.

³²⁹ Estes quadros serão apresentados no trabalho como anexos.

³³⁰ Alguns dados das respectivas contas anuais, poderão não ser apresentados nestes quadros, mas serem utilizados para o cálculo de alguns indicadores ou mesmo em apresentações gráficas.

³³¹ Considerando-se que o Município tem independência financeira quando as receitas próprias têm um peso igual ou superior a 50% das receitas totais.

³³² Apresentada numa óptica exclusivamente financeira (segundo a aplicação da fórmula: Capacidade de Endividamento = Fundos Próprios / Passivo), sendo de considerar que os limites legais ao endividamento municipal foram objecto de estudo em capítulo anterior, estando portanto aí estabelecidas as regras para a sua execução e que a análise à capacidade legal de endividamento, será efectuada mais adiante (no ponto X.II.I. – Alguns Indicadores Globais). Assim, actualmente, segundo o art.º 37º da Lei n.º 2/2007, o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. Existem excepções a esta regra que serão oportunamente referenciadas.

³³³ Não se tratando de uma análise com fins lucrativos e considerando que, à partida, será quase irrealista pensar (pelo menos a breve prazo), este indicador permite-nos aferir qual a capacidade geradora de activos do Município e assim, num cenário que motive a extinção de um qualquer Município, saber qual a percentagem que o seu Activo permite suportar de todas as suas obrigações (Passivo).

³³⁴ Permitem-nos aferir qual a capacidade da cada Município, para a partir dos activos que espera converter em disponibilidades a curto prazo, mais as disponibilidades, ou exclusivamente a partir destas, suportar as suas obrigações de curto prazo.

³³⁵ Este indicador permite-nos aferir em que medida os fundos próprios, ou por exclusão de partes, os capitais alheios, estão a financiar o total do activo municipal. Ou seja, traduz-se também num rácio de endividamento na medida em que indica a parte do activo que é suportada por fundos próprios, por exclusão de partes, o restante a parte correspondente ao endividamento.

trabalho, e nesse caso justifiquem tal apreciação. É ainda efectuada uma apreciação global aos aspectos considerados mais relevantes apresentados nas representações gráficas.

Todos os valores apresentados no âmbito desta análise, têm por referência a unidade monetária EURO.

Procurando encontrar um instrumento que, em alguma medida, possa avaliar o desempenho global da gestão pública de cada Município, de entre os diversos indicadores apresentados (cujos dados de base constam nos anexos), efectuar-se-á um exercício tendo em vista encontrar, para cada Município, qual o melhor e o pior anos, no que respeita ao desempenho da respectiva gestão municipal, durante o período em análise.

Para tal, recorreu-se a vinte indicadores, cuja selecção podendo ser discutível, pareceu ser a mais adequada face aos propósitos do presente trabalho, bem como ao enquadramento legal da matéria em estudo.

Assim, de seguida apresenta-se uma figura com a matriz que identifica os vinte indicadores seleccionados, bem como, qual o critério para a obtenção da pontuação máxima para cada indicador.

FIGURA N.º 56 – MATRIZ DE INDICADORES SELECIONADOS

Nº Ind.	Designação do Indicador	Critério Pontuação Máxima
I - 1	Despesas de capital / Despesas Totais	Maior Percentagem
I - 2	Pessoal / Despesas Totais	Menor Percentagem
I - 3	Receita Total / Despesa Total	Maior Percentagem (sup. 100%)
I - 4	Receitas Próprias / Despesa Total	Maior Percentagem
I - 5	Venda de Bens de Investimento / Receita Total	Menor Percentagem
I - 6	Receitas Próprias / Receita Total	Maior Percentagem
I - 7	Despesa Corrente / População Residente (2007)	Menor Valor
I - 8	Despesa Capital / População Residente (2007)	Maior Valor
I - 9	Passivo / População Residente (2007)	Menor Dívida
I - 10	Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	Menor Dívida
I - 11	Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	Maior Valor de Redução
I - 12	Activo / População Residente (2007)	Maior Valor
I - 13	Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	Menor Percentagem
I - 14	Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	Maior Percentagem
I - 15	Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	Maior Percentagem
I - 16	Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	Maior Percentagem
I - 17	Activo / Passivo = Rácio de Solvência	Maior Percentagem
I - 18	Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	Maior Percentagem
I - 19	Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	Maior Percentagem
I - 20	Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	Maior Percentagem

Fonte: Carvalho, Manuel

Depois, no estudo da situação de cada Município, será apresentada uma matriz que revela a pontuação atribuída em cada um destes indicadores e no seu conjunto,³³⁶ correspondente ao desempenho entre 2003 e 2007, para cada um dos Municípios. Neste exercício, seguindo a metodologia proposta e de acordo com os critérios de pontuação máxima estabelecidos e que constam da figura anterior.

A pontuação máxima a atribuir por indicador será de 5 pontos (corresponde ao n.º de anos em análise), enquanto à pontuação mínima a atribuir corresponderá 1 ponto. Já a pontuação máxima que cada Município poderá alcançar em cada ano não poderá ultrapassar os 100 pontos (pontuação máxima em todos os indicadores (5) a multiplicar por 20 indicadores), enquanto a mínima não poderá ser inferior a 20 pontos.

Um exercício semelhante (com base nos mesmos indicadores e critérios de pontuação máxima) repetir-se-á após a análise a todos os Municípios, mas terá como objectivo analisar o desempenho do conjunto dos Municípios do Algarve, nesse caso considerando apenas os dados do desempenho observado em 2003 (início do período em análise); para a média de 2003 a 2007 e para 2007 (fim do período).

Neste caso o objectivo não será encontrar o melhor e o pior anos no que respeita ao desempenho da respectiva gestão municipal, mas antes, para cada indicador, pontuar os Municípios entre si, em função do seu desempenho³³⁷, o que permitirá encontrar uma pontuação global para cada Município e assim determinar qual a sua posição relativa global.

A pontuação máxima a atribuir por indicador será de 16 pontos (que corresponde ao n.º total de Municípios analisados) será obtida pelo Município que mais se aproximar do critério para a sua obtenção, decrescendo a pontuação atribuída a cada Município em função da respectiva ordem de aproximação, até ao mínimo de 1 ponto para o Município que se encontra mais afastado.

Desta forma, a pontuação máxima que será possível atingir por qualquer Município, no total dos 20 indicadores, serão 320 pontos, sendo que nenhum obterá uma pontuação inferior a 20.

Para cada um dos Municípios, para além das representações gráficas efectuou-se uma matriz de análise dos Dados da Gestão, matriz essa que contém os indicadores de desempenho considerados essenciais face aos objectivos propostos.

³³⁶ A matriz correspondente ao desempenho (em percentagem ou em valor absoluto) de cada Indicador / Município, será apresentada nos anexos referentes ao respectivo Município.

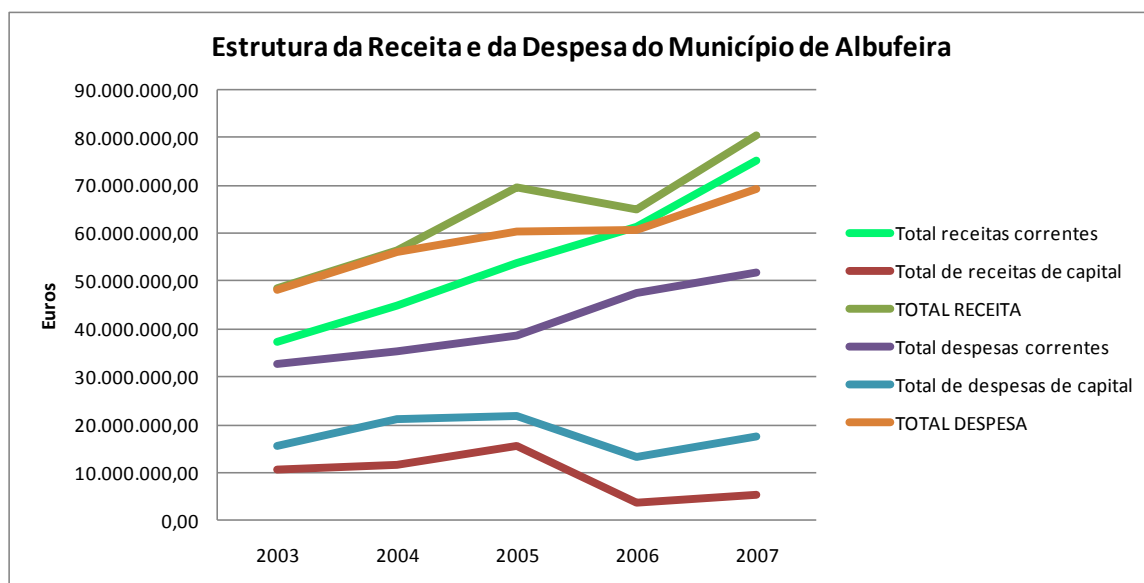
³³⁷ Também neste exercício, a matriz correspondente ao desempenho (em percentagem ou em valor absoluto) de cada Indicador / Município, será apresentada nos anexos referentes ao respectivo Município.

IX.1.1

O Município de ALBUFEIRA

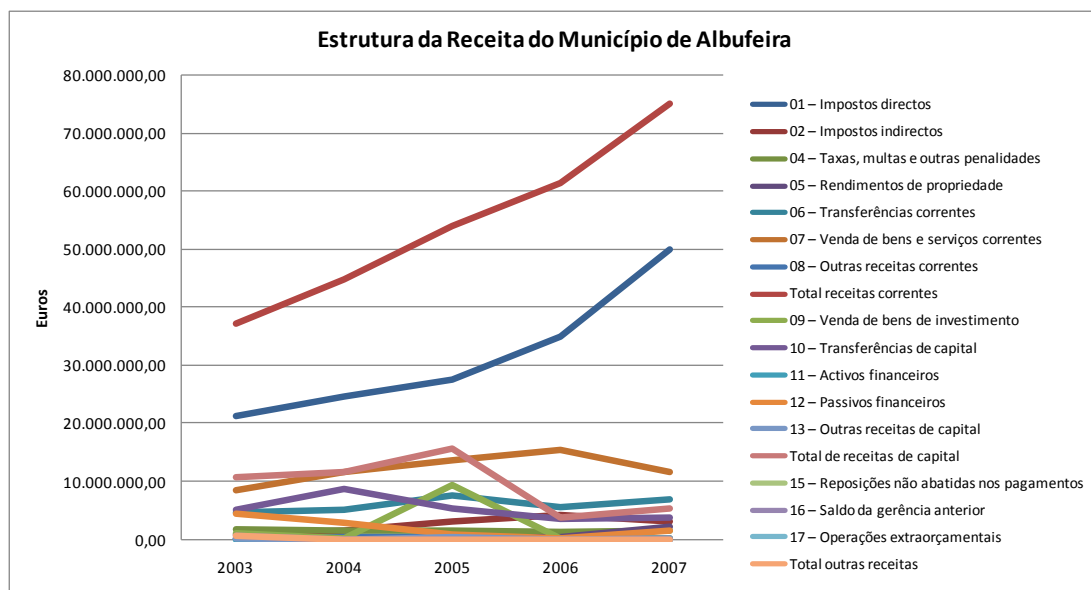
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Albufeira.

FIGURA N.º 57 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007



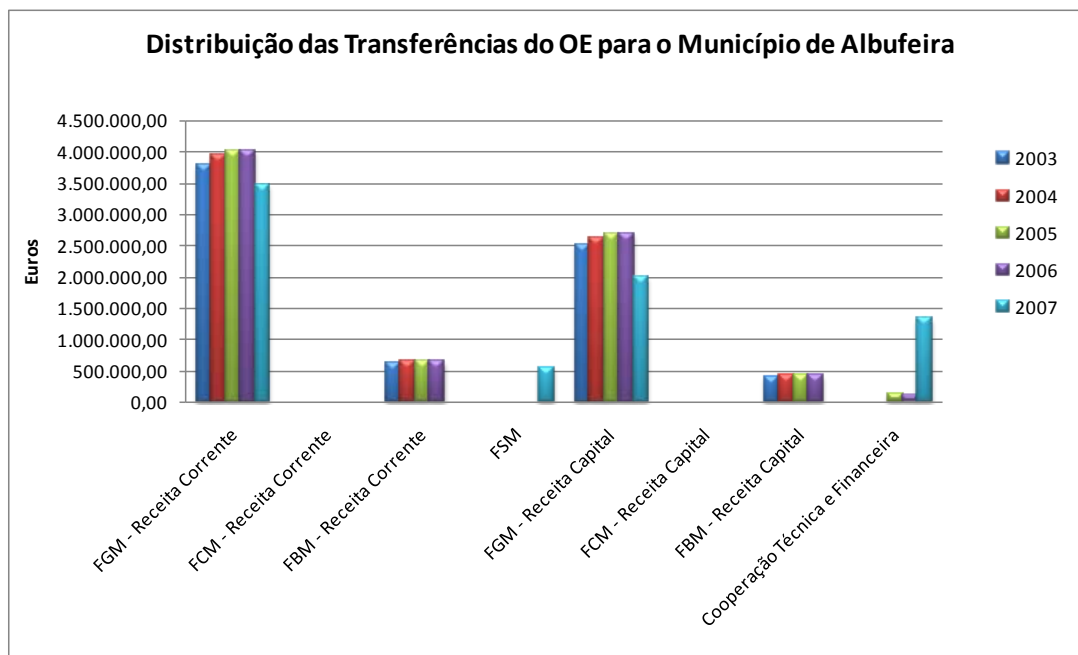
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 58 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007



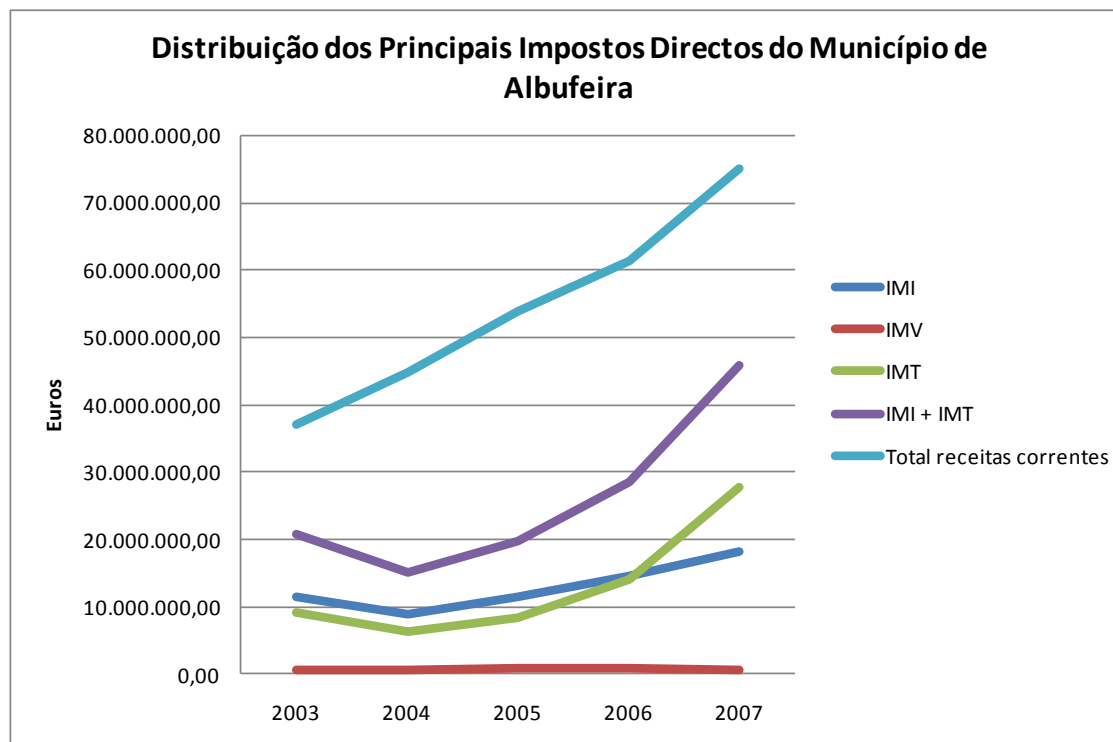
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 59 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007



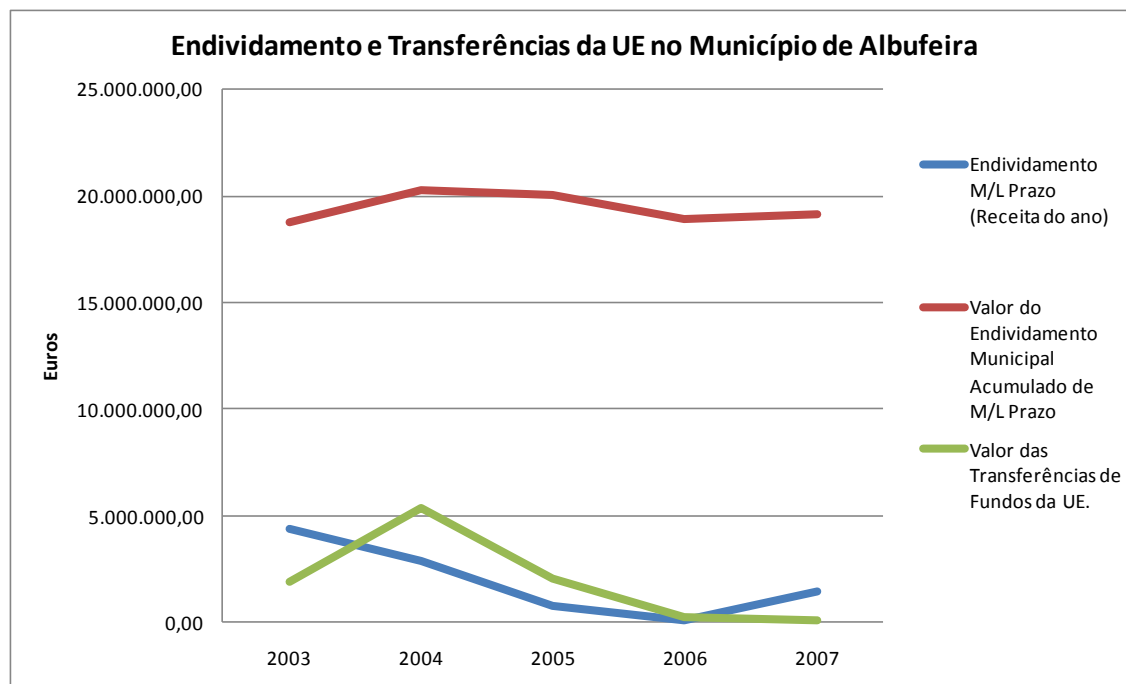
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 60 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007



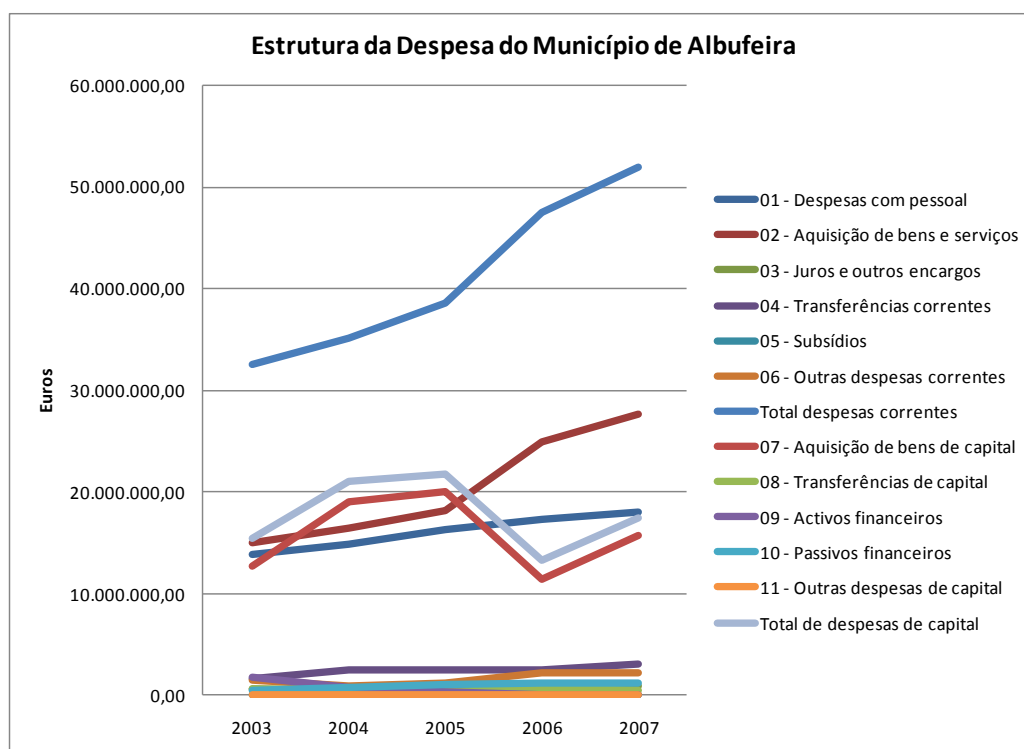
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 61 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007



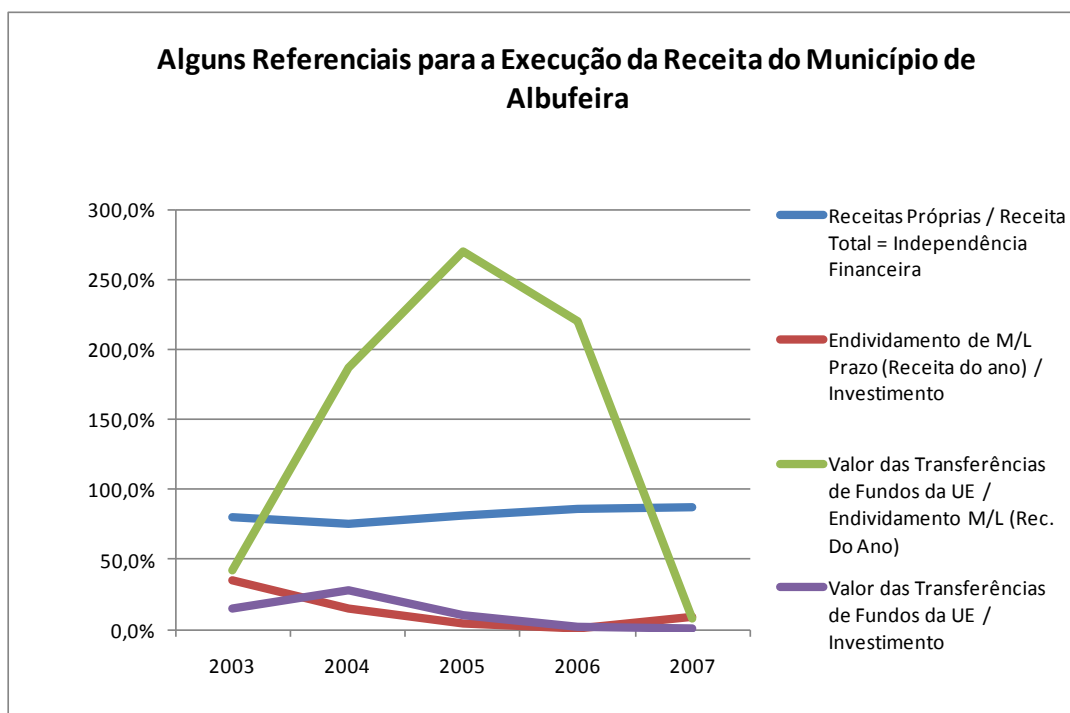
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 62 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007



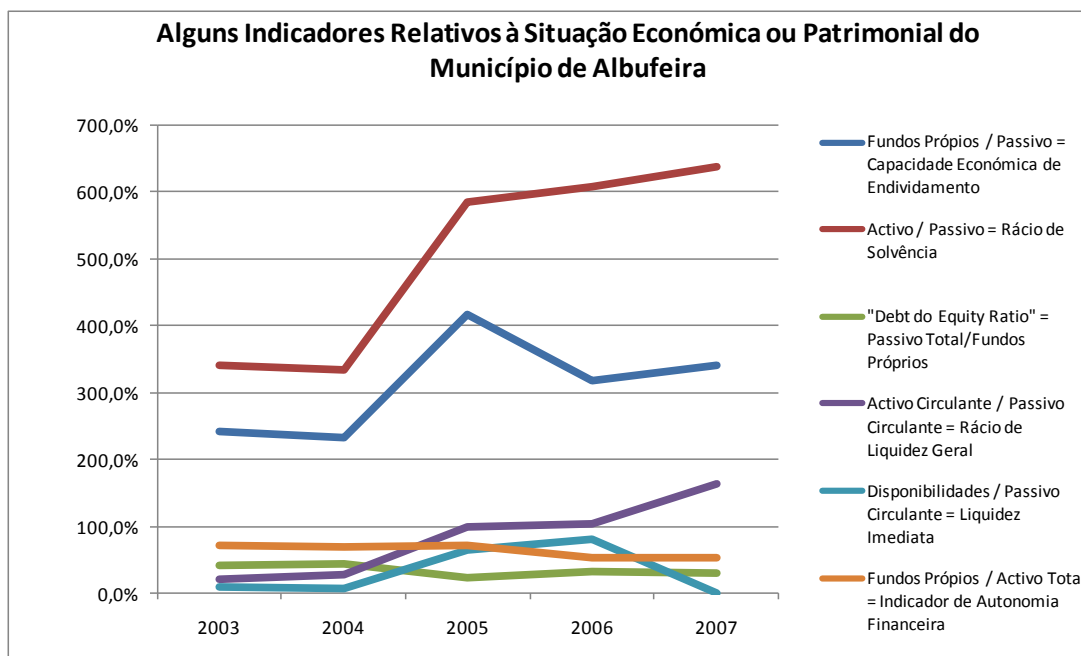
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 63 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 64 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 65 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE ALBUFEIRA, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	3	5	4	1	2
I - 2	Menor Percentagem	1	4	3	2	5
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	2	1	4	3	5
I - 4	Maior Percentagem	1	2	3	4	5
I - 5	Menor Percentagem	2	4	1	3	5
I - 6	Maior Percentagem	2	3	1	4	5
I - 7	Menor Valor	5	4	3	2	1
I - 8	Maior Valor	2	4	5	1	3
I - 9	Menor Dívida	3	1	5	4	2
I - 10	Menor Dívida	5	1	2	4	3
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	1	2	4	5	3
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	1	2	4	5	3
I - 14	Maior Percentagem	2	3	5	4	1
I - 15	Maior Percentagem	4	5	3	2	1
I - 16	Maior Percentagem	2	1	5	3	4
I - 17	Maior Percentagem	2	1	3	4	5
I - 18	Maior Percentagem	1	2	3	4	5
I - 19	Maior Percentagem	3	2	4	5	1
I - 20	Maior Percentagem	4	3	5	1	2
SOMA		47	52	70	65	66

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Albufeira, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2003, enquanto 2005 terá sido o que revelou melhor desempenho.

FIGURA N.º 66 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	<p>A independência financeira do Município de Albufeira tem vindo a aumentar (apesar de registar uma quebra no ano de 2004). Este foi o Município da região que registou o nível mais elevado de independência, tendo atingido em 2007 os 87% de receitas próprias face ao total da receita.</p> <p>Salienta-se que em 2007, praticamente 57% do total da receita deste Município, resultou da tributação do IMI e do IMT.</p>
Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)	<p>O Município de Albufeira reduziu continuamente entre 2003 e 2006 a receita proveniente do endividamento a Médio/Longo prazo, tendo aumentado em 2007 face a 2006, ainda assim representava apenas cerca de 32% da receita proveniente desta fonte, face à registada em</p>

Indicador	Análise
	2003, que foi o ano em que esta fonte de receita teve maior peso no orçamento municipal (cerca de 9% do total da receita).
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	No que respeita ao endividamento acumulado a Médio/Longo prazo, o Município de Albufeira reduziu sucessivamente o valor global do endividamento a partir de 2004, ainda assim em 2007 os cerca de 19 milhões de Euros em dívida representavam mais cerca de 2% do que o valor do endividamento que Município registava em 2003 e representava cerca de 10% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região.
Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento	As necessidades de recorrer ao endividamento a Médio/Longo prazo para fazer face ao investimento realizado no Município de Albufeira entre 2003 e 2006 foram cada vez mais diminutas, atingindo em 2006 o mínimo de 0,9% do total do investimento, tendo aumentado em 2007 para 9,6%.
Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento	O ano de 2004 foi o que registou o maior contributo desta fonte de receita (10% da receita total), sendo de destacar também os montantes observados nos anos de 2003 e 2005 (4% e 3% da receita total respectivamente). Já para os anos de 2006 e 2007, o valor registado é pouco expressivo (menos de 1% da receita total).
Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo	<p>Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Albufeira podemos conferir que em 2003 os Fundos da UE apenas representavam cerca de 43% do endividamento a M/L prazo desse ano, sendo o ano de 2007 aquele em que esta relação é mais negativa, uma vez que a mesma era de apenas cerca de 8%. No que respeita aos anos de 2004, 2005 e 2006 a relação é claramente favorável, uma vez que a percentagem mínima obtida nestes anos registou-se em 2004 com 187% e a máxima em 2005 com cerca de 270%, significando assim que nestes anos o valor das receitas provenientes de Fundos da UE foi quase o dobro e mesmo quase o triplo do valor da receita do ano proveniente do endividamento a M/L prazo.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação</p>

Indicador	Análise
	<p>entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Albufeira", a evolução da variável transferências da UE tem um comportamento semelhante ao “endividamento acumulado a M/L prazo”, registando-se ainda uma pequena dilação temporal, o que também é natural, uma vez que a execução desta fonte de receita, por norma, regista-se após a efectiva execução da despesa (pagamento) e posterior pedido de reembolso, devendo ainda ser considerada a possibilidade de em alguns casos serem despesas para reembolso, realizadas em momentos prévios à candidatura, podendo assim alargar ainda mais a dilação temporal referida. Estes dados justificam a correlação forte positiva, demonstrada entre estas variáveis.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o Município de Albufeira tem vindo a aumentar a sua capacidade económica de endividamento e em 2007 registava que o valor dos Fundos Próprios era cerca de 3,4 vezes superior ao valor do Passivo, ainda que não tenha sido o valor máximo do período (que foi registado em 2005 e em que o valor dos Fundos Próprios era mais de 4 vezes superior ao valor do Passivo). Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 era superior ao dobro da capacidade legal para o mesmo ano, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos).</p>
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos. Assim, o indicador da capacidade de solvência do Município de Albufeira mostra-nos que esta tem evoluído favoravelmente ao longo do período em análise, sendo em 2007 o Activo mais de 6 vezes superior ao Passivo.</p>

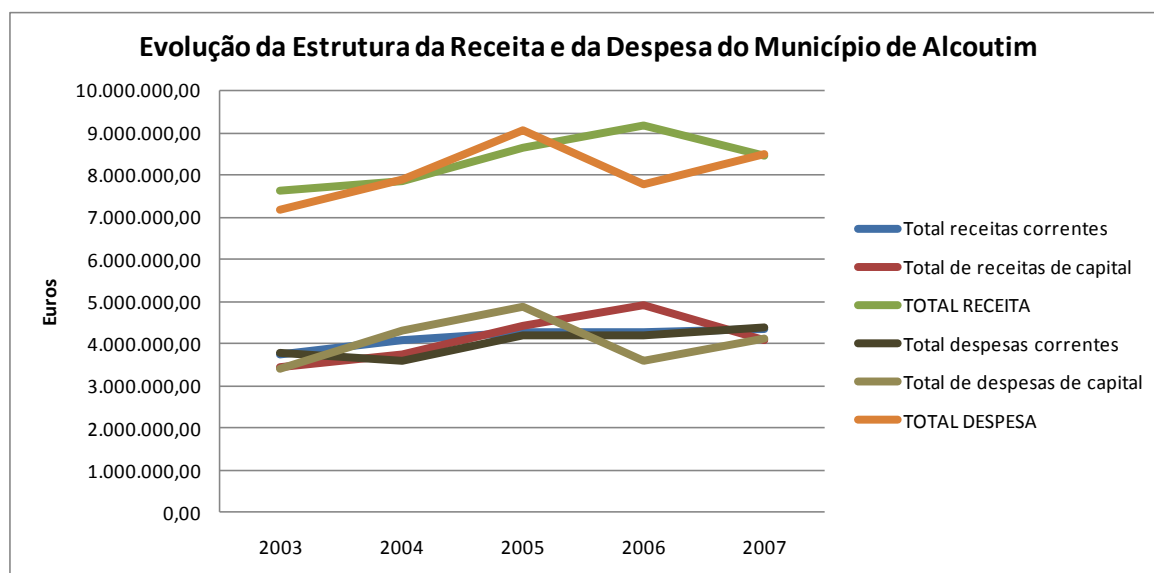
Indicador	Análise
Liquidez Geral e Imediata	<p>Estes indicadores são particularmente importantes porque revelam a capacidade (disponibilidade de meios) para fazer face aos compromissos da actividade corrente do Município. Assim, revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores, uma vez que poderão perceber qual a expectativa quanto à "garantia" ou pelo menos à rapidez com que poderá o Município cumprir o seu compromisso (tal não significa uma garantia do pagamento, uma vez que outros factores podem determinar o atraso, estes indicadores apenas reflectem a capacidade). Assim o Município de Albufeira apresentava em 2003 uma liquidez geral próxima dos 20%, significando que o seu Activo circulante apenas suportava cerca de 1/5 das suas necessidades de curto prazo (Passivo circulante). Neste Município verificou-se um esforço enorme por melhorar este indicador, que em 2005 atingiu praticamente os 100%, enquanto em 2007 este indicador chegou aos 164%, indiciando também um eventual excesso de recursos afectos ao Activo circulante que poderiam ter outra aplicação. Já a liquidez imediata, que respeita à capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, assistiu a um aumento exponencial, passando de 8,5% em 2003 para quase 80% em 2006, não sendo possível calcular o indicador para 2007 por falta de dados relativos aos depósitos bancários desse ano.</p>
Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total	<p>Apesar do aumento expressivo dos fundos próprios do Município de Albufeira durante o período em análise, o total do Activo praticamente duplicou no mesmo período, implicando assim uma redução da autonomia financeira, passando de valores próximos dos 71% em 2003 para pouco mais de 53% em 2007, significando assim que é esta a percentagem do Activo Total que é suportada por fundos próprios.</p>
Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, um claro e expressivo crescimento da receita total do Município de Albufeira, fruto essencialmente do crescimento dos impostos directos (o Município revela forte dependência dos impostos directos associados ao imobiliário). As transferências provenientes do OE cresceram no início do período, mas acabariam por diminuir nos últimos anos, ainda que em 2007 tenham voltado a crescer. No que respeita à despesa,</p>

Indicador	Análise
	<p>verificou-se também um acréscimo da despesa em geral, com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços e com o pessoal, não sendo de menosprezar o acréscimo verificado na componente das despesas de capital, particularmente nos anos de 2004 e 2005.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Albufeira revelou melhor desempenho no ano de 2005, enquanto em 2003 observou o pior registo. Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 14ª posição, observando entretanto uma melhoria, traduzida na 11ª posição que ocupava em 2007 e na 9ª posição correspondente ao desempenho médio do período entre 2003 e 2007.</p>

Fonte: Carvalho, Manuel

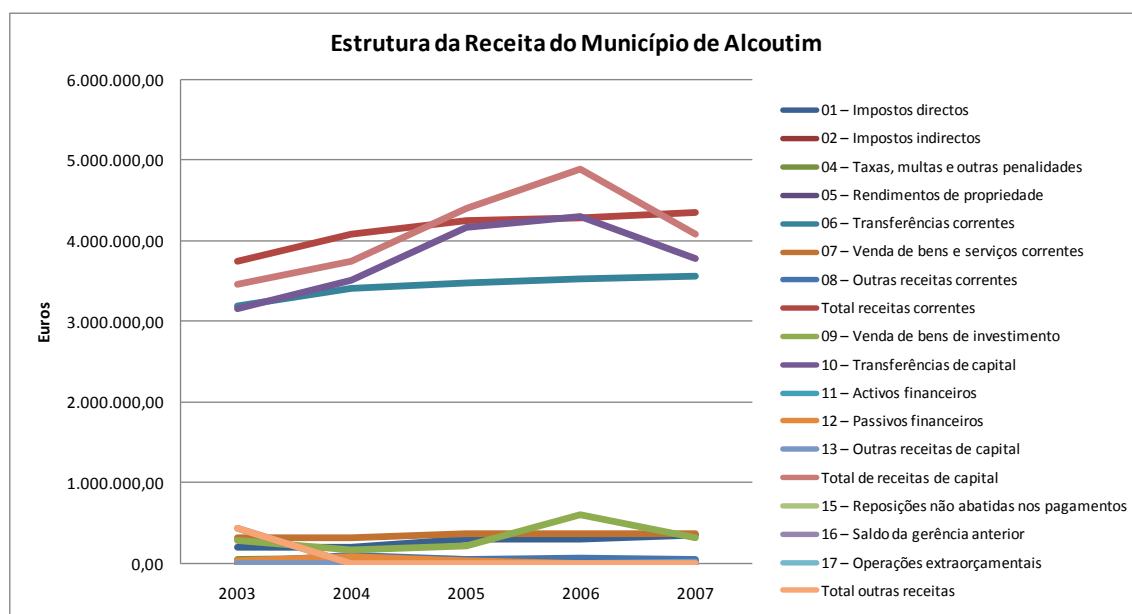
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Alcoutim.

FIGURA N.º 67 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007



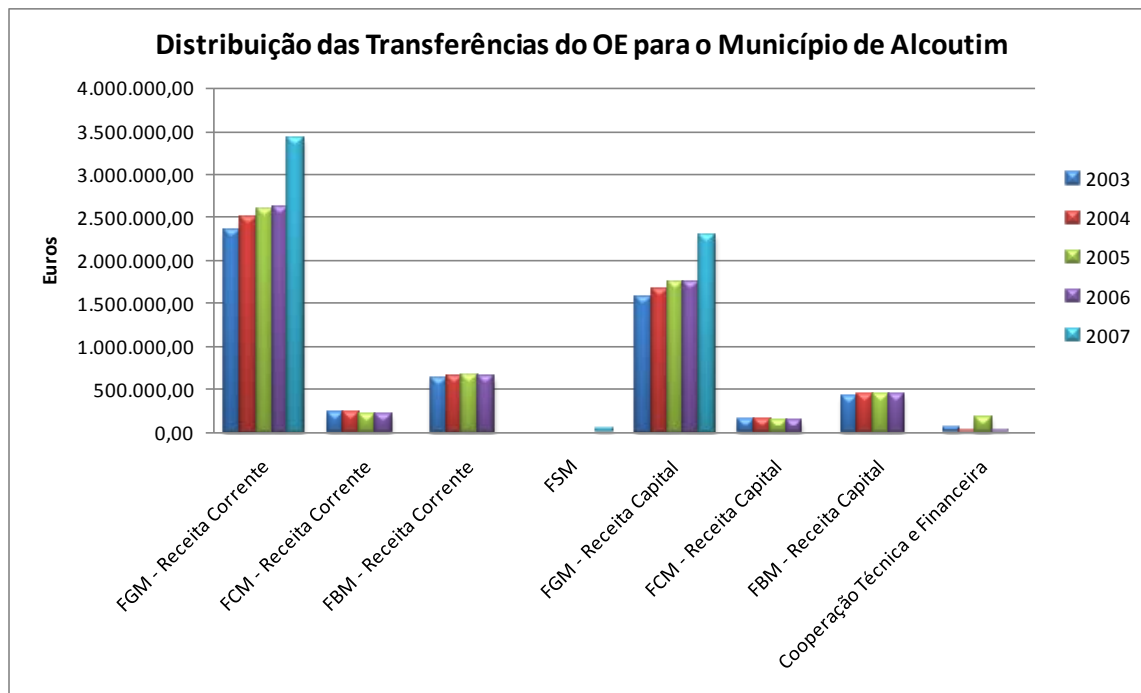
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 68 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007



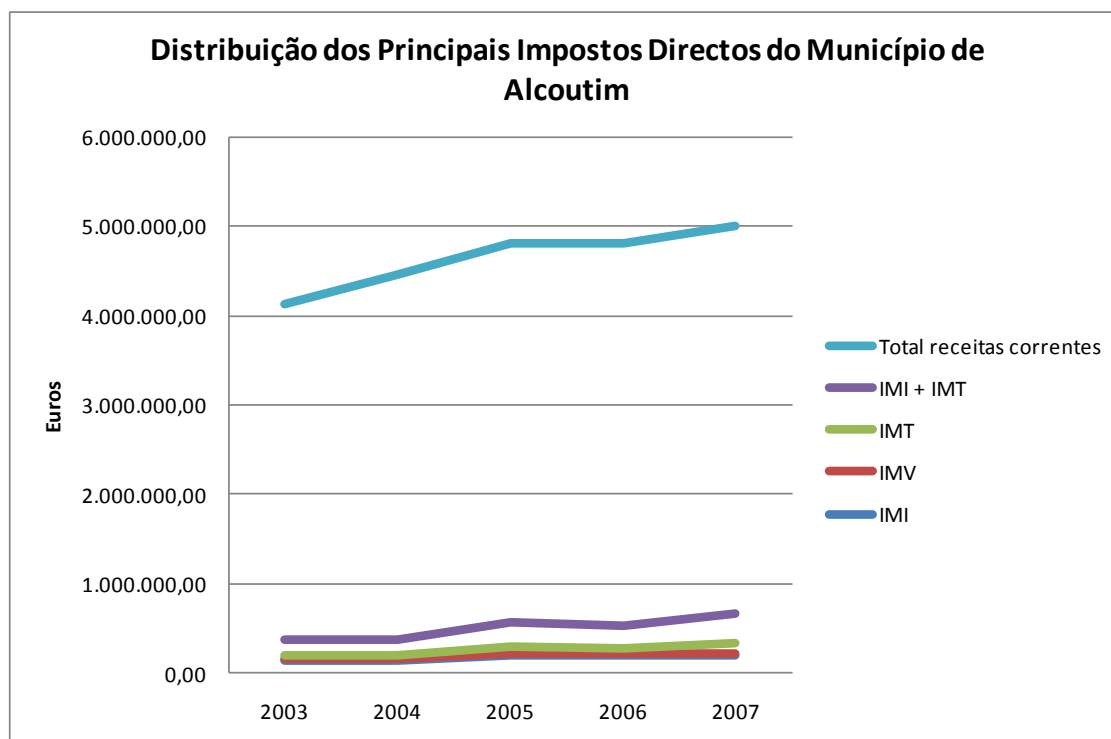
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 69 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007



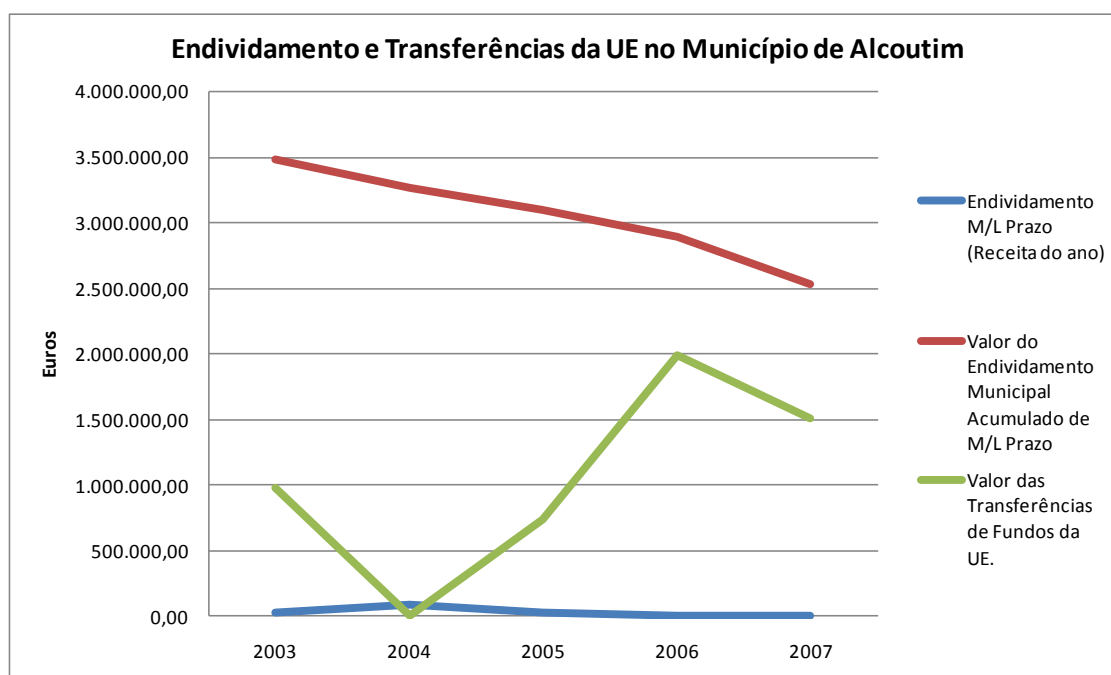
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 70 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007



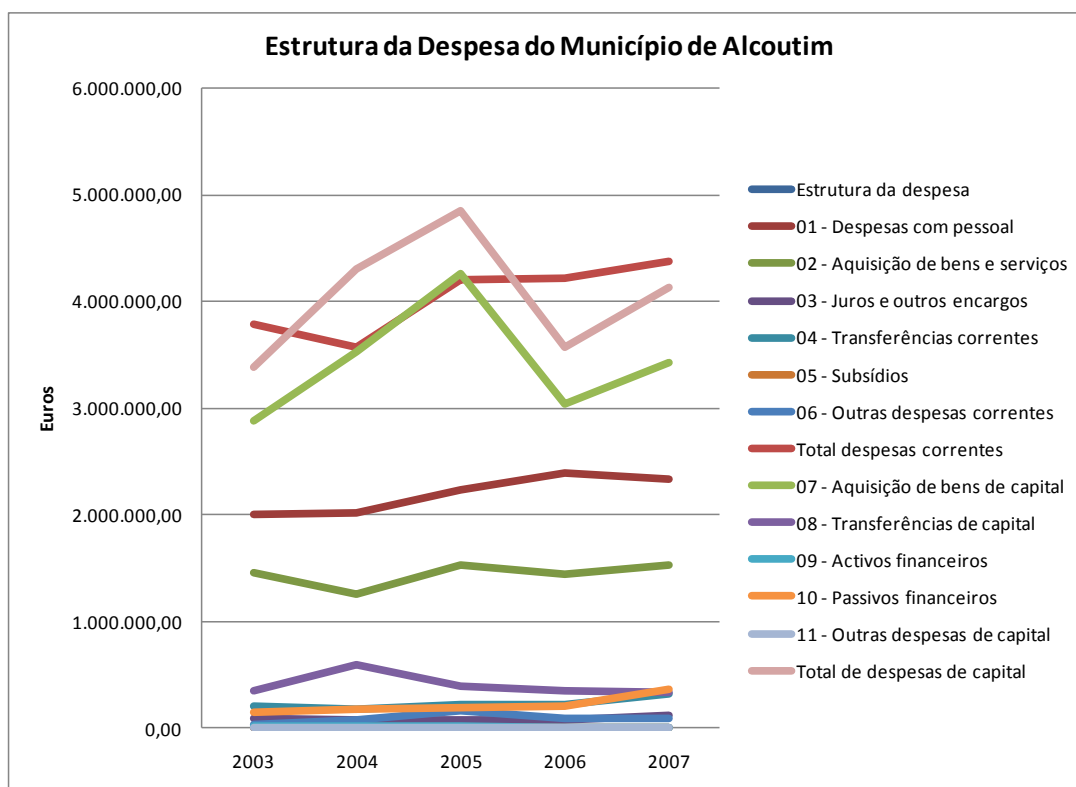
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 71 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007



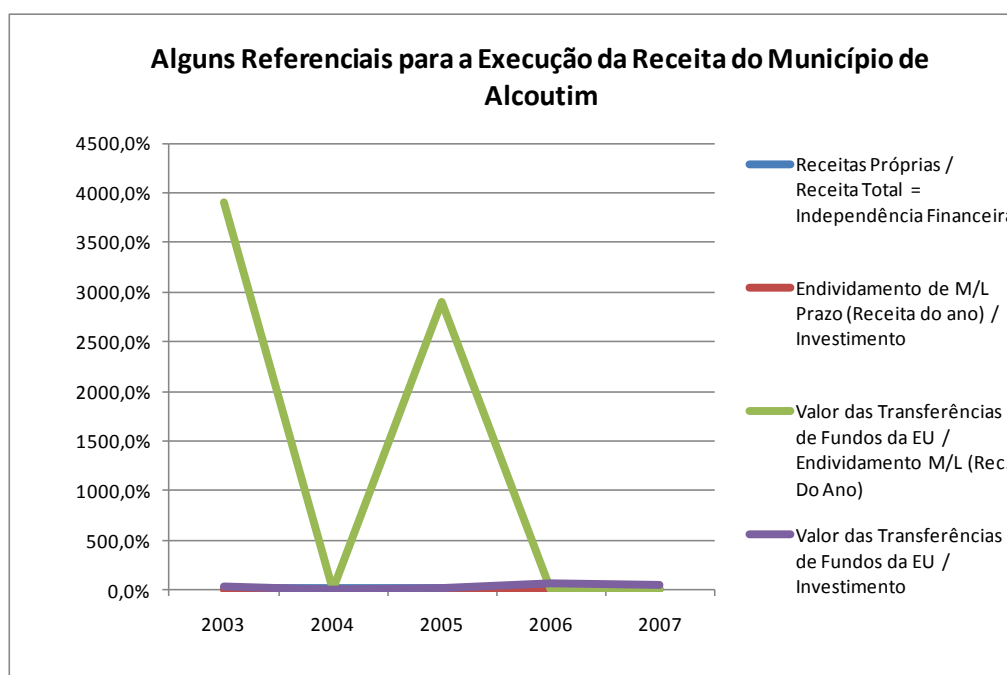
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 72 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007



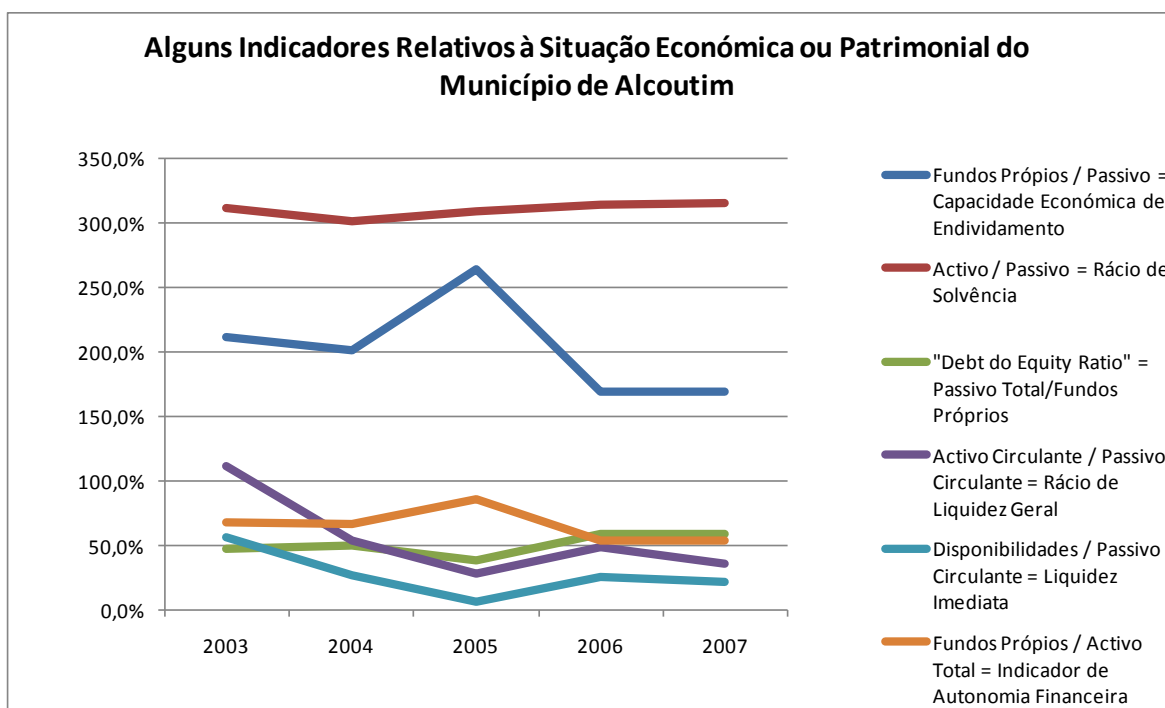
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 73 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 74 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 75 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE ALCOUTIM , POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	2	5	4	1	3
I - 2	Menor Percentagem	2	4	5	1	3
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	4	3	1	5	2
I - 4	Maior Percentagem	2	1	3	4	5
I - 5	Menor Percentagem	3	5	4	1	2
I - 6	Maior Percentagem	1	2	4	3	5
I - 7	Menor Valor	4	5	3	2	1
I - 8	Maior Valor	1	4	5	2	3
I - 9	Menor Dívida	5	4	3	2	1
I - 10	Menor Dívida	1	2	3	4	5
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	1	4	2	3	5
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	2	1	3	4	4
I - 14	Maior Percentagem	3	1	2	5	4
I - 15	Maior Percentagem	3	1	2	5	4
I - 16	Maior Percentagem	4	3	5	2	1
I - 17	Maior Percentagem	3	1	2	4	5
I - 18	Maior Percentagem	5	4	1	3	2
I - 19	Maior Percentagem	5	4	1	3	2
I - 20	Maior Percentagem	4	3	5	2	1
SOMA		56	59	61	60	63

Nota: Em 2006 e 2007 não se registou o recurso a qualquer endividamento a M/L prazo por parte deste Município, impedindo assim o cálculo do indicador "I - 14". Assim, e por forma a não impedir este exercício, optou-se por hierarquizar estes anos apenas pelo critérios do maior valor recebido de transferências da UE. Critério semelhante foi adoptado para os indicadores "I - 13" e "I - 15", relativamente aos anos em que uma das componentes do indicador tem valor nulo, hierarquizando-se apenas em função da outra componente e considerando o objectivo do respectivo indicador, seguindo-se os restantes anos de acordo com o critério geral definido.

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Alcoutim, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2003, enquanto 2007 terá sido o melhor ano.

FIGURA N.º 76 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	O Município de Alcoutim regista um nível de independência financeira manifestamente insuficiente, ou mesmo preocupante, tendo-se agravado dos 17% que registava em 2003 para os 13,2% em 2007.
Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)	O endividamento a Médio/Longo prazo foi uma fonte de receita a que o Município de Alcoutim recorreu entre 2003 e 2005, atingindo em 2004 o valor máximo correspondendo a cerca de 1% da receita total do ano. Nos anos de 2006 e 2007 o Município não recorreu a qualquer endividamento a Médio/Longo prazo. A pouca expressão

Indicador	Análise
	desta fonte de receita deve-se também ao facto do Município ter uma reduzida capacidade fiscal, o que limita a sua capacidade de endividamento.
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	No que respeita ao endividamento acumulado a Médio/Longo prazo, o Município de Alcoutim reduziu sucessivamente o valor global do endividamento durante todo o período analisado, ainda assim em 2007 os cerca de 2,5 milhões de Euros em dívida representavam uma redução em cerca de 27% do valor deste endividamento face a 2003, traduzindo-se o seu endividamento em 2007 num peso de cerca de 1% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região.
Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento	No ano de 2004 o Município de Alcoutim registou a maior necessidade de recorrer ao endividamento a médio e longo prazo para fazer face ao investimento realizado no Município, atingindo 2,4% do total do investimento. Em 2003 e 2005 o peso do endividamento foi residual (menos de 1%) e nos anos de 2006 e 2007 não foi registado qualquer endividamento deste tipo.
Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento	Os anos de 2006 e 2007 registaram os maiores contributos desta fonte de receita para o Orçamento Municipal (22% e 18% da receita total respectivamente), sendo de destacar também o ano de 2004 que não registou qualquer receita desta natureza para o Município de Alcoutim.
Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo	<p>Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Alcoutim, podemos conferir que em 2003 os Fundos da UE eram cerca de 39 vezes superiores ao valor do endividamento a M/L prazo desse ano, sendo de registar que no ano de 2004 não se verificou qualquer receita desta origem, tendo ocorrido endividamento a M/L prazo, o qual, em princípio terá servido para financiar projectos co-financiados, dado o forte aumento verificado nas receitas provenientes de Fundos da UE em 2006 e 2007 e a ausência de endividamento a M/L prazo nesses anos.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação</p>

Indicador	Análise
	<p>entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim, tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Alcoutim", a evolução da variável “transferências da UE” tem um comportamento bastante heterogéneo e diverso do verificado pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo”, assim se justifica a correlação moderada e em sentido negativo, demonstrada entre estas variáveis.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o Município de Alcoutim tem vindo a reduzir a sua capacidade económica de endividamento e em 2007 registava que o valor dos Fundos Próprios era cerca de 1,7 vezes superior ao valor do Passivo, (ainda que não tenha sido o valor máximo do período, o qual foi registado em 2005) enquanto em 2003 esta era da ordem de 2,1 vezes o valor do Passivo. Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 era cerca de 2,5 vezes superior à capacidade legal para o mesmo ano, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos). Este é um dos Municípios da região com mais baixa capacidade de endividamento, sendo também um dos que está menos endividado a médio e longo prazo.</p>
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos. Assim, o indicador da capacidade de solvência do Município de Alcoutim mostra-nos que esta tem evoluído de forma irregular ao longo do período em análise, ainda assim, nos dois últimos anos assistiu a um crescimento face a 2003 mantendo-se sempre o Activo a um nível, mais de 3 vezes superior ao Passivo.</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Reflectindo a capacidade e a rapidez do Município cumprir os seus compromissos por disponibilidade ou indisponibilidade de meios, estes indicadores são particularmente importantes porque revelam</p>

Indicador	Análise
	<p>informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores. Assim o Município de Alcoutim apresentava em 2003 uma liquidez geral na ordem dos 112%, significando que o seu Activo circulante superava em cerca de 12% as suas necessidades de curto prazo (Passivo circulante). Neste Município verificou-se uma degradação deste indicador, que em 2007 de ficava pelos 36,4%. Também a liquidez imediata, que respeita à capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, assistiu a uma degradação substancial, uma vez que dos cerca de 56% que este indicador registava em 2003, as disponibilidades do Município de Alcoutim em 2007, apenas permitiam suportar cerca de 22% do seu Passivo circulante.</p>
<p>Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>O aumento expressivo dos fundos próprios do Município de Alcoutim no ano de 2005 justifica o aumento da autonomia financeira nesse ano, de qualquer forma, o destaque deve ser dados à tendência para a sua redução, a qual em 2003 se situava próxima dos 68% e em 2007 era pouco superior a 53%, significando assim que é esta a percentagem do Activo Total que é suportada por fundos próprios.</p>
<p>Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, algum crescimento da receita total e da despesa total do Município de Alcoutim, suportada essencialmente por transferências provenientes do OE e da UE.</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa em geral, com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços e despesas de capital, particularmente nos anos de 2004 e 2005 e despesas com o pessoal.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Alcoutim revelou melhor desempenho no ano de 2007, enquanto em 2003 verificou o pior registo. Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 8ª posição, que manteria na análise para o período entre 2003 e 2007, mas observando entretanto uma quebra, traduzida na 13ª posição que ocupava em 2007.</p>

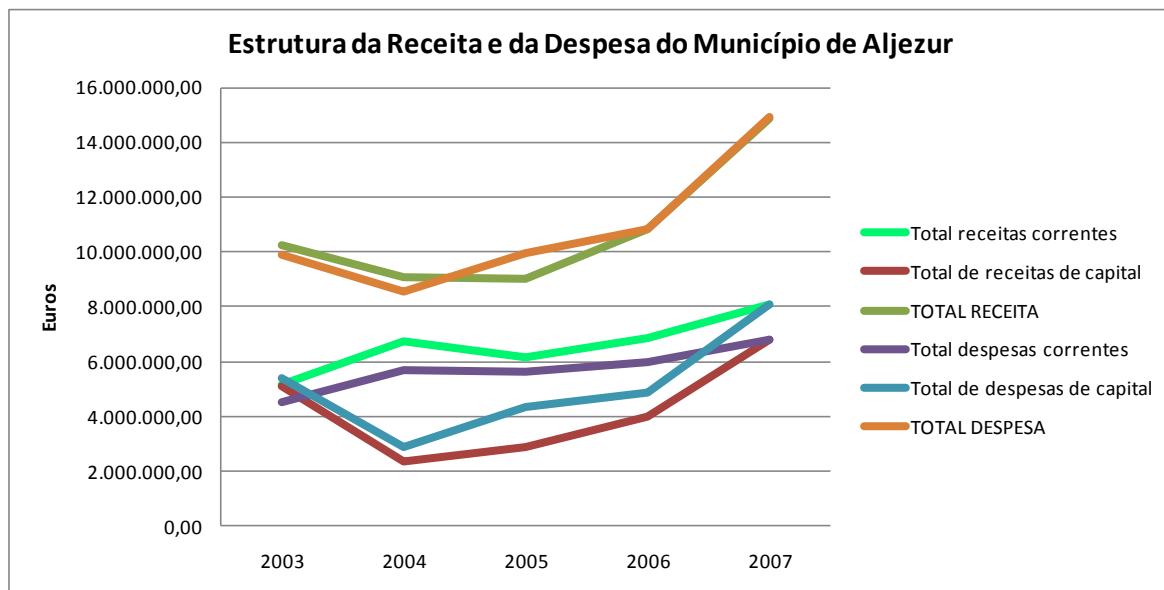
Fonte: Carvalho, Manuel

IX.I.III

O Município de ALJEZUR

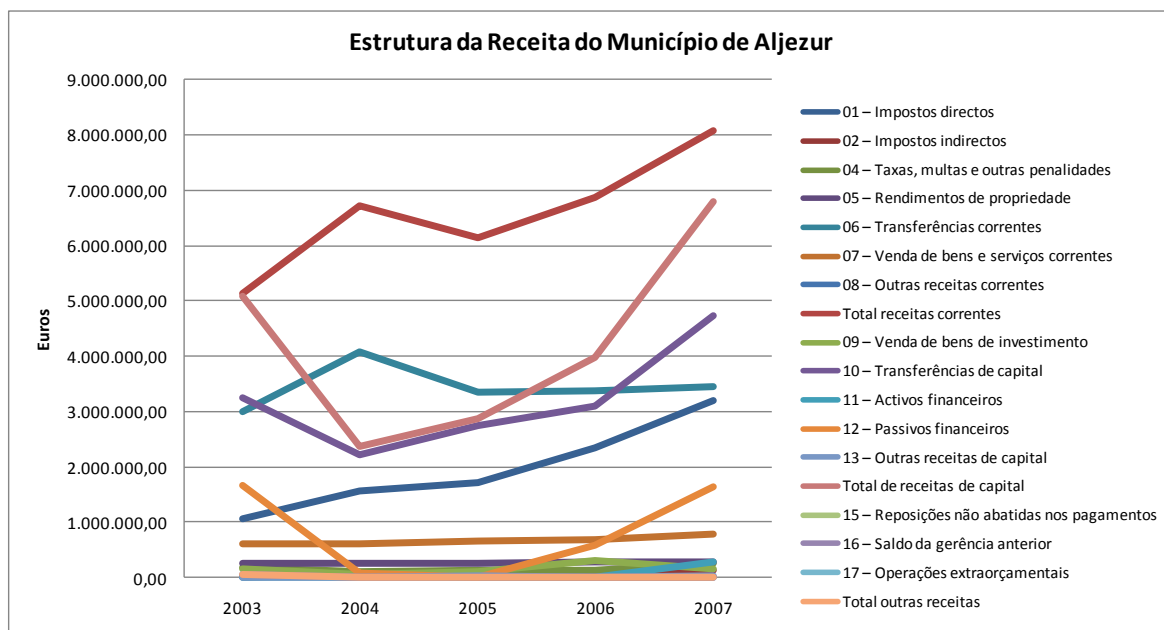
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Aljezur.

FIGURA N.º 77 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007



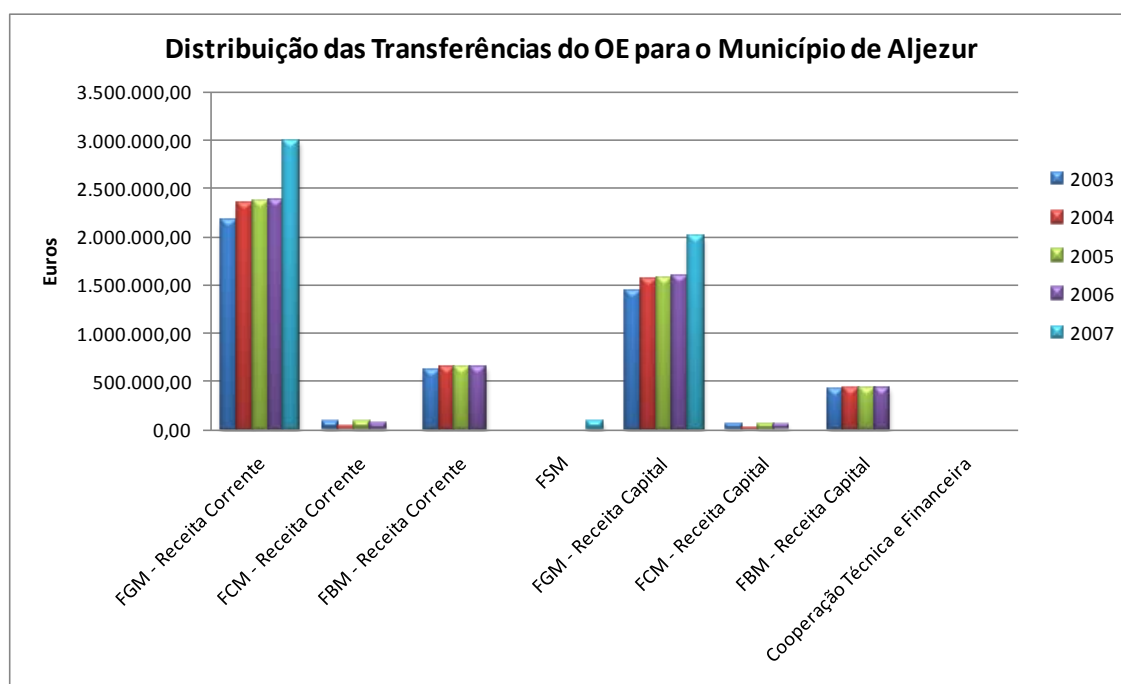
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 78 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007



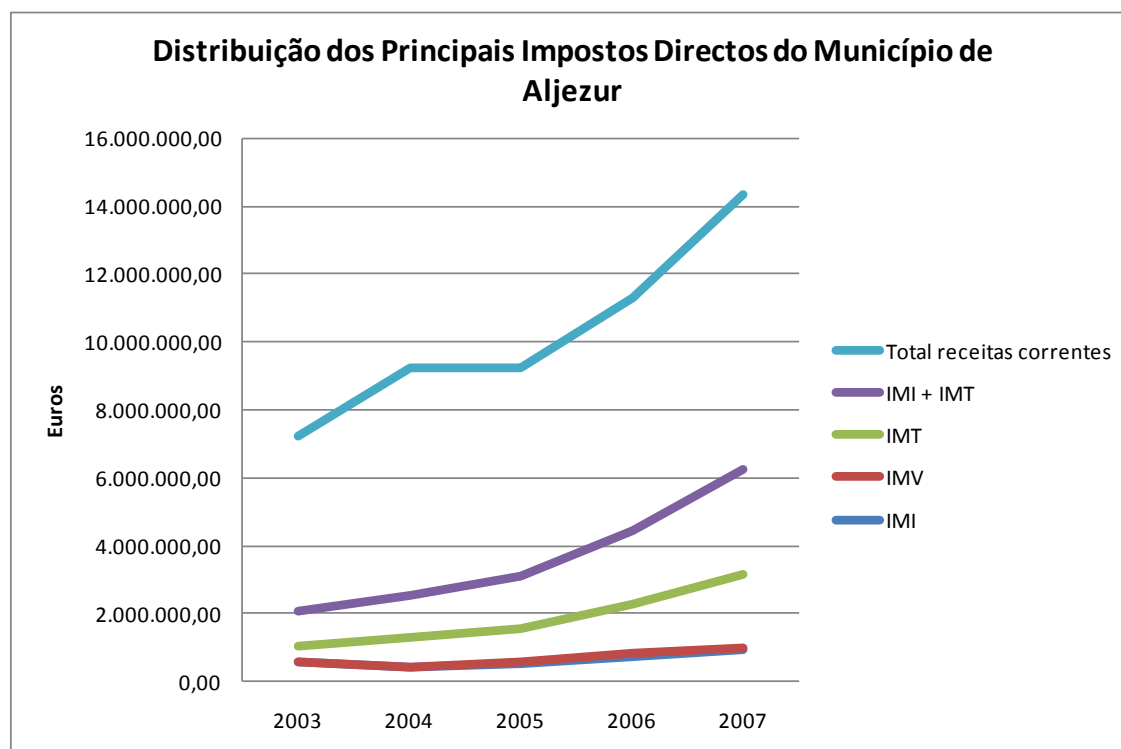
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 79 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007



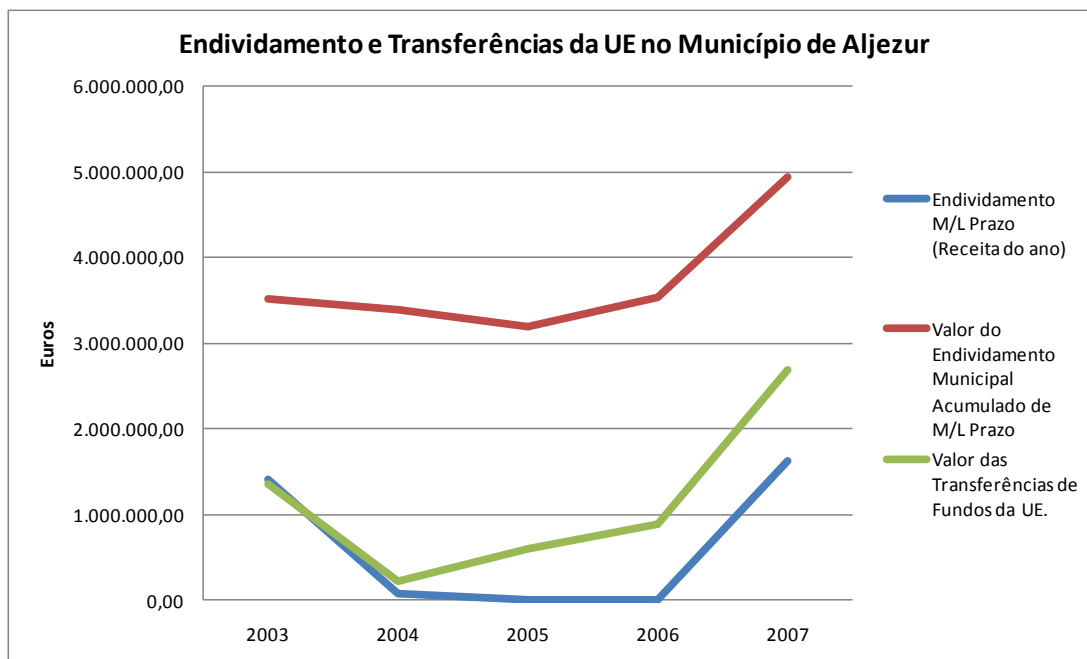
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 80 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007



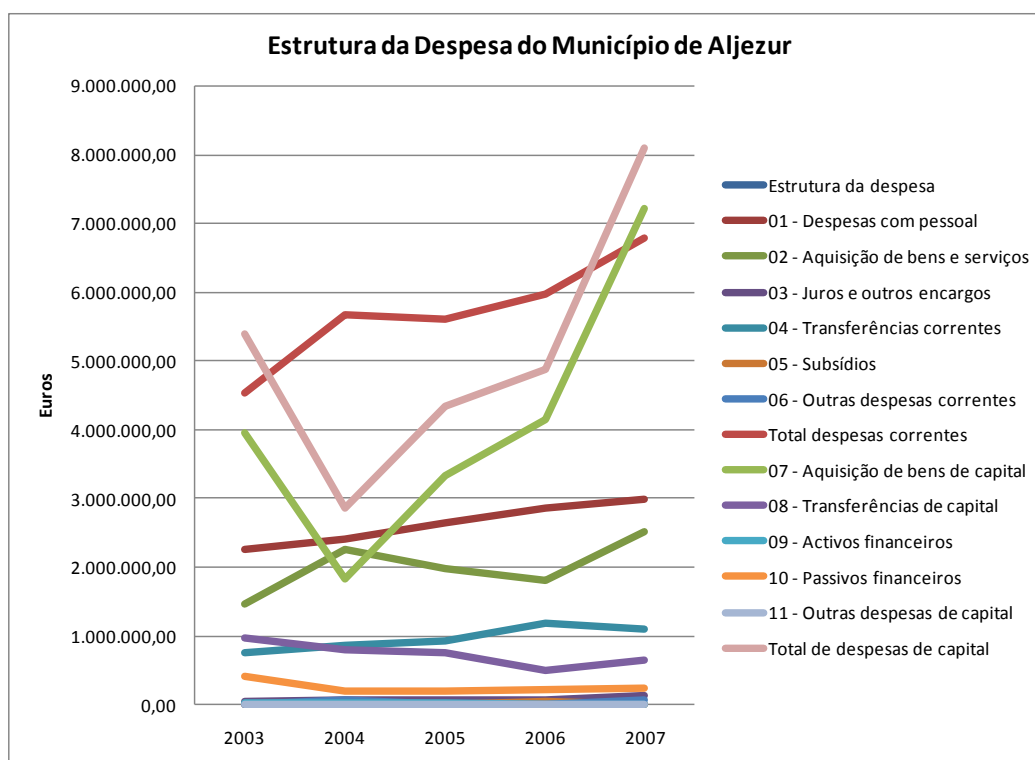
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 81 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007



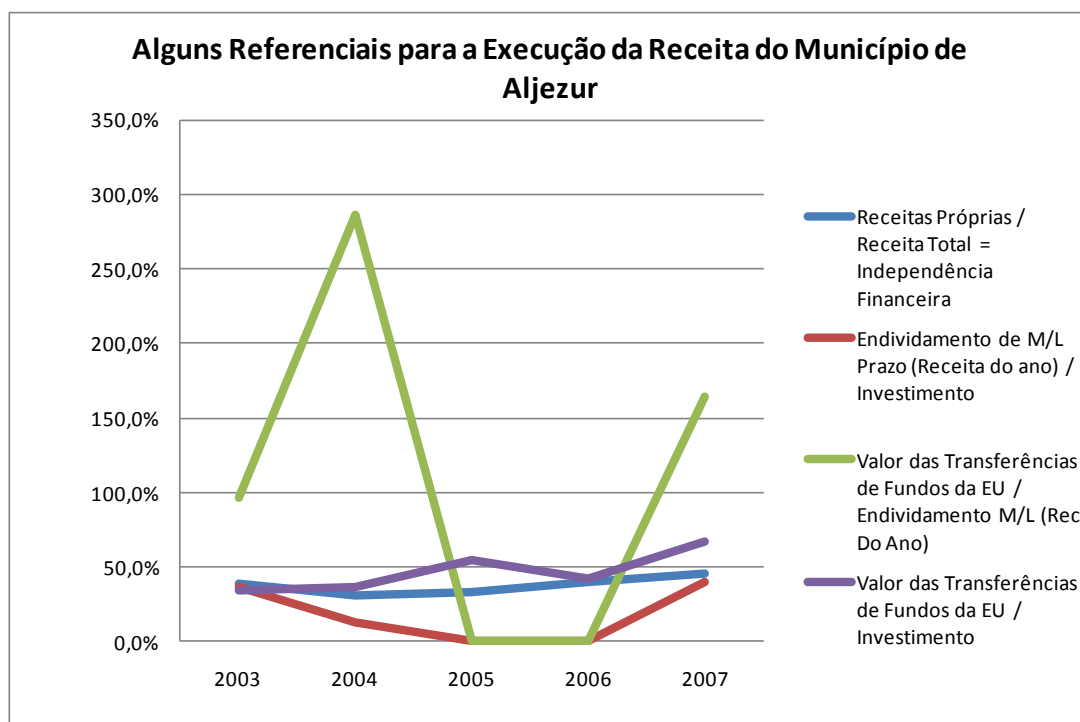
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 82 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007



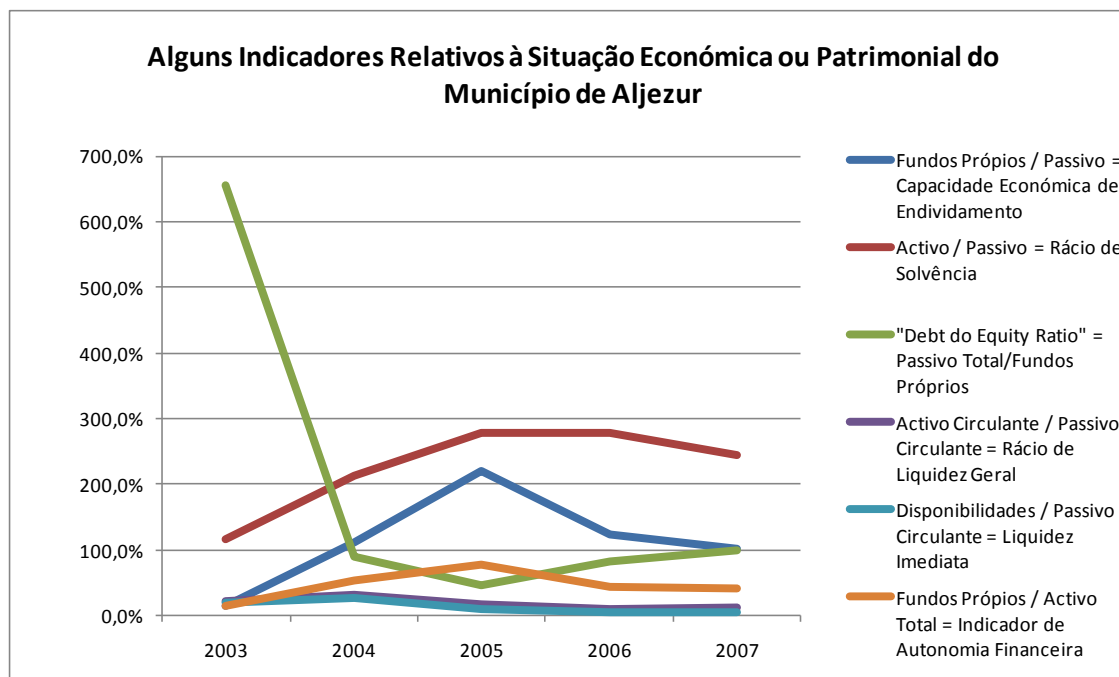
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 83 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 84 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 85 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE ALJEZUR, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	4	1	2	3	5
I - 2	Menor Percentagem	4	1	2	3	5
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	4	5	1	3	2
I - 4	Maior Percentagem	1	3	2	4	5
I - 5	Menor Percentagem	2	5	3	1	4
I - 6	Maior Percentagem	1	2	3	4	5
I - 7	Menor Valor	5	3	4	2	1
I - 8	Maior Valor	4	1	2	3	5
I - 9	Menor Dívida	5	4	3	2	1
I - 10	Menor Dívida	3	4	5	2	1
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	2	4	5	3	1
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	2	3	4	5	1
I - 14	Maior Percentagem	1	3	4	5	2
I - 15	Maior Percentagem	1	2	4	3	5
I - 16	Maior Percentagem	1	3	5	4	2
I - 17	Maior Percentagem	1	2	5	4	3
I - 18	Maior Percentagem	4	5	3	1	2
I - 19	Maior Percentagem	4	5	3	1	2
I - 20	Maior Percentagem	1	4	5	3	2
SOMA		51	62	68	60	59

Nota: Em 2005 e 2006 não se registou o recurso a qualquer endividamento a M/L prazo por parte deste Município, impedindo assim o cálculo do indicador "I - 14". Assim e por forma a não impedir este exercício, optou-se por hierarquizar estes anos apenas pelo critérios do maior valor recebido de transferências da UE. Critério semelhante foi adoptado para o indicador "I - 13", relativamente aos anos de 2005 e 2006, em que pela mesma razão, hierarquizou-se apenas em função maior valor do investimento.

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Aljezur, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2003, enquanto 2005 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 86 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	O Município de Aljezur regista um nível de independência financeira manifestamente insuficiente, ainda que tenha registado uma melhoria, com as receitas próprias a passarem de cerca de 39% para cerca de 45% da receita total, entre 2003 e 2007.
Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)	O endividamento a Médio/Longo prazo foi uma fonte de receita a que o Município de Aljezur recorreu apenas nos anos de 2003 e 2004 e 2007. Nos anos de 2004 e 2007 esta fonte de receita teve um peso significativo no total da receita do Município (cerca de 14% e 11% respectivamente). O recurso a esta fonte terá servido essencialmente para potenciar o recurso à receita proveniente dos Fundos da UE, a

Indicador	Análise
	qual se terá revelado essencial dada a reduzida capacidade fiscal do Município.
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	No que respeita ao endividamento acumulado a Médio/Longo prazo, após alguma redução em 2004 e 2005, o Município de Aljezur voltou a aumentar o valor global do endividamento nos anos de 2006 e 2007. Os cerca de 5 milhões de Euros em dívida no final de 2007 representavam um acréscimo de cerca de 40% deste endividamento face a 2003 e traduziam um peso de cerca de 3% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região.
Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento	Nos anos de 2005 e 2006 o Município de Aljezur não registou qualquer endividamento a médio e longo prazo para fazer face ao investimento, já nos restantes anos a maior necessidade foi registada em 2007 com cerca de 40% do total do investimento, enquanto em 2003 as necessidades rondaram os 36%.
Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento	O ano de 2007 foi também o que registou o valor mais elevado de transferências da UE, seguindo-se o ano de 2003. Nestes anos, o contributo desta fonte de receita para o Orçamento Municipal foi da ordem dos 18% e 13% da receita total respectivamente.
Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo	<p>Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Aljezur, verifica-se que em 2003 os Fundos da UE representavam apenas cerca de 96% do valor do endividamento a M/L prazo desse ano, superando em 2007 os 165%. No conjunto do período e dado que o Município não registou endividamento deste tipo nos anos de 2005 e 2006, esta relação é ainda mais favorável com as receitas provenientes de Fundos da UE a superarem em mais de nove vezes o valor do endividamento a M/L prazo.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Aljezur", a evolução da</p>

Indicador	Análise
	<p>variável “transferências da UE” tem um comportamento irregular mas semelhante ao registado pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo”, assim se justifica a correlação forte e em sentido positivo entre estas variáveis. O nível relativamente baixo de necessidades de endividamento na proporção do investimento ajudam ainda a explicar alguma dilação entre a execução da receita proveniente do endividamento e das transferências da UE.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o Município de Aljezur, que em 2003 se limitava a suportar com Fundos Próprios, apenas cerca de 15% do seu Passivo, nos anos de 2004 e 2005 aumentou exponencialmente a sua capacidade (para 112% e 219% respectivamente), essencialmente derivado ao aumento dos seus fundos próprios. Já nos anos seguintes verificou-se um forte decréscimo, derivado essencialmente ao aumento do Passivo, estabilizando em 2007 em cerca de 101%.</p> <p>Já em comparação, a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 era cerca de 2,3 vezes superior à capacidade legal para o mesmo ano, que salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos, se situava próximo dos 6,5 milhões de euros. Este é um dos Municípios da região com mais baixa capacidade de endividamento, sendo também um dos que está menos endividado a médio e longo prazo.</p>
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos. Assim, o indicador da capacidade de solvência do Município de Aljezur mostra-nos que esta tem evoluído favoravelmente ao longo do período em análise, ainda que tenha diminuído em 2007. Assim, destaca-se a duplicação deste indicador entre 2003 e 2007, representando neste ano o Activo cerca de 243% do Passivo.</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Reflectindo a capacidade e a rapidez do Município para cumprir as</p>

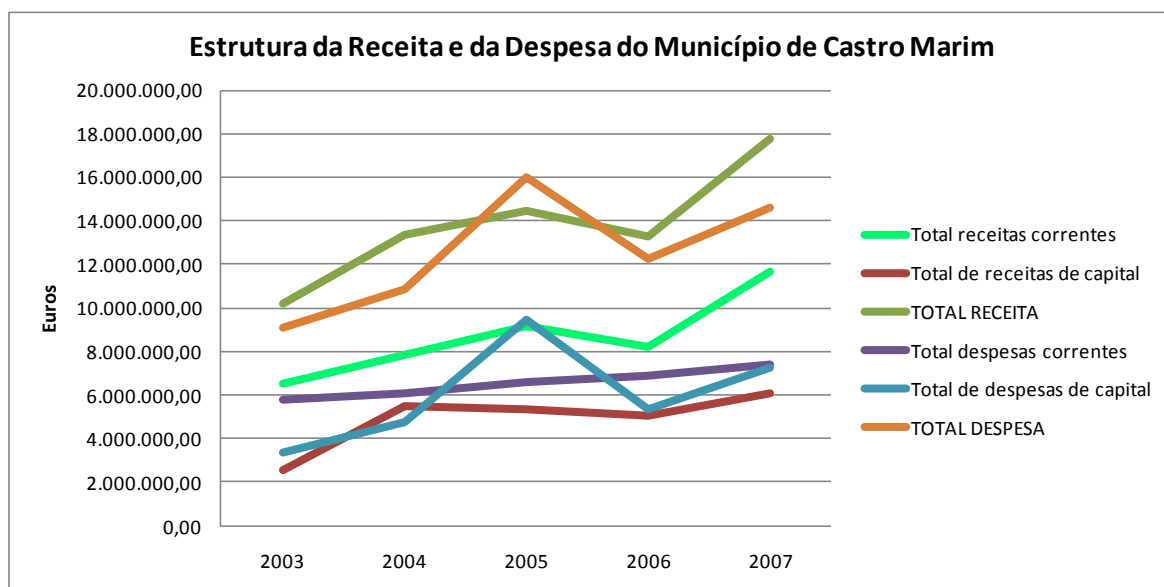
Indicador	Análise
	<p>suas responsabilidades, por disponibilidade ou indisponibilidade de meios, estes indicadores são particularmente importantes porque revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores.</p> <p>Assim o Município de Aljezur apresentava em 2003 uma liquidez geral na ordem dos 20,5%, significando que o seu Activo circulante apenas suportava em cerca de 1/5 as suas necessidades de curto prazo (Passivo circulante). Neste Município apenas o ano de 2004 registou uma melhoria deste indicador, verificando-se uma degradação nos anos seguintes até aos 12% que registava em 2007.</p> <p>Também a liquidez imediata, que respeita à capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, assistiu a um comportamento semelhante ao da liquidez geral, uma vez que dos cerca de 18% que este indicador registava em 2003, as disponibilidades do Município de Aljezur, em 2007, apenas permitiam suportar menos de 6% do seu Passivo circulante.</p> <p>Em qualquer das situações, destaca-se o baixo nível de liquidez do Município.</p>
<p>Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>O aumento proporcionalmente superior dos fundos próprios do Município de Aljezur, face ao Activo Total, principalmente nos anos de 2004 e 2005, justifica o aumento da autonomia financeira, superior nesses anos (cerca de 53% e 79% respectivamente). De qualquer forma, o destaque deve ser dado à sua tendência de crescimento, a qual em 2003 se situava em cerca de 13% e em 2007 era inferior a 42%, significando assim que é esta a percentagem do Activo Total que é suportada por fundos próprios.</p>
<p>Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, alguma contenção na receita e na despesa total nos anos de 2004 e 2005, seguindo-se um crescimento suportado essencialmente nas receitas provenientes dos impostos directos, das transferências de capital e dos Passivos financeiros.</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa em geral, com particular destaque para as despesas com o</p>

Indicador	Análise
	<p> pessoal, as despesas com a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e as aquisições de bens de capital, particularmente nos anos de 2006 e 2007. </p> <p> Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Aljezur revelou melhor desempenho no ano de 2005, enquanto em 2003 verificou o pior registo. Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 13ª posição, registando a 14ª na análise para o período entre 2003 e 2007 e a 15ª e penúltima em 2007. </p>

Fonte: Carvalho, Manuel

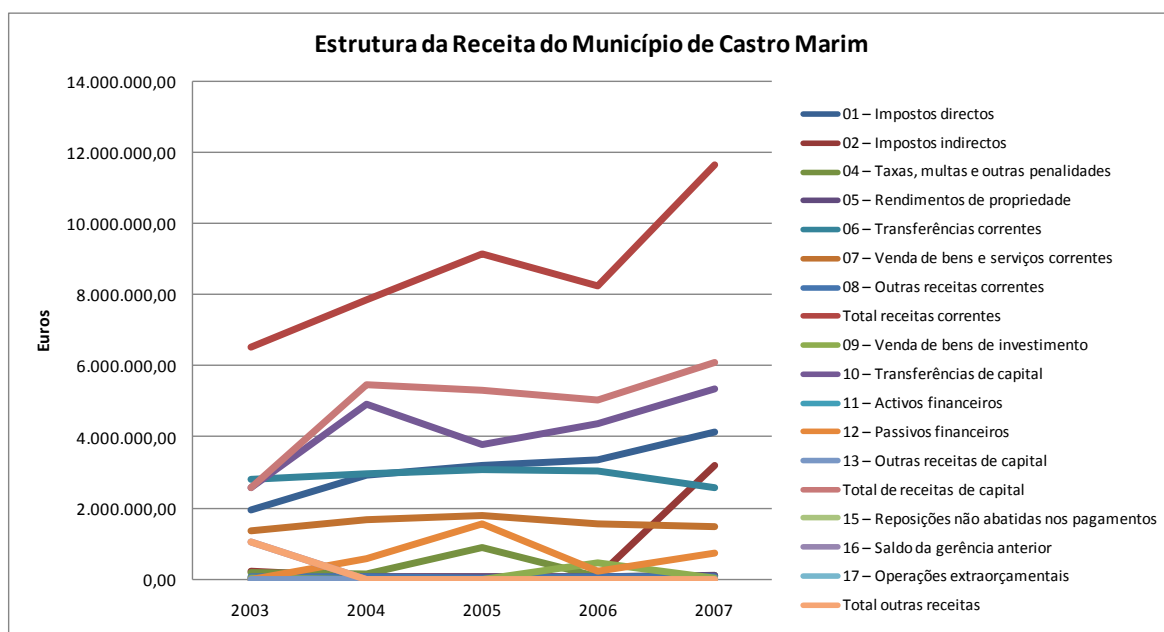
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Castro Marim.

FIGURA N.º 87 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007



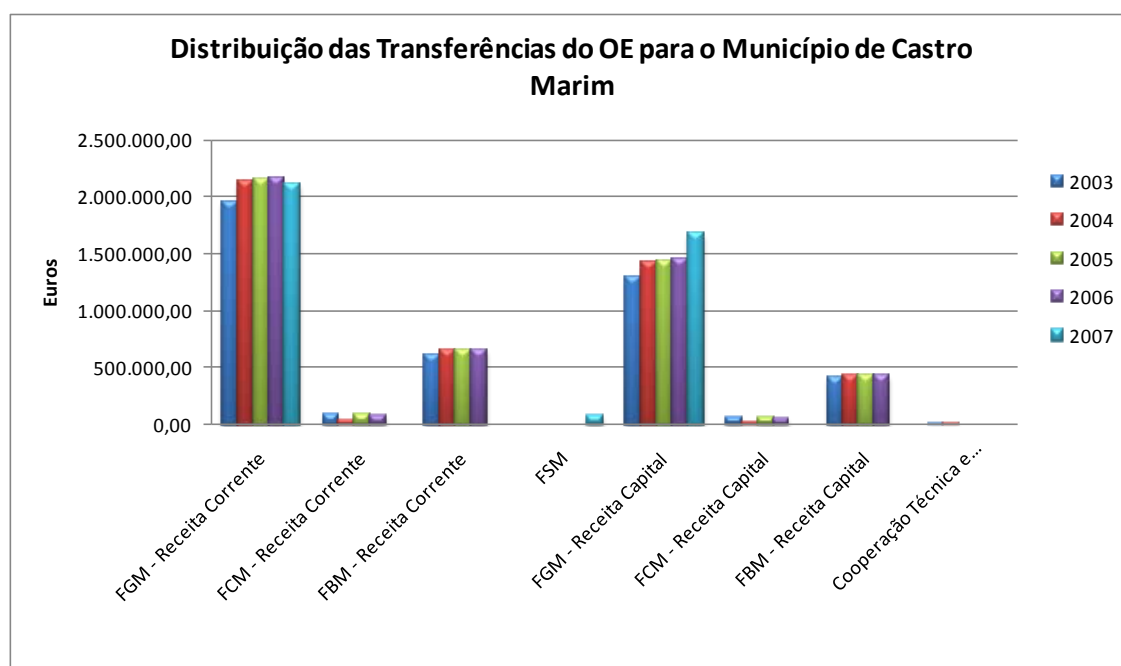
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 88 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007



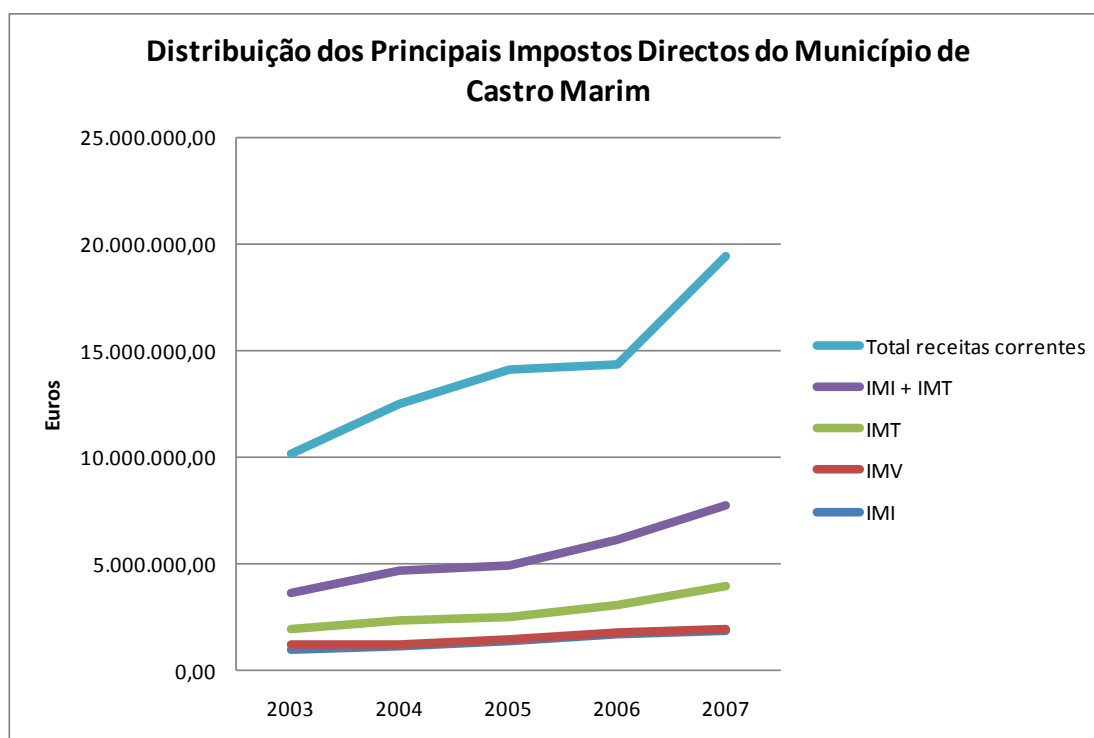
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 89 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007



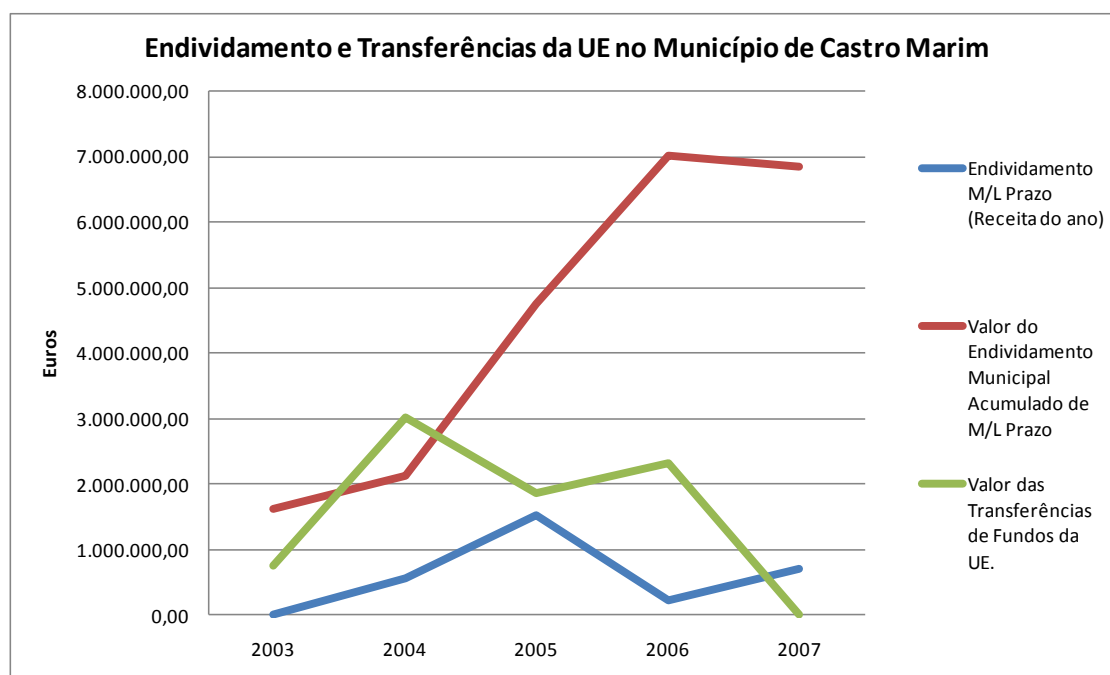
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 90 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007



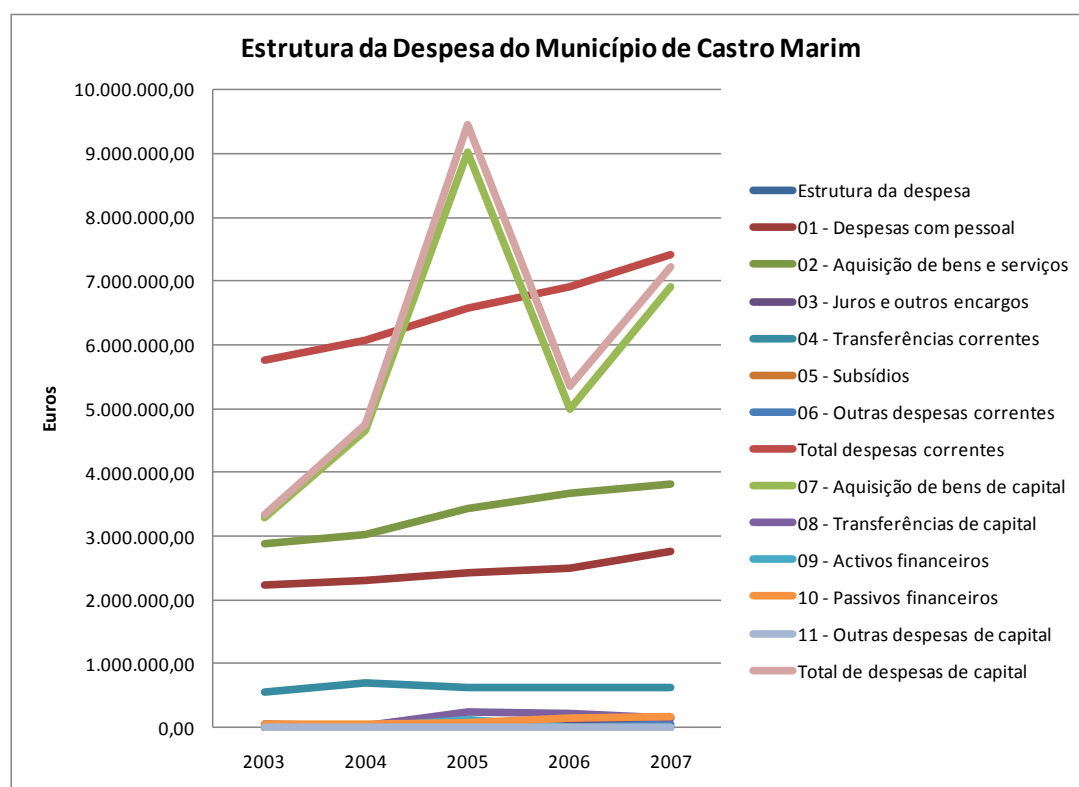
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 91 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007



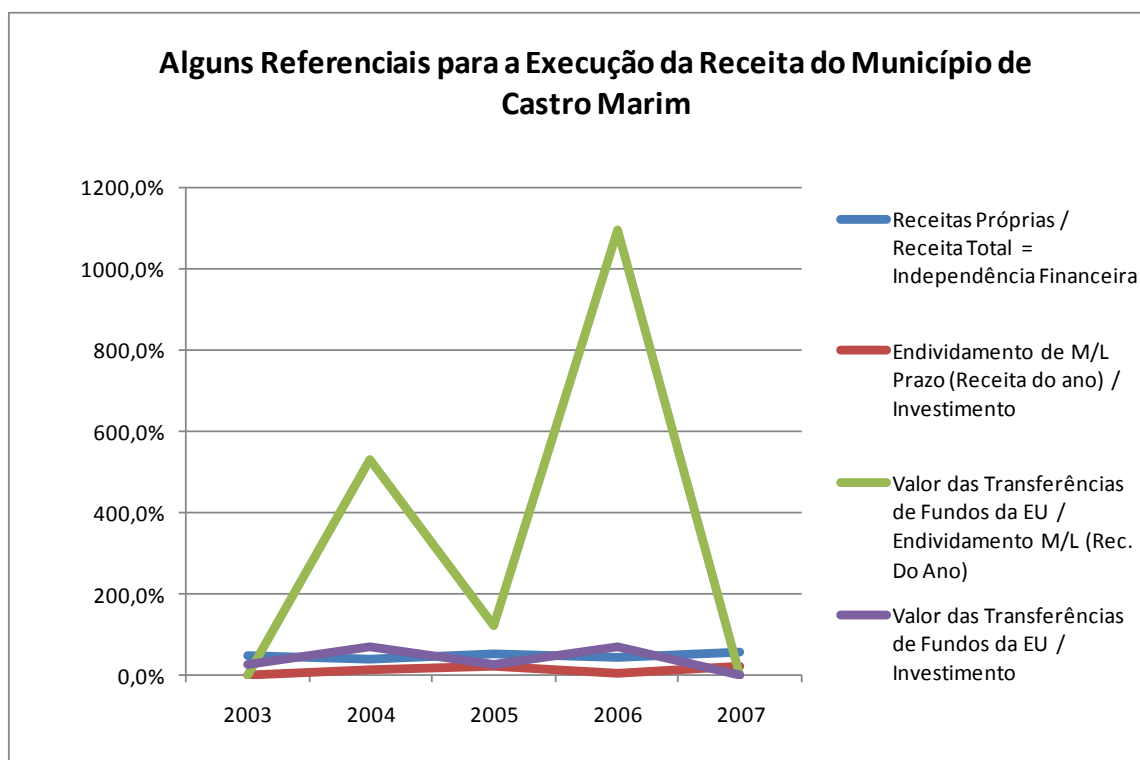
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 92 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007



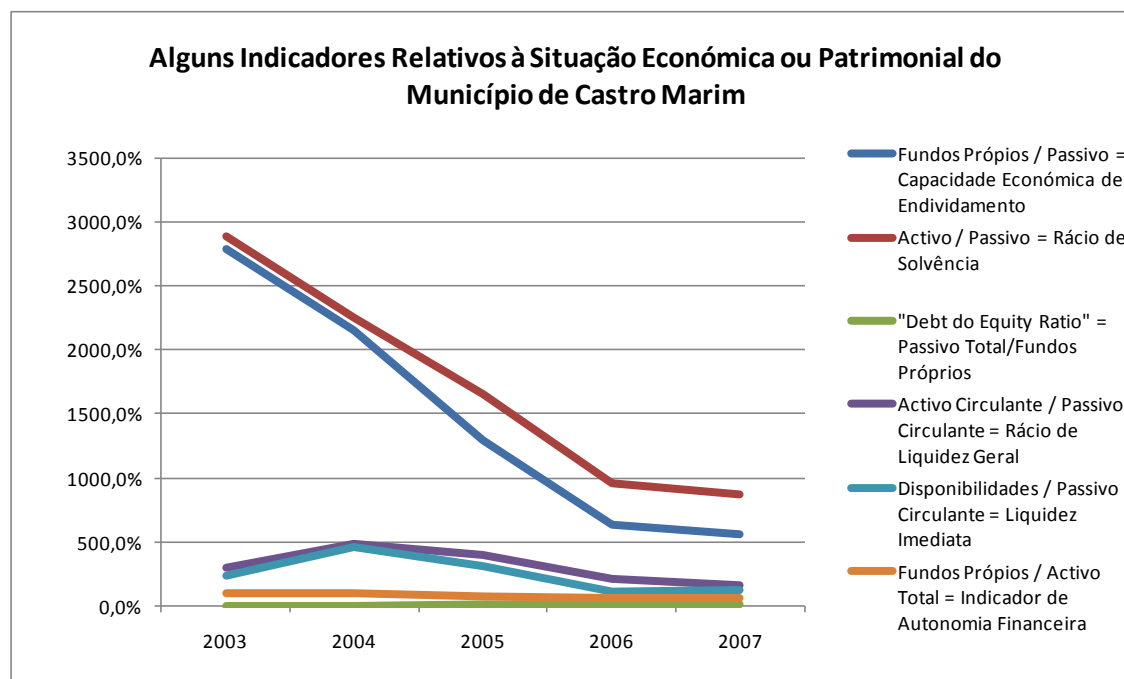
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 93 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 94 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 95 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE CASTRO MARIM, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	1	3	5	2	4
I - 2	Menor Percentagem	1	2	5	3	4
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	3	5	1	2	4
I - 4	Maior Percentagem	1	4	2	3	5
I - 5	Menor Percentagem	2	4	5	1	3
I - 6	Maior Percentagem	1	2	4	3	5
I - 7	Menor Valor	5	4	3	2	1
I - 8	Maior Valor	1	2	5	3	4
I - 9	Menor Dívida	5	4	3	2	1
I - 10	Menor Dívida	5	4	3	1	2
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	4	3	1	2	5
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	5	3	1	4	2
I - 14	Maior Percentagem	5	3	2	4	1
I - 15	Maior Percentagem	3	4	2	5	1
I - 16	Maior Percentagem	5	4	3	2	1
I - 17	Maior Percentagem	5	4	3	2	1
I - 18	Maior Percentagem	3	5	4	2	1
I - 19	Maior Percentagem	3	5	4	1	2
I - 20	Maior Percentagem	5	4	3	2	1
SOMA		64	71	62	50	53

Nota: Em 2003 não se registou o recurso a qualquer endividamento a M/L prazo por parte deste Município, impedindo assim o cálculo do indicador "I - 14". Assim e por forma a não impedir este exercício, optou-se por hierarquizar este ano apenas pelo critérios do maior valor recebido de transferências da UE. Critério semelhante foi adoptado para os indicadores "I - 5", "I - 13" e "I - 15", relativamente aos anos em que uma das componentes do indicador tem valor nulo, hierarquizando-se apenas em função da outra componente e considerando o objectivo do respectivo indicador, seguindo-se os restantes anos de acordo com o critério geral definido.

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Castro Marim, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2006, enquanto 2004 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 96 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	O Município de Castro Marim regista alguma instabilidade no nível de independência financeira, o qual, durante o período em análise, se revelou por vezes manifestamente insuficiente (inferior aos 50%), ainda assim em 2007 registou um progresso para cerca de 55%, face aos 47% observados em 2003.
Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)	O endividamento a Médio/Longo prazo foi uma fonte de receita a que o Município de Castro Marim recorreu a partir de 2004, mas com particular relevância no ano de 2005, atingindo nesse ano o valor

Indicador	Análise
	<p>máximo do período, que correspondeu a cerca de 11% da receita total do ano. Em 2003 o Município não recorreu a qualquer endividamento a Médio/Longo prazo. Em média, entre 2003 e 2007, esta fonte de financiamento representou cerca de 4% do total da receita anual.</p>
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	<p>No que respeita ao endividamento acumulado a Médio/Longo prazo, o Município de Castro Marim foi aumentando sucessivamente o valor global deste Passivo entre 2004 e 2006, atenuando ligeiramente em 2007, mas os cerca de 6,8 milhões de Euros em dívida neste ano, representavam um acréscimo em cerca de 420% do valor deste endividamento face a 2003, traduzindo-se o endividamento deste Município em 2007 num peso de cerca de 4% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo do Algarve.</p>
Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento	<p>Como referimos, em 2003 o Município de Castro Marim não registou qualquer receita proveniente do endividamento a médio/longo prazo, já nos anos que se seguiram esta fonte de receita foi importante para a execução orçamental, com o ano de 2005 a registar a maior necessidade do Município recorrer a esta fonte para financiar o seu investimento (21,6%). Também nos anos de 2007 e 2004 o peso do endividamento foi significativo (cerca de 21% e 13% respectivamente).</p>
Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento	<p>O Município de Castro Marim não registou qualquer receita proveniente das transferências de fundos da UE durante o ano de 2007, já de entre os restantes anos, de 2004 e 2006 registaram os maiores contributos desta fonte de receita para o Orçamento Municipal (23% e 17% da receita total respectivamente). Em média neste período, estas receitas representam cerca de 12% da receita total do Município.</p>
Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo	<p>Como pudemos conferir, em 2003 o Município de Castro Marim não registou qualquer receita proveniente do endividamento a médio/longo prazo, assim, os quase 750 mil euros de proveniente de Fundos da UE, reportam-se a despesa, à partida efectuada em anos anteriores e cujo recurso ao endividamento a M/L prazo, caso tenha ocorrido, terá também sido anterior.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação</p>

Indicador	Análise
	<p>entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Castro Marim", a evolução da variável “transferências da UE” tem um comportamento bastante irregular e distinto (tendência para uma redução) do verificado pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo” (que manteve uma trajectória ascendente substancial) e assim justifica a correlação fraca e em sentido negativo entre estas variáveis.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o Município de Castro Marim tem vindo a reduzir drasticamente a sua capacidade económica de endividamento e em 2007 registava o valor mais baixo do período, com os Fundos Próprios a representarem cerca de 5,6 vezes o valor do Passivo, enquanto em 2003 esta era superior a 27 vezes o valor do Passivo. Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 era cerca de 4,4 vezes superior à capacidade legal para o mesmo ano, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos). Este é um dos Municípios da região com mais baixa capacidade de endividamento. Em geral a situação económica e patrimonial do Município de Castro Marim tem-se degradado no período em análise.</p>
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos. Assim, o indicador da capacidade de solvência do Município de Castro Marim mostra-nos que tem diminuído de forma exponencial ao longo do período em análise, ainda que se mantenha em níveis positivos. Assim, de um Activo quase 29 vezes superior ao Passivo em 2003 assistiu-se a uma redução para apenas cerca de 8,8 vezes em 2007.</p>

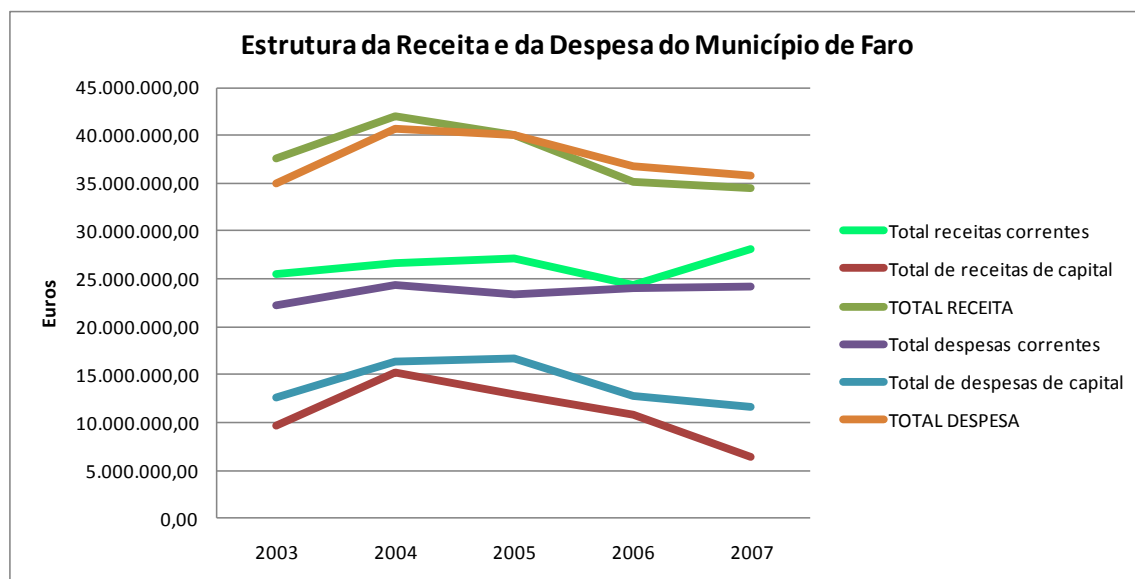
Indicador	Análise
Liquidez Geral e Imediata	<p>Reflectindo a capacidade e a rapidez do Município cumprir os seus compromissos por disponibilidade ou indisponibilidade de meios, estes indicadores são particularmente importantes porque revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores. Assim o Município de Castro Marim apresentava um acréscimo de ambos os indicadores entre 2003 e 2005, declinando em 2006 e 2007, mas mantendo sempre níveis superiores a 160% de Liquidez Geral e 114% de Liquidez imediata.</p> <p>Assim, a Liquidez Geral do Município de Castro Marim indica que o seu Activo circulante superou sempre entre 60% e 386% as suas necessidades de curto prazo (Passivo circulante). Já a Liquidez imediata, que respeita à capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, variou entre os 114% registados em 2006 e os 463% de 2004, revelando assim que as disponibilidades do Município foram sempre suficientes para suportar o seu Passivo circulante e por vezes mesmo em excesso, podendo eventualmente ter sido aplicadas de outra forma mais ajustada às necessidades.</p>
Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total	<p>O aumento expressivo do Activo Total do Município de Castro Marim nos anos de 2005, 2006 e 2007 justifica a redução da autonomia financeira neste período, a qual em 2003 era da ordem dos 97% e em 2007 se limitava a cerca de 64%, significando assim que é esta a percentagem do Activo Total que é suportada por fundos próprios.</p>
Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, o crescimento significativo da receita total e da despesa total do Município de Castro Marim, suportado essencialmente nas receitas provenientes dos impostos directos, nas transferências e nos Passivos financeiros.</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa em geral, com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços, as aquisições de bens de capital e com os Passivos financeiros.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Castro Marim revelou melhor desempenho no ano de 2004, enquanto em 2006 verificou o pior registo.</p>

Indicador	Análise
	<p>Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 o melhor desempenho a que correspondia a 1ª posição, registando a 2ª na análise para o período entre 2003 e 2007 e a 5ª em 2007, o que demonstra a degradação geral do desempenho, que vem sendo referida.</p>

Fonte: Carvalho, Manuel

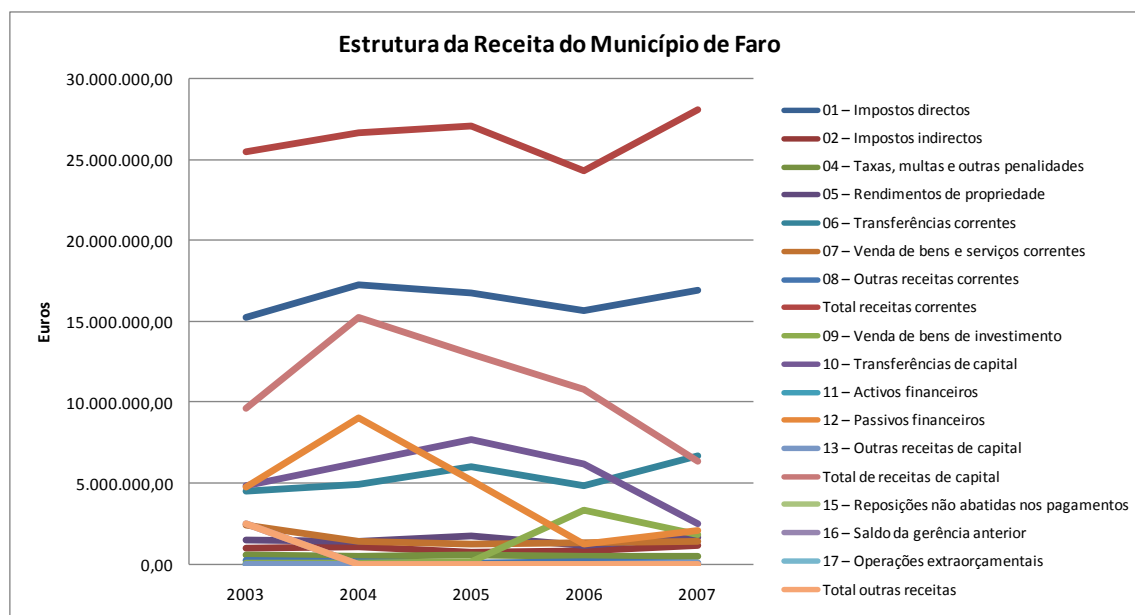
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Faro.

FIGURA N.º 97 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007



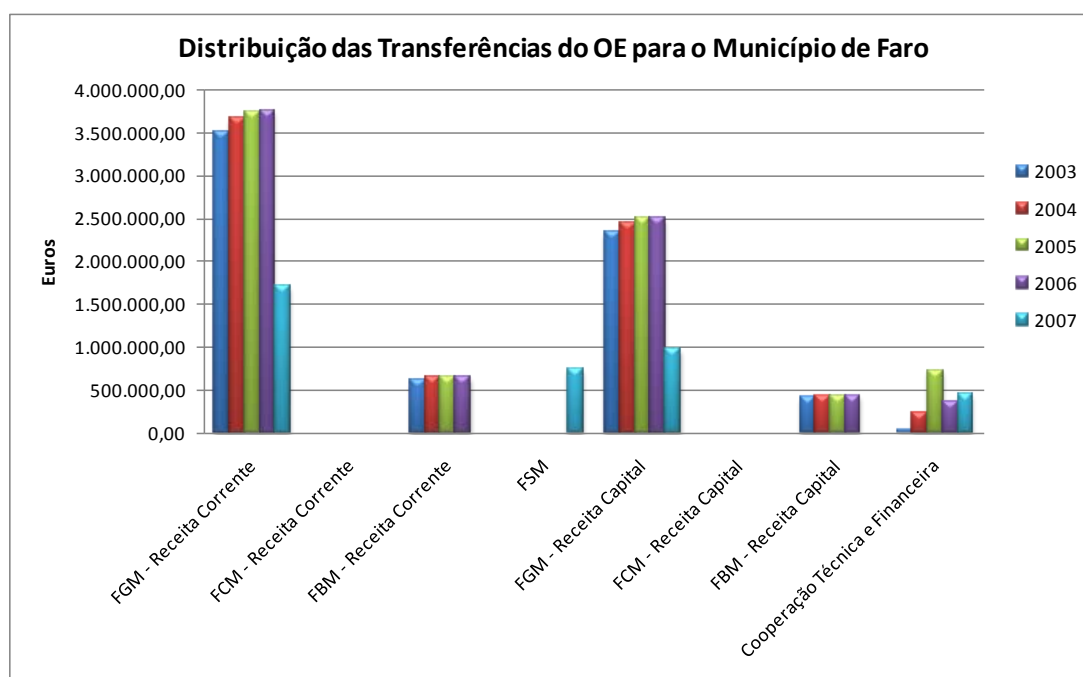
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 98 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007



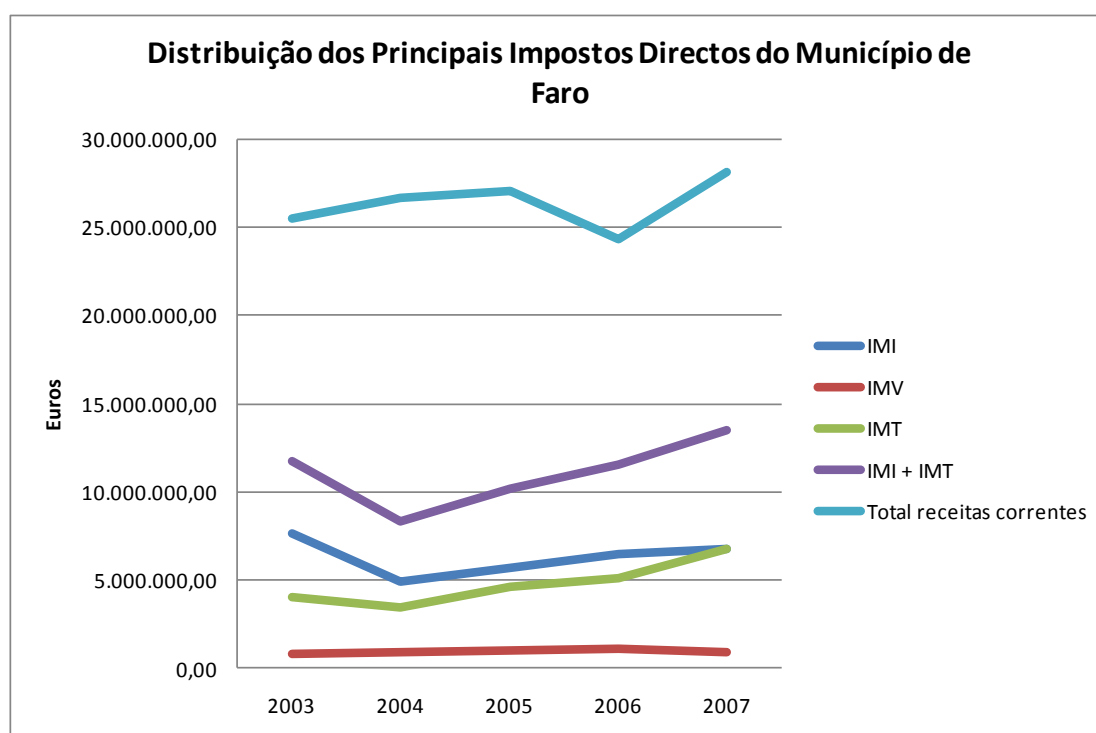
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 99 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007



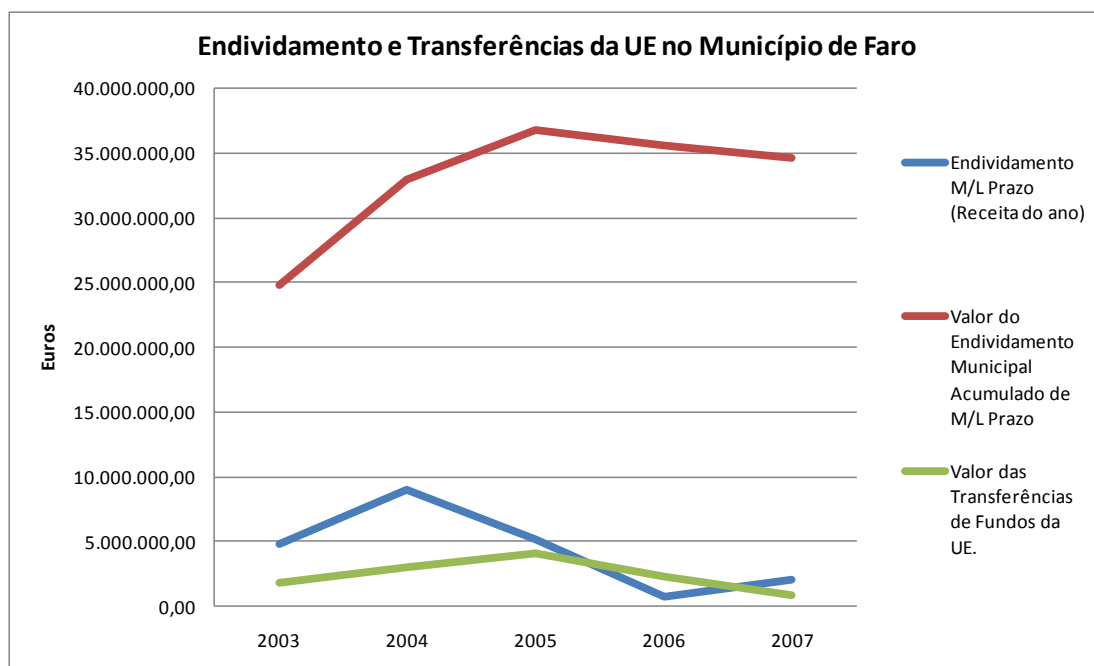
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 100 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007



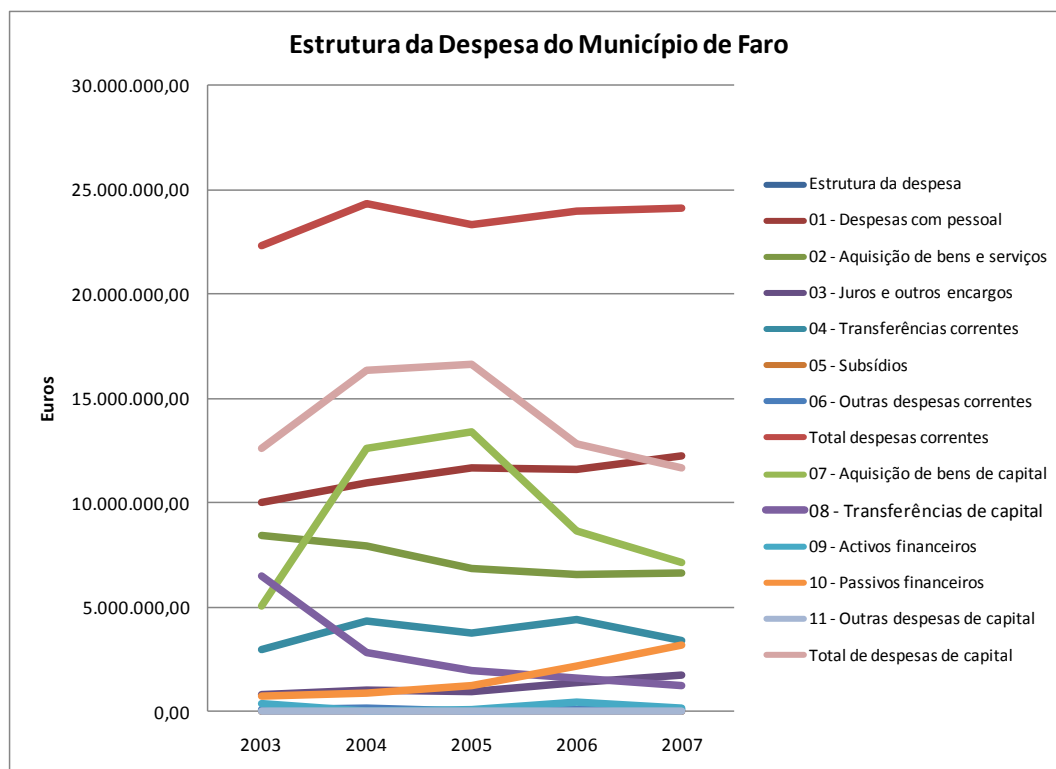
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 101 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007



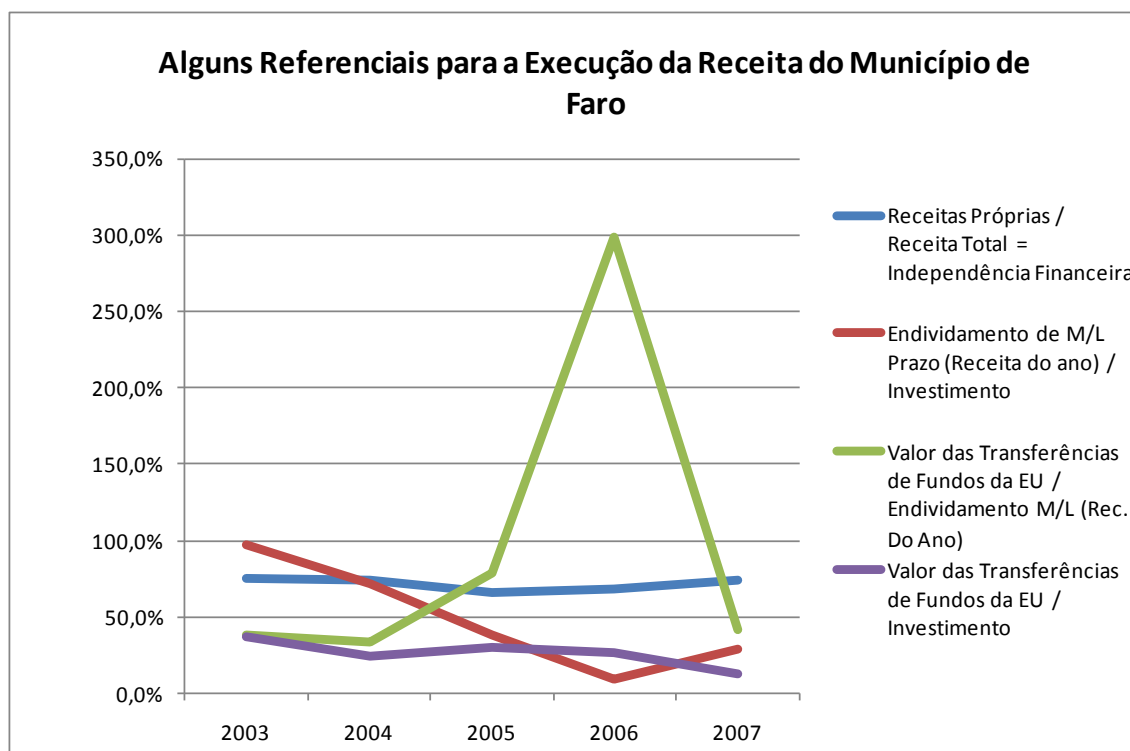
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 102 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007



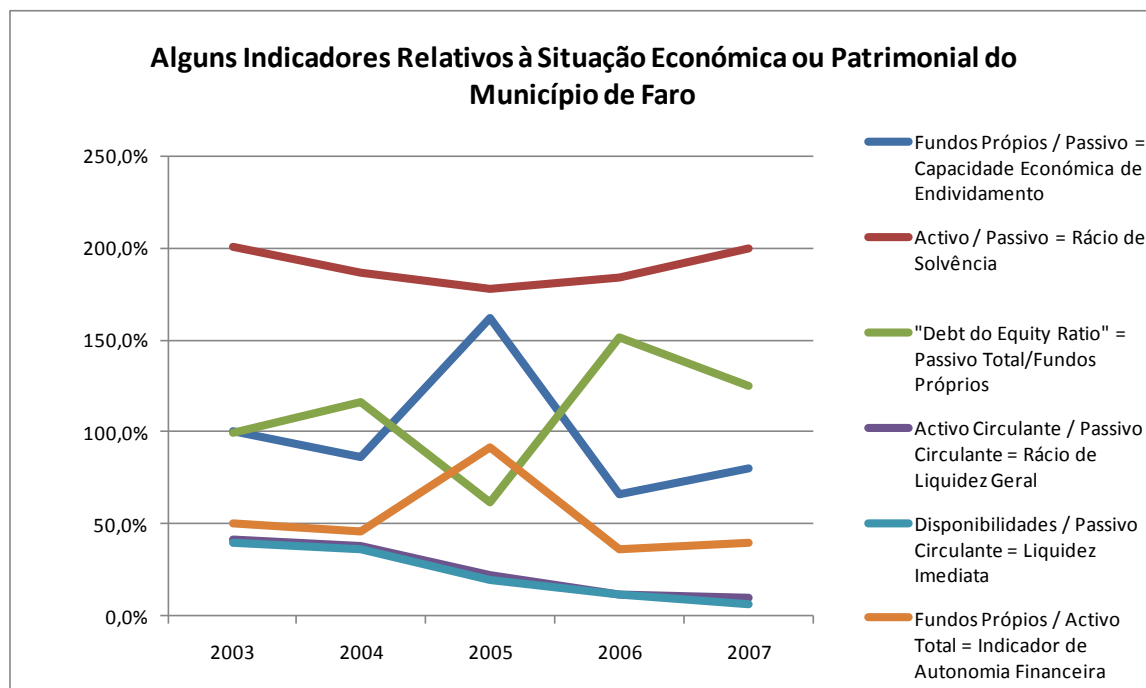
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 103 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 104 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 105 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE FARO, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	3	4	5	2	1
I - 2	Menor Percentagem	4	5	3	2	1
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	5	4	3	1	2
I - 4	Maior Percentagem	4	3	1	2	5
I - 5	Menor Percentagem	4	5	3	1	2
I - 6	Maior Percentagem	1	2	3	4	5
I - 7	Menor Valor	5	1	4	3	2
I - 8	Maior Valor	2	4	5	3	1
I - 9	Menor Dívida	5	4	3	2	1
I - 10	Menor Dívida	5	4	1	2	3
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	2	1	3	5	4
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	1	2	3	5	4
I - 14	Maior Percentagem	2	1	4	5	3
I - 15	Maior Percentagem	5	2	4	3	1
I - 16	Maior Percentagem	4	3	5	1	2
I - 17	Maior Percentagem	5	3	1	2	4
I - 18	Maior Percentagem	5	4	3	2	1
I - 19	Maior Percentagem	5	4	3	2	1
I - 20	Maior Percentagem	4	3	5	1	2
SOMA		72	61	65	52	50

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Faro, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2007, enquanto 2003 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 106 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE FARO

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	O Município de Faro regista alguma instabilidade no nível de independência financeira, o qual, durante o período em análise, apesar de se manter em níveis superiores a 50%, registou uma diminuição em 2007 (73,5%) face aos 75,1% de receitas próprias observados em 2003.
Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)	O endividamento a Médio/Longo tem sido uma fonte de receita constante para o Município de Faro, com particular relevância nos anos de 2004, 2003 e 2005 atingindo nesses anos os valores máximos do período, que correspondeu um peso na ordem dos 21% da receita total do ano em 2005 e 13% nos restantes. Em média, entre 2003 e 2007, esta fonte de financiamento representou cerca de 11% do total da receita anual. Este foi também o Município do Algarve que mais recorreu a esta fonte de financiamento entre 2003 e 2007 (perto de 22 milhões de euros).

Indicador	Análise
<p>Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo</p>	<p>Sendo o endividamento acumulado a Médio/Longo prazo uma fonte de receita constante para o Município de Faro, naturalmente o valor global deste Passivo foi aumentando sucessivamente (mais de 9,5 milhões de euros) durante o período em análise. Assim, dos quase 25 milhões de euros de endividamento acumulado que o Município registava em 2003, finalizou o ano de 2007 com mais de 34,5 milhões, sendo claramente aquele que registava o Passivo financeiro mais elevado da região (cerca de 18%), realçando-se ainda que apenas este Município representava 0,9% do endividamento municipal de médio/longo nacional. O acréscimo registado entre 2003 e 2007, foi da ordem dos 39%.</p>
<p>Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento</p>	<p>O peso da receita anual proveniente do endividamento a médio e longo prazo relativamente ao investimento, tem sido inconstante, sendo 2003 o ano em que o Município de Faro necessitou mais desta fonte proporcionalmente ao valor investido (96,8%), já 2004 foi o ano em que o valor desta receita foi superior (representando cerca de 72% do investimento).</p> <p>O ano de 2006 foi aquele em que o Município menos recorreu a esta fonte de financiamento e assim o seu peso no investimento foi de apenas 9%.</p>
<p>Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento</p>	<p>O Município de Faro registou níveis consideráveis de receita proveniente das transferências de fundos da UE durante o período em análise, sendo um dos Municípios que mais recebeu (cerca de 12 milhões de euros). Os anos de 2003 a 2006 foram os mais generosos, representando esta receita um peso no total da receita do ano que varia entre os 5% de 2003 e os 10% de 2005. Em média entre 2003 e 2007, estas receitas representam cerca de 6% da receita total do Município.</p>
<p>Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo</p>	<p>No ano de 2006 o Município de Faro registou o menor valor de receita proveniente do endividamento a médio/longo prazo, mantendo-se a receita proveniente de Fundos da UE a um nível consideravelmente elevado, assim se justifica que esse tenha sido o ano em que a relação entre as duas variáveis tenha sido mais elevada, com a receita proveniente dos Fundos da UE a ser tripla da receita do endividamento a médio/longo prazo desse ano. Nos restantes anos as receitas comunitárias foram sempre inferiores ao endividamento anual, representando menos de metade desta receita (à excepção de 2005</p>

Indicador	Análise
	<p>que representava cerca de 79%).</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Faro" A evolução da variável “transferências da UE” tem um comportamento com alguma regularidade e em sentido idêntico ao verificado pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo”, assim se justifica a correlação moderada e em sentido positivo entre estas variáveis.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o desempenho deste indicador para o Município de Faro tem sido irregular. Ainda assim, destaca-se que em 2003 os seus Fundos Próprios eram praticamente equivalentes ao valor do Passivo (100,7%), registando-se a capacidade máxima em 2005, com cerca de 162%. Já para os restantes anos, um crescimento relativamente superior do Passivo, determinou uma redução da capacidade económica de endividamento para níveis entre os 66% registados em 2006 e os 86% observados em 2004.</p> <p>Já os cálculos para 2008 indicaram que a capacidade real ou económica de endividamento era cerca de 3,6 vezes superior à capacidade legal para o mesmo ano, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos). Salienta-se que este Município, devido ao seu elevado nível de endividamento, é entre os Municípios com características socio-económicas semelhantes na região, o que apresenta a mais baixa capacidade de endividamento.</p>

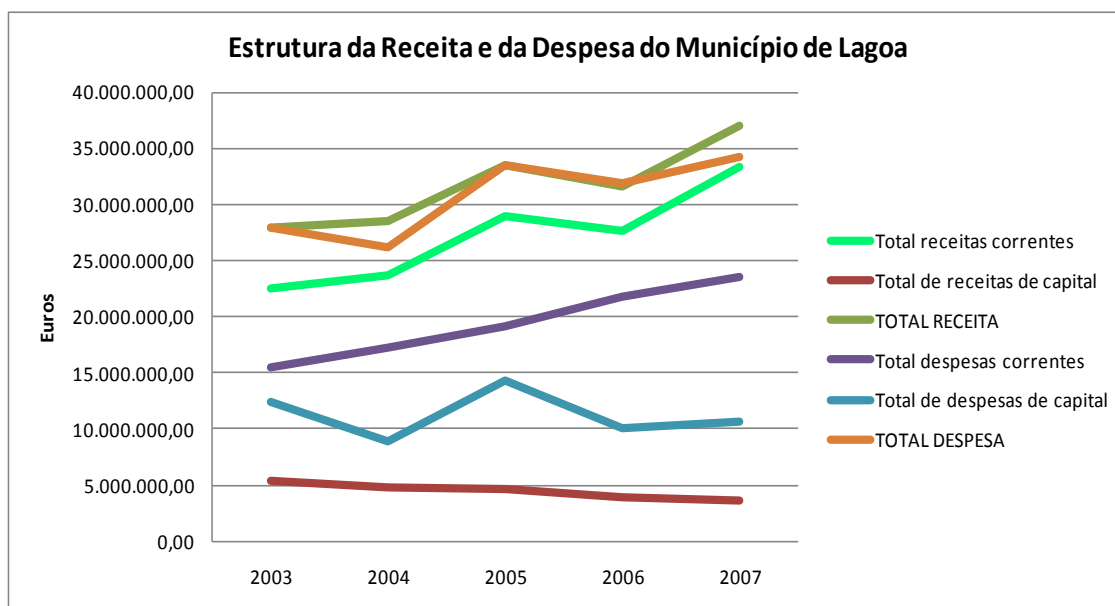
Indicador	Análise
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos. Assim, o indicador da capacidade de solvência do Município de Faro mostra-nos que apesar de alguma redução durante o período analisado, em 2007 mantinha praticamente o mesmo nível observado em 2003, sendo o Activo cerca de duas vezes superior ao Passivo.</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Reflectindo a capacidade e a rapidez do Município cumprir os seus compromissos por disponibilidade ou indisponibilidade de meios, estes indicadores são particularmente importantes porque revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores. Assim o Município de Faro apresentava um enorme decréscimo de ambos os indicadores entre 2003 e 2007.</p> <p>A Liquidez Geral do Município de Faro indica que o seu Activo circulante diminuiu de cerca de 42% em 2003 para cerca de 10% em 2007 a sua capacidade para fazer face às suas necessidades de curto prazo (Passivo circulante).</p> <p>Já a Liquidez imediata, que respeita à capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, acompanhou a tendência, mas agravou o declínio, ficando-se pelos 6,5% em 2007 face aos 39,5% verificados em 2003. Assim, as disponibilidades do Município foram sempre largamente insuficientes para suportar o seu Passivo circulante, considerando-se que tal será um problema grave na gestão corrente do Município.</p>
<p>Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>O forte aumento do Activo Total do Município de Faro sem o acompanhamento proporcional dos fundos próprios, justifica a redução da autonomia financeira verificada entre 2003 e 2007 neste Município. Note-se que em 2003, apenas cerca de 50% do Activo Total era suportado por fundos próprios, tendo esta percentagem diminuído em 2007 para cerca de 40%.</p>
<p>Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, o crescimento da receita total do Município de Faro nos anos de 2004 e 2005, seguindo-se uma redução, já do lado da despesa total, a um aumento em 2004 seguiu-se alguma redução, ainda assim, destaca-se o facto da despesa ter ultrapassado o</p>

Indicador	Análise
	<p>valor da receita nos anos de 2006 e 2007. Destaca-se também a tendência de queda verificada quer nas receitas quer nas despesas de capital.</p> <p>A evolução da receita foi suportada essencialmente nos impostos directos, nas transferências e nos Passivos financeiros.</p> <p>No que respeita à despesa, a sua evolução resultou essencialmente das despesas com a aquisição de bens e serviços, das transferências, das aquisições de bens de capital e dos Passivos financeiros.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Faro revelou melhor desempenho no ano de 2003, enquanto em 2007 verificou o pior registo.</p> <p>Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 11ª posição, registando a 16ª e última na análise para o período entre 2003 e 2007 e para o ano de 2007, o que demonstra a degradação geral do desempenho, que vem sendo referida.</p>

Fonte: Carvalho, Manuel

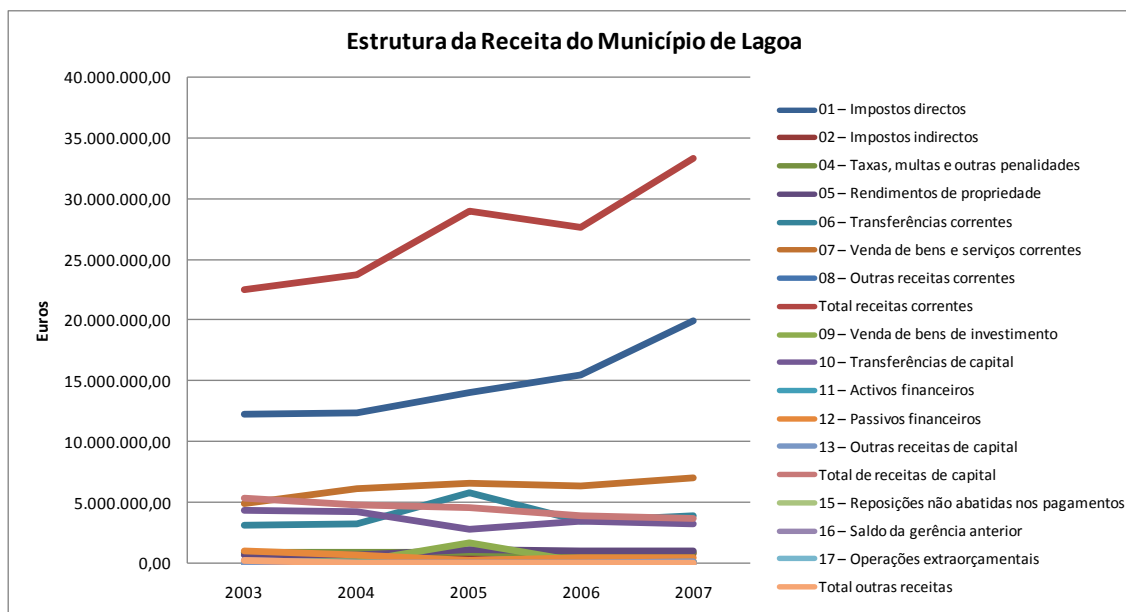
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Lagoa.

FIGURA N.º 107 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007



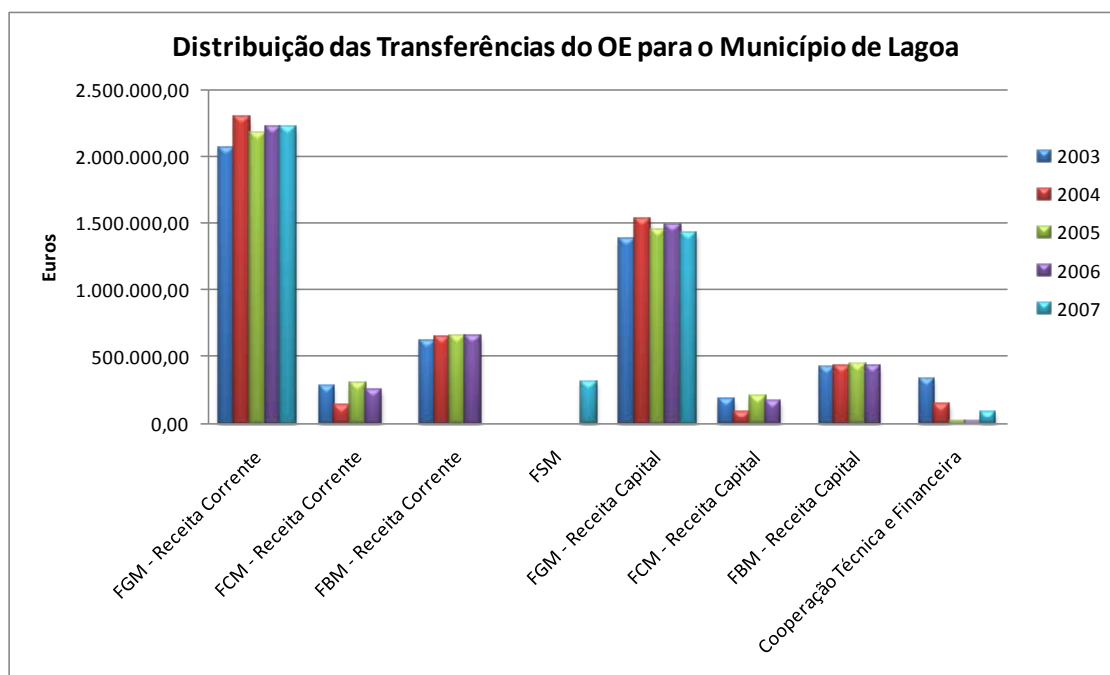
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 108 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007



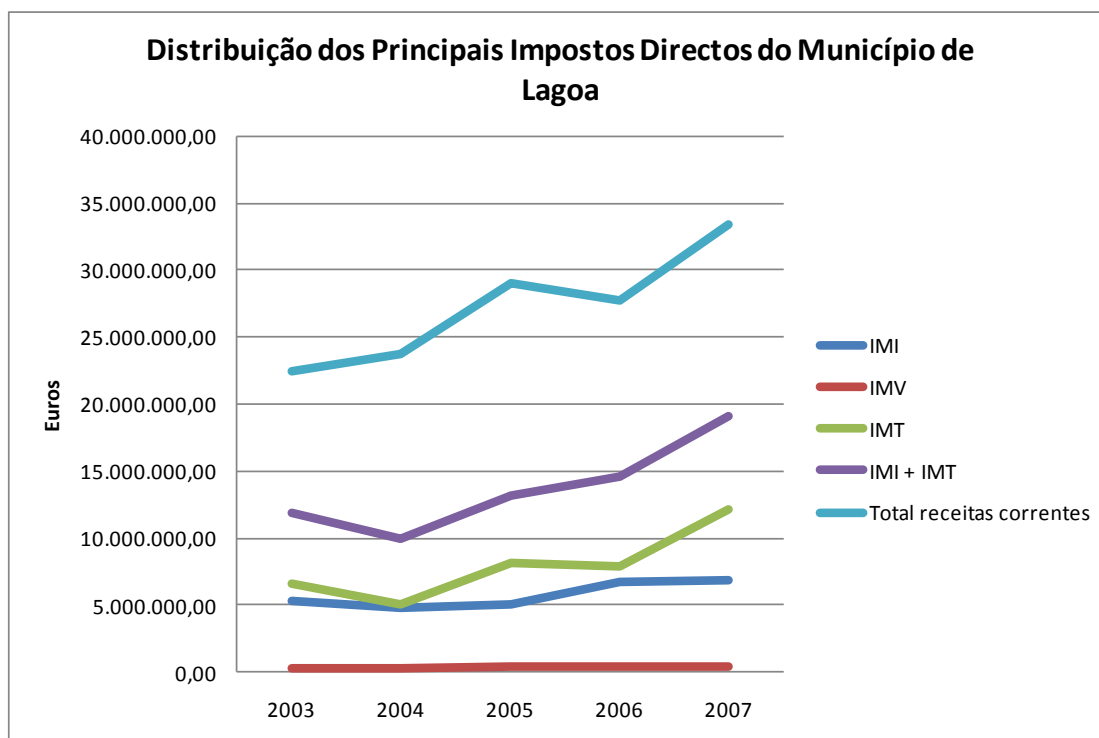
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 109 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007



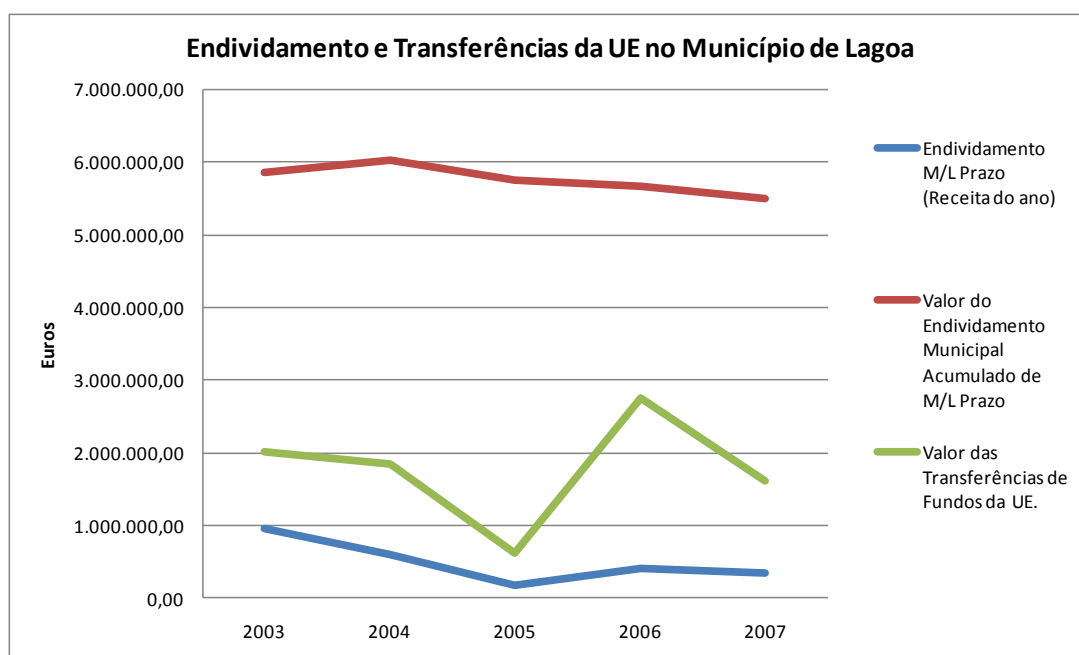
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 110 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007



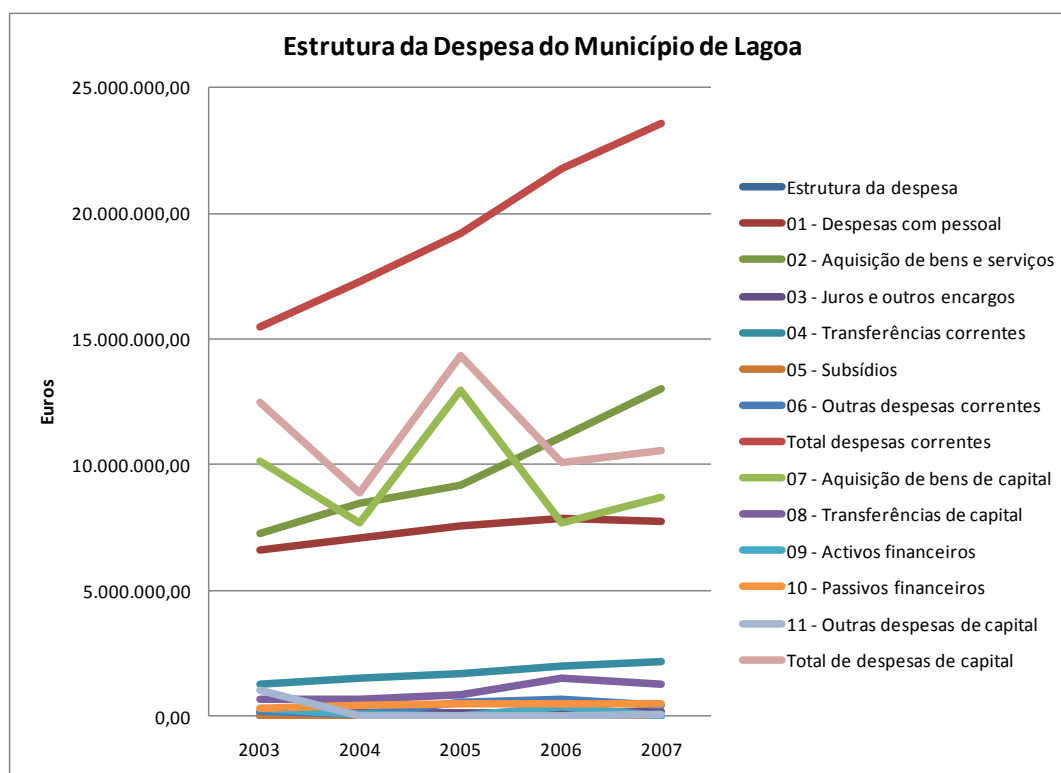
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 111 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007



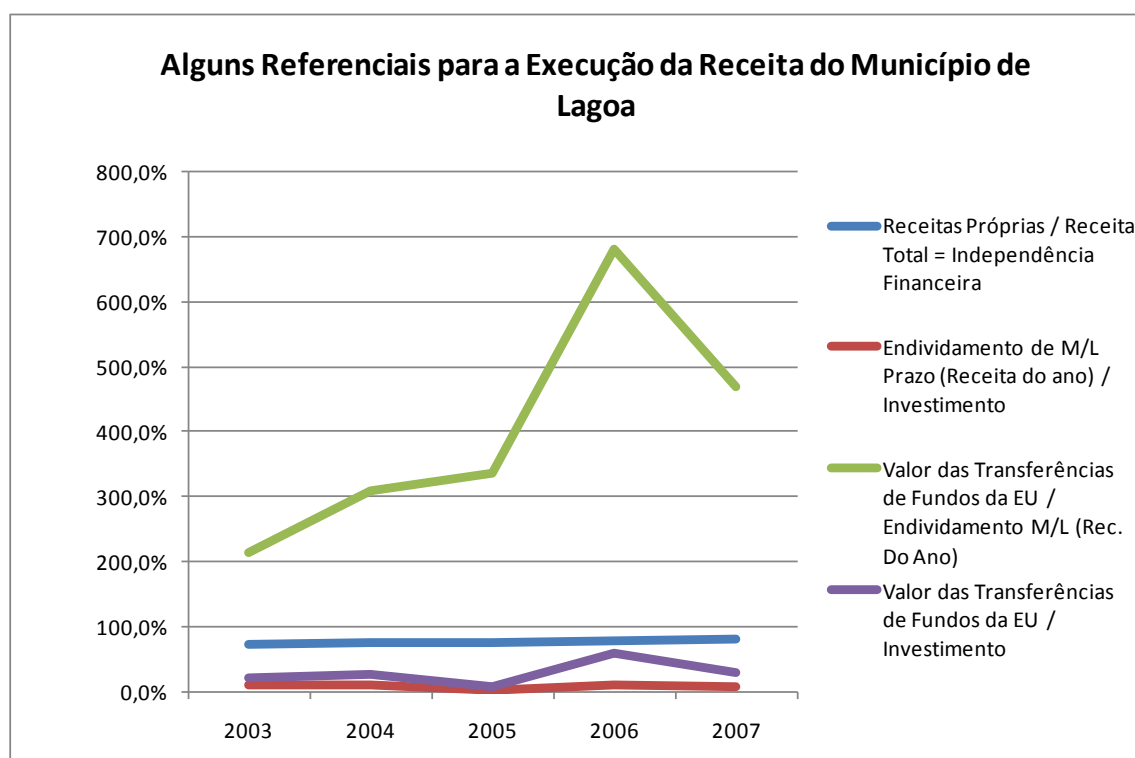
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 112 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007



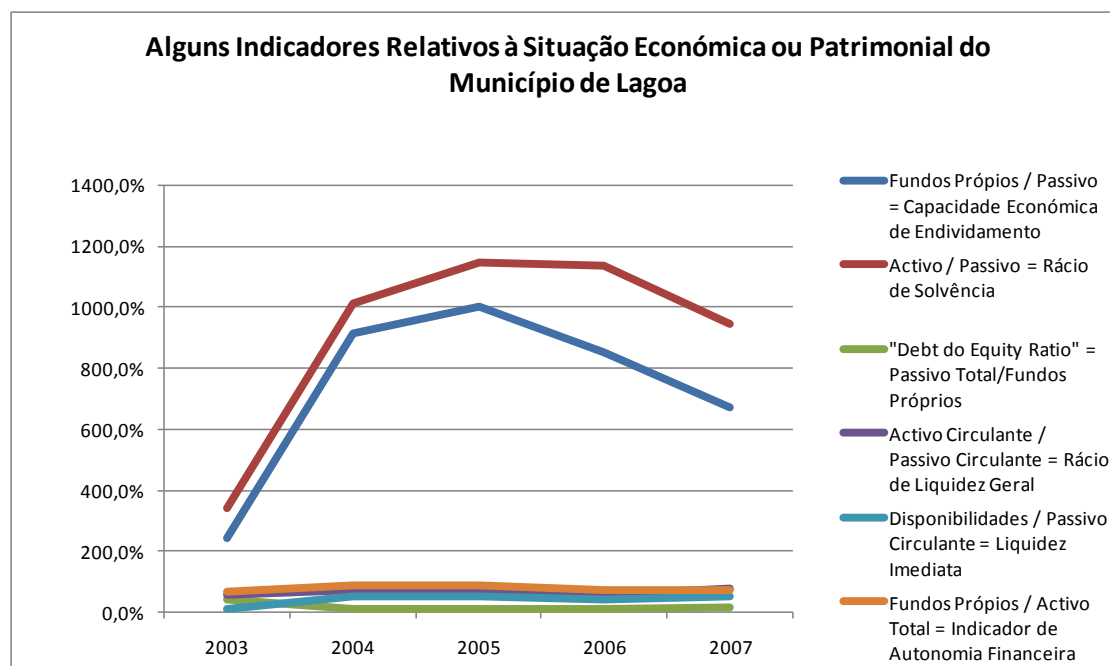
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 113 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 114 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 115 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE LAGOA, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	5	3	4	2	1
I - 2	Menor Percentagem	3	1	4	2	5
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	2	5	3	1	4
I - 4	Maior Percentagem	2	3	1	4	5
I - 5	Menor Percentagem	2	3	1	4	5
I - 6	Maior Percentagem	3	2	1	4	5
I - 7	Menor Valor	5	4	3	2	1
I - 8	Maior Valor	4	1	5	2	3
I - 9	Menor Dívida	5	4	3	2	1
I - 10	Menor Dívida	2	1	3	4	5
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	1	2	5	3	4
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	1	2	5	3	4
I - 14	Maior Percentagem	1	2	3	5	4
I - 15	Maior Percentagem	2	3	1	5	4
I - 16	Maior Percentagem	1	4	5	3	2
I - 17	Maior Percentagem	1	3	5	4	2
I - 18	Maior Percentagem	1	4	3	2	5
I - 19	Maior Percentagem	1	5	3	2	4
I - 20	Maior Percentagem	1	5	4	3	2
SOMA		44	59	65	61	71

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Lagoa, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2003, enquanto 2007 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 116 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	A independência financeira do Município de Lagoa tem vindo continuamente a aumentar (cerca de 8% entre 2003 e 2007), sendo um dos Municípios da região que regista um nível mais elevado de independência, observando-se que em 2007 cerca de 81% do total da receita, correspondia a receitas próprias.
Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)	No período em análise, o Município de Lagoa reduziu as suas necessidades anuais de recorrer à receita proveniente do endividamento a Médio/Longo prazo. Assim, esta fonte de receita em 2007 representava apenas cerca de 36% da proveniente da mesma origem, registada em 2003. Em 2007 esta fonte de receita representava cerca de 1% do total da receita municipal, enquanto em 2003 a sua importância era da ordem dos 3%.

Indicador	Análise
<p>Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo</p>	<p>No que respeita ao endividamento acumulado a Médio/Longo prazo, o Município de Lagoa, a partir de 2005 reduziu, ainda que pouco significativamente, o valor global deste seu Passivo financeiro. Ainda assim em 2007 os cerca de 5,5 milhões de Euros em dívida representavam menos cerca de 6% do que o valor que Município registava em 2003 e correspondia a cerca de 3% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região.</p>
<p>Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento</p>	<p>As necessidades do Município de Lagoa recorrer ao endividamento a Médio/Longo prazo para fazer face ao investimento realizado entre 2003 e 2007 foram cada vez mais diminutas, atingindo em 2005 o mínimo de 2,2% do total do investimento realizado, tendo aumentado em 2007 para 6,2%. Em 2003 o recurso a esta fonte de financiamento, tinha um peso na ordem dos 9,3% do investimento.</p>
<p>Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento</p>	<p>O ano de 2006 foi o que registou o maior contributo desta fonte de receita (aproximadamente 9% da receita total), sendo de destacar também os montantes observados nos anos de 2003 e 2004 (7% e 6,5% da receita total respectivamente). No ano de 2005 o valor registado é pouco expressivo (menos de 2% da receita total).</p>
<p>Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo</p>	<p>Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Lagoa podemos conferir que este Município, entre 2003 e 2007, recorreu sempre menos ao endividamento do que as receitas provenientes dos Fundos da UE que recebeu. O mínimo nesta relação verificou-se em 2003 com os Fundos da UE a superarem os 214% do endividamento a M/L prazo desse ano, já a relação máxima verificou-se em 2006 com as transferências de fundos da UE a atingirem os 680% do endividamento. Em média entre 2003 e 2007 as transferências da UE representaram mais de 350% do endividamento a M/L prazo ocorrido neste Município.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p>

Indicador	Análise
	<p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Lagoa", a evolução da variável transferências da UE tem um comportamento irregular, enquanto o "endividamento acumulado a M/L prazo", principalmente a partir de 2004, prossegue uma tendência de redução. Estes dados justificam a existência de uma correlação nula, significando a não demonstração da existência de correlação entre estas variáveis, para este Município.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o Município de Lagoa tem vindo a aumentar a sua capacidade económica de endividamento. Assim, em 2007 o valor dos Fundos Próprios era cerca de 6,7 vezes superior ao valor do Passivo (em 2003 era de 2,3 vezes), ainda assim o valor máximo do período foi registado em 2005 com os Fundos Próprios a representarem cerca de 10 vezes o valor do Passivo. Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 era mais de três vezes superior à capacidade legal para o mesmo ano, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos).</p>
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos. Assim, o indicador da capacidade de solvência do Município de Lagoa mostra-nos que esta tem evoluído favoravelmente ao longo do período em análise, sendo de destacar que em 2003 o Activo superava em cerca de 3,4 vezes o Passivo, revelando este indicador que a partir de 2004, o Activo superou em mais de 10 ou mesmo 11 vezes o valor do Passivo.</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Estes indicadores são particularmente importantes porque revelam a capacidade (disponibilidade de meios) para fazer face aos compromissos da actividade corrente do Município. Assim, revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores, uma vez que poderão perceber qual a expectativa quanto à "garantia" ou pelo menos à rapidez com que poderá o Município cumprir o seu compromisso (tal não significa uma garantia do</p>

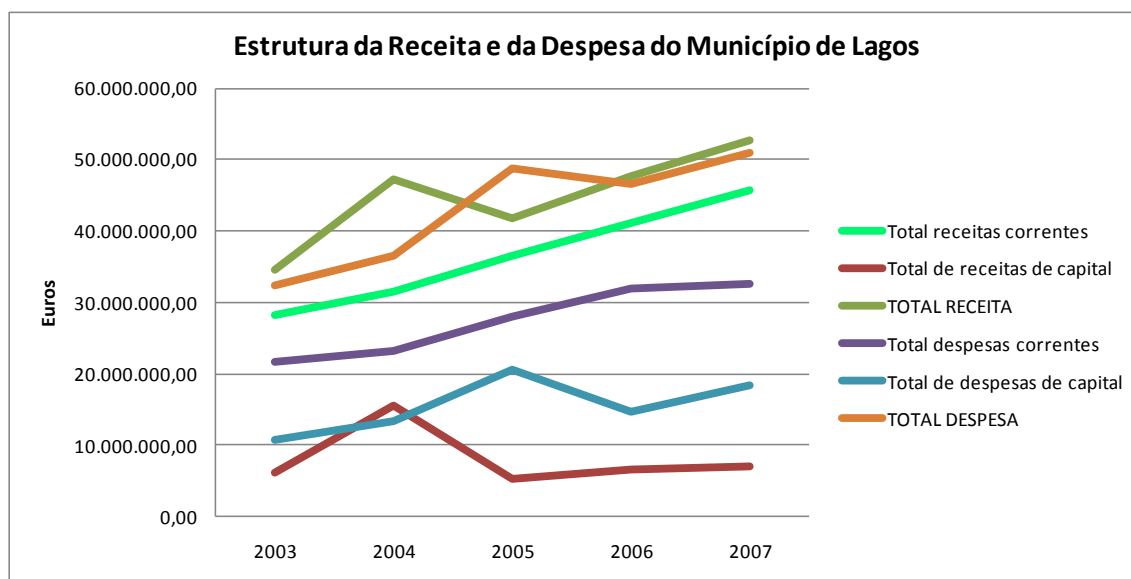
Indicador	Análise
	<p>pagamento, uma vez que outros factores podem determinar o atraso, estes indicadores apenas reflectem a capacidade). Assim o Município de Lagoa apresentava em 2003 uma liquidez geral próxima dos 56%, significando que o seu Activo circulante apenas suportava pouco mais de metade das suas necessidades de curto prazo (Passivo circulante). O Município terá procurado melhorar este indicador, uma vez que o desempenho futuro foi sempre superior, terminando em 2007 este indicador nos 79%.</p> <p>Já a liquidez imediata, que respeita à capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, que em 2003 era manifestamente insuficiente (cerca de 12%) assistiu a um aumento exponencial, passando para cerca de 52% em 2007.</p>
<p>Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>Apesar do aumento expressivo dos fundos próprios do Município de Lagoa durante o período em análise, verificou-se um acréscimo também ele expressivo, mas mais continuado, no total do Activo, entre 2003 e 2007, implicando assim um acréscimo da autonomia financeira numa fase inicial (de 71% em 2003 para 90% em 2004), seguindo-se uma redução continuada até atingir em 2007 os 71% registados em 2003, significando assim que é esta a percentagem do Activo Total que é suportada por fundos próprios.</p>
<p>Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, um claro e expressivo crescimento da receita total do Município de Lagoa, fruto essencialmente do crescimento dos impostos directos (o Município revela forte dependência dos impostos directos associados ao imobiliário). No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa em geral, com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços, com o pessoal e com as transferências.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Lagoa revelou melhor desempenho no ano de 2007, enquanto em 2003 observou o pior registo. Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 5ª posição, observando</p>

Indicador	Análise
	entretanto uma melhoria, traduzida na 2ª posição que ocupava em 2007 e na 3ª posição correspondente ao desempenho médio do período entre 2003 e 2007 (tendo obtido a mesma pontuação que o Município de Lagos).

Fonte: Carvalho, Manuel

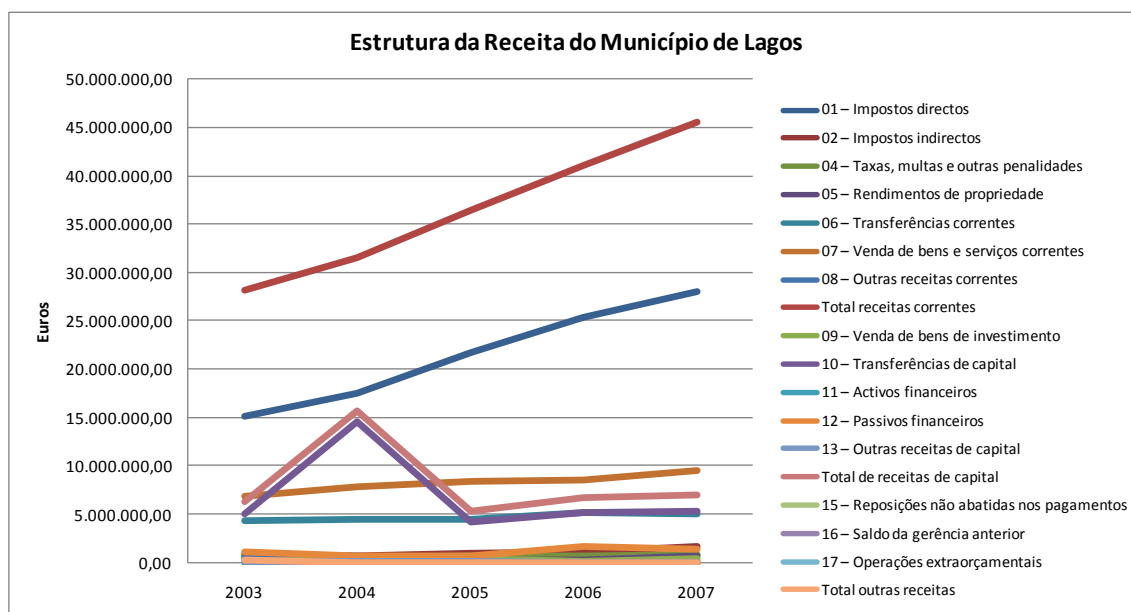
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Lagos.

FIGURA N.º 117 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007



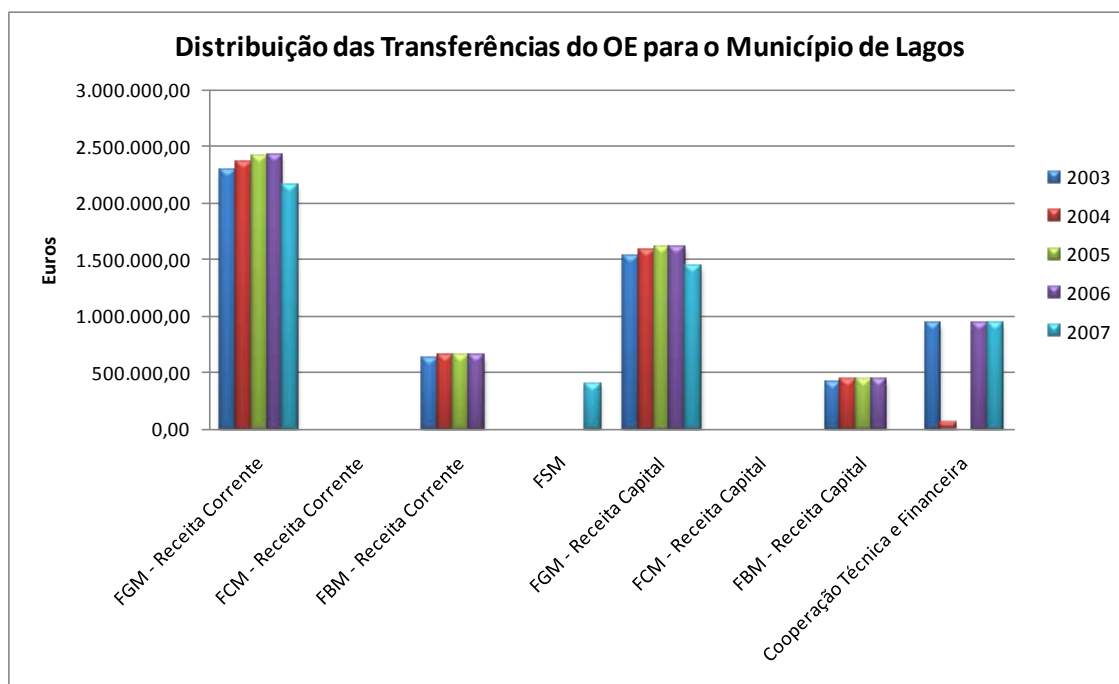
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 118 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007



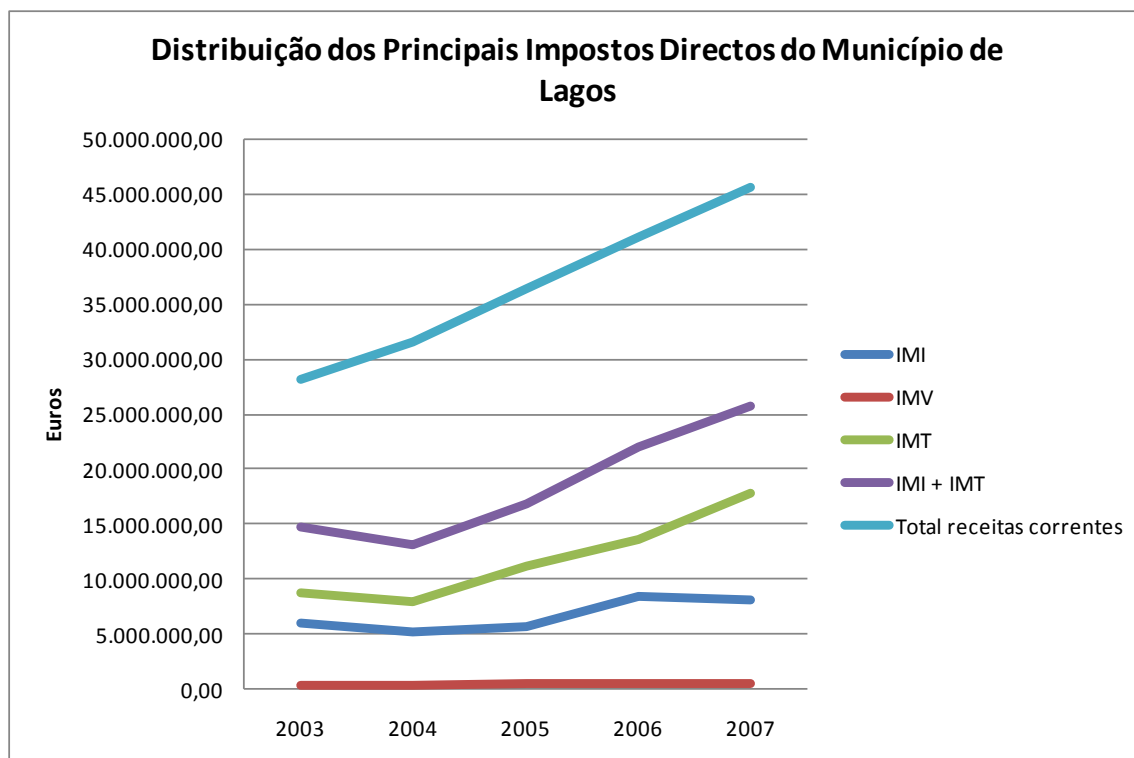
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 119 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007



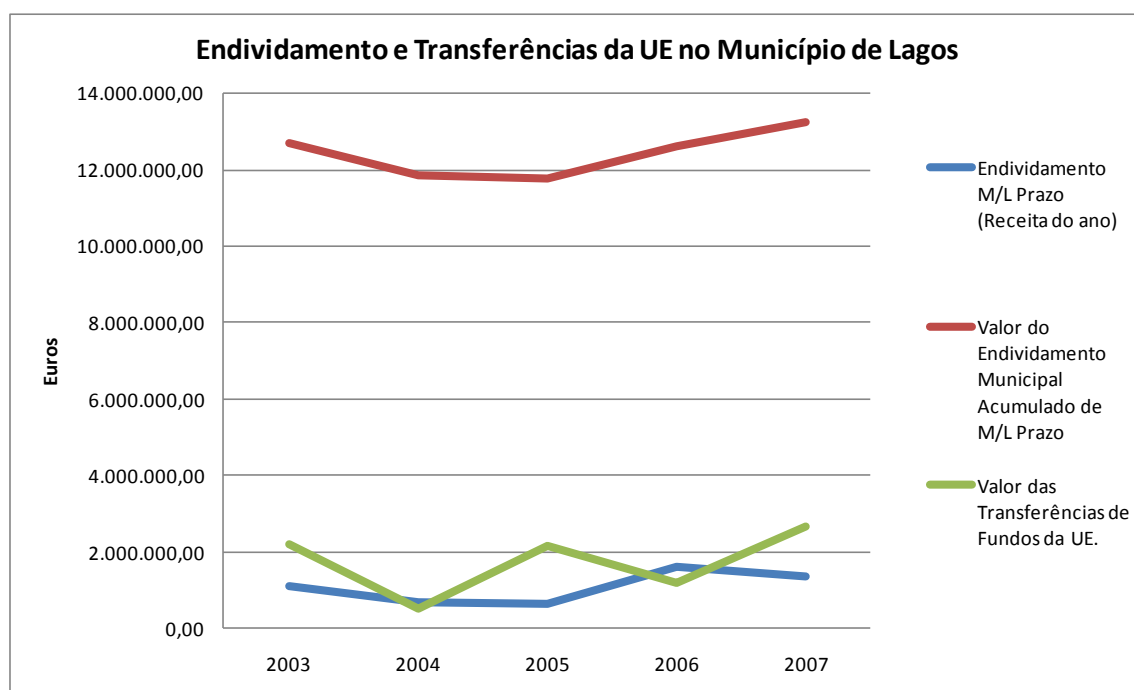
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 120 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007



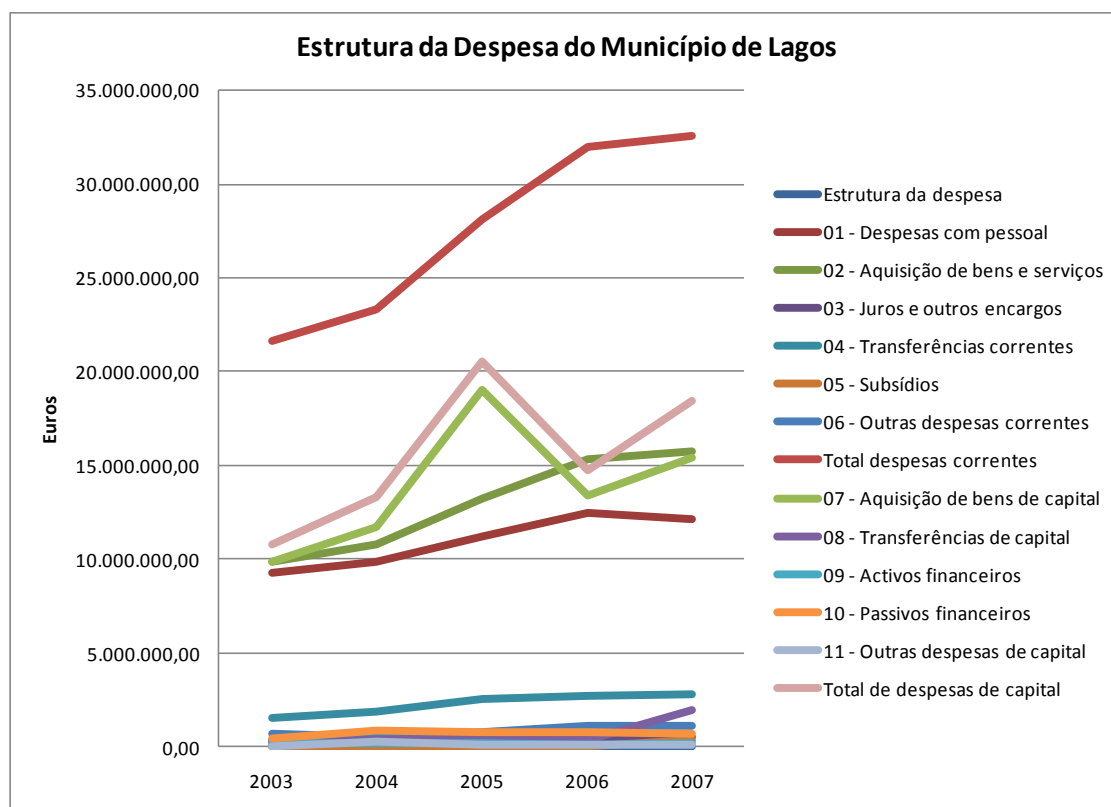
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 121 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 122 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007



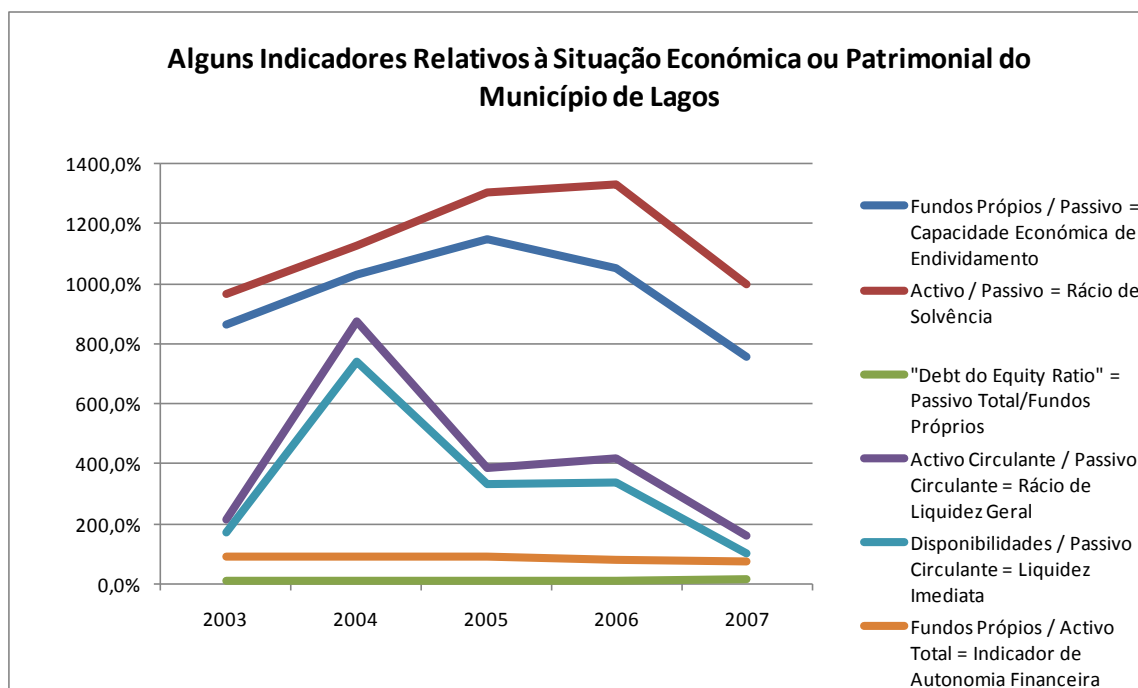
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 123 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 124 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 125 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE LAGOS, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	2	4	5	1	3
I - 2	Menor Percentagem	1	2	5	3	4
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	4	5	1	2	3
I - 4	Maior Percentagem	3	2	1	4	5
I - 5	Menor Percentagem	4	2	1	5	3
I - 6	Maior Percentagem	2	1	3	4	5
I - 7	Menor Valor	5	4	3	2	1
I - 8	Maior Valor	1	2	5	3	4
I - 9	Menor Dívida	3	4	5	2	1
I - 10	Menor Dívida	2	4	5	3	1
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	3	5	4	1	2
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	1	4	5	2	3
I - 14	Maior Percentagem	4	2	5	1	3
I - 15	Maior Percentagem	5	1	3	2	4
I - 16	Maior Percentagem	2	3	5	4	1
I - 17	Maior Percentagem	1	3	4	5	2
I - 18	Maior Percentagem	2	5	3	4	1
I - 19	Maior Percentagem	2	5	3	4	1
I - 20	Maior Percentagem	4	5	3	2	1
SOMA		52	65	72	58	53

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Lagos, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2003, enquanto 2005 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 126 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	A independência financeira do Município de Lagos aumentou cerca de 7,5% entre 2003 e 2007, sendo o quarto Município da região com o nível mais elevado de independência financeira em 2007 (80,5% do total da receita, correspondia a receitas próprias).
Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)	As necessidades anuais do Município de Lagos recorrer à receita proveniente do endividamento a Médio/Longo prazo, durante o período em análise foram irregulares. Assim, esta fonte de receita em 2003 representava pouco mais de um milhão de euros no orçamento municipal, viu nos dois anos seguintes o seu valor diminuir em cerca de 60%, voltando a aumentar em 2006 e 2007, superando em 48% e 25% respectivamente, o valor que esta fonte de receita registava em 2003.

Indicador	Análise
	Esta fonte de receita representava cerca de 3% do total da receita municipal, quer em 2003, quer em 2007.
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	No que respeita ao endividamento acumulado a Médio/Longo prazo, o Município de Lagos, em 2004 e 2005 reduziu os cerca de 12,7 milhões de euros deste Passivo, registados em 2003, ainda que pouco significativamente (para o mínimo de cerca de 11,8 milhões de euros), contudo, devido ao recurso a novos financiamentos em 2006 e 2007, o valor global deste seu Passivo financeiro voltou a aumentar nestes anos, superando em 2007 os 13,2 milhões de euros. O Passivo financeiro de médio/longo prazo deste Município em 2007 correspondia a cerca de 7% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região.
Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento	Durante o período analisado verificou-se que os investimentos realizados pelo Município de Lagos são realizados recorrendo cada vez menos ao endividamento a Médio/Longo prazo. Assim, em 2003 o recurso a esta fonte de financiamento, tinha um peso na ordem dos 28,6% do investimento, sendo em 2007 de apenas 15%, sendo 2005 o ano em que o investimento realizado recorreu menos a esta fonte de financiamento (apenas cerca de 5,2%).
Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento	O ano de 2007 foi o que registou o maior valor desta fonte de receita (acima de 2,6 milhões de euros), ainda assim, foi em 2003 que esta teve um peso superior face à receita total (aproximadamente 6%). No ano de 2003 o valor registado é pouco expressivo (cerca de 0,5 milhões de euros), o que representa cerca de 1% da receita total.
Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo	Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Lagos podemos conferir que este Município, entre 2003 e 2007, em geral recorreu menos ao endividamento do que as receitas provenientes dos Fundos da UE que recebeu. O mínimo nesta relação verificou-se nos anos de 2004 e 2006 com os Fundos da UE a equivalerem a apenas 75% do endividamento a M/L prazo desses anos, já a relação máxima verificou-se em 2005 com as transferências de fundos da UE a atingirem os 332% do endividamento. Em média entre 2003 e 2007 as transferências da UE representaram cerca de 162% do endividamento a M/L prazo ocorrido neste Município.

Indicador	Análise
	<p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Lagos", a evolução da variável transferências da UE demonstra um comportamento irregular, ainda que tendencialmente positivo, já a variável “endividamento acumulado a M/L prazo”, mantém maior regularidade, prosseguindo no conjunto do período, também uma tendência de crescimento. Estes dados justificam a existência de uma correlação moderada em sentido positivo entre estas variáveis e para este Município.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o Município de Lagos aumentou a sua capacidade económica de endividamento entre 2003 e 2006, fruto do forte acréscimo dos fundos próprios, contudo, em 2007, o elevado crescimento do Passivo Total motivou a redução da capacidade económica de endividamento. Assim, em 2007 o valor dos Fundos Próprios era cerca de 7,5 vezes superior ao valor do Passivo (em 2003 era de 8,7 vezes), ainda assim o valor máximo do período foi registado em 2005 com os Fundos Próprios a representarem cerca de 11,5 vezes o valor do Passivo. Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 era mais 3,8 vezes superior à capacidade legal para o mesmo ano, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos).</p> <p>O Município de Lagos é, de entre os dezasseis Municípios do Algarve, o 4º que apresenta maior capacidade legal de endividamento e o 3º que apresenta maior capacidade económica.</p>
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos. Assim, o indicador da capacidade de</p>

Indicador	Análise
	<p>solvência do Município de Lagos mostra-nos que esta tem evoluído favoravelmente ao longo do período em análise, ainda que em 2007 apresente níveis pouco superiores aos de 2003 e que o melhor desempenho tenha ocorrido nos anos intermédios.</p> <p>Destaca-se então que em 2003 o Activo superava em cerca de 9,7 vezes o Passivo, revelando este indicador que entre 2004 e 2006, o Activo superou em cerca de 11,3; 13 e 13,3 vezes o valor do Passivo, já em 2007 diminuiu para níveis ligeiramente superiores aos de 2003 (cerca de 10 vezes o valor do Passivo).</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Estes indicadores são particularmente importantes porque revelam a capacidade (disponibilidade de meios) para fazer face aos compromissos da actividade corrente do Município. Assim, revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores, uma vez que poderão perceber qual a expectativa quanto à "garantia" ou pelo menos à rapidez com que poderá o Município cumprir o seu compromisso (tal não significa uma garantia do pagamento, uma vez que outros factores podem determinar o atraso, estes indicadores apenas reflectem a capacidade).</p> <p>Assim, o Município de Lagos apresentava uma liquidez geral mínima da ordem dos 161% em 2007 e máxima em 2004 de 875%, significando que o seu Activo circulante supera largamente as suas necessidades de curto prazo (Passivo circulante).</p> <p>Já a liquidez imediata, que respeita à capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, verificou-se que entre 2003 e 2006 este indicador foi exageradamente superior a 100% e mesmo em 2007 era próximo de 99%.</p> <p>Assim, considera-se que o Município deverá melhorar a gestão dos seus Activos circulantes, por forma a adequar melhor as suas necessidades de curto prazo com os recursos de idêntica exigência, por forma a libertar disponibilidades, reduzindo as necessidades de financiamento ou amortizando Passivos actuais.</p>

Indicador	Análise
Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total	<p>À excepção do ano 2004 em que este indicador verificou um acréscimo face a 2003, nos restantes anos o seu desempenho tem sido negativo, justificado pelo acréscimo largamente superior do Activo Total comparativamente ao verificado pelos fundos próprios.</p> <p>Assim, a percentagem do Activo Total que era suportada por fundos próprios no Município de Lagos em 2003, correspondia a 89,6%, atingindo um máximo de 91,1% em 2004 e terminando 2007 com apenas 76%.</p>
Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, um claro e expressivo crescimento da receita total do Município de Lagos, fruto essencialmente do crescimento dos impostos directos (o Município revela um nível elevado de dependência dos impostos directos associados ao imobiliário, cerca de 49% em 2007).</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa em geral, com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços, com o pessoal, aquisição de bens de capital e com as transferências.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Lagos revelou melhor desempenho no ano de 2005, enquanto em 2003 observou o pior registo.</p> <p>Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 6ª posição, observando entretanto uma melhoria, traduzida na 3ª posição que ocupava em 2007 e que mantinha na avaliação na ao desempenho médio do período entre 2003 e 2007 (tendo obtido a mesma pontuação que o Município de Lagoa).</p>

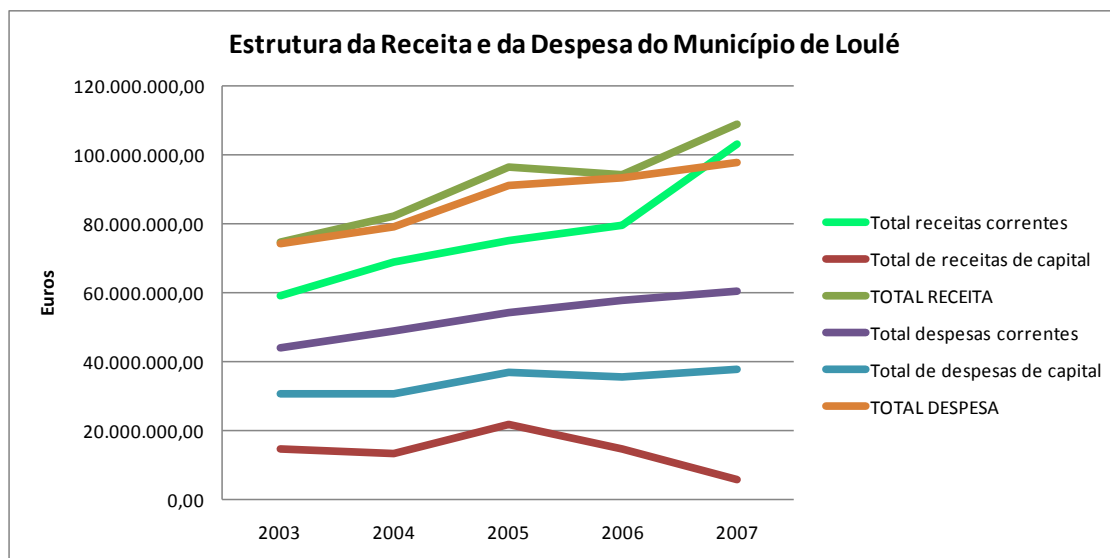
Fonte: Carvalho, Manuel

IX.I.VIII

O Município de LOULÉ

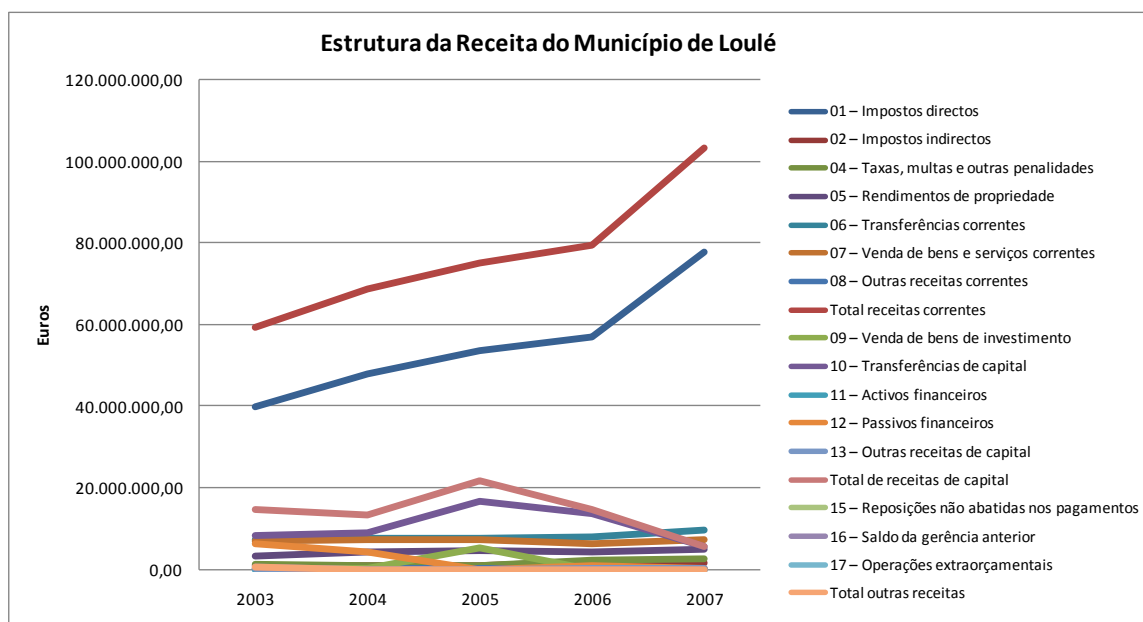
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Loulé.

FIGURA N.º 127 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007



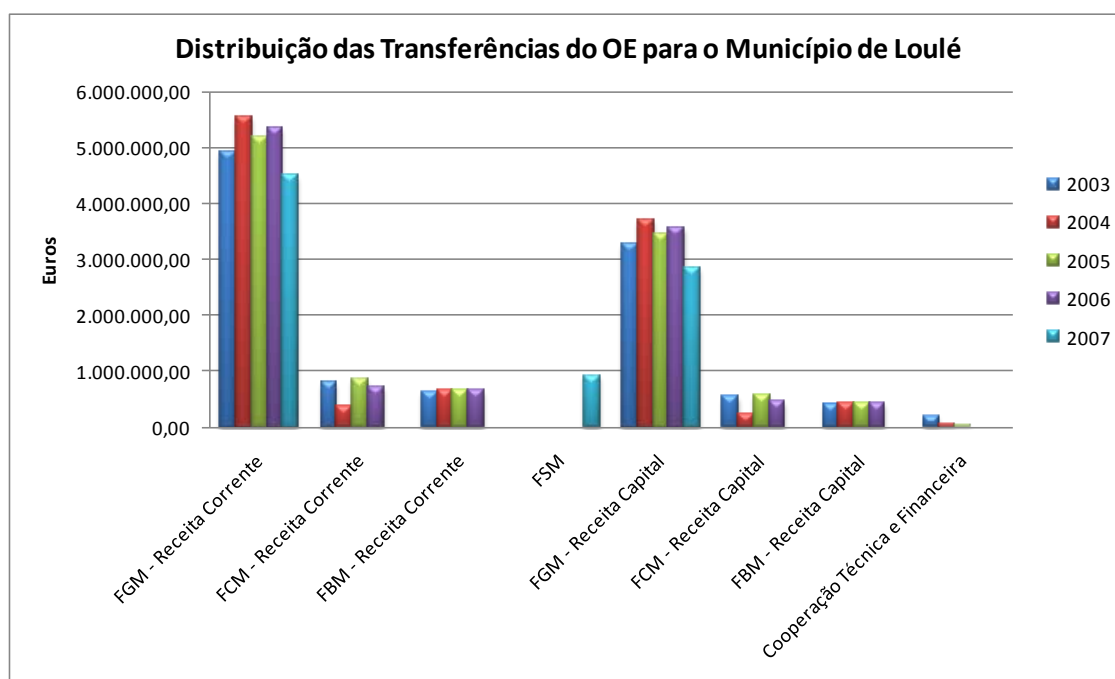
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 128 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007



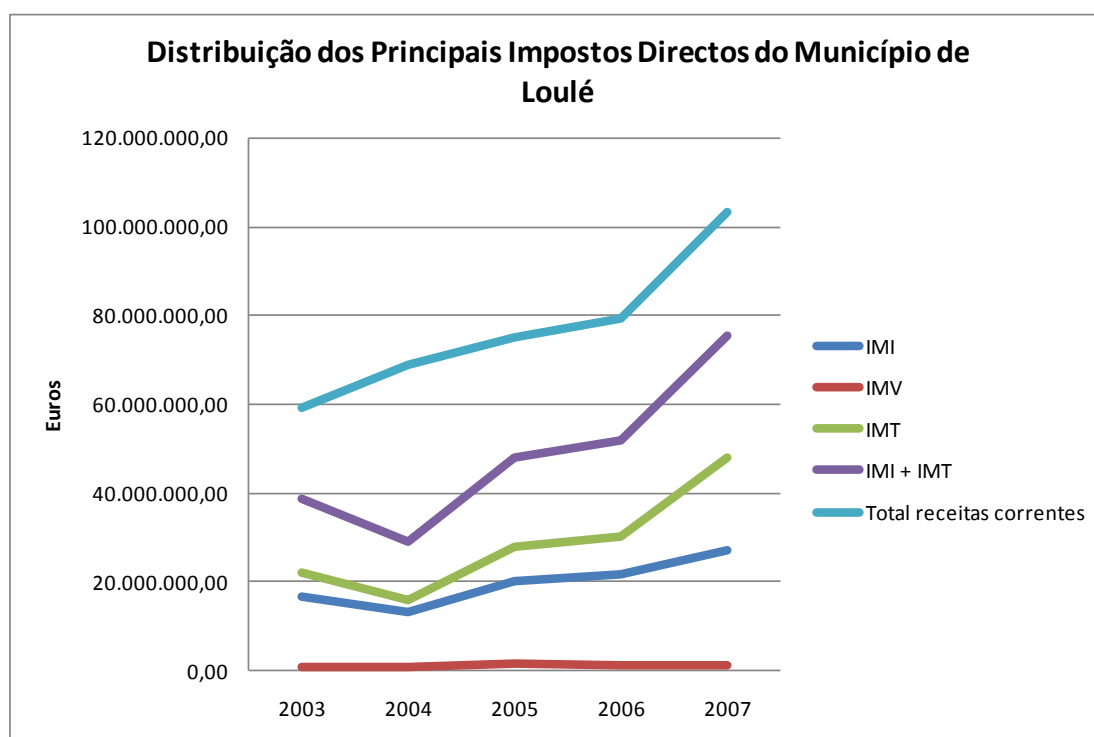
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 129 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007



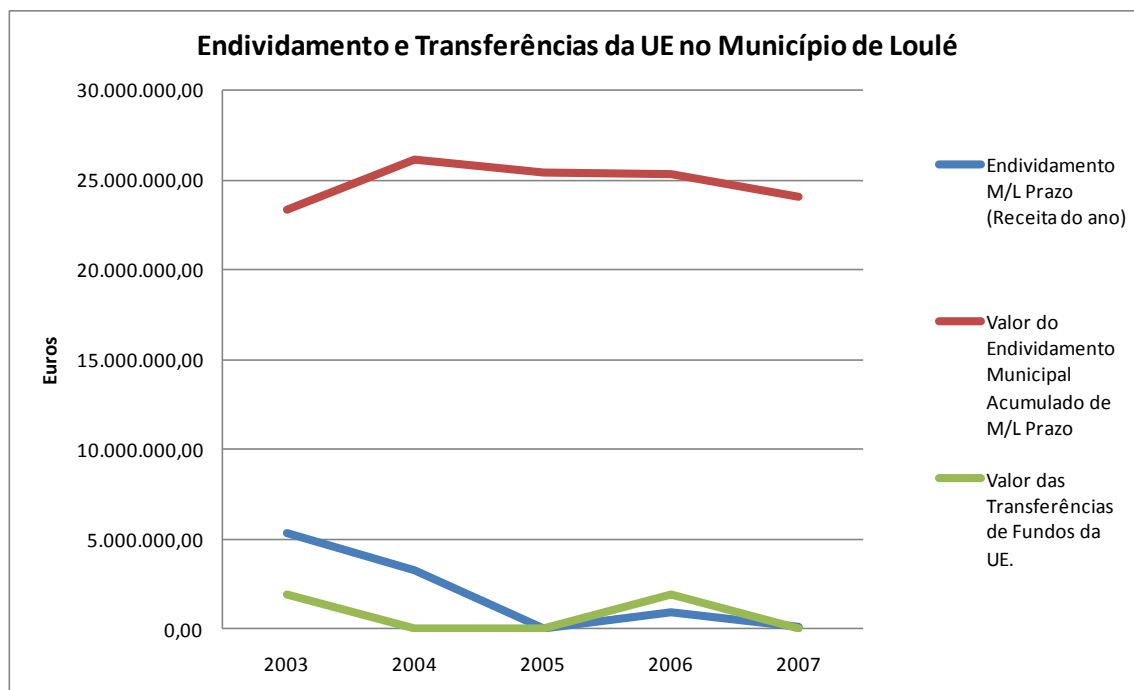
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 130 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007



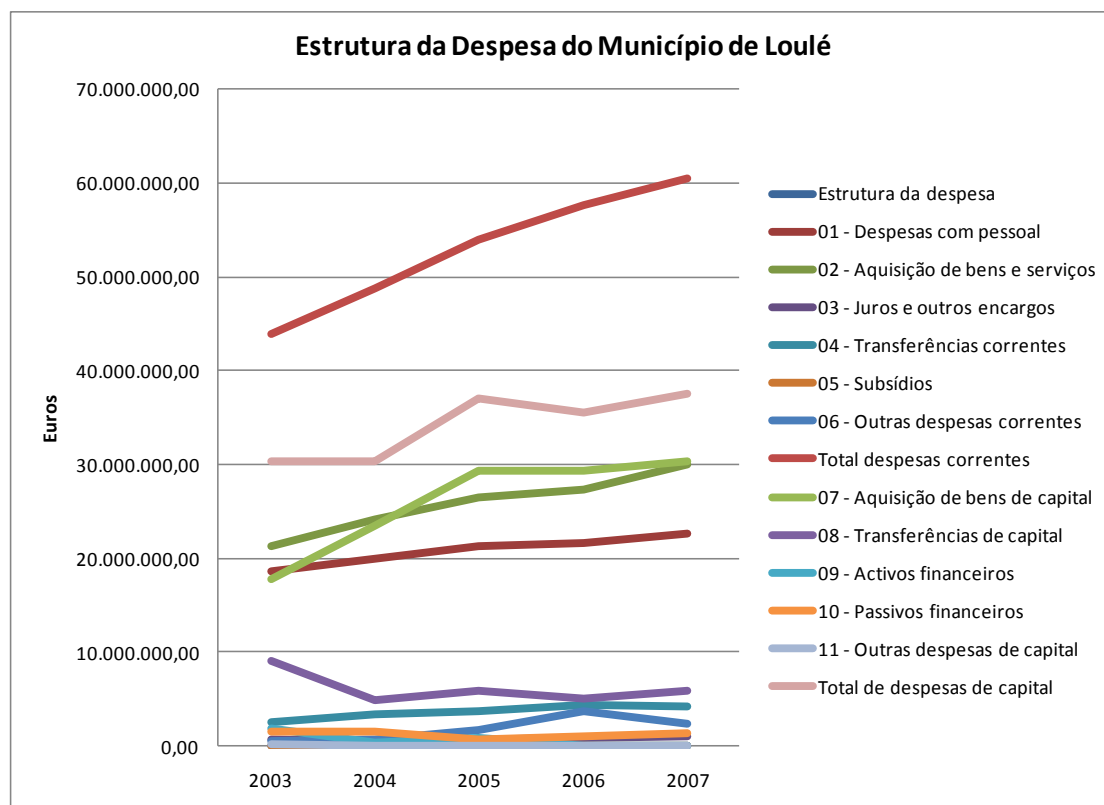
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 131 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007



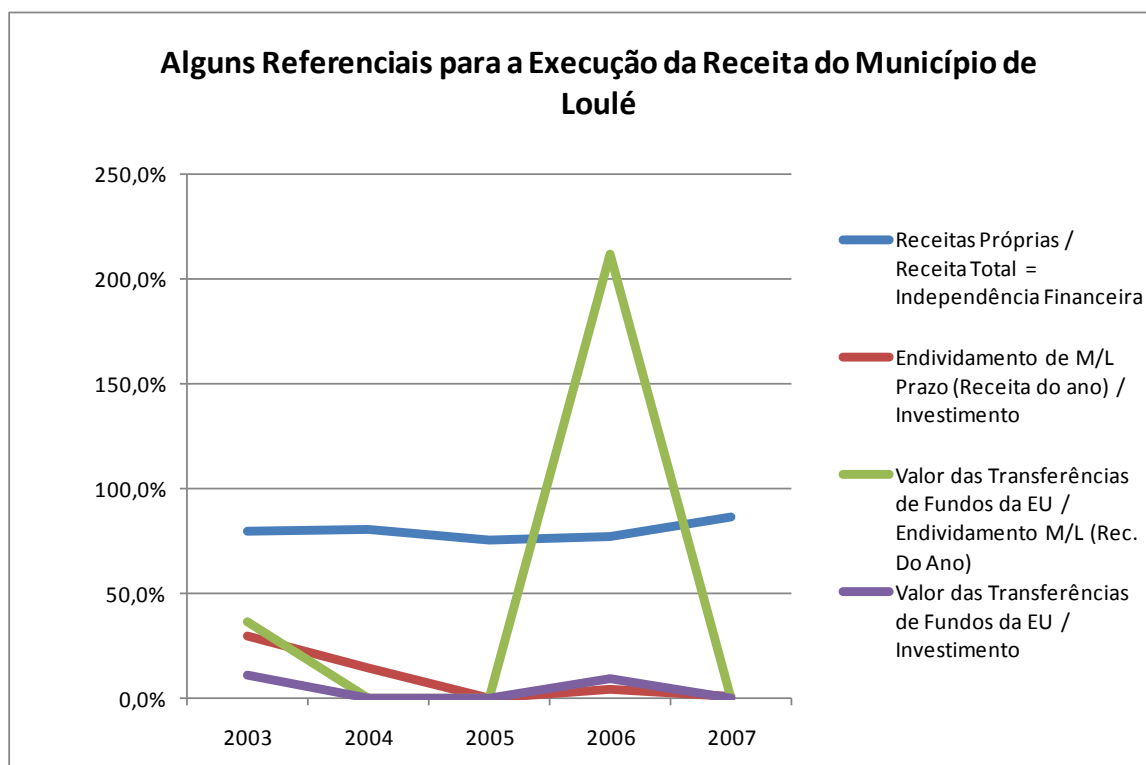
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 132 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007



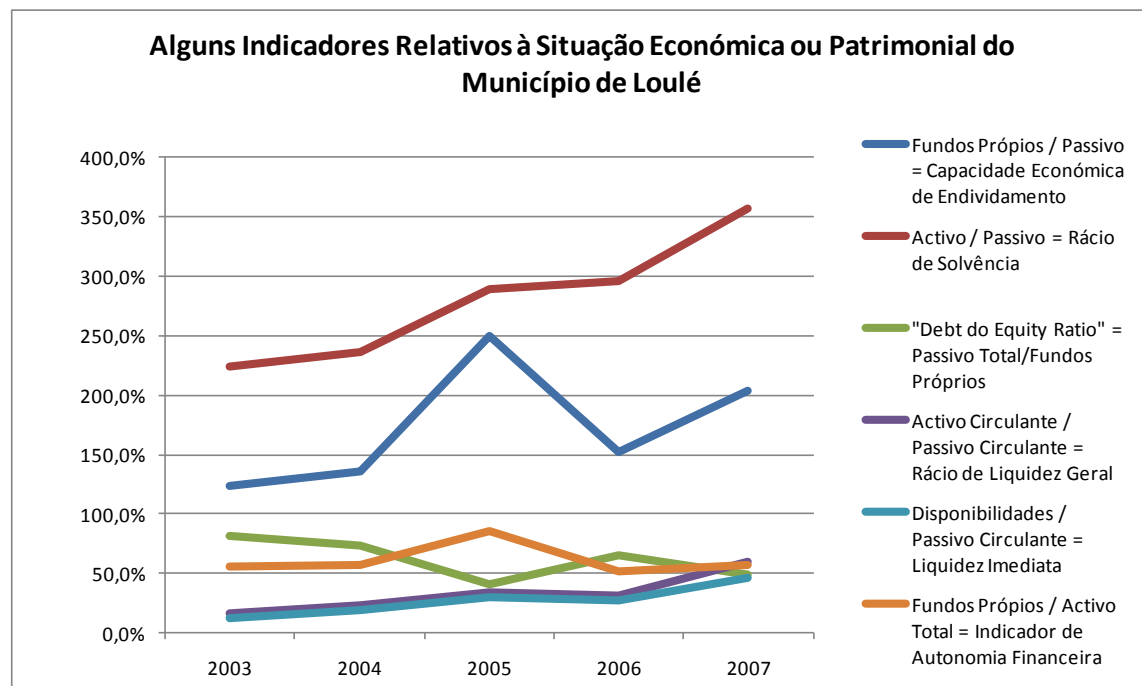
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 133 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 134 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 135 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE LOULÉ, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	5	3	4	1	2
I - 2	Menor Percentagem	2	1	3	4	5
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	1	3	4	2	5
I - 4	Maior Percentagem	1	3	2	4	5
I - 5	Menor Percentagem	3	2	1	4	5
I - 6	Maior Percentagem	1	3	2	4	5
I - 7	Menor Valor	5	4	3	2	1
I - 8	Maior Valor	2	1	4	3	5
I - 9	Menor Dívida	5	4	3	1	2
I - 10	Menor Dívida	5	1	2	3	4
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	1	2	4	3	5
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	1	2	5	3	4
I - 14	Maior Percentagem	4	1	3	5	2
I - 15	Maior Percentagem	5	1	1	4	1
I - 16	Maior Percentagem	1	2	5	3	4
I - 17	Maior Percentagem	1	2	3	4	5
I - 18	Maior Percentagem	1	2	4	3	5
I - 19	Maior Percentagem	1	2	4	3	5
I - 20	Maior Percentagem	2	4	5	1	3
SOMA		48	45	65	61	78

Nota: Em 2004, 2005 e 2007 não se registaram receitas provenientes de transferências da UE e apenas em 2005 não se registou o recurso a qualquer endividamento a M/L prazo por parte deste Município, impedindo assim o cálculo do indicador "I - 14". Assim e por forma a não impedir este exercício, optou-se por hierarquizar (apenas os anos em que não houve transferências da UE) valorizando-os como os piores de entre os cinco em análise, uma vez que não resultou qualquer receita e de entre os três, penalizando mais o que observou maior valor de endividamento a M/L prazo. Critério semelhante foi adoptado para os indicadores "I - 5", "I - 13" e "I - 15", relativamente aos anos em que uma das componentes do indicador tem valor nulo, hierarquizando-se apenas em função da outra componente e considerando o objectivo do respectivo indicador, seguindo-se os restantes anos de acordo com o critério geral definido.

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Loulé, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2004, enquanto 2007 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 136 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE LOULÉ

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	<p>A independência financeira do Município de Loulé aumentou cerca de 7% entre 2003 e 2007, sendo o segundo Município da região com o nível mais elevado de independência financeira em 2007 (86,1% do total da receita, correspondia a receitas próprias).</p> <p>Salienta-se que em 2007, mais de 69% do total da receita deste Município, resultou da tributação do IMI e do IMT.</p>

Indicador	Análise
Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)	As necessidades anuais do Município de Loulé recorrer à receita proveniente do endividamento a Médio/Longo prazo, durante o período em análise foram irregulares. Assim, esta fonte de receita em 2003 representava cerca de 5,3 milhões de euros no orçamento municipal (7% do total da receita), viu nos dois anos seguintes o seu valor e a sua relevância no orçamento diminuírem, representando cerca de 4% do total da receita em 2004, sem qualquer registo em 2005 e irrelevante nos anos seguintes.
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	<p>No que respeita ao endividamento acumulado a Médio/Longo prazo no Município de Loulé, após ter aumentado em 2004 cerca de 2,9 milhões de euros face a 2003 (relativamente aos cerca de 23,3 milhões que registava em 2003), sucedeu-se uma redução contínua deste Passivo, que em 2007 totalizava pouco mais de 24 milhões de euros (cerca de 3% acima do que se registava em 2003)</p> <p>O Passivo financeiro de médio/longo prazo deste Município em 2007 correspondia a cerca de 12% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região, sendo o segundo Município com maior volume de endividamento de médio/longo prazo, logo depois do Município de Faro.</p>
Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento	Durante o período analisado verificou-se que os investimentos realizados pelo Município de Loulé são realizados recorrendo cada vez menos ao endividamento a médio e longo prazo. Assim, em 2003 o recurso a esta fonte de financiamento, tinha um peso na ordem dos 29,8% do investimento, sendo em 2007 de apenas 0,4%. Em 2005 o Município não recorreu a qualquer financiamento a médio e longo prazo.
Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento	Apenas nos anos de 2003 e 2006 foi registada receita proveniente das transferências de fundos da UE para o Município de Loulé, sendo o valor recebido em ambos os anos de aproximadamente 1,9 milhões de euros, o que representou cerca de 3% e 2% no total da receita municipal em cada um dos anos respectivamente.
Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo	Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Loulé podemos conferir que este Município, apenas registou receitas provenientes de Fundos da UE nos anos de 2003 e 2006, por outro lado em 2005 o Município não recorreu a qualquer endividamento a M/L prazo.

Indicador	Análise
	<p>Assim, em 2003 as receitas provenientes dos Fundos da UE representavam apenas 37% do endividamento a M/L prazo contratado nesse ano. Relativamente a ano de 2006, uma vez que o Município apenas contratou 100.000 euros de endividamento a M/L prazo, esta percentagem é muito superior e as transferências de fundos da UE a atingirem os 212% do endividamento. Em média entre 2003 e 2007 as transferências da UE representaram cerca de 40% do endividamento a M/L prazo verificado neste Município.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Loulé", a evolução da variável transferências da UE demonstra um comportamento irregular e aparentemente divergente do verificado pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo”, a qual mantém maior regularidade. Estes dados justificam a existência de uma correlação moderada em sentido negativo entre estas variáveis e para este Município.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o Município de Loulé aumentou em cerca de 65% (de 123,5% para 204%) a sua capacidade económica de endividamento entre 2003 e 2007, fruto do forte acréscimo dos fundos próprios.</p> <p>Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 era mais 1,4 vezes superior à capacidade legal para o mesmo ano, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos).</p> <p>O Município de Loulé é, de entre os dezasseis Municípios do Algarve, o que apresenta maior capacidade legal de endividamento (mais de 121 milhões de euros) e o 2º que apresenta maior capacidade económica.</p>

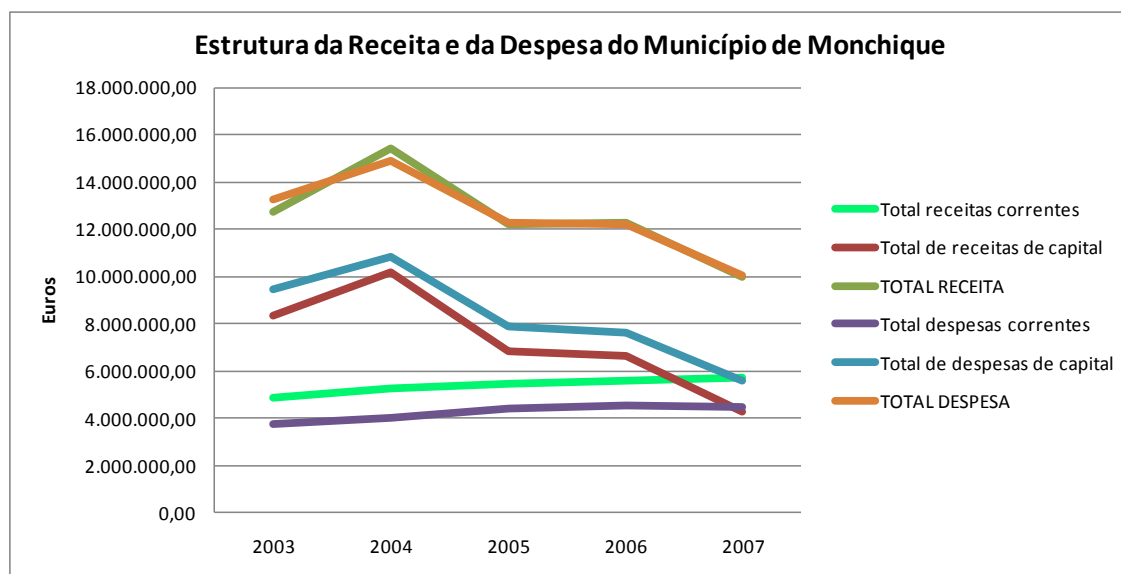
Indicador	Análise
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos. Assim, o indicador da capacidade de solvência do Município de Loulé mostra-nos que esta tem evoluído favoravelmente de forma progressiva ao longo do período em análise.</p> <p>Destaca-se então que em 2003 o Activo superava em cerca de 2,2 vezes o Passivo, já em 2007 atingiu níveis superiores a 3,5 vezes o valor do Passivo.</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Estes indicadores são particularmente importantes porque revelam a capacidade (disponibilidade de meios) para fazer face aos compromissos da actividade corrente do Município. Assim, revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores, uma vez que poderão perceber qual a expectativa quanto à "garantia" ou pelo menos à rapidez com que poderá o Município cumprir o seu compromisso (tal não significa uma garantia do pagamento, uma vez que outros factores podem determinar o atraso, estes indicadores apenas reflectem a capacidade).</p> <p>Assim, o Município de Loulé apresentava uma liquidez geral mínima da ordem dos 16,1% (registada em 2003) e máxima de 59,4% (registada em 2007), significando que o seu Activo circulante ficava aquém das suas necessidades de curto prazo (Passivo circulante).</p> <p>Já no que respeita à liquidez imediata, que traduz a capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, verificou-se também uma forte recuperação deste indicador (de 11,8% em 2003 para 45,9% em 2007), o que representa o esforço do Município por melhorar a sua capacidade de pagamento a curto prazo.</p> <p>Ainda assim, considera-se que o Município deverá melhorar a gestão dos seus Activos circulantes, por forma a adequar melhor os recursos de curto prazo com as suas necessidades de idêntica exigência.</p>

Indicador	Análise
<p>Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>Entre 2003 e 2005 este indicador registou um acréscimo, entrando de seguida em declínio para em 2007 registarem níveis idênticos aos de 2004, ou seja, cerca e 2% acima do registo de 2003.</p> <p>Assim, a percentagem do Activo Total que era suportada por fundos próprios no Município de Loulé em 2003, correspondia a 55,3%, atingindo um máximo de 86,1% em 2005 e terminando 2007 com apenas 57%.</p>
<p>Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, um claro e expressivo crescimento da receita total do Município de Loulé, fruto essencialmente do crescimento dos impostos directos.</p> <p>Note-se que é este o Município que revelou o nível mais elevado de dependência dos impostos directos associados ao imobiliário durante todo o período, os quais em 2007 representavam cerca de 69,3% da receita total do Município.</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa em geral, com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços, com a aquisição de bens de capital, com o pessoal, e com as transferências.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Loulé revelou melhor desempenho no ano de 2007, enquanto em 2004 observou o pior registo.</p> <p>Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 12ª posição, observando entretanto uma melhoria, traduzida na avaliação na 10ª posição, relativa ao desempenho médio do período entre 2003 e 2007 na 7ª posição que ocupava em 2007.</p>

Fonte: Carvalho, Manuel

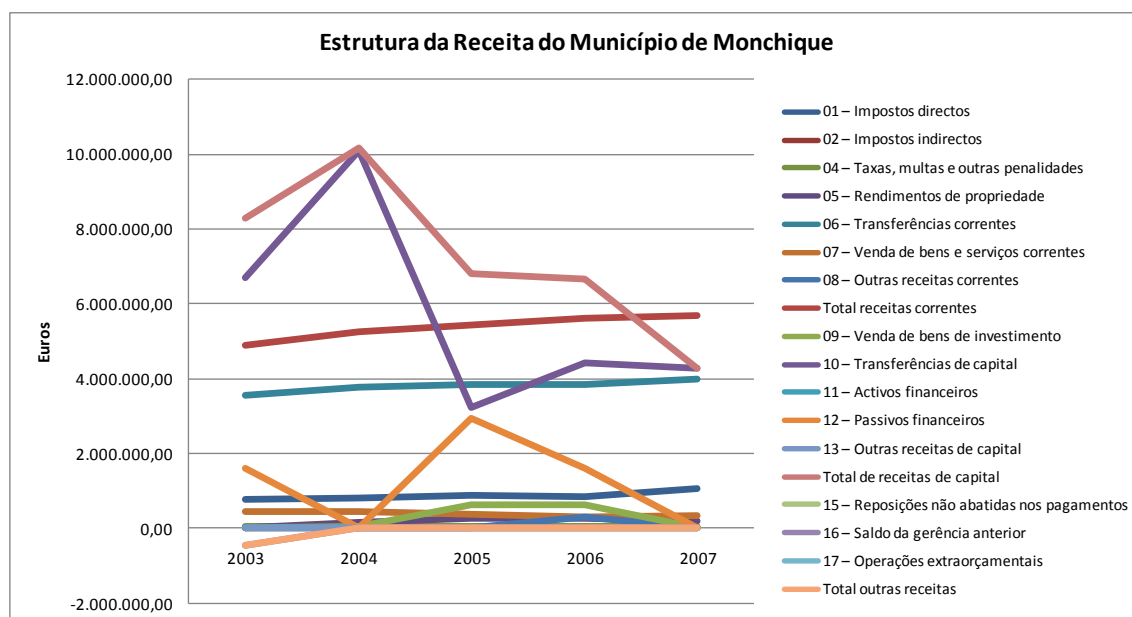
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Monchique.

FIGURA N.º 137 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007



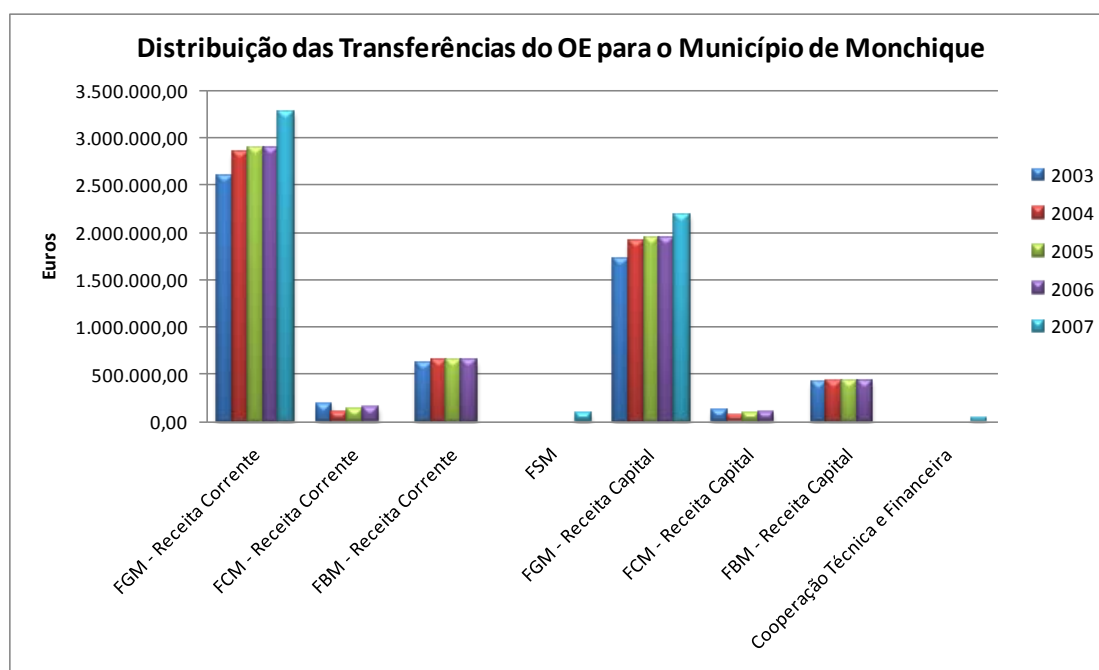
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 138 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007



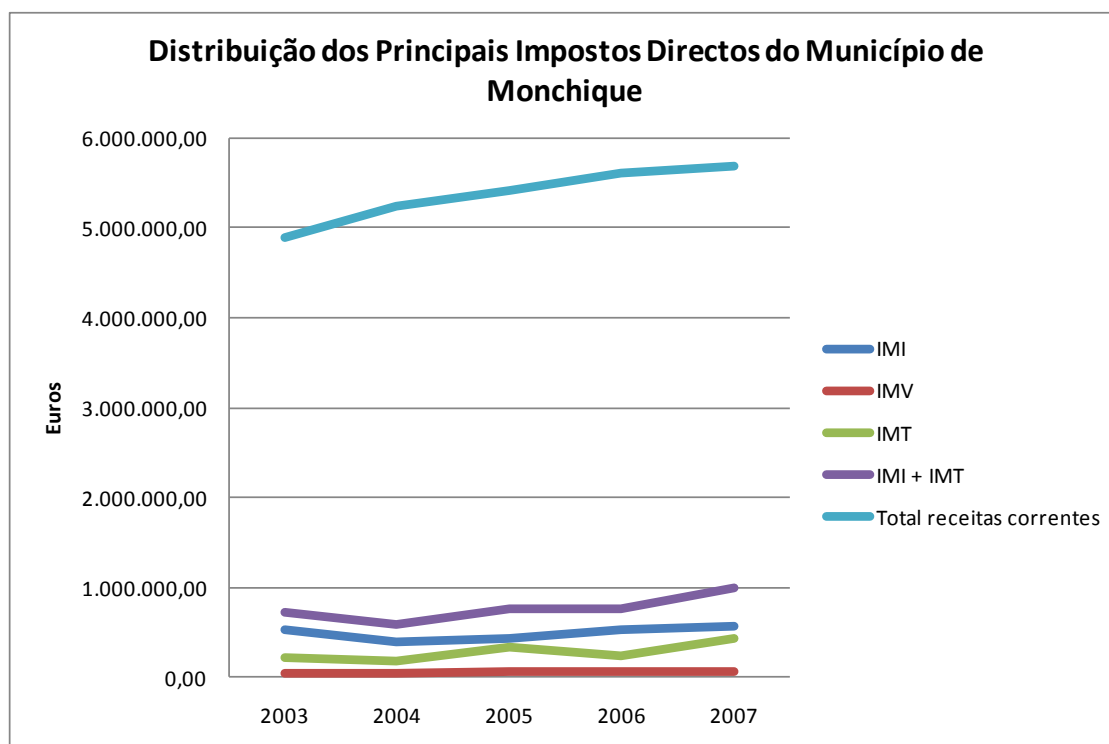
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 139 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007



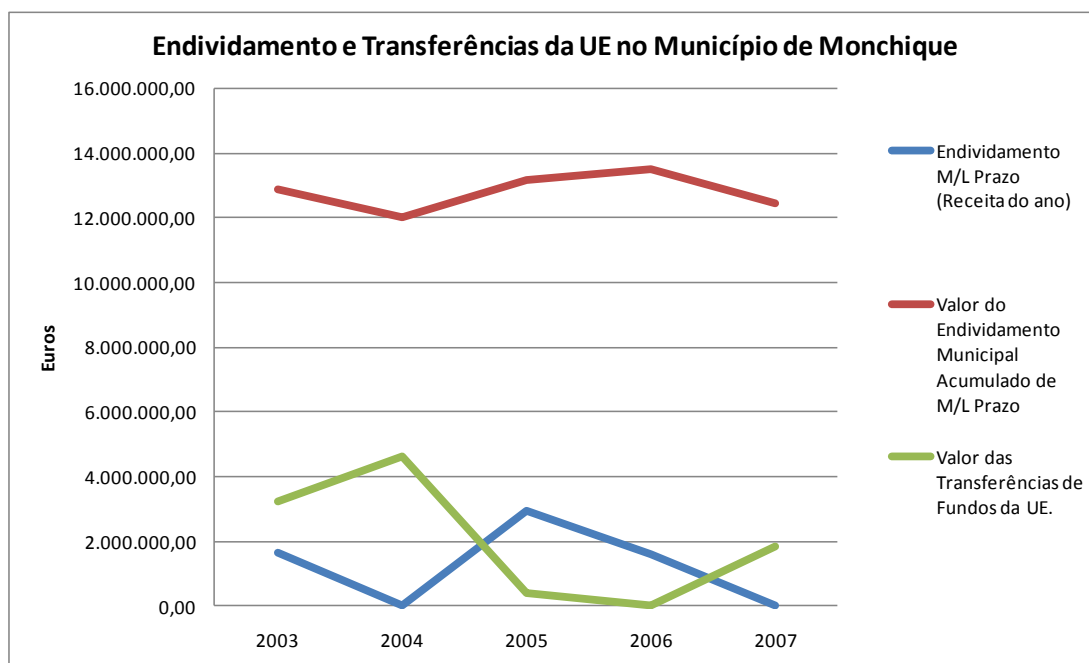
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 140 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007



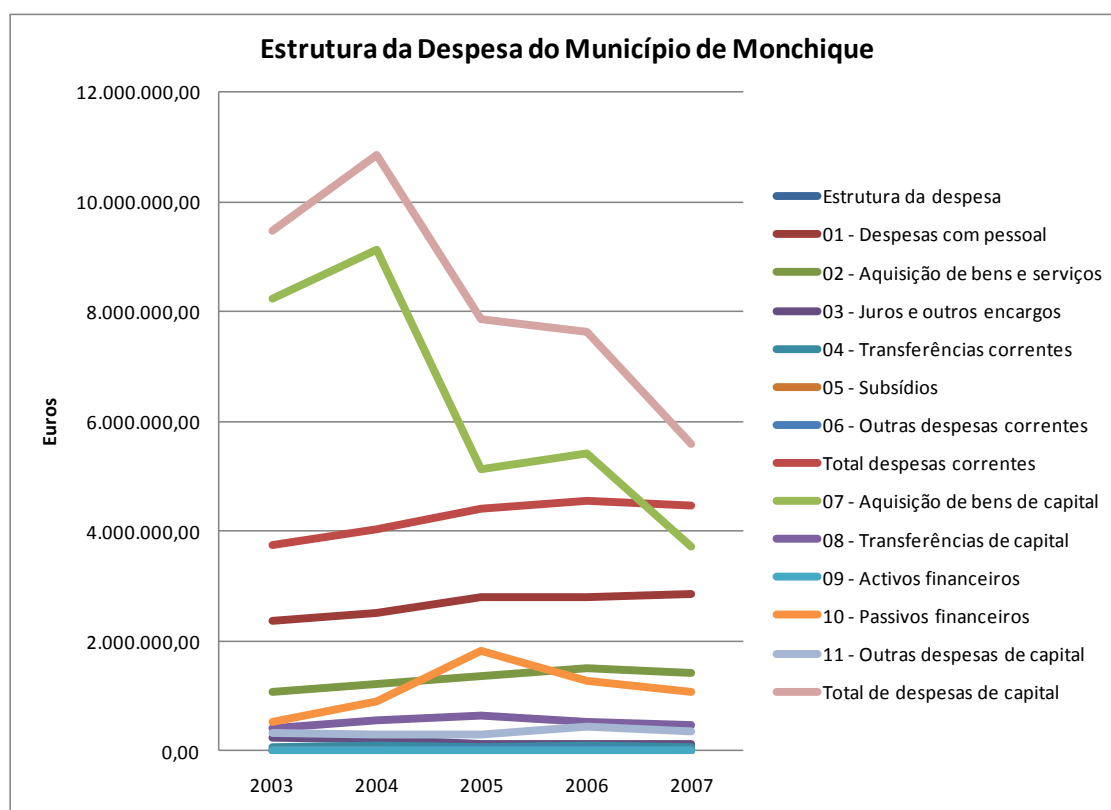
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 141 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 142 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007



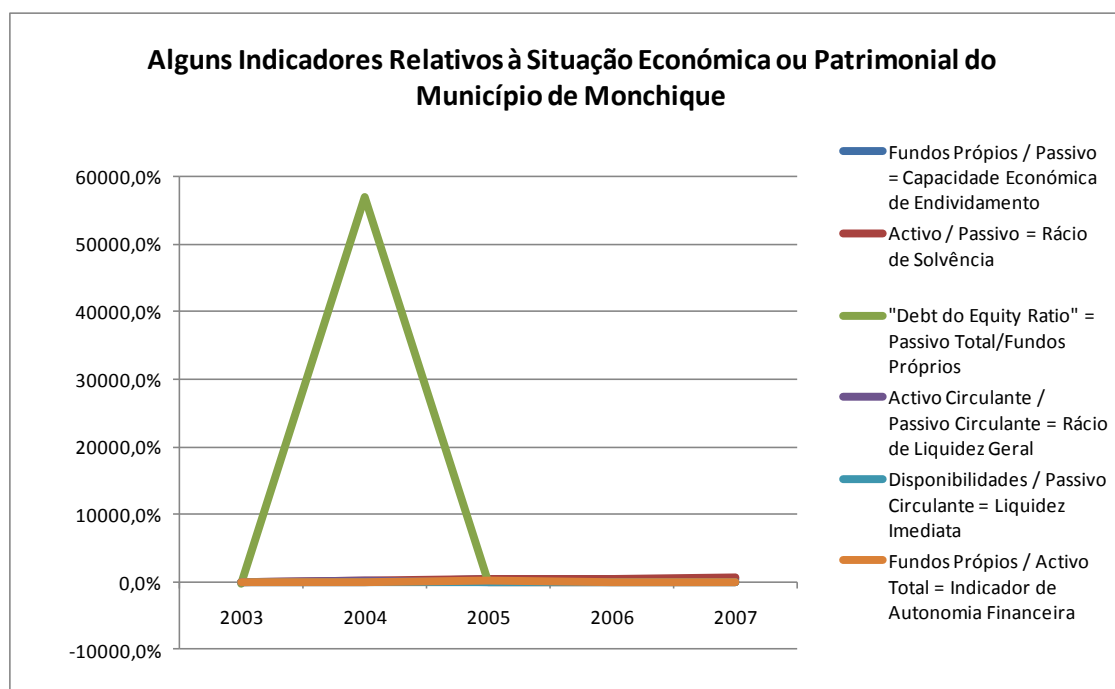
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 143 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 144 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 145 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE MONCHIQUE, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	4	5	3	2	1
I - 2	Menor Percentagem	4	5	3	2	1
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	1	5	3	4	2
I - 4	Maior Percentagem	2	1	4	3	5
I - 5	Menor Percentagem	5	3	1	2	4
I - 6	Maior Percentagem	2	1	4	3	5
I - 7	Menor Valor	5	4	3	1	2
I - 8	Maior Valor	4	5	3	2	1
I - 9	Menor Dívida	1	5	3	2	4
I - 10	Menor Dívida	3	5	2	1	4
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	2	4	1	3	5
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	3	4	1	2	5
I - 14	Maior Percentagem	3	4	2	1	5
I - 15	Maior Percentagem	3	5	2	1	4
I - 16	Maior Percentagem	1	2	5	3	4
I - 17	Maior Percentagem	1	2	3	4	5
I - 18	Maior Percentagem	1	5	3	4	2
I - 19	Maior Percentagem	1	5	3	4	2
I - 20	Maior Percentagem	1	2	5	4	3
SOMA		48	74	57	52	69

Nota: Em 2007 não se registou o recurso a qualquer endividamento a M/L prazo por parte deste Município, impedindo assim o cálculo do indicador "I - 14". Assim e por forma a não impedir este exercício, optou-se por hierarquizar este ano apenas pelo critérios do maior valor recebido de transferências da UE. Seguindo a mesma lógica, para o cálculo do indicador "I - 13" este ano foi pontuado com a pontuação máxima, por apenas verificar investimento sem recurso ao endividamento, seguindo-se os restantes anos de acordo com o critério geral definido.

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Monchique, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2003, enquanto 2004 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 146 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	<p>A independência financeira do Município de Monchique verificou um comportamento instável entre 2003 e 2007, acabando por diminuir cerca de 2,6% em 2007 (19,6% em 2003 para 17% em 2007).</p> <p>Salienta-se que este é o segundo Município da região com o nível mais baixo de independência financeira (inferior a 20%) e que em 2007 ainda registasse maior dependência, pese embora na média do período seja de registar um acréscimo para os 24,3%.</p>

Indicador	Análise
	<p>Salienta-se que em 2007, a tributação do IMI e do IMT neste Município contribuiu com menos de 10% do total da receita.</p>
<p>Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)</p>	<p>As necessidades anuais do Município de Monchique recorrer à receita proveniente do endividamento a Médio/Longo prazo, durante o período em análise foram irregulares. Assim, esta fonte de receita em 2003 (cerca de 1,6 milhões de euros) representava 13% do total da receita no orçamento municipal desse ano, de resto, peso idêntico ao registado em 2006, enquanto em 2005 esta fonte de financiamento foi mais determinante, uma vez que representou 24% do total da receita. Em 2007 não se registou qualquer endividamento desta natureza e o registado em 2004 é insignificante.</p>
<p>Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo</p>	<p>No que respeita ao endividamento acumulado a Médio/Longo prazo no Município de Monchique, verifica-se também alguma irregularidade. Assim, os cerca de 12,9 milhões de euros de endividamento registados em 2003, diminuíram para pouco mais de 12 milhões no ano seguinte, mas quase atingiram os 13,5 milhões em 2006, diminuindo em 2007 para cerca de 12,4 milhões de euros.</p> <p>O Passivo financeiro de médio/longo prazo deste Município em 2007 correspondia a cerca de 6% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região.</p>
<p>Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento</p>	<p>Durante o período analisado verificou-se uma enorme variação no peso que o endividamento a médio e longo prazo representava no financiamento dos investimentos realizados pelo Município de Monchique. Assim, em 2003 o recurso a esta fonte de financiamento, tinha um peso na ordem dos 19,7% do investimento, sendo no ano seguinte de apenas 0,2%, já a relação do investimento máximo financiado verificou-se em 2005 (57,5%) e em 2007 não se registou qualquer endividamento desta natureza, pelo que não é possível calcular esta relação.</p>
<p>Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento</p>	<p>O ano de 2004 foi o que registou o maior valor desta fonte de receita (acima de 4,6 milhões de euros), sendo também o ano em que esta teve um peso superior face à receita total (aproximadamente 30%). Nos anos de 2003 e 2007 o contributo desta fonte foi também significativo, representando 25% e 18% respectivamente, em 2006 não se registou qualquer receita e em 2005 o contributo é pouco expressivo.</p>

Indicador	Análise
	<p>No conjunto do período analisado, esta fonte de receita representa cerca de 16% da receita total.</p>
<p>Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo</p>	<p>Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Monchique podemos conferir que este Município em 2007 não recorreu a qualquer endividamento a M/L prazo e em 2006 não foram registadas quaisquer receitas provenientes de Fundos da UE.</p> <p>Assim, em 2003 as receitas provenientes dos Fundos da UE representavam 200% do endividamento a M/L prazo contratado nesse ano. E 2004, o significativo acréscimo das transferências da UE e o quase insignificante recurso ao endividamento, justificam o elevadíssimo valor da relação.</p> <p>Em média entre 2003 e 2007 as transferências da UE representaram cerca de 163% do endividamento a M/L prazo verificado neste Município.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Monchique", a evolução da variável transferências da UE demonstra um comportamento irregular e aparentemente divergente do verificado pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo”. Estes dados justificam a existência de uma correlação forte em sentido negativo entre estas variáveis e para este Município.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o Município de Monchique, regista em 2003 uma capacidade económica de endividamento negativa (-56,7%) e irrelevante em 2004 (0,2%), tal poderá dever-se aos factos já citados, relativos à avaliação/contabilização dos fundos próprios.</p> <p>Nos anos seguintes a capacidade económica de endividamento diminuiu,</p>

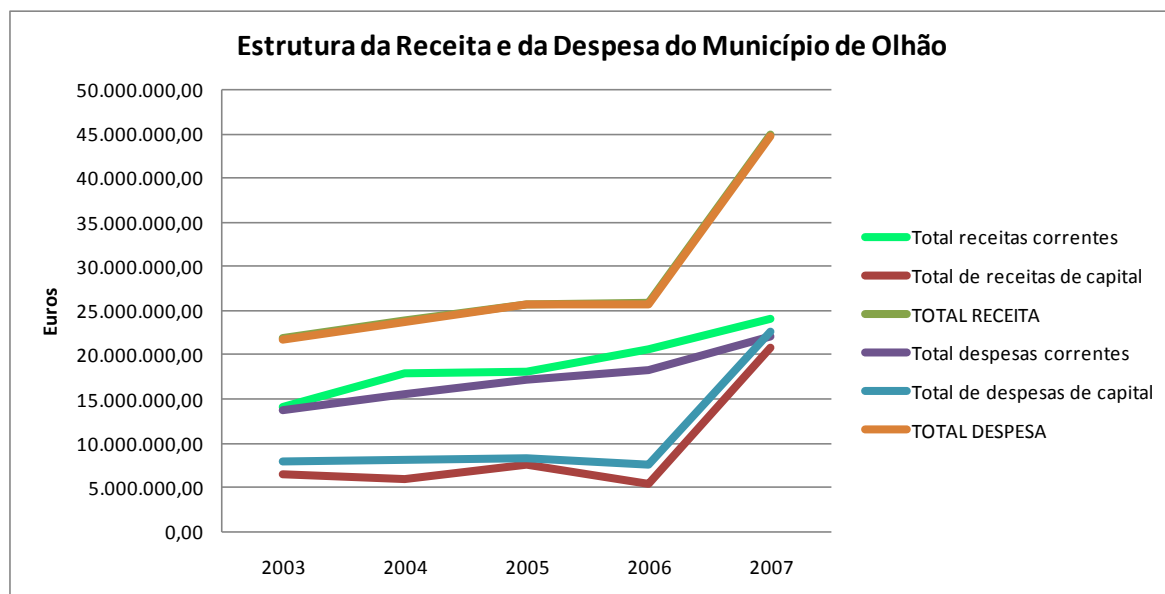
Indicador	Análise
	<p>tendo como ponto de partida os 457% que os fundos próprios cobriam relativamente ao Passivo em 2005 e que em 2007 se situava em cerca de 399%.</p> <p>Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 era superior a 61 milhões de euros, ainda assim, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos), destaca-se o facto deste Município apresentar uma capacidade legal negativa para o mesmo ano, devendo proceder à amortização nos termos da lei.</p>
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos. Assim, o indicador da capacidade de solvência do Município de Monchique mostra-nos que esta tem evoluído favoravelmente de forma progressiva ao longo do período em análise.</p> <p>Destaca-se então que em 2003 o Activo era inferior a metade do Passivo, ultrapassando os 100% logo em 2004, e em 2007 rondava os 570% do Passivo.</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Estes indicadores são particularmente importantes porque revelam a capacidade (disponibilidade de meios) para fazer face aos compromissos da actividade corrente do Município. Assim, revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores, uma vez que poderão perceber qual a expectativa quanto à "garantia" ou pelo menos à rapidez com que poderá o Município cumprir o seu compromisso (tal não significa uma garantia do pagamento, uma vez que outros factores podem determinar o atraso, estes indicadores apenas reflectem a capacidade).</p> <p>Assim, o Município de Monchique apresentava uma liquidez geral muito inconstante ao longo do período, sendo a mínima da ordem dos 10,6% (registada em 2003) e máxima de 87,1% (registada em 2004), mas apresentando em 2007 um nível de 26,2%, significando que o seu Activo circulante ficava aquém das suas necessidades de curto prazo (Passivo circulante).</p> <p>Já no que respeita à liquidez imediata, que traduz a capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas</p>

Indicador	Análise
	<p>disponibilidades, verificou-se também uma grande volatilidade, com o valor mínimo (6,2%) registado em 2003 a ceder em 2004 para o valor máximo (48,3%), concluindo 2007 com um nível de 18,4%.</p> <p>Considera-se que o Município deverá melhorar a gestão dos seus Activos circulantes, de forma a adequar melhor os recursos de curto prazo com as suas necessidades de idêntica exigência.</p>
<p>Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>Pelas razões já apontadas, relativamente à valorização/contabilização dos fundos próprios em 2003 e 2004, não se considera fiável o indicador de autonomia financeira calculado para estes anos.</p> <p>Assim, considerando apenas os anos de 2005 a 2007, verifica-se que o Município de Monchique tem vindo a perder autonomia financeira, derivado quer à diminuição dos fundos próprios quer ao aumento do Activo Total.</p> <p>Assim, a percentagem do Activo Total que era suportada por fundos próprios no Município de Monchique em 2005, correspondia a 95%, sendo em 2007 de apenas 70%.</p>
<p>Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, uma clara e expressiva redução da receita total do Município de Monchique, justificada essencialmente pela redução das transferências (à excepção do ano de 2004 em que cresceu face ao ano anterior).</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também uma diminuição da despesa em geral, com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens de capital.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Monchique revelou melhor desempenho no ano de 2004, enquanto em 2003 observou o pior registo.</p> <p>Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município regista em 2003 a 15ª posição, observando entretanto uma melhoria, traduzida na avaliação correspondente à 11ª posição, relativa ao desempenho médio do período entre 2003 e 2007 e à 7ª posição que ocupa na avaliação para 2007.</p>

Fonte: Carvalho, Manuel

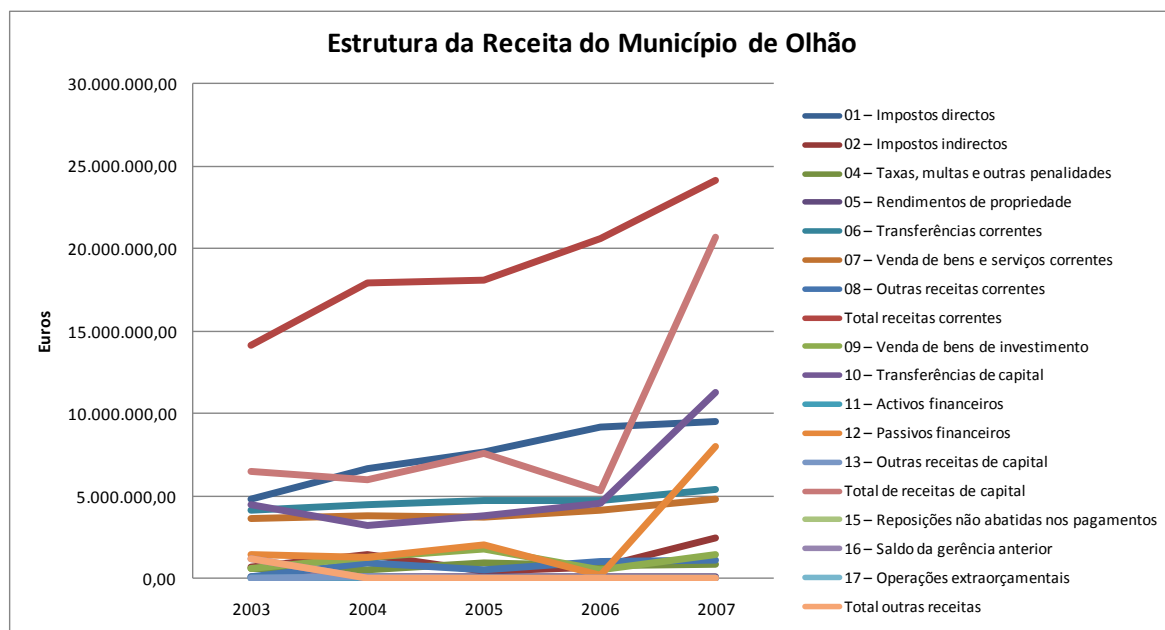
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Olhão.

FIGURA N.º 147 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007



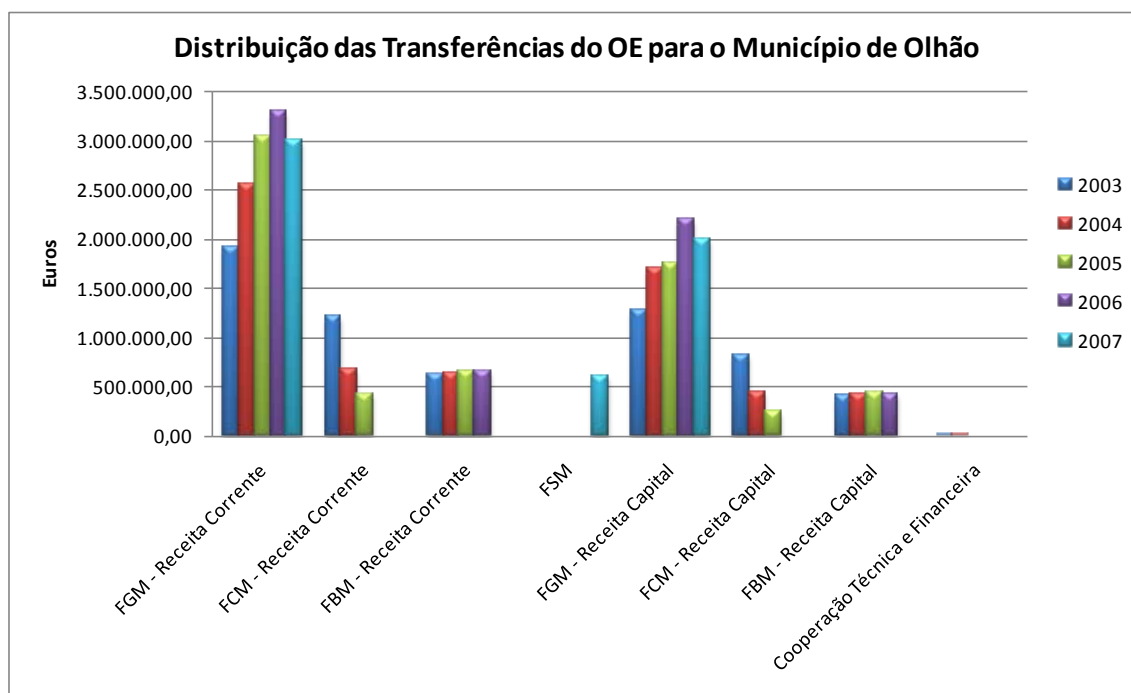
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 148 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007



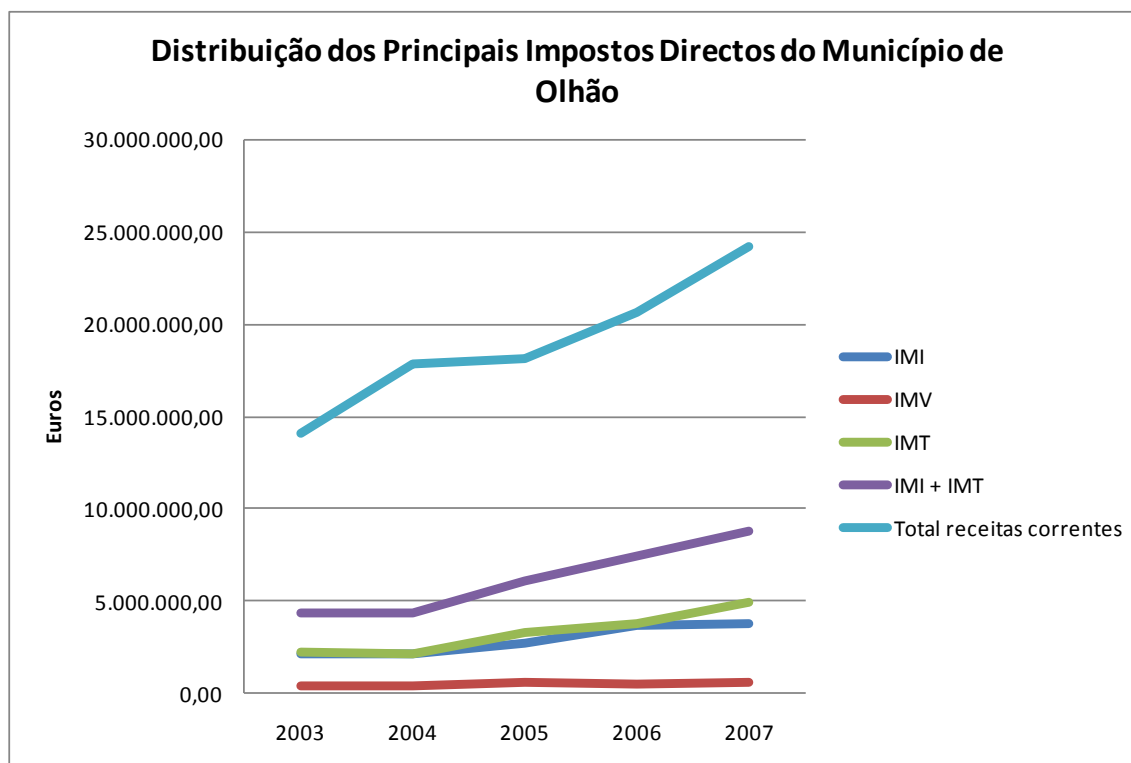
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 149 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007



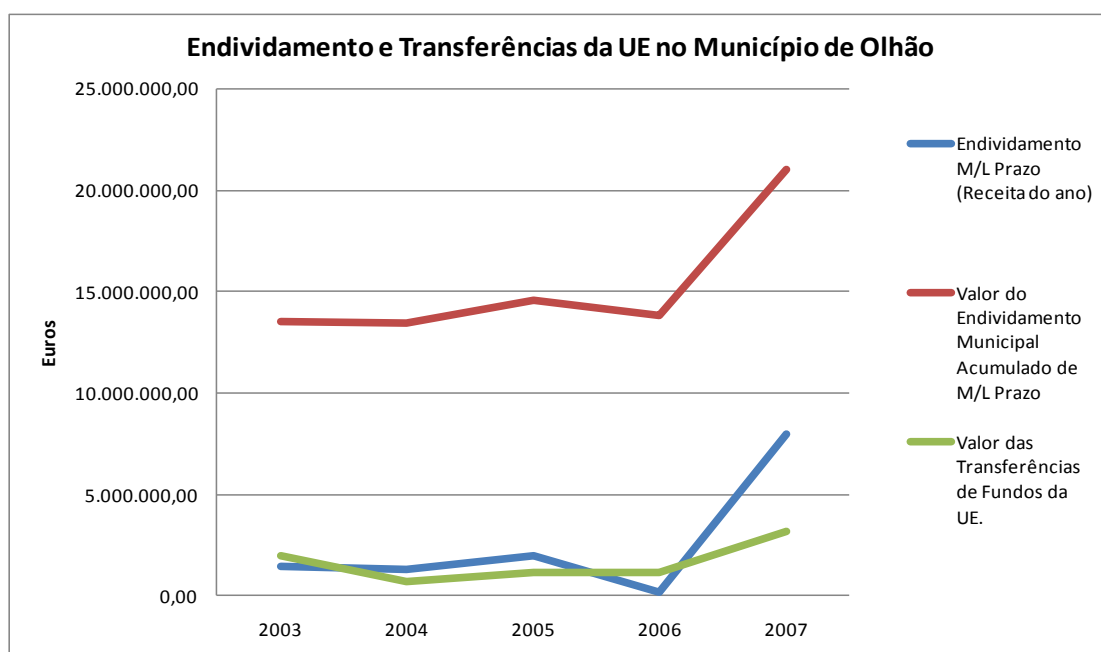
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 150 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007



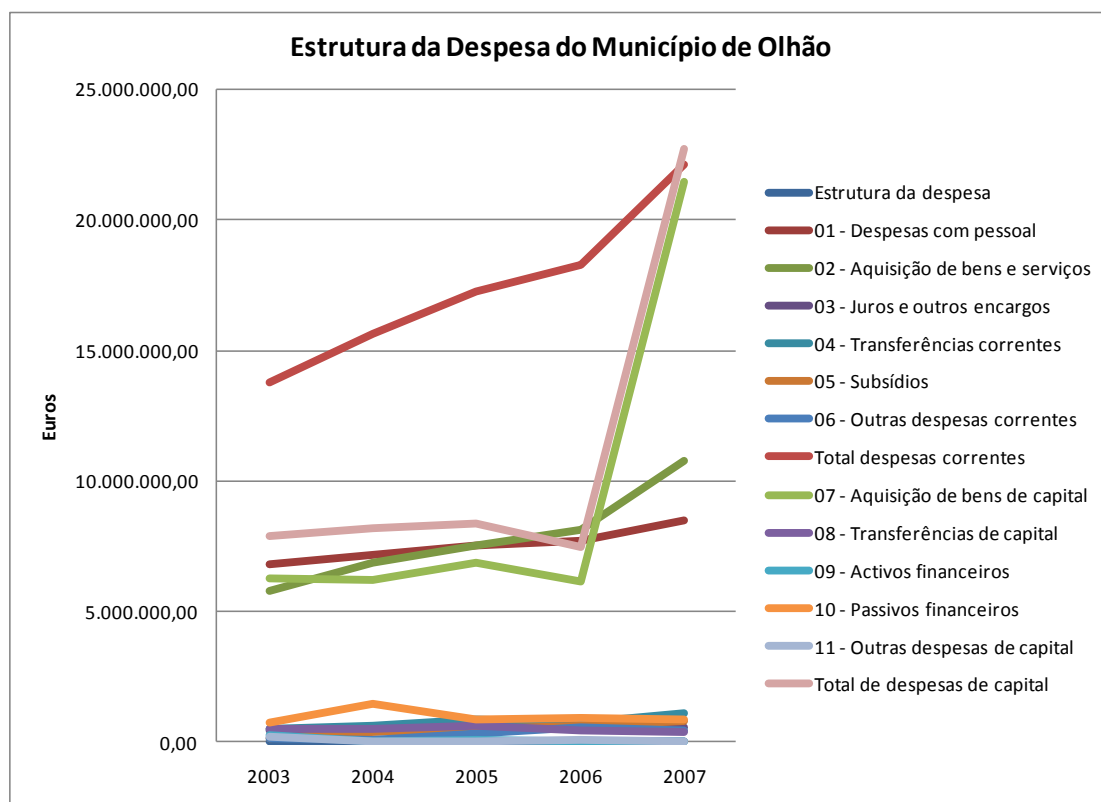
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 151 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007



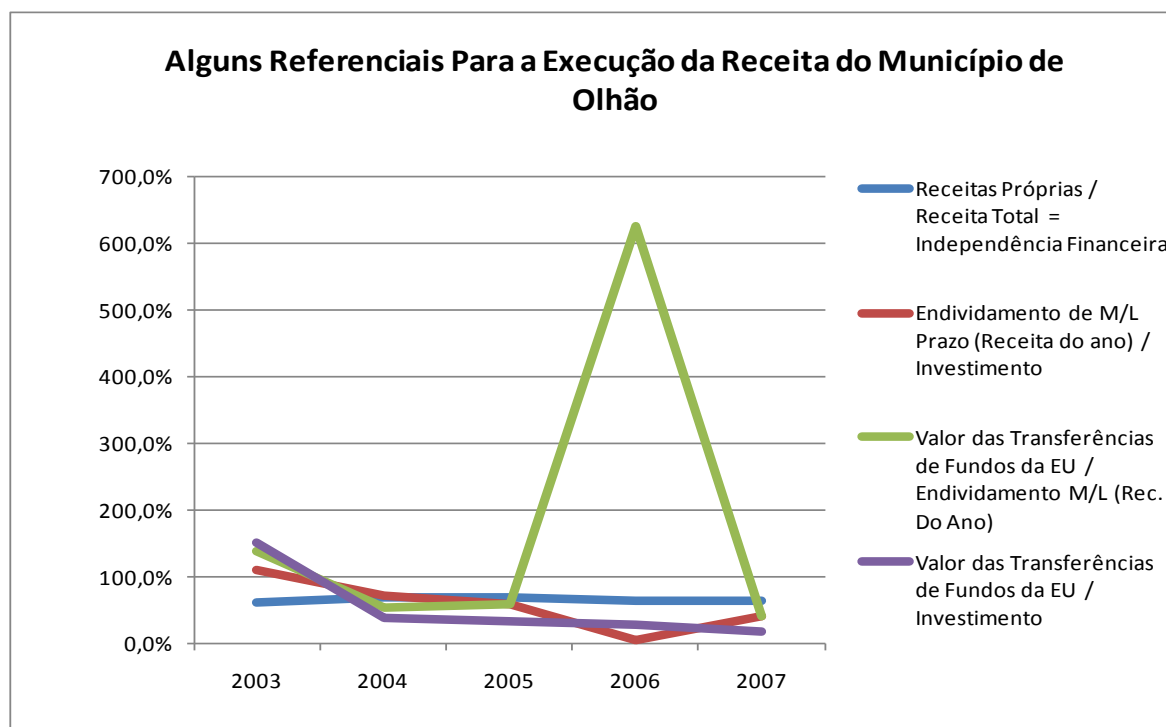
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 152 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007



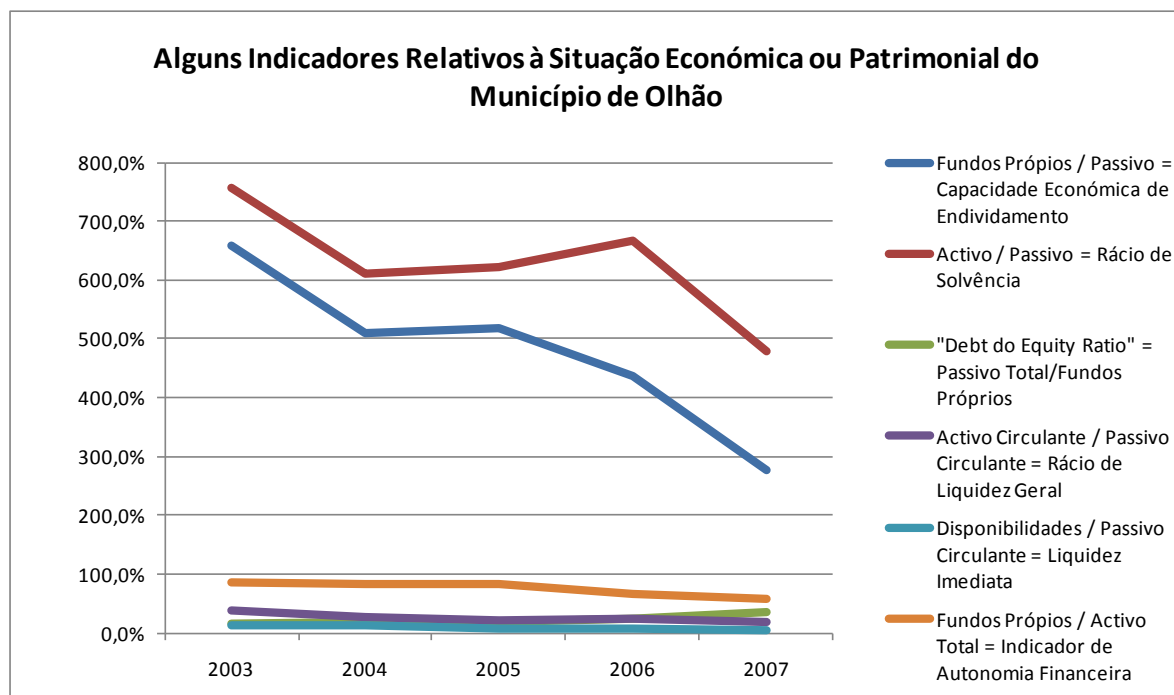
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 153 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 154 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 155 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE OLHÃO, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	4	3	2	1	5
I - 2	Menor Percentagem	1	2	4	3	5
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	4	3	1	5	2
I - 4	Maior Percentagem	1	4	3	5	2
I - 5	Menor Percentagem	4	2	1	5	3
I - 6	Maior Percentagem	1	4	3	5	2
I - 7	Menor Valor	5	4	3	2	1
I - 8	Maior Valor	2	3	4	1	5
I - 9	Menor Dívida	5	4	2	3	1
I - 10	Menor Dívida	4	5	2	3	1
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	3	4	2	5	1
I - 12	Maior Valor	2	1	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	1	2	3	5	4
I - 14	Maior Percentagem	4	2	3	5	1
I - 15	Maior Percentagem	5	4	3	2	1
I - 16	Maior Percentagem	5	3	4	2	1
I - 17	Maior Percentagem	5	2	3	4	1
I - 18	Maior Percentagem	5	4	2	3	1
I - 19	Maior Percentagem	5	4	2	3	1
I - 20	Maior Percentagem	5	4	3	2	1
SOMA		71	64	53	68	44

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Olhão, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2007, enquanto 2003 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 156 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE OLHÃO

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	<p>A independência financeira do Município de Olhão verificou um comportamento instável entre 2003 e 2007, tendo aumentado cerca de 7% em 2004 e 2005 face a 2003 (de 60,4% em 2003 para 67,7% e 67% respectivamente) acabando por diminuir para os 62,8% em 2007.</p> <p>Este Município apresenta assim um nível de independência financeira na ordem dos 60%, representando a tributação do IMI e do IMT neste Município cerca de 20% do total da receita.</p>
Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)	<p>As necessidades anuais do Município de Olhão recorrer à receita proveniente do endividamento a Médio/Longo prazo, durante o período em análise foram irregulares. Assim, os cerca de 1,4 milhões de euros desta fonte de receita em 2003 representavam 6% do total da receita no orçamento municipal desse ano. Já em 2005 esta receita apenas representava 1% do total da receita, enquanto em 2007, devido ao</p>

Indicador	Análise
	acréscimo do endividamento, o seu peso era da ordem dos 18%.
<p>Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo</p>	<p>No que respeita ao endividamento acumulado a Médio/Longo prazo no Município de Olhão, verifica-se também alguma irregularidade. Assim, os cerca de 13,5 milhões de euros de endividamento registados em 2003, registaram uma ligeira flutuação nos anos seguintes nos anos seguintes, destacando-se o forte aumento (de cerca de 7 milhões de euros) registado em 2007, totalizando nesse ano cerca de 21 milhões de euros de endividamento acumulado a Médio/Longo prazo.</p> <p>O Passivo financeiro de médio/longo prazo do Município de Olhão em 2007 correspondia a cerca de 11% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região, pelo que este era o terceiro Município mais endividado da região.</p>
<p>Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento</p>	<p>Durante o período analisado verificou-se uma enorme variação no peso que o endividamento a médio e longo prazo representava no financiamento dos investimentos realizados pelo Município de Olhão. Assim, em 2003 o recurso a esta fonte de financiamento, foi superior ao total dos investimentos realizados (109,5%), diminuindo nos anos seguintes até atingir o mínimo de 4,5% em 2006. Em 2007 40,5% do investimento realizado representava o endividamento a médio e longo prazo que havia sido contratado.</p>
<p>Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento</p>	<p>Registando um comportamento irregular ao longo do período, o ano de 2007 foi o que registou o maior valor desta fonte de receita (acima de 3,1 milhões de euros), representando 7% da receita total. Já o ano de 2003, não sendo o que registou maior volume de receita (cerca de 1,9 milhões de euros), foi aquele em que esta receita teve maior peso no total do orçamento (9%), enquanto 2004 foi o ano que registou menor receita comunitária e também em que o seu peso foi menos relevante (apenas 3%). No conjunto do período analisado, esta fonte de receita representa cerca de 6% da receita total.</p>
<p>Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo</p>	<p>Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Olhão podemos conferir que neste Município, à excepção dos anos de 2003 e 2006, em que as transferências da UE representaram cerca de 137% e 626% do respectivo endividamento a M/L prazo anual, nos restantes anos esta relação não superou os 58% observados em 2005, registando-se um</p>

Indicador	Análise
	<p>mínimo em 2007, da ordem dos 40%.</p> <p>Em média entre 2003 e 2007 as transferências da UE representaram apenas cerca de 63% do endividamento a M/L prazo verificado neste Município durante este período.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Olhão", a evolução da variável transferências da UE demonstra um comportamento irregular mas em sentido coincidente ao verificado pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo”. Estes dados justificam a existência de uma correlação forte em sentido positivo entre estas variáveis e para este Município.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o desempenho deste indicador para o Município de Olhão tem mantido essencialmente uma tendência de forte redução.</p> <p>Assim, em 2003 os seus fundos próprios representavam 658% do Passivo, registando-se uma redução nos anos que se seguiram, mas particularmente em 2007 (com os fundos próprios a suportarem apenas cerca de 276% do Passivo desse ano) Esta evolução justifica-se quer pela redução dos fundos próprios, quer pelo acréscimo verificado no Passivo.</p> <p>Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 era de praticamente 110 milhões de euros, ainda assim, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos), destaca-se o facto deste Município apresentar uma reduzida capacidade legal de endividamento (a mais baixa capacidade legal positiva para 2008), devido ao seu elevado nível de endividamento líquido e à sua moderada capacidade fiscal comparativamente aos restantes Municípios com características socio-</p>

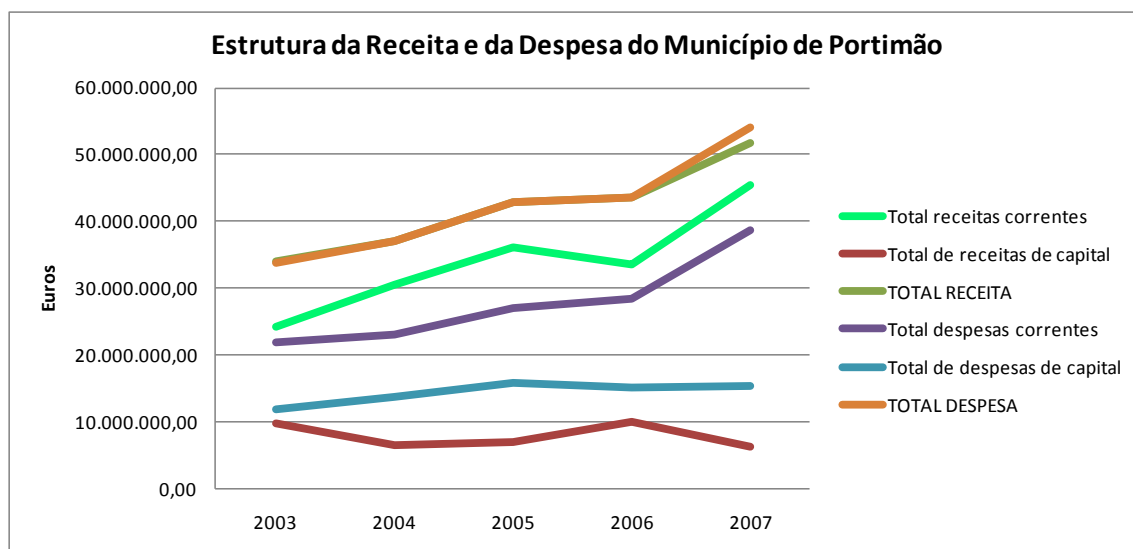
Indicador	Análise
	económicas semelhantes.
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos. Assim, o indicador da capacidade de solvência do Município de Olhão mostra-nos alguma irregularidade, com uma tendência de redução, agravada fortemente em 2007.</p> <p>Destaca-se então que durante o período analisado o Activo registou níveis sempre largamente superiores ao Passivo, e em 2003 representava cerca de 758% deste, diminuindo em 2007 para cerca de 478% do Passivo.</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Estes indicadores são particularmente importantes porque revelam a capacidade (disponibilidade de meios) para fazer face aos compromissos da actividade corrente do Município. Assim, revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores, uma vez que poderão perceber qual a expectativa quanto à "garantia" ou pelo menos à rapidez com que poderá o Município cumprir o seu compromisso (tal não significa uma garantia do pagamento, uma vez que outros factores podem determinar o atraso, estes indicadores apenas reflectem a capacidade).</p> <p>Já no que respeita à liquidez imediata, que traduz a capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades.</p> <p>Assim, o Município de Olhão apresentava, durante o período em análise, uma redução em ambos os indicadores, já de si, claramente reveladores de um desajustamento/insuficiência dos recursos de curto prazo e das disponibilidades, face às necessidades de idêntica exigência.</p> <p>A liquidez geral em 2003 era da ordem dos 36,8% tendo diminuído em 2007 para um nível de 19,7%, significando que o seu Activo circulante ficava aquém das suas necessidades de curto prazo (Passivo circulante) e apenas suportava cerca de 1/5 do valor. Já a liquidez imediata em 2003 era da ordem dos 13% tendo diminuído em 2007 para um nível de 4,6%,</p> <p>Considera-se que o Município deverá melhorar a gestão dos seus Activos circulantes, de forma a adequar melhor os recursos de curto prazo com as suas necessidades de idêntica exigência.</p>

Indicador	Análise
<p>Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>O aumento significativo do Activo Total do Município de Olhão e simultaneamente a diminuição dos fundos próprios, justificam a redução da autonomia financeira verificada entre 2003 e 2007 neste Município. Note-se que em 2003, cerca de 86,8% do Activo Total era suportado por fundos próprios, tendo esta percentagem diminuído em 2007 para cerca de 57,7%.</p>
<p>Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, um claro e expressivo crescimento da receita total do Município de Olhão, fruto essencialmente do crescimento dos impostos directos, do Passivo financeiro e das transferências.</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa em geral, com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços, com a aquisição de bens de capital e com o pessoal.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Olhão revelou melhor desempenho no ano de 2003, enquanto em 2007 observou o pior registo.</p> <p>Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 9ª posição, observando entretanto uma degradação do seu desempenho, traduzida na 13ª posição, correspondente à avaliação do período entre 2003 e 2007 e na 12ª posição que ocupava em 2007.</p>

Fonte: Carvalho, Manuel

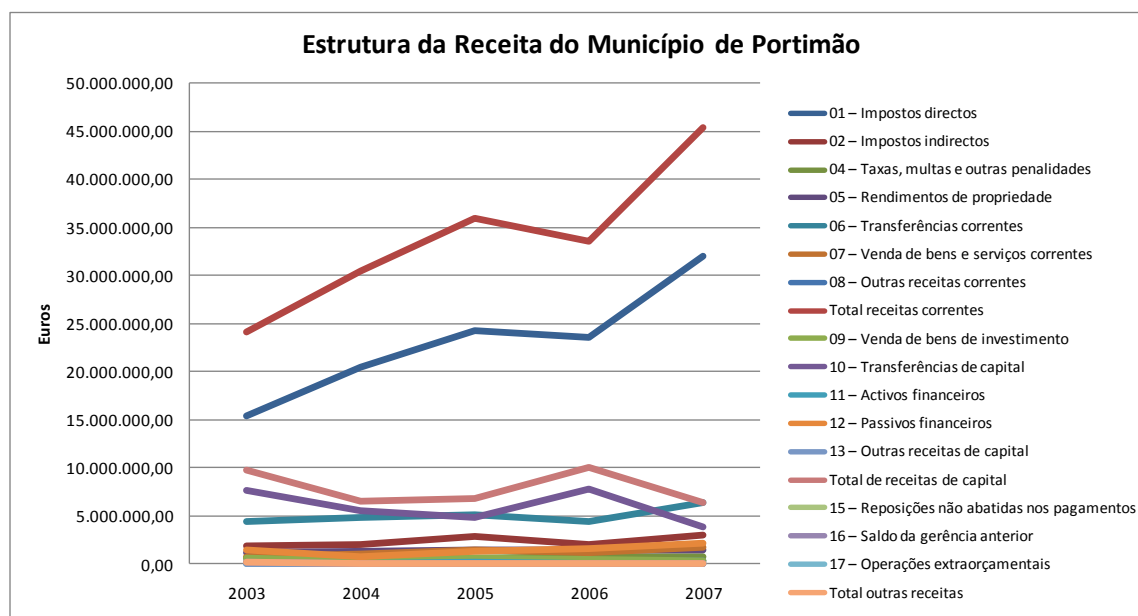
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Portimão.

FIGURA N.º 157 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007



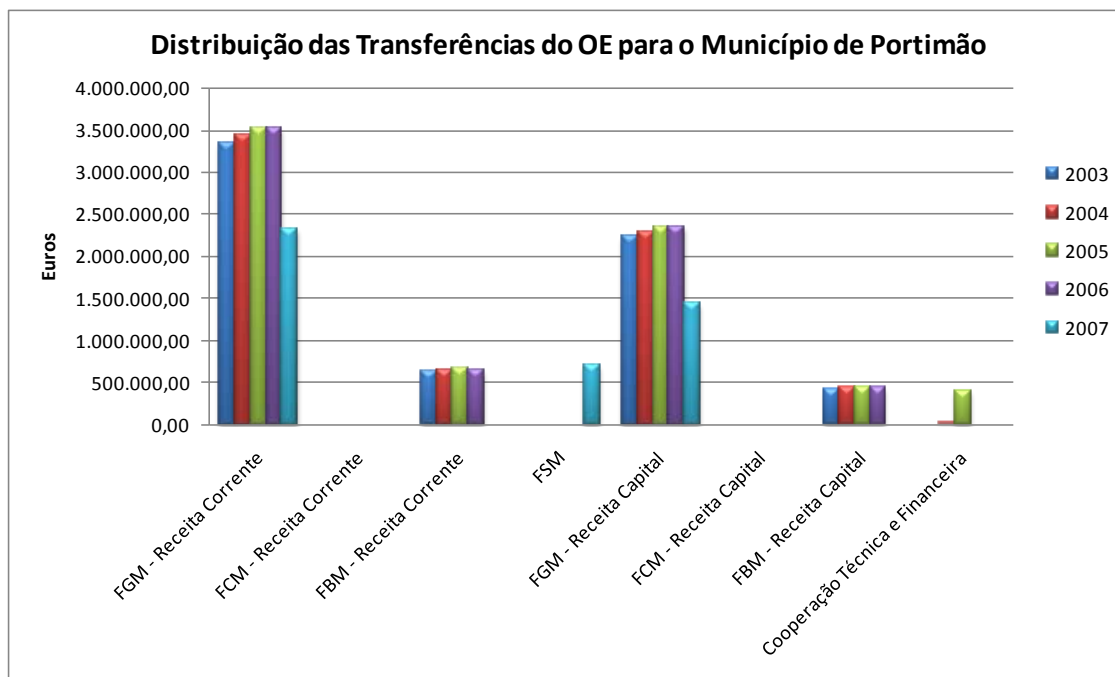
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 158 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007



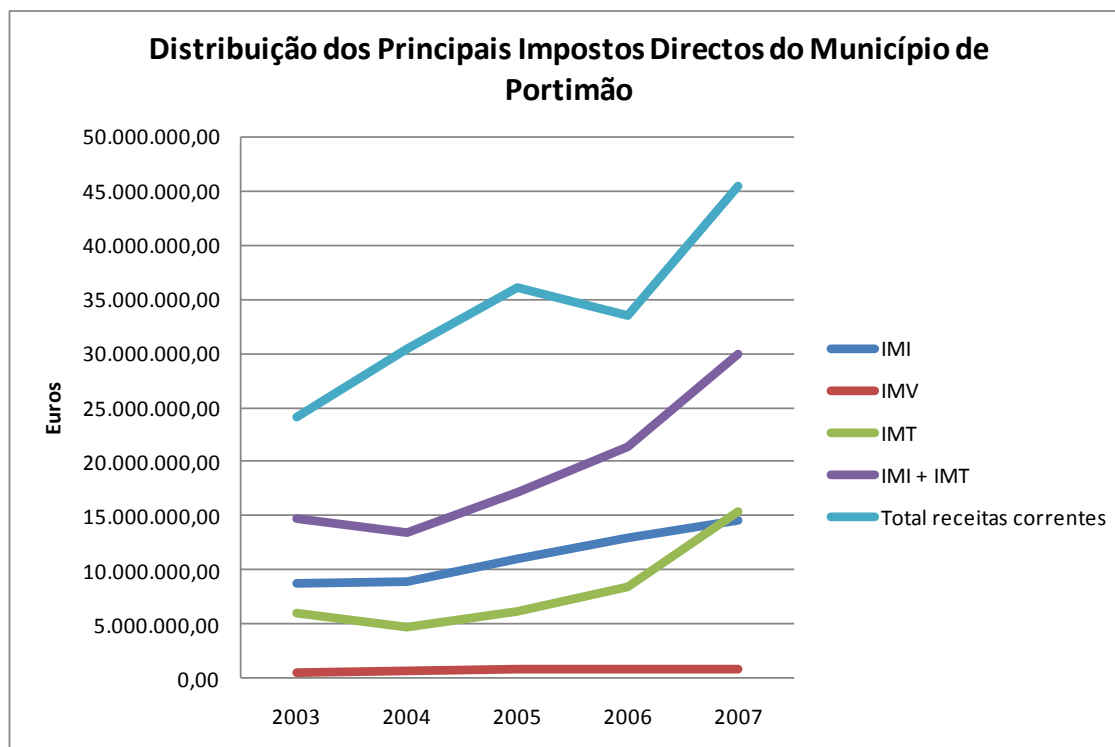
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 159 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007



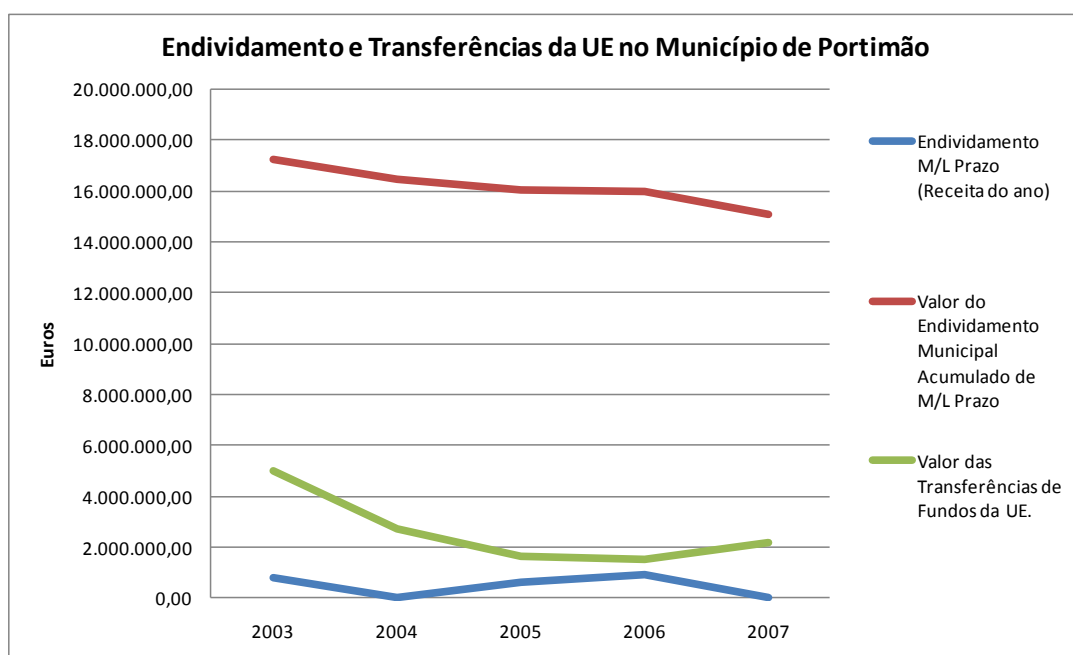
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 160 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007



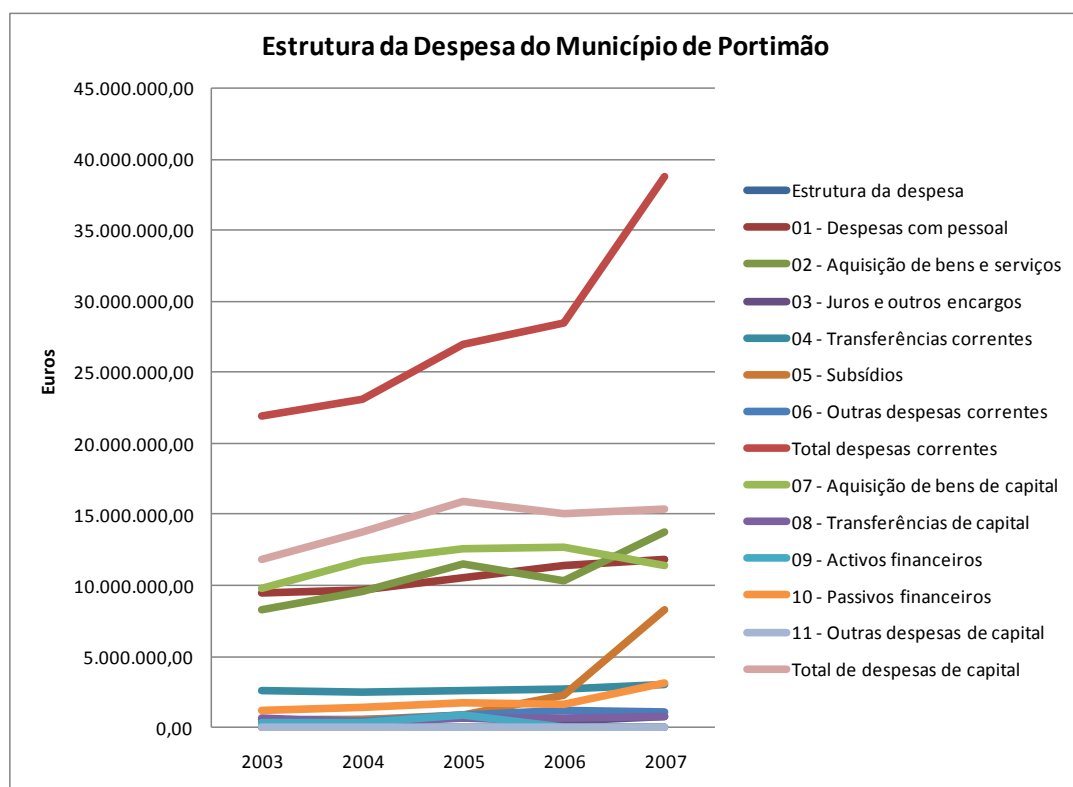
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 161 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007



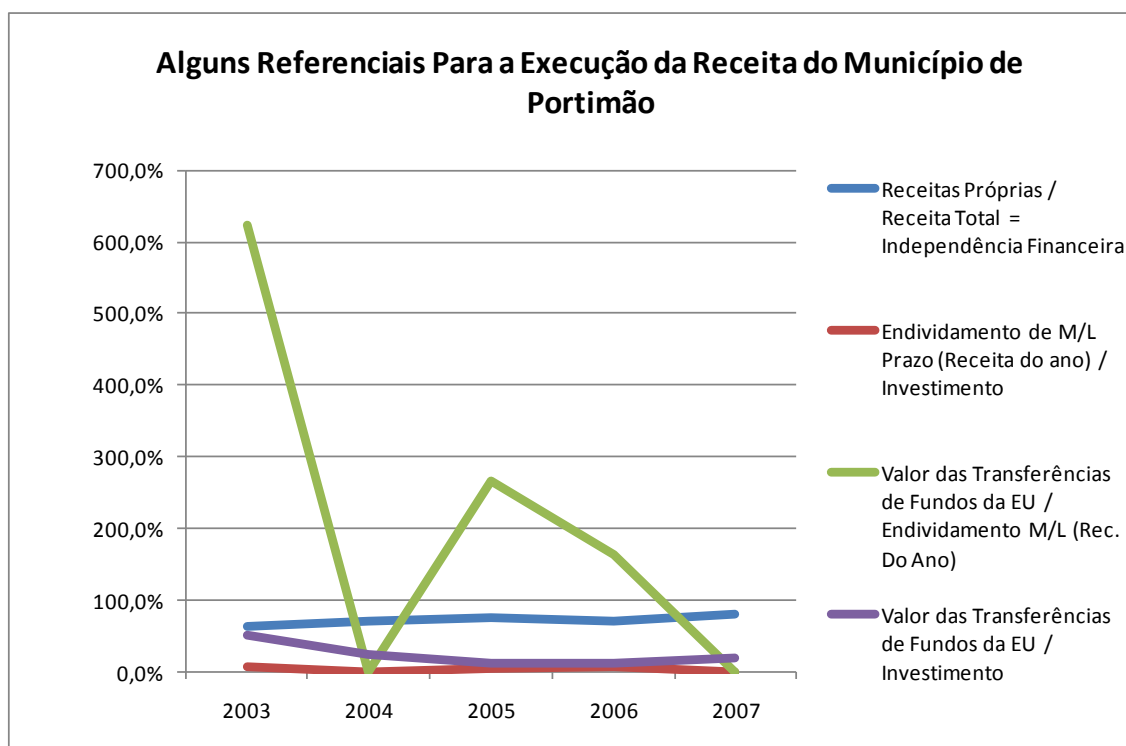
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 162 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007



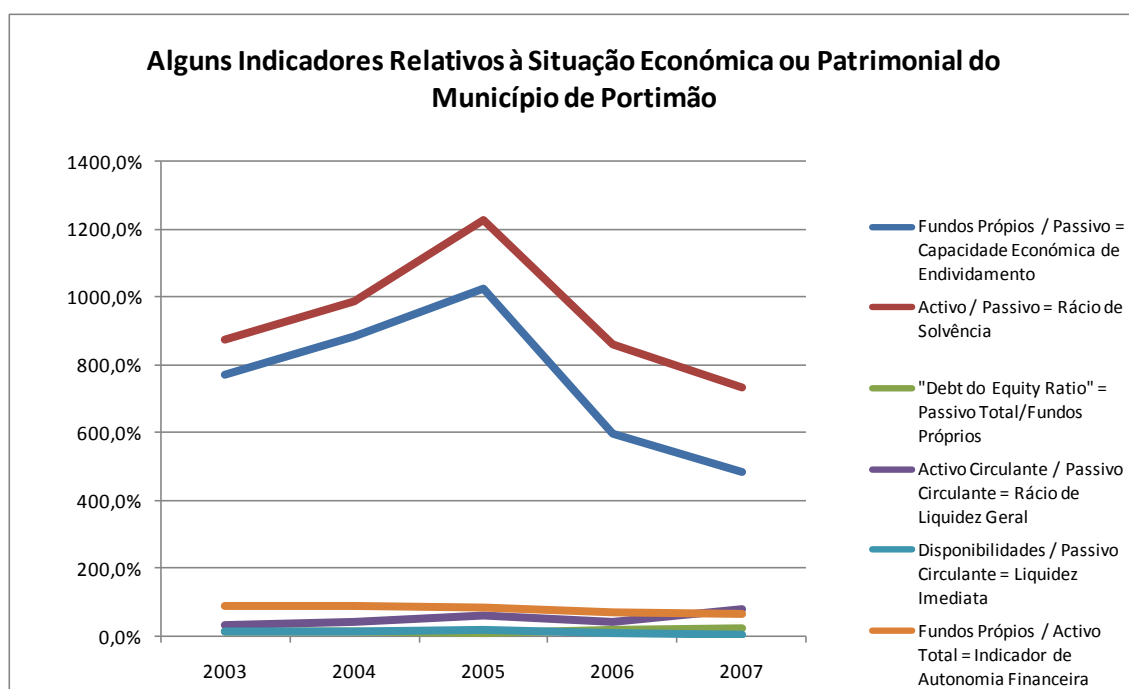
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 163 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 164 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 165 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE PORTIMÃO, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	3	5	4	2	1
I - 2	Menor Percentagem	1	3	4	2	5
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	5	4	3	2	1
I - 4	Maior Percentagem	1	3	4	2	5
I - 5	Menor Percentagem	1	4	2	3	5
I - 6	Maior Percentagem	1	3	4	2	5
I - 7	Menor Valor	5	4	3	2	1
I - 8	Maior Valor	1	2	5	3	4
I - 9	Menor Dívida	3	4	5	2	1
I - 10	Menor Dívida	1	2	3	4	5
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	1	4	3	2	5
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	1	5	3	2	4
I - 14	Maior Percentagem	3	5	2	1	4
I - 15	Maior Percentagem	5	4	2	1	3
I - 16	Maior Percentagem	3	4	5	2	1
I - 17	Maior Percentagem	3	4	5	2	1
I - 18	Maior Percentagem	1	2	4	3	5
I - 19	Maior Percentagem	3	4	5	2	1
I - 20	Maior Percentagem	4	5	3	2	1
SOMA		47	73	72	45	63

Nota: Em 2004 e 2007 não se registou o recurso a qualquer endividamento a M/L prazo por parte deste Município, impedindo assim o cálculo do indicador "I - 14". Assim e por forma a não impedir este exercício, optou-se por hierarquizar estes anos apenas pelo critérios do maior valor recebido de transferências da UE. Seguindo a mesma lógica, para o cálculo do indicador "I - 13" e apenas para estes anos, foram pontuados com a pontuação máxima, por ordem decrescente, os anos em que se verificou maior investimento.

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Portimão, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2006, enquanto 2004 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 166 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	<p>A independência financeira do Município de Portimão aumentou cerca de 16% entre 2003 e 2007, sendo o quinto Município da região com o nível mais elevado de independência financeira em 2007 (80,4% do total da receita, correspondia a receitas próprias).</p> <p>Salienta-se que em 2007, perto de 58% do total da receita deste Município, resultou da tributação do IMI e do IMT.</p>

Indicador	Análise
<p>Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)</p>	<p>As necessidades anuais do Município de Portimão recorrer à receita proveniente do endividamento a Médio/Longo prazo, durante o período em análise foram irregulares, não se verificando qualquer endividamento em 2004 e 2007. Assim, esta fonte de receita em 2003 representava cerca de 800 mil euros no orçamento municipal (2% do total da receita), sendo o mínimo, de aproximadamente 614 mil euros registado em 2005 e o máximo de aproximadamente 921 mil euros inscrito em 2006.</p>
<p>Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo</p>	<p>O ano de 2003 foi aquele em que o Município de Portimão registava o nível mais elevado de endividamento acumulado a Médio/Longo prazo. Assim, neste ano, o Município registava um Passivo financeiro da ordem dos 17,2 milhões de euros, sucedendo-se uma amortização contínua deste Passivo, o qual em 2007 totalizava pouco mais de 15 milhões de euros (cerca de 12% a menos do que o registado em 2003).</p> <p>O Passivo financeiro de médio/longo prazo deste Município em 2007 correspondia a cerca de 8% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região.</p>
<p>Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento</p>	<p>Durante o período analisado verificou-se que o Município de Portimão recorre pontualmente ao endividamento a médio e longo prazo (não se verificou qualquer endividamento em 2004 e 2007) e quando o faz, esta receita tem um peso relativamente baixo no total dos investimentos realizados (entre 4,9% a 8,2%).</p>
<p>Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento</p>	<p>O ano de 2003 foi aquele em que a receita proveniente das transferências de fundos da UE para o Município de Portimão foi mais elevada (praticamente 5 milhões de euros) o que representou cerca de 15% no total da receita municipal. Nos restantes anos a receita foi claramente inferior, e representou um peso entre os 3% (em 2006) e os 7% (em 2004), já no conjunto dos anos, esta fonte de receita representou cerca de 6% do total da receita municipal.</p>
<p>Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo</p>	<p>Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Portimão, podemos conferir que este em 2004 e 2007 não recorreu a qualquer endividamento a M/L prazo.</p> <p>Assim, verifica-se que nos anos em que se registou o recurso ao endividamento a M/L prazo (2003; 2005 e 2006), os valores recebidos</p>

Indicador	Análise
	<p>provenientes de Fundos da UE foram sempre de um nível claramente superior (623%; 168% e 164% respectivamente), realçando-se ainda que também nos anos em que não se verificou qualquer endividamento, foi registada receita proveniente dos Fundos da UE.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Portimão", a evolução da variável transferências da UE demonstra um comportamento bastante regular, descrevendo uma tendência decrescente, de resto similar ao verificado pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo”. Estes dados justificam a existência de uma correlação forte em sentido positivo entre estas variáveis e para este Município.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o Município de Portimão apresenta grande irregularidade neste indicador, destacando-se ainda assim o facto de se manter sempre acima dos 480%.</p> <p>Assim, a irregularidade no desempenho deste indicador, que foi referida, caracteriza-se essencialmente por um aumento da sua capacidade (de cerca de 772% em 2003 para cerca de 886% e 1024% em 2004 e 2005 respectivamente), devido quer à redução do Passivo, quer a um acréscimo nos fundos próprios, sucedendo-se nos anos seguintes a situação inversa, e a deterioração deste indicador, o qual registava em 2007 a capacidade real mínima, indicando que os seus fundos próprios correspondiam a cerca de 482% do respectivo Passivo à data.</p> <p>Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 era da ordem dos 223 milhões de euros (a mais elevada da região).</p> <p>Ainda assim e salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos, destaca-se o facto da capacidade legal de endividamento deste Município ser cerca de 103 milhões de</p>

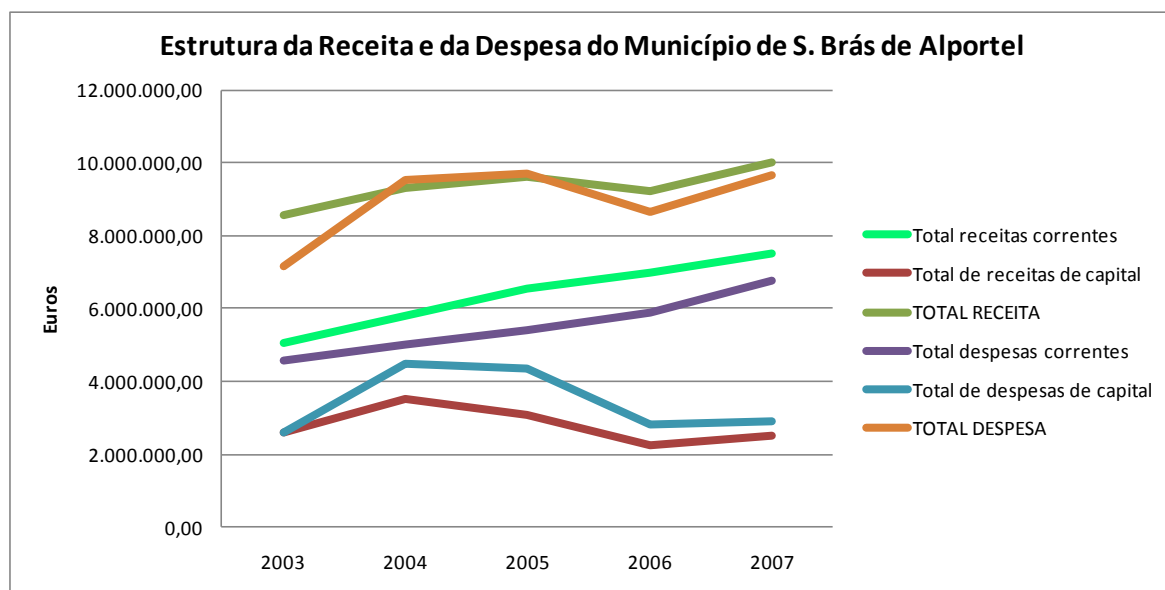
Indicador	Análise
	euros, (que apesar de ser menos de metade da capacidade real, é a segunda mais elevada da região).
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos.</p> <p>Assim, apesar do aumento continuado do Activo, devido aos factos já reportados da evolução do Passivo, principalmente nos anos de 2006 e 2007 (em que o aumento foi proporcionalmente superior ao verificado no Activo), o indicador da capacidade de solvência do Município de Portimão, verificou um desempenho irregular, assistindo a uma melhoria nos primeiros anos, (de cerca de 872% em 2003 para cerca de 986% e 1230% em 2004 e 2005 respectivamente), seguindo-se uma situação inversa que levou à degradação deste indicador nos anos seguintes, o qual viria a registar em 2007 uma cobertura do Passivo pelo Activo na ordem dos 732%.</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Estes indicadores são particularmente importantes porque revelam a capacidade (disponibilidade de meios) para fazer face aos compromissos da actividade corrente do Município. Assim, revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores, uma vez que poderão perceber qual a expectativa quanto à "garantia" ou pelo menos à rapidez com que poderá o Município cumprir o seu compromisso (tal não significa uma garantia do pagamento, uma vez que outros factores podem determinar o atraso, estes indicadores apenas reflectem a capacidade).</p> <p>Assim, o Município de Portimão apresentava uma liquidez geral mínima da ordem dos 30,6% (registada em 2003) e máxima de 80,8% (registada em 2007), significando que o seu Activo circulante ficava aquém das suas necessidades de curto prazo (Passivo circulante).</p> <p>Já no que respeita à liquidez imediata, que traduz a capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, verificou-se uma forte degradação deste indicador (de 11,1% em 2003 para 3,4% em 2007), o que representa uma redução das disponibilidades do Município face às suas necessidades.</p> <p>Assim, considera-se que o Município deverá melhorar a gestão dos seus Activos circulantes, por forma a adequar melhor os recursos de curto</p>

Indicador	Análise
	prazo com as suas necessidades de idêntica exigência.
<p align="center">Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>À excepção do ano 2004 em que este indicador verificou um acréscimo face a 2003, nos restantes anos o seu desempenho tem sido negativo, justificado pelo forte acréscimo do Activo Total e pela redução dos fundos próprios.</p> <p>Assim, a percentagem do Activo Total que era suportada por fundos próprios no Município de Portimão em 2003, correspondia a 88,5%, atingindo um máximo de 89,9% em 2004 e terminando 2007 com apenas 65,9%.</p>
<p align="center">Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, um claro e expressivo crescimento da receita total do Município de Portimão, fruto essencialmente do crescimento dos impostos directos e indirectos, mas também das transferências correntes.</p> <p>Note-se que é este o Município que revelou um elevado nível de dependência dos impostos associados ao imobiliário durante todo o período, os quais em 2007 asseguravam a sua independência financeira e representavam cerca de 57,8% da receita total do Município.</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa em geral, com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços, com a aquisição de bens de capital, com subsídios, com o pessoal, e com a aquisição de bens de capital.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Portimão revelou melhor desempenho no ano de 2004, enquanto em 2006 observou o pior registo.</p> <p>Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 7ª posição, observando entretanto uma melhoria, traduzida na avaliação na 6ª posição, relativa ao desempenho médio do período entre 2003 e 2007, a qual ocupava também em 2007.</p>

Fonte: Carvalho, Manuel

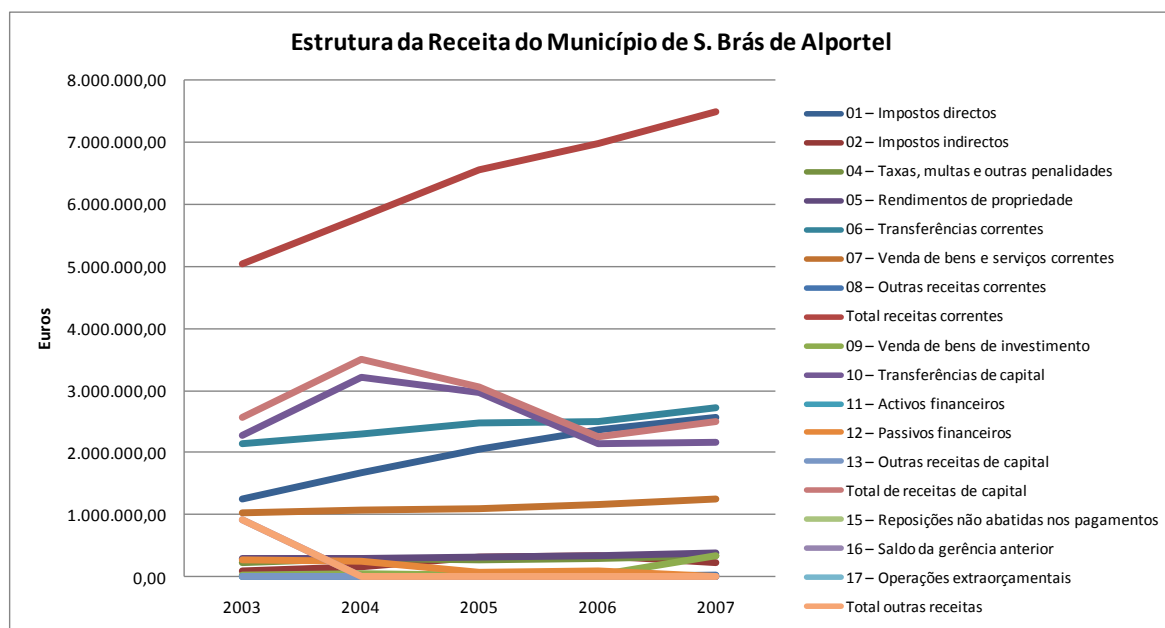
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de São Brás de Alportel.

FIGURA N.º 167 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007



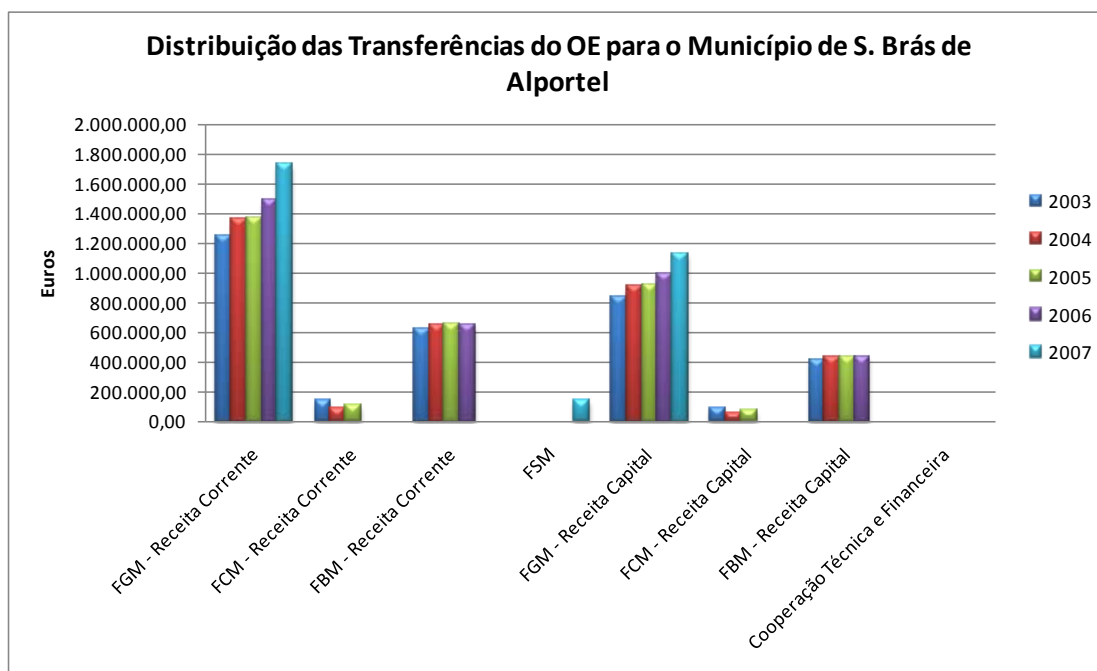
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 168 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007



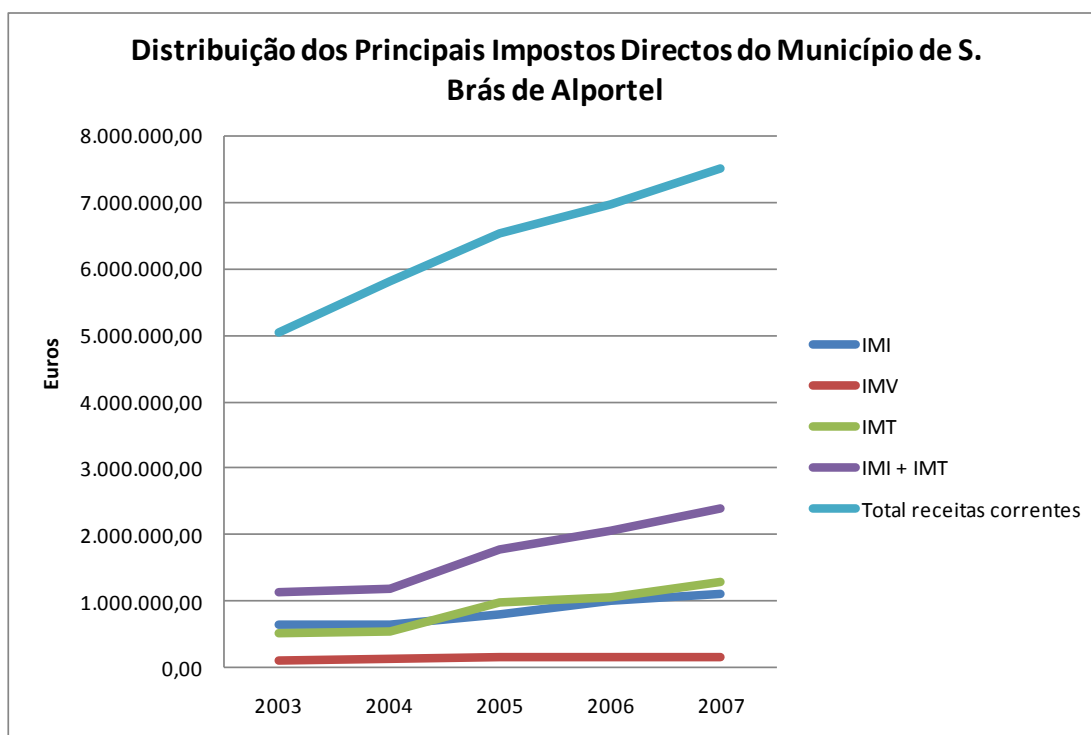
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 169 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007



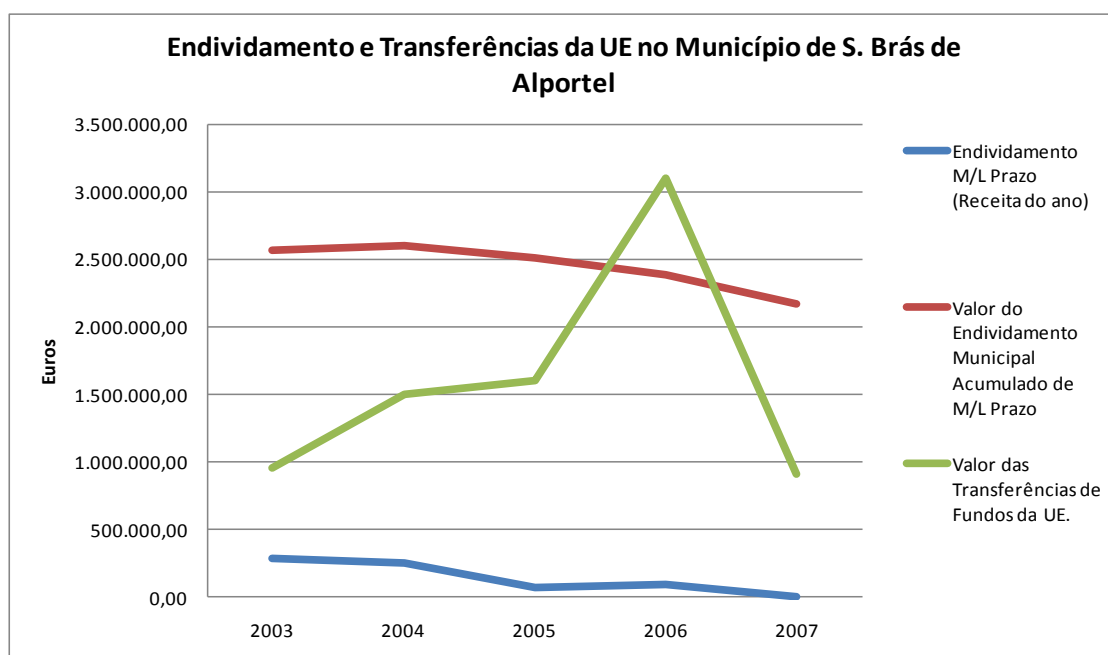
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 170 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007



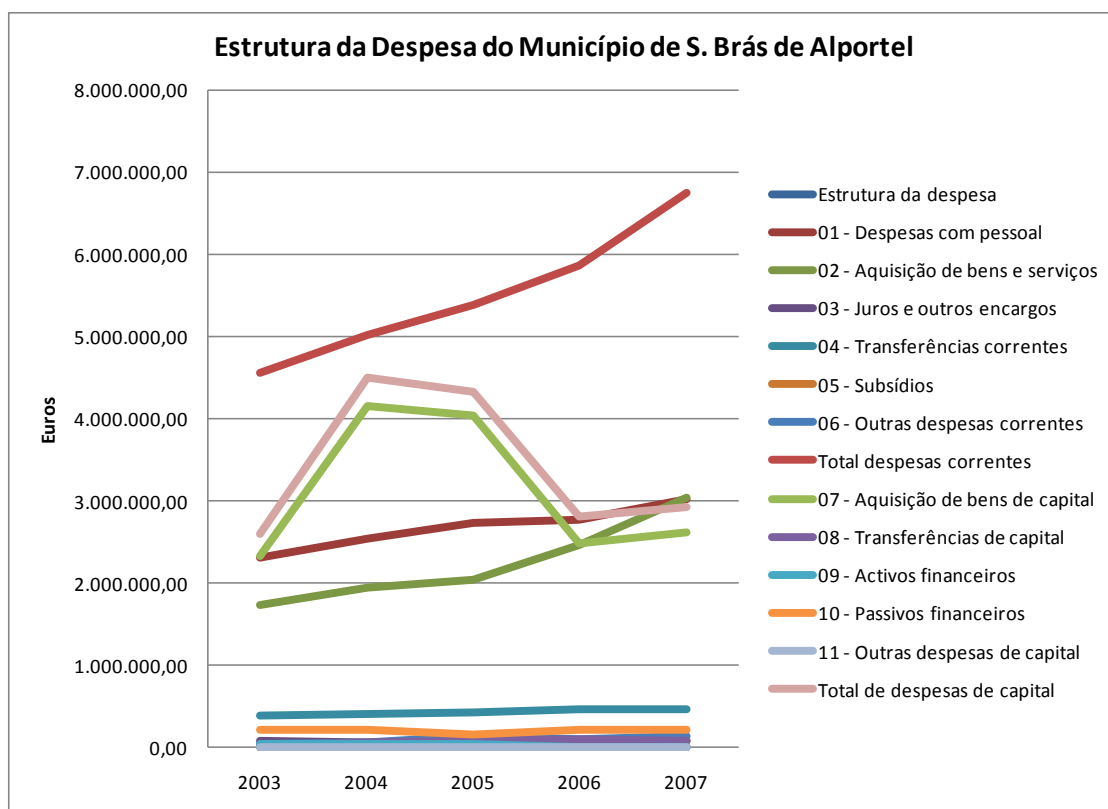
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 171 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 172 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007



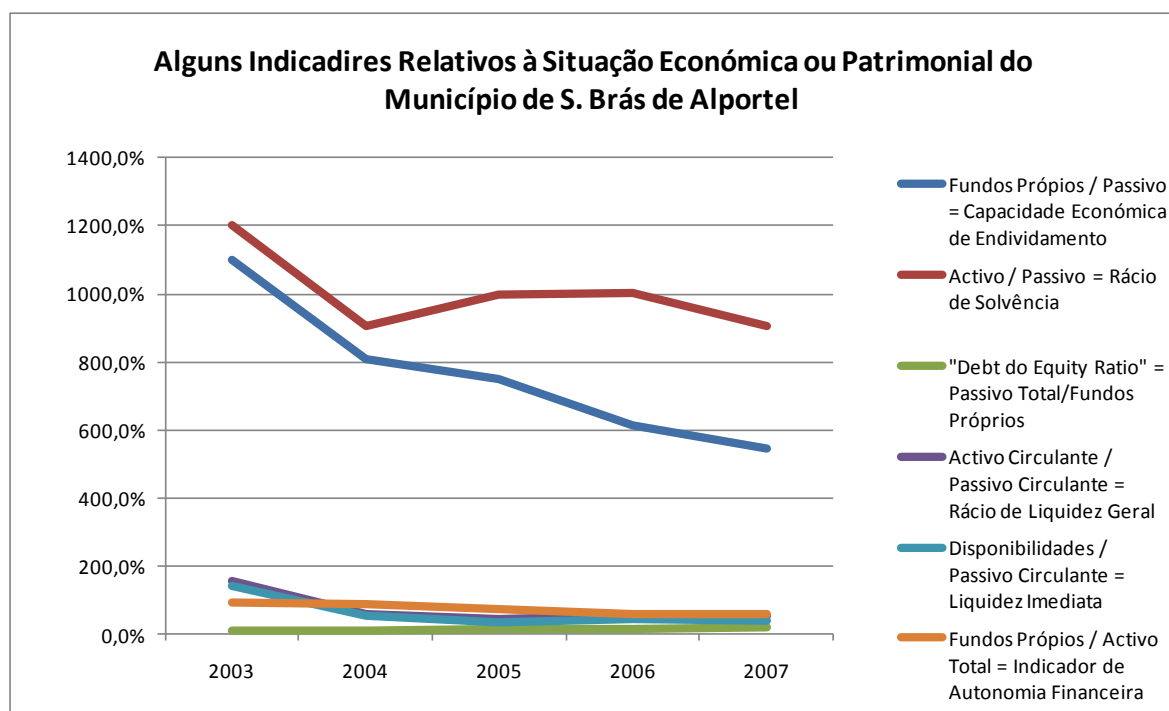
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 173 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 174 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 175 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	3	5	4	2	1
I - 2	Menor Percentagem	1	5	4	2	3
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	5	1	2	4	3
I - 4	Maior Percentagem	1	2	3	5	4
I - 5	Menor Percentagem	4	2	5	3	1
I - 6	Maior Percentagem	1	2	3	5	4
I - 7	Menor Valor	5	4	3	2	1
I - 8	Maior Valor	1	5	4	2	3
I - 9	Menor Dívida	5	4	3	2	1
I - 10	Menor Dívida	2	1	3	4	5
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	1	2	3	4	5
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	1	3	4	2	5
I - 14	Maior Percentagem	1	2	3	4	5
I - 15	Maior Percentagem	4	1	3	5	2
I - 16	Maior Percentagem	5	4	3	2	1
I - 17	Maior Percentagem	5	2	3	4	1
I - 18	Maior Percentagem	5	4	1	2	3
I - 19	Maior Percentagem	5	4	1	3	2
I - 20	Maior Percentagem	5	4	3	2	1
SOMA		61	59	61	63	56

Nota: Em 2007 não se registou o recurso a qualquer endividamento a M/L prazo por parte deste Município, impedindo assim o cálculo do indicador "I - 14". Assim e por forma a não impedir este exercício, optou-se por hierarquizar este ano apenas pelo critérios do maior valor recebido de transferências da UE.

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de S. Brás de Alportel, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2007, enquanto 2006 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 176 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	A independência financeira do Município de S. Brás de Alportel aumentou cerca de 3% entre 2003 e 2007, atingindo neste ano os 51,3% de receitas próprias, ainda que nos anos anteriores a evolução tenha sido vacilante. Este crescimento terá sido conseguido graças ao contributo, ainda superior, da tributação do IMI e do IMT, o qual aumentou no mesmo período de 13,4% para 23,8% da receita total.
Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)	As necessidades anuais do Município de S. Brás de Alportel recorrer à receita proveniente do endividamento a Médio/Longo prazo, durante o período em análise foram cada vez mais diminutas, não se verificando qualquer endividamento em 2007.

Indicador	Análise
	<p>Assim, esta fonte de receita em 2003 representava cerca de 282 mil euros no orçamento municipal (3% do total da receita), sendo cerca de 30 mil euros a menos no ano seguinte e de aproximadamente 65 mil euros registado em 2005 e 92 mil euros inscritos em 2006 (o que corresponde a cerca de 1% o total da receita de 2005 e de 2006).</p>
<p>Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo</p>	<p>O ano de 2004 foi aquele em que o Município de S. Brás de Alportel registava o nível mais elevado de endividamento acumulado a Médio/Longo prazo. Neste ano, o Município registava um Passivo financeiro superior a 2,6 milhões de euros, nos anos que se sucederam, amortizações financeiras de valor superior ao das novas contratações, resultaram na diminuição contínua deste Passivo, o qual em 2007 totalizava menos de 2,2 milhões de euros.</p> <p>O Passivo financeiro de médio/longo prazo deste Município em 2007 correspondia a cerca de 1% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região.</p>
<p>Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento</p>	<p>Durante o período analisado verificou-se que o Município de S. Brás de Alportel recorre de forma pontual e cada vez menos ao endividamento a médio e longo prazo (não se verificou qualquer endividamento em 2007) e quando o faz, esta receita tem um peso relativamente baixo no total dos investimentos realizados (entre 1,6% a 12,2%).</p>
<p>Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento</p>	<p>O ano de 2006 foi aquele em que a receita proveniente das transferências de fundos da UE para o Município de S. Brás de Alportel foi mais elevada, cerca de 3,1 milhões de euros, o que representou cerca de 34% no total da receita municipal. Nos restantes anos a receita foi claramente inferior, ainda assim com um peso considerável (entre os 9% de 2007 e os 17% de 2005), já no conjunto dos cinco anos, os cerca de 8 milhões de euros registados pelo Município nesta fonte de receita representaram cerca de 17% do total da receita municipal.</p>
<p>Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo</p>	<p>Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de S. Brás de Alportel, podemos conferir que este, em 2007 não recorreu a qualquer endividamento a M/L prazo.</p> <p>Assim, verifica-se que nos anos em que se registou o recurso ao endividamento a M/L prazo (2003, 2004, 2005 e 2006), os valores</p>

Indicador	Análise
	<p>recebidos provenientes de Fundos da UE foram sempre de um nível claramente superior a este (338%; 597%; 2457% e 3343% respectivamente), realçando-se ainda que também em 2007, ano em que não se verificou qualquer endividamento, foi registada receita proveniente dos Fundos da UE.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cujas análises é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de S. Brás de Alportel", a evolução da variável “transferências da UE” tem um comportamento bastante irregular e uma tendência de crescimento, logo distinta da verificada pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo” que manteve uma trajectória descendente e mais regular, justificando assim a correlação fraca e em sentido negativo entre estas variáveis e para este Município.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o desempenho deste indicador para o Município de S. Brás de Alportel tem mantido uma tendência relativamente forte de redução da sua capacidade, justificada quer pelo aumento do Passivo Total, quer pela redução dos fundos próprios.</p> <p>Assim, em 2003 os seus fundos próprios representavam 1102% do Passivo, registando-se uma redução nos anos que se seguiram, e em 2007 os fundos próprios apenas representavam cerca de metade do peso que tinham em 2003 (suportavam cerca de 544% do Passivo desse ano).</p> <p>Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 rondava os 42 milhões de euros, ainda assim, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos), destaca-se o facto deste Município apresentar uma reduzida capacidade legal de endividamento (apenas cerca de 8 milhões de euros para 2008), devido essencialmente à sua reduzida capacidade fiscal</p>

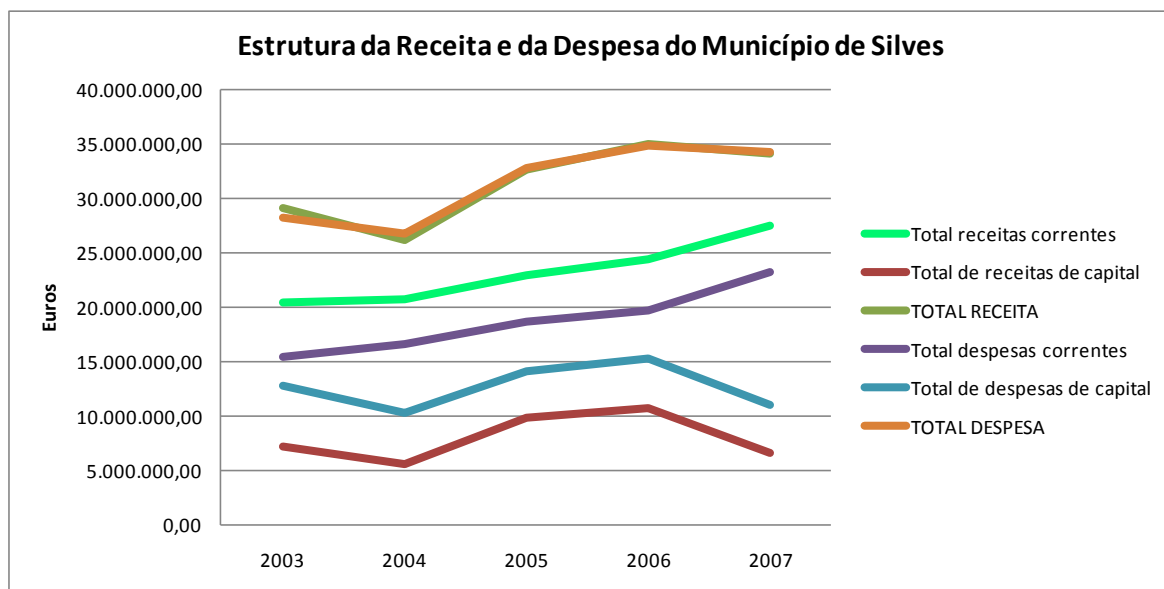
Indicador	Análise
	comparativamente aos restantes Municípios com características socio-económicas semelhantes.
Capacidade de Solvência = Activo / Passivo	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos.</p> <p>Assim, apesar do aumento continuado do Activo, devido ao aumento proporcionalmente superior do Passivo (excepto nos anos de 2005 e 2006), o indicador da capacidade de solvência do Município de S. Brás de Alportel, na generalidade tem vindo a diminuir, ainda que verificando um desempenho irregular.</p> <p>O Activo, que m 2003 representava cerca de 1202% do Passivo, no ano seguinte limitava-se a 907%, aumentando nos dois anos seguintes até aos 1001% em 2006 para em 2007 não ir além dos 904%.</p>
Liquidez Geral e Imediata	<p>Estes indicadores são particularmente importantes porque revelam a capacidade (disponibilidade de meios) para fazer face aos compromissos da actividade corrente do Município. Assim, revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores, uma vez que poderão perceber qual a expectativa quanto à "garantia" ou pelo menos à rapidez com que poderá o Município cumprir o seu compromisso (tal não significa uma garantia do pagamento, uma vez que outros factores podem determinar o atraso, estes indicadores apenas reflectem a capacidade).</p> <p>Assim, o Município de S. Brás de Alportel apresentava uma liquidez geral mínima da ordem dos 44% (registada em 2005) e máxima de 155,3% (registada em 2003), sendo em 2007 de apenas 53,6%, significando que o seu Activo circulante, em 2003 era superior às suas necessidades de idêntica exigência, mas tem vindo a diminuir e nos anos que se seguiram ficava aquém das suas necessidades de curto prazo (Passivo circulante), potenciando dificuldades de gestão corrente.</p> <p>No que respeita à liquidez imediata, que traduz a capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, verificou-se também uma forte degradação deste indicador, uma vez que de um excesso de disponibilidades a curto prazo, registadas em 2003, verificou-se nos anos seguintes a situação inversa (de 141,1% em 2003 para 41,7% em 2007), o que representa uma</p>

Indicador	Análise
	<p>redução das disponibilidades do Município face às suas necessidades e poderá indiciar problemas de tesouraria.</p> <p>Assim, considera-se que o Município deverá melhorar a gestão dos seus Activos circulantes, por forma a adequar melhor os recursos de curto prazo com as suas necessidades de idêntica exigência.</p>
<p>Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>O aumento significativo do Activo Total do Município de S. Brás de Alportel e proporcionalmente superior ao ocorrido nos fundos próprios (os quais diminuíram nos anos de 2006 e 2007 face a 2003), justificam a redução da autonomia financeira verificada entre 2003 e 2007 neste Município. Note-se que em 2003, cerca de 91,7% do Activo Total era suportado por fundos próprios, tendo esta percentagem diminuído em 2007 para cerca de 60,1%.</p>
<p>Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, algum crescimento da receita total do Município de S. Brás de Alportel, fruto essencialmente do crescimento dos impostos directos, mas também das transferências correntes. A redução das receitas de capital e em outras receitas não permitiu um acréscimo superior.</p> <p>Os impostos associados ao imobiliário em 2007 representavam cerca de 23,8% da receita total do Município.</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa em geral (em 2004 e 2005 ultrapassou mesmo a receita total), com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços e as despesas com o pessoal. As despesas de capital foram objecto de um decréscimo acentuado.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de S. Brás de Alportel revelou melhor desempenho no ano de 2006, enquanto em 2007 observou o pior registo.</p> <p>Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 3ª posição, observando entretanto uma degradação, traduzida na avaliação na 5ª posição, relativa ao desempenho médio do período entre 2003 e 2007 e na 10ª posição que ocupava em 2007.</p>

Fonte: Carvalho, Manuel

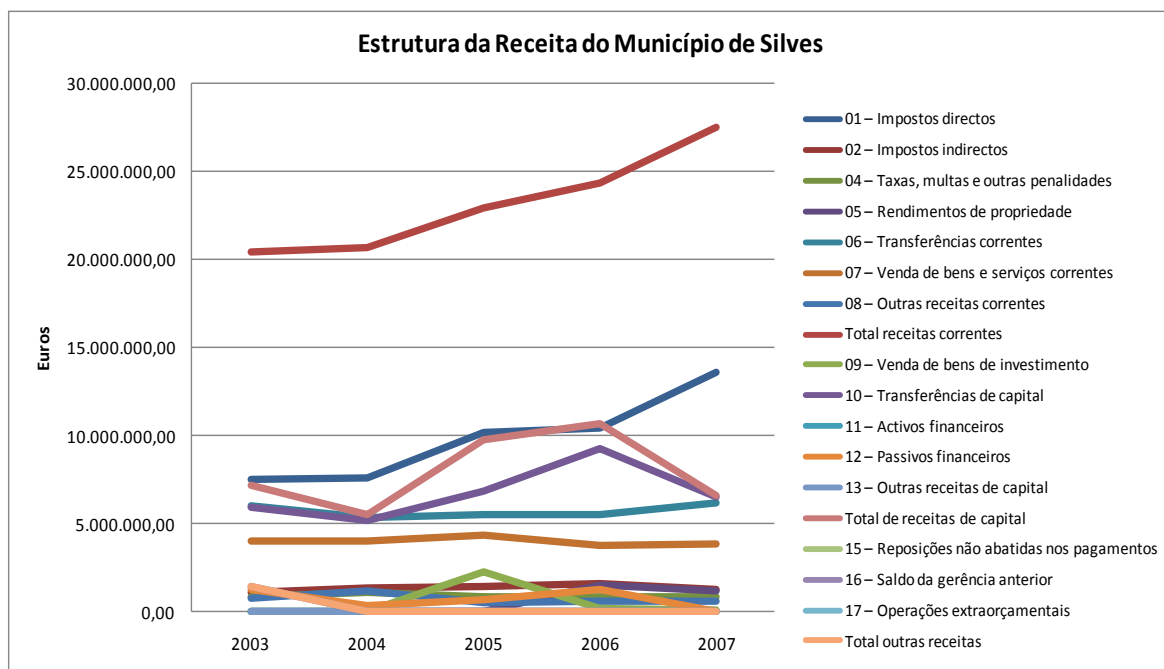
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Silves.

FIGURA N.º 177 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007



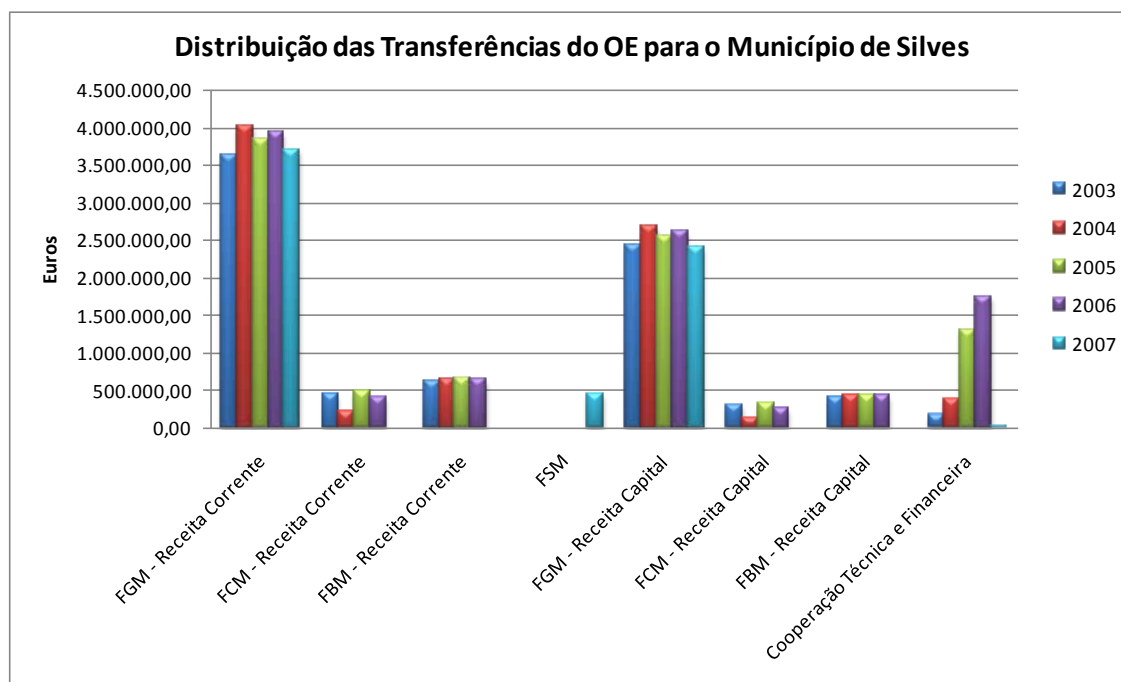
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 178 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007



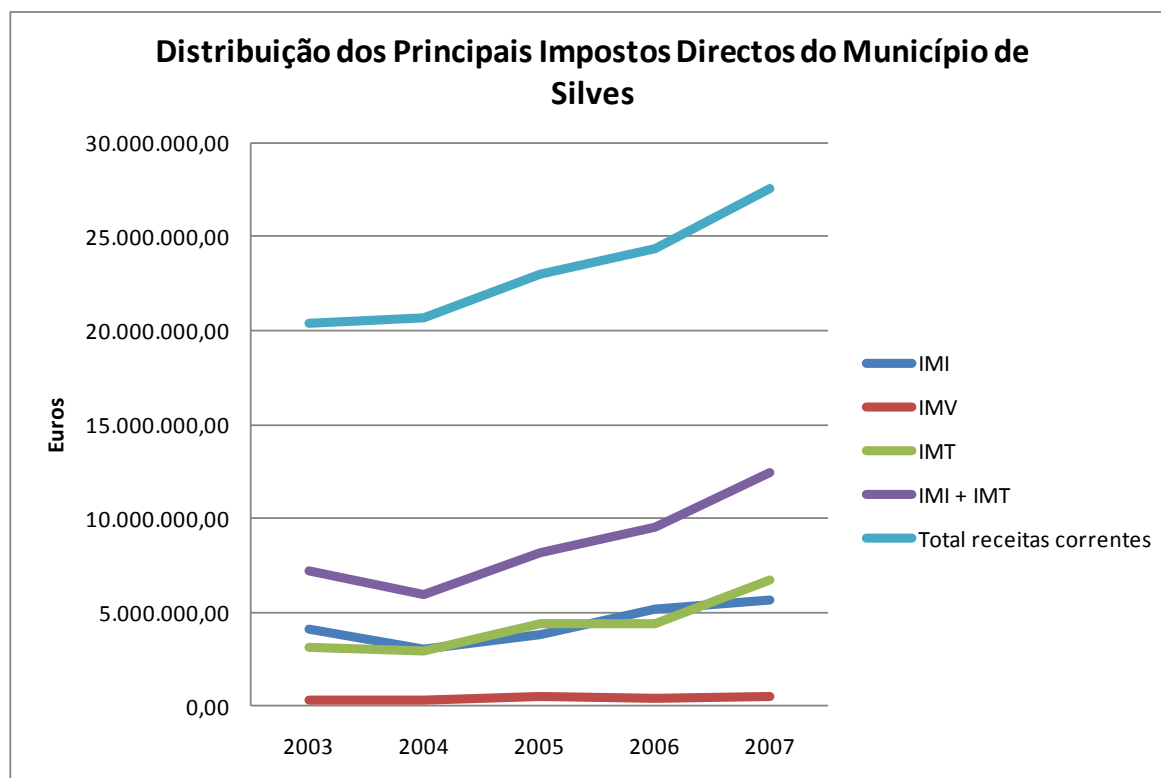
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 179 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007



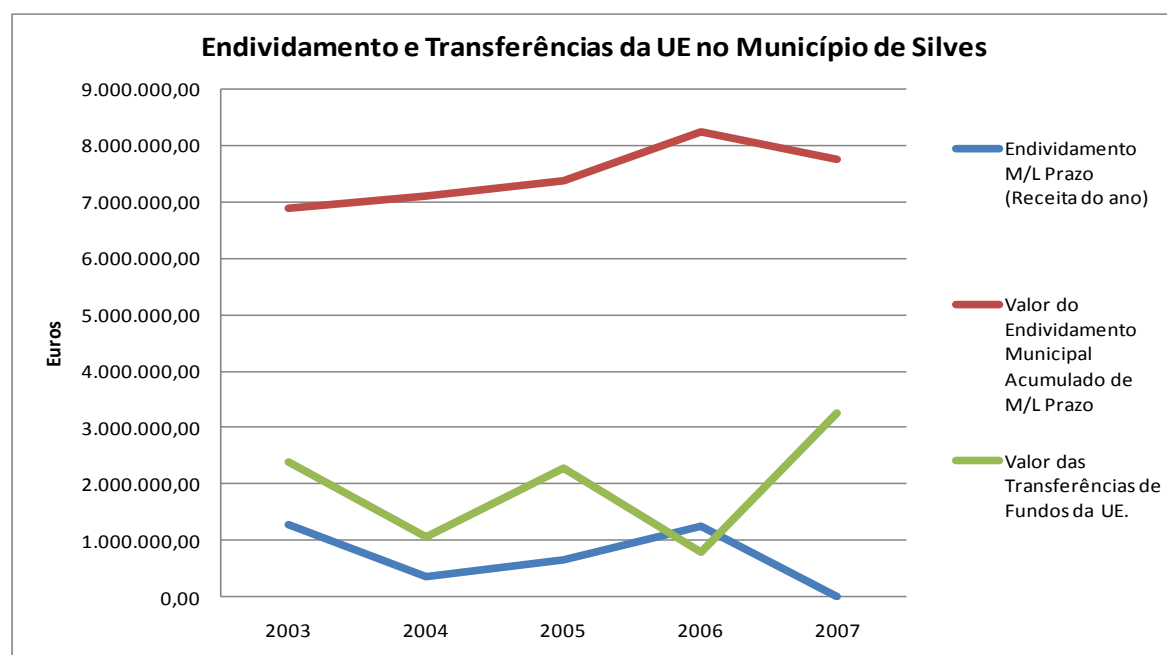
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 180 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007



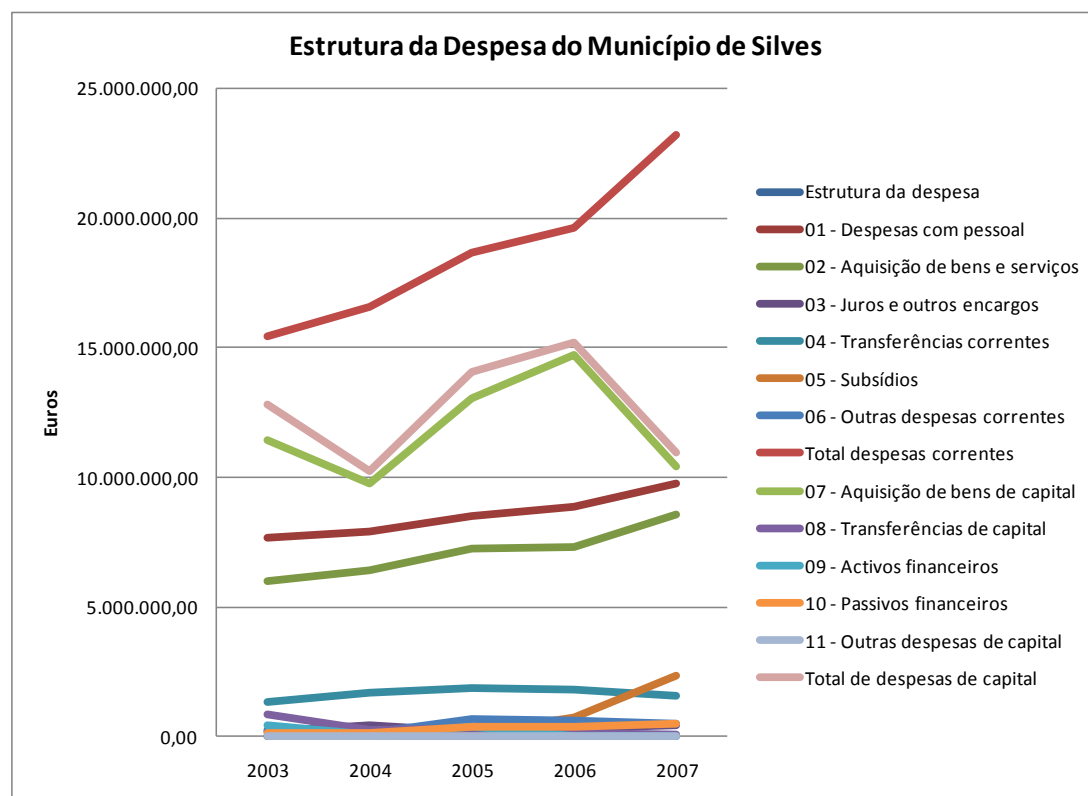
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 181 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007



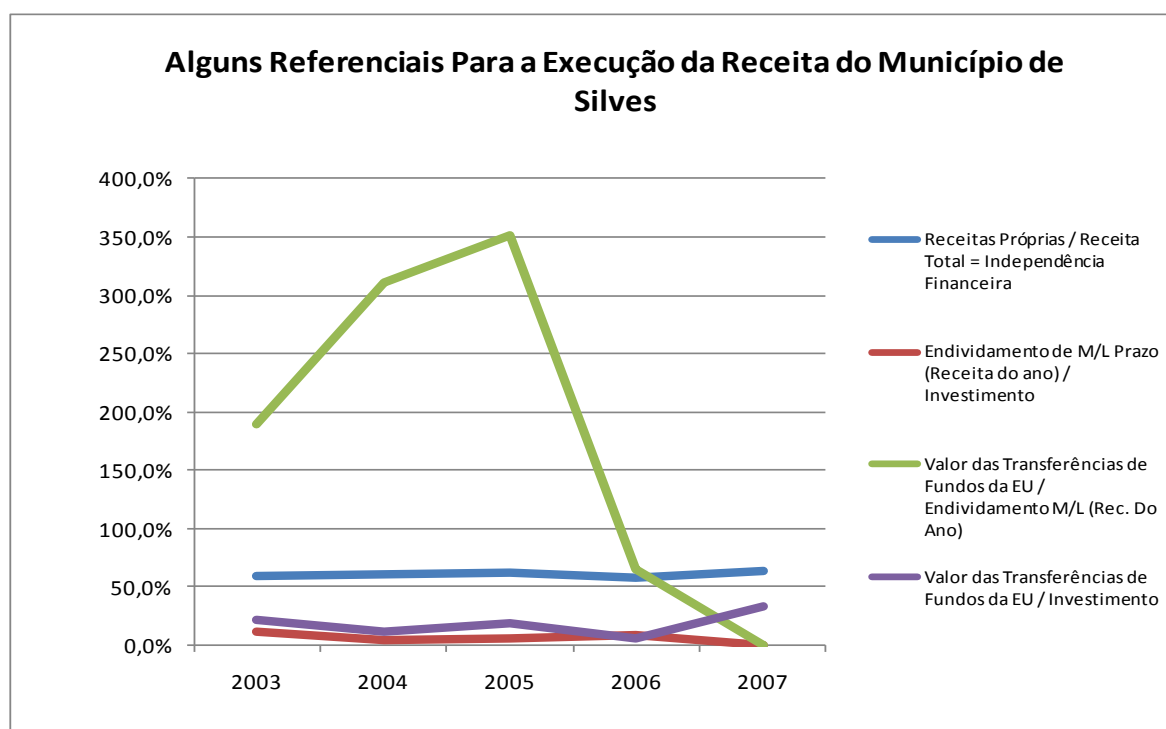
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 182 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007



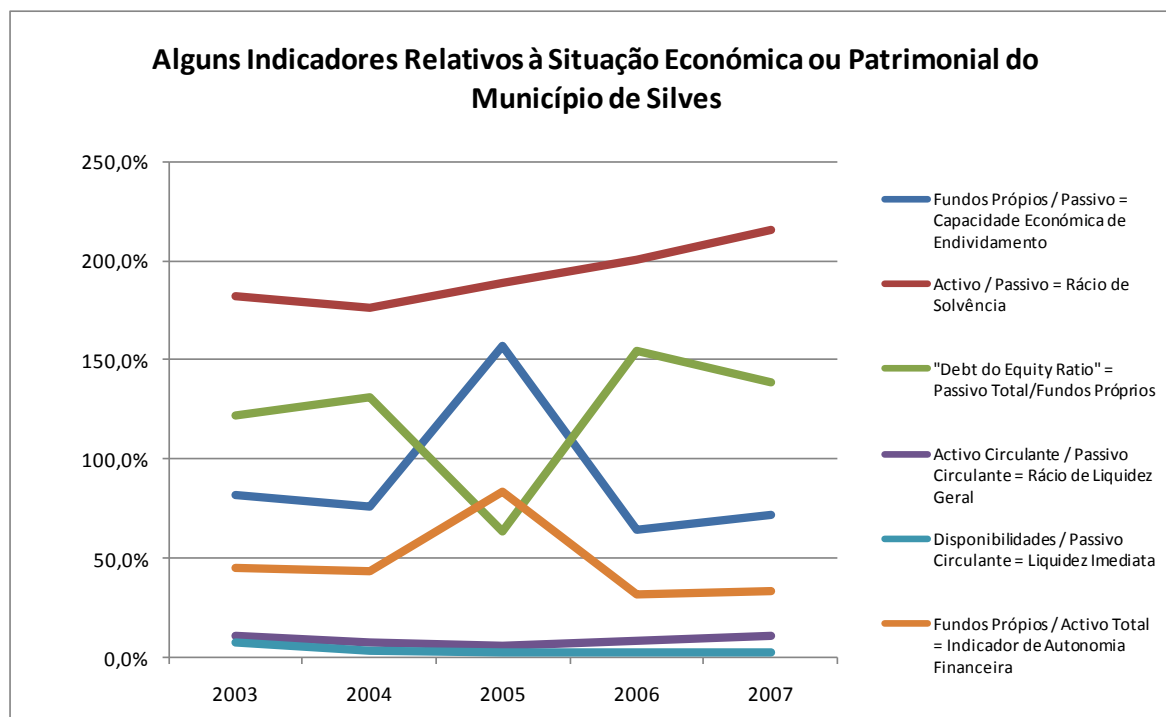
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 183 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 184 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 185 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE SILVES, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	5	2	3	4	1
I - 2	Menor Percentagem	3	1	4	5	2
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	5	1	3	4	2
I - 4	Maior Percentagem	1	3	4	2	5
I - 5	Menor Percentagem	4	5	1	2	3
I - 6	Maior Percentagem	1	4	3	2	5
I - 7	Menor Valor	5	4	3	2	1
I - 8	Maior Valor	3	1	4	5	2
I - 9	Menor Dívida	5	4	3	1	2
I - 10	Menor Dívida	5	4	3	1	2
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	1	4	3	2	5
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	1	4	3	2	5
I - 14	Maior Percentagem	2	3	4	1	5
I - 15	Maior Percentagem	4	2	3	1	5
I - 16	Maior Percentagem	4	3	5	1	2
I - 17	Maior Percentagem	2	1	3	4	5
I - 18	Maior Percentagem	5	2	1	3	4
I - 19	Maior Percentagem	5	4	1	2	3
I - 20	Maior Percentagem	4	3	5	1	2
SOMA		66	57	62	49	66

Nota: Em 2007 não se registou o recurso a qualquer endividamento a M/L prazo por parte deste Município, impedindo assim o cálculo do indicador "I - 14". Assim e por forma a não impedir este exercício, optou-se por hierarquizar este ano apenas pelo critérios do maior valor recebido de transferências da UE.

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Silves, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2006, enquanto 2003 e 2007 terão sido os melhores anos com igual pontuação.

FIGURA N.º 186 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE SILVES

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	A independência financeira do Município de Silves aumentou cerca de 3,8% entre 2003 e 2007, atingindo neste ano os 62,8% de receitas próprias, ainda que em 2006 tenha baixado até aos 57,8%. Assim este Município manteve sempre salvaguardada a sua independência financeira, tendo o seu crescimento sido conseguido, essencialmente graças ao contributo da tributação do IMI e do IMT, o qual aumentou no mesmo período de 24,8% para 36,3% da receita total.
Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)	As necessidades anuais do Município de Silves recorrer à receita proveniente do endividamento a Médio/Longo prazo, durante o período em análise, assumem uma tendência de decréscimo, apesar de em 2006 apresentarem um valor próximo do de 2003, destacando-se ainda que

Indicador	Análise
	<p>não se verificou qualquer endividamento desta natureza em 2007.</p> <p>Assim, esta fonte de receita em 2003 registava quase 1,3 milhões de euros no orçamento municipal (4% do total da receita), tendo nos dois anos seguintes diminuído para cerca de 345 e 653 mil euros (o que corresponde a cerca de 1% o total da receita de 2004 e de 2005 respectivamente), regressando em 2006 aos níveis de 2003 e não se registando qualquer receita em 2007.</p>
<p>Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo</p>	<p>O ano de 2006 foi aquele em que o Município de Silves registava o nível mais elevado de endividamento acumulado a Médio/Longo prazo. Neste ano, o Município apresentava um Passivo financeiro superior a 8,2 milhões de euros. O valor mínimo do período foi registado em 2003 (cerca de 6,9 milhões de euros), enquanto as amortizações financeiras em 2007 e a ausência de contratação de novos financiamentos neste ano, permitiram a diminuição deste Passivo, o qual totalizava então menos de 7,8 milhões de euros.</p> <p>O Passivo financeiro de médio/longo prazo deste Município em 2007 correspondia a cerca de 4% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região.</p>
<p>Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento</p>	<p>Durante o período analisado verificou-se que o Município de Silves recorre de forma pouco significativa e cada vez menos ao endividamento a médio e longo prazo (não se verificou qualquer endividamento em 2007) e quando o faz, esta receita tem um peso relativamente baixo no total dos investimentos realizados (entre 3,6% a 11,2%).</p>
<p>Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento</p>	<p>O ano de 2007 foi aquele em que a receita proveniente das transferências de fundos da UE para o Município de Silves foi mais elevada, perto de 3,3 milhões de euros, o que representou cerca de 10% no total da receita municipal. Nos restantes anos a receita foi claramente inferior, ainda assim com um peso considerável (entre os 2% de 2006 e os 8% de 2003), já no conjunto dos cinco anos, os cerca de 9,8 milhões de euros registados pelo Município nesta fonte de receita representaram cerca de 6% do total da receita municipal.</p>

Indicador	Análise
<p>Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo</p>	<p>Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Silves, podemos conferir que este, em 2007 não recorreu a qualquer endividamento a M/L prazo.</p> <p>Assim, verifica-se que dos anos em que se registou o recurso ao endividamento a M/L prazo (2003, 2004, 2005 e 2006), apenas em 2006, os valores recebidos provenientes de Fundos da UE, foram inferiores ao endividamento a M/L prazo (cerca de 65% do respectivo valor), já nos restantes anos, as receitas provenientes dos Fundos da UE, foram sempre de um nível claramente superior a este (189%; 311% e 351% respectivamente), realçando-se ainda que também em 2007, ano em que não se verificou qualquer endividamento, foi registada receita proveniente dos Fundos da UE. Para o conjunto destes 5 anos, a receita proveniente dos Fundos da UE representa cerca de 280% do endividamento a M/L prazo registado no mesmo período.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Silves", a evolução da variável “transferências da UE” tem um comportamento bastante irregular e distinto da verificada pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo” que manteve uma trajectória ascendente e mais regular, justificando assim a correlação fraca e em sentido negativo entre estas variáveis e para este Município.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o desempenho deste indicador para o Município de Silves tem sido irregular. Ainda assim, destaca-se que em 2003 os seus Fundos Próprios correspondiam a praticamente 82% do valor do Passivo, enquanto em 2007, essa capacidade rondava os 72%. Já a capacidade máxima do período foi atingida em 2005 (único ano em que os Fundos Próprios foram</p>

Indicador	Análise
	<p>superiores ao Passivo Total) e rondava os 157%, enquanto a capacidade mínima (menos de 65%) foi verificada no ano seguinte.</p> <p>Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 era próxima dos 41 milhões de euros, ainda assim, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos), destaca-se o facto deste Município apresentar uma capacidade legal de endividamento de cerca de metade deste valor (próximo de 22 milhões de euros para 2008), capacidade esta relativamente confortável, considerando a sua reduzida capacidade fiscal comparativamente aos restantes Municípios com características socio-económicas semelhantes.</p>
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos.</p> <p>Assim, apesar do aumento continuado do Activo, devido ao aumento proporcionalmente superior do Passivo em 2004, o indicador da capacidade de solvência do Município de Silves diminuiu de 181,9% para 176,2% entre 2003 e 2004, já nos restantes anos, a valorização do Activo e um crescimento proporcionalmente inferior do Passivo, ou mesmo a sua redução (como aconteceu em 2007), justificam o aumento contínuo deste indicador, atingindo em 2007 cerca de 216%.</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Estes indicadores são particularmente importantes porque revelam a capacidade (disponibilidade de meios) para fazer face aos compromissos da actividade corrente do Município. Assim, revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores, uma vez que poderão perceber qual a expectativa quanto à "garantia" ou pelo menos à rapidez com que poderá o Município cumprir o seu compromisso (tal não significa uma garantia do pagamento, uma vez que outros factores podem determinar o atraso, estes indicadores apenas reflectem a capacidade).</p> <p>Assim, o Município de Silves apresentava uma liquidez geral mínima da ordem dos 5,7% (registada em 2005) e máxima de 11,2% (registada em 2003), sendo em 2007 de apenas 10,8%, significando que o seu Activo circulante, se manteve durante este período a um nível de apenas 1/10 (e</p>

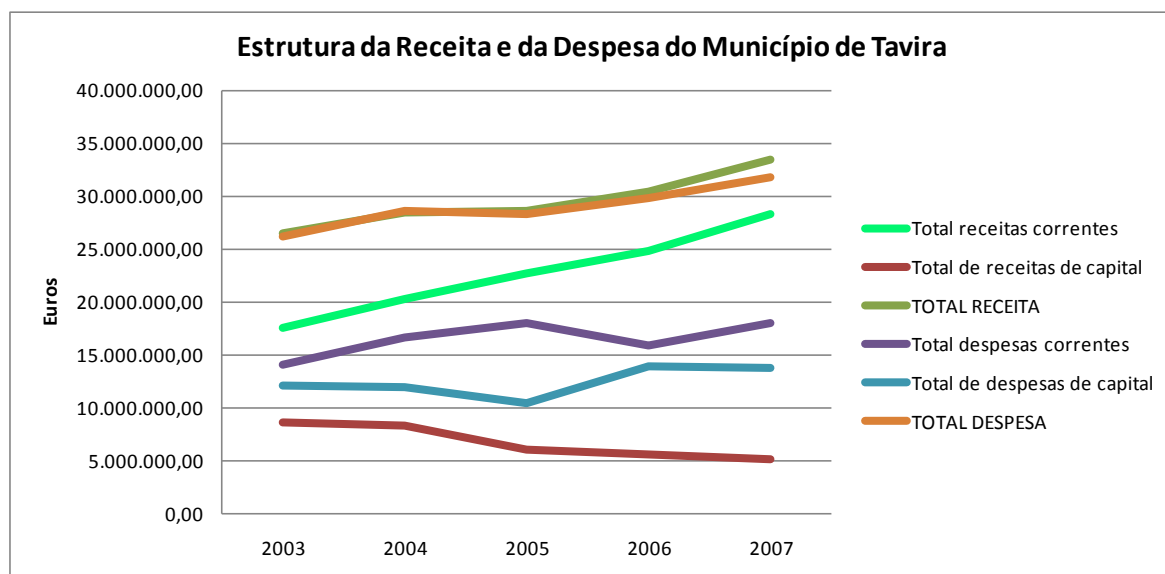
Indicador	Análise
	<p>mesmo inferior) às suas necessidades de idêntica exigência (Passivo circulante), potenciando sérias dificuldades de gestão corrente.</p> <p>No que respeita à liquidez imediata, que traduz a capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, verificou-se um comportamento idêntico, ainda que a um nível inferior. Assim, verificou-se uma redução das disponibilidades e simultaneamente o aumento do Passivo circulante, motivando a degradação deste indicador, que em 2003 registava que as disponibilidades apenas suportavam 7,5% do respectivo Passivo circulante, mas que em 2007 não ultrapassavam os 3%, o que representa uma redução das disponibilidades do Município face às suas necessidades, aparentemente já a um nível insuficiente e que poderá indiciar problemas de tesouraria.</p> <p>Assim, considera-se que o Município deverá melhorar a gestão dos seus Activos circulantes, por forma a adequar melhor os recursos de curto prazo com as suas necessidades de idêntica exigência.</p>
<p>Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>O aumento significativo do Activo Total e proporcionalmente superior ao ocorrido nos fundos próprios do Município de Silves (à excepção do ano de 2005 em que cedeu o inverso), justificam a tendência de redução da autonomia financeira verificada entre 2003 e 2007 neste Município. Note-se que em 2003, cerca de 45% do Activo Total era suportado por fundos próprios, tendo esta percentagem diminuído em 2007 para cerca de 33,4%, tendo atingido em 2005 os 83,2%.</p>
<p>Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, um crescimento considerável da receita total do Município de Silves, ainda que de forma irregular ao longo do período (verificando-se mesmo um decréscimo em 2004 face a 2003). Este crescimento foi essencialmente fruto do crescimento dos impostos directos, mas também das transferências. Os impostos associados ao imobiliário em 2007 representavam cerca de 36,3% da receita total do Município.</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa em geral (em 2004, 2005 e 2007 ultrapassou mesmo a receita total), com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços, os subsídios e as despesas com o pessoal. As despesas</p>

Indicador	Análise
	<p>de capital foram objecto de um decréscimo acentuado.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Silves revelou o seu melhor desempenho simultaneamente nos anos de 2003 e 2007, enquanto em 2006 observou o pior registo.</p> <p>Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 10ª posição, observando entretanto uma degradação, traduzida na avaliação na 15ª posição, relativa ao desempenho médio do período entre 2003 e 2007 e na 14ª posição que ocupava em 2007.</p>

Fonte: Carvalho, Manuel

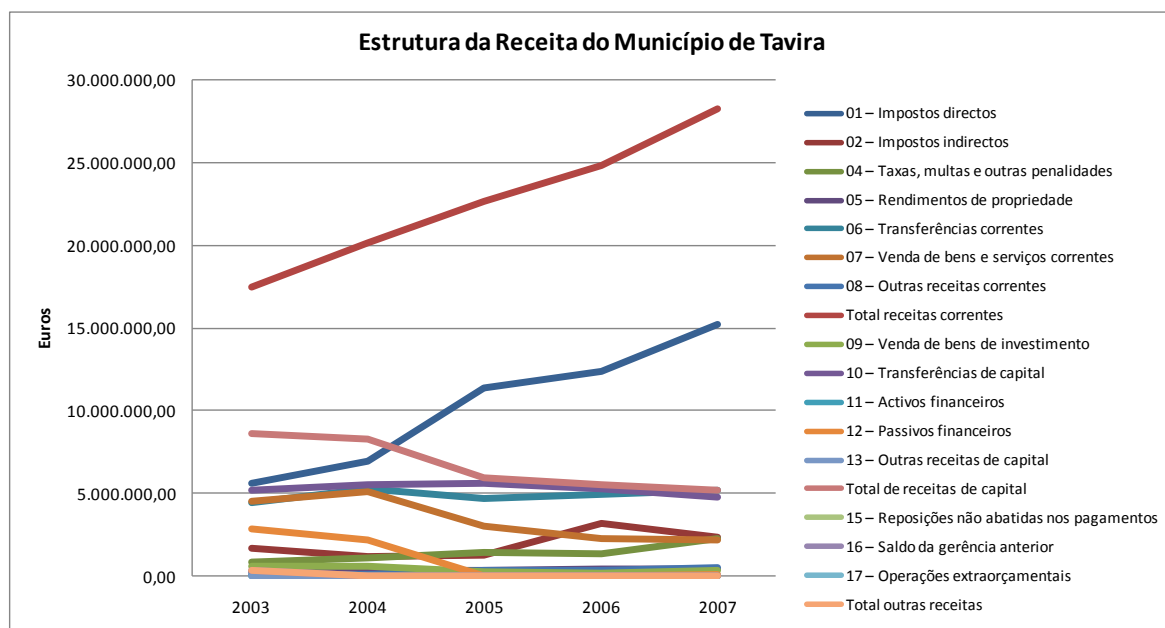
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Tavira.

FIGURA N.º 187 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007



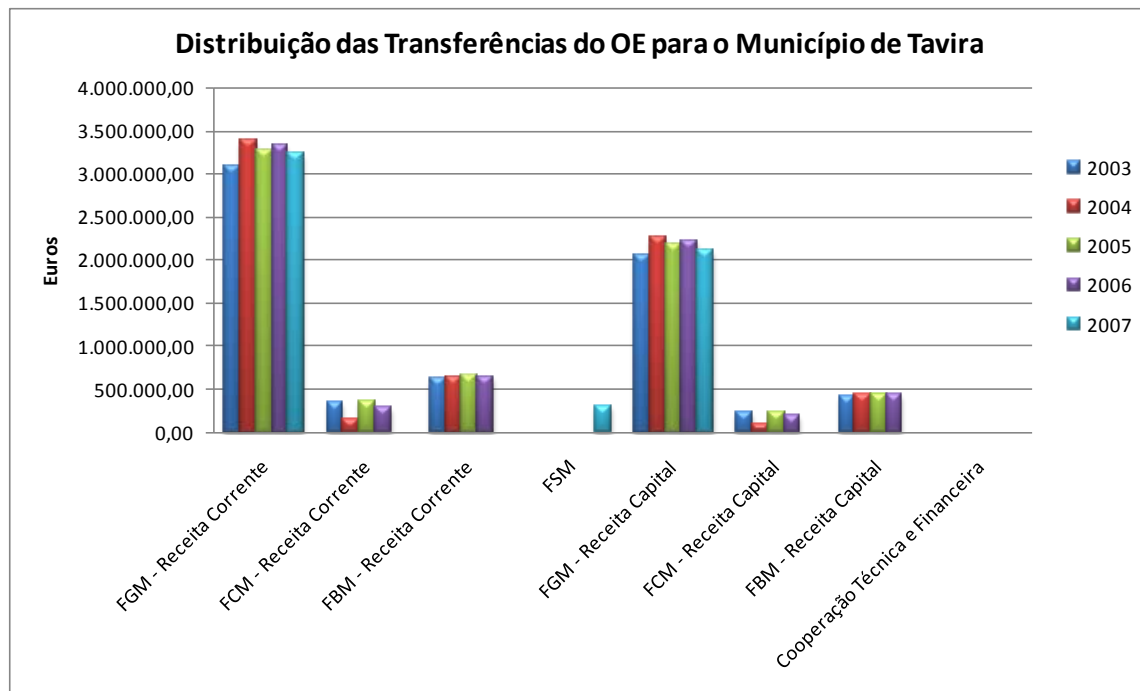
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 188 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007



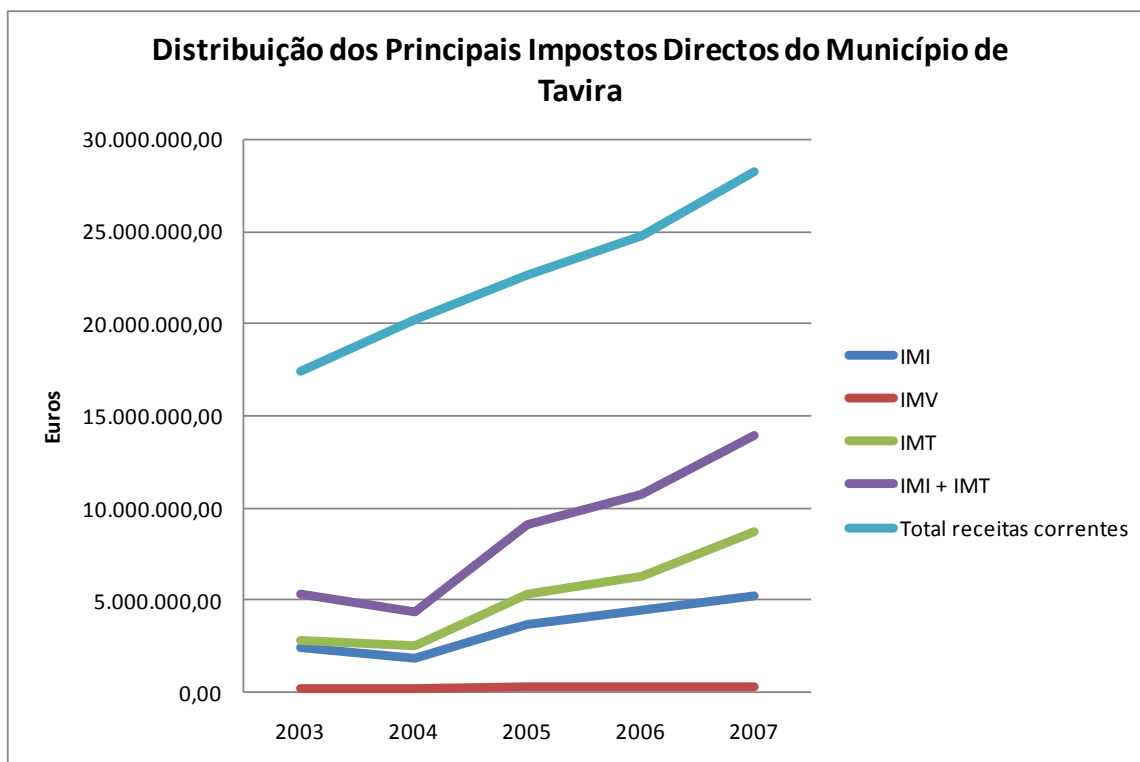
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 189 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007



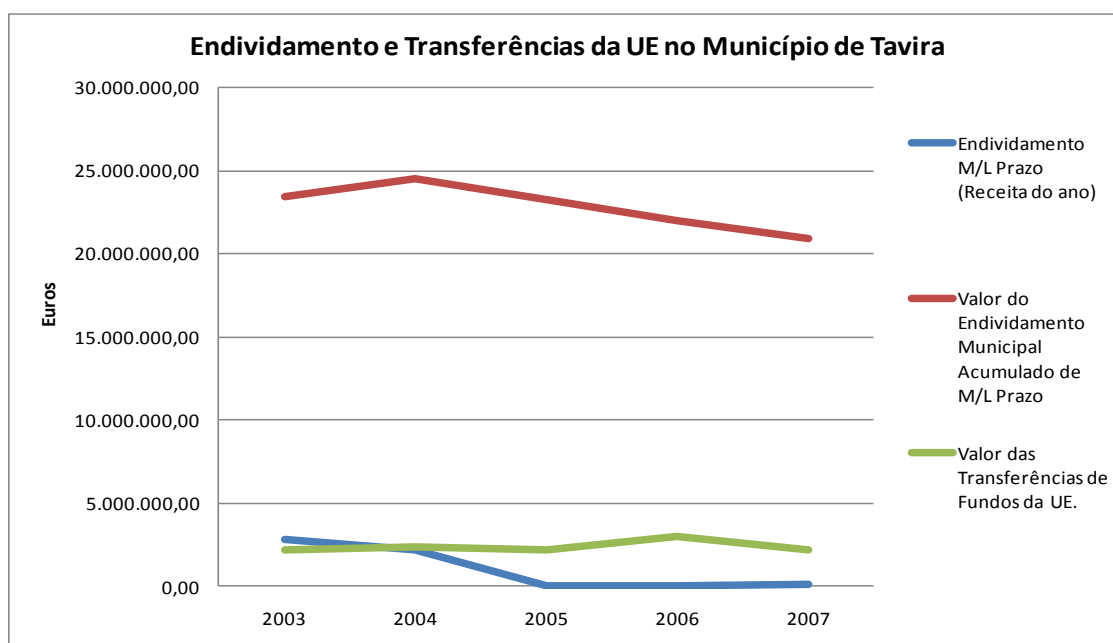
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 190 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007



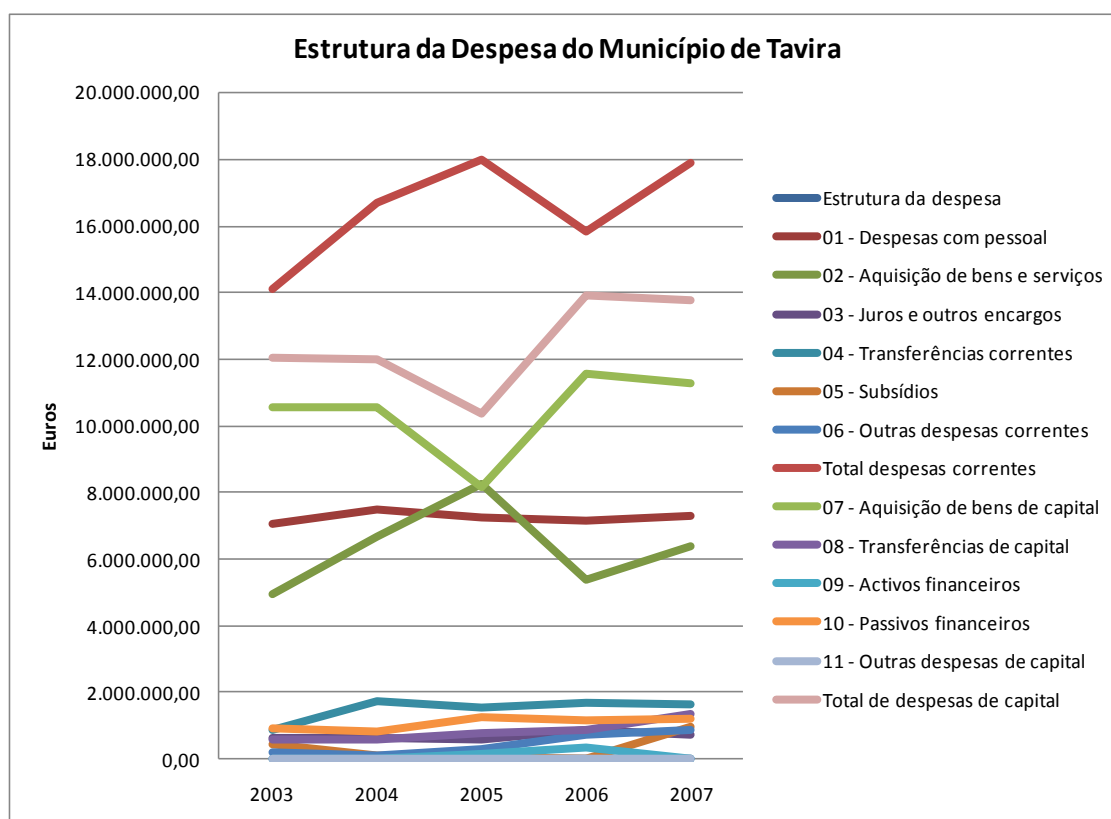
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 191 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 192 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007



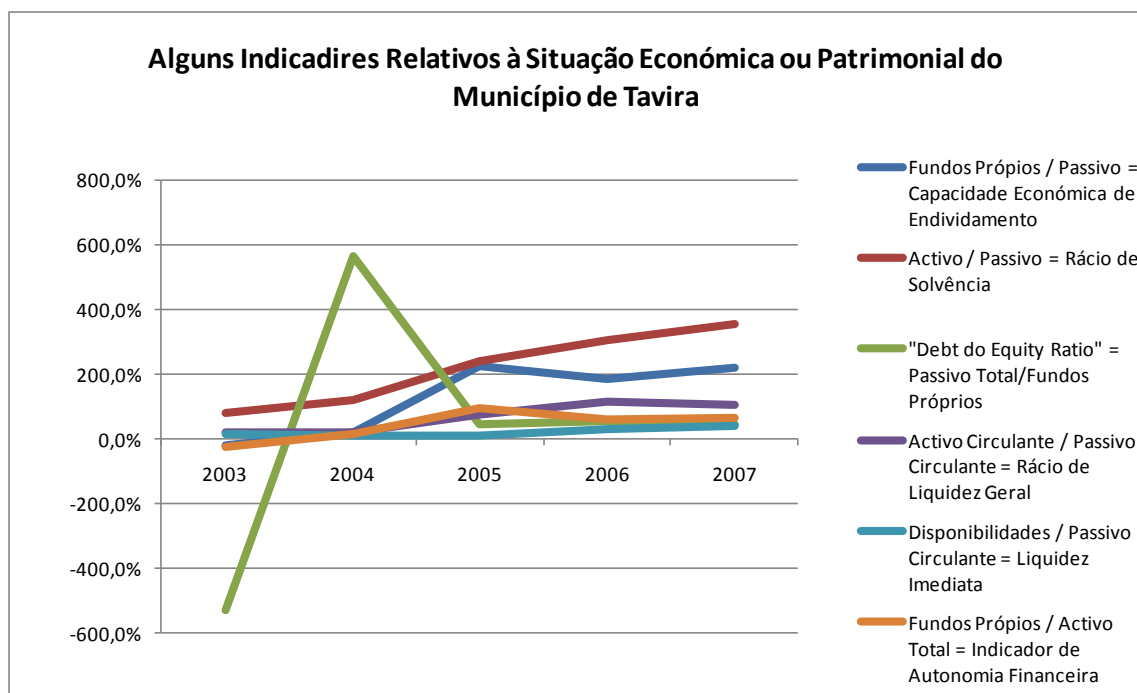
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 193 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 194 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 195 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE TAVIRA, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	4	2	1	5	3
I - 2	Menor Percentagem	1	2	3	4	5
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	3	1	2	4	5
I - 4	Maior Percentagem	1	2	3	4	5
I - 5	Menor Percentagem	1	2	4	5	3
I - 6	Maior Percentagem	1	2	3	4	5
I - 7	Menor Valor	5	3	1	4	2
I - 8	Maior Valor	3	2	1	5	4
I - 9	Menor Dívida	1	2	3	5	4
I - 10	Menor Dívida	2	1	3	4	5
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	1	2	4	5	3
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	1	2	4	5	3
I - 14	Maior Percentagem	1	2	4	5	3
I - 15	Maior Percentagem	1	2	4	5	3
I - 16	Maior Percentagem	1	2	5	3	4
I - 17	Maior Percentagem	1	2	3	4	5
I - 18	Maior Percentagem	1	2	3	5	4
I - 19	Maior Percentagem	3	1	2	4	5
I - 20	Maior Percentagem	1	2	5	3	4
SOMA		34	38	61	87	80

Nota: Em 2006 não se registou o recurso a qualquer endividamento a M/L prazo por parte deste Município, impedindo assim o cálculo do indicador "I - 14". Assim e por forma a não impedir este exercício, optou-se por hierarquizar este ano apenas pelo critérios do maior valor recebido de transferências da UE.

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Tavira, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2003, enquanto 2006 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 196 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE TAVIRA

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	A independência financeira do Município de Tavira aumentou cerca de 6,5% entre 2003 e 2007, atingindo neste ano os 70,2% de receitas próprias, ainda que em 2004 tenha baixado até aos 62%. Assim este Município manteve sempre salvaguardada a sua independência financeira, tendo o seu crescimento sido conseguido, essencialmente graças ao contributo da tributação do IMI e do IMT, o qual aumentou no mesmo período de 20,2% para 41,9% da receita total.
Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)	As necessidades anuais do Município de Tavira recorrer à receita proveniente do endividamento a Médio/Longo prazo, durante o período em análise, assumem uma forte tendência de decréscimo, destacando-se ainda que em 2006 não se verificou qualquer endividamento desta

Indicador	Análise
	<p>natureza.</p> <p>Assim, esta fonte de receita em 2003 registava acima de 2,8 milhões de euros no orçamento municipal (11% do total da receita), tendo nos anos seguintes diminuído consideravelmente (para cerca de 8% do total da receita em 2004 e menos de 1% nos anos seguintes, à excepção de 2006 que não se registou qualquer receita desta natureza).</p>
<p>Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo</p>	<p>O ano de 2004 foi aquele em que o Município de Tavira registava o nível mais elevado de endividamento acumulado a Médio/Longo prazo. Neste ano, o Município apresentava um Passivo financeiro superior a 24,5 milhões de euros. O valor mínimo do período foi registado em 2007 (menos de 20,9 milhões de euros), uma vez que as amortizações financeiras de valor superior às novas contratações e a ausência de contratação de novos financiamentos em 2006, permitiram a diminuição deste Passivo.</p> <p>O Passivo financeiro de médio/longo prazo deste Município em 2007 correspondia a cerca de 11% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região.</p>
<p>Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento</p>	<p>Durante o período analisado verificou-se que o Município de Tavira recorre de forma cada vez menos significativa ao endividamento a médio e longo prazo (não se verificou qualquer endividamento em 2006) e particularmente em 2005 e 2007, esta receita teve um peso relativamente baixo no total dos investimentos realizados (entre 0,6% e 1% respectivamente).</p>
<p>Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento</p>	<p>O ano de 2006 foi aquele em que a receita proveniente das transferências de fundos da UE para o Município de Tavira foi mais elevada, perto de 3 milhões de euros, o que representou cerca de 10% no total da receita municipal. Nos restantes anos a receita foi inferior, ainda assim com um peso considerável (entre os 7% de 2007 e os 8% nos demais), já no conjunto dos cinco anos, os cerca de 11,9 milhões de euros registados pelo Município nesta fonte de receita representaram cerca de 8% do total da receita municipal.</p>
<p>Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L</p>	<p>Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Tavira, podemos conferir que este, em 2006 não recorreu a qualquer endividamento a M/L prazo.</p>

Indicador	Análise
Prazo	<p>Assim, verifica-se que dos anos em que se registou o recurso ao endividamento a M/L prazo (2003, 2004, 2005 e 2007), apenas em 2003, os valores recebidos provenientes de Fundos da UE, foram inferiores ao endividamento a M/L prazo (cerca de 77% do respectivo valor), já nos restantes anos, as receitas provenientes dos Fundos da UE, foram sempre de um nível claramente superior a este (109%; 4713% e 2443% respectivamente), realçando-se ainda que também em 2006, ano em que não se verificou qualquer endividamento, foi registada receita proveniente dos Fundos da UE, tendo-se registado nesse ano o valor máximo do período. Para o conjunto destes 5 anos, a receita proveniente dos Fundos da UE representa cerca de 231% do endividamento a M/L prazo registado no mesmo período.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica “Endividamento e Transferências da UE no Município de Tavira”, a evolução da variável “transferências da UE”, ainda que com pequena amplitude, apresenta um comportamento irregular e distinto do verificado pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo” que manteve uma trajectória descendente e mais regular, justificando assim a correlação fraca e em sentido negativo entre estas variáveis e para este Município.</p>
Capacidade Real e Legal de Endividamento	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o desempenho deste indicador para o Município de Tavira tem sido irregular, ainda que a variação global seja claramente positiva. Ainda assim, destaca-se que devido aos seus Fundos Próprios em 2003 apresentarem um valor negativo, a capacidade económica de endividamento deste Município neste ano era de -18,9%, nos anos seguintes, o acréscimo dos Nos anos seguintes, fruto quer a um forte acréscimo nos fundos próprios, mas também à redução do Passivo, podemos observar uma melhoria neste indicador (passou a ser positivo e seguidamente verificou-se um forte</p>

Indicador	Análise
	<p>acréscimo até aos 221,6% em 2007).</p> <p>Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 ultrapassava os 64,6 milhões de euros, ainda assim, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos), destaca-se o facto deste Município apresentar uma capacidade legal de endividamento inferior a 1/3 deste valor (cerca de 17,9 milhões de euros para 2008), capacidade esta relativamente confortável, considerando a sua capacidade fiscal comparativamente aos restantes Municípios com características socio-económicas semelhantes.</p>
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos.</p> <p>Assim, o indicador da capacidade de solvência do Município de Tavira mostra-nos que esta tem evoluído favoravelmente e de forma progressiva ao longo do período em análise.</p> <p>Destaca-se então que em 2003 o Activo representava apenas 81,1% do Passivo, ultrapassando os 100% logo em 2004 (ano em que atingiu os 117,7%), já em 2007 rondava os 353,4% do Passivo.</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Estes indicadores são particularmente importantes porque revelam a capacidade (disponibilidade de meios) para fazer face aos compromissos da actividade corrente do Município. Assim, revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores, uma vez que poderão perceber qual a expectativa quanto à "garantia" ou pelo menos à rapidez com que poderá o Município cumprir o seu compromisso (tal não significa uma garantia do pagamento, uma vez que outros factores podem determinar o atraso, estes indicadores apenas reflectem a capacidade).</p> <p>O Município de Tavira apresentava uma liquidez geral mínima da ordem dos 19,9% (registada em 2003) e máxima de 113,4% (registada em 2006), sendo em 2007 de 104,8%. Salienta-se o esforço realizado para procurar adaptar os seus meios de curto prazo (Activo circulante) às suas necessidades de idêntica exigência (Passivo circulante), cujo resultado é notório, particularmente nos anos de 2006 e 2007.</p>

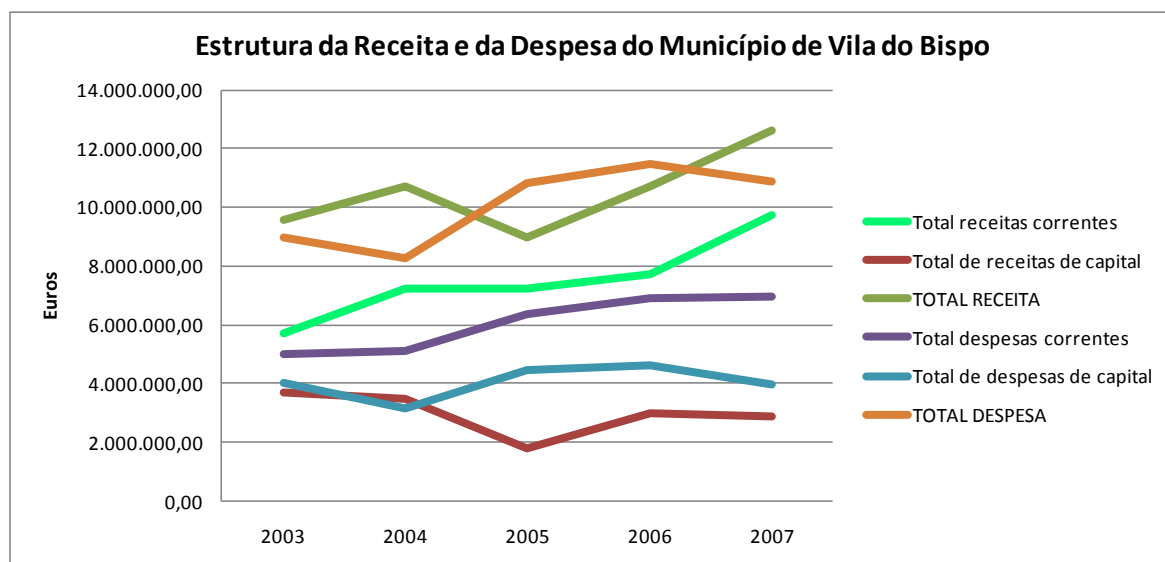
Indicador	Análise
	<p>No que respeita à liquidez imediata, que traduz a capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, verificou-se um comportamento idêntico ao da liquidez geral, ainda que a um nível necessariamente inferior.</p> <p>Assim, verificou-se um acréscimo das disponibilidades e simultaneamente uma redução do Passivo circulante, originando a melhoria deste indicador, que em 2003 registava um nível de disponibilidades na ordem dos 12,7% do respectivo Passivo circulante, mas que em 2007 alcançava os 39,1%, o que representa um aumento claro das disponibilidades do Município face às suas necessidades, o que poderá ter colmatado problemas na gestão da tesouraria.</p>
<p>Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>Apesar do aumento significativo do Activo Total, o crescimento proporcionalmente superior, ocorrido nos fundos próprios do Município de Tavira (à excepção do ano de 2006 em que cedeu o inverso), justificam a tendência de crescimento da autonomia financeira verificada entre 2003 e 2007 neste Município. Note-se que em 2003, devido aos seus Fundos Próprios apresentarem um valor negativo, a autonomia financeira do Município nesse ano foi também negativa (da ordem dos -23,3%), logo o ano seguinte cerca de 15,1% do Activo Total era suportado por fundos próprios, tendo esta percentagem aumentado em 2007 para cerca de 62,7%.</p>
<p>Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, um crescimento considerável da receita total do Município de Tavira ao longo do período. Este crescimento foi essencialmente fruto do crescimento dos impostos directos e indirectos. Os impostos associados ao imobiliário em 2007 representavam cerca de 41,9% da receita total do Município.</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa em geral (em 2004 ultrapassou mesmo a receita total), com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços, as aquisições de bens de capital e as transferências.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Tavira revelou o seu melhor desempenho no ano de 2006, enquanto em 2003 observou o pior registo.</p>

Indicador	Análise
	<p>Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 16ª posição, observando entretanto uma melhoria, traduzida na avaliação na 12ª posição, relativa ao desempenho médio do período entre 2003 e 2007 e na 9ª posição que ocupava em 2007.</p>

Fonte: Carvalho, Manuel

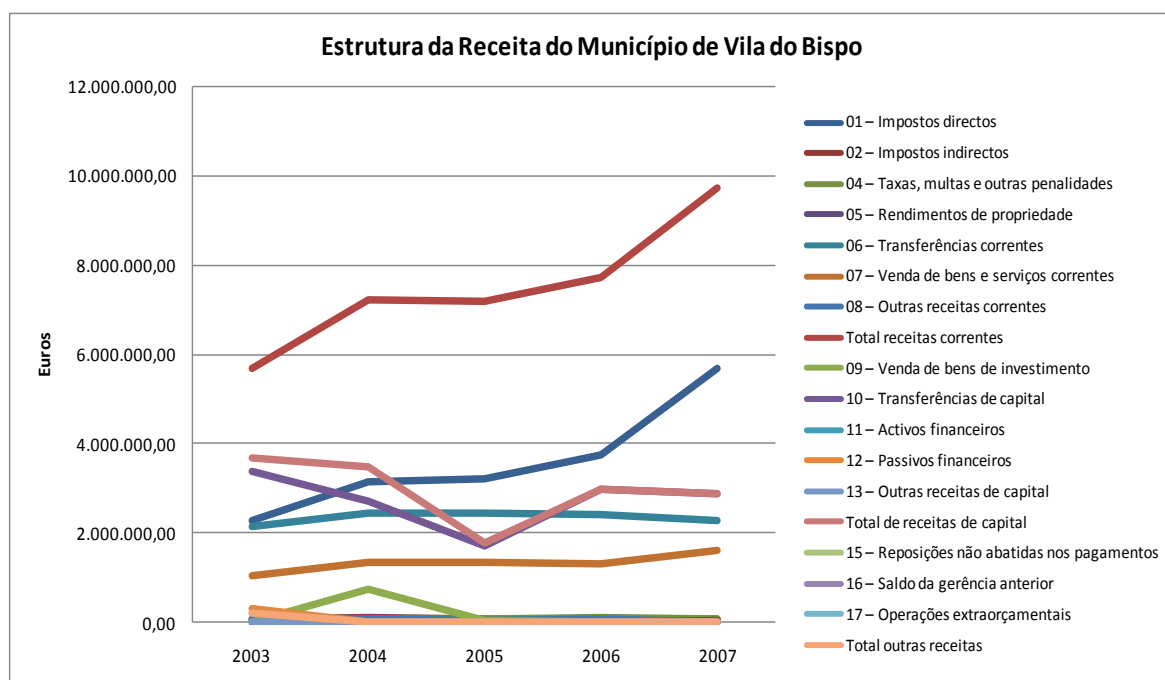
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de Vila do Bispo.

FIGURA N.º 197 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007



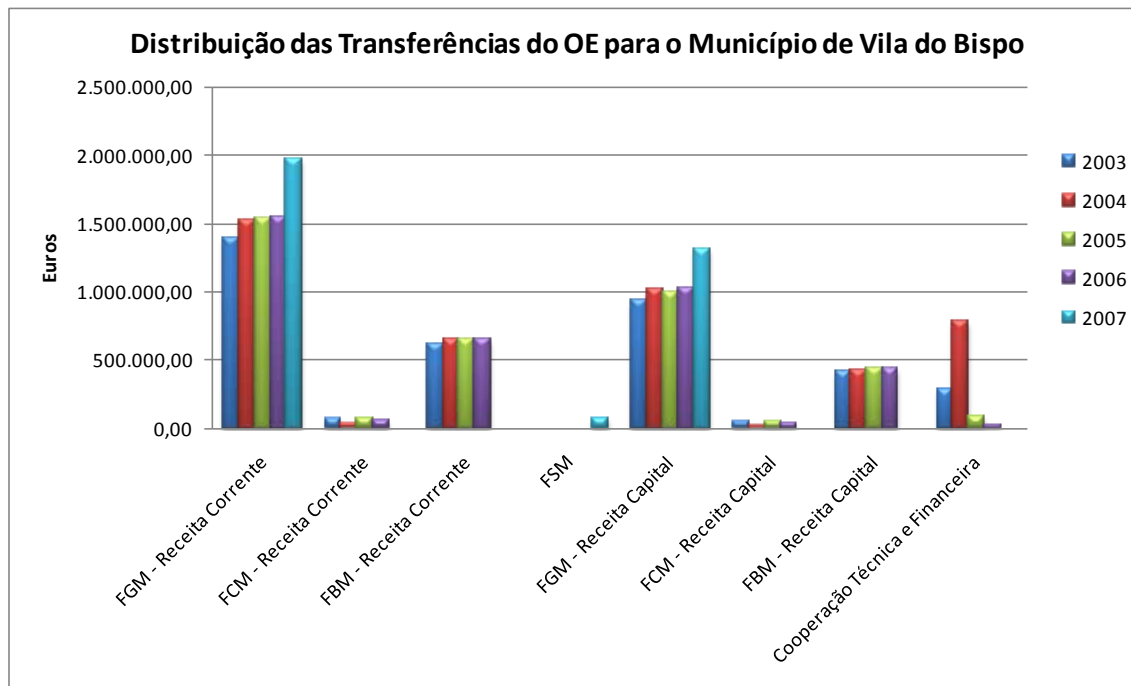
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 198 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007



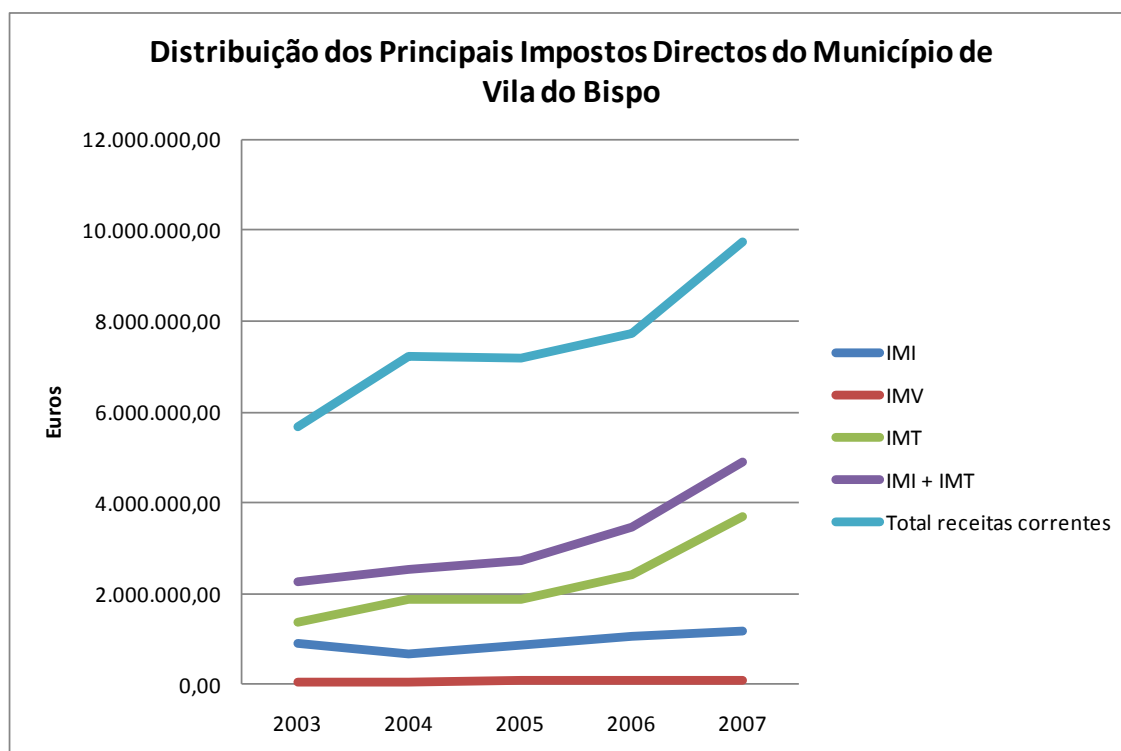
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 199 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007



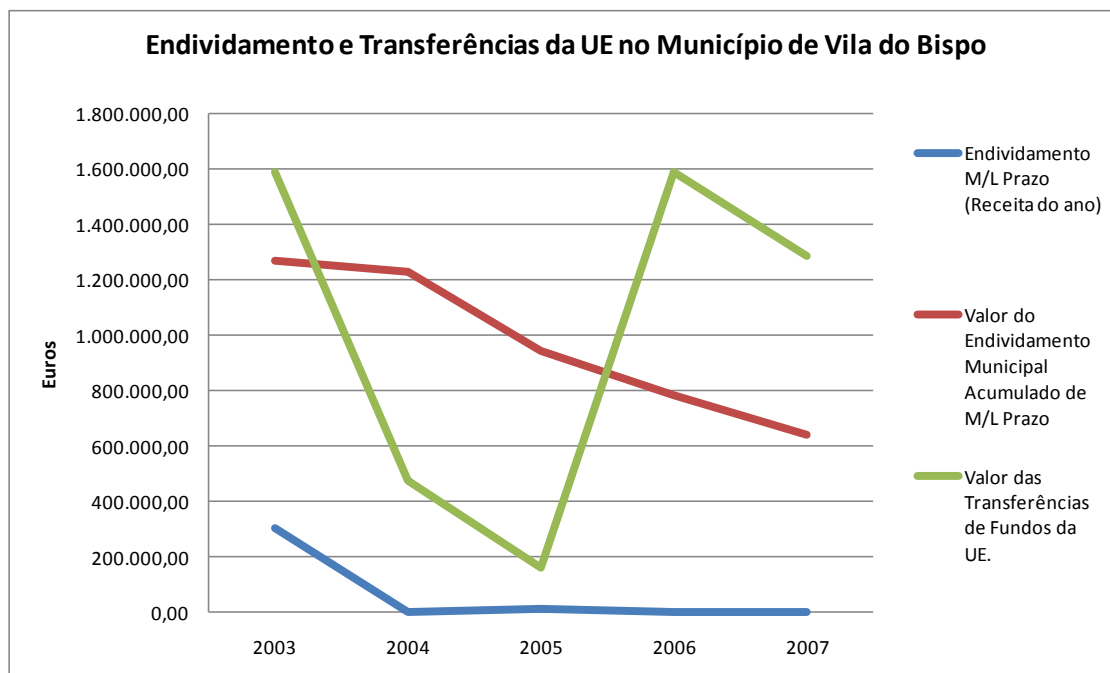
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 200 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007



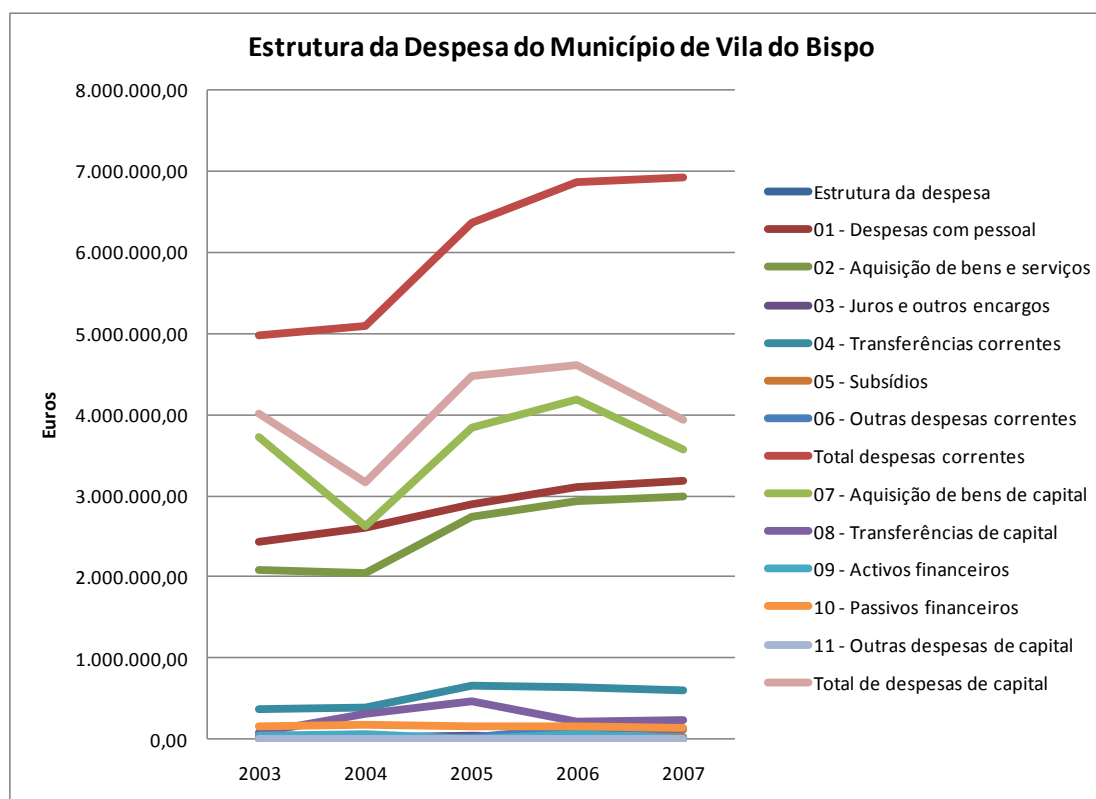
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 201 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007



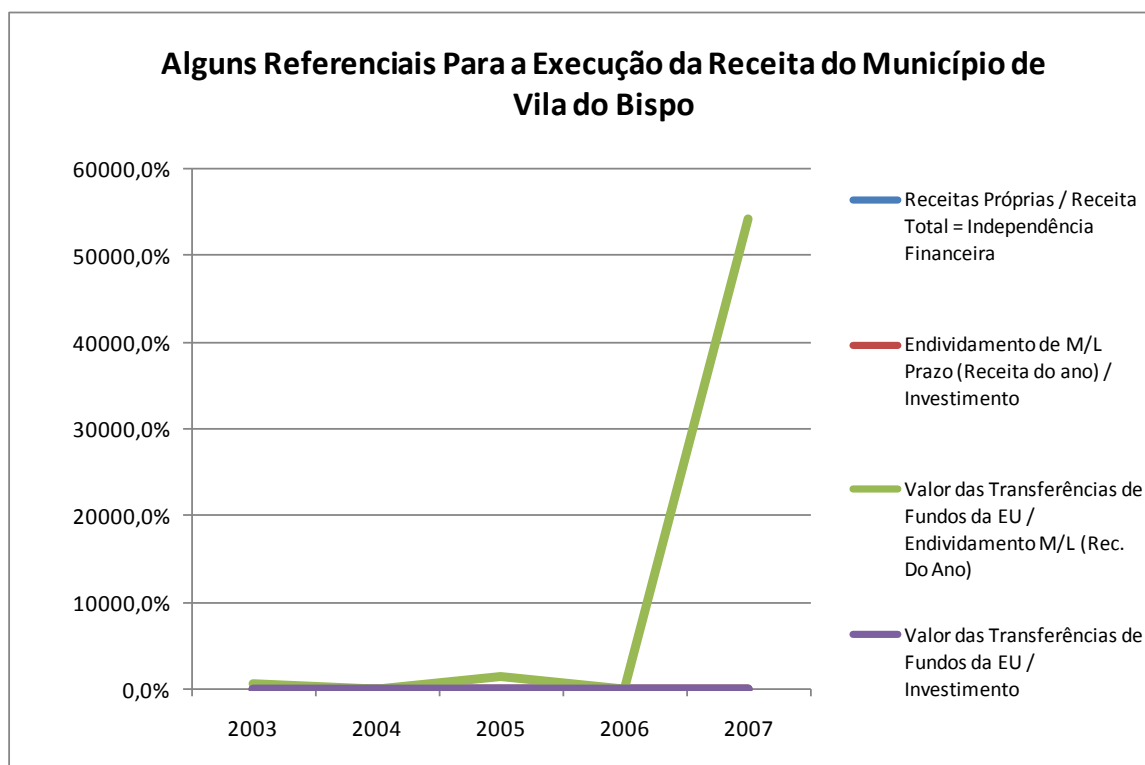
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 202 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007



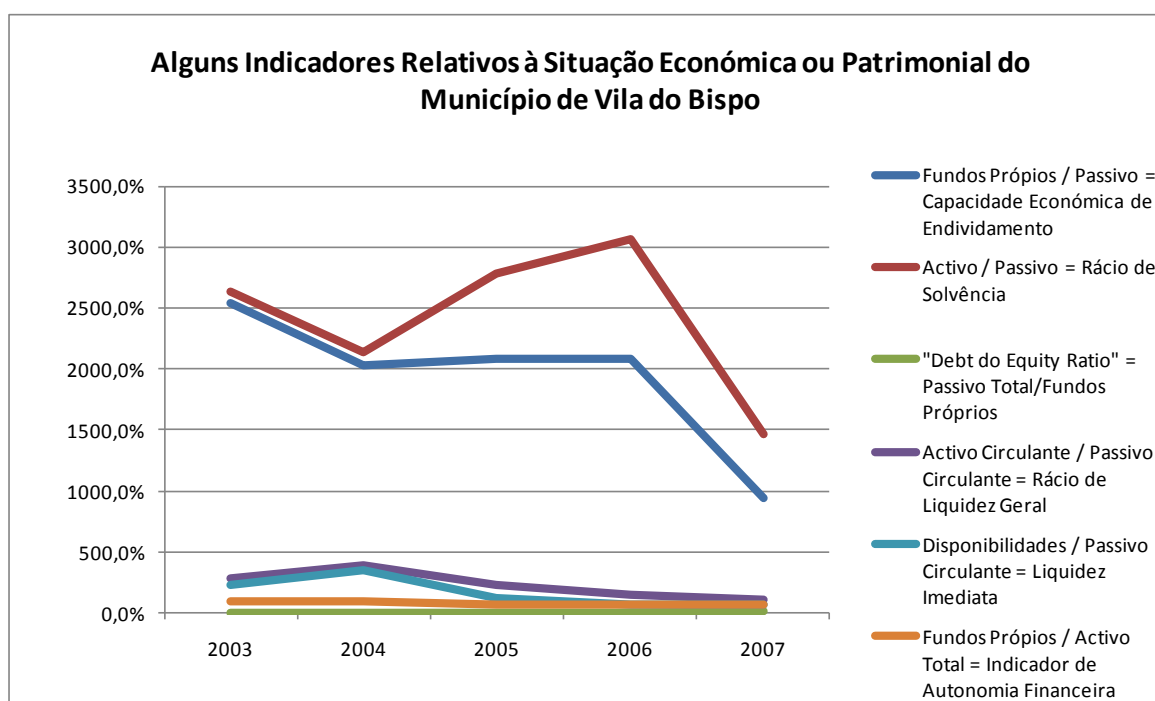
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 203 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 204 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 205 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE VILA DO BISPO, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	5	2	4	3	1
I - 2	Menor Percentagem	3	1	5	4	2
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	3	5	1	2	4
I - 4	Maior Percentagem	1	4	2	3	5
I - 5	Menor Percentagem	3	1	2	4	5
I - 6	Maior Percentagem	1	2	4	3	5
I - 7	Menor Valor	5	4	3	2	1
I - 8	Maior Valor	3	1	4	5	2
I - 9	Menor Dívida	5	3	2	4	1
I - 10	Menor Dívida	1	2	3	4	5
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	1	2	5	4	3
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	1	4	2	5	3
I - 14	Maior Percentagem	1	4	2	5	3
I - 15	Maior Percentagem	5	2	1	4	3
I - 16	Maior Percentagem	5	2	3	4	1
I - 17	Maior Percentagem	3	2	4	5	1
I - 18	Maior Percentagem	4	5	3	2	1
I - 19	Maior Percentagem	4	5	3	1	2
I - 20	Maior Percentagem	5	4	3	2	1
SOMA		60	57	59	70	54

Nota: Em 2004 e 2006 não se registou o recurso a qualquer endividamento a M/L prazo por parte deste Município, impedindo assim o cálculo do indicador "I - 14". Assim e por forma a não impedir este exercício, optou-se por hierarquizar estes anos apenas pelo critérios do maior valor recebido de transferências da UE. Critério semelhante foi adoptado para os indicadores "I - 5" e "I - 13" relativamente aos anos em que uma das componentes do indicador tem valor nulo, hierarquizando-se apenas em função da outra componente e considerando o objectivo do respectivo indicador, seguindo-se os restantes anos de acordo com o critério geral definido.

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Vila do Bispo, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2007, enquanto 2006 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 206 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	A independência financeira do Município de Vila do Bispo aumentou cerca de 16,8% entre 2003 e 2007, atingindo neste ano os 59,2% de receitas próprias, ainda que em 2006 tenha baixado até aos 49,5%. Assim este Município, que em 2003 apresentava um nível de independência financeira claramente reduzido (apenas 42,5%), conseguiu superar o linear de independência (50%) logo em 2004, tendo o seu crescimento sido conseguido, essencialmente graças ao contributo da tributação do IMI e do IMT, o qual aumentou no mesmo período 15,3%

Indicador	Análise
	(de 23,4% para 38,7% da receita total).
<p>Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)</p>	<p>As necessidades anuais do Município de Vila do Bispo recorrer à receita proveniente do endividamento a Médio/Longo prazo, durante o período em análise, foram pontuais, de reduzido valor e expressão orçamental, destacando-se ainda que em 2004 e 2006 não se verificou qualquer endividamento desta natureza.</p> <p>Assim, esta fonte de receita em 2003 registava acima de 303 mil euros no orçamento municipal (3,2% do total da receita), diminuindo consideravelmente em 2005 (para cerca de 0,1% do total da receita) e menos ainda em 2007.</p>
<p>Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo</p>	<p>O ano de 2003 foi aquele em que o Município de Vila do Bispo registava o nível mais elevado de endividamento acumulado a Médio/Longo prazo. Neste ano, o Município apresentava um Passivo financeiro próximo de 1,3 milhões de euros. O valor mínimo do período foi registado em 2007 (cerca de 637 mil de euros), uma vez que as amortizações financeiras de valor superior às novas contratações e a ausência de contratação de novos financiamentos em 2004 e 2006, permitiram a diminuição deste Passivo.</p> <p>O Passivo financeiro de médio/longo prazo deste Município em 2007 correspondia a apenas cerca de 0,3% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região.</p>
<p>Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento</p>	<p>Durante o período analisado verificou-se que o Município de Vila do Bispo recorre de forma cada vez menos significativa ao endividamento a médio e longo prazo (não se verificou qualquer endividamento em 2004 e 2006) tendo esta fonte de financiamento um peso de 8,1% no total dos investimentos realizados em 2003, mas não ultrapassando os 0,3% e 0,1% nos anos de 2005 e 2007 respectivamente.</p>
<p>Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento</p>	<p>O ano de 2006 foi aquele em que a receita proveniente das transferências de fundos da UE para o Município de Vila do Bispo foi mais elevada, perto de 1,6 milhões de euros, o que representou cerca de 15% no total da receita municipal, ainda assim, foi em 2003 que receita proveniente desta fonte de financiamento, cujo montante foi ligeiramente inferior, mas se revelou de maior peso no total da execução orçamental (cerca de 17% da receita total de 2003).</p>

Indicador	Análise
	<p>Nos restantes anos a receita foi inferior, ainda assim com um peso considerável, já no conjunto dos cinco anos, os cerca de 5,1 milhões de euros registados pelo Município nesta fonte de receita representaram cerca de 10% do total da receita municipal.</p>
<p>Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo</p>	<p>Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Vila do Bispo, podemos conferir que este, em 2004 e 2006 não recorreu a qualquer endividamento a M/L prazo.</p> <p>Assim, verifica-se que nos anos em que se registou o recurso ao endividamento a M/L prazo (2003, 2005 e 2007), os valores recebidos, provenientes de Fundos da UE, foram sempre largamente superiores ao endividamento a M/L prazo (525%; 1482% e 54327% respectivamente), realçando-se ainda, que também nos anos em que não se verificou qualquer endividamento, foi registada receita proveniente dos Fundos da UE. Para o conjunto destes 5 anos, a receita proveniente dos Fundos da UE representa cerca de 1614% do endividamento a M/L prazo registado no mesmo período.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim e tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Vila do Bispo", a evolução da variável “transferências da UE”, apresenta um comportamento irregular e distinto do verificado pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo” que manteve uma trajectória descendente e mais regular, justificando assim a correlação fraca e em sentido negativo entre estas variáveis e para este Município.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o desempenho deste indicador para o Município de Vila do Bispo tem sido irregular e descrevendo uma tendência decrescente.</p>

Indicador	Análise
	<p>Assim, destaca-se, que devido ao acréscimo proporcionalmente superior do Passivo face aos seus Fundos Próprios a capacidade económica de endividamento deste Município diminuiu entre 2003 e 2007 de 2538% para 937%.</p> <p>Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 ultrapassava os 45,3 milhões de euros, ainda assim, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos), destaca-se o facto deste Município apresentar uma capacidade legal de endividamento inferior a 1/3 deste valor (cerca de 14,9 milhões de euros para 2008), capacidade esta relativamente confortável, considerando a sua capacidade fiscal comparativamente aos restantes Municípios com características socio-económicas semelhantes.</p>
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos.</p> <p>Assim, o indicador da capacidade de solvência do Município de Vila do Bispo mostra-nos que esta tem evoluído de forma irregular ao longo do período em análise, ainda que o Activo se mantenha sempre largamente superior ao Passivo.</p> <p>Destaca-se então que em 2003 o Activo representava apenas 2639% do Passivo, diminuindo no ano seguinte para os 2134%), seguindo-se dois anos de acréscimo até aos 3063% em 2006, já em 2007, este indicador voltou a diminuir com o Activo a representar cerca de 1471% do Passivo.</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Estes indicadores são particularmente importantes porque revelam a capacidade (disponibilidade de meios) para fazer face aos compromissos da actividade corrente do Município. Assim, revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores, uma vez que poderão perceber qual a expectativa quanto à "garantia" ou pelo menos à rapidez com que poderá o Município cumprir o seu compromisso (tal não significa uma garantia do pagamento, uma vez que outros factores podem determinar o atraso, estes indicadores apenas reflectem a capacidade).</p>

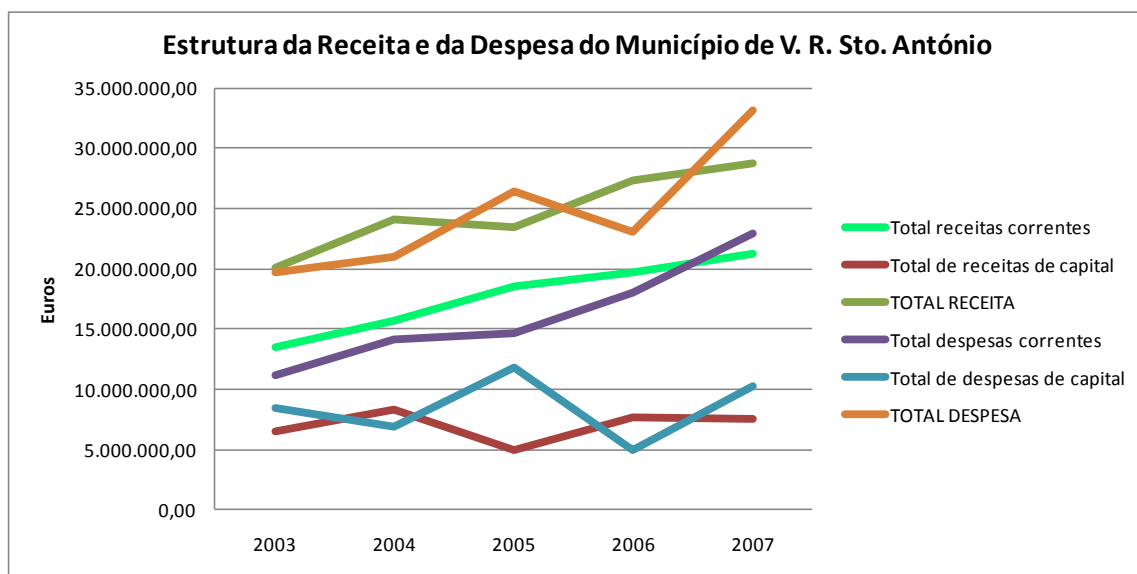
Indicador	Análise
	<p>O Município de Vila do Bispo apresentava uma liquidez geral mínima da ordem dos 107,6% (registada em 2007) e máxima de 384,3% (registada em 2004). Salienta-se o esforço realizado para procurar adaptar os seus meios de curto prazo (Activo circulante) às suas necessidades de idêntica exigência (Passivo circulante), uma vez que era notório um excesso de recursos afectos a esta natureza, face às respectivas exigências.</p> <p>No que respeita à liquidez imediata, que traduz a capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, verificou-se um comportamento idêntico ao da liquidez geral, ainda que a um nível necessariamente inferior.</p> <p>Assim, verificou-se um ajustamento das disponibilidades (apesar do acréscimo que também registaram), às necessidades (Passivo circulante), uma vez que estas verificaram um acréscimo proporcionalmente superior, originando a diminuição deste indicador, que em 2003 registava um nível de disponibilidades na ordem dos 229,3% do respectivo Passivo circulante, mas que em 2007 se limitava aos 62,6%, o que representa uma diminuição considerável das disponibilidades do Município face às suas necessidades que em 2003 estavam em excesso para esta afectação.</p>
<p>Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>O aumento significativo do Activo Total do Município de Vila do Bispo e proporcionalmente superior ao ocorrido nos fundos próprios, justificam a redução da autonomia financeira verificada entre 2003 e 2007 neste Município. Note-se que em 2003, cerca de 96,2% do Activo Total era suportado por fundos próprios, tendo esta percentagem diminuído em 2007 para cerca de 63,7%.</p>
<p>Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, um crescimento considerável da receita total do Município de Vila do Bispo ao longo do período analisado. Este crescimento foi essencialmente fruto do crescimento dos impostos directos e da venda de bens e serviços correntes. Os impostos associados ao imobiliário em 2007 representavam cerca de 38,7% da receita total do Município.</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa total (em 2005 e 2006 ultrapassou mesmo a receita total), com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços</p>

Indicador	Análise
	<p>e as despesas com pessoal. Já as despesas de capital verificaram uma redução da sua dotação.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Vila do Bispo revelou o seu melhor desempenho no ano de 2006, enquanto em 2007 observou o pior registo.</p> <p>Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 2ª posição, observando entretanto uma melhoria, traduzida na 1ª posição que ocupa quer na avaliação, relativa ao desempenho médio do período entre 2003 e 2007 quer apenas ao ano de 2007.</p>

Fonte: Carvalho, Manuel

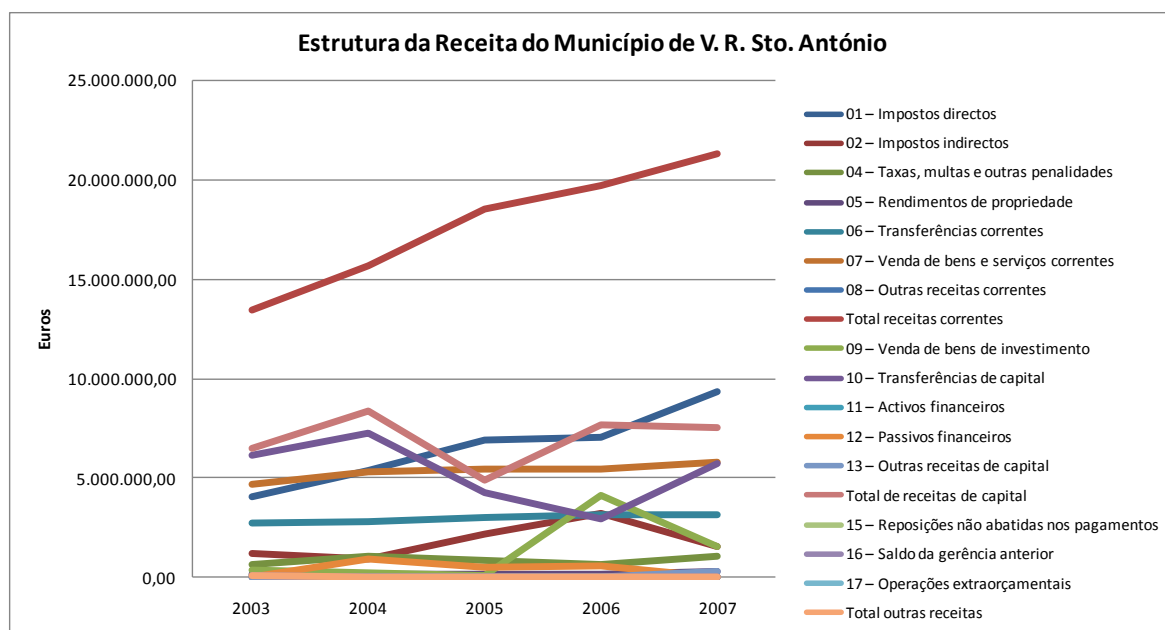
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do Município de V.R. de Stº António.

FIGURA N.º 207 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007



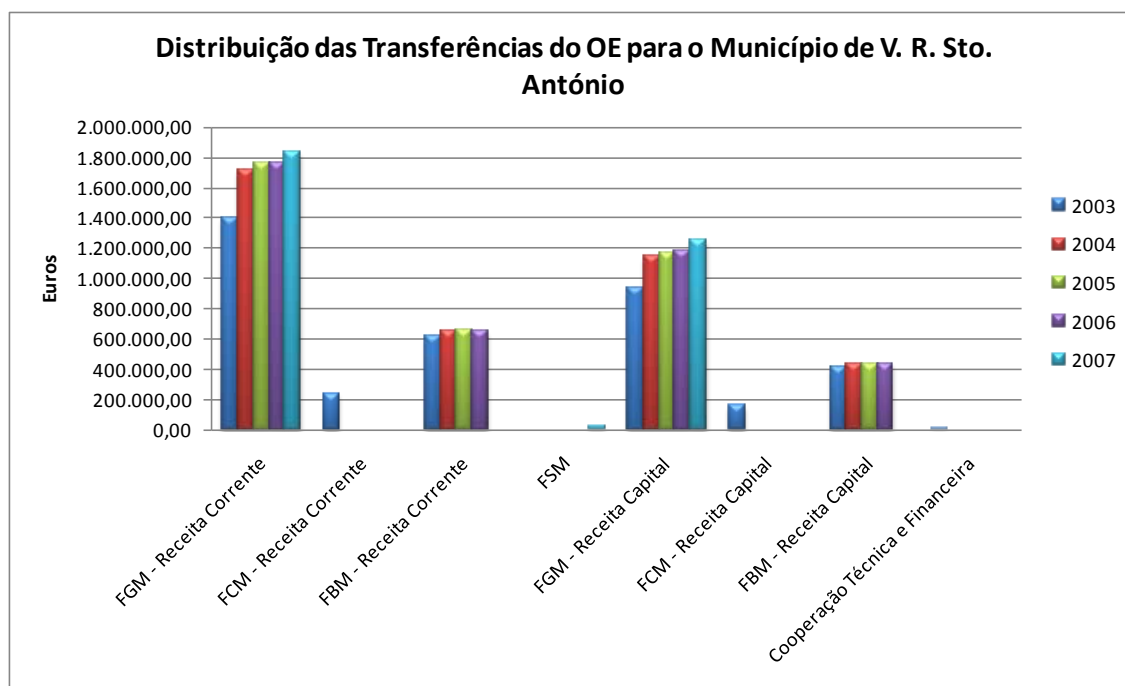
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 208 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007



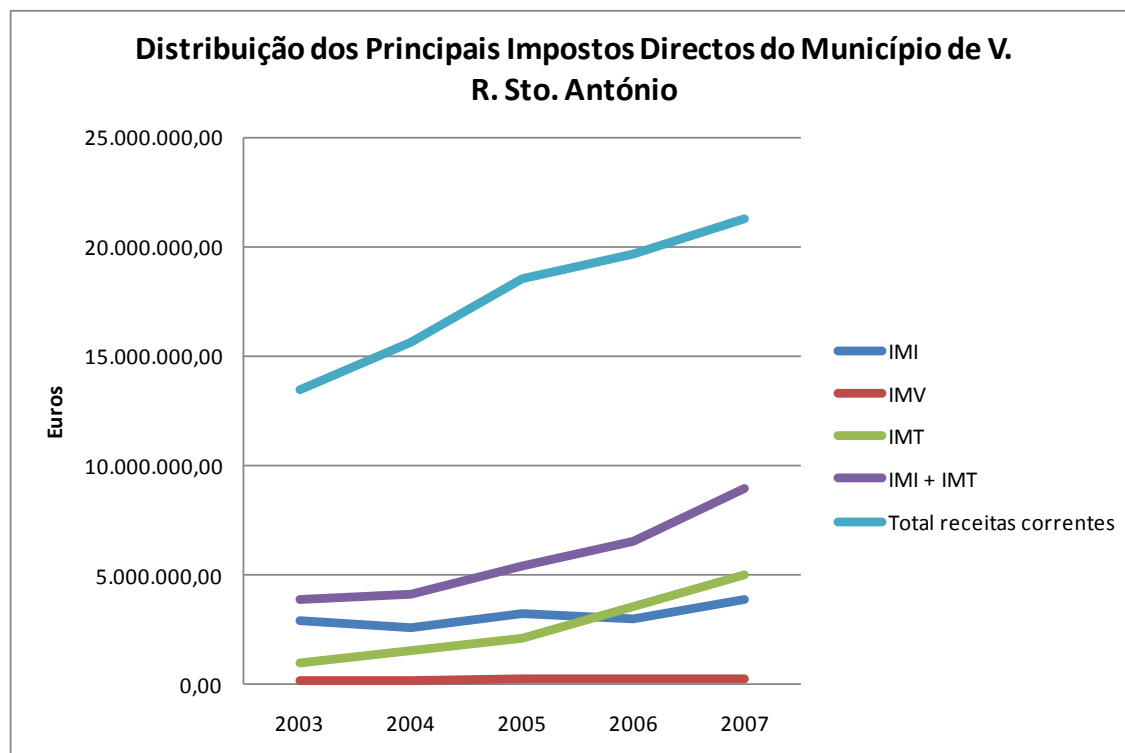
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 209 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007



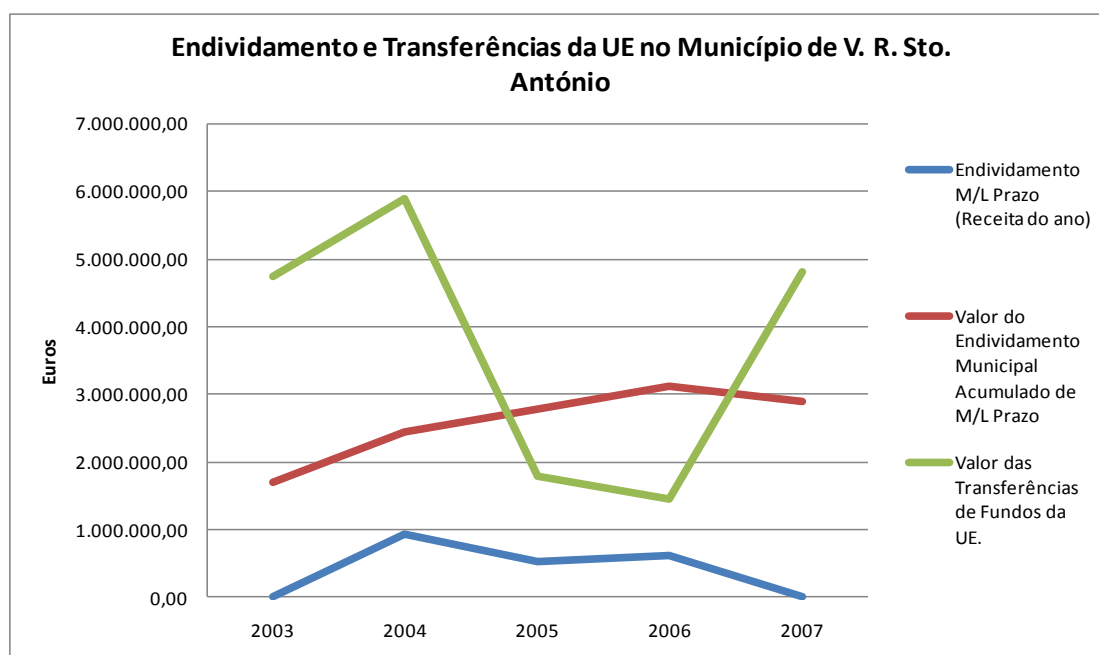
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 210 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007



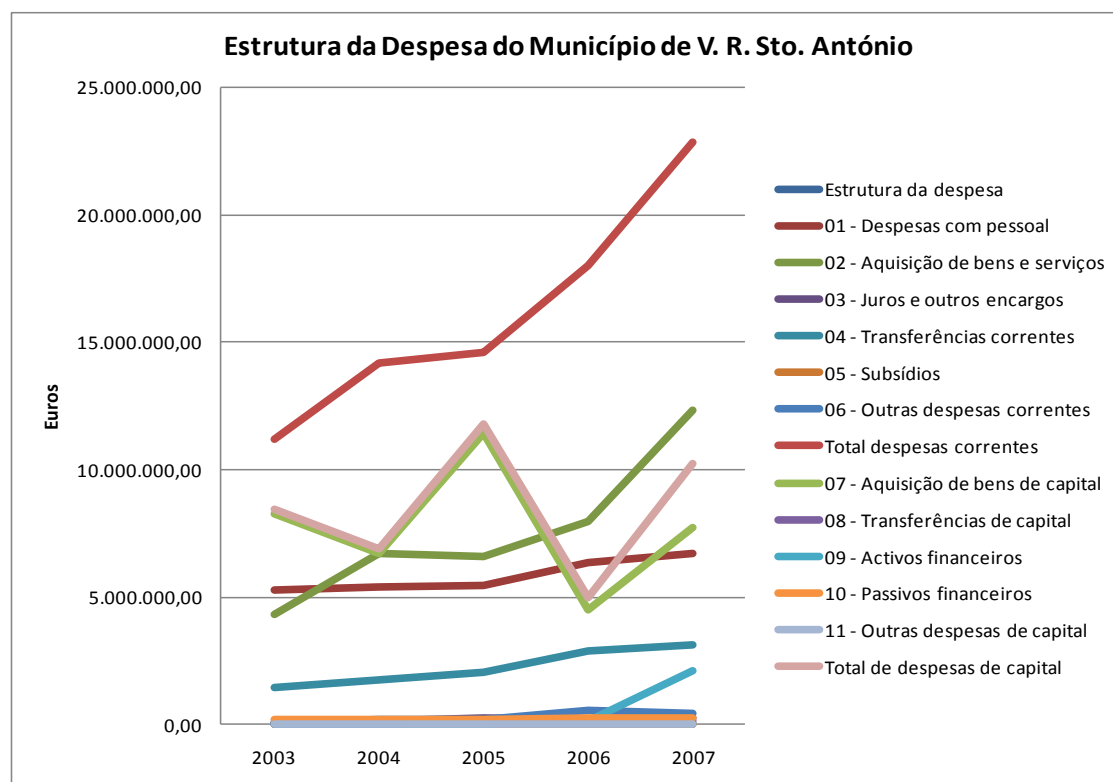
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 211 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007



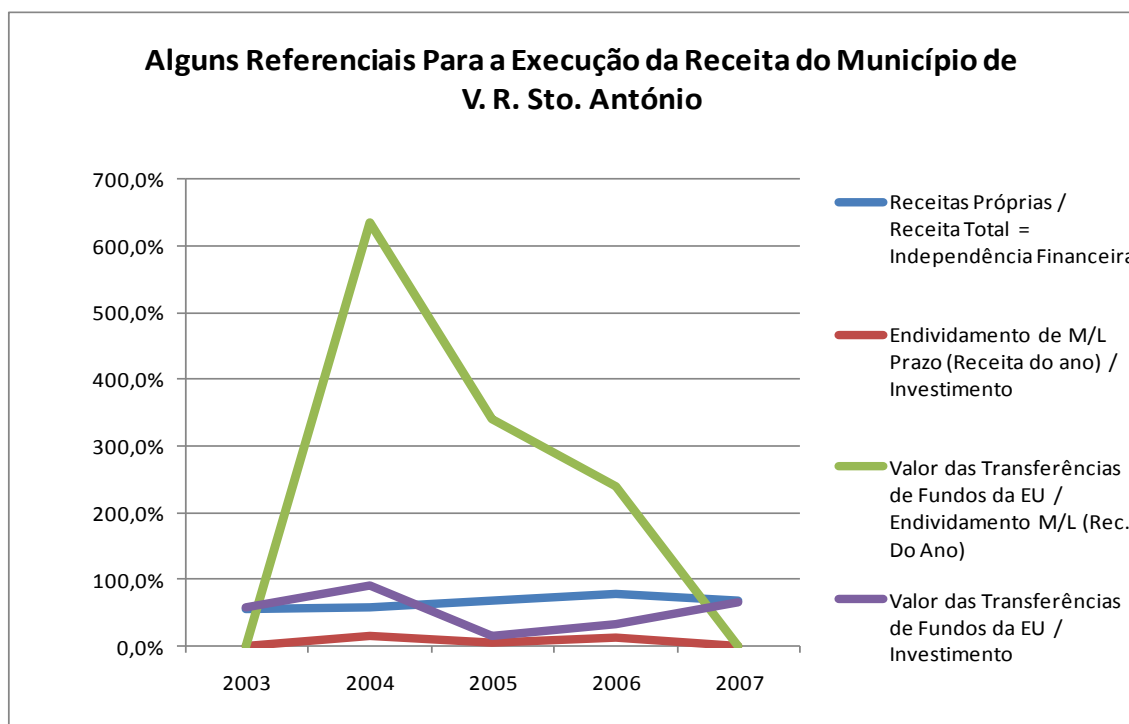
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 212 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007



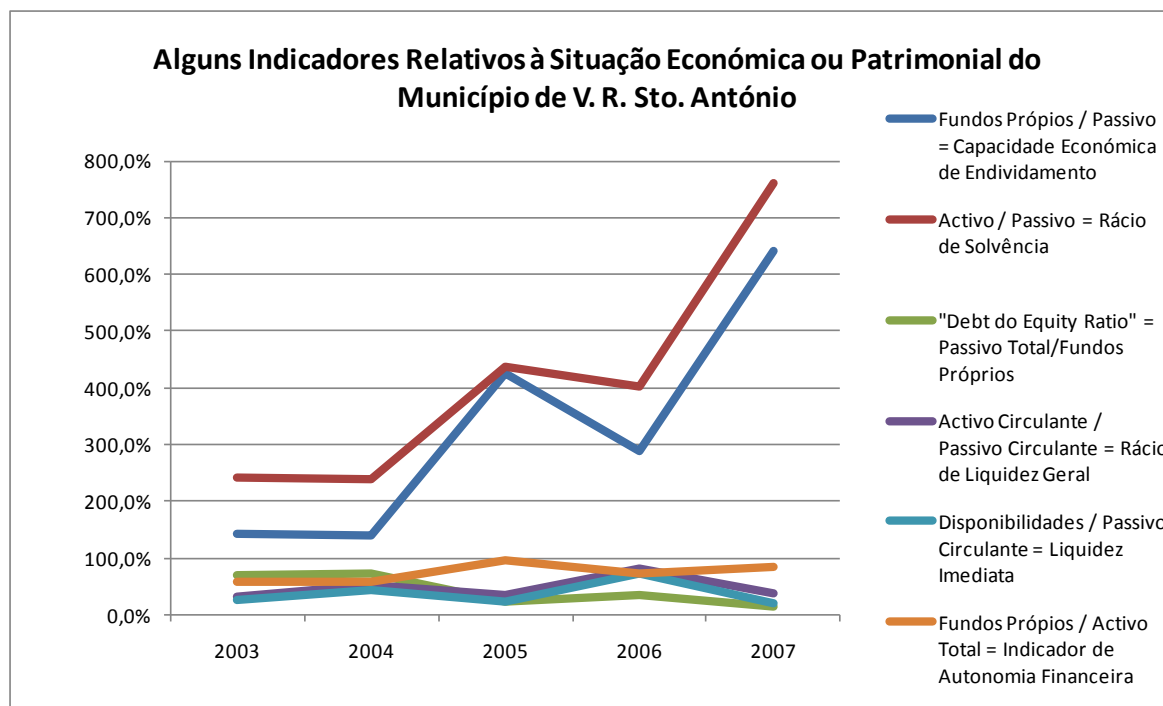
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 213 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 214 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 215 – PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL DE VILA REAL STº ANTÓNIO, POR INDICADOR

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	4	3	5	1	2
I - 2	Menor Percentagem	2	3	4	1	5
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	3	4	2	5	1
I - 4	Maior Percentagem	1	2	4	5	3
I - 5	Menor Percentagem	3	4	5	1	2
I - 6	Maior Percentagem	1	2	5	3	4
I - 7	Menor Valor	5	4	3	2	1
I - 8	Maior Valor	3	2	5	1	4
I - 9	Menor Dívida	5	1	4	3	2
I - 10	Menor Dívida	5	4	3	1	2
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	4	1	3	2	5
I - 12	Maior Valor	1	2	3	4	5
I - 13	Menor Percentagem	5	1	3	2	4
I - 14	Maior Percentagem	4	3	2	1	5
I - 15	Maior Percentagem	3	5	1	2	4
I - 16	Maior Percentagem	2	1	4	3	5
I - 17	Maior Percentagem	2	1	4	3	5
I - 18	Maior Percentagem	1	4	2	5	3
I - 19	Maior Percentagem	3	4	2	5	1
I - 20	Maior Percentagem	2	1	5	3	4
SOMA		59	52	69	53	67

Nota: Em 2003 e 2007 não se registou o recurso a qualquer endividamento a M/L prazo por parte deste Município, impedindo assim o cálculo do indicador "I - 14". Assim e por forma a não impedir este exercício, optou-se por hierarquizar estes anos apenas pelo critérios do maior valor recebido de transferências da UE. Seguindo a mesma lógica, para o cálculo do indicador "I - 13" e apenas para estes anos, foram pontuados com a pontuação máxima, por ordem decrescente, os anos em que se verificou maior investimento.

Fonte: Carvalho, Manuel

A figura anterior mostra-nos que o Município de Albufeira, ao nível da gestão municipal e com base nos indicadores e critérios definidos para este exercício, registou o seu pior desempenho no ano de 2004, enquanto 2005 terá sido o melhor.

FIGURA N.º 216 – MATRIZ DE ANÁLISE AOS DADOS DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE STº ANTÓNIO

Indicador	Análise
Independência Financeira = Receitas Próprias / Receitas Totais	A independência financeira do Município de Vila Real de Stº António aumentou cerca de 13,5% entre 2003 e 2007, atingindo neste ano os 69,3% de receitas próprias, sendo 2006 o ano em que o Município conseguiu maior independência (77,8%), enquanto em 2003 apresentava um nível de independência financeira na ordem dos 55,8%. Este Município, durante o período analisado manteve um nível de sempre superior ao linear de independência (50%), tendo o seu crescimento sido conseguido, essencialmente graças ao contributo da tributação do IMI e do IMT, o qual aumentou no mesmo período 11,5%

Indicador	Análise
	(de 19,5% para 31% da receita total).
<p>Valor do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano)</p>	<p>As necessidades anuais do Município de Vila Real de Stº António recorrer à receita proveniente do endividamento a Médio/Longo prazo, durante o período em análise, foram pontuais (apenas em 2004, 2005 e 2006), de valor relativamente reduzido (entre um mínimo de menos de 526 mil euros e um máximo de quase 927 mil euros) e pequena expressão orçamental (entre 2% e 4%), destacando-se portanto, que em 2003 e 2007 não se verificou qualquer endividamento desta natureza.</p>
<p>Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo</p>	<p>O ano de 2006 foi aquele em que o Município de Vila Real de Stº António registava o nível mais elevado de endividamento acumulado a Médio/Longo prazo. Neste ano, o Município apresentava um Passivo financeiro próximo de 3,1 milhões de euros. O valor mínimo do período foi registado em 2003 (cerca de 1,7 milhões de euros), enquanto no final de 2007 estavam inscritos perto de 2,9 milhões de euros.</p> <p>O Passivo financeiro de médio/longo prazo deste Município em 2007 correspondia a cerca de 1% do total do endividamento municipal de médio/longo prazo da região.</p>
<p>Peso do Endividamento Municipal de M/L Prazo (Receita do ano) no total do Investimento</p>	<p>Durante o período analisado verificou-se que o Município de Vila Real de Stº António recorre de forma cada vez menos significativa ao endividamento a médio e longo prazo (não se verificou qualquer endividamento em 2003 e 2007) tendo esta fonte de financiamento um peso de 14,2%; 4,6% e 13,7% no total dos investimentos realizados em 2004, 2005 e 2006 respectivamente.</p>
<p>Valor das Transferências de Fundos da UE e expressão no Orçamento</p>	<p>O ano de 2004 foi aquele em que a receita proveniente das transferências de fundos da UE para o Município de Vila Real de Stº António foi mais elevada, perto de 5,9 milhões de euros, o que representou cerca de 24% no total da receita municipal, em 2003 a receita proveniente desta fonte de financiamento rondou os 4,7 milhões de euros, ainda assim, dado o montante global da receita ser também ele inferior, esta representou também 24% da receita total nesse ano.</p> <p>Nos restantes anos a receita foi inferior, ainda assim com um peso considerável, já no conjunto dos cinco anos, os cerca de 18,7 milhões de euros registados pelo Município nesta fonte de receita representaram cerca de 15% do total da receita municipal.</p>

Indicador	Análise
<p>Relação entre as Transferências de Fundos da UE, o Endividamento Municipal de M/L Prazo</p>	<p>Quando analisada a relação entre as receitas provenientes de Fundos da UE e o recurso ao endividamento a M/L prazo, para o Município de Vila Real de Stº António, podemos conferir que este, em 2003 e 2007 não recorreu a qualquer endividamento a M/L prazo, tendo registado receitas provenientes de Fundos da UE em todos os anos.</p> <p>Assim, verifica-se que nos anos em que se registou o recurso ao endividamento a M/L prazo (2004, 2005 e 2006), os valores recebidos, provenientes de Fundos da UE, foram sempre largamente superiores ao endividamento a M/L prazo (635%; 341% e 239% respectivamente), realçando-se ainda, que por não se ter verificado qualquer endividamento em 2003 e 2007, a receita registada entre 2003 e 2007, representa cerca de 908% do endividamento a M/L prazo registado no mesmo período.</p> <p>Acrescenta-se ainda que, dado constatar-se uma execução normalmente posterior, da variável “transferências de fundos da UE” relativamente ao recurso ao endividamento, analisou-se a correlação entre a primeira variável e o “endividamento acumulado a M/L prazo”, para cada Município (cuja análise é apresentada no ponto IX.III.III deste trabalho).</p> <p>Assim, tal como nos mostra a representação gráfica "Endividamento e Transferências da UE no Município de Vila Real de Stº António", a evolução da variável “transferências da UE” tem um comportamento bastante irregular e por vezes diverso do verificado pela variável “endividamento acumulado a M/L prazo”, cujo comportamento é mais estável, justificando-se assim a correlação moderada e em sentido negativo, demonstrada entre estas variáveis e para este Município.</p>
<p>Capacidade Real e Legal de Endividamento</p>	<p>Considerando a capacidade real de endividamento como a sua capacidade económica, ou seja a capacidade para com os seus Fundos Próprios suportar o seu Passivo, podemos conferir que o desempenho deste indicador para o Município de Vila Real de Stº António tem sido irregular, ainda que descrevendo uma tendência claramente crescente.</p> <p>Assim, destaca-se, que devido ao acréscimo proporcionalmente superior dos seus Fundos Próprios face ao Passivo a capacidade económica de endividamento deste Município aumentou entre 2003 e 2007 de 142,3% para 641,3%.</p>

Indicador	Análise
	<p>Já a capacidade real ou económica de endividamento calculada para 2008 ultrapassava os 78,9 milhões de euros, ainda assim, (salvaguardando o facto de não terem sido considerados os dados relativos aos limites estabelecidos nos n. os 2, 3 e 4 do art.º 36º, da Lei 2/2007 por falta de elementos), destaca-se o facto deste Município apresentar uma capacidade legal de endividamento inferior a 1/4 deste valor (cerca de 19,3 milhões de euros para 2008), capacidade esta relativamente confortável, considerando a sua capacidade fiscal comparativamente aos restantes Municípios com características socio-económicas semelhantes.</p>
<p>Capacidade de Solvência = Activo / Passivo</p>	<p>A análise a este indicador permite-nos aferir qual a capacidade do Município para, recorrendo a todos os seus Activos, cumprir todos os compromissos assumidos.</p> <p>Assim, o indicador da capacidade de solvência do Município de Vila Real de Stº António mostra-nos que esta tem evoluído de forma irregular ao longo do período em análise, mas em geral, assumindo uma trajectória claramente positiva, mantendo-se o Activo sempre largamente superior ao Passivo.</p> <p>Destaca-se então que em 2003 o Activo representava 242,3% do Passivo, diminuindo no ano seguinte para os 239,6%), seguindo-se um acréscimo em 2005 e uma nova redução em 2006, para em 2007 se fixar em cerca de 760,5% do Passivo.</p>
<p>Liquidez Geral e Imediata</p>	<p>Estes indicadores são particularmente importantes porque revelam a capacidade (disponibilidade de meios) para fazer face aos compromissos da actividade corrente do Município. Assim, revelam informação essencial quer para o próprio executivo, quer para os seus fornecedores, uma vez que poderão perceber qual a expectativa quanto à "garantia" ou pelo menos à rapidez com que poderá o Município cumprir o seu compromisso (tal não significa uma garantia do pagamento, uma vez que outros factores podem determinar o atraso, estes indicadores apenas reflectem a capacidade).</p> <p>O Município de Vila Real de Stº António apresentava uma liquidez geral mínima da ordem dos 31,8% (registada em 2003) e máxima de 81,8% (registada em 2006), sendo em 2007 de apenas 36,5%. Salienta-se que este indicador verificou um desempenho irregular e sempre a um nível</p>

Indicador	Análise
	<p>largamente inferior a 100%, podendo indiciar desajustamentos entre os seus meios de curto prazo (Activo circulante) às suas necessidades de idêntica exigência (Passivo circulante).</p> <p>No que respeita à liquidez imediata, que traduz a capacidade do Município para fazer face ao seu Passivo circulante, recorrendo às suas disponibilidades, verificou-se também um comportamento irregular, bem como uma redução do nível de liquidez registado em 2007 (19,6%), face ao de 2003 (24,6%).</p> <p>Assim, verificou-se um desajustamento quer do Activo circulante, quer das disponibilidades, face às variações irregulares do Passivo circulante.</p>
<p>Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total</p>	<p>O aumento significativo dos fundos próprios do Município de Vila Real de Stº António e proporcionalmente superior ao ocorrido no seu Activo Total, justificam a redução da autonomia financeira verificada entre 2003 e 2007 neste Município. Em 2003, cerca de 58,7% do Activo Total era suportado por fundos próprios, tendo esta percentagem aumentado em 2007 para cerca de 84,3%, salientando-se ainda que no ano de 2005 a autonomia financeira deste Município atingiu os 97,3%.</p>
<p>Aspectos mais relevantes nas representações gráficas e avaliação global</p>	<p>Para além da análise supra, destaca-se ainda da observação às representações gráficas apresentadas, um crescimento considerável da receita total do Município de Vila Real de Stº António ao longo do período analisado. Este crescimento foi essencialmente fruto do crescimento dos impostos directos e indirectos, das taxas e da venda de bens e serviços correntes. Os impostos associados ao imobiliário em 2007 representavam cerca de 31% da receita total do Município.</p> <p>No que respeita à despesa, verificou-se também um acréscimo da despesa total (em 2005 e 2007 ultrapassou mesmo a receita total), com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços, com as despesas com pessoal, com transferências correntes e outras despesas correntes. Já as despesas de capital verificaram algum acréscimo em 2007, contudo a média do período é quase idêntica à dotação de 2003, uma vez que em 2004 e 2006 a execução foi claramente inferior.</p> <p>Na apreciação do desempenho, considerando os vinte indicadores seleccionados, verificou-se que o Município de Vila Real de Stº António</p>

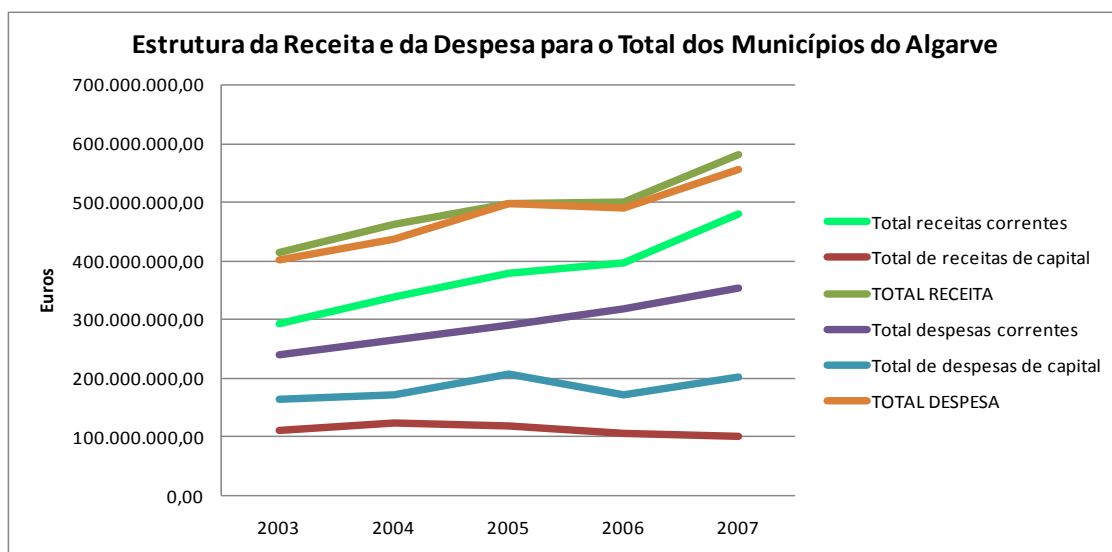
Indicador	Análise
	<p>revelou o seu melhor desempenho no ano de 2005, enquanto em 2004 observou o pior registo.</p> <p>Já na análise comparativa com os restantes Municípios do Algarve, este Município registava em 2003 a 4ª posição, registando a 7ª posição, na avaliação relativa ao desempenho médio do período entre 2003 e 2007 e a 4ª posição que ocupava em 2007.</p>

Fonte: Carvalho, Manuel

IX.II As Contas do Conjunto dos Municípios do Algarve - Alguns Indicadores Globais

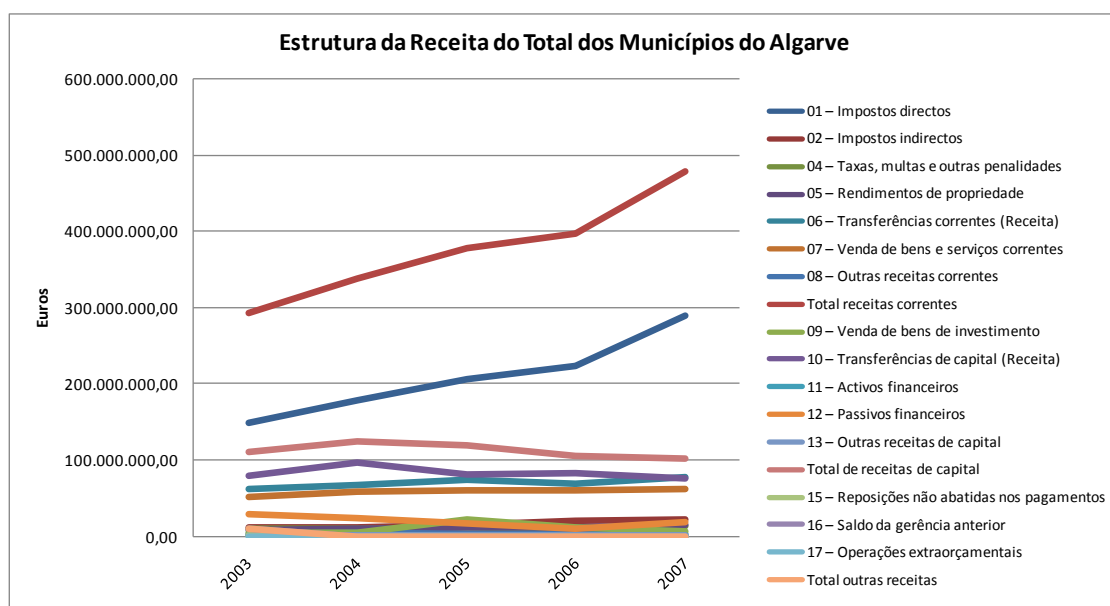
De seguida, apresentam-se algumas representações gráficas da evolução da execução orçamental e da situação económica ou patrimonial do conjunto dos Municípios do Algarve.

FIGURA N.º 217 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007



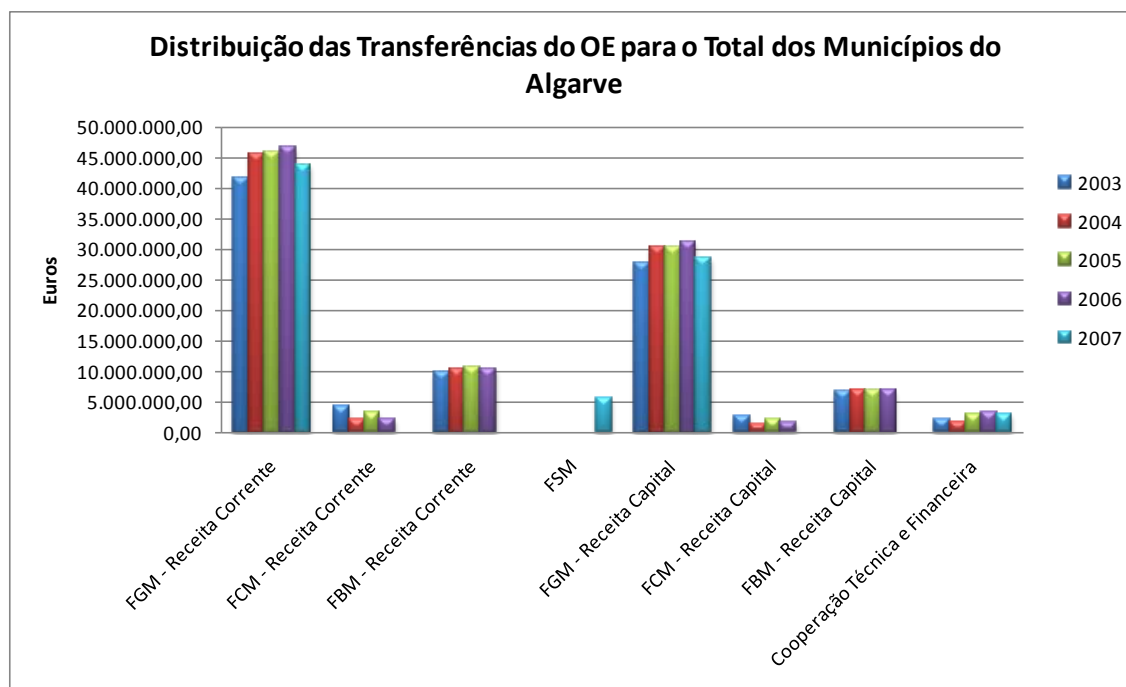
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 218 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007



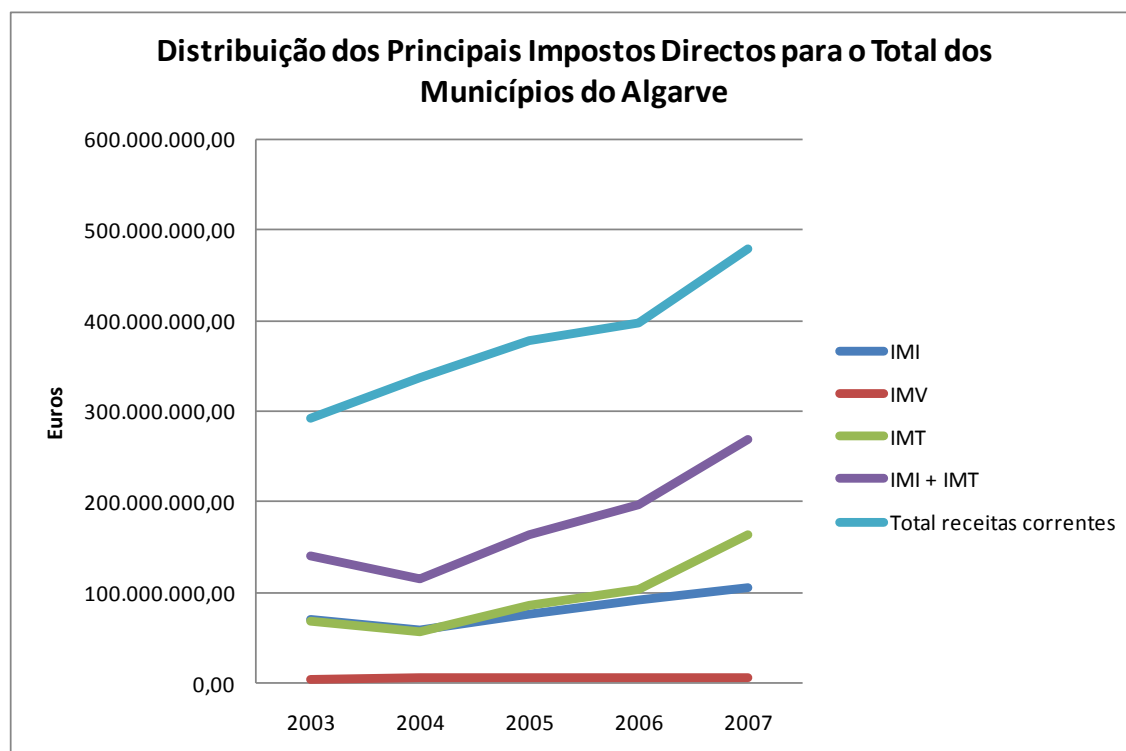
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 219 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE PARA OS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007



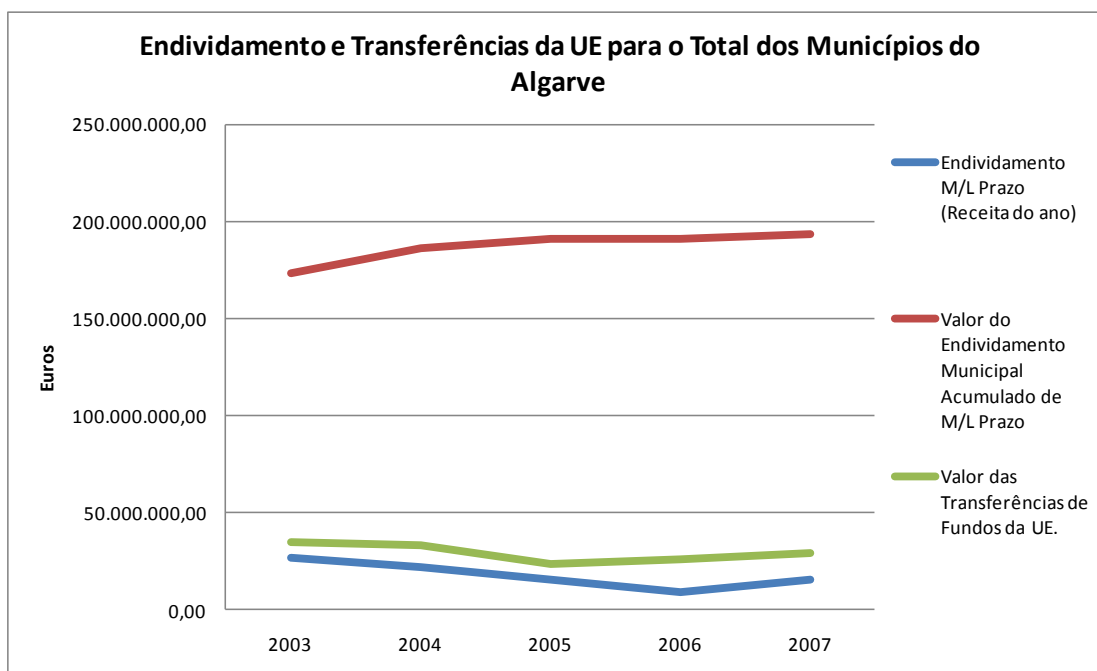
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 220 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DISTRIBUIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007



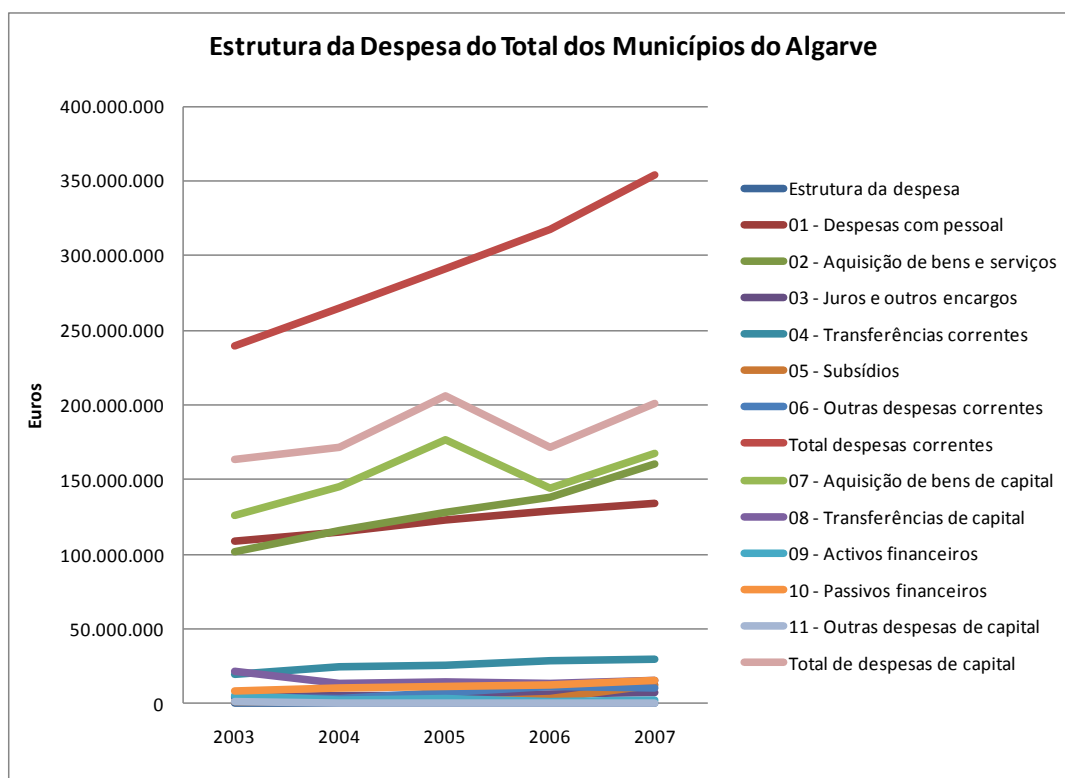
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 221 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ENDIVIDAMENTO E DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE NOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007



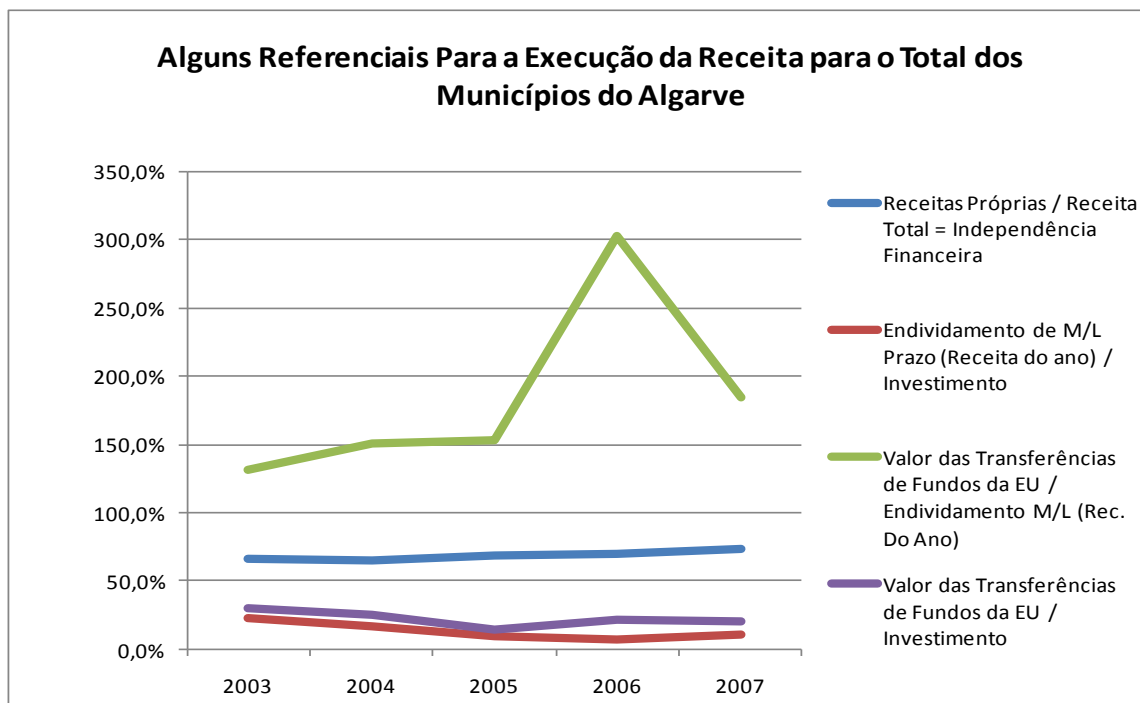
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 222 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA DESPESA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007



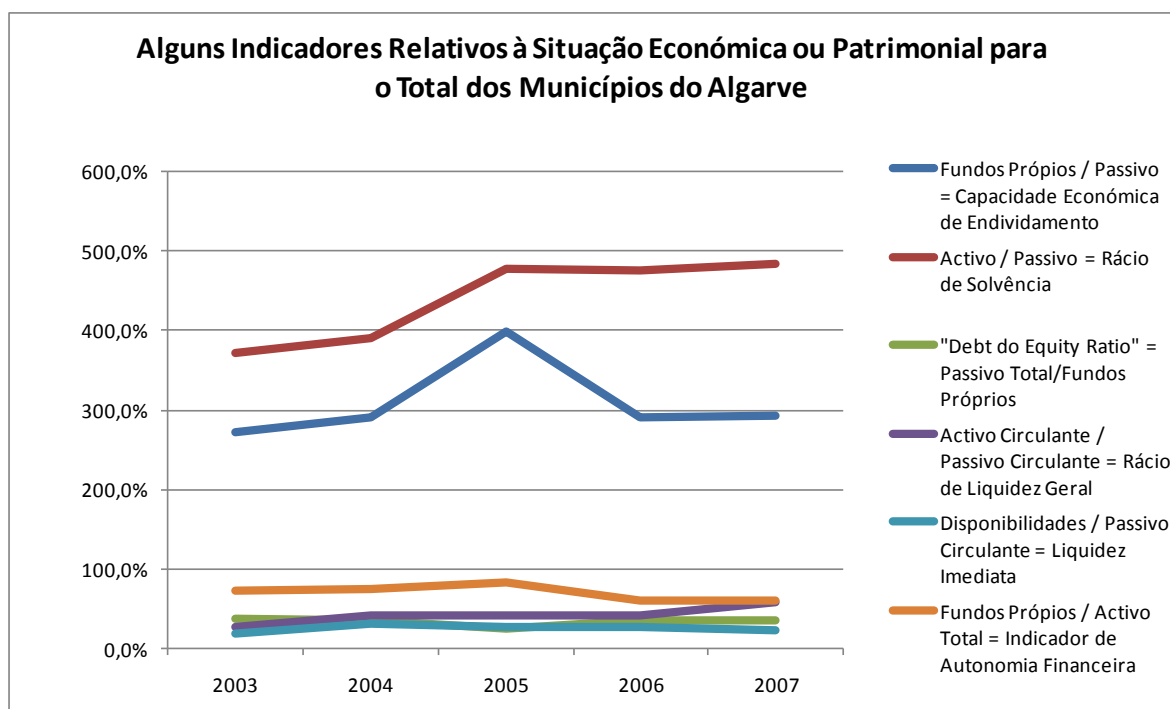
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 223 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS REFERENCIAIS RELATIVOS À EXECUÇÃO DA RECEITA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007



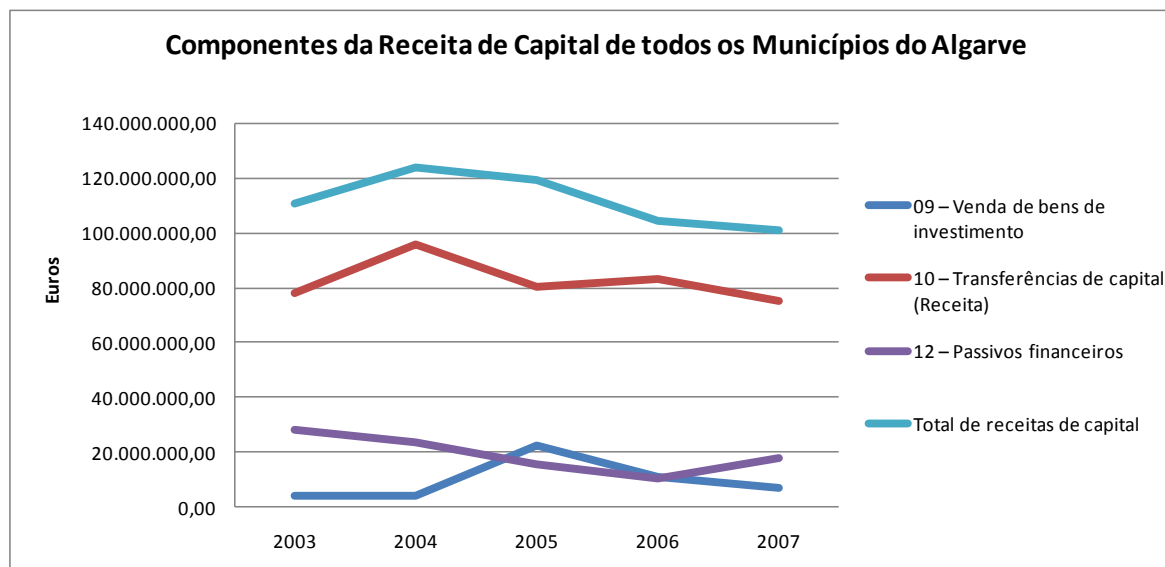
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 224 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À SITUAÇÃO ECONÓMICA OU PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007



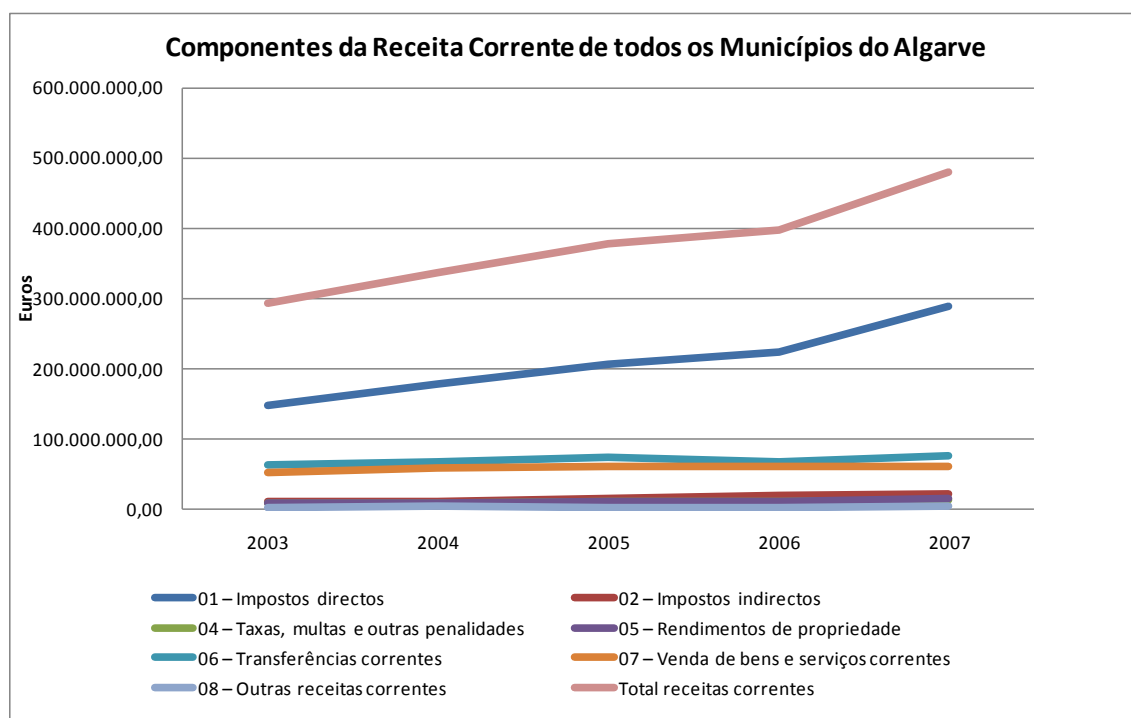
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 225 – EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DA RECEITA DE CAPITAL DE TODOS OS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007



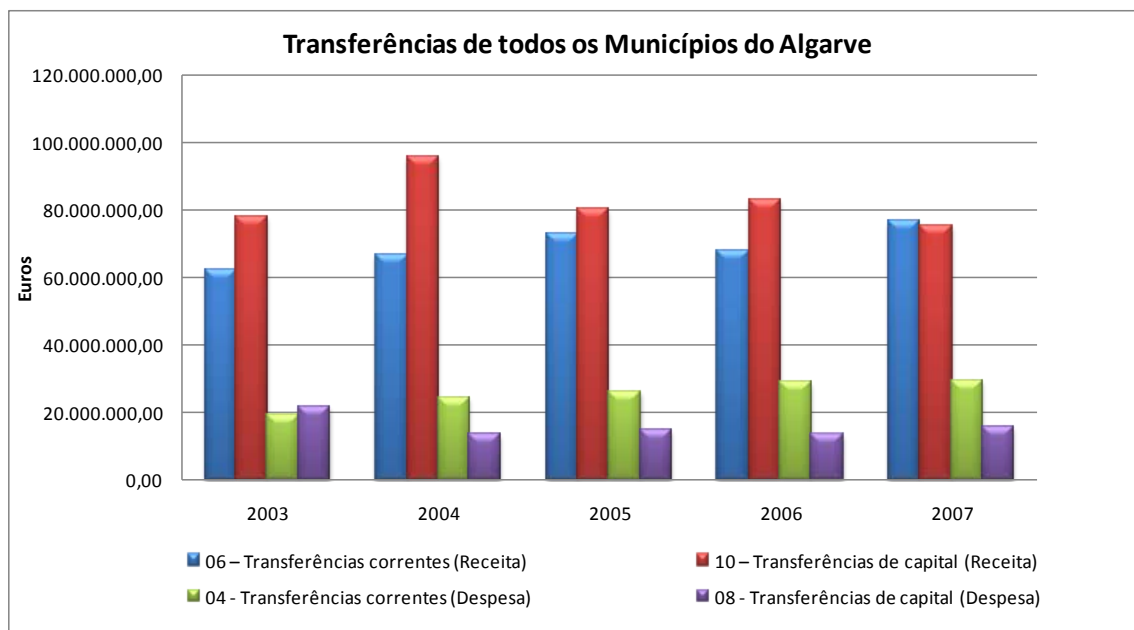
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 226 – EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DA RECEITA CORRENTE DE TODOS OS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 227 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL DE TODOS OS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

IX.III Factores Para Análise Comparativa

De seguida é apresentado um conjunto de elementos, que visa de forma mais sistematizada, responder aos objectivos propostos no presente trabalho, por comparação entre os diversos Municípios estudados.

IX.III.1 A Independência Financeira Municipal

A independência financeira municipal, é um importante indicador, na medida em que traduz a capacidade efectiva para os Municípios, “gerarem” receitas próprias e assim estarem menos dependentes das transferências da Administração Central.

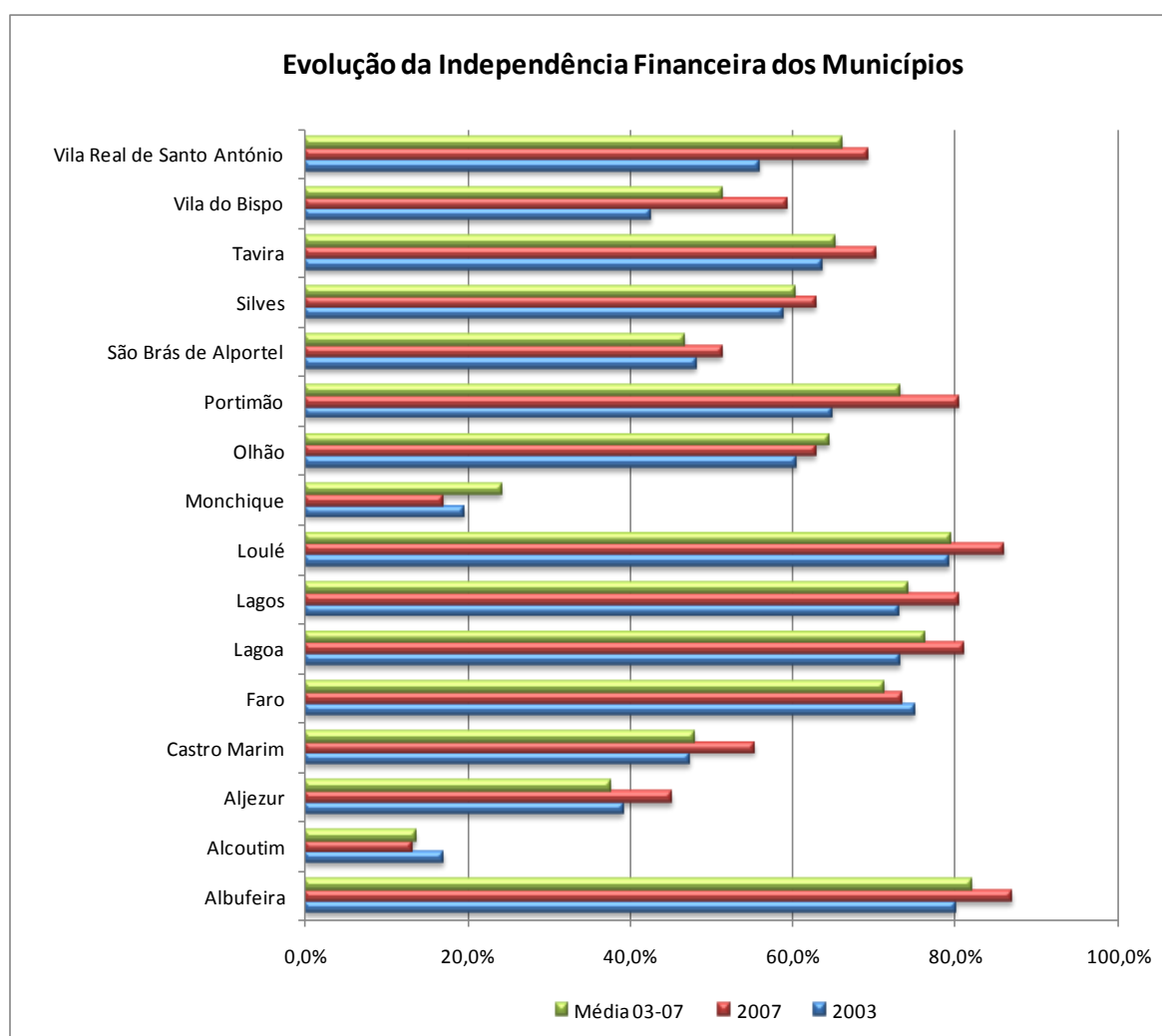
Assim, a figura que se segue mostra-nos que para além da enorme diversidade que também neste aspecto, mais uma vez caracteriza os diversos Municípios do Algarve, podemos ainda observar que Monchique, Faro e Alcoutim assistiram a uma perda de independência financeira entre 2003 e

2007, enquanto Vila do Bispo e Portimão, foram de entre os restantes, os Municípios que verificaram maior crescimento.

Destaca-se também que em 2007, os Municípios de Alcoutim, Aljezur e Monchique apresentavam uma independência financeira inferior a 50% (13,2%; 45,1% e 17,0% respectivamente).

De entre os Municípios com independência financeira superior a 50% em 2007, destacamos aqueles cujo nível ultrapassa os 80%, a saber: Albufeira, Lagoa, Lagos, Loulé e Portimão.

FIGURA N.º 228 – EVOLUÇÃO DA INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003
2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

A evolução da independência financeira municipal parece estar claramente associado à evolução do peso das receitas provenientes da tributação do património imobiliário.

De resto, tal como nos mostra a figura que se segue, na generalidade, são precisamente os Municípios que apresentam maior independência financeira, aqueles onde estas receitas representam um maior peso e vice-versa.

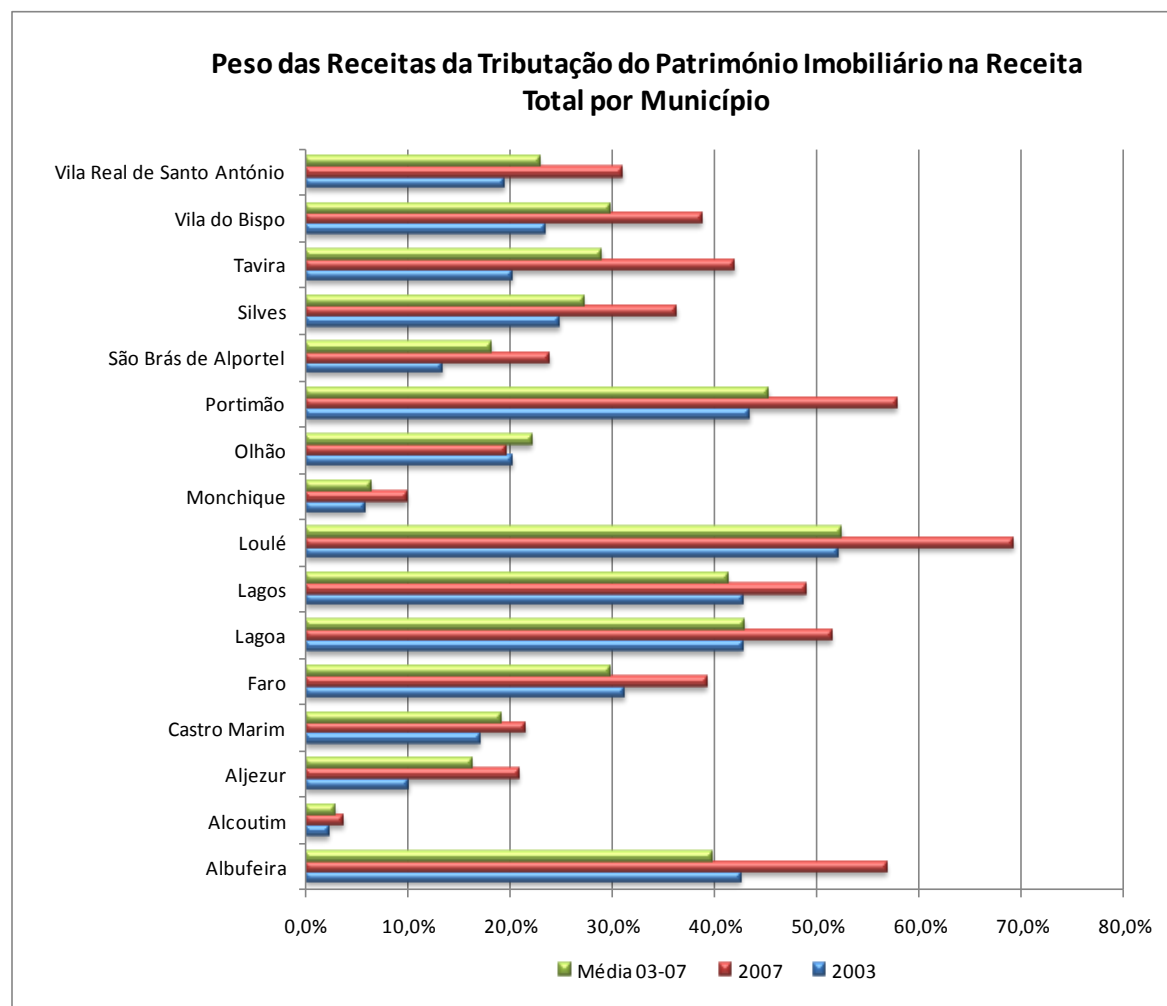
À excepção do Município de Olhão, todos os demais observaram um acréscimo do peso destas receitas em 2007 face a 2003, ainda que nos casos de Monchique, Faro e Alcoutim, tal não tenha sido suficiente para colmatar a perda de independência financeira registada, dado o acréscimo de receita total ser superior.

No Caso do Município de Olhão, esta diminuição justifica-se não pela redução das receitas associadas à tributação do imobiliário, mas antes pelo forte acréscimo da receita total registada em 2007 (que foi mais do dobro da registada em 2003), com origem principalmente no acréscimo das receitas provenientes do endividamento a médio e longo prazo e nas transferências da UE.

Destacam-se os Municípios de Albufeira, Lagoa, Loulé e Portimão por em 2007, dependerem em mais de 50% (Loulé em praticamente 70%) das receitas provenientes da tributação do património imobiliário, o que pode indiciar um elevado risco de dependência face a um único sector/actividade económica, potenciando factores de degradação/desordenamento do território, mas também introduzindo alterações socioeconómicas profundas e por vezes irreversíveis, além de arriscar uma maior vulnerabilidade da receita municipal.

Note-se que esta tributação resulta de duas componentes de imposto, o IMI que incide sobre o valor patrimonial da **propriedade** e o IMT que incide sobre o valor da **transacção**. Assim, se na parte relativa ao IMI o valor da receita tende a aumentar, fruto dos novos imóveis que entram no mercado habitacional e de isenções que entretanto deixam de estar abrangidas, salvo alterações fiscais em contrário, já no que respeita à componente do IMT, o valor da receita anual é uma incógnita e perante a actual crise no sector imobiliário, tenderá mesmo a diminuir, prevendo-se que tal evolução possa afectar fortemente a independência financeira de alguns, se não mesmo de muitos Municípios.

FIGURA N.º 229 – EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO NO TOTAL DA RECEITA DE CADA MUNICÍPIO DO ALGARVE ENTRE 2003 2007

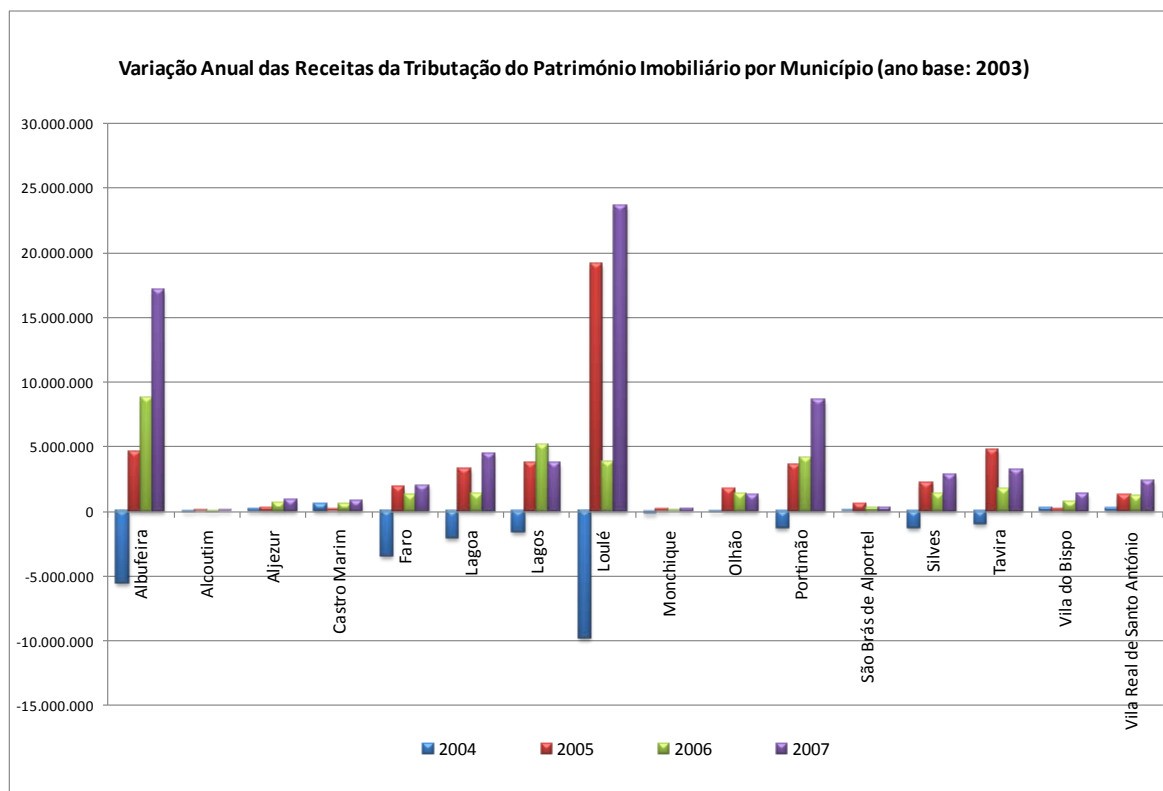


Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

A figura que se segue mostra-nos que as receitas associadas à tributação do património imobiliário podem estar sujeitas a grande variabilidade, tal deriva essencialmente da componente associada à tributação das transacções imobiliárias uma vez que essa evolução é mais incerta.

Verifica-se que são os municípios que apresentam maior volume desta receita que estão também mais vulneráveis.

FIGURA N.º 230 – DISTRIBUIÇÃO DA VARIAÇÃO ANUAL DAS RECEITAS DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO POR MUNICÍPIO (ANO BASE: 2003)



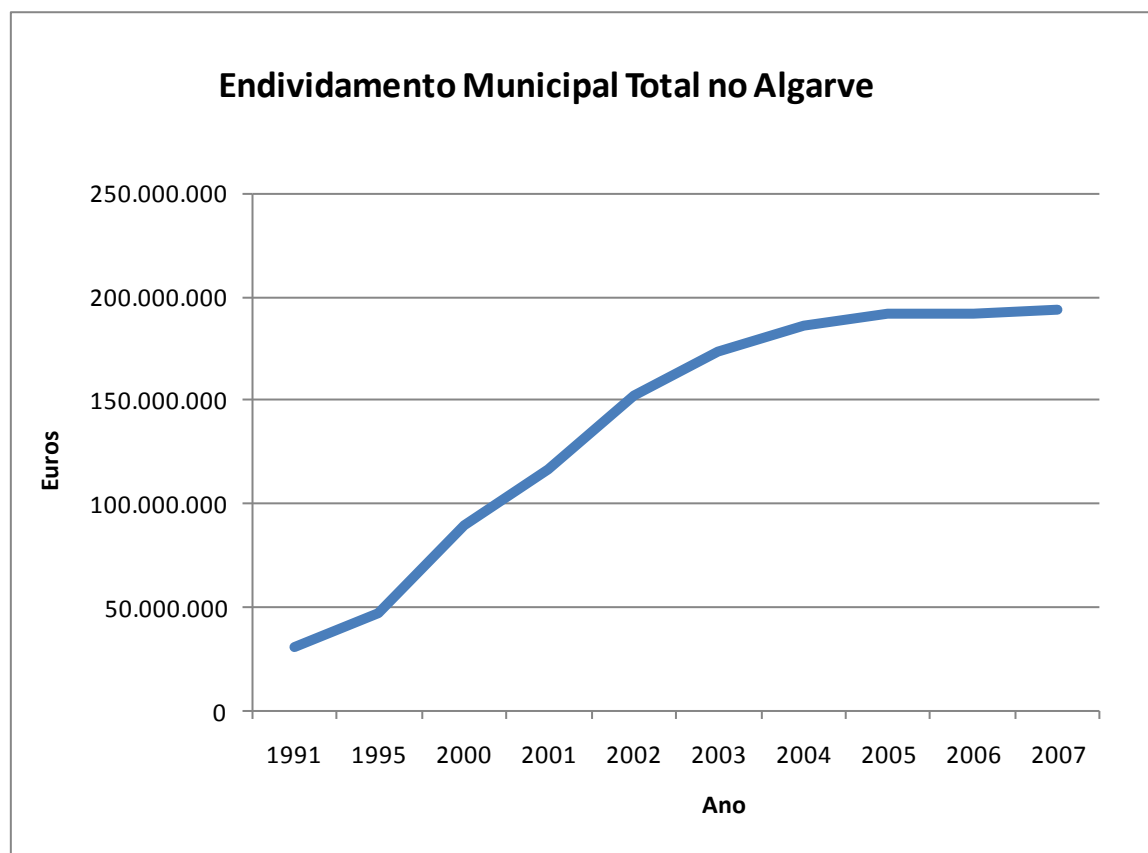
Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

IX.III.II O Endividamento Municipal

Um dos principais indicadores e para o qual a lei é clara e rigorosa no que respeita ao seu controlo, é o endividamento municipal. Como já vimos, neste trabalho dedicamos especial atenção ao endividamento de médio e longo prazo, uma vez que é este que pode ajudar a interpretar a sustentabilidade financeira (ou não) de cada Município.

Assim, tal como nos mostra a figura que se segue, para o total dos Municípios do Algarve o endividamento municipal de médio e longo prazo assistiu a um forte crescimento até ao ano 2004, verificando-se entretanto uma tendência para uma certa estabilização.

FIGURA N.º 231 – EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL TOTAL NO ALGARVE ENTRE 1991 E 2007

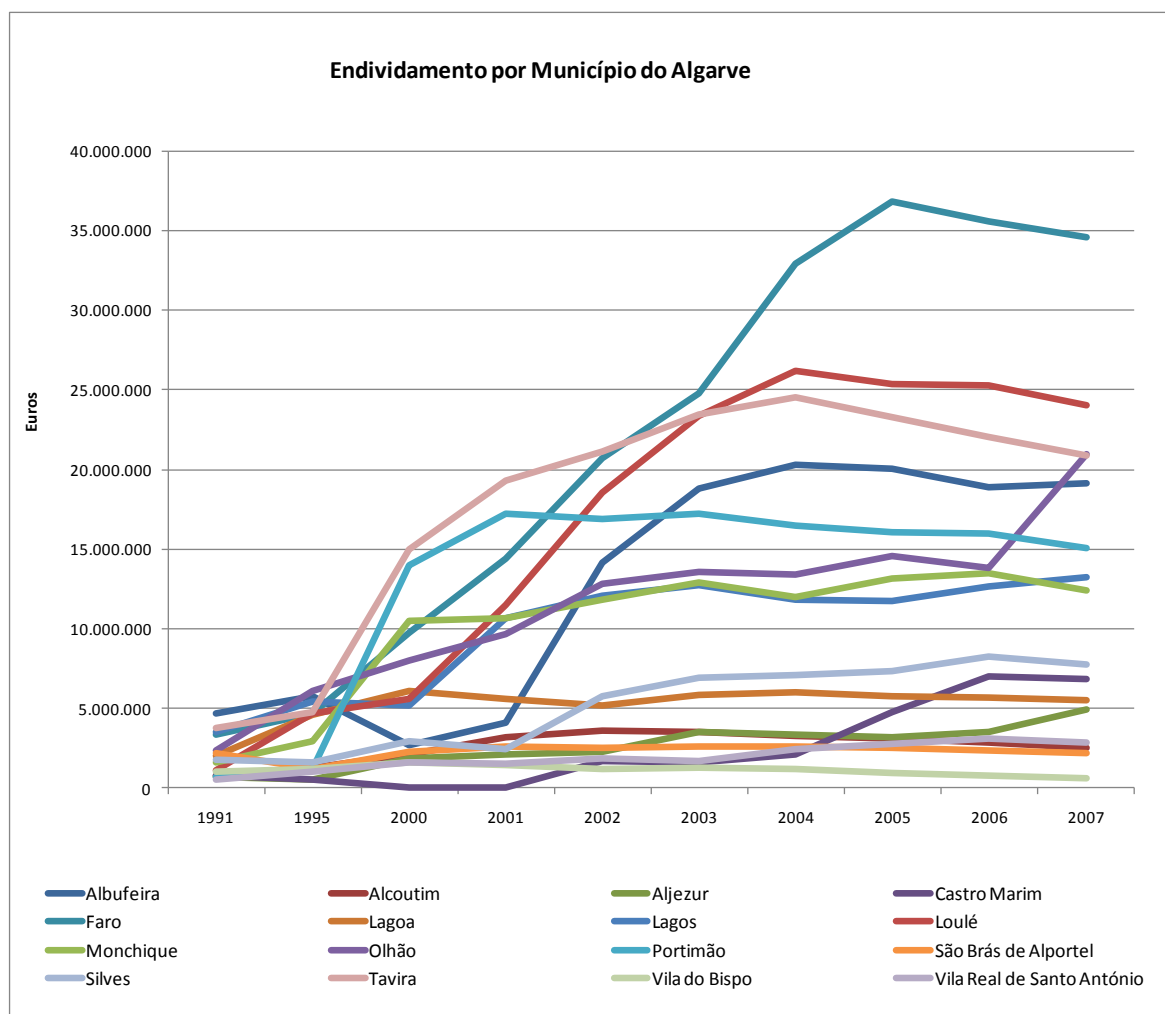


Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

Já no que respeita à repartição do endividamento pelos diversos Municípios, constatamos que Faro se destaca como sendo aquele que verifica o endividamento municipal de médio e longo mais elevado.

A representação gráfica anterior e a seguinte mostram-nos que após um crescimento em geral elevado no nível de endividamento dos Municípios que se registou principalmente na segunda metade da década de 90 e nos primeiros anos deste século, assistindo-se de seguida a uma certa tendência para alguma contenção e em alguns casos mesmo para a uma diminuição, ainda que entre 2006 e 2007, para a totalidade dos Municípios do Algarve, se tenha verificado algum acréscimo no montante global.

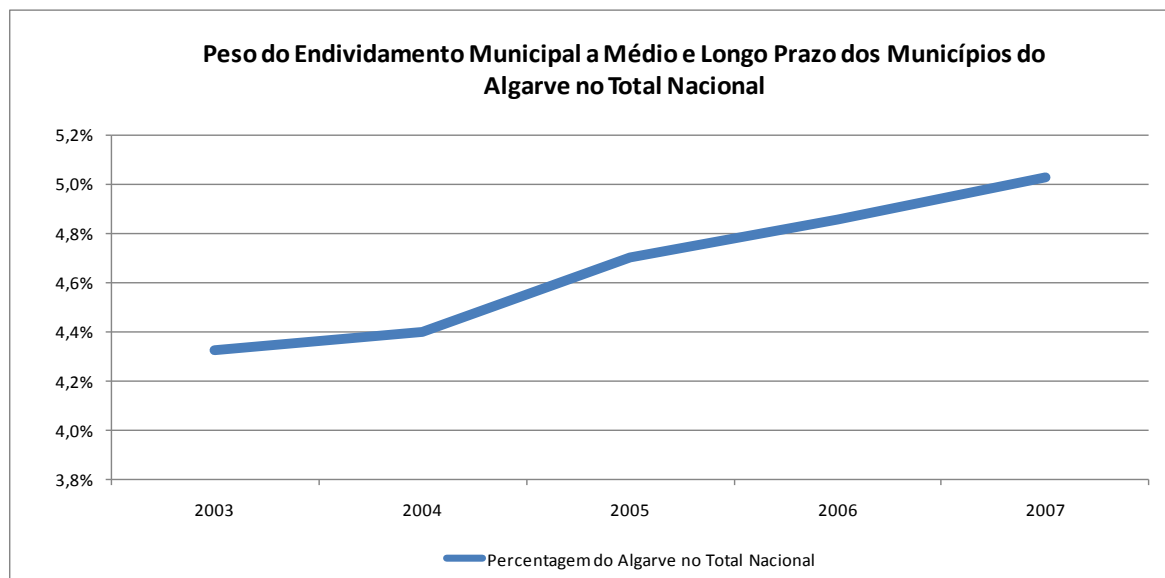
FIGURA N.º 232 – EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL ACUMULADO DE CADA MUNICÍPIO DO ALGARVE ENTRE 1991 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

Tal como nos mostra a representação gráfica que se segue, também o peso do endividamento municipal de médio e longo prazo, para o conjunto dos Municípios do Algarve, tem observado um crescimento face ao conjunto dos Municípios nacionais, representando em 2007 cerca de 5% face aos 4,3% que representava em 2003.

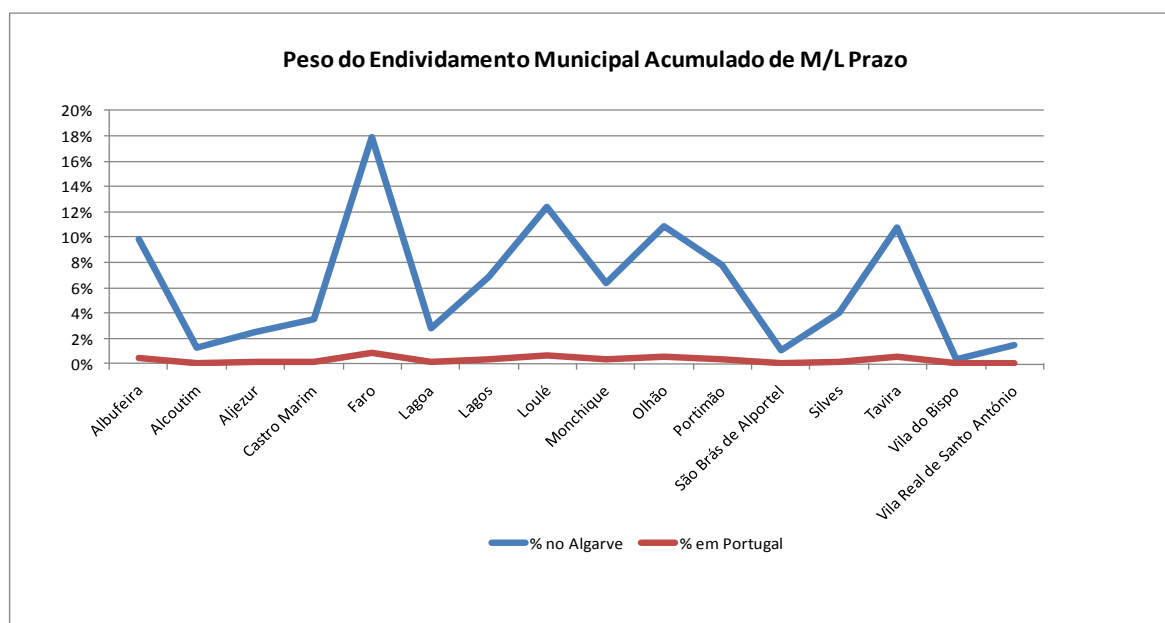
FIGURA N.º 233 – PESO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL ACUMULADO DE M/L PRAZO



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

No que respeita ao peso do endividamento municipal acumulado de médio e longo prazo de cada Município, face ao total da região e face ao total nacional, a representação gráfica que se segue, confirma-nos que Faro se destaca como sendo o Município com maior nível de endividamento do Algarve, cerca de 18% do endividamento municipal da região, a que corresponde a cerca de 1% do total nacional.

FIGURA N.º 234 – PESO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL ACUMULADO DE M/L PRAZO EM 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

A abordagem anteriormente efectuada à temática da capacidade de endividamento municipal, foi efectuada numa perspectiva exclusivamente financeira, tal como foi oportunamente referido. Ainda assim e atendendo aos imperativos legais, importa também analisar o plano legal.

Assim, a figura que se segue, apresenta o limite legal de endividamento de cada Município do Algarve, para o ano de 2008.³³⁸

FIGURA N.º 235 – LIMITE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO POR MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2008

Município	Cálculo	Colecta 2007	Limite Legal / 2008	Endividamento Líquido 31/12/2007	Capacidade Legal de Endividamento para 2008
Albufeira		59.472.110,70	74.340.138,38	6.429.872,62	67.910.265,76
Alcoutim		6.080.324,44	7.600.405,55	694.601,06	6.905.804,49
Aljezur		8.407.718,65	10.509.648,31	4.015.278,77	6.494.369,54
Castro Marim		11.242.343,72	14.052.929,65	-2.079.723,92	16.132.653,57
Faro		25.900.284,14	32.375.355,18	16.686.023,20	15.689.331,98
Lagoa		24.887.712,56	31.109.640,70	-5.383.858,33	36.493.499,03
Lagos		36.164.218,79	45.205.273,49	1.377.204,97	43.828.068,52
Loulé		88.395.428,13	110.494.285,16	-10.712.572,43	121.206.857,59
Monchique		6.602.181,03	8.252.726,29	11.613.638,34	-3.360.912,05
Olhão		17.852.479,05	22.315.598,81	17.570.949,49	4.744.649,32
Portimão		40.245.819,27	50.307.274,09	-52.917.468,35	103.224.742,44
São Brás de Alportel		5.940.286,24	7.425.357,80	-672.099,54	8.097.457,34
Silves		21.573.225,53	26.966.531,91	5.149.919,96	21.816.611,95
Tavira		23.748.277,53	29.685.346,91	11.777.299,85	17.908.047,06
Vila do Bispo		9.138.846,31	11.423.557,89	-3.511.083,87	14.934.641,76
Vila Real de Santo António		14.447.211,32	18.059.014,15	-1.261.119,10	19.320.133,25
Algarve		400.098.467,4	500.123.084	-1.223.137	501.346.222

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

Salvaguardando então o facto já referido de que este valor poderá não coincidir exactamente com o valor real, uma vez que não foram considerados, por falta de elementos, os dados relativos aos limites estabelecidos nos n.ºs 2, 3 e 4, do art.º 36º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro,³³⁹ podendo assim o limite calculado não corresponder exactamente ao real.

Salienta-se também a possibilidade legal de serem ultrapassados os limites referidos em algumas circunstâncias, designadamente quando o objectivo é o financiamento de programas de reabilitação urbana, o financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários, ou o financiamento de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por situações de calamidade pública.³⁴⁰

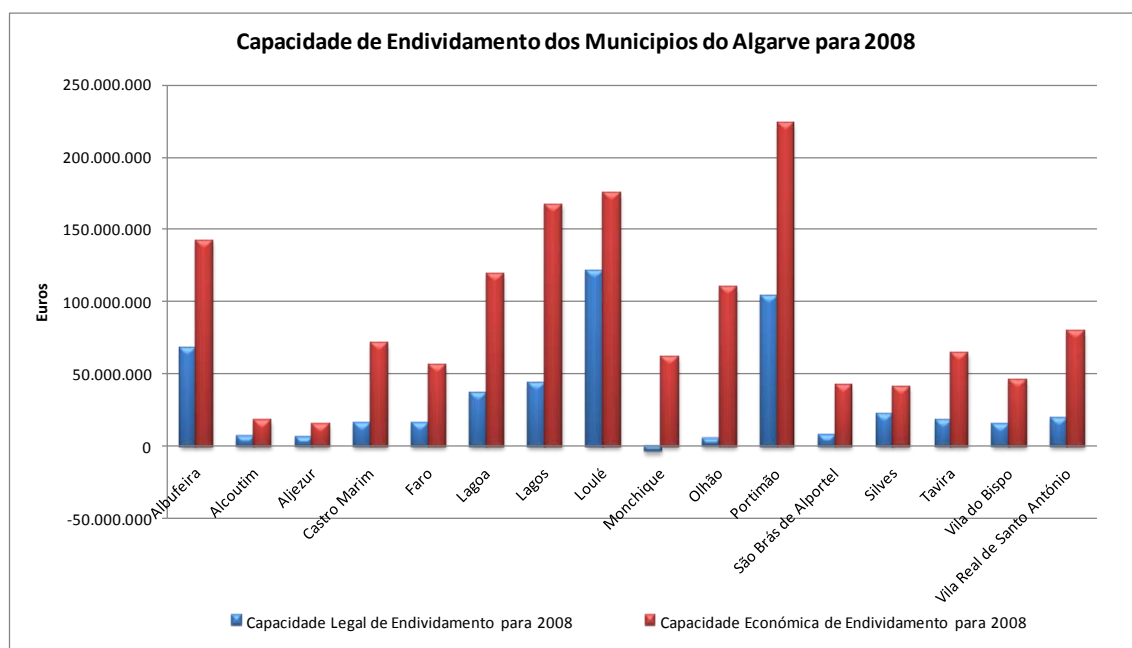
³³⁸ Ver [83]: Lei 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, art.ºs 36º, 37º & 39º - Para o cálculo deste limite, seguiu-se o estabelecido nestes artigos. Assim, o valor base para o cálculo do limite legal ao endividamento em 2008 corresponde, para cada Município, a 1,25% do valor da colecta de 2007 das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, e tendo por base o conceito de endividamento líquido definido no art.º 36º.

³³⁹ Relativos ao endividamento líquido e aos empréstimos das associações de municípios, das entidades que integram o sector empresarial local e aos créditos sobre serviços municipalizados, desde que reconhecidos por ambas as partes.

³⁴⁰ Ver [83]: Lei 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, art.º 39º, n.ºs 5º, 6º & 7º.

Da mesma forma deve ainda considerar-se que cada Município apenas poderá endividar-se em empréstimos a curto prazo, até ao limite de 10% da colecta dos impostos, referida no art. 19º, n.º1, c) da LFL mesmo tendo capacidade superior.

FIGURA N.º 236 – DISTRIBUIÇÃO DA CAPACIDADE LEGAL E ECONÓMICA DE ENDIVIDAMENTO DE CADA MUNICÍPIO DO ALGARVE PARA 2008



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

Ainda que com as ressalvas apresentadas, podemos extrair algumas conclusões a partir da análise às duas figuras anteriores, designadamente:

Que se verifica uma diversidade extrema na capacidade legal e económica de endividamento entre os diversos Municípios do Algarve, estando a moda da capacidade legal abaixo dos vinte milhões de Euros e registando o Município de Loulé a capacidade máxima, superando os cento e vinte e um milhões, seguido de perto pelo Município de Portimão.

Bem mais preocupante é a situação do Município de Monchique, que regista uma capacidade legal negativa superior a três milhões de Euros, pelo que deverá proceder à sua redução em pelo menos 10% ao ano, nos termos do n.º 2 do art.º 37º da referida Lei.

No que respeita à diferença entre a capacidade legal e económica de endividamento, os Municípios de Portimão e Olhão são os que apresentam uma diferença superior entre ambas, destacando-se ainda assim e pela negativa, o Município de Olhão, uma vez que foi o que apresentou uma capacidade legal de endividamento inferior, à excepção de Monchique, que como foi referido registava uma capacidade negativa.

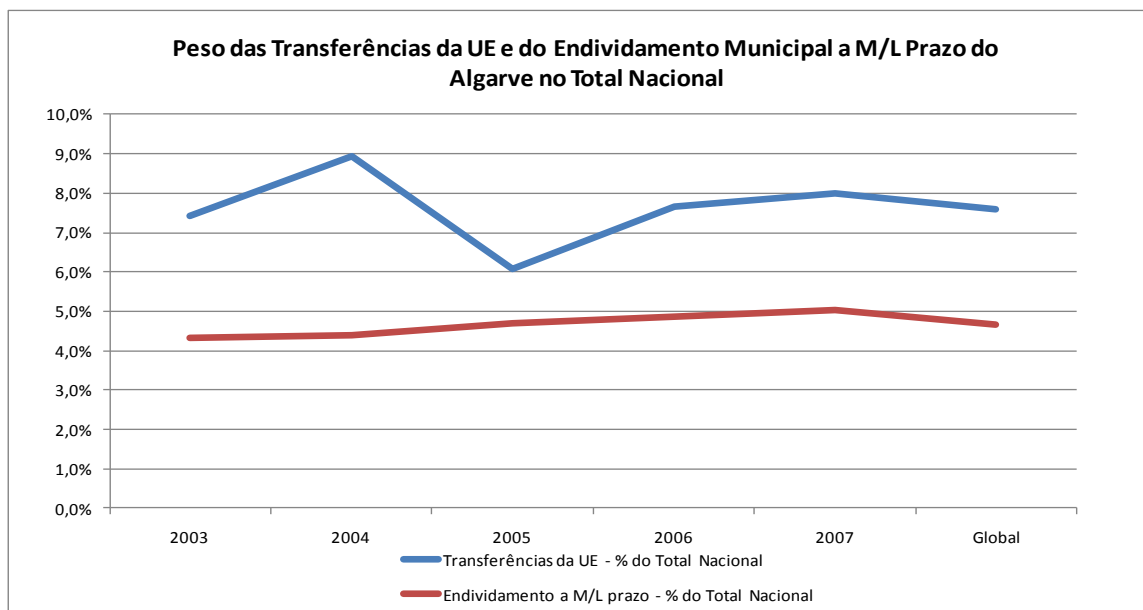
IX.III.III O Endividamento de Médio e Longo Prazo, as Receitas Provenientes das Transferências de Fundos Comunitários e as Despesas de Capital – Que Relação?

Antes de analisar a relação entre estas variáveis, importa perceber qual a sua importância relativa na região, face ao conjunto nacional.

Assim, a figura que se segue mostra-nos que, o endividamento municipal a médio e longo prazo do Algarve tem vindo a representar um peso cada vez maior, de forma contínua, no total do endividamento municipal nacional, atingindo em 2007 os 5,0%.

Já a evolução do peso das transferências da UE regista maior variabilidade, destacando-se dois aspectos: por um lado a forte quebra observada em 2005 seguida de alguma recuperação para os níveis observados em 2003 (cerca de 7,5%), por outro lado, o facto desta fonte de receita municipal manter sempre na região um peso superior ao endividamento municipal a médio e longo prazo.

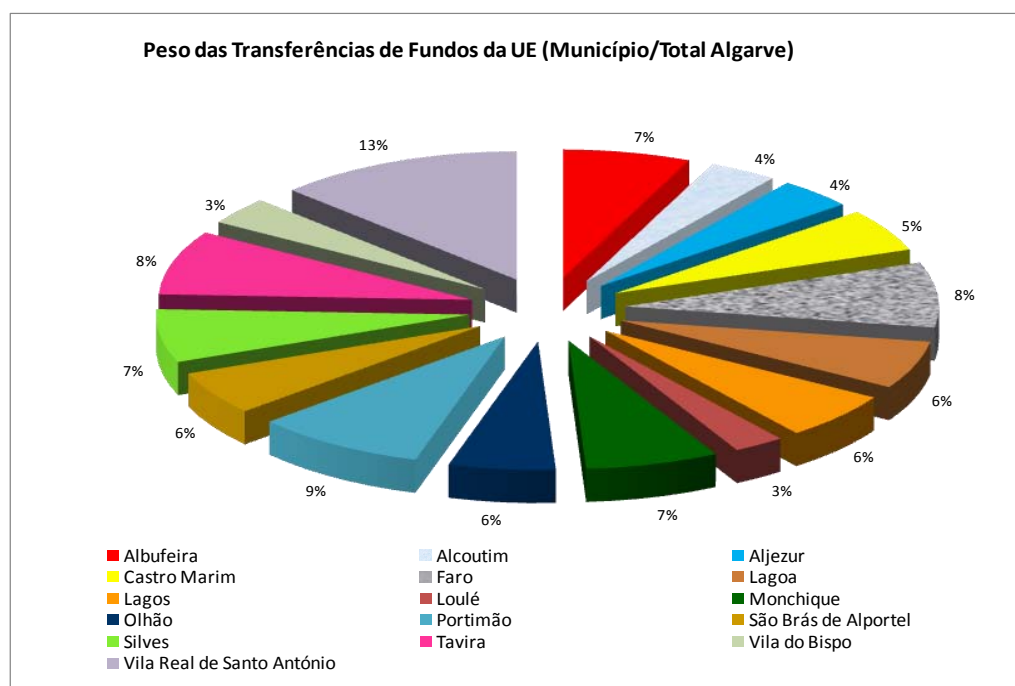
FIGURA N.º 237 – PESO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UE E DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL A M/L PRAZO DO ALGARVE NO TOTAL NACIONAL



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

De seguida apresenta-se a distribuição por Município do Algarve das transferências de fundos da UE entre 2003 e 2007.

FIGURA N.º 238 – PESO DAS TRANSFERÊNCIAS DE FUNDOS DA UE (MUNICÍPIO/TOTAL ALGARVE) ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

Assim, podemos constatar que o Município de Vila Real de Santo António foi o que arrecadou mais receita entre os dezasseis Municípios da região, com um peso próximo dos 13%. Já Loulé, com menos de 3% foi aquele arrecadou menos receita comunitária durante este período.

No que respeita ao peso que as transferências da UE representam no total da receita de cada Município, a figura que se segue mostra-nos mais uma vez a existência de uma enorme diversidade.

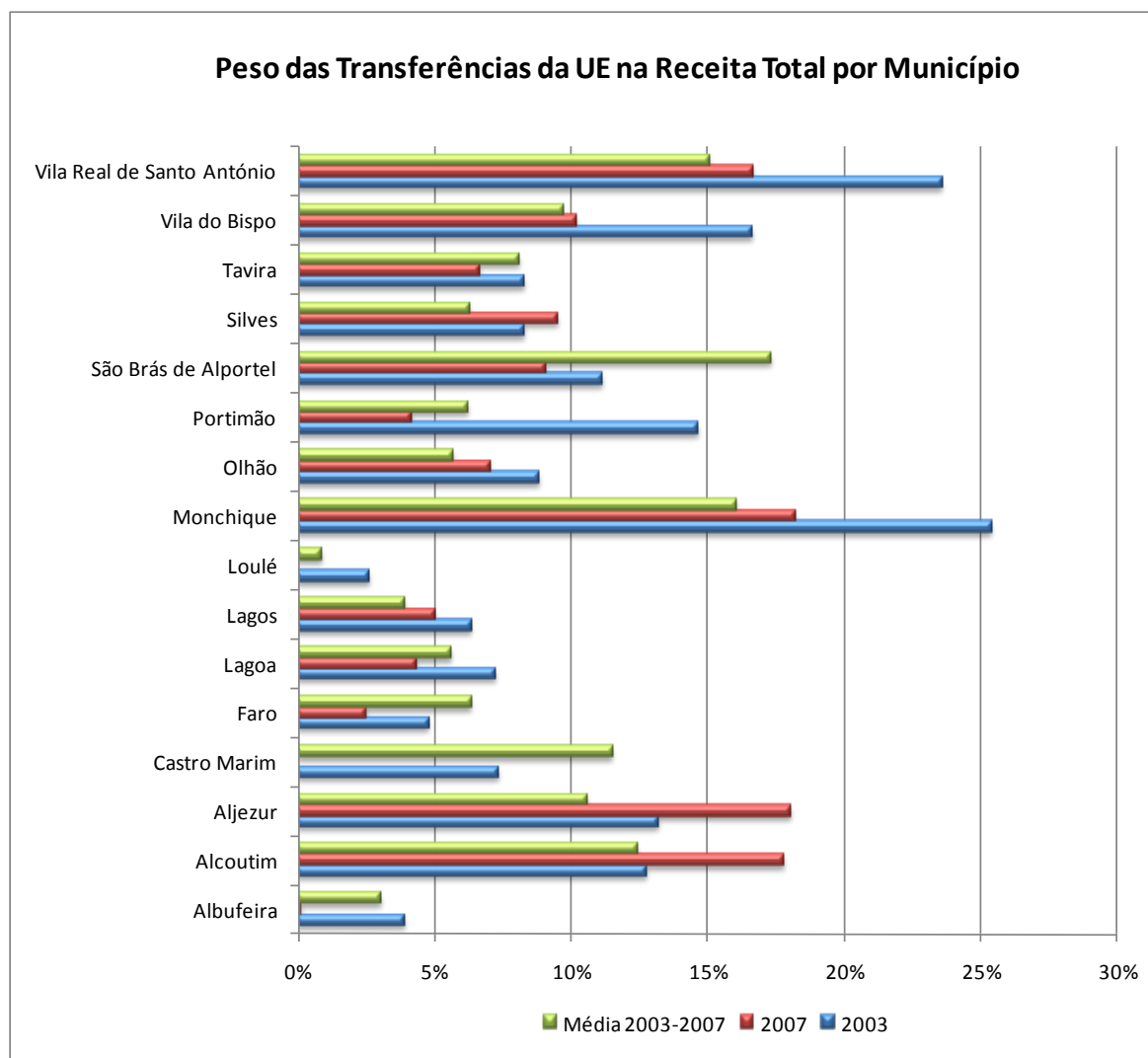
Neste caso, esta constatação é influenciada quer pela diferente capacidade/oportunidade para cada Município para executar a receita comunitária, quer pelas diferenças que se verificam no orçamento global de cada Município.

Assim, podemos verificar que a generalidade dos Municípios (à excepção de Silves, Aljezur e Alcoutim), viu reduzido o peso das transferências da UE, entre 2003 e 2007.

Destaca-se também que os Municípios de Vila Real de Santo António, Monchique, Aljezur e Alcoutim, apresentavam em 2007 uma dependência de receitas comunitárias entre os 17% e os 18%.

Salienta-se ainda que uma parte significativa de Municípios (essencialmente os que auferem maiores receitas provenientes da tributação do património imobiliário), demonstra em 2007, uma dependência de receitas comunitárias próxima ou inferior a 5% do total da sua receita.

FIGURA N.º 239 – PESO DAS TRANSFERÊNCIAS DE FUNDOS DA UE NA RECEITA TOTAL POR MUNICÍPIO



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

Analisando agora a relação existente entre as variáveis, endividamento de médio e longo prazo, receitas provenientes das transferências da UE e as Despesas de Capital, podemos conferir o seguinte:

Os dados relativos ao endividamento de médio e longo prazo e as receitas provenientes das transferências de fundos comunitários constantes na tabela abaixo, bem como do respectivo gráfico, parecem-nos indicar a existência de uma correlação negativa, entre o total do endividamento de médio e longo prazo, registado pelo conjunto dos Municípios do Algarve para o período entre 2003 e 2007 e as respectivas receitas, provenientes de fundos da UE.

Assim, para que se consiga determinar a robustez dessa correlação, calculou-se o coeficiente de correlação de Pearson, através da equação:

$$\rho_{x,y} = \frac{Cov(X,Y)}{\sigma_x \cdot \sigma_y}$$

em que Cov significa covariância e $\sigma_x \cdot \sigma_y$, os desvios padrão da amostra.

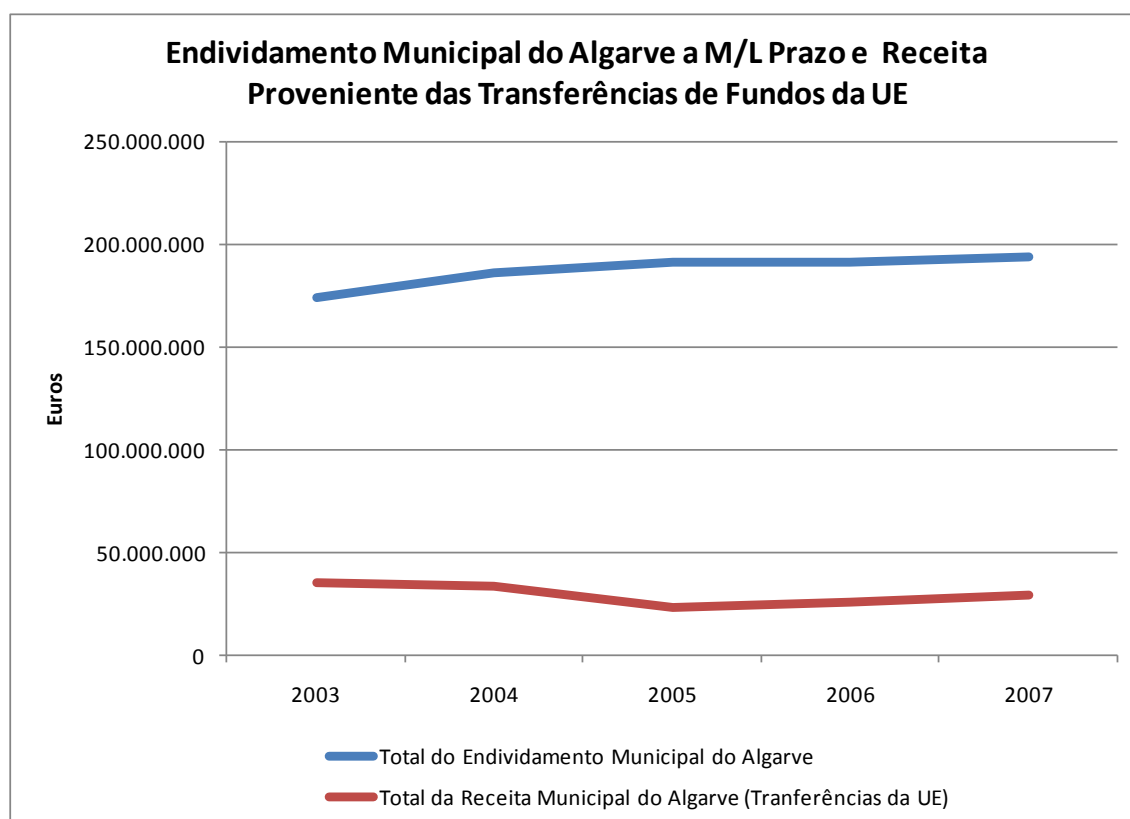
O valor obtido para esta correlação foi de **- 0,78**, o que mostra que existe uma **forte correlação negativa** entre as variáveis.

FIGURA N.º 240 – DADOS UTILIZADOS NA CORRELAÇÃO: ENDIVIDAMENTO/ TRANSFERÊNCIAS DA UE PARA O CONJUNTO DOS MUICÍPIOS DO ALGARVE

	2003	2004	2005	2006	2007
Total do Endividamento Municipal do Algarve	173.671.106,06	185.865.400,69	191.453.428,95	191.403.100,12	193.643.110,29
Total da Receita Municipal do Algarve (Transferências da UE)	34.924.978,52	33.353.016,58	23.261.084,62	26.088.142,57	29.038.001,40

Fonte: Dados DGAL, Compilação: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 241 – RELAÇÃO ENTRE A EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL TOTAL NO ALGARVE DE M/L PRAZO ENTRE 2003 E 2007 E A RECEITA PROVENIENTE DE FUNDOS DA UE PARA O MESMO PERÍODO



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

Seguindo o mesmo raciocínio utilizado para o endividamento, testou-se ainda a correlação entre o total da despesa de capital de todos os Municípios do Algarve para o período entre 2003 e 2007 e as respectivas receitas, provenientes de fundos da UE.

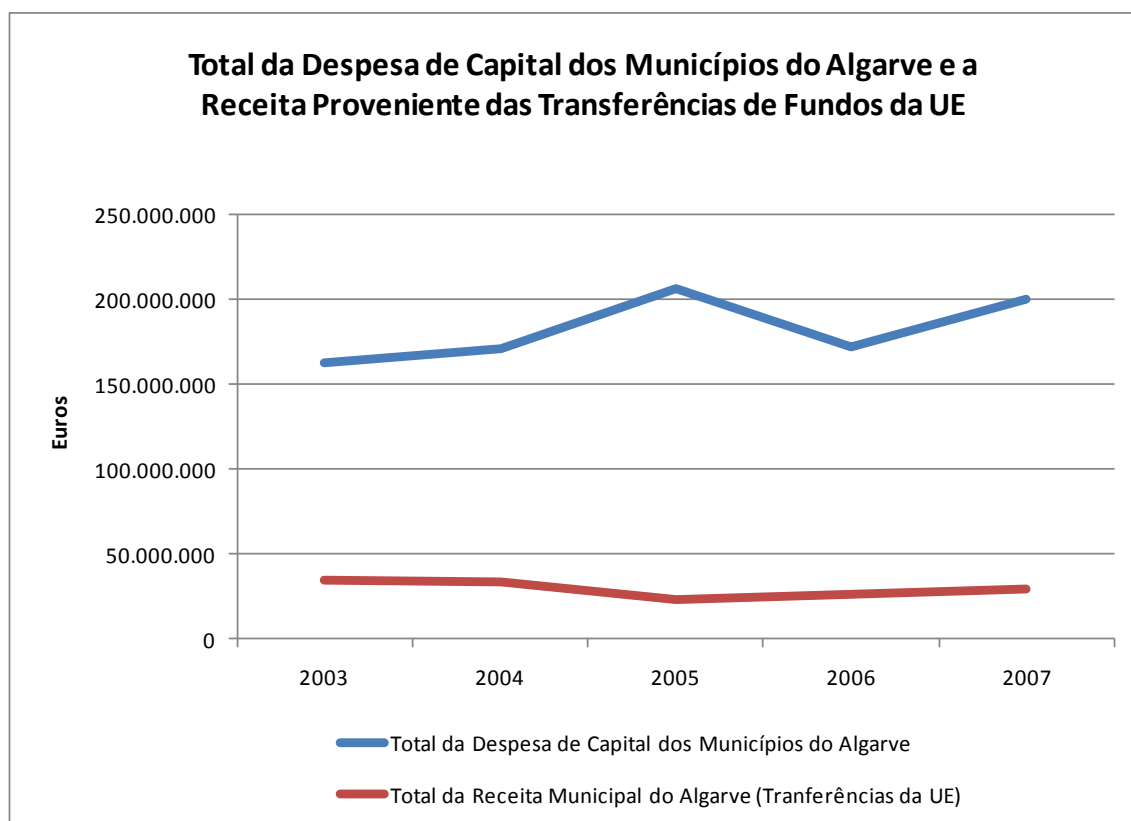
Também aqui, pela análise dos dados constantes na tabela seguinte, do respectivo gráfico e do cálculo do coeficiente de correlação Pearson, podemos dizer que existe **uma forte correlação negativa** (de - 0,71), embora pouco menor que a anterior.

FIGURA N.º 242 – DADOS UTILIZADOS NA CORRELAÇÃO: DESPESA DE CAPITAL/ TRANSFERÊNCIAS DA UE PARA O CONJUNTO DOS MUCÍPIOS DO ALGARVE

	2003	2004	2005	2006	2007
Total de Despesas de Capital dos Municípios do Algarve	163.048.140,72	171.464.928,22	206.018.158,47	171.879.117,84	200.652.322,51
Total da Receita Municipal do Algarve (Transferências da UE)	34.924.978,52	33.353.016,58	23.261.084,62	26.088.142,57	29.038.001,40

Fonte: Dados DGAL, Compilação: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 243 – RELAÇÃO ENTRE O TOTAL DA DESPESA DE CAPITAL DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE E A RECEITA PROVENIENTE DAS TRANSFERÊNCIAS DE FUNDOS DA UE ENTRE 2003 E 2007



Fonte: Dados DGAL, Gráfico: Carvalho, Manuel

Tal como podemos conferir, para ambos os testes verificou-se uma forte correlação negativa, indicando assim a dependência, de sentido inverso, na evolução destas variáveis.

A existência desta relação e o facto de ser negativa, poderão justificar-se pelas seguintes razões:

Por um lado a maior parte das receitas provenientes de transferências de fundos da UE, reportam-se a co-financiamentos de despesa, na sua maior parte de capital (infra-estruturas/obras e aquisição de equipamentos), ainda que associadas a estas, ou mesmo de forma autónoma ocorram despesas correntes, também elas co-financiadas, ainda assim com um peso claramente menos expressivo.

Assim, é compreensível a correlação observada com o endividamento a médio e longo prazo, uma vez questão este tipo de investimentos que poderão ser financiados com recurso a esta fonte de receita.

No que respeita ao sentido inverso da correlação, este poderá justificar-se com alguma dilação temporal que sempre ocorre entre a necessidade de executar física e financeiramente os referidos investimentos e a efectiva execução da receita comunitária, o que obriga à prévia execução da receita proveniente do endividamento e da respectiva despesa que justifica a contrapartida comunitária.

Na análise à correlação (endividamento/transferências da UE) para cada um dos Municípios, a figura que se segue mostra-nos que os Municípios de Castro Marim, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira e Vila do Bispo, apresentam uma fraca correlação negativa, indicando portanto que a obtenção de receitas provenientes das transferências da UE pouco depende do recurso ao endividamento, ou por outro lado, que o recurso a esta fonte de receita, em pouco aumenta as transferências da UE. Com uma forte correlação negativa, Monchique indicia não aproveitar da melhor forma, o recurso ao endividamento como instrumento potenciador do acréscimo da receita proveniente das transferências da UE.

Em sentido inverso destacam-se os Municípios de Albufeira, Aljezur, Olhão e Portimão, que com uma correlação forte e positiva, revelam recorrer ao endividamento essencialmente para financiar despesas co-financiadas, sendo assim um instrumento potenciador do acréscimo da receita proveniente das transferências da UE.

A maior parte dos Municípios apresenta uma correlação do tipo forte ou moderada (cinco em cada tipo).

Na análise à correlação (despesa de capital/transferências da UE) para cada um dos Municípios, a figura que se segue mostra-nos que os Municípios de Castro Marim, S. Brás de Alportel, Loulé e

Silves, apresentam uma fraca correlação negativa, indicando portanto que a obtenção de receitas provenientes das transferências da UE pouco depende da despesa de capital efectuada por estes Municípios. Salienta-se que, de entre estes, apenas o Município de Loulé não apresentou uma correlação fraca no que respeita ao endividamento. Salienta-se ainda que Vila do Bispo apresenta uma correlação, também ela fraca, mas em sentido positivo.

O Município de Aljezur revelou uma correlação perfeita entre as despesas de capital e as transferências da UE, demonstrando assim ser o que melhor optimiza o financiamento destas despesas com o recurso aos apoios da UE. Também se destacam os Municípios de Faro, Olhão e Portimão, pela correlação forte que registaram. Os dois primeiros de sentido positivo, revelam que a despesa de capital que executam é essencialmente co-financiada por fundos da UE, enquanto Portimão com uma correlação do tipo forte negativa, revela não potenciar as suas despesas de capital para aumentar a sua receita proveniente dos fundos da UE.

FIGURA N.º 244 – COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO: ENDIVIDAMENTO / TRANSFERÊNCIAS UE E DESPESA DE CAPITAL / TRANSFERÊNCIAS DA UE PARA CADA MUNICÍPIO DO ALGARVE

Município	Endividamento / Transferências UE	Tipo de Corr.	Despesa de Capital / Transferências da UE	Tipo de Corr.
Albufeira	0,77	F+	0,65	M+
Alcoutim	-0,59	M-	-0,50	M-
Aljezur	0,93	F+	0,99	P
Castro Marim	-0,23	f-	-0,09	f-
Faro	0,37	M+	0,93	F+
Lagoa	0,01	N	-0,67	M-
Lagos	0,56	M+	0,54	M-
Loulé	-0,44	M-	-0,33	f-
Monchique	-0,84	F-	0,69	M+
Olhão	0,88	F+	0,88	F+
Portimão	0,75	F+	-0,96	F-
São Brás de Alportel	-0,21	f-	-0,05	f-
Silves	-0,21	f-	-0,29	f-
Tavira	-0,23	f-	0,58	M+
Vila do Bispo	-0,19	f-	0,26	f+
Vila Real de Santo António	-0,56	M-	0,00	N

Legenda: P perfeita; F forte; f fraca; M moderada; N nula; + positiva; - negativa

Fonte: Carvalho, Manuel

IX.III.IV Os Indicadores de Desempenho nos Municípios do Algarve –
Análise Comparativa

No seguimento da análise que foi efectuada para cada Município, tendo em vista encontrar qual o melhor e o pior anos, no que respeita ao desempenho da respectiva gestão, de seguida apresenta-se duas figuras que sintetizam então obtidos.

Assim, verificou-se que 2005 e 2007, com quatro observações cada, foram os anos que mais Municípios registaram com melhor desempenho, sendo 2003 aquele em que se verificaram mais registos (sete) de pior desempenho.

FIGURA N.º 245 – MELHOR ANO NA PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO MUNICIPAL, POR INDICADOR, NO PERÍODO 2003 - 2007

ANO	2003	2004	2005	2006	2007
Albufeira			1		
Alcoutim					1
Aljezur			1		
Castro Marim		1			
Faro	1				
Lagoa					1
Lagos			1		
Loulé					1
Monchique		1			
Olhão	1				
Portimão		1			
São Brás de Alportel				1	
Silves	1				1
Tavira				1	
Vila do Bispo				1	
Vila Real de Santo António			1		
Melhor Ano (Moda)	3	3	4	3	4

Nota: A soma de ocorrências é superior ao número total de Municípios, uma vez que o Município de Silves registou o seu melhor desempenho (mesma pontuação máxima) em mais do que um ano.

Fonte: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 246 – PIOR ANO NA PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO DESEMPENHO MUNICIPAL, POR INDICADOR, NO PERÍODO 2003 - 2007

ANO	2003	2004	2005	2006	2007
Albufeira	1				
Alcoutim	1				
Aljezur	1				
Castro Marim				1	
Faro					1
Lagoa	1				
Lagos	1				
Loulé		1			
Monchique	1				
Olhão					1
Portimão				1	
São Brás de Alportel					1
Silves				1	
Tavira	1				
Vila do Bispo					1
Vila Real de Santo António		1			
Pior Ano (Moda)	7	2	0	3	4

Fonte: Carvalho, Manuel

De seguida, tal como foi apresentado no início do ponto IX.I. e procurando encontrar um instrumento que, em alguma medida, possa avaliar o desempenho global da gestão pública de cada Município, de entre os diversos indicadores apresentados (cujos dados de base constam nos anexos, agrupados por Município), proceder-se-á à análise do desempenho observado em 2003 (início do período em análise), para a média de 2003 a 2007 e para 2007 (fim do período em análise), com base nos indicadores que foram identificados no início do ponto acima referido e nos critérios estabelecidos para atribuição da pontuação máxima.

Este exercício tem por objectivo encontrar uma pontuação global para cada Município e assim determinar qual a sua posição relativa global. Para tal, cada indicador será pontuado, entre os diversos Municípios em função do respectivo desempenho comparativo.³⁴¹

A pontuação máxima a atribuir por indicador será de 16 pontos (que corresponde ao n.º total de Municípios analisados) será obtida pelo Município que mais se aproximar do critério para a sua obtenção, decrescendo a pontuação atribuída a cada Município em função da respectiva ordem de aproximação, até ao mínimo de 1 ponto para o Município que se encontra mais afastado.

³⁴¹ Também neste exercício, a matriz correspondente ao desempenho (em percentagem ou em valor absoluto) de cada Indicador / Município, será apresentada nos anexos referentes ao respectivo Município.

Desta forma, a pontuação máxima que será possível atingir por qualquer Município, no mesmo exercício (para cada ano ou para a média dos anos 2003 a 2007), no total dos 20 indicadores, serão 320 pontos, sendo que nenhum obterá uma pontuação inferior a 20.

Assim, de seguida serão apresentadas três matrizes que revelam a pontuação atribuída a cada Município, determinada em função do desempenho relativo obtido em cada um dos períodos, para cada um dos destes indicadores e na sua totalidade.

FIGURA N.º 247 – MATRIZ DE PONTUAÇÃO DO DESEMPENHO DE 2003

Município	Indicador	I - 1	I - 2	I - 3	I - 4	I - 5	I - 6	I - 7	I - 8	I - 9	I - 10	I - 11	I - 12	I - 13	I - 14	I - 15	I - 16	I - 17	I - 18	I - 19	I - 20	Pontuação Global	Posição Final
	Critério Pontuação Máxima	> %	< %	> % (sup.100%)	> %	< %	> %	< Valor	> Valor	< Div.	< Div.	> Val. de Red.(-)	> Valor	< %	> %	> %	> %	> %	> %	> %	> %		
Albufeira		2	3	7	15	4	16	4	7	6	5	2	11	4	3	2	9	9	6	3	9	127	14º
Alcoutim		14	7	13	1	1	1	1	15	2	2	15	12	14	14	7	8	8	12	12	8	167	8º
Aljezur		15	15	11	3	7	3	5	14	3	4	5	7	3	5	8	3	3	5	9	3	131	13º
Castro Marim		7	13	15	5	13	5	3	12	14	11	14	16	15	15	6	16	16	16	16	16	244	1º
Faro		1	4	14	16	11	14	14	3	8	7	3	4	2	2	9	5	5	10	11	5	148	11º
Lagoa		10	14	3	12	12	13	8	11	12	12	9	5	11	10	3	10	10	11	6	10	192	5º
Lagos		3	5	1	13	8	12	6	6	10	6	10	14	6	9	15	13	13	14	14	13	191	6º
Loulé		8	12	4	14	10	15	7	9	5	8	1	8	5	1	1	6	6	3	5	6	134	12º
Monchique		16	16	2	2	15	2	9	16	1	1	7	3	8	8	10	1	1	1	1	1	121	15º
Olhão		6	2	5	9	2	9	16	1	11	10	8	9	1	6	16	11	11	9	8	11	161	9º
Portimão		4	6	6	11	5	11	12	4	9	9	11	13	12	13	13	12	12	7	4	12	186	7º
São Brás de Alportel		5	1	16	7	9	6	15	2	16	14	13	10	9	11	11	14	14	13	13	14	213	3º
Silves		12	8	10	8	14	8	13	5	7	15	6	6	10	7	5	4	4	2	2	4	150	10º
Tavira		13	10	8	10	3	10	11	10	4	3	4	2	7	4	4	2	4	7	2	2	120	16º
Vila do Bispo		11	9	12	4	15	4	2	13	15	13	12	15	13	12	12	15	15	15	15	15	237	2º
Vila Real de Santo António		9	11	9	6	6	7	10	8	13	16	16	1	15	16	14	7	7	8	10	7	196	4º

Fonte: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 248 – MATRIZ DE PONTUAÇÃO DO DESEMPENHO MÉDIO ENTRE 2003 E 2007

Município	Indicador	I - 1	I - 2	I - 3	I - 4	I - 5	I - 6	I - 7	I - 8	I - 9	I - 10	I - 11	I - 12	I - 13	I - 14	I - 15	I - 16	I - 17	I - 18	I - 19	I - 20	Pontuação Global	Posição Final
	Critério Pontuação Máxima	> %	< %	> % (sup.100%)	> %	< %	> %	< Valor	> Valor	< Div.	< Div.	> Val. de Red.(-)	> Valor	< %	> %	> %	> %	> %	> %	> %	> %		
Albufeira		1	6	15	16	4	16	3	8	7	7	5	10	6	3	2	8	9	13	10	7	156	9º
Alcoutim		15	7	10	1	3	1	1	15	2	2	15	13	16	14	11	6	6	9	9	8	164	8º
Aljezur		13	11	4	3	9	3	4	14	3	4	6	7	4	5	13	3	4	2	4	3	119	14º
Castro Marim		14	16	16	5	15	5	5	13	8	5	4	16	7	11	12	15	15	15	15	15	227	2º
Faro		7	2	6	11	5	11	15	1	9	6	1	1	2	2	7	2	1	3	6	5	103	16º
Lagoa		6	13	9	14	13	14	9	7	14	12	11	9	10	9	9	11	11	10	12	12	215	3º
Lagos		4	8	13	13	16	13	6	11	12	8	8	12	5	4	6	14	14	16	16	16	215	3º
Loulé		9	14	11	15	11	15	8	10	5	9	3	5	9	1	1	5	5	8	6	6	155	10º
Monchique		16	15	2	2	6	2	10	16	1	1	10	14	3	15	10	7	7	8	7	1	153	11º
Olhão		5	4	5	8	2	8	16	2	11	10	2	6	1	6	15	10	10	4	2	10	137	13º
Portimão		2	9	1	12	12	12	12	4	10	11	16	11	14	8	4	12	12	7	3	13	185	6º
São Brás de Alportel		8	1	12	4	14	4	14	3	15	14	13	8	13	12	16	13	13	12	13	11	213	5º
Silves		11	5	3	7	7	7	13	5	4	13	7	4	12	7	3	1	2	1	1	4	117	15º
Tavira		12	10	7	9	10	9	11	9	6	3	12	3	8	13	5	4	3	11	5	2	152	12º
Vila do Bispo		10	3	14	6	8	6	2	12	16	15	14	15	15	16	8	16	16	14	14	14	234	1º
Vila Real de Santo António		3	12	8	10	1	10	7	6	13	16	9	2	11	10	14	9	8	6	11	9	175	7º

Fonte: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 249 – MATRIZ DE PONTUAÇÃO DO DESEMPENHO DE 2007

Município	Indicador																				Pontuação Global	Posição Final
	I - 1	I - 2	I - 3	I - 4	I - 5	I - 6	I - 7	I - 8	I - 9	I - 10	I - 11	I - 12	I - 13	I - 14	I - 15	I - 16	I - 17	I - 18	I - 19	I - 20		
Critério Pontuação Máxima	> %	< %	> % (sup.100%)	> %	< %	> %	< Valor	> Valor	< Div.	< Div.	> Val. de Red.(-)	> Valor	< %	> %	> %	> %	> %	> %	> %	> %		
Albufeira	2	7	14	16	12	16	2	6	9	7	4	11	6	3	3	8	9	16	1	4	156	11º
Alcoutim	12	6	5	1	3	1	1	15	1	5	10	13	11	12	13	4	4	6	9	5	137	13º
Aljezur	15	14	8	3	6	3	3	16	2	3	2	8	2	6	16	3	3	3	5	3	124	15º
Castro Marim	13	16	16	8	11	5	7	14	4	2	7	16	4	1	1	12	12	14	16	11	190	5º
Faro	1	1	4	10	1	11	16	1	7	6	13	1	3	5	4	2	1	1	6	2	96	16º
Lagoa	6	11	12	14	13	14	8	5	14	12	6	10	7	8	8	14	14	10	13	14	213	2º
Lagos	8	8	1	13	8	13	6	11	13	9	3	12	5	7	9	15	15	15	15	15	201	3º
Loulé	10	9	13	15	14	15	9	10	6	10	16	5	9	2	1	5	6	9	12	6	182	7º
Monchique	16	5	6	2	14	2	11	13	3	1	14	15	11	13	14	9	8	5	7	13	182	7º
Olhão	14	15	9	7	5	8	15	7	11	8	1	4	1	4	5	7	7	4	4	7	143	12º
Portimão	3	12	3	12	9	12	10	4	10	11	12	9	11	14	6	10	10	11	3	12	184	6º
São Brás de Alportel	4	2	10	4	4	4	14	2	16	14	8	7	11	11	12	11	13	8	11	8	174	10º
Silves	7	4	7	6	10	7	13	3	5	13	11	2	11	15	10	1	2	2	2	1	132	14º
Tavira	11	10	11	11	7	10	12	8	8	4	15	3	8	9	7	6	5	12	10	9	176	9º
Vila do Bispo	9	3	15	9	14	6	4	12	12	16	5	14	10	10	11	16	16	13	14	10	219	1º
Vila Real de Santo António	5	13	2	5	2	9	5	9	15	15	9	6	11	16	15	13	11	7	8	16	192	4º

Fonte: Carvalho, Manuel

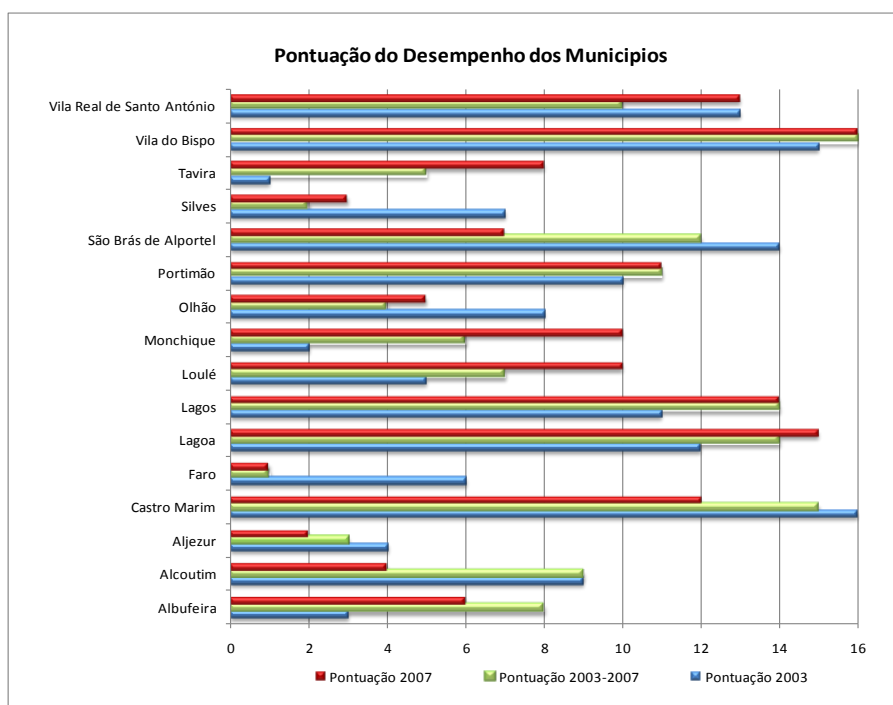
A representação gráfica que se segue mostra-nos de forma mais simples a pontuação do desempenho municipal encontrada no exercício anterior (à posição final mais elevada corresponde a menor pontuação e vice-versa).

Assim, podemos observar que os Municípios de Vila do Bispo, Tavira, Portimão, Monchique, Loulé, Lagos, Lagoa e Albufeira melhoraram o seu desempenho relativo entre 2003 e 2007, sendo de destacar os Municípios de Monchique, Tavira, Loulé e Albufeira, que recuperaram oito, sete e cinco (Loulé e Albufeira) posições respectivamente, sendo que Tavira em 2003, ocupava a última posição.

O Município de Vila Real de Santo António, manteve em 2007 os treze pontos que registava em 2003 e que correspondem à 4ª posição, enquanto Silves, S. Brás de Alportel, Olhão, Faro, Castro Marim, Aljezur e Alcoutim, verificaram uma avaliação global do seu desempenho relativo, agravar-se em 2007 face a 2003. Neste grupo destacamos os Municípios de S. Brás de Alportel (que perdeu sete pontos, descendo de 3º para 10º lugar na posição final), Faro e Alcoutim que perderam ambos cinco pontos, sobressaindo mais ainda a última posição ocupada pelo Município de Faro.

Castro Marim, para além de descer quatro posições, cedeu o 1º lugar para o Município de Vila do Bispo.

FIGURA N.º 250 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PONTUAÇÃO DO DESEMPENHO DOS MUNICIPIOS NOS ANOS 2003, 2003 A 2007 E 2007



Fonte: Carvalho, Manuel

X SÍNTESE ANALÍTICA

Com base na exposição teórica e na aplicação prática apresentadas, poder-se-á desde já efectuar uma síntese da análise teórico-prática.

Tal como ficou explanado, os princípios defendidos pela escolha pública são o ponto de partida para a gestão pública, ou melhor, para uma gestão pública adaptada às exigências da contemporaneidade, preocupada com princípios de rigor, eficácia e eficiência na redistribuição/majoração da riqueza comum e na provisão dos bens e serviços à sociedade.

A satisfação das necessidades do conjunto da sociedade, concretiza-se procurando satisfazer as de cada indivíduo, se possível maximizando o seu benefício e potenciando desta forma o sucesso da acção no colectivo.

Ainda que o indivíduo seja a base da decisão para a Teoria da Escolha Pública, esta admite que na hora em que o indivíduo age no plano político e no plano individual, torna-se difícil indissociar as duas actuações. Uma das críticas apontadas a esta teoria prende-se com o facto do indivíduo actuar essencialmente por motivações pessoais.

Desta forma, seríamos tentados a afirmar que o ideal seria devolver aos cidadãos, o poder e a capacidade para satisfazerem, por si, de forma autónoma, o máximo das suas necessidades e assim a auto-promoção do proclamado bem-estar social e da eficiência económica.

Contudo, diversos factores, como os interesses ou as necessidades divergentes e heterogéneas de cada indivíduo, os recursos e as capacidades distintas de que dispõe, o meio em que se insere, a natureza pública de determinados bens ou serviços, ou mesmo por vezes requisitos de natureza legal ou sócio económica, representam externalidades que condicionam tal ideal e justificam alguma colectivização e assim a actuação agrupada dos indivíduos, materializada em última instância na intervenção Estatal.

A Teoria da Escolha Pública reconhece imperfeições quer do lado do mercado quer do lado do governo, portanto, ambos são indispensáveis, por forma a compensarem-se mutuamente.

A questão das designadas “falhas do mercado” serve de argumento para a intervenção Estatal na economia e assim para a necessidade de desempenhar a sua função de correcção. Quanto à questão das “falhas do Governo”, esta interroga cada vez mais a eficiência na actuação do próprio Estado, levantando o problema da busca de soluções equilibradas por forma a que o Estado se centre essencialmente no desempenho, de forma eficiente, das funções de competência própria.

Ainda assim a orientação liberal é clara, procurando devolver ao mercado o máximo das atribuições que este for capaz de desenvolver de forma mais eficaz e eficiente, do que o sector público. Quando tal não é possível, procura encontrar dentro da Administração Pública, qual o nível da Administração que actua mais próximo do indivíduo e que seja capaz de o fazer.

No limite o Estado dever-se-ia reduzir ao seu papel de regulador da sociedade e a garantir o cumprimento do direito, da ordem, da soberania e do livre e regular funcionamento das instituições, reduzindo assim os recursos exigidos aos seus contribuintes.

Perante um cenário de recursos cada vez mais escassos e assumindo então que é de todo impensável que a Administração Pública possa retirar-se por completo de providenciar bens e serviços à comunidade, o desafio que se lhe coloca, é o de encontrar caso a caso, quais os bens e serviços que podem/devem, ou não, ser providenciados pelo sector privado. Para aqueles cuja opção seja claramente pela provisão pública (essencialmente dos designados bens públicos puros), deve encontrar-se o melhor equilíbrio para um conjunto de factores, designadamente:

A melhor forma para os providenciar aos cidadãos;

Procurar homogeneizar quanto possível, por forma a obter ganhos em economias de escala, ainda que aceitando alguma adaptabilidade;

Permitir a máxima liberdade de escolha possível;

Maximizar o benefício colectivo, procurando minimizar ou mesmo reduzir o esforço individual e colectivo;

Encontrar qual o nível mais descentralizado que é capaz de o providenciar com um menor custo marginal;

Encontrar a forma de financiamento mais adequada, que evite desperdícios/abusos na provisão e que garanta equidade por forma a não provocar desvios na procura.

A procura de um menor custo marginal tende, em regra (salvo a existência de variáveis apenas controláveis pelo nível superior da Administração), a conduzir à descentralização de um conjunto significativo de atribuições e competências, para níveis sub-nacionais, devendo o financiamento provir (na medida do possível, entenda-se, de acordo com a respectiva capacidade “geradora”) de receitas próprias do nível responsável pela sua execução.

Tal descentralização é assim justificada, quer com o princípio legal vigente (que preconiza o sistema da designada “clausula geral”), quer com a necessidade de incrementar maior eficácia e eficiência à gestão da coisa pública.

Assim, a afectação de atribuições e competências e dos respectivos recursos às jurisdições locais, numa busca de maior racionalidade na gestão da “coisa pública” e de maior justiça e equilíbrio (horizontal e vertical) na distribuição da riqueza e do rendimento constituem uma equação cuja redefinição é quase constante.

A função de manter o equilíbrio macroeconómico (Função Estabilização) é uma função que, à partida, deverá manter-se centralizada, devido essencialmente à vulnerabilidade das jurisdições locais de pequena dimensão e à sua falta de acesso a instrumentos de política fundamentais.

Apesar da Teoria da Escolha Pública defender a unanimidade, ou pelo menos a maioria qualificada na tomada de decisões e de um dos objectivos passar pela redução dos custos marginais, devem ser consideradas excepções (mas que deverão sempre constituir uma excepção e não passar a ser a regra), mesmo que estes requisitos não estejam cumpridos. Afinal a função redistributiva e estabilizadora do Estado também deverá considerar situações que não afectam apenas a maioria da sociedade ou quando esta não está representada nos órgãos de decisão, ou ainda em que devido a factores externos possa resultar na necessidade de uma intervenção/correção, mesmo deturpando o factor “custo” e assim prejudicando a eficiência, mas assegurando que sectores minoritários da população, pelo menos não sejam prejudicados.

De um Estado menos liberal também perante o Poder Local (durante o período do Estado Novo), as Autarquias em geral têm vindo a assistir a um aumento da sua autonomia, quer na perspectiva administrativa, quer financeira, ainda que esta, em certos casos, continue baixa ou mesmo extremamente baixa.

Mesmo recorrendo a instrumentos de gestão mais descentralizadores, o Estado, por definição legal, é unitário, pelo que qualquer dos seus órgãos deve ter uma visão global e unitária e actuar de forma coordenada, cooperante e partilhada, o que não significa a perda de autonomia para os órgãos que legalmente a possuem, destacando-se neste contexto os das Autarquias Locais.

Com o recurso a formas de gestão mais descentralizadoras da Administração Pública, designadamente, à transferência de cada vez mais competências da Administração Central para as Autarquias Locais (aplicação do princípio da subsidiariedade), estas sentem necessidade (e aproveitam cada vez mais as possibilidades legais) de recorrerem a novos instrumentos de gestão que lhes permitam flexibilizar e agilizar alguns procedimentos e ainda aliviar a carga administrativa que, de outra forma, recaía directamente sobre si próprias.

Assim, a adopção dos princípios da Nova Gestão Pública, leva a Administração Pública em geral e também a Administração Local a uma maior aproximação ao mercado, alterando o seu foco de “Administração” para “Gestão” de recursos públicos.

O recurso à constituição ou participação no sector empresarial por parte da Administração Local, é disso um bom exemplo, estando anteriormente reservada quase em exclusivo à Administração Central. Outro instrumento é a liberdade de se constituírem ou participarem em associações ou fundações.

A Lei das Finanças Locais actualmente em vigor, a par da harmonização da contabilidade pública em geral e particularmente ao nível da Administração Local, vieram permitir um controlo mais eficaz das contas públicas, manifestando ainda uma preocupação em devolver aos Municípios mais responsabilidades pela execução do seu orçamento, quer ao nível dos critérios de repartição dos recursos (na medida em que lhes dá liberdade para decidir sobre parte da sua receita, para além da liberdade de decisão de afectação, salvo as excepções previstas na Lei), quer ao nível dos limites ao endividamento (na medida em que uma vez ultrapassados os limites estabelecidos, é do seu conhecimento prévio, quais as consequências, designadamente a redução da receita futura).

As novas regras de contabilização implicam a harmonização e consolidação das contas para os Municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local e a sua auditoria externa (Revisão Legal), sempre que haja por parte do Município, a participação em Associações de Municípios ou participações de capital em Fundações ou entidades do sector Empresarial Local.

Considerando que as despesas associadas a funções sociais desempenhadas pelos Municípios, nomeadamente na área da educação, da saúde ou da acção social, correspondem a atribuições que anteriormente eram da competência da Administração Central e por isso têm o seu financiamento previsto no Fundo Social Municipal, será conveniente acompanhar o desenvolvimento deste fundo por forma a perceber a evolução ocorrida ao nível da descentralização administrativa e ainda se um eventual crescimento não poderá por em causa a independência financeira municipal. Caso tal se verifique, será necessário promover uma melhor descentralização financeira, seja por via da maior capacitação fiscal dos Municípios, seja pela disponibilização de recursos directamente aos cidadãos (sempre que possível/aconselhável a sua aplicação).

Seja qual for a opção, esta tenderá a conduzir a um nível mais elevado de exigência e uma maior participação na vida pública por parte dos cidadãos.

A necessidade de afectar recursos às jurisdições locais, a um nível adequado ao respectivo nível de atribuições e competências e buscando os princípios da equidade e da justiça, levaram à introdução na actual LFL de instrumentos de harmonização (horizontal e vertical) da distribuição da riqueza e do rendimento.

Ao nível vertical assistiu-se essencialmente a uma maior autonomia e responsabilização das Autarquias no que respeita à sua capacidade de decisão quanto à recolha e afectação da receita, dando-lhes alguns instrumentos que lhes permitem optar por estratégias de competitividade fiscal a nível local.

Já no que respeita à harmonização horizontal, os baixos níveis de capacidade fiscal demonstrados por inúmeros Municípios conduziram à necessidade de incorporar na legislação, mecanismos equalizadores (perequação financeira) tendo em vista promover maior justiça na distribuição dos recursos ao nível do Equilíbrio Horizontal.

A descentralização continuada de competências, para além de acompanhada dos respectivos recursos, deverá prever formas de financiamento que não diminuam a independência financeira municipal (não deverá a médio prazo sustentar-se em transferências financeiras, mas antes na participação nos impostos).

Uma das formas sugeridas passa por uma reforma fiscal, na qual os principais impostos (IVA, IRS e IRC) seriam repartidos em duas componentes, uma de âmbito Nacional e outra Local, tendo os Municípios uma participação directa, na proporção das atribuições e competências que lhes cabe administrar no contexto gestão da “coisa pública”, sendo apontadas algumas vantagens. Destas destaca-se a maior dinâmica socioeconómica e a maior transparência perante o cidadão, o qual mais facilmente poderá responsabilizar a administração pelo seu tributo e assim promover a aproximação entre ambos.

Reconhecida a necessidade de reduzir o peso do Estado, demonstrada a existência do Efeito Flypaper nos municípios portugueses e assumindo a capacidade individual para gerir os seus próprios recursos essenciais, questiona-se se em determinadas circunstâncias concretas, a Administração Central, simplificando procedimentos administrativos, ao invés de agravar cargas fiscais para posteriormente compensar com transferências do tipo lump-sum para outros níveis da Administração exercerem funções sociais, mas cujo benefício total por vezes acaba por ser inferior e se diluir, chegando residualmente aos cidadãos, não deveria antes reduzir as cargas fiscais, deixando mais rendimento disponível para estes escolherem livremente a sua opção de serviço e simultaneamente deixando para o mercado (devidamente regulado e fiscalizado pelo Estado como deve ser sua função e obrigação) a livre fixação do preço.

Para as actividades que a Administração Pública tenha necessidade ou deva manter a sua gestão, devem ser definidas metas claras, considerando padrões de desempenho adequados, estabelecidos valores mínimos e desenvolvido um adequado conjunto de indicadores que permitam de forma fácil mas eficaz, a monitorização e a avaliação interna e externa (por entidades e pelos cidadãos), servindo também como ferramenta de gestão.

Na expectativa da melhoria do serviço para o cidadão, a Administração tem vindo cada vez mais, a adoptar mecanismos de mercado e ferramentas de gestão privada, na promoção de competição entre fornecedores de bens e serviços públicos e mesmo entre os seus serviços.

Ao nível da Administração Local, a realidade mais visível no passado recente, verifica-se através do crescimento do sector empresarial local (empresas municipais ou inter-municipais). A presença dos Municípios neste sector obriga a procedimentos contabilísticos próprios, designadamente à consolidação e à revisão legal das contas.

À semelhança do que sucede em Portugal, também em Espanha, a diversificação da estrutura da receita municipal é apontada como um factor que dificulta e encarece o processo de liquidação e cobrança, destacando-se o peso dos impostos sobre o património imobiliário, do imposto sobre as actividades económicas e das taxas.

A necessidade de inverter uma tendência generalizada de afastamento por parte dos cidadãos do exercício da sua actividade, dos seus direitos, mas também das suas responsabilidades políticas perante o sistema democrático vigente é hoje o principal desafio que é colocado à Administração.

Para tal revela-se fundamental a aplicação dos princípios preconizados pela Teoria da Escolha Pública, ainda assim, outros desafios se colocam e têm de ser simultaneamente equacionados, designadamente quando, no contexto actual de globalização económica, social, política e financeira, uma parte substancial de poderes nacionais são absorvidos, (ou pelo menos estão condicionados) por organismos à escala supranacional em resultado de acordos de adesão de Portugal, facto este que acaba por limitar a capacidade de acção nacional, seja ela pró-activa ou reactiva.

Também estas dificuldades/desafios deverão contribuir para suscitar o debate se não deverá o Estado deixar o cidadão escolher mais livremente a sua opção de serviço e simultaneamente deixando para o mercado (devidamente regulado e fiscalizado pelo Estado) a livre fixação do preço, garantindo um aumento equivalente no rendimento disponível.

No que respeita ao enquadramento da região, verifica-se que o Município de Monchique é aquele que verifica maior redução populacional entre 2001 e 2007, seguindo-se-lhe Alcoutim e Castro Marim. Alcoutim era em 2007 o Município com menor densidade populacional (apenas 5,5 habitantes/Km²), enquanto Olhão, com 334,8 habitantes/Km², superava largamente a média regional de 85,3 habitantes/Km².

O Município de Loulé é o que ocupa maior área, sendo também o que observa maior número de freguesias e onde reside mais população em todo o Algarve.

A heterogeneidade é uma característica presente entre os diversos Municípios do Algarve. Tal acontece desde logo ao nível da dimensão de cada um, mas também devido ao enquadramento geográfico e à capacidade de utilização do solo e demais recursos naturais, que é claramente distinta. Assim, não é de estranhar que numa região relativamente pequena, ocorram situações tão díspares, quer no que respeita à demografia regional, quer às necessidades dos cidadãos e das entidades locais, bem como à respectiva capacidade fiscal e às opções de execução orçamental adoptadas.

O PIB regional é essencialmente dominado pelo sector do comércio, seguindo-se o alojamento, restauração e a construção que também tem um peso significativo.

A tendência de crescimento, verificada ao nível das receitas próprias da generalidade dos Municípios analisados, depende essencialmente do crescimento das receitas associadas ao património imobiliário (às transacções e à propriedade), o que para muitos Municípios poderá revelar-se numa dependência extremamente penalizadora. Este fenómeno é particularmente notório na maior parte dos Municípios, mas de forma mais determinante nos que se localizam na faixa costeira a sul e que apresentam maior actividade turística.

O aumento destas receitas fez crescer o nível de independência financeira na generalidade dos Municípios do Algarve. Em 2007, treze dos dezasseis Municípios apresentavam mais de 50% de receitas próprias, destacando-se os Municípios de Albufeira, Lagoa, Lagos, Loulé e Portimão que apresentaram uma independência igual ou superior a 80%.

Já os Municípios de Alcoutim, Monchique e Aljezur apresentam uma independência financeira claramente reduzida (Alcoutim, Monchique apresentam valores inferiores a 20%). Este facto revela a falta de capacidade fiscal destes Municípios, logo, a maior necessidade de acesso ao Fundo de Coesão Municipal, mas também maior rigor e selectividade no que respeita aos investimentos, por forma a privilegiar aqueles que sejam objecto de co-financiamento comunitário, uma vez que (derivado da falta de capacidade fiscal), são também estes os Municípios que apresentam maior dependência das receitas provenientes das transferências de fundos da UE.

À excepção de Alcoutim, Faro e Monchique, os restantes Municípios do Algarve verificaram um acréscimo da sua independência financeira em 2007 face a 2003.

Destaca-se ainda o facto dos Municípios de Albufeira, Lagoa, Loulé e Portimão, aos quais em 2007, bastavam as receitas associadas ao património imobiliário para assegurarem a sua independência financeira (mais de 50% da receita total), revelando a extrema dependência que estes Municípios revelam face a este sector/actividade.

A elevada dependência de um único sector/actividade económica pode ser preocupante também na perspectiva do planeamento e ordenamento territorial, uma vez que potencia o progresso de um sector, formando desequilíbrios socioeconómicos e naturais no território e a médio prazo poderá conduzir não só para o esgotamento do modelo de desenvolvimento, acarretando custos, por vezes incalculáveis e alguns danos irreversíveis, mas também a situações orçamentais para os órgãos de governo, designadamente ao nível local, devendo assim promover-se um modelo que privilegie a diversificação económica.

Destaca-se também a dependência próxima dos 20% que os Municípios de Alcoutim, Aljezur, Monchique e Vila Real de Santo António apresentam face às receitas provenientes das transferências da UE.

O nível de endividamento nacional a médio e longo prazo, no período analisado, subiu a um ritmo bastante elevado até 2004, ano em que iniciou uma nova tendência em sentido inverso, a qual terá sido influenciada pelas medidas restritivas que sucessivamente vêm sendo dirigidas nesse sentido.

A nível regional, a tendência de crescimento ligeiro, mantêm-se no conjunto dos Municípios do Algarve (sendo de registar apenas uma certa estabilização entre 2005 e 2006), ainda que o comportamento seja diversificado em cada Município.

Na relação entre o endividamento e a receita proveniente das transferências da UE e entre esta e as despesas de capital realizadas pelo conjunto dos Municípios do Algarve, confirma-se a existência de uma forte correlação negativa, o que indica um comportamento em sentido inverso entre as variáveis.

Esta análise poderá indiciar algum desfasamento temporal que sempre existe entre a execução da despesa por parte do Município (eventual necessidade de recorrer a uma fonte alternativa de receita, caso não tenha receita própria) e o posterior reembolso das transferências da UE (execução da receita). Salienta-se ainda que, devido à série analisada ser relativamente pequena (apenas 5 anos) e ao facto de entretanto se terem alterado as regras no que respeita ao enquadramento regional do Algarve para efeitos da distribuição dos fundos da UE, poderão suceder no futuro alterações a esta relação.

Os testes realizados para cada Município demonstraram correlações distintas, quer no sentido, quer no nível da correlação, significando assim a diversidade verificada quer na capacidade de endividamento, quer na capacidade/oportunidade de utilizar essa fonte de financiamento para potenciar o recurso à fonte de financiamento comunitário.

O actual enquadramento regional do Algarve como região em Phasing-out, para efeitos de atribuição de fundos da UE, reduz claramente o incentivo ao investimento de todos os promotores, sendo de destacar a Administração Local que representa uma grande parte do investimento público, esperando-se assim que, a par das imposições legais, este enquadramento acabe por contribuir para uma redução no investimento e assim resulte também numa contenção no endividamento.

Relativamente ao peso do endividamento a médio e longo prazo no total da receita, a generalidade dos Municípios apresenta uma redução do recurso a esta fonte de receita em 2007 face a 2003, tendo apenas os Municípios de Castro Marim e Olhão aumentado as necessidades de financiamento através desta fonte em 2007, ainda assim, no conjunto do Algarve verifica-se uma redução na ordem dos 3,7%.

Esta inversão na tendência do crescimento anual da receita proveniente do endividamento deriva essencialmente das medidas legais, introduzidas pelas diversas Leis do Orçamento de Estado e reafirmadas na actual Lei das Finanças Locais.

Quando avaliado o valor acumulado do endividamento a médio e longo prazo, verifica-se que o período entre 1995 e 2005 foi aquele em que no conjunto dos Municípios do Algarve, se assistiu ao forte crescimento. Seguiu-se alguma estabilização, ainda que o comportamento em cada Município seja variável, destacando-se Faro como sendo aquele que verifica o endividamento municipal de médio e longo claramente mais elevado. Por parte dos Municípios iniciou nos últimos anos uma tendência de redução do seu endividamento, apesar do acréscimo ocorrido noutros.

A capacidade de endividamento foi analisada quer na perspectiva legal quer na perspectiva económica, tendo mais uma vez ficado demonstrada a heterogeneidade entre os diversos Municípios.

Para além da capacidade económica ser claramente superior à capacidade legal para cada um dos Municípios e de uns apresentarem uma maior capacidade e maior amplitude entre ambas do que outros, destaca-se o facto do Município de Monchique apresentar uma capacidade legal de endividamento negativa para 2008, o que obriga a uma redução em pelo menos 10% ao ano, conforme previsto na Lei.

Por outro lado a redução das taxas de comparticipação comunitária para os fundos regionalizados, terá também contribuído para algum desincentivo ao investimento e por inerência ao recurso ao endividamento, o que de futuro poderá alterar a correlação entre as variáveis.

Na análise à correlação entre o endividamento e as transferências da UE para cada Município, constata-se que para a maior parte dos Municípios a correlação é negativa ou nula, ainda que

predominantemente fraca ou moderada. Ainda assim, dos seis Municípios que apresentaram uma correlação positiva, quatro deles demonstraram que essa correlação era forte. No conjunto dos dezasseis, dez apresentam uma correlação do tipo forte ou moderada.

A correlação entre as despesas de capital e as transferências da UE para cada Município, revelou um maior número de Municípios entre os que apresentam uma correlação negativa (8) e aqueles que verificam uma correlação positiva (7). Destaca-se a existência de um Município (Aljezur) com uma relação perfeita positiva, o que indicia a optimização por parte deste Município na aplicação das suas despesas de capital, com a sua possibilidade de co-financiamento comunitário. Destaca-se também a existência de dois outros Municípios com uma correlação forte positiva e ainda um (Vila Real de Santo António) onde não existe correlação.

A análise ao conjunto dos indicadores que foi realizada revelou que cada um dos diversos Municípios, demonstra a heterogeneidade da realidade municipal no Algarve, quer no que respeita aos anos de melhor e pior desempenho, quer no que respeita ao desempenho global para o período analisado.

Esta realidade deriva, em algumas circunstâncias, de factores intrínsecos ao próprio território, mas por vezes, foram as opções da gestão municipal que determinaram tal desempenho.

Uma vez que para cada Município foi efectuada uma matriz de análise dos principais indicadores, de seguida passamos a sintetizar a informação relativa ao conjunto dos Municípios do Algarve, ainda que, pontualmente, possam ser efectuadas referências a um ou outro Município que se destaque no conjunto.

Assim, no conjunto dos municípios salienta-se o acréscimo significativo da receita total e da despesa total.

Na respectiva desagregação verifica-se que o crescimento da despesa foi essencialmente suportado pelas despesas correntes e que de entre estas, as aquisições de bens e serviços e as despesas com pessoal foram as que mais contribuíram. Já no que respeita às receitas, estas foram maioritariamente de natureza corrente, tendo mantido uma trajectória de crescimento, ao invés do que sucedeu com as receitas de capital.

Os impostos directos, as transferências (correntes e de capital) e a venda de bens e serviços correntes, foram neste período, as três principais componentes da receita para o conjunto dos Municípios do Algarve. Destaca-se a extrema dependência do factor imobiliário, uma vez que no conjunto dos Municípios do Algarve, em 2007 estas receitas (IMI e IMT) já representarem mais de metade da receita corrente e praticamente metade da receita total.

No que respeita à distribuição das transferências do OE, destaca-se o FGM como sendo aquele que representa maior volume de receita municipal, o que de resto também seria de esperar, dados os fundamentos para a existência do mesmo: dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento.

Com a aprovação da nova LFL, o Fundo de Base Municipal foi integrado no FGM, enquanto o Fundo Social Municipal demonstra a dimensão das competências transferidas da Administração Central para os Municípios. Salienta-se ainda a redução do Fundo de Coesão Municipal e o crescimento da Cooperação Técnica e Financeira neste período.

Verifica-se que os Municípios do Algarve, no seu conjunto, vêm recorrendo menos ao endividamento quando pretendem efectuar despesa objecto de co-financiamento através dos fundos da UE e ainda que a sua independência financeira tem vindo a crescer.

No que respeita à situação patrimonial³⁴² do conjunto dos Municípios do Algarve, destacamos a capacidade de solvência, uma vez que o activo suporta quase cinco vezes o valor do passivo, já os fundos próprios representam cerca de três vezes o valor do passivo, dando assim indicação da capacidade económica de endividamento³⁴³.

Apenas cerca de 1/3 do passivo total está suportado por Fundos próprios e a autonomia financeira registava em 2007 o nível mais baixo do período, ainda que ligeiramente superior a 60% após ter observado um acréscimo em 2005, pelo que se pode considerar que no seu conjunto os Municípios do Algarve possuem boa autonomia financeira.

Quanto aos rácios de liquidez, a sua tendência tem sido de crescimento, ainda assim, a liquidez imediata em 2007 era inferior a 24%, enquanto a liquidez geral se situava em cerca de 57%. Considerando que a liquidez geral deveria resultar num valor igual ou ligeiramente superior a 100%, por forma a salvaguardar eventuais problemas de tesouraria, deve ser ponderada qual a exigência do passivo circulante e qual o prazo para a realização do activo circulante, por forma a avaliar se o nível da liquidez imediata é ou não o indicado e assim precaver eventuais problemas de tesouraria, ainda que este exercício deva ser efectuado para cada Município dado existirem realidades completamente distintas.

³⁴² Autonomia Financeira = Fundos Próprios / Activo Total

³⁴³ Todos estes indicadores, referentes ao conjunto dos Municípios do Algarve, são neste contexto meramente indicativos pois permitem apenas ter uma visão global para o conjunto dos Municípios, pelo que deve ser considerada também a situação particular de cada Município, tanto mas que a realidade analisada demonstrou bastante heterogeneidade.

No que respeita aos exercícios práticos, designadamente ao exercício efectuado com o objectivo de encontrar qual o melhor e o pior ano, no que respeita ao desempenho da respectiva gestão municipal, verificou-se que 2005 e 2007, com quatro observações cada, foram os anos que mais Municípios registaram melhor desempenho, sendo 2003 aquele em que se verificaram mais registos (sete) de pior desempenho.

No outro exercício prático, verificou-se que relativamente ao início do período em análise, Castro Marim desceu quatro posições e cedeu o 1º lugar para o Município de Vila do Bispo.

Dos sete Municípios que desceram de posição neste período, destacam-se dois, S. Brás de Alportel por ter baixado sete posições (de 3º para 10º) e Faro, que desceu 5 posições tal como Alcoutim, mas que para além de ser a capital do Distrito, de ter uma capacidade fiscal claramente superior à de Alcoutim, passou a ocupar a 16ª e última posição que em 2003 era ocupada pelo Município de Tavira, o qual passou a ocupar a 9ª posição em 2007.

Pela positiva destaca-se então o primeiro lugar que Vila do Bispo passou a ocupar e ainda a forte recuperação dos Municípios de Monchique, Tavira, Loulé e Albufeira.

O Município de Vila Real de Santo António manteve-se na 4ª posição.

XI CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise aos dados relativos a cada um dos diversos Municípios do Algarve, bem como ao seu conjunto e tendo em consideração o estudo teórico efectuado, é possível extrair algumas conclusões e efectuar algumas considerações.

Assim, é possível desde logo concluir que a diversidade demonstrada, de natureza socioeconómica que caracteriza e distingue os diversos Municípios do Algarve, influencia decisivamente a respectiva estrutura de receitas municipais, condicionando por isso toda a acção governativa local, derivado à maior ou menor capacidade geradora de receitas próprias.

Na parte final do ponto “I.II. *Objectivos*”, foram apresentadas as seguintes questões às quais se propõe agora responder de forma mais directa, uma vez que a síntese à sua análise foi incluída no ponto anterior:

- Existe ou não relação entre o endividamento municipal a médio e longo prazo e as receitas provenientes dos fundos da UE?
- Qual a importância das receitas provenientes dos fundos da UE nos orçamentos municipais?
- Os Municípios analisados demonstram ou não possuir independência financeira?
- Qual a tendência demonstrada pela independência financeira municipal?
- Qual a capacidade de endividamento de cada Município?
- Qual a avaliação global do desempenho municipal de cada Município nos últimos anos?

Respostas:

Assim, no que respeita à existência ou não de relação entre o endividamento municipal a médio e longo prazo e as receitas provenientes dos fundos da UE, como podemos analisar, para o conjunto dos Municípios do Algarve, existe uma forte correlação negativa. A análise individual demonstrou que a maioria (10) dos dezasseis Municípios, revelaram uma correlação forte e moderada (seis de em sentido positivo e quatro em sentido negativo), sendo essa correlação fraca para os restantes.

Quanto à importância das receitas provenientes dos fundos da UE nos orçamentos municipais, a diversidade da capacidade fiscal é neste caso uma clara evidência, verifica-se a existência de Municípios para os quais essa fonte de receita tem um peso quase nulo, ao invés de outros, que dependem quase em 20% do total da sua receita, destas transferências. É o caso dos Municípios de Alcoutim, Aljezur, Monchique e Vila Real de Santo António, sendo mais relevante no caso dos três primeiros por demonstrarem uma independência financeira inferior a 50%.

Dos dezasseis Municípios do Algarve e analisada a respectiva independência financeira, em 2007, treze revelaram ser independentes financeiramente (ter uma relação de mais de 50% de receitas próprias na receita total) e cinco deles (Albufeira, Lagoa, Lagos, Loulé e Portimão) superaram mesmo os 80%. Mais preocupante era a situação dos Municípios de Alcoutim, Aljezur e Monchique que pelo contrário revelaram a sua dependência financeira, particularmente assistindo-se a um agravamento da situação nos Municípios de Alcoutim e Monchique com uma independência em 2007 de apenas 13,2% e 17,0% respectivamente.

A propósito da tendência demonstrada pela independência financeira municipal, ficou comprovado que entre 2003 e 2007, apenas os Municípios de Monchique, Faro e Alcoutim verificaram uma perda de independência financeira, enquanto Vila do Bispo e Portimão, foram de entre os restantes, os que verificaram maior crescimento. Salienta-se que tal evolução parece estar muito relacionada com a evolução das receitas associadas à tributação do sector/actividade imobiliária, pelo que a actual crise que afecta em particular esse sector, poderá afectar de forma severa as contas dos Municípios mais dependentes desta receita (principalmente na componente relativa ao IMT), afectando também a respectiva independência financeira municipal e a respectiva capacidade de execução orçamental, principalmente na componente da despesa corrente que foi a que mais contribuiu para o aumento da despesa nos últimos anos.

Considera-se confirmada a tendência para o aumento da independência financeira do total dos Municípios o Algarve, uma vez que dos cálculos efectuados resultou um aumento de 66% para 73,8% neste indicador entre 2003 e 2007. Ainda assim, salienta-se que, tal como foi referido, apesar do aumento generalizado do nível da independência financeira, três Municípios não acompanharam esta tendência.

No que respeita à capacidade de endividamento de cada Município, esta foi analisada na perspectiva económica e legal, verificando-se em qualquer das análises, uma enorme disparidade entre os diversos Municípios. Considerando que a análise na perspectiva económica é meramente teórica/técnica, sendo mais relevante para este estudo a análise de acordo com o enquadramento legal, foi analisada a capacidade legal de endividamento para 2008. Esta análise, confirma mais uma vez a enorme diversidade entre os diversos Municípios, verificando-se a existência de Municípios com mais de 100 milhões de euros de capacidade de endividamento (Loulé e Portimão), até Monchique que registava uma capacidade negativa, devendo por isso proceder à redução do endividamento em pelo menos 10% ao ano.

Os exercícios efectuados para fazer a avaliação global do desempenho municipal de cada Município nos últimos anos permitem-nos concluir que os anos de 2005 e 2007 foram os melhores anos para o desempenho municipal no conjunto dos Municípios do Algarve, enquanto 2003 se destacou com mais Municípios a registarem o pior desempenho.

Na análise comparativa do desempenho entre os diversos Municípios, verificou-se que de 2003 para 2007 o Município de Faro caiu cinco posições, ocupando agora o último lugar, por troca com o Município de Tavira que entretanto subiu para 9º lugar. Além de Tavira, também os Municípios de Vila do Bispo, Portimão, Monchique, Loulé, Lagos, Lagoa e Albufeira melhoraram o seu desempenho relativo. Por outro lado, para além de Faro, também Silves, S. Brás de Alportel, Olhão, Castro Marim, Aljezur e Alcoutim, verificaram um agravamento na avaliação global do seu desempenho relativo em 2007 face a 2003, enquanto Vila Real de Santo António, manteve em 2007 os treze pontos que registava em 2003 e que correspondem à 4ª posição e Vila do Bispo conquistou o 1º lugar a Castro Marim.

No exercício de análise, que analisa o desempenho médio no período entre 2003 e 2007, constata-se que são os Municípios de Vila do Bispo e Castro Marim os que ocupam as 1ª e 2ª melhores posições respectivamente, sendo os último e penúltimo lugares ocupados pelos Municípios de Faro e Silves. Perante esta situação destaca-se o agravamento do desempenho do Município de Faro e a ocupação do primeiro lugar pelo Município de Vila do Bispo.

Na média para o período entre 2003 e 2007, o primeiro lugar ocupado pelo Município de Vila do Bispo justifica-se essencialmente pelo seu melhor desempenho nos indicadores que demonstram o seu baixo valor de passivo por habitante, menor recurso ao endividamento a médio e longo prazo enquanto instrumento de alavanca ao financiamento de despesa co-financiada por fundos da UE, por apresentar o melhor rácio de capacidade económica de endividamento e ainda por apresentar o melhor rácio de solvência.

Já o último lugar ocupado pelo Município de Faro deve-se, entre outros factores, ao pior desempenho verificado nos indicadores que demonstram que este foi o Município que registou o mais baixo valor da despesa de Capital por habitante, por ter sido aquele que mais contribuiu para o endividamento a médio e longo prazo contrariando o esforço geral de contenção e em parte dos casos mesmo de redução, por ser o que apresenta um menor valor de activo por cada residente e ainda por ser o que apresenta uma menor capacidade de solvência.

Outras conclusões e considerações:

A heterogeneidade territorial e sócio-económica é a principal característica regional, a qual está também bem presente na capacidade distinta que as entidades públicas locais dispõem para obter recursos, a fim de gerir os interesses da respectiva colectividade. Este é um dos factores que ajuda a compreender tão grande disparidade no comportamento de alguns indicadores de gestão entre os diversos Municípios.

A correlação verificada entre a variável “Valor das transferências de fundos da UE.” e a variável “Endividamento municipal de médio e longo prazo”, poderá traduzir algum desfasamento

temporal, que normalmente existe, entre a execução da despesa por parte do Município (e a eventual necessidade de recorrer a uma fonte alternativa de receita, caso não tenha recursos próprios) e o posterior reembolso das transferências da UE (execução da receita comunitária).

Antevê-se como previsível uma alteração futura na correlação entre estas variáveis, quer pelo facto da série analisada ser relativamente pequena (apenas 5 anos), quer pelo controlo cada vez maior do endividamento municipal e pelo facto de entretanto se terem alterado as regras no que respeita ao enquadramento regional do Algarve para efeitos da distribuição dos fundos da UE, o que, como se explicou, condicionou mais o acesso dos entes públicos aos fundos comunitários e ainda reduziu as taxas de comparticipação, desincentivando assim o investimento.

O endividamento para o conjunto dos Municípios do Algarve, após ter registado algum acréscimo entre 2003 e 2004, tem-se mantido entretanto estável, representando em 2007 cerca de 5% do total nacional, ainda assim, o seu crescimento relativo entre 2003 e 2007 na região foi superior ao observado a nível nacional.

No que respeita à execução global da receita e da despesa, quer as receitas totais quer as despesas totais têm vindo a aumentar na soma dos dezasseis Municípios do Algarve, assistindo-se apenas a alguma contenção entre 2005 e 2006, recuperada em 2007, ainda assim, a despesa foi sempre inferior à receita. As receitas correntes seguem uma tendência ascendente, suportada nos impostos directos e principalmente nos que tributam o património imobiliário ou as suas transacções.

As receitas de capital observam um ligeiro decréscimo, motivado essencialmente pela redução das transferências de capital, ainda assim, minimizado por vezes, com um acréscimo registado na venda de bens de investimento.

Na execução da despesa, a aquisição de Bens e serviços e as despesas com pessoal constituem os principais componentes da despesa corrente, a qual mantém um crescimento em linha recta ascendente para a maioria dos dezasseis Municípios do Algarve.

Nas despesas de capital, a aquisição de bens de capital é a principal componente responsável pela execução, sendo de salientar a insuficiência das receitas de capital para fazer face às despesas desta natureza. Assim, conclui-se pela necessidade de reajustar a afectação da receita de acordo com as reais necessidades, bem como de controlar a progressão das despesas correntes e de aumentar o peso das despesas de capital.

Alerta-se para o facto da região nos últimos anos ter sido objecto de inúmeros investimentos públicos, alguns apoiados por fundos da UE, mas que a médio prazo necessitarão de intervenções, algumas mais profundas do que outras, devendo para tal as entidades

atempadamente encontrar instrumentos adequados de financiamento, mais indispensável ainda, agora que a região se enquadra na designada fase “Fasing-out estatístico” para a distribuição dos fundos da UE.

Os Municípios com mais população residente (considerados maiores, ainda que todos estejam enquadrados como sendo de dimensão média a nível nacional), em geral têm por limite uma zona costeira e a ela está associado o crescimento das suas receitas próprias, muito dependentes dos impostos associados ao património imobiliário.

Este facto pode ter sido fortemente vantajoso para alguns Municípios mas não se revelou igualmente tão vantajoso para todos. De qualquer forma considera-se que esta origem, enquanto fonte principal de receitas próprias deve ser repensada, por diversas razões. Por um lado a extrema dependência de uma só “área de negócio”, ainda mais, associada a um bem tão duradouro como é o património imobiliário pode conduzir, a médio prazo, a situações de “esgotamento” da própria fonte de receita. Pode também conduzir a distorções ao nível do ordenamento do território, na medida em que a competitividade territorial por vezes origina maior dinâmica socioeconómica nuns Municípios do que noutros. De resto tal como ficou demonstrado, afectando também a utilização dos recursos disponíveis no meio. Por outro lado, também, esta é uma fonte de receita fortemente susceptível a grandes variações o que gera bastante incerteza na execução orçamental dos Municípios, impedindo-os de assumir compromissos plurianuais com expressão relevante no orçamento.

Perante um cenário de alguma e por vezes elevada degradação patrimonial, principalmente nos centros históricos das zonas urbanas, que é reconhecido publicamente, quer pelas entidades públicas (de âmbito nacional ou local) quer pelos proprietários ou outras entidades da sociedade civil e para o qual todos evocam uma solução, uma intervenção, mas simultaneamente todos apontam a falta de recursos como argumento para a manutenção da situação, considera-se que deveria ser implementada a criação de um fundo de gestão municipal, cuja receita proviesse da tributação ao património imobiliário, e cujo fim se destinasse a dotar os Municípios de capacidade para intervir na reabilitação patrimonial sempre que os proprietários não o fizessem, sem prejuízo do direito de retorno.

Mais uma vez não se defende o aumento da carga fiscal, mas antes uma afectação diferente da fiscalidade sobre o património, a favor de um instrumento para a sua beneficiação/valorização. Desta forma promover-se-ia também um maior equilíbrio entre a natureza corrente e capital da receita e da despesa.

Este fundo poderia também servir como uma importante reserva de meios para as futuras intervenções, que se espera serão necessárias realizar nos inúmeros investimentos públicos efectuados nos últimos anos, alguns dos quais apoiados por fundos da UE.

Considera-se também que, a continuar o ímpeto da descentralização de competências nos termos em que vem sendo implementada, com a qual na generalidade se concorda, deve ser ponderada a necessidade de a prazo poder ser revista a Lei de Financiamento das Autarquias Locais, por forma a promover a justa repartição dos recursos públicos, a garantir a independência financeira dos Municípios e os princípios do equilíbrio vertical e horizontal.

Assim, considera-se que nesse contexto deve ser ponderada a possibilidade de dar maior peso à componente do IVA nas receitas para as Autarquias Locais, como forma de promover a dinamização socioeconómica também junto das entidades da administração local, responsáveis por diversas acções essenciais à actividade socioeconómica, sendo essencial paralelamente uma reforma fiscal no sentido de tornar mais simples e claro o processo de liquidação e cobrança, quer para o contribuinte quer para a administração. Sugere-se a repartição do IVA em duas componentes (IVA-Nacional + IVA-Local) devendo o IVA-Local constituir receita do Município onde é efectuada a transacção, sugerindo-se o mesmo princípio para o IRC e a manutenção ou mesmo o reforço do peso da componente local do IRS.

Um peso superior da componente local do IVA, para além de promover junto dos Municípios um estímulo ao fomento da actividade económica, garante maior estabilidade orçamental, na medida em que, ao incidir sobre as transacções de todos os bens e serviços (excepto os isentos), diluía o risco de maior variabilidade que está associado à concentração da tributação numa actividade ou sector económico, como acontece com a tributação ao património imobiliário.

É certo que estas medidas obrigariam certamente a inúmeras alterações no processo de liquidação e cobrança, contudo trariam por certo, maior justiça fiscal, uma vez que actualmente uma parte significativa da actividade económica desenvolvida nos pequenos e médios Municípios, é efectuada por empresas que declaram a actividade fora do respectivo Município, favorecendo os Municípios dos grandes centros regionais ou nacionais. Assim se contribui para o acréscimo da receita fiscal destes centros se retira recursos ao Município onde foi efectivamente realizada a actividade.

Os mecanismos de alguma flexibilidade e competitividade fiscal devem assim permanecer e ser incentivados, na medida em que promoverão maior eficácia e eficiência na gestão local, promoverão a aproximação entre os órgãos da Administração e os administrados e assim a uma maior auto regulação, ainda que não seja dispensável a regulação e a tutela.

Considera-se que a repartição destes impostos nestas componentes, desde que permitindo alguma margem de variação, tal como acontece já com o IRS local, promoveria a competitividade local e assim serviria de instrumento de atracção para fixação de empresas e cidadãos.

Ainda assim e por forma a garantir o referido princípio do equilíbrio horizontal e prevenir uma eventual “utilização abusiva” deste instrumento de competitividade, considera-se que os Municípios que viessem a aplicar no seu território taxas inferiores à taxa máxima (visando ser mais competitivos) e que não fossem beneficiários do FCM, deveria ser-lhes deduzido nas transferências do FGM, X% da receita que abdicaram, revertendo essa verba a favor do FCM. Desta forma, apenas os Municípios beneficiários líquidos do FCM teriam um estímulo reforçado para adoptar estes instrumentos de competitividade, enquanto os restantes seriam mais penalizados caso optassem pela sua adopção.

Considera-se que a tributação o IMV deve ser repensada, uma vez que tem um peso pouco relevante no total das receitas e poderá ser encontrada uma forma alternativa de tributação mais flexível. O mesmo poderá suceder com outras tributações das quais resulte um baixo tributo e um complexo e dispendioso processo tributário.

Considera-se que aplicação do princípio da subsidiariedade deve prosseguir, ainda assim devem ser ponderados alguns factores, designadamente:

- Deve ser efectuada uma adequada e rigorosa avaliação, para cada tipo de provisão, qual a opção mais aconselhável (pública ou privada). Nos casos em que a provisão pública deva ser recomendada, deverá ser avaliado qual o nível da administração que melhor poderá desempenhar tal função, por forma aumentar o ganho marginal e reduzir o custo marginal, considerando para tal os potenciais ganhos ou perdas de escala e eventuais externalidades.
- Na medida do possível deve ser dada a possibilidade para os indivíduos e o mercado, sob a regulação do Estado, actuarem e optarem livremente, pelo que deve privilegiar-se a provisão privada, reduzindo assim os encargos públicos e assim a carga fiscal. Sempre que tal não seja possível deve ser privilegiada a adopção de instrumentos que prossigam o princípio do utilizador pagador, enquanto instrumento de sustentabilidade e de regulação da procura, ainda que tal possa, em certas circunstâncias, necessitar de ser ajustado face às características que envolvem a provisão.
- Deve promover-se o reforço dos mecanismos que incentivem a competitividade local (conforme o exemplo acima apresentado), mas que simultaneamente estimulem mais esta competitividade junto dos Municípios mais carenciados “desincentivando” os que já atingiram um elevado nível competitivo, por forma a promover maior equilíbrio territorial.
- Considera-se que para algumas provisões, cujas características aconselham claramente uma provisão pública, ainda que tal não deva ser necessariamente assegurada ao nível

da Administração Central, deverá ser considerada a possibilidade, de forma mais ampla e clara,³⁴⁴ desta ser assegurada por um órgão à escala regional, portanto intermédio (supra-municipal e infra-estadual), uma vez que tal permitiria uma gestão mais equilibrada de infra-estruturas, equipamentos ou fornecimento de bens e prestação de serviços, a uma escala intermédia, reduzindo desta forma a probabilidade de deslocação de factores de desenvolvimento, motivados pela maior ou menor capacidade de cada Município.

- Deve ainda considerar-se que a provisão pública, sempre que aconselhável e desde que ultrapasse os limites geográficos do Município ou se integre num meio onde, devido à capacidade orçamental distinta de cada Município, ou simplesmente por mera opção política, se verifiquem diferentes níveis de provisão, será à partida, recomendável uma provisão supra-municipal, ainda que infra-estadual, por se considerar que poderá ser este o nível que melhor uniformiza a provisão à escala intermédia, contribuindo para o princípio da equidade horizontal e eventualmente conseguindo o melhor equilíbrio na relação custo marginal/ganho marginal.
- Dada a necessidade de flexibilizar e agilizar as estruturas de governo local, mas simultaneamente aumentar os níveis de rigor na utilização dos recursos públicos, deve ser considerada a possibilidade/necessidade de serem criados, nestas estruturas, departamentos de assessoria à administração, responsáveis pela monitorização e controlo interno da gestão, por forma a reportar informação actualizada, quer para os órgãos de gestão quer para o exterior, mas também para apresentar sugestões de melhoria em tempo útil.

Perante o exposto e considerando praticamente improvável, pelo menos no contexto político e constitucional de democracia vigente, que num futuro próximo possamos assistir a uma forte recentralização ao nível nacional da actuação do Estado, entende-se que devem ser equacionadas e debatidas algumas matérias, designadamente:

- Estando a Administração Central a prosseguir o princípio da subsidiariedade ao transferir grande parte das suas competências para a Administração Local ou mesmo para outras entidades da sociedade civil, deverá questionar-se qual o papel a que se deve reservar o Estado (entenda-se neste contexto, à Administração Central), particularmente ao conjunto de entidades às quais lhes foram usurpadas competências;
- Nesse sentido, não deverá o Estado empenhar-se mais no seu papel de regulador e tutelar (mas menos burocratizado), coordenando as estratégias globais de actuação, definindo metas, padrões mínimos de serviço, de custo máximo ou de desempenho médio

³⁴⁴ Uma vez que algumas são asseguradas pelas Grandes Áreas Metropolitanas ou por Institutos Públicos e Empresas Públicas que actuam à escala nacional.

aconselhável, desenvolvendo mecanismos de retorno de informação, que permitam uma avaliação permanente e adequada por forma a servirem não apenas para o controlo externo, mas antes como instrumento de auto-controlo, de apoio à gestão das respectivas entidades;

- Considerando a referida usurpação de competências do Estado, quer pelo movimento de descentralização para estruturas de governo infra-estadual, quer pela recentralização derivada da integração em estruturas de nível supra-estadual, principalmente fruto da integração europeia e na designada “Zona Euro”, o Estado viu limitados os seus instrumentos de acção, e simultaneamente vê-se obrigado a agir mais rapidamente. Assim, questiona-se se não será útil para a generalidade dos organismos públicos rever/desburocratizar os seus processos de trabalho, por forma a ser mais célere, menos dispendioso, logo mais eficiente.

A descentralização efectuada com recurso ao sector empresarial, particularmente através das designadas parcerias público-privadas tem suscitado inúmeras críticas e muitas dúvidas de entidades como o Tribunal de Contas, particularmente quanto à sua sustentabilidade económico-financeira. A propósito entende-se que deve ser avaliado com rigor, para cada caso concreto o nível de provisão adequado às necessidades e os respectivos custos efectivos (actuais e futuros), uma vez que esta opção poderá acarretar mais encargos públicos do que a opção por uma provisão pública.

Perante o crescimento das actividades desenvolvidas pelo sector empresarial local, pode também questionar-se se parte das competências transferidas da Administração Central para a Administração Local, a prazo não tenderão/poderão mesmo vir a ser providenciadas pelo sector privado, colocando-se também então a questão da necessidade de, perante tal cenário, reavaliar o papel da Administração Local, provavelmente, nessa altura, também ela deveria centrar-se mais na função reguladora e administrativa e menos providenciadora.

Pressupondo que o indivíduo, na generalidade, é capaz de gerir melhor os seus próprios recursos do que o Estado em seu nome ou em seu benefício, deve questionar-se se a acompanhar uma redução do intervencionismo estatal na economia, fruto de alterações na opção pela provisão privada em detrimento da provisão pública, não deverá o Estado disponibilizar mais recursos aos cidadãos, quer pela diminuição da carga fiscal, quer pela redistribuição, através da devolução de vales, condicionados à utilização na provisão de bens e serviços essenciais (constitucionalmente consagrados), às classes mais desfavorecidas, por forma a que os cidadãos sejam motivados a procurar maximizar o próprio bem-estar, mantendo o Estado alguma função redistributiva.

Notas finais:

Como pudemos constatar, a governação local no Algarve apresenta características bem distintas entre os diversos Municípios, particularmente no que respeita à capacidade fiscal, fruto de um enquadramento territorial distinto, o que motiva diferentes capacidades de atractividade socio-económica e consequentemente uma distinta capacidade de gestão.

O aumento generalizado da independência financeira municipal, que se verificou nos últimos anos, tal como o aumento da receita e da despesa em geral, resultou essencialmente do aumento dos impostos directos e em particular dos tributos sobre o património imobiliário e da diminuição das transferências do Orçamento Geral do Estado.

Já a contenção do endividamento a médio e longo prazo (em alguns Municípios), terá resultado essencialmente das medidas legislativas nesse sentido. A actual Lei das Finanças Locais veio reforçar o controlo ao endividamento, o que em alguns casos penalizou o acesso à receita proveniente das transferências da UE e que representa uma parcela importante nas contas de alguns Municípios.

A introdução de factores de promoção da competitividade local, na actual Lei das Finanças Locais, como a taxa variável até 5% de IRS local, aparenta ser um factor positivo que deve ser reforçado, ainda assim deve ser acompanhado de mecanismos que desincentivem a sua utilização pelos Municípios que apresentem níveis de desenvolvimento mais elevados. De qualquer forma, considera-se que essa competitividade deve ser alargada aos principais impostos, particularmente ao IVA mas também ao IRC, como forma de promoção da actividade económica ao nível local, maior estabilidade orçamental e sustentabilidade no modelo de desenvolvimento territorial.

Os dados disponíveis, relativamente à execução orçamental municipal, à data da recolha, limitaram o estudo apenas até ao ano de 2007. Assim, uma vez que apenas este ano se reporta ao período de vigência da actual Lei das Finanças Locais, não foi ainda possível, na parte prática deste estudo, demonstrar outros eventuais impactos reais da sua aplicação na governação local.

A Administração Central deve exercer cada vez mais o seu papel de protecção global da sociedade, de regulação, coordenação, tutela e acompanhamento da Administração Local, actuando com proporcionalidade e de forma progressiva na tributação e com equidade na redistribuição da riqueza.

As responsabilidades crescentes da Administração Local, resultado das novas competências que vai assumindo, bem como do crescimento do nível de exigência por parte da sociedade, associados à necessidade e controlar as contas públicas, dada a escassez de recursos, representam desafios presentes e futuros para a governação local, sendo essencial o envolvimento da comunidade, bem como uma enorme colaboração entre as diversas entidades, particularmente ao nível inter-municipal.

BIBLIOGRAFIA

Nº de Ordem	Referência Bibliográfica
Livros	
[1]	Alves, André Azevedo & Moreira, José Manuel. (2004). <i>O Que é a Escolha Pública? : Para uma análise económica da política</i> . Cascais: Principia.
[2]	Amaral, Diogo Freitas do & outros. (1992). <i>Código do Procedimento Administrativo Anotado</i> . Coimbra: Almedina.
[3]	Baleiras, Rui Nuno & Fernando da Cruz Gabriel. (1998). <i>Finanças Públicas Subnacionais na União Europeia</i> . Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
[4]	Baleiras, Rui Nuno. (2001). <i>Governança Subnacional: Legitimidade Económica e Descentralização da Despesa Pública</i> . Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
[5]	Barros, Henrique da Gama. <i>História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV</i> . Imprensa Nacional, 5 vols. Lisboa, (1885-1934).
[6]	Bilhim, João. (2004). <i>A Governação nas Autarquias Locais</i> . Sociedade Portuguesa de Inovação. Edição electrónica. Recolhido em 21-05-2009 de: http://www2.spi.pt/inovaut/docs/Manual_I.pdf
[7]	Bravo, Ana Bela Santos & Sá, Jorge A. Vasconcelos e. (2000). <i>Autarquias Locais: Descentralização e Melhor Gestão</i> . Lisboa/ S. Paulo: Editorial Verbo.
[8]	Borda, Jordi. (1988). <i>Democracia local: Descentralización del Estado, políticas Económico-sociales en la Ciudad y Participación Popular</i> . ISBN: 84-7609-231-8, Barcelona, Espanha: Ayuntamiento de Barcelona.
[9]	Caetano, Marcello. (1973). <i>Manual de Direito Administrativo</i> , Vol. I, 10ª Ed.Coimbra: Coimbra Editora.
[10]	Caiado, António C. Pires, (sd). <i>A Contabilidade Pública: Novos Desafios</i> . Edição electrónica, recolhido em 22-10-2009 de: http://www.lis.ulusiada.pt/old/apoio/mestradocienciaseducacao/seguuro/bibliografia/itg/17_a_contabilidade_publica.pdf

Nº de Ordem	Referência Bibliográfica
[11]	Caldas, Eugénio de Castro; Loureiro, Manuel de Santos (co-autor), & Outros. (1966). <i>Regiões Homogêneas no Continente Português: Primeiro Ensaio de Delimitação</i> . Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Industrial: Fundação Calouste Gulbenkian.
[12]	Dias, José António Rajani Oliveira. (2006) <i>O Municipalismo em Portugal, Brasil e Cabo Verde</i> , Edições OD & F
[13]	Gómez, Julio Alguacil. <i>Poder local y Participación Democrática, Ediciones Agucil Topo</i> . Edição Electrónica. Manual recolhido em 15-11-2009 de: http://books.google.pt/books?id=YqCYObd0IV8C&pg=PA9&lpg=PA9&dq=julio+alguacil+g%C3%B3mez+Los+desafios+del+nuevo+poder+local&source=bl&ots=YPrSjXYcuw&sig=5rwgV_8VWnnUFpzMXKBUxA76GEk&hl=pt-PT&ei=7_USS_PZLYz_4AbKuuCGBA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CAgQ6AEwAA#v=onepage&q=&f=false
[14]	Guapo, Carla Costa. (2008) “As disparidades regionais numa Europa alargada: a pertinência das políticas de coesão”. Recolhido em 08-07-2009 através de: http://www.planejamento.gov.br/hotsites/seges/clad/documentos/costagua.pdf
[15]	Herculano, Alexandre & Mattoso, José - Prefácio e notas críticas. (1981). <i>História de Portugal Desde o Começo da Monarquia até ao Fim do Reinado de Afonso III</i> . Lisboa: Livraria Bertrand;
[16]	Lopes, Raul Gonçalves. (1990). <i>Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local</i> . Lisboa: Escher.
[17]	Magalhães, Joaquim Romero de. (1993). <i>O Algarve Económico 1600-1773: Histórias de Portugal</i> . Lisboa: Editorial Presença.
[18]	Mattoso, José. (1991). <i>Identificação de um país: Oposição (ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325)</i> , Vol. I, 4ª Ed. Lisboa: Editorial Presença.
[19]	Montalvo, António Rebordão. (2003). <i>O Processo de Mudança e o Novo Modelo de Gestão Pública Municipal</i> . Coimbra: Livraria Almedina
[20]	Moreira, José Manuel. (2002). <i>Ética Democracia e Estado: Para uma Nova Cultura da Administração Pública</i> . Lisboa: Principia.

Nº de Ordem	Referência Bibliográfica
[21]	Moreno, Humberto Baquero, (1986), <i>Os Municípios Portugueses Nos Séculos XIII a XVI</i> . Lisboa: Editorial Presença.
[22]	Mozzicafredo, Juan; Guerra, Isabel; Fernandes, Margarida A. e Quintela, João, (1991), <i>Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local</i> , Lisboa, Escher;
[23]	Oliveira, César; Monteiro, Nuno Gonçalo. (1996). <i>História dos Municípios do Poder Local: Dos finais da idade média à união europeia</i> . Lisboa, Círculo de Leitores;
[24]	Paula, Ana Paula Pães de, (2005), <i>Por Uma Nova Gestão Pública: Limites e potencialidades da experiência contemporânea</i> , 1ª Ed. Rio de Janeiro – Brasil: Editora FGV, Edição Electrónica – FA Editoração, Manual Recolhido em 28-08-2009 de: http://books.google.pt/books?id=KGt09LGkvrIC&pg=PA34&lpg=PA34&dq=Aplicação+C3%A7%C3%B5es+da+Teoria+da+Escolha+P%C3%BAblica&source=bl&ots=fqtGgk_cEy&sig=12q7nb1ZPughxcHRiA7ZspaMaEI&hl=pt-PT&ei=pwqxSoH9CuKd4gaW4IytCg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=4#v=onepage&q=&f=false
[25]	Pereira, Armando & Almeida, M. Castro de. (1985). <i>Conhecer as Autarquias Locais</i> . Porto: Porto Editora.
[26]	Pereira, Paulo Trigo, (sd) <i>A Teoria da Escolha Pública (public choice): uma abordagem neo-liberal?</i> Edição electrónica, recolhido em 15-08-2009 de: http://pascal.iseg.utl.pt/~ppereira/docs/analysoc6.pdf
[27]	Pinto, Aires de Jesus Ferreira. (1996). <i>O Município Português: Séculos XIX e XX</i> . Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica;
[28]	Proença, Margarida. (1993). <i>Teoria das Organizações e Gestão Local</i> , vol. VIII, nº 2, Lisboa: [sn].
[29]	Rebelo, Marta. (2007). <i>Descentralização e Justa Repartição de Recursos Entre o Estado e as Autarquias Locais</i> . Coimbra: Edições Almedina.
[30]	Reis, António Matos. (1991). <i>Origem dos Municípios Portugueses</i> . Livros Horizonte.
[31]	Rocha, José António. (2005). <i>Regionalização no âmbito da Gestão Autárquica</i> . Coimbra: Almedina.

Nº de Ordem	Referência Bibliográfica
[32]	Ruivo, Fernando. (2000). <i>O Estado Labiríntico</i> . Porto: Edições Afrontamento.
[33]	Santos, António Almeida, & Fonseca, Fernando Taveira da (coord.). (2005). <i>O Poder Local em Tempo de Globalização: Uma história e um futuro</i> , Coimbra: Universidade de Coimbra.
[34]	Serra, Manuel Pedro & Outros. (2004). <i>Foral Manuelino de Loulé 1504: D. Manuel</i> , Arquivo Histórico Municipal de Loulé.
[35]	Silva, Aníbal António Cavaco & Neves, João Luís César das. (1992). <i>Finanças Públicas e Política Macroeconómica</i> . Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Economia.
[36]	Silva, Nuno Espinosa Gomes. (1991). <i>História do Direito Português: Fontes do Direito Português</i> , 2ª Ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
[37]	Soares, Torquato de Sousa. (1931). <i>Apointamentos para o Estudo da Origem das Instituições Municipais Portuguesas</i> . Lisboa: [sn].
[38]	Soares, Torquato de Sousa. (1963). <i>Concelhos: Dicionário da História de Portugal</i> , 1ª Ed., Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
[39]	Ventura, Maria da Graça A. Mateus. (2007). <i>O Municipalismo em Portugal: 500 Anos dos Forais Manuelinos do Algarve</i> . Edições Colibri & Instituto de Cultura Ibero-Atlântica.
[40]	Zbyszewski, João Paulo. (2006). <i>O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas : Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal</i> . Coimbra: Almedina.
Artigos	
[41]	Atkinson, Rob & Smith, Ian & Sweeting, David. (2007). “A governação urbana inglesa em transformação: Um paradoxo de descentralização e (re)centralização”, in <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , 77, Junho 2007: pp 59-79, Edição electrónica, Recolhido em 11-10-2009 de: http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/77/RCCS77-059-079-RAtkinson-et al..pdf

Nº de Ordem	Referência Bibliográfica
[42]	Oliveira, Fernanda Paula. (2001). <i>Uma Breve Aproximação à Noção de Ordenamento do Território</i> , in <i>Revista de Administração e Políticas Públicas</i> , Vol. II, n.º 1.
[43]	Oliveira, José A. Rocha. (2000). <i>O Futuro da Governação Local</i> , in <i>Economia Pública Regional e Local</i> .
[44]	Pandiello, Javier Suárez. (sd). <i>El Futuro de la Financiación Local en el Contexto del Estado de las Autonomías</i> . Universidad de Oviedo. Edição electrónica, recolhido em 10-05-2007 de: http://www.ief.es/Investigacion/Recursos/Seminarios/EconomiaPublica/2002_17_Enero.pdf
[45]	Rios, Maria Emília & Costa, José da Silva. (2005). O Efeito Flypaper nas Transferências para os Municípios Portugueses, <i>Revista Portuguesa de Estudos Regionais</i> , n.º 08, pp. 85-108.
[46]	Santo, Paula do Espírito. (2005). <i>Um contributo acerca da abstenção eleitoral em revista: Sociologia Problemas e Práticas</i> , (Jan. 2005), no.47, p.147-150. ISSN 0873-6529, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, artigo recolhido em 30-10-2009 de: http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n47/n47a08.pdf
Outras Publicações	
[47]	Carvalho, João, Fernandes Maria J., Camões, Pedro, Jorge, Susana. (2004). <i>Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2004</i> . Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Edição electrónica, recolhido em 21-07-2009 de: http://www.ctoc.pt/fotos/editor2/Anuario2004.pdf
[48]	Carvalho, João, Fernandes Maria J., Camões, Pedro, Jorge, Susana. (2005). <i>Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2005</i> . Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Edição electrónica, recolhido em 21-07-2009 de: http://www.ctoc.pt/fotos/editor2/AnuarioFinanceiroMunicipios2005.pdf
[49]	Carvalho, João, Fernandes Maria J., Camões, Pedro, Jorge, Susana. (2006). <i>Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2006</i> . Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Edição electrónica, recolhido em 21-07-2009 de: http://www.ctoc.pt/fotos/editor2/Anuário%202006%20net.pdf
[50]	Carvalho, João, Fernandes Maria J., Camões, Pedro, Jorge, Susana. (2007). <i>Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007</i> , Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Edição electrónica, Recolhido em 21-07-2009 de: http://www.ctoc.pt/fotos/editor2/Anuario%202007%20final.pdf

Nº de Ordem	Referência Bibliográfica
[51]	Council of Europe. (1997). <i>Steering Committee on Local and Regional Authorities</i> . Local finance in Europe. Council of Europe Pub. Strasbourg.
[52]	Mourão, Paulo Reis. (2005). “ <i>Que Critérios Redistributivos na Lei das Finanças Locais?</i> ”: Documentos de Trabalho. Núcleo de Investigação em Políticas Económicas da Universidade do Minho. NIPE WP &/2005, Edição electrónica. Recolhido em 30-08-2009 de: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1642/1/WP_Nipe_6_05.pdf
[53]	Nobre, Antero. (2008). <i>História Breve da Vila de Olhão da Restauração</i> . Edição electrónica da APOS (Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão), 1ª Edição. Recolhido em 22-02-2010 de: http://www.olhao.web.pt/Textos/HistoriaBreveOlhao.pdf
Teses/Dissertações	
[54]	Carvalho, Elisabete Reis (2001). <i>Reengenharia na Administração Pública: A Procura de Novos Modelos de Gestão</i> , ISCSP e UTL, Lisboa.
[55]	Rodrigues, Miguel Ângelo Vilela. (2005). <i>A Nova Gestão Pública na Governação Local: O caso dos municípios dos distritos de Vila Real e Bragança</i> . Braga, Universidade do Minho, Dissertação de Mestrado, recolhido em 30-10-2009 de: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8142/1/Tese.pdf
[56]	Rodrigues, Miguel Ângelo Vilela. (2009). <i>Mecanismos de governação: Estratégias alternativas de coordenação nos governos locais em Portugal</i> . Braga: Universidade do Minho, Tese de Doutoramento em Ciências da Administração, recolhido em 25-11-2009 de: http://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1371/1/TESE%283%29.pdf
Diplomas Legais	
[57]	Lei nº 79/77, de 25 de Outubro de 1977 (1977). Define as Atribuições das Autarquias e Competências dos Respectivos Órgãos. Recolhido em www.dre.pt em 25 de Junho 2009.
[58]	Lei nº 1/79, de 02 de Janeiro de 1979 (1979). Lei das Finanças Locais. Recolhido em www.dre.pt em 24 de Maio 2009.

Nº de Ordem	Referência Bibliográfica
[59]	Decreto-Lei. nº 98/84, de 29 de Março de 1984 (1984). Revê a Lei n.º 79/77 de 25 de Outubro, no sentido da actualização e reforço das atribuições das autarquias locais e da competência dos respectivos órgãos. Recolhido em www.dre.pt em 25 de Junho 2009.
[60]	Lei nº 1/87, de 06 de Janeiro de 1987 (1987). Finanças locais. Recolhido em www.dre.pt em 25 de Junho 2009.
[61]	Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro de 1989 (1989). Estabelece as matrizes de delimitação geográfica da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS). Recolhido em www.dre.pt em 28 de Junho 2009.
[62]	Resolução da Assembleia da República n.º 28/90, de 13 de Julho de 1990 (1990). Aprovação, para ratificação, da Carta Europeia de Autonomia Local. Recolhido em www.dre.pt em 28 de Junho 2009.
[63]	Decreto do Presidente da República n.º 58/90, de 23 de Outubro de 1990 (1990). Ratifica a Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 28/90, em 13 de Julho de 1990. Recolhido em www.dre.pt em 25 de Junho 2009
[64]	Lei n.º 2/92, de 09 de Março de 1992 (1992). Orçamento do Estado para 1992. Recolhido em www.dre.pt em 25 de Junho 2009
[65]	Decreto do Presidente da República n.º 39/98, de 01 de Setembro de 1998 (1998). Convoca um referendo, para o dia 8 de Novembro de 1998, sobre a instituição em concreto das regiões administrativas. Recolhido em www.dre.pt em 02 de Julho 2009.
[66]	Lei n.º 42/98, de 06 de Agosto de 1998 (1998). Lei das Finanças Locais. Recolhido em www.dre.pt em 02 de Julho 2009.
[67]	Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro de 1999 (1999). Aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), definindo-se os princípios orçamentais e contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço, a demonstração de resultados, bem assim os documentos previsionais e os de prestação de contas. Recolhido em www.dre.pt em 28 de Junho 2009.
[68]	Decreto-Lei n.º 166-A/99, de 13 de Maio de 1999 (1999). Cria o Sistema de Qualidade nos Serviços Públicos. Recolhido em www.dre.pt em 5 de Setembro 2009.

Nº de Ordem	Referência Bibliográfica
[69]	<p>Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro de 1999 (1999). Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.</p> <p>Recolhido em www.dre.pt em 3 de Junho 2009.</p>
[70]	<p>Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro de 1999 (1999). Estabelece o quadro de competências assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos Municípios e das Freguesias.</p> <p>Recolhido em www.dre.pt em 3 de Junho 2009.</p>
[71]	<p>Decreto-Lei 558/99, de 17 de Dezembro de 1999 (1999). Estabelece o regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas.</p> <p>Recolhido em www.dre.pt em 3 de Junho 2009.</p>
[72]	<p>Decreto-Lei n.º 315/2000, de 02 de Dezembro de 2000 (2000). Altera o Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).</p> <p>Recolhido em www.dre.pt em 28 de Junho 2009.</p>
[73]	<p>Resolução n.º 4/2001-2.ª Secção. D.R. n.º 191, Série II, de 18 de Agosto de 2001 (2001). Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).</p> <p>Recolhido em www.dre.pt em 25 de Junho 2009.</p>
[74]	<p>Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro de 2002 (2002). Primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Foram alterados os artigos 7º a 13º, 15º a 19º, 24º, 27º, 34º, 35º, 38º, 42º, 44º a 54º, 50º, 60º, 63º, 64º, 68º, 75º, 84º, 87º, 91º, 98º e 99º da referida Lei.</p> <p>Recolhido em www.dre.pt em 3 de Junho 2009.</p>
[75]	<p>Declaração de Rectificação n.º 4/2002, de 06 de Fevereiro de 2002 (2002). Rectifica os artigos 99º, n.º1, 10º-A, n.º 1 e 17º, n.º2, h), 44º, n.º1 e 87º, n.º3-anexo da republicação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.</p> <p>Recolhido em www.dre.pt em 28 de Junho 2009.</p>
[76]	<p>Declaração de Rectificação n.º 9/2002, de 05 de Março de 2002 (2002). Por ter saído com inexactidão, procede à rectificação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.</p> <p>Recolhido em www.dre.pt em 3 de Junho 2009.</p>
[77]	<p>Resolução n.º 83/2002 (2.ª série). D.R. n.º 291, Série II, de 17 de Dezembro de 2002 (2002). Deliberação sobre documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) a remeter ao Tribunal.</p> <p>Recolhido em www.dre.pt em 25 de Junho 2009.</p>

Nº de Ordem	Referência Bibliográfica
[78]	Decreto-Lei n.º 268/2003, de 28 de Outubro de 2003 (2003). Cria as Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 26/2002, de 2 de Novembro e determina a transferência para as respectivas Autoridades Metropolitanas de Transportes, das atribuições e competências conferidas pela Lei 169/99 e respectiva legislação complementar, nos termos do art.º14.º. Recolhido em www.dre.pt em 28 de Junho 2009.
[79]	Lei Constituinte n.º 1/2005, de 12 de Agosto de 2005 (2005). Constituição da República Portuguesa – Sétima revisão. Recolhido em www.dre.pt em 3 de Junho 2009.
[80]	Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro de 2006 (2006). Orçamento do Estado para 2007. Recolhido em www.dre.pt em 28 de Junho 2009.
[81]	Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro de 2006 (2006). Aprova o regime geral das taxas das autarquias locais. Recolhido em www.dre.pt em 28 de Junho 2009.
[82]	Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro de 2006 (2006). Aprova o regime jurídico do sector empresarial local. Recolhido em www.dre.pt em 28 de Junho 2009.
[83]	Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro de 2007 (2007). Aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98 de 6 de Agosto. Recolhido em www.dre.pt em 28 de Junho 2009.
[84]	Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho de 2007 (2007). Procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem. Recolhido em www.dre.pt em 3 de Junho 2009.
[85]	Decreto-Lei 300/2007, de 23 de Agosto de 2007 (2007). Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, que estabelece o regime do sector empresarial do Estado e das empresas públicas. Recolhido em www.dre.pt em 3 de Junho 2009.
[86]	Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro de 2007 (2007). Aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do estado e demais entidades públicas. São Revogados os artigos 96.º e 97.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Recolhido em www.dre.pt em 3 de Junho 2009.

Nº de Ordem	Referência Bibliográfica
[87]	Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro de 2007 (2007). Orçamento do Estado para 2007. Recolhido em www.dre.pt em 28 de Junho 2009.
[88]	Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto de 2008 (2008). Estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, revogando as Leis n.ºs 10/2003 e 11/2003, ambas de 13 de Maio. Recolhido em www.dre.pt em 25 de Junho 2009.
[89]	Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro de 2008 (2008). Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2009. Recolhido em www.dre.pt em 28 de Junho 2009.
Pesquisas electrónicas	
[90]	http://www.anmp.pt/
[91]	http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/const822.html
[92]	http://books.google.pt/books?id=o1uczz6tCuQC&pg=PA26&lpg=PA26&dq=%E2%80%9CLocal+Finance+in+Europe%E2%80%9D&source=bl&ots=GYoYmeYosR&sig=5CSc82oj9pOeNjAOBl_jeGiFcc0&hl=pt-PT&ei=lytZSr31JN7RjAe67uQa&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=7
[93]	http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/concelho/informacao_historica/concelho/
[94]	http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/index.php
[95]	http://www.cm-sbras.pt/portal_autarquico/sao_bras_alportel/v_pt-PT/menu_turista/concelho/historia/sintese_historica/
[96]	http://www.coe.int/t/e/legal_affairs/local_and_regional_democracy/documentation/library/localregionalauthorities/61.pdf
[97]	http://www.ctoc.pt/
[98]	http://www.dgaa.pt/
[99]	http://www.dre.pt/
[100]	http://www.gpeari.min-financas.pt/
[101]	http://www.ief.es/Investigacion/Recursos/Seminarios/EconomiaPublica/2002_17_Enero.pdf
[102]	http://www.ine.pt/

Nº de Ordem	Referência Bibliográfica
[103]	http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3401.pdf
[104]	http://pt.wikipedia.org/
[105]	http://www.min-financas.pt/cncap/
[106]	http://www.qca.pt/n_qca/estr_02.asp
[107]	http://www.qca.pt/publicacoes/download/AnaliseQCAIIIfinal2007.pdf
[108]	http://www.qren.pt/
[109]	http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=203
[110]	http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=410
[111]	http://www.shapesofportugal.com/sop/divisoos/
[112]	http://snig.igeo.pt/
[113]	http://ssrn.com/abstract=486065

ANEXOS

Referências Bibliográficas

Para o presente trabalho optou-se por uma referência que tem por base as referências da American Psychological Association (APA), ainda que o autor tenha introduzido algumas adaptações que visam não só otimizar a percepção da leitura, mas também evitar eventuais dificuldades em identificar fontes bibliográficas, designadamente nos casos em que se verifique coincidência de nomes (seja ou não o mesmo autor), datas, ou eventualmente de títulos.

Assim, como foi referido, seguir-se-á a metodologia de referência recomendada pela APA sendo adaptada de acordo com os seguintes critérios:

Todas as referências bibliográficas que são citadas, referenciadas ou simplesmente consultadas, mas cujo conteúdo no seu todo ou em parte complementa a formação global do mestrando no que a esta temática respeita e que contribuiu para a realização do presente trabalho, são identificadas no ponto “Bibliografia”, as quais são numeradas sequencialmente e por ordem alfabética do apelido do autor e agrupadas em função do tipo de recurso bibliográfico ou da forma de acesso ao mesmo;

Sempre que houver lugar a qualquer citação ou referência bibliográfica durante o texto, será apenas identificado, em nota de rodapé o número sequencial da respectiva referência bibliográfica, o autor, o título do documento, o ano da publicação e a/as páginas citadas ou referenciadas. A identificação completa poderá ser encontrada no correspondente número sequencial do ponto “Bibliografia”. Nos casos em que a uma referência seja feita ao documento completo, não será dada qualquer indicação da página;

No caso de referências a documentos acedidos através de sítios da WEB, será seguido um procedimento idêntico ao anterior, sendo a respectiva data de acesso identificada no ponto “Bibliografia”. Os sítios da WEB que tenham sido consultados por diversas vezes, apenas serão identificados na “Bibliografia”, sendo a respectiva data de acesso identificada no decurso do trabalho, aquando da respectiva referência;

Os sítios da WEB que tenham sido consultados e cujo conteúdo global seja considerado relevante ou tenham de alguma forma contribuído para a melhoria do conhecimento global no âmbito do presente trabalho, sem que contudo daí decorra qualquer citação ou referência particular, são apenas identificados no ponto “Bibliografia”, ainda que não seja identificada qualquer data uma vez que, por norma respeita a sítios de consulta frequente (nestes casos as datas de consulta para eventual utilização de informação são sempre identificadas ao longo do documento sempre que haja lugar a citações, outras referências, utilização de imagens, etc.). Esta foi a solução

encontrada e considerada mais indicada, uma vez que poderão ocorrer situações em que o mesmo sítio da WEB, consultado em momentos distintos apresenta informação diversa, contudo a fonte continua a ser a mesma;

Relativamente às referências bibliográficas cujo conteúdo se refere a normativos de imperativo legal, seja a fonte o Diário da República ou outros documentos oficiais de carácter idêntico (Acórdãos, etc.), para além da ordenação alfabética referida anteriormente, é ainda efectuada uma segunda ordenação cronológica ascendente dos respectivos documentos.

Por regra, sempre que seja citado ou referenciado qualquer normativo legal emanado pela soberania nacional portuguesa, é pressuposto que a sua consulta foi efectuada no sítio electrónico do Diário da República (www.dre.pt), pelo que não será identificado o suporte, o modo, nem a data de acesso cada vez que seja citado ou referenciado qualquer normativo legal, mas apenas quando a fonte de acesso seja diferente desta.

Todas as imagens, quadros ou gráficos incluídos no presente trabalho serão identificados como “Figuras”, numeradas sequencialmente, que constarão de um índice próprio designado “Índice de Figuras” e cuja fonte será sempre identificada na parte inferior da respectiva figura. Nos casos em que a fonte seja um sítio da WEB, será indicada a data de acesso ou de recuperação. Sempre que a “Figura” apresentada tenha sido criada pelo autor do presente documento, constará na fonte: Carvalho, Manuel, caso tenha por base elementos recolhidos noutra fonte mas tenha sido alterada por este, constará a identificação da fonte original, bem como a referência à alteração efectuada pelo autor.

Glossário de Termos e Conceitos

FIGURA N.º 251 – MATRIZ DE TERMOS E CONCEITOS

Termo	Significado
ACTIVO	<p>Na administração pública, os activos são recursos que uma entidade é proprietária ou administra em consequência de acontecimentos passados e a partir dos quais se espera que resultem para si benefícios económicos ou sociais futuros ou sejam património histórico artístico e cultural.</p> <p>O activo corresponde à componente positiva do balanço patrimonial de uma autarquia. O modelo definido pelo POCAL, do activo obtém-se informação do Valor Bruto (AB), dos ajustamentos acumulados (actualmente “provisões”) e desvalorização do imobilizado (AA) e do valor líquido (AL) referentes ao ano n e também do valor líquido do exercício anterior.</p> <p>O activo pode dividir-se em 3 grandes grupos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Activo fixo</u> (imobilizado corpóreo, imobilizado incorpóreo, investimentos financeiros e bens de domínio público); • <u>Activo circulante</u> (existências, dívidas a receber e disponibilidades) • <u>Acréscimos e diferimentos.</u>
ACTIVOS FINANCEIROS	Despesas com a aquisição de activos, em empresas públicas, associações, fundações, sociedades de economia mista, entre outras, de acordo com a legislação em vigor e cláusulas contratuais. O valor das aquisições deste tipo de activos num exercício económico encontra-se nos mapas orçamentais (despesa/activos financeiros) e o valor acumulado no balanço/activo/ investimentos financeiros.
AMORTIZAÇÃO OU DEPRECIAÇÃO DO IMOBILIZADO (ECONÓMICA)	Considera-se como uma amortização económica na medida em que respeita a uma parcela referente ao valor depreciado do imobilizado sujeito a desgaste ou depreciação. O valor da depreciação do exercício designa-se por amortização do exercício. O valor acumulado da depreciação designa-se por amortização acumulada. O valor da amortização do exercício encontra-se no mapa demonstração de resultados e o valor da amortização acumulada no balanço/activo, na coluna AA (ou AP).
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (FINANCEIRA)	Considera-se como uma amortização financeira na medida em que respeita a uma despesa relativa à quantia dispendida para amortização de uma dívida contraída anteriormente. O valor das amortizações financeiras encontra-se no mapa de execução orçamental (despesa/passivos financeiros). Por outro lado, este valor implica diminuição do passivo no balanço.

Termo	Significado
ATRIBUIÇÕES	São um conjunto de áreas ou domínios afectos a uma determinada entidade. Dito de outro modo são o conjunto de missões que dada entidade tem. ³⁴⁵
AUTARQUIA LOCAL	<p>A CRP no art.º 235.º estipula que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais. 2. As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas. <p>O TÍTULO VIII da CRP é dedicado ao Poder Local.</p>
AUTONOMIA E DESCENTRALIZAÇÃO	<p>Segundo Zbyszewski³⁴⁶, “A autonomia pode ter várias acepções, a autonomia política, a autonomia administrativa ou a autonomia financeira. Na sua aplicação às autarquias interessa-nos estes dois últimos tipos.”</p> <p>Este autor escreve ainda que Marcelo Caetano define a autonomia administrativa como “o poder conferido ao órgão de uma pessoa colectiva de direito público de praticar actos administrativos que serão executórios desde que obedeçam a todos os requisitos para tal exigidos por lei.” Já a autonomia financeira, para Caetano e segundo escreve Zbyszewski, existe “quando os rendimentos do património e os outros que a lei lhe permita cobrar sejam considerados receita própria aplicável livremente, segundo orçamento privativo, às despesas ordenadas por exclusiva autoridade dos seus órgãos.”</p>
BALANÇO	O balanço é o mapa contabilístico que relata a posição financeira e patrimonial de uma entidade, normalmente reportado ao final do exercício económico e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os activos, os passivos e os fundos próprios da entidade.
BASE DE CAIXA	Diz-se que um sistema contabilístico se encontra elaborado na base de caixa quando tem como objectivo único apresentar contas numa óptica de caixa, ou seja, tem preocupação pela apresentação da situação de tesouraria, reconhecendo as transacções apenas quando recebidas ou pagas. Neste sentido, no sistema contabilístico são registadas apenas entradas e saídas de fundos. O mapa de fluxos de caixa é o documento de prestação de contas mais importante elaborado na base de caixa. Os termos mais utilizados num sistema contabilístico elaborado nesta base são: recebimentos, pagamentos e saldo de tesouraria.

³⁴⁵ Ver [12]: Dias, José António Rajani Oliveira, (2006), *O Municipalismo em Portugal, Brasil e Cabo Verde*, p. 42.

³⁴⁶ Ver [40]: Zbyszewski, João Paulo, (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas – Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, pp. 40-41.

Termo	Significado
BASE DE CAIXA MODIFICADA (BASE DE CAIXA E COMPROMISSOS)	<p>Diz-se que um sistema contabilístico se encontra elaborado na base de caixa modificada quando tem como objectivo único apresentar contas numa óptica de caixa, registando ainda as fases anteriores do direito a receber e dos compromissos a pagar (situação financeira). Neste sentido, o sistema contabilístico regista operações de direitos e entradas de fundos e de compromissos e saídas de fundos. Os “mapas de execução orçamental” e “mapa de fluxos de caixa” são exemplos de documentos de prestação de contas elaborados num sistema em base de caixa modificada. Os principais termos utilizados num sistema contabilístico elaborado nesta base são: direitos (ou liquidações) e obrigações (ou compromissos), recebimentos, pagamentos, saldo de tesouraria, compromissos por pagar e direitos por cobrar.</p>
BASE DE ACRÉSCIMO OU DE ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS	<p>Diz-se que um sistema contabilístico se encontra elaborado na base de acréscimo quando permite apresentar contas numa óptica financeira, patrimonial e económica.</p> <p>Neste sentido, os subsistemas contabilísticos cujos mapas são elaborados nesta óptica (Contabilidade Financeira, Patrimonial e Contabilidade de Custos) registam operações financeiras (direitos e entradas de fundos e responsabilidades e saídas de fundos) económicas (proveitos, custos e resultados) e patrimoniais (activo, passivo e fundo próprio). O balanço, a demonstração de resultados e os mapas de custos são exemplos de documentos de prestação de contas elaborados na base do acréscimo ou da especialização dos exercícios.</p> <p>Designa-se por base do acréscimo ou da especialização dos exercícios (accrual basis) porque uma despesa apenas é registada como custo ou perda no momento em que há consumo dos recursos ou em que diminui o património da entidade; por seu turno, uma receita apenas é registada como proveito ou ganho no exercício em que é percebido o benefício económico, no exercício em que esse recurso foi utilizado como custo (permitindo, deste modo, um balanceamento entre custos e proveitos) ou no momento em que aumenta o património da entidade.</p>
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	<p>Segundo o artigo 202.º, n.º 1 do Código Civil, “uma coisa é tudo aquilo que pode ser objecto de relações jurídicas”. Por sua vez, o n.º 2 do mesmo artigo refere que se consideram fora do comércio todas as coisas que não podem ser objecto de direitos privados, tais como as que se encontram no domínio público e as que são, por sua natureza, insusceptíveis de apropriação individual.</p> <p>Em Portugal, podemos dizer que determinados bens do domínio público são de acordo com a sua própria natureza, que a lei se limita a reconhecer como uma realidade preexistente (são exemplos, o espaço aéreo, as águas marítimas territoriais, os rios, os lagos e praias). Outros bens são considerados públicos por vontade da administração, porque já</p>

Termo	Significado
	<p>existiam ou porque foram adquiridos ou construídos por uma pessoa colectiva de direito público e só depois tornados dominiais. É o que acontece com as auto-estradas, linhas-férreas, aeroportos, entre outros.</p> <p>Esta matéria encontra-se definida no art.º 84.º n.º 1 da Constituição da República Portuguesa (CRP) (bens que pertencem ao domínio público), bem como no DL n.º 477/80 art.º 2.º que define o património do Estado como “o conjunto de bens do seu domínio público e privado, e dos direitos e obrigações com conteúdo económico de que o Estado é titular, como pessoa colectiva de direito público.”</p> <p>Em geral, os bens são administrados pelo Estado, podendo também ser administrados pelo município, pela freguesia e pelas Regiões Autónomas. O domínio público do município e da freguesia goza dos mesmos atributos do domínio público do Estado, desde logo pela sua idêntica matriz constitucional.</p> <p>O domínio público autárquico pode ser definido como “o conjunto das coisas públicas pertencentes às autarquias locais submetidas a um regime jurídico específico que visa garantir a sua utilidade pública” (Almeida e Lopes, 1998, p.6).</p> <p>Carvalho et al. (1999, p.346) definem bens de domínio público como aqueles que “são destinados ao uso público, tais como caminhos, estradas, portos e pontes construídas pelo Estado, parques e jardins, etc.”. Por sua vez, para Caiado e Pinto (2002) “os bens de domínio público são bens do Estado ao serviço dos cidadãos, podendo no entanto, alguns apoiar a entidade pública na prestação de serviços”.</p> <p>A inclusão dos bens de domínio público no balanço de uma entidade pública tem subjacentes dois conceitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Benefício – apesar de poderem não implicar a obtenção de benefícios futuros directos à entidade (no caso de bens de domínio público que não apoiem a entidade na prestação dos seus serviços), proporcionam benefícios à comunidade ao longo de diversos anos; • Controlo – a entidade pública deverá ter poderes e capacidade para gerir e manter esse bem. <p>O POCP prevê uma nova conta de imobilizado, a conta 45, para os denominados bens de domínio público.</p>
<p>BENS DE DOMÍNIO PRIVADO</p>	<p>O domínio privado pode ser definido como o conjunto de bens que não se encontram integrados no domínio público, ou seja:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estão, em princípio, sujeitos ao regime de propriedade estatuído na lei civil e, consequentemente, submetidos ao comércio jurídico correspondente (acepção objectiva);

Termo	Significado
	<ul style="list-style-type: none"> • São livremente adquiridos e não obedecem a uso tipificado; • São alienáveis, penhoráveis, prescrevíveis e expropriáveis.
CENTRALIZAÇÃO	A centralização é um conceito ou instituto jurídico para o qual importa ter em conta um outro muito importante – Atribuições. A centralização é o aglutinar numa mesma entidade de um conjunto de atribuições. ³⁴⁷
COMPETÊNCIAS	São o conjunto de poderes funcionais afectos aos órgãos daquelas entidades. ³⁴⁸
CNCAP – Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública	<p>A Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) foi criada, no âmbito do Ministério das Finanças, pelo artigo 4.º do Decreto-Lei N.º 232/97, de 3 de Setembro, diploma que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).</p> <p>É constituída por uma Comissão Executiva e um Conselho de Normalização Contabilística, sendo o seu funcionamento regulado pelo Decreto-lei N.º 68/98, de 20 de Março.</p> <p>A CNCAP tem por missão assegurar a normalização e acompanhar a aplicação e aperfeiçoamento do POCP e dos planos sectoriais, de uma forma gradual, de modo a garantir a necessária segurança e eficácia.</p> <p>Ver [105]: http://www.min-financas.pt/cncap/ , acedido em 17-05-2009.</p>
CONCENTRAÇÃO	É a aglutinação num mesmo órgão de um conjunto de competências ou poderes funcionais, por isso se distinguindo da centralização. ³⁴⁹
CONTABILIDADE ORÇAMENTAL	<p>É o subsistema contabilístico onde se registam a aprovação e modificações do Orçamento e as fases de execução do mesmo. Os principais documentos extraídos deste sistema contabilístico são o mapa de controlo orçamental da despesa, o mapa de controlo orçamental da receita e o mapa de fluxos de caixa.</p> <p>Os registos contabilísticos aqui efectuados assentam na base de caixa ou na base de caixa modificada.</p>
CONTABILIDADE PATRIMONIAL	<p>É o subsistema contabilístico onde se contabilizam todas as operações que alteram a estrutura patrimonial, económica e financeira de uma entidade, quer em termos qualitativos quer quantitativos. Os principais documentos extraídos deste sistema contabilístico são o balanço, a demonstração de resultados por natureza e vários balancetes das diferentes massas que compõem o balanço, os custos e os proveitos.</p> <p>Os registos contabilísticos aqui efectuados assentam na base do</p>

³⁴⁷ Ver [12]: Dias, José António Rajani Oliveira, (2006), *O Municipalismo em Portugal, Brasil e Cabo Verde*, p. 41.

³⁴⁸ Ver [12]: Op. Cit., p. 42.

³⁴⁹ Ver [12]: Op. Cit., p. 42

Termo	Significado
	acréscimo ou especialização dos exercícios.
CONTABILIDADE DE CUSTOS	<p>É o subsistema contabilístico onde se apuram os custos (ou custos e proveitos, designando-se, neste caso, por Contabilidade Analítica) por cada função, actividade e cada bem. Os principais documentos extraídos deste subsistema contabilístico são os mapas CC (Contabilidade de Custos) definidos no ponto 12 do POCAL.</p> <p>Os registos aqui efectuados assentam na base do acréscimo ou especialização dos exercícios.</p>
CUSTOS E PERDAS VERSUS PROVEITOS E GANHOS	<p>Um custo é um consumo enquanto uma perda representa uma diminuição do valor de um recurso (geralmente de carácter extraordinário).</p> <p>São custos e perdas de uma entidade todas as operações registadas na classe 6:</p> <ul style="list-style-type: none"> 61 – Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (momento do consumo ou venda) 62 – Fornecimentos e serviços externos (por regra, no momento da obrigação) 63 – Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais (momento da autorização) 64 – Custos com o pessoal (momento da obrigação) 65 – Outros custos e perdas operacionais (momento da obrigação) 66 – Amortizações (momento do desgaste, normalmente registadas unicamente em 31 de Dezembro) e ajustamentos do exercício (momento da desvalorização das existências e investimentos financeiros, bem como da provável não cobrança de direitos já registados como proveitos, normalmente registadas em 31 de Dezembro) 67 – Provisões do exercício (momento do reconhecimento de possíveis – não certos – outros custos; as provisões são normalmente registadas ou actualizadas em 31 de Dezembro) 68 – Custos e perdas financeiros (ano de reconhecimento como custo) 69 – Custos e perdas extraordinários (ano de reconhecimento como custo) <p>Um proveito é um aumento do valor do património derivado da venda, prestação de serviços, cobrança de impostos e taxas e de outras receitas. Um ganho é uma variação patrimonial positiva, geralmente de carácter extraordinário.</p> <p>São proveitos e ganhos de uma entidade todas as operações</p>

Termo	Significado
	<p>registadas na Classe 7:</p> <p>71 – Vendas e prestação de serviços (momento do reconhecimento do direito)</p> <p>72 – Impostos e taxas (momento da liquidação ou reconhecimento do direito)</p> <p>73 – Proveitos suplementares (momento do reconhecimento do direito)</p> <p>74 – Transferências e subsídios obtidos (momento do reconhecimento do direito)</p> <p>75 – Trabalhos para a própria entidade (momento da conclusão do bem ou no fim do exercício)</p> <p>76 – Outros proveitos ou ganhos operacionais (momento do reconhecimento do direito ou em 31 de Dezembro)</p> <p>78 – Proveitos e ganhos financeiros (ano de reconhecimento como proveito)</p> <p>79 – Proveitos e ganhos extraordinários (ano de reconhecimento como proveito)</p> <p>A diferença entre os proveitos e custos representa o resultado económico (lucro ou prejuízo).</p>
DESCENTRALIZAÇÃO	É a desafectação da esfera de uma entidade de um conjunto de atribuições a favor de terceiros a título definitivo (operando por isso uma devolução de poderes). ³⁵⁰
DESCONCENTRAÇÃO	É a transferência temporária de de um conjunto de competências ou poderes de um órgão para terceiros que lhe estão hierarquicamente subordinados. ³⁵¹
DESLOCALIZAÇÃO	Significa simplesmente a mudança geográfica de uma entidade. ³⁵²

³⁵⁰ Ver [12]: Dias, José António Rajani Oliveira, (2006), *O Municipalismo em Portugal, Brasil e Cabo Verde*, p. 42.

³⁵¹ Ver [12]: Op. Cit., p. 42.

³⁵² Ver [12]: Op. Cit., p. 42.

Termo	Significado
DESPESAS VERSUS RECEITAS	<p>Uma despesa é uma aquisição de um bem ou serviço em que a última fase do processo é o pagamento.</p> <p>Na administração pública as despesas dividem-se em dois grandes grupos:</p> <p>Despesas de capital e despesas correntes.</p> <p>As despesas podem ser transformadas em custos quando os bens sobre os quais incidirem as despesas forem consumidos ou forem desvalorizados. Por exemplo, quando se adquire um computador, estamos perante uma despesa no momento da sua aquisição e será custo durante os anos em que se desvaloriza (amortizações), com base no princípio da especialização dos exercícios (o computador vai gerar proveitos vários exercícios, logo o custo será diferido também por esses exercícios).</p> <p>Estamos perante uma receita quando é reconhecido o direito o cobrar determinada importância.</p> <p>As receitas são transformadas em proveitos no exercício económico que causaram custos ou foi necessário o consumo de recursos para a obtenção desse proveito. Por exemplo, uma transferência corrente recebida será custo nesse exercício uma vez que se destina à aquisição e pagamento de bens e serviços (custos). Uma transferência de capital é uma receita no exercício que se reconhece o direito a cobrar, mas um proveito diferido pelos exercícios em que a aquisição do bem financiado vai desvalorizando (durante os anos em que se amortiza o bem).</p>
DESPESA EFECTIVA	<p>$DESPESA\ EFECTIVA = despesas\ corrente + despesas\ de\ capital - activos\ financeiros - passivos\ financeiros$</p>
DIGRAFIA	<p>A técnica de registo digráfico resulta da aplicação do designado “princípio das partidas dobradas”, que estabelece que o total dos movimentos a débito nas contas deve igualar o total dos movimentos a crédito. Assim, quando um sistema contabilístico regista qualquer operação contabilística debitando uma ou várias contas por contrapartida (crédito) de outra(s), diz-se que se utiliza o método de registo digráfico ou de partidas dobradas.</p> <p>As principais regras da digrafia na Contabilidade Patrimonial ou Financeira são:</p> <p>A) As contas do activo debitam-se pelos aumentos e creditam-se pelas diminuições;</p> <p>B) As contas do passivo e fundos próprios debitam-se pelas diminuições e creditam-se pelos aumentos;</p> <p>C) As contas de custos (classe 6) debitam-se pelos aumentos e creditam-</p>

Termo	Significado
DIGRAFIA (cont.)	<p>se pelas diminuições. O saldo destas contas deve ser devedor ou nulo;</p> <p>D) As contas de proveitos (classe 7) debitam-se pelas diminuições e creditam-se pelos aumentos. O saldo destas contas deve ser credor ou nulo;</p> <p>E) As contas de apuramento de resultados (classe 8) debitam-se pelos custos e creditam-se pelos proveitos. Um saldo devedor significa prejuízo; um saldo credor significa lucro.</p> <p>As principais regras da digrafia na Contabilidade Orçamental são:</p> <p>A) As contas de despesas (contas 02 e 04) creditam-se pelos aumentos e debitam-se pelas diminuições, pelo que terão sempre saldo credor ou nulo (idêntica à regra das contas do passivo);</p> <p>B) As contas de receitas (03) debitam-se pelos aumentos e creditam-se pelas diminuições, pelo que terão sempre saldo devedor ou nulo (idêntica à regra das contas do activo);</p> <p>C) A conta 251 - Devedores pela execução do orçamento, debita-se e credita-se no momento da cobrança de receitas, encontrando-se, deste modo, sempre saldada;</p> <p>D) A conta 252 - Credores pela execução do orçamento, credita-se pela autorização do pagamento e debita-se no momento do pagamento de uma obrigação. O seu saldo deverá ser credor ou nulo.</p> <p>Não estão definidas regras da digrafia para a Contabilidade de Custos e para as “contas de ordem” (09) da classe 0.</p>
DESPESA PRIMÁRIA	DESPESA PRIMÁRIA = despesa efectiva – juros
DESPESA CORRENTE PRIMÁRIA	DESPESA CORRENTE PRIMÁRIA = despesa corrente – juros
EFEITO FLYPAPER	<p>O Efeito Flypaper³⁵³ baseia-se na teoria da ilusão fiscal por parte dos eleitores e reflecte a noção de que o montante transferido para um governo tende a “fixar-se” no sector público, ou seja, uma unidade monetária adicional da transferência lump-sum tem um efeito maior na despesa do governo local do que um aumento de uma unidade monetária no rendimento dos residentes, quando optando pela via da baixa de impostos.</p>

³⁵³ Ver [45]: Rios, Maria Emília & Costa, José da Silva, (2005), O Efeito Flypaper nas Transferências para os Municípios Portugueses, p. 86.

Termo	Significado
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL	<p>Segundo o artigo n.º 36º da NLFL:</p> <p>O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu das Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros. Apenas os créditos reconhecidos por ambas as partes e cujo devedor não seja entidade integrada no sector empresarial do Município, nem serviço municipalizado, devem ser considerados.</p> <p>Para efeitos do cálculo do limite de endividamento municipal, deve ainda ser considerado o endividamento das associações de municípios e de freguesias, bem como o endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local na proporção da respectiva participação do Município.</p> <p>O montante de endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante de receitas provenientes de impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. Em circunstâncias excepcionais, este limite pode ser ultrapassado.³⁵⁴</p>
EXERCÍCIO ECONÓMICO	<p>Período correspondente à execução orçamental, financeira e patrimonial.</p> <p>Em Portugal o exercício económico coincide com o ano civil.</p>
FUNDOS PRÓPRIOS	<p>É a diferença entre o activo e o passivo do balanço numa determinada data.</p> <p>Nas empresas privadas esta componente do balanço designa-se por “capital próprio” ou “situação líquida” ou “capital, reservas e resultados”.</p>

³⁵⁴ Ver [83]: Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.ºs 36º a 39º.

Termo	Significado
FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO	<p>Trata-se de uma subvenção geral resultante da repartição dos recursos públicos entre Estado e Municípios, cujo valor é igual a 25,3% da média aritmética simples da receita proveniente dos Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e sobre o Valor Acrescentado (IVA).</p> <p>É constituído do seguinte modo, nos termos do artigo n.º 21º da LFL:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. “O FEF é repartido da seguinte forma: <ol style="list-style-type: none"> a) 50% como Fundo Geral Municipal (FGM); b) 50% como Fundo de Coesão Municipal (FCM). 2. A participação geral de cada município no FEF resulta da soma das parcelas referentes ao FGM e ao FCM.”
FUNDO GERAL MUNICIPAL	<p>“Corresponde a uma transferência financeira do Estado que visa dotar os Municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento.” Representa 50% do FEF.</p>
FUNDO DE COESÃO MUNICIPAL	<p>Trata-se uma subvenção geral que representa 50% do FEF, e que “visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias, em benefício dos Municípios menos desenvolvidos, onde existam situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais, e correspondente à soma da compensação fiscal (CF) e da compensação da desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades.”</p>
FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	<p>Constitui uma subvenção específica destinada a financiar as despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os Municípios.</p>
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis

Termo	Significado
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL	<p>Segundo o artigo n.º 37º da NLFL.³⁵⁵</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. “O montante de endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante de receitas provenientes de impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. 2. Quando um município não cumpra o disposto no número anterior, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido”.
LUMP-SUM	<p>Caracteriza o tipo de transferências da Administração Central para as jurisdições de nível Local, em que o montante é fixo e entregue de uma só vez, as quais alteram os recursos disponíveis nas respectivas jurisdições (efeito rendimento) sem alterar o preço relativo dos bens fornecidos pelo governo local.³⁵⁶</p>
MUNICÍPIO	<p>A definição de Município aparece, pela primeira vez, no artigo 38.º da Lei n.º 77/79, de 25 de Outubro (Lei sobre atribuições das Autarquias Locais), como “a pessoa colectiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios da população na respectiva circunscrição”.</p> <p>Por outro lado, o princípio da autonomia do poder local está sancionado no art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), desenvolvendo-se as coordenadas em que aquele se materializa, no Título VII da Parte III – respeitante à organização do poder político e sob a epígrafe “Poder Local”. Assim, referem os artigos 235.º e 236.º que “a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais (...), pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas”, especificando que “no continente, as autarquias locais são as Freguesias, os Municípios e as regiões administrativas”, enquanto “as regiões autónomas compreendem Freguesias e Municípios”.</p>

³⁵⁵ Ver [83]: Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, art.º37º. Este limite pode ser ultrapassado em circunstâncias específicas, de acordo com o estabelecido no art. 39º.

³⁵⁶ Ver [45]: Rios, Maria Emília & Costa, José da Silva, (2005), O Efeito Flypaper nas Transferências para os Municípios Portugueses, p. 86.

Termo	Significado
PASSIVO	<p>Na norma internacional de contabilidade n.º 1, o conceito de passivo é definido da seguinte forma: “Passivos - obrigações presentes da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num ex fluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos ou serviço potencial.”</p> <p>O passivo é constituído por duas grandes componentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As obrigações presentes da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num fluxo de saída de recursos financeiros da entidade; 2. Pelos acréscimos de custos e proveitos diferidos em obediência ao princípio da especialização dos exercícios. Dado o elevado valor nesta componente (nomeadamente Proveitos diferidos) nas contas dos Municípios, não se deve considerar o Passivo como sinónimo de dívidas a pagar.
PODER LOCAL	<p>Segundo Zbyszewski³⁵⁷, para Luís Sá, “o Poder Local designa o conjunto das autarquias locais, das atribuições e competências de que dispõem e do modo como são exercidas num sistema político e administrativo concreto”. Zbyszewski escreve ainda que para Marcelo Rebelo de Sousa, se há “uma característica que distingue a democracia portuguesa, essa característica é o Poder Local. O Poder Local permitiu a milhares de portugueses a participação na vida cívica. Permitiu que a democracia não fosse um privilégio de uma minoria, de uma classe sedada em Lisboa e passasse a ser partilhada por dezenas de milhar de portugueses...”. Zbyszewski refere que a literatura no âmbito da ciência política, frequentemente denomina e associa poder local às autarquias locais, contudo afirma que apesar de próximos, os termos, o conceito de poder local é mais vasto e transcende a realidade jurídico-administrativa para entrar no campo a ciência política. O autor refere ainda que “a utilização do termo poder local é muitas vezes justificada pela necessidade de encontrar um contraponto de um outro termo – o Poder Central.”</p>
RECEITA EFECTIVA	<p>RECEITA EFECTIVA = receitas correntes + receitas de capital – activos financeiros – passivos financeiros</p>

³⁵⁷ Ver [40]: Zbyszewski, João Paulo, O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas – Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal (2006), p. 21.

Termo	Significado
SALDO GLOBAL OU EFECTIVO	SALDO GLOBAL OU EFECTIVO = receitas efectivas – despesas efectivas
SALDO PRIMÁRIO	SALDO PRIMÁRIO = receitas efectivas – despesas primárias ou saldo primário = saldo global + juros
SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	<p>A norma n.º 6 da IFAC - Internacional Federation of Accountants dispõe que “O sistema de controlo interno é o plano de organização e todos e métodos e procedimentos adoptados pela administração de uma entidade para auxiliar a atingir o objectivo de gestão e assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta dos seus negócios, incluindo a aderência às políticas da administração, salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna”.</p> <p>O POCAL apresenta no ponto 2.9 os métodos e procedimentos de controlo a incluir na norma de controlo interno a aprovar por cada órgão executivo.</p>
<p>Fontes [50]: Carvalho, João, Fernandes Maria J., Camões, Pedro, Jorge, Susana, Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007, pp. 213-226</p> <p>Informação base para trabalho, adaptado e acrescentado por: Carvalho, Manuel</p> <p>As demais fontes de informação que contribuíram para a elaboração do presente glossário foram os diversos diplomas legais aplicáveis e ainda bibliografia diversa, que nesses casos se encontra identificada no respectivo termo e referenciada em nota de rodapé.</p>	

Dados Relativos à Execução Orçamental e à Situação Patrimonial dos Municípios³⁵⁸

1. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Albufeira

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Albufeira, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 252 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	21.318.704,25	24.658.043,25	27.602.978,13	34.850.380,06	49.847.548,31
02 – Impostos indirectos	753.347,37	1.517.653,60	3.008.972,01	4.049.605,93	3.042.251,39
04 – Taxas, multas e outras penalidades	1.770.782,76	1.399.044,38	1.507.648,16	1.177.801,27	1.558.325,71
05 – Rendimentos de propriedade	96.658,88	103.410,30	116.760,68	284.835,03	2.088.206,96
06 – Transferências correntes	4.694.133,00	5.017.654,73	7.584.362,46	5.399.589,59	6.798.661,07
07 – Venda de bens e serviços correntes	8.339.301,96	11.668.479,48	13.655.191,26	15.442.466,25	11.608.616,66
08 – Outras receitas correntes	167.380,13	360.692,94	433.187,29	93.738,46	132.064,57
Total receitas correntes	37.140.308,35	44.724.978,68	53.909.099,99	61.298.416,59	75.075.674,67
09 – Venda de bens de investimento	1.112.713,68	28.798,84	9.315.204,09	140.728,07	18.000,83
10 – Transferências de capital	5.015.628,67	8.725.310,93	5.316.536,72	3.453.939,00	3.665.428,85
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	4.411.930,23	2.885.438,67	755.687,22	99.417,30	1.426.966,98
13 – Outras receitas de capital	112.500,00	0,00	283.000,00	0,00	153.496,41
Total de receitas de capital	10.652.772,58	11.639.548,44	15.670.428,03	3.694.084,37	5.263.893,07
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00				
16 – Saldo da gerência anterior	676.108,69	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	676.108,69	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	48.469.189,62	56.364.527,12	69.579.528,02	64.992.500,96	80.339.567,74

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

³⁵⁸ Os dados apresentados doravante têm por base a informação recolhida entre os dias 12 e 13 de Dezembro de 2009 através do sítio da WEB da Direcção Geral das Autarquias Locais, tendo outros sido fornecidos directamente por esta Direcção Geral, pelo facto de não estarem disponíveis.

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de Albufeira, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 253 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	13.792.484,34	14.898.893,44	16.259.863,45	17.225.654,90	18.040.983,05
02 - Aquisição de bens e serviços	15.041.467,07	16.474.435,48	18.107.565,51	24.880.893,55	27.637.466,17
03 - Juros e outros encargos	571.998,70	483.441,16	549.075,09	637.295,00	877.637,71
04 - Transferências correntes	1.644.986,25	2.439.202,48	2.410.241,58	2.533.155,33	3.109.489,49
05 - Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 - Outras despesas correntes	1.507.298,18	883.453,24	1.228.566,75	2.224.536,11	2.257.071,85
Total despesas correntes	32.558.234,54	35.179.425,80	38.555.312,38	47.501.534,89	51.922.648,27
07 - Aquisição de bens de capital	12.708.509,38	19.015.167,21	20.069.720,41	11.351.834,49	15.746.027,21
08 - Transferências de capital	575.613,00	409.107,58	326.413,54	689.077,06	508.357,08
09 - Activos financeiros	1.784.625,00	807.063,00	297.062,00	0,00	0,00
10 - Passivos financeiros	410.862,65	799.901,31	1.007.072,01	1.245.286,79	1.206.712,73
11 - Outras despesas de capital	0,00	7.372,17	0,00	0,00	26.542,96
Total de despesas de capital	15.479.610,03	21.038.611,27	21.700.267,96	13.286.198,34	17.487.639,98
TOTAL DESPESA	48.037.844,57	56.218.037,07	60.255.580,34	60.787.733,23	69.410.288,25

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007 para o Município de Albufeira.

FIGURA N.º 254 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	32,2%	37,4%	36,0%	21,9%	25,2%
Despesas correntes / Despesas Totais	67,8%	62,6%	64,0%	78,1%	74,8%
Pessoal / Despesas Correntes	42,4%	42,4%	42,2%	36,3%	34,7%
Pessoal / Despesas Totais	28,7%	26,5%	27,0%	28,3%	26,0%
Pessoal / Receitas Correntes	37,1%	33,3%	30,2%	28,1%	24,0%
Receita Total / Despesa Total	100,9%	100,3%	115,5%	106,9%	115,7%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	114,1%	127,1%	139,8%	129,0%	144,6%
Receitas Correntes / Receitas Totais	76,6%	79,3%	77,5%	94,3%	93,4%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	46,2%	46,8%	47,0%	52,4%	53,2%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	31,3%	29,3%	30,1%	40,9%	39,8%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	87,7%	78,7%	71,5%	77,5%	69,2%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	145,3%	180,8%	138,5%	359,7%	332,2%
Impostos Directos / Receitas Correntes	57,4%	55,1%	51,2%	56,9%	66,4%
Impostos Directos / Receita Total	44,0%	43,7%	39,7%	53,6%	62,0%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	49,2%	48,9%	46,2%	61,7%	67,8%
Investimento / Despesas de Capital	82,1%	90,4%	92,5%	84,0%	85,4%
Investimento / Despesa Total	26,5%	33,8%	33,3%	18,4%	21,5%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	2,7%	3,8%	4,6%	9,4%	6,9%
Passivos Financeiros / Receita Total	9,1%	5,1%	1,1%	0,2%	1,8%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	41,4%	24,8%	4,8%	2,7%	27,1%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	68,8%	55,3%	72,2%	27,8%	30,1%
Receitas de Capital / Receita Total	22,0%	20,7%	22,5%	5,7%	6,6%
Receitas Próprias / Despesa Total	48,7%	48,8%	52,7%	65,6%	78,0%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	12,6%	11,2%	14,1%	8,8%	9,1%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	47,1%	75,0%	33,9%	93,5%	69,6%
Transferências Totais / Receitas Totais	20,0%	24,4%	18,5%	13,6%	13,0%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	17,2%	20,7%	19,6%	23,8%	14,4%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

GURA N.º 255 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007 (CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	2,3%	0,1%	13,4%	0,2%	0,0%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	10,4%	0,2%	59,4%	3,8%	0,3%
Receita Total / População Residente (2007)	1.269,66	1.476,48	1.822,65	1.702,49	2.104,51
Receita Corrente / População Residente (2007)	972,90	1.171,58	1.412,16	1.605,72	1.966,62
Receita Capital / População Residente (2007)	279,05	304,90	410,49	96,77	137,89
Impostos Directos / População Residente (2007)	558,45	645,92	723,06	912,91	1.305,76
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	19,73	39,76	78,82	106,08	79,69
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	46,39	36,65	39,49	30,85	40,82
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	624,57	722,32	841,38	1.049,84	1.426,28
Despesa Total / População Residente (2007)	1.258,36	1.472,64	1.578,40	1.592,34	1.818,21
Despesa Corrente / População Residente (2007)	852,87	921,53	1.009,96	1.244,31	1.360,12
Despesa Capital / População Residente (2007)	405,49	551,11	568,44	348,03	458,09
Passivo / População Residente (2007)	1.062,71	1.209,15	984,27	1.004,92	1.091,30
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	491,75	531,18	524,59	494,57	500,34
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	4.594.106,21	1.504.998,74	-251.384,75	-1.145.869,53	220.254,25
Activo / População Residente (2007)	3.628,76	4.026,23	5.758,02	6.112,42	6.965,19
Receitas Próprias / Receita Total	48,3%	48,7%	45,7%	61,4%	67,4%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	4.411.930,23	2.885.438,67	755.687,22	99.417,30	1.426.966,98
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	18.772.624,01	20.277.622,75	20.026.238,00	18.880.368,47	19.100.622,72
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	34,7%	15,2%	3,8%	0,9%	9,6%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	1.884.169,07	5.392.362,82	2.043.971,07	218.372,35	111.826,13
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	42,7%	186,9%	270,5%	219,7%	7,8%
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	14,8%	28,4%	10,2%	2,0%	0,7%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	241,5%	233,0%	415,5%	318,5%	340,4%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	341,5%	333,0%	585,0%	608,2%	638,2%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	20,7%	28,2%	99,8%	102,9%	164,0%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	8,5%	7,4%	64,2%	79,5%	0,0%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	70,7%	70,0%	71,0%	52,4%	53,3%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Albufeira, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 256 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	32,2%	37,4%	36,0%	21,9%	25,2%
I - 2	Menor Percentagem	28,7%	26,5%	27,0%	28,3%	26,0%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	100,9%	100,3%	115,5%	106,9%	115,7%
I - 4	Maior Percentagem	48,7%	48,8%	52,7%	65,6%	78,0%
I - 5	Menor Percentagem	2,3%	0,1%	13,4%	0,2%	0,0%
I - 6	Maior Percentagem	48,3%	48,7%	45,7%	61,4%	67,4%
I - 7	Menor Valor	852,87	921,53	1.009,96	1.244,31	1.360,12
I - 8	Maior Valor	405,49	551,11	568,44	348,03	458,09
I - 9	Menor Dívida	1.062,71	1.209,15	984,27	1.004,92	1.091,30
I - 10	Menor Dívida	491,75	531,18	524,59	494,57	500,34
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	4.594.106,21	1.504.998,74	-251.384,75	-1.145.869,53	220.254,25
I - 12	Maior Valor	3.628,76	4.026,23	5.758,02	6.112,42	6.965,19
I - 13	Menor Percentagem	34,7%	15,2%	3,8%	0,9%	9,6%
I - 14	Maior Percentagem	42,7%	186,9%	270,5%	219,7%	7,8%
I - 15	Maior Percentagem	14,8%	28,4%	10,2%	2,0%	0,7%
I - 16	Maior Percentagem	241,5%	233,0%	415,5%	318,5%	340,4%
I - 17	Maior Percentagem	341,5%	333,0%	585,0%	608,2%	638,2%
I - 18	Maior Percentagem	20,7%	28,2%	99,8%	102,9%	164,0%
I - 19	Maior Percentagem	8,5%	7,4%	64,2%	79,5%	0,0%
I - 20	Maior Percentagem	70,7%	70,0%	71,0%	52,4%	53,3%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

2. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Alcútem

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Alcútem, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 257 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALCÚTEM ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	195.656,95	196.164,76	301.411,62	289.292,18	341.246,89
02 – Impostos indirectos	1.397,48	1.352,01	154,25	1.875,00	5.812,55
04 – Taxas, multas e outras penalidades	38.463,77	57.597,87	48.483,50	22.697,67	24.733,90
05 – Rendimentos de propriedade	9.804,82	15.467,94	8.047,76	7.825,04	20.340,24
06 – Transferências correntes	3.187.495,00	3.401.500,45	3.478.369,10	3.535.088,60	3.552.853,48
07 – Venda de bens e serviços correntes	304.306,25	318.810,47	364.775,74	358.212,19	368.229,65
08 – Outras receitas correntes	13.616,23	99.474,18	50.139,90	62.935,26	41.239,27
Total receitas correntes	3.750.740,50	4.090.367,68	4.251.381,87	4.277.925,94	4.354.455,98
09 – Venda de bens de investimento	277.585,71	158.974,70	209.256,56	591.099,03	313.523,93
10 – Transferências de capital	3.150.527,26	3.506.302,64	4.169.335,74	4.306.067,79	3.773.859,77
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	24.997,50	84.001,37	25.349,86	0,00	0,00
13 – Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	1.153,00
Total de receitas de capital	3.453.110,47	3.749.278,71	4.403.942,16	4.897.166,82	4.088.536,70
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	2.770,44				
16 – Saldo da gerência anterior	432.782,62	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	435.553,06	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	7.639.404,03	7.839.646,39	8.655.324,03	9.175.092,76	8.442.992,68

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de Alcoutim, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 258 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	2.006.785,78	2.016.163,50	2.227.276,91	2.391.624,41	2.327.969,10
02 - Aquisição de bens e serviços	1.456.203,61	1.251.703,10	1.532.434,46	1.441.447,66	1.531.143,97
03 - Juros e outros encargos	87.787,68	68.475,02	68.170,63	74.035,06	111.992,77
04 - Transferências correntes	197.174,96	169.056,72	217.191,21	221.669,00	325.237,21
05 - Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 - Outras despesas correntes	33.464,61	70.558,87	159.039,66	83.055,99	86.586,42
Total despesas correntes	3.781.416,64	3.575.957,21	4.204.112,87	4.211.832,12	4.382.929,47
07 - Aquisição de bens de capital	2.874.466,72	3.526.133,20	4.253.848,98	3.031.010,71	3.419.747,09
08 - Transferências de capital	344.655,85	591.853,51	393.197,83	344.602,99	339.825,61
09 - Activos financeiros	15.725,00	19.763,00	17.763,00	500,00	0,00
10 - Passivos financeiros	150.114,76	168.831,36	189.892,55	198.103,47	364.956,80
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas de capital	3.384.962,33	4.306.581,07	4.854.702,36	3.574.217,17	4.124.529,50
TOTAL DESPESA	7.166.378,97	7.882.538,28	9.058.815,23	7.786.049,29	8.507.458,97

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007 para o Município de Alcoutim.

FIGURA N.º 259 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	47,2%	54,6%	53,6%	45,9%	48,5%
Despesas correntes / Despesas Totais	52,8%	45,4%	46,4%	54,1%	51,5%
Pessoal / Despesas Correntes	53,1%	56,4%	53,0%	56,8%	53,1%
Pessoal / Despesas Totais	28,0%	25,6%	24,6%	30,7%	27,4%
Pessoal / Receitas Correntes	53,5%	49,3%	52,4%	55,9%	53,5%
Receita Total / Despesa Total	106,6%	99,5%	95,5%	117,8%	99,2%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	99,2%	114,4%	101,1%	101,6%	99,4%
Receitas Correntes / Receitas Totais	49,1%	52,2%	49,1%	46,6%	51,6%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	38,5%	35,0%	36,5%	34,2%	34,9%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	20,3%	15,9%	16,9%	18,5%	18,0%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	100,8%	87,4%	98,9%	98,5%	100,7%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	98,0%	114,9%	110,2%	73,0%	100,9%
Impostos Directos / Receitas Correntes	5,2%	4,8%	7,1%	6,8%	7,8%
Impostos Directos / Receita Total	2,6%	2,5%	3,5%	3,2%	4,0%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	3,1%	3,3%	4,0%	3,4%	4,4%
Investimento / Despesas de Capital	84,9%	81,4%	86,5%	83,3%	82,0%
Investimento / Despesa Total	40,1%	44,5%	46,4%	38,2%	39,7%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	4,4%	3,9%	3,9%	5,5%	8,8%
Passivos Financeiros / Receita Total	0,3%	1,1%	0,3%	0,0%	0,0%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	0,7%	2,2%	0,6%	0,0%	0,0%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	102,0%	87,1%	90,7%	137,0%	99,1%
Receitas de Capital / Receita Total	45,2%	47,8%	50,9%	53,4%	48,4%
Receitas Próprias / Despesa Total	3,3%	3,1%	3,9%	4,0%	4,4%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	85,0%	83,2%	81,8%	82,6%	81,6%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	91,2%	93,5%	94,7%	87,9%	92,3%
Transferências Totais / Receitas Totais	83,0%	88,1%	88,4%	85,5%	86,8%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	4,0%	4,1%	4,2%	3,9%	4,4%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 260 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM ENTRE 2003 E 2007 (CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	3,6%	2,0%	2,4%	6,4%	3,7%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	8,0%	4,2%	4,8%	12,1%	7,7%
Receita Total / População Residente (2007)	2.397,80	2.460,65	2.716,67	2.879,82	2.650,03
Receita Corrente / População Residente (2007)	1.177,26	1.283,86	1.334,39	1.342,73	1.366,75
Receita Capital / População Residente (2007)	1.083,84	1.176,80	1.382,28	1.537,09	1.283,28
Impostos Directos / População Residente (2007)	61,41	61,57	94,61	90,80	107,11
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	0,44	0,42	0,05	0,59	1,82
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	12,07	18,08	15,22	7,12	7,76
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	73,92	80,07	109,87	98,51	116,70
Despesa Total / População Residente (2007)	2.249,33	2.474,12	2.843,32	2.443,83	2.670,26
Despesa Corrente / População Residente (2007)	1.186,89	1.122,40	1.319,56	1.321,98	1.375,68
Despesa Capital / População Residente (2007)	1.062,45	1.351,72	1.523,76	1.121,85	1.294,58
Passivo / População Residente (2007)	1.478,95	1.835,67	2.573,62	2.908,69	3.203,75
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	1.092,88	1.023,94	971,45	909,27	794,72
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	-125.117,25	-219.639,23	-167.237,21	-198.103,47	-364.956,80
Activo / População Residente (2007)	4.608,69	5.540,46	7.954,22	9.153,63	10.129,56
Receitas Próprias / Receita Total	3,1%	3,1%	4,0%	3,4%	4,4%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	24.997,50	84.001,37	25.349,86	0,00	0,00
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	3.481.911,16	3.262.271,93	3.095.034,72	2.896.931,25	2.531.974,45
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	0,9%	2,4%	0,6%	0,0%	0,0%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	973.701,92	0,00	736.559,32	1.983.862,13	1.503.067,38
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	3895,2%	0,0%	2905,6%	-	-
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	33,9%	0,0%	17,5%	66,7%	44,4%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	211,6%	201,8%	264,2%	169,5%	169,0%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	311,6%	301,8%	309,1%	314,7%	316,2%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	112,1%	54,1%	28,5%	48,9%	36,4%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	56,2%	27,0%	6,6%	26,0%	22,3%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	67,9%	66,9%	85,5%	53,9%	53,4%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Alcútem, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 261 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALCÚTEM ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	47,2%	54,6%	53,6%	45,9%	48,5%
I - 2	Menor Percentagem	28,0%	25,6%	24,6%	30,7%	27,4%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	106,6%	99,5%	95,5%	117,8%	99,2%
I - 4	Maior Percentagem	3,3%	3,1%	3,9%	4,0%	4,4%
I - 5	Menor Percentagem	3,6%	2,0%	2,4%	6,4%	3,7%
I - 6	Maior Percentagem	3,1%	3,1%	4,0%	3,4%	4,4%
I - 7	Menor Valor	1.186,89	1.122,40	1.319,56	1.321,98	1.375,68
I - 8	Maior Valor	1.062,45	1.351,72	1.523,76	1.121,85	1.294,58
I - 9	Menor Dívida	1.478,95	1.835,67	2.573,62	2.908,69	3.203,75
I - 10	Menor Dívida	1.092,88	1.023,94	971,45	909,27	794,72
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	-125.117,25	-219.639,23	-167.237,21	-198.103,47	-364.956,80
I - 12	Maior Valor	4.608,69	5.540,46	7.954,22	9.153,63	10.129,56
I - 13	Menor Percentagem	0,9%	2,4%	0,6%	0,0%	0,0%
I - 14	Maior Percentagem	3895,2%	0,0%	2905,6%	-	-
I - 15	Maior Percentagem	33,9%	0,0%	17,5%	66,7%	44,4%
I - 16	Maior Percentagem	211,6%	201,8%	264,2%	169,5%	169,0%
I - 17	Maior Percentagem	311,6%	301,8%	309,1%	314,7%	316,2%
I - 18	Maior Percentagem	112,1%	54,1%	28,5%	48,9%	36,4%
I - 19	Maior Percentagem	56,2%	27,0%	6,6%	26,0%	22,3%
I - 20	Maior Percentagem	67,9%	66,9%	85,5%	53,9%	53,4%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

3. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Aljezur

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Aljezur, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 262 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	1.063.647,98	1.571.429,64	1.710.740,68	2.344.597,16	3.192.230,63
02 – Impostos indirectos	31.859,44	46.577,99	52.160,31	43.760,15	129.743,86
04 – Taxas, multas e outras penalidades	170.826,54	111.043,68	125.739,59	134.620,85	250.354,42
05 – Rendimentos de propriedade	257.412,77	252.670,83	256.710,09	276.000,27	269.518,96
06 – Transferências correntes	3.004.077,04	4.081.363,67	3.339.407,48	3.372.609,42	3.440.683,83
07 – Venda de bens e serviços correntes	597.417,16	613.121,57	667.930,72	690.728,04	776.095,47
08 – Outras receitas correntes	8.180,62	54.239,59	2.601,28	4.413,72	16.179,73
Total receitas correntes	5.133.421,55	6.730.446,97	6.155.290,15	6.866.729,61	8.074.806,90
09 – Venda de bens de investimento	166.154,54	57.433,00	100.389,90	305.850,64	158.609,54
10 – Transferências de capital	3.244.168,68	2.225.049,04	2.739.619,24	3.098.111,60	4.722.361,56
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	272.429,98
12 – Passivos financeiros	1.663.945,40	76.780,73	0,00	575.000,00	1.630.000,00
13 – Outras receitas de capital	0,00	0,00	40.763,51	630,80	17.551,22
Total de receitas de capital	5.074.268,62	2.359.262,77	2.880.772,65	3.979.593,04	6.800.952,30
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00				
16 – Saldo da gerência anterior	54.278,60	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	54.278,60	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	10.261.968,77	9.089.709,74	9.036.062,80	10.846.322,65	14.875.759,20

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de Aljezur, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 263 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	2.251.265,53	2.409.478,07	2.647.602,78	2.865.381,98	2.994.436,02
02 - Aquisição de bens e serviços	1.454.442,77	2.261.077,67	1.972.905,28	1.806.123,94	2.513.327,39
03 - Juros e outros encargos	54.180,57	59.020,65	59.312,68	62.926,71	125.624,49
04 - Transferências correntes	765.012,55	859.495,95	927.647,99	1.183.344,98	1.093.950,55
05 - Subsídios	0,00	0,00	0,00	55.376,25	4.411,76
06 - Outras despesas correntes	8.697,46	74.695,24	7.477,50	9.537,57	58.466,10
Total despesas correntes	4.533.598,88	5.663.767,58	5.614.946,23	5.982.691,43	6.790.216,31
07 - Aquisição de bens de capital	3.965.501,83	1.820.131,63	3.333.269,68	4.150.306,61	7.223.498,37
08 - Transferências de capital	965.718,13	806.361,42	765.474,40	492.161,94	644.983,46
09 - Activos financeiros	29.925,00	34.913,00	34.913,00	0,00	0,00
10 - Passivos financeiros	422.393,71	197.795,28	203.030,86	228.809,25	233.904,91
11 - Outras despesas de capital	0,00	5.812,50	0,00	0,00	6.839,30
Total de despesas de capital	5.383.538,67	2.865.013,83	4.336.687,94	4.871.277,80	8.109.226,04
TOTAL DESPESA	9.917.137,55	8.528.781,41	9.951.634,17	10.853.969,23	14.899.442,35

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Aljezur.

FIGURA N.º 264 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	54,3%	33,6%	43,6%	44,9%	54,4%
Despesas correntes / Despesas Totais	45,7%	66,4%	56,4%	55,1%	45,6%
Pessoal / Despesas Correntes	49,7%	42,5%	47,2%	47,9%	44,1%
Pessoal / Despesas Totais	22,7%	28,3%	26,6%	26,4%	20,1%
Pessoal / Receitas Correntes	43,9%	35,8%	43,0%	41,7%	37,1%
Receita Total / Despesa Total	103,5%	106,6%	90,8%	99,9%	99,8%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	113,2%	118,8%	109,6%	114,8%	118,9%
Receitas Correntes / Receitas Totais	50,0%	74,0%	68,1%	63,3%	54,3%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	32,1%	39,9%	35,1%	30,2%	37,0%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	14,7%	26,5%	19,8%	16,6%	16,9%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	88,3%	84,2%	91,2%	87,1%	84,1%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	106,1%	121,4%	150,5%	122,4%	119,2%
Impostos Directos / Receitas Correntes	20,7%	23,3%	27,8%	34,1%	39,5%
Impostos Directos / Receita Total	10,4%	17,3%	18,9%	21,6%	21,5%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	12,3%	19,0%	20,9%	23,3%	24,0%
Investimento / Despesas de Capital	72,9%	21,0%	25,3%	43,0%	49,9%
Investimento / Despesa Total	39,6%	7,1%	11,0%	19,3%	27,1%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	7,8%	6,9%	4,7%	4,7%	2,9%
Passivos Financeiros / Receita Total	16,2%	0,8%	0,0%	5,3%	11,0%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	32,8%	3,3%	0,0%	14,4%	24,0%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	94,3%	82,3%	66,4%	81,7%	83,9%
Receitas de Capital / Receita Total	49,4%	26,0%	31,9%	36,7%	45,7%
Receitas Próprias / Despesa Total	11,7%	20,0%	18,6%	23,0%	23,3%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	58,5%	60,6%	54,3%	49,1%	42,6%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	63,9%	94,3%	95,1%	77,8%	69,4%
Transferências Totais / Receitas Totais	60,9%	69,4%	67,3%	59,7%	54,9%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	5,8%	6,7%	7,4%	6,4%	5,2%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 265 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007 (CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	1,6%	0,6%	1,1%	2,8%	1,1%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	3,3%	2,4%	3,5%	7,7%	2,3%
Receita Total / População Residente (2007)	1.923,16	1.703,47	1.693,42	2.032,67	2.787,81
Receita Corrente / População Residente (2007)	962,04	1.261,33	1.153,54	1.286,87	1.513,27
Receita Capital / População Residente (2007)	950,95	442,14	539,87	745,80	1.274,54
Impostos Directos / População Residente (2007)	199,33	294,50	320,60	439,39	598,24
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	5,97	8,73	9,78	8,20	24,31
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	32,01	20,81	23,56	25,23	46,92
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	237,32	324,04	353,94	472,82	669,48
Despesa Total / População Residente (2007)	1.858,53	1.598,35	1.865,00	2.034,10	2.792,25
Despesa Corrente / População Residente (2007)	849,62	1.061,43	1.052,28	1.121,19	1.272,53
Despesa Capital / População Residente (2007)	1.008,91	536,92	812,72	912,91	1.519,72
Passivo / População Residente (2007)	1.444,96	1.612,44	1.721,80	1.934,04	2.781,66
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	658,72	636,04	597,99	662,87	924,51
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	1.241.551,69	-121.014,55	-203.030,86	346.190,75	1.396.095,09
Activo / População Residente (2007)	1.665,40	3.422,66	4.806,66	5.383,24	6.769,33
Receitas Próprias / Receita Total	11,3%	18,8%	20,5%	23,0%	23,3%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	1.413.945,40	76.780,73	0,00	0,00	1.630.000,00
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	3.514.946,40	3.393.931,85	3.190.900,99	3.537.091,74	4.933.186,83
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	36,0%	12,7%	0,0%	0,0%	40,3%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	1.357.141,23	219.640,88	596.362,34	877.393,15	2.685.603,63
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	96,0%	286,1%	-	-	164,8%
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	34,6%	36,5%	54,3%	41,9%	66,4%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	15,3%	112,3%	219,2%	123,0%	101,1%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	115,3%	212,3%	279,2%	278,3%	243,4%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	20,5%	30,6%	16,8%	10,0%	12,0%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	18,3%	26,2%	8,6%	4,3%	5,6%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	13,2%	52,9%	78,5%	44,2%	41,5%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Aljezur, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 266 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	54,3%	33,6%	43,6%	44,9%	54,4%
I - 2	Menor Percentagem	22,7%	28,3%	26,6%	26,4%	20,1%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	103,5%	106,6%	90,8%	99,9%	99,8%
I - 4	Maior Percentagem	11,7%	20,0%	18,6%	23,0%	23,3%
I - 5	Menor Percentagem	1,6%	0,6%	1,1%	2,8%	1,1%
I - 6	Maior Percentagem	11,3%	18,8%	20,5%	23,0%	23,3%
I - 7	Menor Valor	849,62	1.061,43	1.052,28	1.121,19	1.272,53
I - 8	Maior Valor	1.008,91	536,92	812,72	912,91	1.519,72
I - 9	Menor Dívida	1.444,96	1.612,44	1.721,80	1.934,04	2.781,66
I - 10	Menor Dívida	658,72	636,04	597,99	662,87	924,51
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	1.241.551,69	-121.014,55	-203.030,86	346.190,75	1.396.095,09
I - 12	Maior Valor	1.665,40	3.422,66	4.806,66	5.383,24	6.769,33
I - 13	Menor Percentagem	36,0%	12,7%	0,0%	0,0%	40,3%
I - 14	Maior Percentagem	96,0%	286,1%	-	-	164,8%
I - 15	Maior Percentagem	34,6%	36,5%	54,3%	41,9%	66,4%
I - 16	Maior Percentagem	15,3%	112,3%	219,2%	123,0%	101,1%
I - 17	Maior Percentagem	115,3%	212,3%	279,2%	278,3%	243,4%
I - 18	Maior Percentagem	20,5%	30,6%	16,8%	10,0%	12,0%
I - 19	Maior Percentagem	18,3%	26,2%	8,6%	4,3%	5,6%
I - 20	Maior Percentagem	13,2%	52,9%	78,5%	44,2%	41,5%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

4. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Castro Marim

Segundo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Castro Marim, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 267 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	1.926.663,73	2.940.656,99	3.200.546,43	3.357.012,99	4.156.214,14
02 – Impostos indirectos	206.493,16	67.580,54	73.078,57	73.958,60	3.200.828,58
04 – Taxas, multas e outras penalidades	170.570,32	122.458,78	899.405,86	75.065,87	97.614,83
05 – Rendimentos de propriedade	25.950,29	41.455,87	61.866,97	43.540,07	81.975,47
06 – Transferências correntes	2.788.045,46	2.961.478,41	3.083.737,24	3.046.789,36	2.572.308,64
07 – Venda de bens e serviços correntes	1.350.643,60	1.664.764,65	1.799.376,76	1.561.770,02	1.489.570,43
08 – Outras receitas correntes	59.683,30	46.676,67	30.555,41	78.087,30	59.838,86
Total receitas correntes	6.528.049,86	7.845.071,91	9.148.567,24	8.236.224,21	11.658.350,95
09 – Venda de bens de investimento	11.830,26	0,00	0,00	452.796,56	19.810,83
10 – Transferências de capital	2.566.180,19	4.910.547,26	3.778.126,87	4.390.620,95	5.370.124,85
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	0,00	568.108,64	1.533.714,00	210.859,50	708.778,25
13 – Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de receitas de capital	2.578.010,45	5.478.655,90	5.311.840,87	5.054.277,01	6.098.713,93
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00				
16 – Saldo da gerência anterior	1.051.764,29	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	1.051.764,29	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	10.157.824,60	13.323.727,81	14.460.408,11	13.290.501,22	17.757.064,88

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para este Município, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 268 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	2.242.916,28	2.301.876,93	2.426.424,25	2.509.748,96	2.754.221,02
02 - Aquisição de bens e serviços	2.872.040,62	3.026.714,30	3.435.671,10	3.673.880,02	3.820.887,09
03 - Juros e outros encargos	41.594,97	31.788,67	67.245,36	88.312,11	158.138,92
04 - Transferências correntes	557.588,85	689.674,72	619.964,06	627.999,14	623.543,34
05 - Subsídios	43.414,57	0,00	0,00	0,00	142,80
06 - Outras despesas correntes	4.305,42	24.560,69	23.656,72	9.252,68	47.399,00
Total despesas correntes	5.761.860,71	6.074.615,31	6.572.961,49	6.909.192,91	7.404.332,17
07 - Aquisição de bens de capital	3.295.735,25	4.666.329,49	9.020.862,88	4.987.370,08	6.900.870,58
08 - Transferências de capital	0,00	33.520,10	236.613,93	216.847,57	148.105,31
09 - Activos financeiros	500,00	0,00	120.751,00	0,00	0,00
10 - Passivos financeiros	47.666,81	60.938,01	80.568,98	140.242,23	179.023,30
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas de capital	3.343.902,06	4.760.787,60	9.458.796,79	5.344.459,88	7.227.999,19
TOTAL DESPESA	9.105.762,77	10.835.402,91	16.031.758,28	12.253.652,79	14.632.331,36

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Castro Marim.

FIGURA N.º 269 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	36,7%	43,9%	59,0%	43,6%	49,4%
Despesas correntes / Despesas Totais	63,3%	56,1%	41,0%	56,4%	50,6%
Pessoal / Despesas Correntes	38,9%	37,9%	36,9%	36,3%	37,2%
Pessoal / Despesas Totais	24,6%	21,2%	15,1%	20,5%	18,8%
Pessoal / Receitas Correntes	34,4%	29,3%	26,5%	30,5%	23,6%
Receita Total / Despesa Total	111,6%	123,0%	90,2%	108,5%	121,4%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	113,3%	129,1%	139,2%	119,2%	157,5%
Receitas Correntes / Receitas Totais	64,3%	58,9%	63,3%	62,0%	65,7%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	49,8%	49,8%	52,3%	53,2%	51,6%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	31,5%	27,9%	21,4%	30,0%	26,1%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	88,3%	77,4%	71,8%	83,9%	63,5%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	129,7%	86,9%	178,1%	105,7%	118,5%
Impostos Directos / Receitas Correntes	29,5%	37,5%	35,0%	40,8%	35,7%
Impostos Directos / Receita Total	19,0%	22,1%	22,1%	25,3%	23,4%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	22,7%	23,5%	28,9%	26,4%	42,0%
Investimento / Despesas de Capital	82,3%	89,8%	75,1%	60,0%	47,0%
Investimento / Despesa Total	30,2%	39,5%	44,3%	26,2%	23,2%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	1,4%	1,3%	0,9%	2,6%	2,5%
Passivos Financeiros / Receita Total	0,0%	4,3%	10,6%	1,6%	4,0%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	0,0%	10,4%	28,9%	4,2%	11,6%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	77,1%	115,1%	56,2%	94,6%	84,4%
Receitas de Capital / Receita Total	25,4%	41,1%	36,7%	38,0%	34,3%
Receitas Próprias / Despesa Total	25,0%	28,6%	25,9%	28,5%	50,9%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	42,7%	37,7%	33,7%	37,0%	22,1%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	99,5%	89,6%	71,1%	86,9%	88,1%
Transferências Totais / Receitas Totais	52,7%	59,1%	47,5%	56,0%	44,7%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	13,3%	12,5%	12,4%	11,8%	8,4%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 270 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007(CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,1%	0,0%	0,0%	3,4%	0,1%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	0,5%	0,0%	0,0%	9,0%	0,3%
Receita Total / População Residente (2007)	1.563,46	2.050,75	2.225,71	2.045,64	2.733,12
Receita Corrente / População Residente (2007)	1.004,78	1.207,49	1.408,12	1.267,70	1.794,42
Receita Capital / População Residente (2007)	396,80	843,26	817,58	777,94	938,70
Impostos Directos / População Residente (2007)	296,55	452,62	492,62	516,70	639,71
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	31,78	10,40	11,25	11,38	492,66
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	26,25	18,85	138,43	11,55	15,02
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	354,58	481,87	642,30	539,64	1.147,40
Despesa Total / População Residente (2007)	1.401,53	1.667,75	2.467,56	1.886,05	2.252,17
Despesa Corrente / População Residente (2007)	886,85	934,99	1.011,69	1.063,44	1.139,65
Despesa Capital / População Residente (2007)	514,68	732,77	1.455,87	822,60	1.112,51
Passivo / População Residente (2007)	344,02	459,61	859,69	1.634,12	1.945,09
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	250,24	328,30	730,15	1.079,73	1.052,18
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	-47.666,81	507.170,63	2.610.848,02	2.271.223,73	-179.023,30
Activo / População Residente (2007)	9.925,34	10.374,63	14.223,36	15.650,89	17.029,26
Receitas Próprias / Receita Total	22,4%	23,3%	28,7%	26,3%	42,0%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	0,00	568.108,64	1.533.714,00	210.859,50	708.778,25
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	1.625.791,39	2.132.962,02	4.743.810,04	7.015.033,77	6.836.010,47
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	0,0%	13,3%	21,6%	6,6%	20,9%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	744.062,76	3.021.697,97	1.860.409,93	2.309.051,01	0,00
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	-	531,9%	121,3%	1095,1%	0,0%
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	27,0%	70,7%	26,2%	72,0%	0,0%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	2785,1%	2157,3%	1295,6%	635,9%	561,6%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	2885,1%	2257,3%	1654,5%	957,8%	875,5%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	297,8%	485,8%	394,2%	211,0%	159,8%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	233,0%	463,3%	312,7%	114,3%	118,5%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	96,5%	95,6%	78,3%	66,4%	64,2%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Castro Marim, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 271 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	36,7%	43,9%	59,0%	43,6%	49,4%
I - 2	Menor Percentagem	24,6%	21,2%	15,1%	20,5%	18,8%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	111,6%	123,0%	90,2%	108,5%	121,4%
I - 4	Maior Percentagem	25,0%	28,6%	25,9%	28,5%	50,9%
I - 5	Menor Percentagem	0,1%	0,0%	0,0%	3,4%	0,1%
I - 6	Maior Percentagem	22,4%	23,3%	28,7%	26,3%	42,0%
I - 7	Menor Valor	886,85	934,99	1.011,69	1.063,44	1.139,65
I - 8	Maior Valor	514,68	732,77	1.455,87	822,60	1.112,51
I - 9	Menor Dívida	344,02	459,61	859,69	1.634,12	1.945,09
I - 10	Menor Dívida	250,24	328,30	730,15	1.079,73	1.052,18
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	-47.666,81	507.170,63	2.610.848,02	2.271.223,73	-179.023,30
I - 12	Maior Valor	9.925,34	10.374,63	14.223,36	15.650,89	17.029,26
I - 13	Menor Percentagem	0,0%	13,3%	21,6%	6,6%	20,9%
I - 14	Maior Percentagem	-	531,9%	121,3%	1095,1%	0,0%
I - 15	Maior Percentagem	27,0%	70,7%	26,2%	72,0%	0,0%
I - 16	Maior Percentagem	2785,1%	2157,3%	1295,6%	635,9%	561,6%
I - 17	Maior Percentagem	2885,1%	2257,3%	1654,5%	957,8%	875,5%
I - 18	Maior Percentagem	297,8%	485,8%	394,2%	211,0%	159,8%
I - 19	Maior Percentagem	233,0%	463,3%	312,7%	114,3%	118,5%
I - 20	Maior Percentagem	96,5%	95,6%	78,3%	66,4%	64,2%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

5. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Faro

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Faro, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 272 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	15.284.846,59	17.299.203,18	16.780.431,32	15.707.842,19	16.890.583,93
02 – Impostos indirectos	945.229,63	1.013.868,86	720.002,73	781.974,59	1.102.433,87
04 – Taxas, multas e outras penalidades	580.314,25	496.514,08	550.983,96	471.118,50	432.850,69
05 – Rendimentos de propriedade	1.511.648,38	1.377.555,16	1.713.485,90	1.162.370,02	1.616.401,51
06 – Transferências correntes	4.536.866,90	4.908.553,31	5.977.154,80	4.832.722,54	6.673.693,22
07 – Venda de bens e serviços correntes	2.399.510,80	1.418.262,48	1.262.253,90	1.300.944,18	1.352.082,17
08 – Outras receitas correntes	234.441,43	167.596,13	54.358,84	103.045,14	48.033,00
Total receitas correntes	25.492.857,98	26.681.553,20	27.058.671,45	24.360.017,16	28.116.078,39
09 – Venda de bens de investimento	46.575,67	10.545,08	126.002,86	3.353.165,77	1.835.479,89
10 – Transferências de capital	4.818.371,36	6.236.433,70	7.701.930,30	6.189.217,28	2.460.434,98
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	4.769.081,30	9.017.708,62	5.139.660,96	1.214.327,89	2.035.525,01
13 – Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	5.136,12
Total de receitas de capital	9.634.028,33	15.264.687,40	12.967.594,12	10.756.710,94	6.336.576,00
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	32.899,19				
16 – Saldo da gerência anterior	2.468.020,59	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	2.500.919,78	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	37.627.806,09	41.946.240,60	40.026.265,57	35.116.728,10	34.452.654,39

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para este Município, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 273 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	9.990.363,92	10.925.762,06	11.700.083,56	11.615.131,14	12.267.740,20
02 - Aquisição de bens e serviços	8.460.516,09	7.932.442,00	6.854.759,59	6.578.864,91	6.665.381,22
03 - Juros e outros encargos	784.942,80	1.008.569,78	982.481,98	1.353.509,45	1.750.891,39
04 - Transferências correntes	2.984.744,33	4.298.998,29	3.755.529,53	4.379.329,63	3.374.280,21
05 - Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 - Outras despesas correntes	88.301,26	145.579,71	26.898,27	64.206,55	60.684,92
Total despesas correntes	22.308.868,40	24.311.351,84	23.319.752,93	23.991.041,68	24.118.977,94
07 - Aquisição de bens de capital	5.019.239,90	12.634.625,86	13.377.654,26	8.630.377,03	7.127.508,84
08 - Transferências de capital	6.516.309,88	2.831.868,14	1.965.597,11	1.561.185,59	1.231.646,66
09 - Activos financeiros	361.175,00	0,00	50.000,00	474.110,94	140.262,67
10 - Passivos financeiros	718.621,79	902.870,95	1.258.780,28	2.177.976,34	3.175.320,03
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas de capital	12.615.346,57	16.369.364,95	16.652.031,65	12.843.649,90	11.674.738,20
TOTAL DESPESA	34.924.214,97	40.680.716,79	39.971.784,58	36.834.691,58	35.793.716,14

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Faro.

FIGURA N.º 274 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	36,1%	40,2%	41,7%	34,9%	32,6%
Despesas correntes / Despesas Totais	63,9%	59,8%	58,3%	65,1%	67,4%
Pessoal / Despesas Correntes	44,8%	44,9%	50,2%	48,4%	50,9%
Pessoal / Despesas Totais	28,6%	26,9%	29,3%	31,5%	34,3%
Pessoal / Receitas Correntes	39,2%	40,9%	43,2%	47,7%	43,6%
Receita Total / Despesa Total	107,7%	103,1%	100,1%	95,3%	96,3%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	114,3%	109,7%	116,0%	101,5%	116,6%
Receitas Correntes / Receitas Totais	67,8%	63,6%	67,6%	69,4%	81,6%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	37,9%	32,6%	29,4%	27,4%	27,6%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	24,2%	19,5%	17,1%	17,9%	18,6%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	87,5%	91,1%	86,2%	98,5%	85,8%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	130,9%	107,2%	128,4%	119,4%	184,2%
Impostos Directos / Receitas Correntes	60,0%	64,8%	62,0%	64,5%	60,1%
Impostos Directos / Receita Total	40,6%	41,2%	41,9%	44,7%	49,0%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	44,7%	44,8%	45,1%	48,3%	53,5%
Investimento / Despesas de Capital	39,1%	76,7%	79,9%	66,6%	60,4%
Investimento / Despesa Total	14,1%	30,8%	33,3%	23,2%	19,7%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	5,7%	5,5%	7,6%	17,0%	27,2%
Passivos Financeiros / Receita Total	12,7%	21,5%	12,8%	3,5%	5,9%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	49,5%	59,1%	39,6%	11,3%	32,1%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	76,4%	93,3%	77,9%	83,8%	54,3%
Receitas de Capital / Receita Total	25,6%	36,4%	32,4%	30,6%	18,4%
Receitas Próprias / Despesa Total	48,0%	46,2%	44,9%	45,9%	51,3%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	17,8%	18,4%	22,1%	19,8%	23,7%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	50,0%	40,9%	59,4%	57,5%	38,8%
Transferências Totais / Receitas Totais	24,9%	26,6%	34,2%	31,4%	26,5%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	6,4%	3,4%	3,2%	3,7%	3,9%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 275 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007 (CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,1%	0,0%	0,3%	9,5%	5,3%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	0,5%	0,1%	1,0%	31,2%	29,0%
Receita Total / População Residente (2007)	640,59	714,11	681,43	597,84	586,54
Receita Corrente / População Residente (2007)	434,00	454,24	460,66	414,72	478,66
Receita Capital / População Residente (2007)	164,01	259,87	220,77	183,13	107,88
Impostos Directos / População Residente (2007)	260,22	294,51	285,68	267,42	287,55
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	16,09	17,26	12,26	13,31	18,77
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	9,88	8,45	9,38	8,02	7,37
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	286,19	320,22	307,32	288,75	313,69
Despesa Total / População Residente (2007)	594,57	692,57	680,50	627,09	609,37
Despesa Corrente / População Residente (2007)	379,80	413,89	397,01	408,43	410,61
Despesa Capital / População Residente (2007)	214,77	278,68	283,49	218,66	198,76
Passivo / População Residente (2007)	572,23	790,88	1.070,76	1.127,56	1.195,45
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	422,18	560,72	626,79	606,25	588,77
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	4.068.539,31	8.137.726,76	3.880.880,68	-1.206.330,95	-1.026.581,61
Activo / População Residente (2007)	1.148,64	1.473,54	1.901,71	2.069,03	2.384,84
Receitas Próprias / Receita Total	44,5%	44,8%	44,9%	48,1%	53,3%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	4.769.081,30	9.017.708,62	5.139.660,96	773.327,89	2.035.525,01
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	24.798.317,15	32.936.043,91	36.816.924,59	35.610.593,64	34.584.012,03
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	96,8%	71,9%	38,6%	9,0%	28,9%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	1.802.641,95	3.021.298,81	4.048.310,73	2.309.051,01	846.735,32
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	37,8%	33,5%	78,8%	298,6%	41,6%
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	36,6%	24,1%	30,4%	27,0%	12,0%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	100,7%	86,3%	162,1%	66,0%	79,9%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	200,7%	186,3%	177,6%	183,5%	199,5%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	41,6%	37,9%	22,5%	11,8%	10,3%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	39,5%	36,1%	19,7%	11,3%	6,5%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	50,2%	46,3%	91,3%	36,0%	40,0%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Faro, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 276 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE FARO ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	36,1%	40,2%	41,7%	34,9%	32,6%
I - 2	Menor Percentagem	28,6%	26,9%	29,3%	31,5%	34,3%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	107,7%	103,1%	100,1%	95,3%	96,3%
I - 4	Maior Percentagem	48,0%	46,2%	44,9%	45,9%	51,3%
I - 5	Menor Percentagem	0,1%	0,0%	0,3%	9,5%	5,3%
I - 6	Maior Percentagem	44,5%	44,8%	44,9%	48,1%	53,3%
I - 7	Menor Valor	379,80	413,89	397,01	408,43	410,61
I - 8	Maior Valor	214,77	278,68	283,49	218,66	198,76
I - 9	Menor Dívida	572,23	790,88	1.070,76	1.127,56	1.195,45
I - 10	Menor Dívida	422,18	560,72	626,79	606,25	588,77
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	4.068.539,31	8.137.726,76	3.880.880,68	-1.206.330,95	-1.026.581,61
I - 12	Maior Valor	1.148,64	1.473,54	1.901,71	2.069,03	2.384,84
I - 13	Menor Percentagem	96,8%	71,9%	38,6%	9,0%	28,9%
I - 14	Maior Percentagem	37,8%	33,5%	78,8%	298,6%	41,6%
I - 15	Maior Percentagem	36,6%	24,1%	30,4%	27,0%	12,0%
I - 16	Maior Percentagem	100,7%	86,3%	162,1%	66,0%	79,9%
I - 17	Maior Percentagem	200,7%	186,3%	177,6%	183,5%	199,5%
I - 18	Maior Percentagem	41,6%	37,9%	22,5%	11,8%	10,3%
I - 19	Maior Percentagem	39,5%	36,1%	19,7%	11,3%	6,5%
I - 20	Maior Percentagem	50,2%	46,3%	91,3%	36,0%	40,0%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

6. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Lagoa

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Lagoa, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 277 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	12.199.708,01	12.391.996,89	14.072.665,69	15.429.319,00	19.893.074,26
02 – Impostos indirectos	854.424,46	652.970,78	706.441,04	799.158,40	780.054,30
04 – Taxas, multas e outras penalidades	789.047,50	785.775,64	852.724,92	761.275,85	851.168,85
05 – Rendimentos de propriedade	660.773,11	583.887,76	1.033.378,58	978.799,96	1.003.927,69
06 – Transferências correntes	3.127.154,70	3.175.950,10	5.758.412,76	3.448.797,38	3.801.907,32
07 – Venda de bens e serviços correntes	4.816.818,68	6.114.698,35	6.498.035,69	6.269.566,37	7.027.407,61
08 – Outras receitas correntes	40.038,77	40.667,82	69.117,16	14.962,22	31.919,18
Total receitas correntes	22.487.965,23	23.745.947,34	28.990.775,84	27.701.879,18	33.389.459,21
09 – Venda de bens de investimento	33.411,83	22.691,54	1.639.306,28	17.585,00	7.550,00
10 – Transferências de capital	4.338.610,56	4.179.031,11	2.750.187,78	3.448.668,97	3.231.691,06
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	945.340,09	598.560,32	182.770,14	404.800,82	342.440,28
13 – Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	55.404,00
Total de receitas de capital	5.317.362,48	4.800.282,97	4.572.264,20	3.871.054,79	3.637.085,34
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	4.621,18				
16 – Saldo da gerência anterior	147.129,00	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	151.750,18	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	27.957.077,89	28.546.230,31	33.563.040,04	31.572.933,97	37.026.544,55

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para este Município, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 278 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	6.612.741,04	7.102.754,04	7.593.200,55	7.852.790,42	7.717.817,49
02 - Aquisição de bens e serviços	7.237.760,32	8.457.436,43	9.182.339,85	11.100.267,19	13.043.913,45
03 - Juros e outros encargos	116.109,75	114.133,83	111.518,16	136.927,33	175.412,97
04 - Transferências correntes	1.283.035,88	1.493.638,53	1.685.682,10	1.973.717,86	2.156.892,56
05 - Subsídios	0,00	0,00	34.509,14	17.254,57	17.254,57
06 - Outras despesas correntes	206.712,28	87.012,73	559.638,96	687.090,21	458.374,02
Total despesas correntes	15.456.359,27	17.254.975,56	19.166.888,76	21.768.047,58	23.569.665,06
07 - Aquisição de bens de capital	10.130.713,70	7.685.169,96	12.974.886,34	7.695.335,12	8.729.910,02
08 - Transferências de capital	659.982,66	674.275,40	857.656,27	1.497.722,41	1.292.138,59
09 - Activos financeiros	332.200,00	70.975,00	0,00	385.875,00	0,00
10 - Passivos financeiros	291.572,40	410.373,12	472.174,50	488.568,67	506.921,33
11 - Outras despesas de capital	1.048.864,05	29.702,30	39.563,81	30.027,80	56.846,25
Total de despesas de capital	12.463.332,81	8.870.495,78	14.344.280,92	10.097.529,00	10.585.816,19
TOTAL DESPESA	27.919.692,08	26.125.471,34	33.511.169,68	31.865.576,58	34.155.481,25

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Lagoa.

FIGURA N.º 279 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	44,6%	34,0%	42,8%	31,7%	31,0%
Despesas correntes / Despesas Totais	55,4%	66,0%	57,2%	68,3%	69,0%
Pessoal / Despesas Correntes	42,8%	41,2%	39,6%	36,1%	32,7%
Pessoal / Despesas Totais	23,7%	27,2%	22,7%	24,6%	22,6%
Pessoal / Receitas Correntes	29,4%	29,9%	26,2%	28,3%	23,1%
Receita Total / Despesa Total	100,1%	109,3%	100,2%	99,1%	108,4%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	145,5%	137,6%	151,3%	127,3%	141,7%
Receitas Correntes / Receitas Totais	80,4%	83,2%	86,4%	87,7%	90,2%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	46,8%	49,0%	47,9%	51,0%	55,3%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	25,9%	32,4%	27,4%	34,8%	38,2%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	68,7%	72,7%	66,1%	78,6%	70,6%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	234,4%	184,8%	313,7%	260,8%	291,1%
Impostos Directos / Receitas Correntes	54,2%	52,2%	48,5%	55,7%	59,6%
Impostos Directos / Receita Total	43,6%	43,4%	41,9%	48,9%	53,7%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	49,5%	48,5%	46,6%	53,8%	58,1%
Investimento / Despesas de Capital	81,3%	75,8%	59,2%	46,7%	52,2%
Investimento / Despesa Total	36,3%	25,8%	25,3%	14,8%	16,2%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	2,3%	4,6%	3,3%	4,8%	4,8%
Passivos Financeiros / Receita Total	3,4%	2,1%	0,5%	1,3%	0,9%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	17,8%	12,5%	4,0%	10,5%	9,4%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	42,7%	54,1%	31,9%	38,3%	34,4%
Receitas de Capital / Receita Total	19,0%	16,8%	13,6%	12,3%	9,8%
Receitas Próprias / Despesa Total	49,1%	52,4%	46,1%	52,9%	62,7%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	13,9%	13,4%	19,9%	12,4%	11,4%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	81,6%	87,1%	60,1%	89,1%	88,9%
Transferências Totais / Receitas Totais	26,7%	25,8%	25,4%	21,8%	19,0%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	17,2%	21,4%	19,4%	19,9%	19,0%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 280 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007 (CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,1%	0,1%	4,9%	0,1%	0,0%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	0,6%	0,5%	35,9%	0,5%	0,2%
Receita Total / População Residente (2007)	1.146,25	1.170,41	1.376,10	1.294,50	1.518,10
Receita Corrente / População Residente (2007)	922,02	973,59	1.188,63	1.135,79	1.368,98
Receita Capital / População Residente (2007)	218,01	196,81	187,46	158,71	149,12
Impostos Directos / População Residente (2007)	500,19	508,08	576,99	632,61	815,62
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	35,03	26,77	28,96	32,77	31,98
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	32,35	32,22	34,96	31,21	34,90
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	567,58	567,07	640,91	696,59	882,51
Despesa Total / População Residente (2007)	1.144,72	1.071,16	1.373,97	1.306,50	1.400,39
Despesa Corrente / População Residente (2007)	633,72	707,46	785,85	892,50	966,37
Despesa Capital / População Residente (2007)	511,00	363,69	588,12	414,00	434,02
Passivo / População Residente (2007)	413,50	487,31	516,88	557,33	726,76
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	239,87	247,59	235,72	232,29	225,55
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	653.767,69	188.187,20	-289.404,36	-83.767,85	-164.481,05
Activo / População Residente (2007)	1.419,80	4.940,38	5.932,45	6.335,90	6.882,35
Receitas Próprias / Receita Total	49,0%	48,0%	46,0%	53,4%	57,8%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	945.340,09	598.560,32	182.770,14	404.800,82	342.440,28
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	5.850.545,68	6.038.732,88	5.749.328,52	5.665.560,67	5.501.079,62
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	9,3%	8,9%	2,2%	8,6%	6,2%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	2.022.894,62	1.848.634,59	613.022,85	2.752.555,86	1.602.803,36
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	214,0%	308,8%	335,4%	680,0%	468,1%
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	20,0%	27,5%	7,2%	58,4%	29,0%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	243,4%	913,8%	1000,7%	853,2%	671,6%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	343,4%	1013,8%	1147,7%	1136,8%	947,0%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	56,2%	73,7%	67,8%	57,2%	79,0%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	11,9%	52,8%	51,0%	42,2%	51,9%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	70,9%	90,1%	87,2%	75,0%	70,9%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Lagoa, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 281 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LAGOA ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	44,6%	34,0%	42,8%	31,7%	31,0%
I - 2	Menor Percentagem	23,7%	27,2%	22,7%	24,6%	22,6%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	100,1%	109,3%	100,2%	99,1%	108,4%
I - 4	Maior Percentagem	49,1%	52,4%	46,1%	52,9%	62,7%
I - 5	Menor Percentagem	0,1%	0,1%	4,9%	0,1%	0,0%
I - 6	Maior Percentagem	49,0%	48,0%	46,0%	53,4%	57,8%
I - 7	Menor Valor	633,72	707,46	785,85	892,50	966,37
I - 8	Maior Valor	511,00	363,69	588,12	414,00	434,02
I - 9	Menor Dívida	413,50	487,31	516,88	557,33	726,76
I - 10	Menor Dívida	239,87	247,59	235,72	232,29	225,55
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	653.767,69	188.187,20	-289.404,36	-83.767,85	-164.481,05
I - 12	Maior Valor	1.419,80	4.940,38	5.932,45	6.335,90	6.882,35
I - 13	Menor Percentagem	9,3%	8,9%	2,2%	8,6%	6,2%
I - 14	Maior Percentagem	214,0%	308,8%	335,4%	680,0%	468,1%
I - 15	Maior Percentagem	20,0%	27,5%	7,2%	58,4%	29,0%
I - 16	Maior Percentagem	243,4%	913,8%	1000,7%	853,2%	671,6%
I - 17	Maior Percentagem	343,4%	1013,8%	1147,7%	1136,8%	947,0%
I - 18	Maior Percentagem	56,2%	73,7%	67,8%	57,2%	79,0%
I - 19	Maior Percentagem	11,9%	52,8%	51,0%	42,2%	51,9%
I - 20	Maior Percentagem	70,9%	90,1%	87,2%	75,0%	70,9%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

7. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Lagos

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Lagos, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 282 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	15.152.352,32	17.425.749,57	21.703.371,39	25.336.798,70	28.042.839,12
02 – Impostos indirectos	789.644,74	644.422,47	885.205,99	1.111.055,34	1.596.051,88
04 – Taxas, multas e outras penalidades	425.074,87	463.848,26	608.776,10	656.297,61	769.426,93
05 – Rendimentos de propriedade	92.744,19	155.638,82	273.723,01	225.399,78	588.085,83
06 – Transferências correntes	4.315.933,11	4.404.881,24	4.453.817,51	5.153.015,25	5.047.392,96
07 – Venda de bens e serviços correntes	6.865.822,86	7.738.404,14	8.411.947,82	8.453.917,04	9.465.219,95
08 – Outras receitas correntes	492.773,11	665.561,15	110.443,36	112.070,86	123.776,27
Total receitas correntes	28.134.345,20	31.498.505,65	36.447.285,18	41.048.554,58	45.632.792,94
09 – Venda de bens de investimento	86.446,20	365.768,28	390.188,28	10.695,25	400.732,03
10 – Transferências de capital	5.028.839,30	14.590.094,24	4.178.758,41	5.075.037,12	5.238.770,92
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	98,10	292,24	85,02
12 – Passivos financeiros	1.084.059,54	672.477,00	648.230,00	1.603.043,00	1.359.252,00
13 – Outras receitas de capital	15.360,00	21.580,00	3.966,32	1.995,00	0,00
Total de receitas de capital	6.214.705,04	15.649.919,52	5.221.241,11	6.691.062,61	6.998.839,97
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	33.310,21				
16 – Saldo da gerência anterior	229.259,00	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	262.569,21	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	34.611.619,45	47.148.425,17	41.668.526,29	47.739.617,19	52.631.632,91

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de Lagos, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 283 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	9.256.074,76	9.825.941,27	11.195.578,15	12.501.419,66	12.157.608,27
02 - Aquisição de bens e serviços	9.824.395,49	10.756.400,05	13.231.554,82	15.313.404,28	15.723.695,15
03 - Juros e outros encargos	349.746,70	273.052,90	316.948,74	343.010,89	498.833,48
04 - Transferências correntes	1.507.927,83	1.901.269,75	2.561.936,59	2.704.273,78	2.758.503,01
05 - Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	317.841,12
06 - Outras despesas correntes	714.705,65	542.297,21	812.397,38	1.091.577,40	1.133.303,79
Total despesas correntes	21.652.850,43	23.298.961,18	28.118.415,68	31.953.686,01	32.589.784,82
07 - Aquisição de bens de capital	9.886.329,10	11.671.737,70	18.996.768,06	13.418.781,87	15.401.955,18
08 - Transferências de capital	248.757,85	388.724,52	442.163,27	358.479,23	1.947.441,33
09 - Activos financeiros	181.000,00	208.250,00	208.250,00	100.000,00	200.000,00
10 - Passivos financeiros	465.094,35	828.571,67	794.067,75	741.050,93	717.676,64
11 - Outras despesas de capital	29.713,91	242.880,96	108.350,16	88.242,54	136.132,53
Total de despesas de capital	10.810.895,21	13.340.164,85	20.549.599,24	14.706.554,57	18.403.205,68
TOTAL DESPESA	32.463.745,64	36.639.126,03	48.668.014,92	46.660.240,58	50.992.990,50

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Lagos.

FIGURA N.º 284 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	33,3%	36,4%	42,2%	31,5%	36,1%
Despesas correntes / Despesas Totais	66,7%	63,6%	57,8%	68,5%	63,9%
Pessoal / Despesas Correntes	42,7%	42,2%	39,8%	39,1%	37,3%
Pessoal / Despesas Totais	28,5%	26,8%	23,0%	26,8%	23,8%
Pessoal / Receitas Correntes	32,9%	31,2%	30,7%	30,5%	26,6%
Receita Total / Despesa Total	106,6%	128,7%	85,6%	102,3%	103,2%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	129,9%	135,2%	129,6%	128,5%	140,0%
Receitas Correntes / Receitas Totais	81,3%	66,8%	87,5%	86,0%	86,7%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	45,4%	46,2%	47,1%	47,9%	48,2%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	30,3%	29,4%	27,2%	32,8%	30,8%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	77,0%	74,0%	77,1%	77,8%	71,4%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	174,0%	85,2%	393,6%	219,8%	262,9%
Impostos Directos / Receitas Correntes	53,9%	55,3%	59,5%	61,7%	61,5%
Impostos Directos / Receita Total	43,8%	37,0%	52,1%	53,1%	53,3%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	47,3%	39,3%	55,7%	56,8%	57,8%
Investimento / Despesas de Capital	35,1%	65,8%	60,9%	57,3%	49,4%
Investimento / Despesa Total	11,7%	24,0%	25,7%	18,1%	17,8%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	4,3%	6,2%	3,9%	5,0%	3,9%
Passivos Financeiros / Receita Total	3,1%	1,4%	1,6%	3,4%	2,6%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	17,4%	4,3%	12,4%	24,0%	19,4%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	57,5%	117,3%	25,4%	45,5%	38,0%
Receitas de Capital / Receita Total	18,0%	33,2%	12,5%	14,0%	13,3%
Receitas Próprias / Despesa Total	50,1%	50,1%	47,2%	57,5%	59,0%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	15,3%	14,0%	12,2%	12,6%	11,1%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	80,9%	93,2%	80,0%	75,8%	74,9%
Transferências Totais / Receitas Totais	27,0%	40,3%	20,7%	21,4%	19,5%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	19,8%	16,4%	20,2%	17,7%	18,0%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 285 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007 (CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,2%	0,8%	0,9%	0,0%	0,8%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	1,4%	2,3%	7,5%	0,2%	5,7%
Receita Total / População Residente (2007)	1.214,36	1.654,21	1.461,95	1.674,96	1.846,59
Receita Corrente / População Residente (2007)	987,10	1.105,13	1.278,76	1.440,20	1.601,04
Receita Capital / População Residente (2007)	218,04	549,08	183,19	234,76	245,56
Impostos Directos / População Residente (2007)	531,62	611,39	761,47	888,95	983,89
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	27,70	22,61	31,06	38,98	56,00
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	14,91	16,27	21,36	23,03	27,00
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	574,24	650,27	813,89	950,96	1.066,88
Despesa Total / População Residente (2007)	1.139,00	1.285,49	1.707,53	1.637,09	1.789,10
Despesa Corrente / População Residente (2007)	759,70	817,45	986,54	1.121,10	1.143,42
Despesa Capital / População Residente (2007)	379,30	468,04	720,99	515,98	645,68
Passivo / População Residente (2007)	504,19	479,13	478,27	514,04	775,44
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	445,56	415,90	412,34	442,59	465,10
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	618.965,20	-845.278,81	-101.467,97	861.992,29	641.619,26
Activo / População Residente (2007)	4.866,14	5.413,15	6.250,26	6.836,12	7.757,92
Receitas Próprias / Receita Total	47,0%	38,9%	55,1%	56,2%	57,1%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	1.084.059,54	672.477,00	648.230,00	1.603.043,00	1.359.252,00
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	12.699.325,78	11.854.046,97	11.752.579,00	12.614.571,29	13.256.190,55
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	28,6%	7,7%	5,2%	19,0%	15,0%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	2.186.367,48	505.520,56	2.152.923,83	1.204.071,57	2.666.117,46
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	201,7%	75,2%	332,1%	75,1%	196,1%
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	57,7%	5,8%	17,2%	14,3%	29,3%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	865,1%	1029,8%	1149,1%	1049,8%	757,1%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	965,1%	1129,8%	1306,9%	1329,9%	1000,5%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	213,4%	875,2%	386,6%	415,4%	161,0%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	172,4%	741,1%	329,6%	339,8%	98,7%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	89,6%	91,1%	87,9%	78,9%	75,7%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Lagos, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 286 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LAGOS ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	33,3%	36,4%	42,2%	31,5%	36,1%
I - 2	Menor Percentagem	28,5%	26,8%	23,0%	26,8%	23,8%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	106,6%	128,7%	85,6%	102,3%	103,2%
I - 4	Maior Percentagem	50,1%	50,1%	47,2%	57,5%	59,0%
I - 5	Menor Percentagem	0,2%	0,8%	0,9%	0,0%	0,8%
I - 6	Maior Percentagem	47,0%	38,9%	55,1%	56,2%	57,1%
I - 7	Menor Valor	759,70	817,45	986,54	1.121,10	1.143,42
I - 8	Maior Valor	379,30	468,04	720,99	515,98	645,68
I - 9	Menor Dívida	504,19	479,13	478,27	514,04	775,44
I - 10	Menor Dívida	445,56	415,90	412,34	442,59	465,10
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	618.965,20	-845.278,81	-101.467,97	861.992,29	641.619,26
I - 12	Maior Valor	4.866,14	5.413,15	6.250,26	6.836,12	7.757,92
I - 13	Menor Percentagem	28,6%	7,7%	5,2%	19,0%	15,0%
I - 14	Maior Percentagem	201,7%	75,2%	332,1%	75,1%	196,1%
I - 15	Maior Percentagem	57,7%	5,8%	17,2%	14,3%	29,3%
I - 16	Maior Percentagem	865,1%	1029,8%	1149,1%	1049,8%	757,1%
I - 17	Maior Percentagem	965,1%	1129,8%	1306,9%	1329,9%	1000,5%
I - 18	Maior Percentagem	213,4%	875,2%	386,6%	415,4%	161,0%
I - 19	Maior Percentagem	172,4%	741,1%	329,6%	339,8%	98,7%
I - 20	Maior Percentagem	89,6%	91,1%	87,9%	78,9%	75,7%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

8. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Loulé

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Loulé, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 287 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	39.770.269,28	48.036.963,62	53.504.851,16	57.131.617,31	77.679.299,02
02 – Impostos indirectos	1.000.435,08	700.583,07	1.010.577,33	1.699.492,25	1.362.835,71
04 – Taxas, multas e outras penalidades	1.067.834,43	862.083,51	949.451,08	2.096.238,46	2.477.716,32
05 – Rendimentos de propriedade	3.079.400,91	4.086.677,83	4.451.828,68	4.252.240,37	4.770.937,22
06 – Transferências correntes	7.198.759,68	7.533.943,04	7.660.851,76	7.911.254,38	9.706.733,13
07 – Venda de bens e serviços correntes	7.013.504,78	7.274.956,14	7.242.683,53	6.271.075,87	7.135.875,47
08 – Outras receitas correntes	26.620,37	315.894,10	223.659,75	97.711,45	211.900,12
Total receitas correntes	59.156.824,53	68.811.101,31	75.043.903,29	79.459.630,09	103.345.296,99
09 – Venda de bens de investimento	122.820,00	166.304,00	5.111.744,00	7.184,65	0,00
10 – Transferências de capital	8.296.831,45	8.749.449,70	16.479.648,44	13.690.414,63	5.455.825,21
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	6.303.400,00	4.296.967,36	0,00	889.632,64	100.000,00
13 – Outras receitas de capital	11.005,00	0,00	0,00	84.845,52	32.277,98
Total de receitas de capital	14.734.056,45	13.212.721,06	21.591.392,44	14.672.077,44	5.588.103,19
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	68.455,56				
16 – Saldo da gerência anterior	529.337,12	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	597.792,68	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	74.488.673,66	82.023.822,37	96.635.295,73	94.131.707,53	108.933.400,18

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de Loulé, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 288 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	18.697.361,01	20.021.181,38	21.348.075,01	21.595.407,54	22.634.496,32
02 - Aquisição de bens e serviços	21.361.375,69	24.088.363,46	26.416.226,72	27.317.434,92	29.977.705,16
03 - Juros e outros encargos	659.781,75	555.002,23	692.940,24	815.654,86	1.088.747,50
04 - Transferências correntes	2.617.188,83	3.353.161,18	3.765.076,22	4.337.166,86	4.295.890,63
05 - Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 - Outras despesas correntes	492.699,54	767.191,74	1.749.721,95	3.643.781,62	2.427.886,12
Total despesas correntes	43.828.406,82	48.784.899,99	53.972.040,14	57.709.445,80	60.424.725,73
07 - Aquisição de bens de capital	17.817.435,31	23.493.960,27	29.307.673,26	29.319.630,98	30.284.737,56
08 - Transferências de capital	9.124.906,00	4.933.389,73	5.969.556,74	5.075.451,06	5.919.157,07
09 - Activos financeiros	1.807.385,60	373.800,00	872.200,00	79.950,00	0,00
10 - Passivos financeiros	1.506.193,44	1.455.765,05	784.280,93	987.731,26	1.344.582,49
11 - Outras despesas de capital	117.202,51	100.509,88	93.372,46	3.079,41	1.177,55
Total de despesas de capital	30.373.122,86	30.357.424,93	37.027.083,39	35.465.842,71	37.549.654,67
TOTAL DESPESA	74.201.529,68	79.142.324,92	90.999.123,53	93.175.288,51	97.974.380,40

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Loulé.

FIGURA N.º 289 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	40,9%	38,4%	40,7%	38,1%	38,3%
Despesas correntes / Despesas Totais	59,1%	61,6%	59,3%	61,9%	61,7%
Pessoal / Despesas Correntes	42,7%	41,0%	39,6%	37,4%	37,5%
Pessoal / Despesas Totais	25,2%	25,3%	23,5%	23,2%	23,1%
Pessoal / Receitas Correntes	31,6%	29,1%	28,4%	27,2%	21,9%
Receita Total / Despesa Total	100,4%	103,6%	106,2%	101,0%	111,2%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	135,0%	141,0%	139,0%	137,7%	171,0%
Receitas Correntes / Receitas Totais	79,4%	83,9%	77,7%	84,4%	94,9%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	48,7%	49,4%	48,9%	47,3%	49,6%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	28,8%	30,4%	29,0%	29,3%	30,6%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	74,1%	70,9%	71,9%	72,6%	58,5%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	206,1%	229,8%	171,5%	241,7%	672,0%
Impostos Directos / Receitas Correntes	67,2%	69,8%	71,3%	71,9%	75,2%
Impostos Directos / Receita Total	53,4%	58,6%	55,4%	60,7%	71,3%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	56,2%	60,5%	57,4%	64,7%	74,8%
Investimento / Despesas de Capital	58,7%	77,4%	79,2%	56,6%	68,3%
Investimento / Despesa Total	24,0%	29,7%	32,2%	21,5%	26,2%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	5,0%	4,8%	2,1%	2,8%	3,6%
Passivos Financeiros / Receita Total	8,5%	5,2%	0,0%	0,9%	0,1%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	42,8%	32,5%	0,0%	6,1%	1,8%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	48,5%	43,5%	58,3%	41,4%	14,9%
Receitas de Capital / Receita Total	19,8%	16,1%	22,3%	15,6%	5,1%
Receitas Próprias / Despesa Total	55,8%	62,2%	60,4%	64,6%	82,3%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	12,2%	10,9%	10,2%	10,0%	9,4%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	56,3%	66,2%	76,3%	93,3%	97,6%
Transferências Totais / Receitas Totais	20,8%	19,9%	25,0%	22,9%	13,9%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	9,4%	8,9%	7,5%	6,7%	6,6%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 290 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007(CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,2%	0,2%	5,3%	0,0%	0,0%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	0,8%	1,3%	23,7%	0,0%	0,0%
Receita Total / População Residente (2007)	1.149,55	1.265,84	1.491,33	1.452,69	1.681,12
Receita Corrente / População Residente (2007)	912,94	1.061,93	1.158,12	1.226,27	1.594,88
Receita Capital / População Residente (2007)	227,38	203,91	333,21	226,43	86,24
Impostos Directos / População Residente (2007)	613,76	741,33	825,72	881,69	1.198,79
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	15,44	10,81	15,60	26,23	21,03
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	16,48	13,30	14,65	32,35	38,24
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	645,68	765,45	855,97	940,27	1.258,06
Despesa Total / População Residente (2007)	1.145,12	1.221,37	1.404,35	1.437,93	1.512,00
Despesa Corrente / População Residente (2007)	676,39	752,88	832,93	890,61	932,51
Despesa Capital / População Residente (2007)	468,74	468,49	571,42	547,33	579,49
Passivo / População Residente (2007)	1.108,93	1.177,99	1.231,01	1.364,33	1.326,28
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	360,18	404,02	391,92	390,41	371,20
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	4.797.206,56	2.841.202,31	-784.281,08	-98.098,47	-1.244.582,49
Activo / População Residente (2007)	2.478,81	2.779,02	3.568,18	4.036,83	4.742,36
Receitas Próprias / Receita Total	55,6%	60,0%	56,9%	63,9%	74,0%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	5.303.400,00	3.296.967,36	0,00	889.632,64	100.000,00
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	23.338.802,77	26.180.005,08	25.395.724,00	25.297.625,53	24.053.043,04
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	29,8%	14,0%	0,0%	4,4%	0,4%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	1.943.922,83	0,00	0,00	1.884.451,62	0,00
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	36,7%	0,0%	-	211,8%	0,0%
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	10,9%	0,0%	0,0%	9,4%	0,0%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	123,5%	135,9%	249,7%	152,2%	203,9%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	223,5%	235,9%	289,9%	295,9%	357,6%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	16,1%	23,0%	34,1%	31,6%	59,4%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	11,8%	19,3%	30,0%	27,0%	45,9%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	55,3%	57,6%	86,1%	51,4%	57,0%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Loulé, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 291 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE LOULÉ ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	40,9%	38,4%	40,7%	38,1%	38,3%
I - 2	Menor Percentagem	25,2%	25,3%	23,5%	23,2%	23,1%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	100,4%	103,6%	106,2%	101,0%	111,2%
I - 4	Maior Percentagem	55,8%	62,2%	60,4%	64,6%	82,3%
I - 5	Menor Percentagem	0,2%	0,2%	5,3%	0,0%	0,0%
I - 6	Maior Percentagem	55,6%	60,0%	56,9%	63,9%	74,0%
I - 7	Menor Valor	676,39	752,88	832,93	890,61	932,51
I - 8	Maior Valor	468,74	468,49	571,42	547,33	579,49
I - 9	Menor Dívida	1.108,93	1.177,99	1.231,01	1.364,33	1.326,28
I - 10	Menor Dívida	360,18	404,02	391,92	390,41	371,20
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	4.797.206,56	2.841.202,31	-784.281,08	-98.098,47	-1.244.582,49
I - 12	Maior Valor	2.478,81	2.779,02	3.568,18	4.036,83	4.742,36
I - 13	Menor Percentagem	29,8%	14,0%	0,0%	4,4%	0,4%
I - 14	Maior Percentagem	36,7%	0,0%	-	211,8%	0,0%
I - 15	Maior Percentagem	10,9%	0,0%	0,0%	9,4%	0,0%
I - 16	Maior Percentagem	123,5%	135,9%	249,7%	152,2%	203,9%
I - 17	Maior Percentagem	223,5%	235,9%	289,9%	295,9%	357,6%
I - 18	Maior Percentagem	16,1%	23,0%	34,1%	31,6%	59,4%
I - 19	Maior Percentagem	11,8%	19,3%	30,0%	27,0%	45,9%
I - 20	Maior Percentagem	55,3%	57,6%	86,1%	51,4%	57,0%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

9. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Monchique

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Monchique, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 292 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	769.526,14	801.630,05	889.805,96	830.257,29	1.059.342,11
02 – Impostos indirectos	6.598,49	6.036,44	4.000,96	2.052,93	2.398,92
04 – Taxas, multas e outras penalidades	36.305,77	36.847,90	35.623,80	38.600,67	62.284,51
05 – Rendimentos de propriedade	30.666,35	160.612,33	284.110,89	277.407,05	211.196,05
06 – Transferências correntes	3.553.667,10	3.789.303,88	3.838.098,40	3.854.287,16	4.001.119,72
07 – Venda de bens e serviços correntes	463.393,26	451.909,01	369.252,49	318.895,19	352.528,58
08 – Outras receitas correntes	27.078,14	3.075,35	1.943,67	292.117,72	3.043,90
Total receitas correntes	4.887.235,25	5.249.414,96	5.422.836,17	5.613.618,01	5.691.913,79
09 – Venda de bens de investimento	0,00	44.042,06	637.801,70	631.095,29	0,00
10 – Transferências de capital	6.689.587,52	10.115.468,16	3.224.004,62	4.422.833,77	4.279.948,50
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	1.618.465,79	15.686,71	2.947.469,92	1.603.238,20	0,00
13 – Outras receitas de capital	0,00	0,00	2.552,40	6.436,10	3.307,57
Total de receitas de capital	8.308.053,31	10.175.196,93	6.811.828,64	6.663.603,36	4.283.256,07
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00				
16 – Saldo da gerência anterior	-460.884,88	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	-460.884,88	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	12.734.403,68	15.424.611,89	12.234.664,81	12.277.221,37	9.975.169,86

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de Monchique, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 293 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	2.377.614,74	2.499.416,41	2.800.960,79	2.786.768,26	2.840.581,58
02 - Aquisição de bens e serviços	1.068.921,00	1.205.918,01	1.358.330,72	1.508.605,74	1.409.627,96
03 - Juros e outros encargos	233.295,93	215.583,95	131.664,47	134.061,86	131.614,30
04 - Transferências correntes	72.983,67	98.272,08	70.517,61	99.285,42	53.930,31
05 - Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 - Outras despesas correntes	1.376,15	14.969,47	47.746,42	29.349,48	17.337,82
Total despesas correntes	3.754.191,49	4.034.159,92	4.409.220,01	4.558.070,76	4.453.091,97
07 - Aquisição de bens de capital	8.226.536,08	9.115.147,11	5.122.717,15	5.423.005,86	3.725.824,17
08 - Transferências de capital	400.792,17	560.412,27	635.481,18	513.487,85	453.142,66
09 - Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 - Passivos financeiros	531.053,61	894.889,98	1.814.521,31	1.270.176,47	1.058.873,19
11 - Outras despesas de capital	312.921,28	290.501,05	279.376,85	432.340,35	358.482,81
Total de despesas de capital	9.471.303,14	10.860.950,41	7.852.096,49	7.639.010,53	5.596.322,83
TOTAL DESPESA	13.225.494,63	14.895.110,33	12.261.316,50	12.197.081,29	10.049.414,80

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Monchique.

FIGURA N.º 294 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	71,6%	72,9%	64,0%	62,6%	55,7%
Despesas correntes / Despesas Totais	28,4%	27,1%	36,0%	37,4%	44,3%
Pessoal / Despesas Correntes	63,3%	62,0%	63,5%	61,1%	63,8%
Pessoal / Despesas Totais	18,0%	16,8%	22,8%	22,8%	28,3%
Pessoal / Receitas Correntes	48,6%	47,6%	51,7%	49,6%	49,9%
Receita Total / Despesa Total	96,3%	103,6%	99,8%	100,7%	99,3%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	130,2%	130,1%	123,0%	123,2%	127,8%
Receitas Correntes / Receitas Totais	38,4%	34,0%	44,3%	45,7%	57,1%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	28,5%	29,9%	30,8%	33,1%	31,7%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	8,1%	8,1%	11,1%	12,4%	14,0%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	76,8%	76,8%	81,3%	81,2%	78,2%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	114,0%	106,7%	115,3%	114,6%	130,7%
Impostos Directos / Receitas Correntes	15,7%	15,3%	16,4%	14,8%	18,6%
Impostos Directos / Receita Total	6,0%	5,2%	7,3%	6,8%	10,6%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	6,4%	5,5%	7,6%	7,1%	11,3%
Investimento / Despesas de Capital	86,9%	83,9%	65,2%	71,0%	65,8%
Investimento / Despesa Total	62,2%	61,2%	41,8%	44,4%	36,6%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	5,6%	8,2%	23,1%	16,6%	18,9%
Passivos Financeiros / Receita Total	12,7%	0,1%	24,1%	13,1%	0,0%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	19,5%	0,2%	43,3%	24,1%	0,0%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	87,7%	93,7%	86,8%	87,2%	76,5%
Receitas de Capital / Receita Total	65,2%	66,0%	55,7%	54,3%	42,9%
Receitas Próprias / Despesa Total	6,1%	5,6%	7,6%	7,1%	10,9%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	72,7%	72,2%	70,8%	68,7%	70,3%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	80,5%	99,4%	47,3%	66,4%	99,9%
Transferências Totais / Receitas Totais	80,4%	90,1%	57,7%	67,4%	83,0%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	3,6%	2,9%	3,0%	2,6%	3,5%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 295 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007 (CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,0%	0,3%	5,2%	5,1%	0,0%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	0,0%	0,4%	9,4%	9,5%	0,0%
Receita Total / População Residente (2007)	2.073,67	2.511,74	1.992,29	1.999,22	1.624,36
Receita Corrente / População Residente (2007)	795,84	854,81	883,05	914,12	926,87
Receita Capital / População Residente (2007)	1.352,88	1.656,93	1.109,24	1.085,10	697,49
Impostos Directos / População Residente (2007)	125,31	130,54	144,90	135,20	172,50
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	1,07	0,98	0,65	0,33	0,39
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	5,91	6,00	5,80	6,29	10,14
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	132,30	137,52	151,35	141,82	183,04
Despesa Total / População Residente (2007)	2.153,64	2.425,52	1.996,63	1.986,17	1.636,45
Despesa Corrente / População Residente (2007)	611,33	656,92	718,00	742,24	725,14
Despesa Capital / População Residente (2007)	1.542,31	1.768,60	1.278,63	1.243,94	911,30
Passivo / População Residente (2007)	2.632,25	2.154,47	2.572,66	2.574,72	2.502,03
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	2.100,75	1.957,58	2.142,07	2.196,31	2.023,88
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	1.087.412,18	-879.203,27	1.132.948,61	333.061,73	-1.058.873,19
Activo / População Residente (2007)	1.140,24	2.158,25	12.327,01	13.726,69	14.251,30
Receitas Próprias / Receita Total	6,4%	5,4%	7,6%	7,0%	11,0%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	1.618.465,79	15.686,71	2.947.469,92	1.603.238,20	0,00
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	12.900.721,79	12.021.518,52	13.154.467,13	13.487.528,86	12.428.655,67
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	19,7%	0,2%	57,5%	29,6%	0,0%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	3.237.572,91	4.630.853,55	382.555,68	0,00	1.821.929,72
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	200,0%	29520,9%	13,0%	0,0%	-
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	39,4%	50,8%	7,5%	0,0%	49,5%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	-56,7%	0,2%	457,0%	388,5%	399,2%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	43,3%	100,2%	479,2%	533,1%	569,6%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	10,6%	87,1%	63,6%	70,1%	26,2%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	6,2%	48,3%	26,7%	29,1%	18,4%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	-130,9%	0,2%	95,4%	72,9%	70,1%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Monchique, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 296 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	71,6%	72,9%	64,0%	62,6%	55,7%
I - 2	Menor Percentagem	18,0%	16,8%	22,8%	22,8%	28,3%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	96,3%	103,6%	99,8%	100,7%	99,3%
I - 4	Maior Percentagem	6,1%	5,6%	7,6%	7,1%	10,9%
I - 5	Menor Percentagem	0,0%	0,3%	5,2%	5,1%	0,0%
I - 6	Maior Percentagem	6,4%	5,4%	7,6%	7,0%	11,0%
I - 7	Menor Valor	611,33	656,92	718,00	742,24	725,14
I - 8	Maior Valor	1.542,31	1.768,60	1.278,63	1.243,94	911,30
I - 9	Menor Dívida	2.632,25	2.154,47	2.572,66	2.574,72	2.502,03
I - 10	Menor Dívida	2.100,75	1.957,58	2.142,07	2.196,31	2.023,88
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	1.087.412,18	-879.203,27	1.132.948,61	333.061,73	-1.058.873,19
I - 12	Maior Valor	1.140,24	2.158,25	12.327,01	13.726,69	14.251,30
I - 13	Menor Percentagem	19,7%	0,2%	57,5%	29,6%	0,0%
I - 14	Maior Percentagem	200,0%	29520,9%	13,0%	0,0%	-
I - 15	Maior Percentagem	39,4%	50,8%	7,5%	0,0%	49,5%
I - 16	Maior Percentagem	-56,7%	0,2%	457,0%	388,5%	399,2%
I - 17	Maior Percentagem	43,3%	100,2%	479,2%	533,1%	569,6%
I - 18	Maior Percentagem	10,6%	87,1%	63,6%	70,1%	26,2%
I - 19	Maior Percentagem	6,2%	48,3%	26,7%	29,1%	18,4%
I - 20	Maior Percentagem	-130,9%	0,2%	95,4%	72,9%	70,1%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

10. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Olhão

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Olhão, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 297 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	4.800.061,24	6.626.259,35	7.675.558,12	9.199.855,35	9.488.647,98
02 – Impostos indirectos	687.668,65	1.407.869,75	420.935,34	658.342,31	2.455.274,07
04 – Taxas, multas e outras penalidades	595.128,85	498.137,77	951.248,84	798.454,04	877.925,18
05 – Rendimentos de propriedade	98.212,83	72.773,78	106.471,20	71.826,45	77.658,49
06 – Transferências correntes	4.132.049,90	4.478.648,71	4.694.956,24	4.683.777,11	5.376.494,13
07 – Venda de bens e serviços correntes	3.671.213,33	3.840.117,47	3.727.713,31	4.136.274,68	4.783.685,95
08 – Outras receitas correntes	137.357,42	967.069,11	527.379,18	1.058.513,05	1.100.388,75
Total receitas correntes	14.121.692,22	17.890.875,94	18.104.262,23	20.607.042,99	24.160.074,55
09 – Venda de bens de investimento	610.934,85	1.282.737,93	1.740.297,03	518.160,00	1.412.767,91
10 – Transferências de capital	4.493.907,80	3.247.895,29	3.767.698,33	4.572.962,57	11.304.922,16
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	1.409.789,93	1.299.349,42	2.002.248,00	181.145,13	8.006.534,00
13 – Outras receitas de capital	1.083,85	139.534,14	53.219,82	56.039,78	0,00
Total de receitas de capital	6.515.716,43	5.969.516,78	7.563.463,18	5.328.307,48	20.724.224,07
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00				
16 – Saldo da gerência anterior	1.169.133,32	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	1.169.133,32	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	21.806.541,97	23.860.392,72	25.667.725,41	25.935.350,47	44.884.298,62

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de Olhão, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 298 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	6.823.243,08	7.169.708,77	7.546.551,33	7.719.190,37	8.465.611,38
02 - Aquisição de bens e serviços	5.784.551,04	6.883.447,93	7.530.569,61	8.147.027,85	10.789.623,28
03 - Juros e outros encargos	403.601,55	466.184,84	498.960,01	545.489,26	569.176,81
04 - Transferências correntes	508.068,34	613.542,79	862.510,25	741.226,06	1.106.095,82
05 - Subsídios	112.053,28	390.610,28	488.470,00	591.481,00	772.217,00
06 - Outras despesas correntes	115.926,81	95.214,60	329.556,34	523.216,37	403.456,75
Total despesas correntes	13.747.444,10	15.618.709,21	17.256.617,54	18.267.630,91	22.106.181,04
07 - Aquisição de bens de capital	6.278.769,67	6.228.867,32	6.851.627,09	6.120.260,19	21.471.454,54
08 - Transferências de capital	471.697,50	492.525,13	604.063,63	406.366,00	363.406,83
09 - Activos financeiros	254.625,00	0,00	50.001,00	0,00	0,00
10 - Passivos financeiros	726.389,56	1.440.510,23	867.581,75	908.846,75	847.719,65
11 - Outras despesas de capital	175.726,50	0,00	0,00	45.630,00	27.280,08
Total de despesas de capital	7.907.208,23	8.161.902,68	8.373.273,47	7.481.102,94	22.709.861,10
TOTAL DESPESA	21.654.652,33	23.780.611,89	25.629.891,01	25.748.733,85	44.816.042,14

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Olhão.

FIGURA N.º 299 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	36,5%	34,3%	32,7%	29,1%	50,7%
Despesas correntes / Despesas Totais	63,5%	65,7%	67,3%	70,9%	49,3%
Pessoal / Despesas Correntes	49,6%	45,9%	43,7%	42,3%	38,3%
Pessoal / Despesas Totais	31,5%	30,1%	29,4%	30,0%	18,9%
Pessoal / Receitas Correntes	48,3%	40,1%	41,7%	37,5%	35,0%
Receita Total / Despesa Total	100,7%	100,3%	100,1%	100,7%	100,2%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	102,7%	114,5%	104,9%	112,8%	109,3%
Receitas Correntes / Receitas Totais	64,8%	75,0%	70,5%	79,5%	53,8%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	42,1%	44,1%	43,6%	44,6%	48,8%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	26,7%	28,9%	29,4%	31,6%	24,1%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	97,3%	87,3%	95,3%	88,6%	91,5%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	121,4%	136,7%	110,7%	140,4%	109,6%
Impostos Directos / Receitas Correntes	34,0%	37,0%	42,4%	44,6%	39,3%
Impostos Directos / Receita Total	22,0%	27,8%	29,9%	35,5%	21,1%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	27,9%	35,8%	35,2%	41,1%	28,6%
Investimento / Despesas de Capital	16,3%	22,4%	42,1%	54,0%	87,0%
Investimento / Despesa Total	5,9%	7,7%	13,8%	15,7%	44,1%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	9,2%	17,6%	10,4%	12,1%	3,7%
Passivos Financeiros / Receita Total	6,5%	5,4%	7,8%	0,7%	17,8%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	21,6%	21,8%	26,5%	3,4%	38,6%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	82,4%	73,1%	90,3%	71,2%	91,3%
Receitas de Capital / Receita Total	29,9%	25,0%	29,5%	20,5%	46,2%
Receitas Próprias / Despesa Total	27,7%	35,5%	34,9%	40,9%	28,2%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	29,3%	25,0%	25,9%	22,7%	22,3%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	69,0%	54,4%	49,8%	85,8%	54,5%
Transferências Totais / Receitas Totais	39,6%	32,4%	33,0%	35,7%	37,2%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	16,8%	16,1%	14,5%	15,9%	10,7%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 300 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007 (CONT.)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	2,8%	5,4%	6,8%	2,0%	3,1%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	9,4%	21,5%	23,0%	9,7%	6,8%
Receita Total / População Residente (2007)	497,55	544,41	585,65	591,75	1.024,10
Receita Corrente / População Residente (2007)	322,21	408,21	413,08	470,18	551,25
Receita Capital / População Residente (2007)	148,67	136,20	172,57	121,57	472,85
Impostos Directos / População Residente (2007)	109,52	151,19	175,13	209,91	216,50
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	15,69	32,12	9,60	15,02	56,02
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	13,58	11,37	21,70	18,22	20,03
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	138,79	194,68	206,44	243,15	292,55
Despesa Total / População Residente (2007)	494,08	542,59	584,78	587,50	1.022,54
Despesa Corrente / População Residente (2007)	313,67	356,36	393,73	416,80	504,38
Despesa Capital / População Residente (2007)	180,41	186,23	191,05	170,69	518,16
Passivo / População Residente (2007)	415,57	506,74	587,97	585,15	910,24
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	309,21	306,47	332,36	315,78	479,12
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	761.035,36	-120.109,26	1.134.644,36	-726.577,38	7.158.814,35
Activo / População Residente (2007)	3.148,40	3.091,49	3.660,58	3.908,84	4.345,99
Receitas Próprias / Receita Total	27,5%	35,3%	34,9%	40,6%	28,2%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	1.409.789,93	1.299.349,42	2.002.248,00	181.145,13	8.006.534,00
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	13.552.065,54	13.431.956,28	14.566.600,64	13.840.023,26	20.998.837,61
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	109,5%	70,9%	56,8%	4,5%	40,5%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	1.929.583,87	682.440,81	1.159.470,53	1.133.860,16	3.165.552,34
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	136,9%	52,5%	57,9%	625,9%	39,5%
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	149,8%	37,3%	32,9%	28,1%	16,0%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	657,6%	510,1%	518,0%	437,2%	275,7%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	757,6%	610,1%	622,6%	668,0%	477,5%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	36,8%	26,6%	22,2%	23,3%	19,7%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	13,0%	11,8%	7,1%	7,4%	4,6%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	86,8%	83,6%	83,2%	65,5%	57,7%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Olhão, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 291 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE OLHÃO ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	36,5%	34,3%	32,7%	29,1%	50,7%
I - 2	Menor Percentagem	31,5%	30,1%	29,4%	30,0%	18,9%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	100,7%	100,3%	100,1%	100,7%	100,2%
I - 4	Maior Percentagem	27,7%	35,5%	34,9%	40,9%	28,2%
I - 5	Menor Percentagem	2,8%	5,4%	6,8%	2,0%	3,1%
I - 6	Maior Percentagem	27,5%	35,3%	34,9%	40,6%	28,2%
I - 7	Menor Valor	313,67	356,36	393,73	416,80	504,38
I - 8	Maior Valor	180,41	186,23	191,05	170,69	518,16
I - 9	Menor Dívida	415,57	506,74	587,97	585,15	910,24
I - 10	Menor Dívida	309,21	306,47	332,36	315,78	479,12
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	761.035,36	-120.109,26	1.134.644,36	-726.577,38	7.158.814,35
I - 12	Maior Valor	3.148,40	3.091,49	3.660,58	3.908,84	4.345,99
I - 13	Menor Percentagem	109,5%	70,9%	56,8%	4,5%	40,5%
I - 14	Maior Percentagem	136,9%	52,5%	57,9%	625,9%	39,5%
I - 15	Maior Percentagem	149,8%	37,3%	32,9%	28,1%	16,0%
I - 16	Maior Percentagem	657,6%	510,1%	518,0%	437,2%	275,7%
I - 17	Maior Percentagem	757,6%	610,1%	622,6%	668,0%	477,5%
I - 18	Maior Percentagem	36,8%	26,6%	22,2%	23,3%	19,7%
I - 19	Maior Percentagem	13,0%	11,8%	7,1%	7,4%	4,6%
I - 20	Maior Percentagem	86,8%	83,6%	83,2%	65,5%	57,7%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

11. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Portimão

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Portimão, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 292 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	15.322.869,19	20.420.524,97	24.295.967,26	23.625.948,87	31.949.212,31
02 – Impostos indirectos	1.921.816,94	2.002.559,09	2.901.383,64	1.952.949,48	2.980.417,96
04 – Taxas, multas e outras penalidades	547.911,65	663.267,50	624.809,42	702.730,64	683.687,65
05 – Rendimentos de propriedade	1.123.842,36	1.265.574,46	1.389.634,55	1.398.632,03	1.426.229,63
06 – Transferências correntes	4.345.037,04	4.835.007,62	5.117.632,42	4.367.304,05	6.339.424,28
07 – Venda de bens e serviços correntes	689.573,92	962.020,46	1.381.519,83	1.189.789,62	1.732.558,75
08 – Outras receitas correntes	206.009,62	284.537,24	303.868,67	290.150,51	331.422,10
Total receitas correntes	24.157.060,72	30.433.491,34	36.014.815,79	33.527.505,20	45.442.952,68
09 – Venda de bens de investimento	563.416,41	248.731,51	568.827,75	502.984,79	305.792,30
10 – Transferências de capital	7.644.339,94	5.491.122,49	4.828.684,43	7.750.744,43	3.792.652,13
11 – Activos financeiros	93.191,80	94.972,85	106.476,33	91.426,03	83.937,49
12 – Passivos financeiros	1.461.960,10	675.500,00	1.309.106,61	1.616.055,00	2.160.207,90
13 – Outras receitas de capital	125,00	0,00	111,57	0,00	0,00
Total de receitas de capital	9.763.033,25	6.510.326,85	6.813.206,69	9.961.210,25	6.342.589,82
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	7.269,24				
16 – Saldo da gerência anterior	142.250,91	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	149.520,15	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	34.069.614,12	36.943.818,19	42.828.022,48	43.488.715,45	51.785.542,50

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de Portimão, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 293 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	9.521.687,13	9.642.321,29	10.520.369,42	11.398.956,84	11.883.786,54
02 - Aquisição de bens e serviços	8.287.315,77	9.525.552,37	11.492.035,08	10.379.556,43	13.758.208,62
03 - Juros e outros encargos	559.171,62	577.963,57	712.282,90	471.776,08	737.847,22
04 - Transferências correntes	2.609.312,08	2.445.107,50	2.549.121,05	2.736.876,82	3.002.824,95
05 - Subsídios	420.000,00	525.000,00	869.800,00	2.308.080,00	8.257.984,02
06 - Outras despesas correntes	562.811,12	429.271,64	842.833,80	1.193.242,29	1.118.763,54
Total despesas correntes	21.960.297,72	23.145.216,37	26.986.442,25	28.488.488,46	38.759.414,89
07 - Aquisição de bens de capital	9.759.040,79	11.675.820,32	12.593.930,91	12.691.498,45	11.445.815,27
08 - Transferências de capital	624.231,94	348.550,00	653.290,00	649.141,38	803.181,63
09 - Activos financeiros	307.800,00	324.975,00	922.576,00	46.200,00	0,00
10 - Passivos financeiros	1.160.357,57	1.436.956,68	1.691.458,49	1.682.696,88	3.084.607,12
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	4.718,73	4.220,31
Total de despesas de capital	11.851.430,30	13.786.302,00	15.861.255,40	15.074.255,44	15.337.824,33
TOTAL DESPESA	33.811.728,02	36.931.518,37	42.847.697,65	43.562.743,90	54.097.239,22

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Portimão.

FIGURA N.º 294 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	35,1%	37,3%	37,0%	34,6%	28,4%
Despesas correntes / Despesas Totais	64,9%	62,7%	63,0%	65,4%	71,6%
Pessoal / Despesas Correntes	43,4%	41,7%	39,0%	40,0%	30,7%
Pessoal / Despesas Totais	28,2%	26,1%	24,6%	26,2%	22,0%
Pessoal / Receitas Correntes	39,4%	31,7%	29,2%	34,0%	26,2%
Receita Total / Despesa Total	100,8%	100,0%	100,0%	99,8%	95,7%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	110,0%	131,5%	133,5%	117,7%	117,2%
Receitas Correntes / Receitas Totais	70,9%	82,4%	84,1%	77,1%	87,8%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	37,7%	41,2%	42,6%	36,4%	35,5%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	24,5%	25,8%	26,8%	23,8%	25,4%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	90,9%	76,1%	74,9%	85,0%	85,3%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	121,4%	211,8%	232,8%	151,3%	241,8%
Impostos Directos / Receitas Correntes	63,4%	67,1%	67,5%	70,5%	70,3%
Impostos Directos / Receita Total	45,0%	55,3%	56,7%	54,3%	61,7%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	52,2%	62,5%	65,0%	60,4%	68,8%
Investimento / Despesas de Capital	82,3%	84,7%	79,4%	84,2%	74,6%
Investimento / Despesa Total	28,9%	31,6%	29,4%	29,1%	21,2%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	9,8%	10,4%	10,7%	11,2%	20,1%
Passivos Financeiros / Receita Total	4,3%	1,8%	3,1%	3,7%	4,2%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	15,0%	10,4%	19,2%	16,2%	34,1%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	82,4%	47,2%	43,0%	66,1%	41,4%
Receitas de Capital / Receita Total	28,7%	17,6%	15,9%	22,9%	12,2%
Receitas Próprias / Despesa Total	52,4%	62,3%	64,7%	60,0%	65,5%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	18,0%	15,9%	14,2%	13,0%	14,0%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	78,3%	84,3%	70,9%	77,8%	59,8%
Transferências Totais / Receitas Totais	35,2%	28,0%	23,2%	27,9%	19,6%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	2,0%	2,6%	3,2%	2,7%	3,3%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 301 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007 (CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	1,7%	0,7%	1,3%	1,2%	0,6%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	5,8%	3,8%	8,3%	5,0%	4,8%
Receita Total / População Residente (2007)	690,65	748,91	868,19	881,59	1.049,78
Receita Corrente / População Residente (2007)	489,70	616,94	730,08	679,66	921,20
Receita Capital / População Residente (2007)	197,91	131,98	138,11	201,93	128,57
Impostos Directos / População Residente (2007)	310,62	413,96	492,52	478,94	647,66
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	38,96	40,60	58,82	39,59	60,42
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	11,11	13,45	12,67	14,25	13,86
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	360,69	468,00	564,00	532,77	721,94
Despesa Total / População Residente (2007)	685,42	748,66	868,59	883,09	1.096,64
Despesa Corrente / População Residente (2007)	445,17	469,19	547,06	577,51	785,72
Despesa Capital / População Residente (2007)	240,25	279,47	321,53	305,58	310,92
Passivo / População Residente (2007)	548,68	489,55	476,53	729,37	937,50
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	348,98	333,55	325,80	324,45	305,71
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	301.602,53	-761.456,64	-382.352,14	-66.641,62	-924.399,22
Activo / População Residente (2007)	4.786,43	4.826,26	5.859,17	6.266,74	6.864,02
Receitas Próprias / Receita Total	52,0%	62,3%	64,7%	60,1%	68,5%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	799.704,00	0,00	614.151,61	921.100,00	0,00
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	17.215.346,78	16.453.890,14	16.071.538,00	16.004.896,38	15.080.497,16
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	8,2%	0,0%	4,9%	7,3%	0,0%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	4.980.887,07	2.742.747,91	1.643.431,58	1.511.259,98	2.156.185,94
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	622,8%	-	267,6%	164,1%	-
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	51,0%	23,5%	13,0%	11,9%	18,8%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	772,4%	885,9%	1023,8%	596,6%	482,4%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	872,4%	985,9%	1229,6%	859,2%	732,2%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	30,6%	40,1%	62,2%	41,0%	80,8%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	11,1%	15,3%	18,1%	7,0%	3,4%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	88,5%	89,9%	83,3%	69,4%	65,9%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Portimão, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 302 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	35,1%	37,3%	37,0%	34,6%	28,4%
I - 2	Menor Percentagem	28,2%	26,1%	24,6%	26,2%	22,0%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	100,8%	100,0%	100,0%	99,8%	95,7%
I - 4	Maior Percentagem	52,4%	62,3%	64,7%	60,0%	65,5%
I - 5	Menor Percentagem	1,7%	0,7%	1,3%	1,2%	0,6%
I - 6	Maior Percentagem	52,0%	62,3%	64,7%	60,1%	68,5%
I - 7	Menor Valor	445,17	469,19	547,06	577,51	785,72
I - 8	Maior Valor	240,25	279,47	321,53	305,58	310,92
I - 9	Menor Dívida	548,68	489,55	476,53	729,37	937,50
I - 10	Menor Dívida	348,98	333,55	325,80	324,45	305,71
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	301.602,53	-761.456,64	-382.352,14	-66.641,62	-924.399,22
I - 12	Maior Valor	4.786,43	4.826,26	5.859,17	6.266,74	6.864,02
I - 13	Menor Percentagem	8,2%	0,0%	4,9%	7,3%	0,0%
I - 14	Maior Percentagem	622,8%	-	267,6%	164,1%	-
I - 15	Maior Percentagem	51,0%	23,5%	13,0%	11,9%	18,8%
I - 16	Maior Percentagem	772,4%	885,9%	1023,8%	596,6%	482,4%
I - 17	Maior Percentagem	872,4%	985,9%	1229,6%	859,2%	732,2%
I - 18	Maior Percentagem	30,6%	40,1%	62,2%	41,0%	80,8%
I - 19	Maior Percentagem	11,1%	15,3%	18,1%	7,0%	3,4%
I - 20	Maior Percentagem	88,5%	89,9%	83,3%	69,4%	65,9%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

12. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de S. Brás de Alportel

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de S. Brás de Alportel, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 303 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	1.256.814,19	1.683.482,64	2.064.272,65	2.356.689,59	2.555.194,29
02 – Impostos indirectos	84.390,62	149.968,82	308.531,23	334.871,90	229.724,25
04 – Taxas, multas e outras penalidades	234.751,04	290.220,04	280.628,75	286.737,09	334.969,12
05 – Rendimentos de propriedade	295.200,25	297.855,12	319.205,91	338.320,69	381.515,70
06 – Transferências correntes	2.151.179,75	2.300.860,05	2.468.123,43	2.492.928,95	2.718.367,30
07 – Venda de bens e serviços correntes	1.020.866,71	1.070.133,07	1.097.159,63	1.157.950,38	1.256.571,80
08 – Outras receitas correntes	6.469,88	9.767,65	5.412,23	4.667,77	23.810,98
Total receitas correntes	5.049.672,44	5.802.287,39	6.543.333,83	6.972.166,37	7.500.153,44
09 – Venda de bens de investimento	19.404,32	41.645,27	20.949,51	27.685,00	346.610,40
10 – Transferências de capital	2.272.834,42	3.207.169,08	2.971.461,25	2.136.461,80	2.157.236,14
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	282.325,96	251.740,57	65.223,20	92.832,14	0,00
13 – Outras receitas de capital	200,00	980,00	0,00	0,00	0,00
Total de receitas de capital	2.574.764,70	3.501.534,92	3.057.633,96	2.256.978,94	2.503.846,54
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	1.733,43				
16 – Saldo da gerência anterior	915.048,50	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	916.781,93	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	8.541.219,07	9.303.822,31	9.600.967,79	9.229.145,31	10.003.999,98

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de S. Brás de Alportel, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 304 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	2.319.556,79	2.550.949,47	2.725.055,05	2.778.228,58	3.026.380,80
02 - Aquisição de bens e serviços	1.725.569,74	1.943.803,62	2.035.379,24	2.464.783,38	3.045.970,01
03 - Juros e outros encargos	78.900,93	56.300,88	56.064,76	58.331,56	75.691,17
04 - Transferências correntes	394.099,91	407.836,31	434.060,59	464.813,18	469.572,91
05 - Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 - Outras despesas correntes	35.052,45	67.884,76	137.189,00	98.142,16	140.048,51
Total despesas correntes	4.553.179,82	5.026.775,04	5.387.748,64	5.864.298,86	6.757.663,40
07 - Aquisição de bens de capital	2.325.594,05	4.160.149,49	4.043.806,31	2.490.493,63	2.626.030,43
08 - Transferências de capital	15.624,58	61.588,01	74.949,76	95.286,44	78.944,51
09 - Activos financeiros	43.575,00	50.837,00	50.838,00	0,00	0,00
10 - Passivos financeiros	222.714,71	220.805,35	158.994,12	218.763,69	212.539,02
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas de capital	2.607.508,34	4.493.379,85	4.328.588,19	2.804.543,76	2.917.513,96
TOTAL DESPESA	7.160.688,16	9.520.154,89	9.716.336,83	8.668.842,62	9.675.177,36

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de S. Brás de Alportel.

FIGURA N.º 305 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	36,4%	47,2%	44,5%	32,4%	30,2%
Despesas correntes / Despesas Totais	63,6%	52,8%	55,5%	67,6%	69,8%
Pessoal / Despesas Correntes	50,9%	50,7%	50,6%	47,4%	44,8%
Pessoal / Despesas Totais	32,4%	26,8%	28,0%	32,0%	31,3%
Pessoal / Receitas Correntes	45,9%	44,0%	41,6%	39,8%	40,4%
Receita Total / Despesa Total	119,3%	97,7%	98,8%	106,5%	103,4%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	110,9%	115,4%	121,4%	118,9%	111,0%
Receitas Correntes / Receitas Totais	59,1%	62,4%	68,2%	75,5%	75,0%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	37,9%	38,7%	37,8%	42,0%	45,1%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	24,1%	20,4%	20,9%	28,4%	31,5%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	90,2%	86,6%	82,3%	84,1%	90,1%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	101,3%	128,3%	141,6%	124,3%	116,5%
Impostos Directos / Receitas Correntes	24,9%	29,0%	31,5%	33,8%	34,1%
Impostos Directos / Receita Total	14,7%	18,1%	21,5%	25,5%	25,5%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	18,5%	22,8%	27,6%	32,3%	31,2%
Investimento / Despesas de Capital	88,9%	91,3%	92,3%	46,7%	79,7%
Investimento / Despesa Total	32,4%	43,1%	41,1%	15,1%	24,0%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	8,5%	4,9%	3,7%	7,8%	7,3%
Passivos Financeiros / Receita Total	3,3%	2,7%	0,7%	1,0%	0,0%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	11,0%	7,2%	2,1%	4,1%	0,0%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	98,7%	77,9%	70,6%	80,5%	85,8%
Receitas de Capital / Receita Total	30,1%	37,6%	31,8%	24,5%	25,0%
Receitas Próprias / Despesa Total	21,9%	22,0%	27,1%	33,7%	32,0%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	42,6%	39,7%	37,7%	35,8%	36,2%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	88,3%	91,6%	97,2%	94,7%	86,2%
Transferências Totais / Receitas Totais	51,8%	59,2%	56,7%	50,2%	48,7%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	12,0%	11,5%	11,4%	12,5%	12,6%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 298 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007 (CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,2%	0,4%	0,2%	0,3%	3,5%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	0,8%	1,2%	0,7%	1,2%	13,8%
Receita Total / População Residente (2007)	698,27	760,61	784,91	754,51	817,85
Receita Corrente / População Residente (2007)	412,82	474,35	534,94	569,99	613,16
Receita Capital / População Residente (2007)	210,49	286,26	249,97	184,51	204,70
Impostos Directos / População Residente (2007)	102,75	137,63	168,76	192,67	208,89
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	6,90	12,26	25,22	27,38	18,78
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	19,19	23,73	22,94	23,44	27,38
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	128,84	173,62	216,93	243,48	255,06
Despesa Total / População Residente (2007)	585,41	778,30	794,34	708,70	790,97
Despesa Corrente / População Residente (2007)	372,24	410,95	440,46	479,42	552,46
Despesa Capital / População Residente (2007)	213,17	367,35	353,87	229,28	238,51
Passivo / População Residente (2007)	301,79	437,87	536,87	557,48	632,65
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	210,33	212,86	205,20	194,90	177,53
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	59.611,24	30.935,23	-93.770,92	-125.931,55	-212.539,02
Activo / População Residente (2007)	3.627,76	3.972,54	5.353,15	5.579,56	5.720,66
Receitas Próprias / Receita Total	18,4%	22,6%	27,4%	31,6%	30,9%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	282.325,96	251.740,57	65.223,20	92.832,14	0,00
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	2.572.810,65	2.603.745,88	2.509.974,96	2.384.043,41	2.171.504,39
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	12,2%	6,1%	1,6%	7,1%	0,0%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	953.427,25	1.501.961,53	1.602.399,32	3.103.282,38	910.120,18
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Receita do ano)	337,7%	596,6%	2456,8%	3342,9%	-
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	41,1%	36,6%	40,1%	237,1%	39,1%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	1102,1%	807,2%	747,6%	611,5%	543,8%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	1202,1%	907,2%	997,1%	1000,9%	904,2%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	155,3%	60,7%	44,0%	52,7%	53,6%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	141,1%	54,9%	35,9%	45,6%	41,7%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	91,7%	89,0%	75,0%	61,1%	60,1%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de S. Brás de Alportel, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 299 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE S. BRÁS DE ALPORTEL ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	36,4%	47,2%	44,5%	32,4%	30,2%
I - 2	Menor Percentagem	32,4%	26,8%	28,0%	32,0%	31,3%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	119,3%	97,7%	98,8%	106,5%	103,4%
I - 4	Maior Percentagem	21,9%	22,0%	27,1%	33,7%	32,0%
I - 5	Menor Percentagem	0,2%	0,4%	0,2%	0,3%	3,5%
I - 6	Maior Percentagem	18,4%	22,6%	27,4%	31,6%	30,9%
I - 7	Menor Valor	372,24	410,95	440,46	479,42	552,46
I - 8	Maior Valor	213,17	367,35	353,87	229,28	238,51
I - 9	Menor Dívida	301,79	437,87	536,87	557,48	632,65
I - 10	Menor Dívida	210,33	212,86	205,20	194,90	177,53
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	59.611,24	30.935,23	-93.770,92	-125.931,55	-212.539,02
I - 12	Maior Valor	3.627,76	3.972,54	5.353,15	5.579,56	5.720,66
I - 13	Menor Percentagem	12,2%	6,1%	1,6%	7,1%	0,0%
I - 14	Maior Percentagem	337,7%	596,6%	2456,8%	3342,9%	-
I - 15	Maior Percentagem	41,1%	36,6%	40,1%	237,1%	39,1%
I - 16	Maior Percentagem	1102,1%	807,2%	747,6%	611,5%	543,8%
I - 17	Maior Percentagem	1202,1%	907,2%	997,1%	1000,9%	904,2%
I - 18	Maior Percentagem	155,3%	60,7%	44,0%	52,7%	53,6%
I - 19	Maior Percentagem	141,1%	54,9%	35,9%	45,6%	41,7%
I - 20	Maior Percentagem	91,7%	89,0%	75,0%	61,1%	60,1%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

13. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Silves

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Silves, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 306 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	7.508.702,37	7.633.400,38	10.203.505,26	10.463.298,86	13.557.367,75
02 – Impostos indirectos	1.138.923,33	1.320.142,26	1.454.693,74	1.628.617,31	1.265.825,78
04 – Taxas, multas e outras penalidades	890.189,39	1.073.408,94	832.253,91	875.658,03	858.963,89
05 – Rendimentos de propriedade	44.298,48	56.120,16	30.967,06	1.519.582,96	1.203.873,88
06 – Transferências correntes	5.989.139,50	5.340.655,64	5.513.478,71	5.502.413,25	6.145.793,27
07 – Venda de bens e serviços correntes	4.018.549,00	4.004.242,72	4.383.405,39	3.797.786,86	3.874.378,86
08 – Outras receitas correntes	799.567,30	1.220.684,69	545.428,76	569.359,37	622.626,33
Total receitas correntes	20.389.369,37	20.648.654,79	22.963.732,83	24.356.716,64	27.528.829,76
09 – Venda de bens de investimento	17.310,45	345,10	2.228.066,37	154.500,00	63.000,00
10 – Transferências de capital	5.929.344,28	5.144.554,21	6.874.379,49	9.257.766,57	6.554.352,80
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	1.270.019,25	345.085,07	653.477,00	1.238.302,20	0,00
13 – Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de receitas de capital	7.216.673,98	5.489.984,38	9.755.922,86	10.650.568,77	6.617.352,80
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00				
16 – Saldo da gerência anterior	1.447.200,00	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	1.447.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	29.053.243,35	26.138.639,17	32.719.655,69	35.007.285,41	34.146.182,56

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de Silves, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 307 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	7.683.599,11	7.915.980,10	8.520.506,51	8.845.273,42	9.782.956,30
02 - Aquisição de bens e serviços	6.003.682,83	6.383.986,48	7.275.357,92	7.311.139,42	8.589.183,82
03 - Juros e outros encargos	175.380,09	417.848,73	191.007,99	327.002,00	441.814,06
04 - Transferências correntes	1.341.139,07	1.687.136,95	1.863.562,15	1.787.519,65	1.559.686,74
05 - Subsídios	0,00	0,00	104.193,50	740.717,00	2.366.719,50
06 - Outras despesas correntes	240.357,50	150.492,37	686.243,42	625.445,59	494.288,06
Total despesas correntes	15.444.158,60	16.555.444,63	18.640.871,49	19.637.097,08	23.234.648,48
07 - Aquisição de bens de capital	11.443.494,64	9.748.419,99	13.034.089,42	14.727.463,70	10.428.315,37
08 - Transferências de capital	824.464,07	265.851,04	306.606,60	108.923,82	71.642,83
09 - Activos financeiros	420.285,00	74.820,00	378.103,00	0,00	0,00
10 - Passivos financeiros	142.427,21	147.123,20	372.066,41	377.926,09	476.659,78
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas de capital	12.830.670,92	10.236.214,23	14.090.865,43	15.214.313,61	10.976.617,98
TOTAL DESPESA	28.274.829,52	26.791.658,86	32.731.736,92	34.851.410,69	34.211.266,46

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Silves.

FIGURA N.º 308 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	45,4%	38,2%	43,0%	43,7%	32,1%
Despesas correntes / Despesas Totais	54,6%	61,8%	57,0%	56,3%	67,9%
Pessoal / Despesas Correntes	49,8%	47,8%	45,7%	45,0%	42,1%
Pessoal / Despesas Totais	27,2%	29,5%	26,0%	25,4%	28,6%
Pessoal / Receitas Correntes	37,7%	38,3%	37,1%	36,3%	35,5%
Receita Total / Despesa Total	102,8%	97,6%	100,0%	100,4%	99,8%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	132,0%	124,7%	123,2%	124,0%	118,5%
Receitas Correntes / Receitas Totais	70,2%	79,0%	70,2%	69,6%	80,6%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	38,9%	38,6%	39,0%	37,2%	37,0%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	21,2%	23,8%	22,2%	21,0%	25,1%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	75,7%	80,2%	81,2%	80,6%	84,4%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	177,8%	186,5%	144,4%	142,8%	165,9%
Impostos Directos / Receitas Correntes	36,8%	37,0%	44,4%	43,0%	49,2%
Impostos Directos / Receita Total	25,8%	29,2%	31,2%	29,9%	39,7%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	32,8%	38,4%	38,2%	37,0%	45,9%
Investimento / Despesas de Capital	88,1%	94,1%	90,4%	93,2%	89,2%
Investimento / Despesa Total	40,0%	35,9%	38,9%	40,7%	28,6%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	1,1%	1,4%	2,6%	2,5%	4,3%
Passivos Financeiros / Receita Total	4,4%	1,3%	2,0%	3,5%	0,0%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	17,6%	6,3%	6,7%	11,6%	0,0%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	56,2%	53,6%	69,2%	70,0%	60,3%
Receitas de Capital / Receita Total	24,8%	21,0%	29,8%	30,4%	19,4%
Receitas Próprias / Despesa Total	33,5%	37,2%	37,8%	37,0%	45,4%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	29,4%	25,9%	24,0%	22,6%	22,3%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	82,2%	93,7%	70,5%	86,9%	99,0%
Transferências Totais / Receitas Totais	41,0%	40,1%	37,9%	42,2%	37,2%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	13,8%	15,3%	13,4%	10,8%	11,3%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 309 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007(CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,1%	0,0%	6,8%	0,4%	0,2%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	0,2%	0,0%	22,8%	1,5%	1,0%
Receita Total / População Residente (2007)	808,58	727,47	910,62	974,29	950,33
Receita Corrente / População Residente (2007)	567,46	574,68	639,11	677,87	766,16
Receita Capital / População Residente (2007)	200,85	152,79	271,52	296,42	184,17
Impostos Directos / População Residente (2007)	208,98	212,45	283,97	291,21	377,32
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	31,70	36,74	40,49	45,33	35,23
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	24,77	29,87	23,16	24,37	23,91
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	265,45	279,06	347,62	360,90	436,45
Despesa Total / População Residente (2007)	786,92	745,64	910,96	969,95	952,14
Despesa Corrente / População Residente (2007)	429,83	460,76	518,80	546,52	646,65
Despesa Capital / População Residente (2007)	357,09	284,89	392,16	423,43	305,49
Passivo / População Residente (2007)	821,60	1.095,83	1.523,34	1.610,28	1.575,57
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	191,92	197,43	205,26	229,21	215,94
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	1.127.592,04	197.961,87	281.410,59	860.376,11	-476.659,78
Activo / População Residente (2007)	1.494,78	1.930,35	2.872,60	3.230,55	3.400,31
Receitas Próprias / Receita Total	32,6%	38,1%	37,8%	36,8%	45,5%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	1.270.019,25	345.085,07	653.477,00	1.238.302,20	0,00
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	6.895.990,80	7.093.952,67	7.375.363,26	8.235.739,37	7.759.079,59
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	11,2%	3,6%	5,1%	8,7%	0,0%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	2.398.847,08	1.074.362,30	2.292.350,10	800.425,33	3.257.672,74
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Rec. Do Ano)	188,9%	311,3%	350,8%	64,6%	-
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	21,2%	11,2%	18,0%	5,6%	33,3%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	81,9%	76,2%	156,9%	64,7%	72,1%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	181,9%	176,2%	188,6%	200,6%	215,8%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	11,2%	7,5%	5,7%	8,8%	10,8%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	7,5%	3,5%	2,5%	2,9%	3,0%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	45,0%	43,2%	83,2%	32,3%	33,4%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Silves, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 310 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE SILVES ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	45,4%	38,2%	43,0%	43,7%	32,1%
I - 2	Menor Percentagem	27,2%	29,5%	26,0%	25,4%	28,6%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	102,8%	97,6%	100,0%	100,4%	99,8%
I - 4	Maior Percentagem	33,5%	37,2%	37,8%	37,0%	45,4%
I - 5	Menor Percentagem	0,1%	0,0%	6,8%	0,4%	0,2%
I - 6	Maior Percentagem	32,6%	38,1%	37,8%	36,8%	45,5%
I - 7	Menor Valor	429,83	460,76	518,80	546,52	646,65
I - 8	Maior Valor	357,09	284,89	392,16	423,43	305,49
I - 9	Menor Dívida	821,60	1.095,83	1.523,34	1.610,28	1.575,57
I - 10	Menor Dívida	191,92	197,43	205,26	229,21	215,94
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	1.127.592,04	197.961,87	281.410,59	860.376,11	-476.659,78
I - 12	Maior Valor	1.494,78	1.930,35	2.872,60	3.230,55	3.400,31
I - 13	Menor Percentagem	11,2%	3,6%	5,1%	8,7%	0,0%
I - 14	Maior Percentagem	188,9%	311,3%	350,8%	64,6%	-
I - 15	Maior Percentagem	21,2%	11,2%	18,0%	5,6%	33,3%
I - 16	Maior Percentagem	81,9%	76,2%	156,9%	64,7%	72,1%
I - 17	Maior Percentagem	181,9%	176,2%	188,6%	200,6%	215,8%
I - 18	Maior Percentagem	11,2%	7,5%	5,7%	8,8%	10,8%
I - 19	Maior Percentagem	7,5%	3,5%	2,5%	2,9%	3,0%
I - 20	Maior Percentagem	45,0%	43,2%	83,2%	32,3%	33,4%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

14. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Tavira

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Tavira, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 311 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	5.600.737,92	6.985.490,61	11.397.286,41	12.352.992,89	15.237.656,14
02 – Impostos indirectos	1.686.355,89	1.220.257,02	1.280.733,99	3.199.135,53	2.357.207,35
04 – Taxas, multas e outras penalidades	837.398,37	1.116.004,78	1.474.573,99	1.366.776,80	2.260.955,92
05 – Rendimentos de propriedade	262.198,57	360.063,27	380.789,73	426.414,34	435.883,24
06 – Transferências correntes	4.413.056,60	5.290.638,25	4.711.653,75	4.915.058,23	5.195.026,50
07 – Venda de bens e serviços correntes	4.566.628,95	5.090.936,40	3.029.712,20	2.235.098,75	2.194.883,09
08 – Outras receitas correntes	91.923,83	117.294,92	357.010,37	319.342,55	546.642,07
Total receitas correntes	17.458.300,13	20.180.685,25	22.631.760,44	24.814.819,09	28.228.254,31
09 – Venda de bens de investimento	624.845,32	626.311,31	271.711,54	217.008,78	331.925,60
10 – Transferências de capital	5.175.954,25	5.528.389,67	5.623.507,62	5.318.053,63	4.743.361,98
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	10.009,00	4.587,00
12 – Passivos financeiros	2.849.023,60	2.159.773,81	46.240,23	0,00	90.776,80
13 – Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de receitas de capital	8.649.823,17	8.314.474,79	5.941.459,39	5.545.071,41	5.170.651,38
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	923,41				
16 – Saldo da gerência anterior	363.303,93	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	364.227,34	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	26.472.350,64	28.495.160,04	28.573.219,83	30.359.890,50	33.398.905,69

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de Távira, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 312 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	7.059.138,68	7.465.503,04	7.244.623,38	7.133.379,83	7.282.644,83
02 - Aquisição de bens e serviços	4.969.103,86	6.658.449,61	8.251.056,82	5.390.114,07	6.398.071,13
03 - Juros e outros encargos	615.130,54	609.782,15	580.672,82	862.997,00	747.548,04
04 - Transferências correntes	850.380,27	1.722.931,78	1.545.926,04	1.687.123,46	1.634.352,43
05 - Subsídios	421.326,93	96.518,29	70.707,12	23.310,00	974.533,47
06 - Outras despesas correntes	181.973,38	122.769,11	298.588,38	742.360,43	869.412,00
Total despesas correntes	14.097.053,66	16.675.953,98	17.991.574,56	15.839.284,79	17.906.561,90
07 - Aquisição de bens de capital	10.562.926,15	10.560.855,21	8.162.631,51	11.556.359,49	11.268.236,52
08 - Transferências de capital	571.761,96	571.559,18	763.516,44	848.929,02	1.327.876,19
09 - Activos financeiros	0,00	25.000,00	139.625,00	325.126,00	1.000,00
10 - Passivos financeiros	916.232,83	816.494,13	1.277.919,51	1.164.974,62	1.189.123,74
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas de capital	12.050.920,94	11.973.908,52	10.343.692,46	13.895.389,13	13.786.236,45
TOTAL DESPESA	26.147.974,60	28.649.862,50	28.335.267,02	29.734.673,92	31.692.798,35

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Tavira.

FIGURA N.º 313 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	46,1%	41,8%	36,5%	46,7%	43,5%
Despesas correntes / Despesas Totais	53,9%	58,2%	63,5%	53,3%	56,5%
Pessoal / Despesas Correntes	50,1%	44,8%	40,3%	45,0%	40,7%
Pessoal / Despesas Totais	27,0%	26,1%	25,6%	24,0%	23,0%
Pessoal / Receitas Correntes	40,4%	37,0%	32,0%	28,7%	25,8%
Receita Total / Despesa Total	101,2%	99,5%	100,8%	102,1%	105,4%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	123,8%	121,0%	125,8%	156,7%	157,6%
Receitas Correntes / Receitas Totais	65,9%	70,8%	79,2%	81,7%	84,5%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	35,2%	39,9%	45,9%	34,0%	35,7%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	19,0%	23,2%	29,1%	18,1%	20,2%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	80,7%	82,6%	79,5%	63,8%	63,4%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	139,3%	144,0%	174,1%	250,6%	266,6%
Impostos Directos / Receitas Correntes	32,1%	34,6%	50,4%	49,8%	54,0%
Impostos Directos / Receita Total	21,2%	24,5%	39,9%	40,7%	45,6%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	30,7%	32,7%	49,5%	55,7%	59,5%
Investimento / Despesas de Capital	87,2%	87,7%	76,2%	75,3%	66,4%
Investimento / Despesa Total	40,2%	36,7%	27,8%	35,2%	28,9%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	7,6%	6,8%	12,4%	8,4%	8,6%
Passivos Financeiros / Receita Total	10,8%	7,6%	0,2%	0,0%	0,3%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	32,9%	26,0%	0,8%	0,0%	1,8%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	71,8%	69,4%	57,4%	39,9%	37,5%
Receitas de Capital / Receita Total	32,7%	29,2%	20,8%	18,3%	15,5%
Receitas Próprias / Despesa Total	30,8%	32,3%	49,7%	56,8%	62,5%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	25,3%	26,2%	20,8%	19,8%	18,4%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	59,8%	66,5%	94,6%	95,9%	91,7%
Transferências Totais / Receitas Totais	36,2%	38,0%	36,2%	33,7%	29,8%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	17,3%	17,9%	10,6%	7,4%	6,6%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 314 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007 (CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	2,4%	2,2%	1,0%	0,7%	1,0%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	7,2%	7,5%	4,6%	3,9%	6,4%
Receita Total / População Residente (2007)	1.041,81	1.121,42	1.124,49	1.194,80	1.314,40
Receita Corrente / População Residente (2007)	687,06	794,20	890,66	976,58	1.110,91
Receita Capital / População Residente (2007)	340,41	327,21	233,82	218,22	203,49
Impostos Directos / População Residente (2007)	220,41	274,91	448,54	486,15	599,67
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	66,37	48,02	50,40	125,90	92,77
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	32,96	43,92	58,03	53,79	88,98
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	319,74	366,85	556,97	665,84	781,42
Despesa Total / População Residente (2007)	1.029,04	1.127,50	1.115,12	1.170,20	1.247,26
Despesa Corrente / População Residente (2007)	554,78	656,28	708,05	623,35	704,71
Despesa Capital / População Residente (2007)	474,26	471,23	407,07	546,85	542,55
Passivo / População Residente (2007)	1.289,23	1.221,58	1.181,22	1.079,90	1.147,61
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	923,85	964,95	916,48	866,84	821,80
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	2.374.488,20	1.044.202,72	-1.231.679,28	-1.261.120,34	-1.144.617,42
Activo / População Residente (2007)	1.045,59	1.438,10	2.845,38	3.306,61	4.055,18
Receitas Próprias / Receita Total	30,4%	32,4%	49,3%	55,6%	59,3%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	2.849.023,60	2.159.773,81	46.240,23	0,00	90.776,80
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	23.475.118,20	24.519.320,92	23.287.641,64	22.026.521,30	20.881.903,88
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	27,1%	20,6%	0,6%	0,0%	1,0%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	2.187.535,76	2.345.492,92	2.179.317,52	2.964.241,78	2.217.519,71
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (Receita do ano)	76,8%	108,6%	4713,0%	-	2442,8%
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	20,8%	22,3%	27,6%	28,3%	24,2%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	-18,9%	17,7%	224,2%	182,5%	221,6%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	81,1%	117,7%	240,9%	306,2%	353,4%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	19,9%	22,1%	73,8%	113,4%	104,8%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	12,7%	10,6%	12,5%	27,8%	39,1%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	-23,3%	15,1%	93,1%	59,6%	62,7%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Tavira, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 315 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE TAVIRA ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	46,1%	41,8%	36,5%	46,7%	43,5%
I - 2	Menor Percentagem	27,0%	26,1%	25,6%	24,0%	23,0%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	101,2%	99,5%	100,8%	102,1%	105,4%
I - 4	Maior Percentagem	30,8%	32,3%	49,7%	56,8%	62,5%
I - 5	Menor Percentagem	2,4%	2,2%	1,0%	0,7%	1,0%
I - 6	Maior Percentagem	30,4%	32,4%	49,3%	55,6%	59,3%
I - 7	Menor Valor	554,78	656,28	708,05	623,35	704,71
I - 8	Maior Valor	474,26	471,23	407,07	546,85	542,55
I - 9	Menor Dívida	1.289,23	1.221,58	1.181,22	1.079,90	1.147,61
I - 10	Menor Dívida	923,85	964,95	916,48	866,84	821,80
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	2.374.488,20	1.044.202,72	-1.231.679,28	-1.261.120,34	-1.144.617,42
I - 12	Maior Valor	1.045,59	1.438,10	2.845,38	3.306,61	4.055,18
I - 13	Menor Percentagem	27,1%	20,6%	0,6%	0,0%	1,0%
I - 14	Maior Percentagem	76,8%	108,6%	4713,0%	-	2442,8%
I - 15	Maior Percentagem	20,8%	22,3%	27,6%	28,3%	24,2%
I - 16	Maior Percentagem	-18,9%	17,7%	224,2%	182,5%	221,6%
I - 17	Maior Percentagem	81,1%	117,7%	240,9%	306,2%	353,4%
I - 18	Maior Percentagem	19,9%	22,1%	73,8%	113,4%	104,8%
I - 19	Maior Percentagem	12,7%	10,6%	12,5%	27,8%	39,1%
I - 20	Maior Percentagem	-23,3%	15,1%	93,1%	59,6%	62,7%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

15. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Vila do Bispo

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Vila do Bispo, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 316 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	2.284.362,85	3.157.278,92	3.198.124,83	3.732.598,30	5.673.307,88
02 – Impostos indirectos	69.284,54	109.818,76	77.440,42	51.998,23	84.451,43
04 – Taxas, multas e outras penalidades	45.156,33	76.809,45	60.964,27	117.887,77	63.796,39
05 – Rendimentos de propriedade	9.443,22	9.845,47	43.639,16	21.457,02	31.207,95
06 – Transferências correntes	2.139.807,40	2.429.870,02	2.440.124,19	2.422.956,52	2.270.323,97
07 – Venda de bens e serviços correntes	1.058.185,11	1.355.162,79	1.348.782,64	1.309.324,76	1.594.470,49
08 – Outras receitas correntes	81.060,76	86.964,67	31.086,33	58.912,98	15.363,20
Total receitas correntes	5.687.300,21	7.225.750,08	7.200.161,84	7.715.135,58	9.732.921,31
09 – Venda de bens de investimento	0,00	734.109,00	34.920,00	0,00	0,00
10 – Transferências de capital	3.372.388,99	2.729.008,95	1.720.713,50	2.984.773,11	2.872.627,09
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	303.157,24	0,00	10.705,92	0,00	2.370,00
13 – Outras receitas de capital	0,00	11.103,69	0,00	0,00	0,00
Total de receitas de capital	3.675.546,23	3.474.221,64	1.766.339,42	2.984.773,11	2.874.997,09
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00				
16 – Saldo da gerência anterior	215.848,48	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	215.848,48	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	9.578.694,92	10.699.971,72	8.966.501,26	10.699.908,69	12.607.918,40

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de Vila do Bispo, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 317 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	2.433.910,17	2.596.213,15	2.885.599,38	3.103.322,83	3.185.438,08
02 - Aquisição de bens e serviços	2.082.632,44	2.041.047,61	2.733.151,57	2.934.856,71	2.987.077,28
03 - Juros e outros encargos	30.286,40	27.022,37	45.367,12	23.763,14	20.554,53
04 - Transferências correntes	366.468,11	386.639,65	667.596,67	635.324,31	598.378,06
05 - Subsídios	38.628,00	37.108,40	0,00	39.731,00	23.877,75
06 - Outras despesas correntes	23.546,78	5.091,58	25.682,49	135.057,29	112.208,23
Total despesas correntes	4.975.471,90	5.093.122,76	6.357.397,23	6.872.055,28	6.927.533,93
07 - Aquisição de bens de capital	3.724.991,41	2.632.378,71	3.845.386,60	4.180.625,83	3.563.706,57
08 - Transferências de capital	89.986,47	303.385,41	468.741,04	207.092,51	234.534,19
09 - Activos financeiros	47.250,00	55.125,00	214,20	55.125,00	0,00
10 - Passivos financeiros	155.761,00	174.031,85	155.586,09	158.346,54	144.886,18
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	72,90	0,00
Total de despesas de capital	4.017.988,88	3.164.920,97	4.469.927,93	4.601.262,78	3.943.126,94
TOTAL DESPESA	8.993.460,78	8.258.043,73	10.827.325,16	11.473.318,06	10.870.660,87

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Vila do Bispo.

FIGURA N.º 318 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	44,7%	38,3%	41,3%	40,1%	36,3%
Despesas correntes / Despesas Totais	55,3%	61,7%	58,7%	59,9%	63,7%
Pessoal / Despesas Correntes	48,9%	51,0%	45,4%	45,2%	46,0%
Pessoal / Despesas Totais	27,1%	31,4%	26,7%	27,0%	29,3%
Pessoal / Receitas Correntes	42,8%	35,9%	40,1%	40,2%	32,7%
Receita Total / Despesa Total	106,5%	129,6%	82,8%	93,3%	116,0%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	114,3%	141,9%	113,3%	112,3%	140,5%
Receitas Correntes / Receitas Totais	59,4%	67,5%	80,3%	72,1%	77,2%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	41,9%	40,1%	43,0%	42,7%	43,1%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	23,2%	24,7%	25,2%	25,6%	27,5%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	87,5%	70,5%	88,3%	89,1%	71,2%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	109,3%	91,1%	253,1%	154,2%	137,2%
Impostos Directos / Receitas Correntes	40,2%	43,7%	44,4%	48,4%	58,3%
Impostos Directos / Receita Total	23,8%	29,5%	35,7%	34,9%	45,0%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	25,0%	31,3%	37,2%	36,5%	46,2%
Investimento / Despesas de Capital	92,7%	83,2%	86,0%	90,9%	90,4%
Investimento / Despesa Total	41,4%	31,9%	35,5%	36,4%	32,8%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	3,9%	5,5%	3,5%	3,4%	3,7%
Passivos Financeiros / Receita Total	3,2%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	8,2%	0,0%	0,6%	0,0%	0,1%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	91,5%	109,8%	39,5%	64,9%	72,9%
Receitas de Capital / Receita Total	38,4%	32,5%	19,7%	27,9%	22,8%
Receitas Próprias / Despesa Total	26,7%	40,4%	30,8%	33,9%	53,5%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	37,6%	33,6%	33,9%	31,4%	23,3%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	91,8%	78,6%	97,4%	100,0%	99,9%
Transferências Totais / Receitas Totais	57,5%	48,2%	46,4%	50,5%	40,8%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	11,0%	12,7%	15,0%	12,2%	12,6%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 319 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007 (CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,0%	6,9%	0,4%	0,0%	0,0%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	0,0%	21,1%	2,0%	0,0%	0,0%
Receita Total / População Residente (2007)	1.758,53	1.964,38	1.646,14	1.964,37	2.314,65
Receita Corrente / População Residente (2007)	1.044,12	1.326,56	1.321,86	1.416,40	1.786,84
Receita Capital / População Residente (2007)	674,78	637,82	324,28	547,97	527,81
Impostos Directos / População Residente (2007)	419,38	579,64	587,14	685,26	1.041,55
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	12,72	20,16	14,22	9,55	15,50
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	8,29	14,10	11,19	21,64	11,71
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	440,39	613,90	612,54	716,45	1.068,76
Despesa Total / População Residente (2007)	1.651,09	1.516,07	1.987,76	2.106,36	1.995,72
Despesa Corrente / População Residente (2007)	913,43	935,03	1.167,14	1.261,62	1.271,81
Despesa Capital / População Residente (2007)	737,65	581,04	820,62	844,73	723,91
Passivo / População Residente (2007)	308,60	397,70	397,85	379,59	888,73
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	233,54	225,23	172,86	143,79	117,19
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	81.320,49	-45.239,15	-285.278,01	-158.346,54	-144.886,18
Activo / População Residente (2007)	8.143,00	8.485,31	11.052,65	11.626,15	13.071,10
Receitas Próprias / Receita Total	25,0%	31,2%	37,1%	36,4%	46,1%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	303.157,24	0,00	10.705,92	0,00	2.370,00
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	1.272.083,46	1.226.844,31	941.566,30	783.219,76	638.333,58
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	8,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,1%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	1.590.528,22	476.944,41	158.704,66	1.591.058,99	1.287.537,09
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (R)	524,7%	-	1482,4%	-	54326,5%
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	42,7%	18,1%	4,1%	38,1%	36,1%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	2538,7%	2033,6%	2078,3%	2088,2%	936,8%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	2638,7%	2133,6%	2778,1%	3062,8%	1470,8%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	281,8%	384,3%	225,5%	153,7%	107,6%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	229,3%	355,4%	121,3%	61,9%	62,6%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	96,2%	95,3%	74,8%	68,2%	63,7%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Vila do Bispo, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 320 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	44,7%	38,3%	41,3%	40,1%	36,3%
I - 2	Menor Percentagem	27,1%	31,4%	26,7%	27,0%	29,3%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	106,5%	129,6%	82,8%	93,3%	116,0%
I - 4	Maior Percentagem	26,7%	40,4%	30,8%	33,9%	53,5%
I - 5	Menor Percentagem	0,0%	6,9%	0,4%	0,0%	0,0%
I - 6	Maior Percentagem	25,0%	31,2%	37,1%	36,4%	46,1%
I - 7	Menor Valor	913,43	935,03	1.167,14	1.261,62	1.271,81
I - 8	Maior Valor	737,65	581,04	820,62	844,73	723,91
I - 9	Menor Dívida	308,60	397,70	397,85	379,59	888,73
I - 10	Menor Dívida	233,54	225,23	172,86	143,79	117,19
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	81.320,49	-45.239,15	-285.278,01	-158.346,54	-144.886,18
I - 12	Maior Valor	8.143,00	8.485,31	11.052,65	11.626,15	13.071,10
I - 13	Menor Percentagem	8,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,1%
I - 14	Maior Percentagem	524,7%	-	1482,4%	-	54326,5%
I - 15	Maior Percentagem	42,7%	18,1%	4,1%	38,1%	36,1%
I - 16	Maior Percentagem	2538,7%	2033,6%	2078,3%	2088,2%	936,8%
I - 17	Maior Percentagem	2638,7%	2133,6%	2778,1%	3062,8%	1470,8%
I - 18	Maior Percentagem	281,8%	384,3%	225,5%	153,7%	107,6%
I - 19	Maior Percentagem	229,3%	355,4%	121,3%	61,9%	62,6%
I - 20	Maior Percentagem	96,2%	95,3%	74,8%	68,2%	63,7%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

16. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial do Município de Vila Real de Santo António

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para o Município de Vila Real de Santo António, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 321 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	4.080.717,79	5.373.898,36	6.876.759,52	7.040.752,62	9.338.895,29
02 – Impostos indirectos	1.175.866,64	942.064,05	2.185.511,26	3.242.693,12	1.573.901,03
04 – Taxas, multas e outras penalidades	644.576,04	1.034.747,37	851.504,43	674.175,68	1.083.937,43
05 – Rendimentos de propriedade	138.484,51	140.370,06	174.991,10	151.394,74	307.401,79
06 – Transferências correntes	2.717.264,38	2.775.118,56	2.976.899,42	3.134.641,93	3.146.835,99
07 – Venda de bens e serviços correntes	4.698.995,13	5.312.579,10	5.442.162,15	5.450.571,93	5.804.459,40
08 – Outras receitas correntes	13.514,66	100.034,67	13.340,48	14.388,59	28.184,52
Total receitas correntes	13.469.419,15	15.678.812,17	18.521.168,36	19.708.618,61	21.283.615,45
09 – Venda de bens de investimento	331.361,96	201.017,12	94.707,02	4.117.375,60	1.510.469,70
10 – Transferências de capital	6.147.264,57	7.238.677,44	4.269.758,69	2.944.684,57	5.700.826,00
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 – Passivos financeiros	0,00	926.867,00	525.961,00	603.569,17	0,00
13 – Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Total de receitas de capital	6.478.626,53	8.366.561,56	4.890.426,71	7.665.629,34	7.511.295,70
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	7.455,52				
16 – Saldo da gerência anterior	104.243,00	N/D	N/D	N/D	N/D
17 – Operações extraorçamentais					
Total outras receitas	111.698,52	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	20.059.744,20	24.045.373,73	23.411.595,07	27.374.247,95	28.794.911,15

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o Município de Vila Real de Santo António, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 322 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	5.245.697,22	5.388.495,39	5.470.210,65	6.375.339,15	6.679.857,88
02 - Aquisição de bens e serviços	4.313.075,14	6.698.581,32	6.586.087,79	7.993.473,15	12.344.887,14
03 - Juros e outros encargos	52.716,19	139.523,98	241.426,23	196.166,42	271.561,02
04 - Transferências correntes	1.476.011,33	1.721.697,17	2.067.842,38	2.880.927,20	3.119.992,80
05 - Subsídios	11.625,40	0,00	30.554,57	20.736,00	500,00
06 - Outras despesas correntes	65.942,32	212.220,50	216.665,85	542.066,55	448.781,19
Total despesas correntes	11.165.067,60	14.160.518,36	14.612.787,47	18.008.708,47	22.865.580,03
07 - Aquisição de bens de capital	8.292.214,25	6.685.888,36	11.443.201,07	4.466.585,64	7.708.166,37
08 - Transferências de capital	0,00	0,00	138.529,36	126.769,73	146.981,97
09 - Activos financeiros	0,00	0,00	4.500,00	130.200,00	2.123.739,99
10 - Passivos financeiros	164.185,18	193.016,92	188.778,42	255.954,91	243.121,14
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas de capital	8.456.399,43	6.878.905,28	11.775.008,85	4.979.510,28	10.222.009,47
TOTAL DESPESA	19.621.467,03	21.039.423,64	26.387.796,32	22.988.218,75	33.087.589,50

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o Município de Vila Real de Santo António.

FIGURA N.º 323 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	43,1%	32,7%	44,6%	21,7%	30,9%
Despesas correntes / Despesas Totais	56,9%	67,3%	55,4%	78,3%	69,1%
Pessoal / Despesas Correntes	47,0%	38,1%	37,4%	35,4%	29,2%
Pessoal / Despesas Totais	26,7%	25,6%	20,7%	27,7%	20,2%
Pessoal / Receitas Correntes	38,9%	34,4%	29,5%	32,3%	31,4%
Receita Total / Despesa Total	102,2%	114,3%	88,7%	119,1%	87,0%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	120,6%	110,7%	126,7%	109,4%	93,1%
Receitas Correntes / Receitas Totais	67,1%	65,2%	79,1%	72,0%	73,9%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	38,6%	47,3%	45,1%	44,4%	54,0%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	22,0%	31,8%	25,0%	34,8%	37,3%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	82,9%	90,3%	78,9%	91,4%	107,4%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	130,5%	82,2%	240,8%	65,0%	136,1%
Impostos Directos / Receitas Correntes	30,3%	34,3%	37,1%	35,7%	43,9%
Impostos Directos / Receita Total	20,3%	22,3%	29,4%	25,7%	32,4%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	29,4%	30,6%	42,3%	40,0%	41,7%
Investimento / Despesas de Capital	98,1%	95,1%	96,7%	88,6%	72,3%
Investimento / Despesa Total	42,3%	31,1%	43,1%	19,2%	22,3%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	1,9%	2,8%	1,6%	5,1%	2,4%
Passivos Financeiros / Receita Total	0,0%	3,9%	2,2%	2,2%	0,0%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	0,0%	11,1%	10,8%	7,9%	0,0%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	76,6%	121,6%	41,5%	153,9%	73,5%
Receitas de Capital / Receita Total	32,3%	34,8%	20,9%	28,0%	26,1%
Receitas Próprias / Despesa Total	29,8%	34,4%	37,3%	47,4%	36,0%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	20,2%	17,7%	16,1%	15,9%	14,8%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	94,9%	86,5%	87,3%	38,4%	75,9%
Transferências Totais / Receitas Totais	44,2%	41,6%	31,0%	22,2%	30,7%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	23,4%	22,1%	23,2%	19,9%	20,2%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 324 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007 (CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	1,7%	0,8%	0,4%	15,0%	5,2%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	5,1%	2,4%	1,9%	53,7%	20,1%
Receita Total / População Residente (2007)	1.087,60	1.303,70	1.269,33	1.484,18	1.561,21
Receita Corrente / População Residente (2007)	730,29	850,08	1.004,18	1.068,57	1.153,96
Receita Capital / População Residente (2007)	351,26	453,62	265,15	415,62	407,25
Impostos Directos / População Residente (2007)	221,25	291,36	372,85	381,74	506,34
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	63,75	51,08	118,49	175,81	85,33
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	34,95	56,10	46,17	36,55	58,77
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	319,95	398,54	537,51	594,10	650,44
Despesa Total / População Residente (2007)	1.063,84	1.140,72	1.430,70	1.246,38	1.793,95
Despesa Corrente / População Residente (2007)	605,35	767,76	792,28	976,40	1.239,73
Despesa Capital / População Residente (2007)	458,49	372,96	638,42	269,98	554,22
Passivo / População Residente (2007)	388,86	678,14	425,69	586,24	667,46
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	92,43	132,21	150,50	169,34	156,59
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	-167.295,50	733.850,08	337.182,58	347.614,26	-235.172,72
Activo / População Residente (2007)	942,33	1.624,76	1.863,59	2.362,32	5.075,89
Receitas Próprias / Receita Total	29,1%	30,1%	42,0%	39,8%	41,4%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	0,00	926.867,00	525.961,00	603.569,17	0,00
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	1.704.704,50	2.438.554,58	2.775.737,16	3.123.351,42	2.888.178,70
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	0,0%	14,2%	4,6%	13,7%	0,0%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	4.731.694,50	5.889.057,52	1.791.295,16	1.445.205,25	4.805.330,40
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L (R)	-	635,4%	340,6%	239,4%	-
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	57,1%	90,0%	15,7%	32,8%	65,0%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	142,3%	139,6%	426,1%	289,5%	641,3%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	242,3%	239,6%	437,8%	403,0%	760,5%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	31,8%	50,9%	35,8%	81,8%	36,5%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	24,6%	45,0%	24,5%	72,6%	19,6%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	58,7%	58,3%	97,3%	71,9%	84,3%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta, a síntese do cálculo para o Município de Vila Real de Stº António, dos principais indicadores definidos para apreciar a evolução do desempenho da gestão municipal entre 2003 e 2007 e assim fundamentar a pontuação atribuída aquando da análise efectuada na Parte II.

FIGURA N.º 325 – SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE VILA REAL STº ANTÓNIO ENTRE 2003 E 2007

Nº Ind.	Critério Pontuação Máxima	2003	2004	2005	2006	2007
I - 1	Maior Percentagem	43,1%	32,7%	44,6%	21,7%	30,9%
I - 2	Menor Percentagem	26,7%	25,6%	20,7%	27,7%	20,2%
I - 3	Maior Percentagem (sup. 100%)	102,2%	114,3%	88,7%	119,1%	87,0%
I - 4	Maior Percentagem	29,8%	34,4%	37,3%	47,4%	36,0%
I - 5	Menor Percentagem	1,7%	0,8%	0,4%	15,0%	5,2%
I - 6	Maior Percentagem	29,1%	30,1%	42,0%	39,8%	41,4%
I - 7	Menor Valor	605,35	767,76	792,28	976,40	1.239,73
I - 8	Maior Valor	458,49	372,96	638,42	269,98	554,22
I - 9	Menor Dívida	388,86	678,14	425,69	586,24	667,46
I - 10	Menor Dívida	92,43	132,21	150,50	169,34	156,59
I - 11	Maior Valor de Redução (-)	-167.295,50	733.850,08	337.182,58	347.614,26	-235.172,72
I - 12	Maior Valor	942,33	1.624,76	1.863,59	2.362,32	5.075,89
I - 13	Menor Percentagem	0,0%	14,2%	4,6%	13,7%	0,0%
I - 14	Maior Percentagem	-	635,4%	340,6%	239,4%	-
I - 15	Maior Percentagem	57,1%	90,0%	15,7%	32,8%	65,0%
I - 16	Maior Percentagem	142,3%	139,6%	426,1%	289,5%	641,3%
I - 17	Maior Percentagem	242,3%	239,6%	437,8%	403,0%	760,5%
I - 18	Maior Percentagem	31,8%	50,9%	35,8%	81,8%	36,5%
I - 19	Maior Percentagem	24,6%	45,0%	24,5%	72,6%	19,6%
I - 20	Maior Percentagem	58,7%	58,3%	97,3%	71,9%	84,3%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

17. Elementos Relativos à Evolução da Execução Orçamental e da Situação Patrimonial Global de Todos os Municípios do Algarve - Indicadores Globais

Seguindo a metodologia que foi definida e apresentada, a figura que se segue apresenta a estrutura da receita para todos os Municípios do Algarve, entre os anos de 2003 e 2007.

FIGURA N.º 326 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da receita	2003	2004	2005	2006	2007
01 – Impostos directos	148.535.640,80	177.202.173,18	205.478.276,43	224.049.253,36	288.902.660,05
02 – Impostos indirectos	11.353.736,46	11.803.725,51	15.089.822,81	19.631.541,07	22.169.212,93
04 – Taxas, multas e outras penalidades	8.844.331,88	9.087.809,95	10.654.820,58	10.256.136,80	12.688.711,74
05 – Rendimentos de propriedade	7.736.739,92	8.979.979,16	10.645.611,27	11.436.045,82	14.514.360,61
06 – Transferências correntes	62.293.666,56	66.725.427,68	73.097.079,67	68.073.233,72	76.787.618,81
07 – Venda de bens e serviços correntes	51.874.731,50	58.898.598,30	60.681.903,06	59.944.372,13	60.816.634,33
08 – Outras receitas correntes	2.405.715,57	4.540.230,88	2.759.532,68	3.174.416,95	3.336.432,85
Total receitas correntes	293.044.562,69	337.237.944,66	378.407.046,50	396.564.999,85	479.215.631,32
09 – Venda de bens de investimento	4.024.811,20	3.989.454,74	22.489.372,89	11.047.914,43	6.724.272,96
10 – Transferências de capital	78.184.779,24	95.824.503,91	80.394.351,43	83.040.357,79	75.324.424,00
11 – Activos financeiros	93.191,80	94.972,85	106.574,43	101.727,27	361.039,49
12 – Passivos financeiros	28.397.495,93	23.874.045,29	15.845.844,06	10.332.222,99	17.862.851,22
13 – Outras receitas de capital	140.273,85	173.197,83	383.613,62	149.947,20	568.326,30
Total de receitas de capital	110.840.552,02	123.956.174,62	119.219.756,43	104.672.169,68	100.840.913,97
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	159.438,18	0,00	0,00	0,00	0,00
16 – Saldo da gerência anterior	9.484.823,17	-	-	-	-
17 – Operações extraorçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total outras receitas	9.644.261,35	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA	413.529.376,06	461.194.119,28	497.626.802,93	501.237.169,53	580.056.545,29

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

A figura que se segue apresenta a estrutura da despesa para o conjunto de todos os Municípios do Algarve, relativamente ao mesmo período.

FIGURA N.º 327 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007

Estrutura da despesa	2003	2004	2005	2006	2007
01 - Despesas com pessoal	108.314.439,58	114.730.638,31	123.111.981,17	128.697.618,29	134.042.528,86
02 - Aquisição de bens e serviços	101.943.053,48	115.589.359,44	127.995.426,08	138.241.873,22	160.236.168,84
03 - Juros e outros encargos	4.814.626,17	5.103.694,71	5.305.139,18	6.131.258,73	7.783.086,38
04 - Transferências correntes	19.176.122,26	24.287.661,85	26.004.406,02	28.993.752,68	29.282.621,02
05 - Subsídios	1.047.048,18	1.049.236,97	1.598.234,33	3.796.685,82	12.735.481,99
06 - Outras despesas correntes	4.283.170,91	3.693.263,46	7.151.902,89	11.701.918,29	10.134.068,32
Total despesas correntes	239.578.460,58	264.453.854,74	291.167.089,67	317.563.107,03	354.213.955,41
07 - Aquisição de bens de capital	126.311.498,23	145.320.781,83	176.432.073,93	144.240.939,68	167.071.804,09
08 - Transferências de capital	21.434.502,06	13.272.971,44	14.601.851,10	13.191.524,60	15.511.365,92
09 - Activos financeiros	5.586.070,60	2.045.521,00	3.146.796,20	1.597.086,94	2.465.002,66
10 - Passivos financeiros	8.031.641,58	10.148.875,09	11.316.773,96	12.245.454,89	14.986.628,05
11 - Outras despesas de capital	1.684.428,25	676.778,86	520.663,28	604.111,73	617.521,79
Total de despesas de capital	163.048.140,72	171.464.928,22	206.018.158,47	171.879.117,84	200.652.322,51
TOTAL DESPESA	402.626.601,30	435.918.782,96	497.185.248,14	489.442.224,87	554.866.277,92

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Quadro: Carvalho, Manuel

As duas figuras que se seguem apresentam um conjunto de indicadores, calculados com base na execução orçamental e na situação económica ou patrimonial entre 2003 e 2007, para o conjunto de todos os Municípios do Algarve.

FIGURA N.º 328 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Despesas de capital / Despesas Totais	40,5%	39,3%	41,4%	35,1%	36,2%
Despesas correntes / Despesas Totais	59,5%	60,7%	58,6%	64,9%	63,8%
Pessoal / Despesas Correntes	45,2%	43,4%	42,3%	40,5%	37,8%
Pessoal / Despesas Totais	26,9%	26,3%	24,8%	26,3%	24,2%
Pessoal / Receitas Correntes	37,0%	34,0%	32,5%	32,5%	28,0%
Receita Total / Despesa Total	102,7%	105,8%	100,1%	102,4%	104,5%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	122,3%	127,5%	130,0%	124,9%	135,3%
Receitas Correntes / Receitas Totais	70,9%	73,1%	76,0%	79,1%	82,6%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	42,6%	43,7%	44,0%	43,5%	45,2%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	25,3%	26,5%	25,7%	28,2%	28,9%
Despesas Correntes / Receitas Correntes	81,8%	78,4%	76,9%	80,1%	73,9%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	147,1%	138,3%	172,8%	164,2%	199,0%
Impostos Directos / Receitas Correntes	50,7%	52,5%	54,3%	56,5%	60,3%
Impostos Directos / Receita Total	35,9%	38,4%	41,3%	44,7%	49,8%
Impostos Directos + Impostos Indirectos + Taxas / Receita Total	40,8%	43,0%	46,5%	50,7%	55,8%
Investimento / Despesas de Capital	70,1%	78,7%	76,3%	68,6%	69,8%
Investimento / Despesa Total	28,4%	31,0%	31,6%	24,1%	25,3%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	4,9%	5,9%	5,5%	7,1%	7,5%
Passivos Financeiros / Receita Total	6,9%	5,2%	3,2%	2,1%	3,1%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	25,6%	19,3%	13,3%	9,9%	17,7%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	68,0%	72,3%	57,9%	60,9%	50,3%
Receitas de Capital / Receita Total	26,8%	26,9%	24,0%	20,9%	17,4%
Receitas Próprias / Despesa Total	41,5%	45,1%	46,1%	51,5%	57,9%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	21,3%	19,8%	19,3%	17,2%	16,0%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	70,5%	77,3%	67,4%	79,3%	74,7%
Transferências Totais / Receitas Totais	34,0%	35,2%	30,8%	30,1%	26,2%
Venda de Bens e Serviços / Receita Total	12,5%	12,8%	12,2%	12,0%	10,5%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 329 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007(CONT)

Indicador / Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	1,0%	0,9%	4,5%	2,2%	1,2%
Venda de Bens de Investimento / Receita de Capital	3,6%	3,2%	18,9%	10,6%	6,7%
Receita Total / População Residente (2007)	969,85	1.081,64	1.167,08	1.175,55	1.360,40
Receita Corrente / População Residente (2007)	687,28	790,92	887,48	930,06	1.123,90
Receita Capital / População Residente (2007)	259,95	290,71	279,61	245,49	236,50
Impostos Directos / População Residente (2007)	348,36	415,59	481,91	525,46	677,56
Impostos Indirectos / População Residente (2007)	26,63	27,68	35,39	46,04	51,99
Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	20,74	21,31	24,99	24,05	29,76
Impostos, Taxas, multas e outras penalidades / População Residente (2007)	395,73	464,59	542,29	595,56	759,31
Despesa Total / População Residente (2007)	944,28	1.022,36	1.166,04	1.147,89	1.301,32
Despesa Corrente / População Residente (2007)	561,88	620,22	682,87	744,78	830,74
Despesa Capital / População Residente (2007)	382,40	402,14	483,17	403,11	470,59
Passivo / População Residente (2007)	753,82	848,90	928,40	1.017,59	1.143,34
Endividamento a M/L Prazo / População Residente (2007)	407,31	435,91	449,01	448,90	454,15
Endividamento a M/L Prazo (ano n) - Endividamento a M/L Prazo (ano n-1)	-	12.194.294,63	5.588.028,26	-50.328,83	2.240.010,17
Activo / População Residente (2007)	2.803,78	3.320,79	4.431,91	4.843,96	5.529,95
Receitas Próprias / Receita Total	40,4%	42,6%	46,1%	50,3%	55,4%
Endividamento M/L Prazo (Receita do ano)	26.485.239,83	22.198.545,29	15.150.889,06	8.621.267,99	15.702.643,32
Valor do Endividamento Municipal Acumulado de M/L Prazo	173.671.106,06	185.865.400,69	191.453.428,95	191.403.100,12	193.643.110,29
Endividamento de M/L Prazo (Receita do ano) / Investimento	23,2%	16,4%	9,6%	7,3%	11,2%
Valor das Transferências de Fundos da UE.	34.924.978,52	33.353.016,58	23.261.084,62	26.088.142,57	29.038.001,40
Valor das Transferências de Fundos da UE / Endividamento M/L Prazo	131,9%	150,2%	153,5%	302,6%	184,9%
Valor das Transferências de Fundos da UE / Investimento	30,5%	24,7%	14,8%	22,1%	20,7%
Fundos Próprios / Passivo = Capacidade Económica de Endividamento	271,9%	291,2%	399,5%	290,0%	293,1%
Activo / Passivo = Rácio de Solvência	371,9%	391,2%	477,4%	476,0%	483,7%
Activo Circulante / Passivo Circulante = Rácio de Liquidez Geral	27,1%	40,8%	40,3%	41,9%	57,5%
Disponibilidades / Passivo Circulante = Liquidez Imediata	17,6%	30,1%	26,9%	27,5%	23,5%
Fundos Próprios / Activo Total = Indicador de Autonomia Financeira	73,1%	74,4%	83,7%	60,9%	60,6%

Fonte: Dados DGAL, Cálculos/Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 330 – MATRIZ DE DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE PARA O ANO DE 2003

Município	Indicador																			
	I - 1	I - 2	I - 3	I - 4	I - 5	I - 6	I - 7	I - 8	I - 9	I - 10	I - 11	I - 12	I - 13	I - 14	I - 15	I - 16	I - 17	I - 18	I - 19	I - 20
Critério Pontuação Máxima	> %	< %	> % (sup.100%)	> %	< %	> %	< Valor	> Valor	< Div.	< Div.	> Val. de Red.(-)	> Valor	< %	> %	> %	> %	> %	> %	> %	> %
Albufeira	30,5%	27,306%	107,9%	88,7%	3,2%	82,1%	1.078	466	1.070	508	984.421	5.298	12,8%	146%	11%	310%	501%	83%	32%	63%
Alcoutim	50,0%	27,250%	103,7%	14,3%	3,6%	13,7%	1.265	1.271	2.400	958	-215.011	7.477	0,8%	2267%	33%	203%	311%	56%	28%	66%
Aljezur	46,2%	24,811%	100,1%	37,6%	1,4%	37,6%	1.071	958	1.899	696	531.958	4.409	17,8%	182%	47%	114%	226%	18%	13%	46%
Castro Marim	46,5%	20,063%	110,9%	53,1%	0,7%	48,0%	1.007	928	1.049	688	1.032.510	13.441	12,5%	437%	39%	1487%	1726%	310%	248%	80%
Faro	37,1%	30,108%	100,5%	71,7%	3,1%	71,3%	402	239	951	561	2.770.847	1.796	49,0%	98%	26%	99%	190%	25%	23%	53%
Lagoa	36,8%	24,154%	103,4%	78,9%	1,0%	76,3%	797	462	540	236	60.860	5.102	7,0%	401%	28%	737%	918%	67%	42%	79%
Lagos	35,9%	25,794%	105,3%	77,2%	0,5%	74,2%	966	546	550	436	235.166	6.225	15,1%	176%	25%	970%	1146%	410%	336%	85%
Loulé	39,3%	24,047%	104,5%	83,2%	1,1%	79,5%	817	527	1.242	384	1.102.289	3.521	9,7%	62%	4%	173%	281%	33%	27%	61%
Monchique	65,4%	21,743%	99,9%	24,2%	2,1%	24,3%	691	1.349	2.487	2.084	123.069	8.721	21,4%	7433%	29%	238%	345%	52%	26%	22%
Olhão	36,6%	27,994%	100,4%	64,7%	4,0%	64,4%	397	249	601	349	1.641.561	3.631	56,4%	183%	53%	480%	627%	26%	9%	75%
Portimão	34,5%	25,391%	99,3%	72,6%	1,1%	73,2%	565	292	636	328	-366.649	5.721	4,1%	352%	24%	752%	936%	51%	11%	79%
São Brás de Alportel	38,1%	30,113%	105,1%	49,3%	0,9%	46,7%	451	280	493	200	-68.339	4.851	5,4%	1684%	79%	762%	1002%	73%	64%	75%
Silves	40,5%	27,346%	100,1%	60,4%	1,5%	60,3%	521	353	1.325	208	398.136	2.586	5,7%	229%	18%	90%	193%	9%	4%	47%
Tavira	42,9%	25,118%	101,8%	66,5%	1,4%	65,2%	649	488	1.184	899	-43.745	2.538	9,9%	1835%	25%	125%	220%	67%	21%	41%
Vila do Bispo	40,1%	28,301%	105,6%	54,3%	1,5%	51,3%	1.110	742	474	179	-110.486	10.476	1,7%	18778%	28%	1935%	2417%	231%	166%	80%
Vila Real de Santo António	34,6%	24,199%	102,3%	67,6%	4,6%	66,1%	876	459	549	140	203.236	2.374	6,5%	405%	52%	328%	417%	47%	37%	74%

Nota: Alguns Municípios poderão não registar quaisquer valores em algumas componentes de alguns dos indicadores apresentados, designadamente o endividamento a M/L prazo (receita do ano) ou as transferências da UE. Assim e por forma a não impedir a realização deste exercício, optou-se por hierarquizar os indicadores/Municípios afectados apenas em função da outra componente do indicador e considerando o respectivo objectivo, seguindo-se os restantes de acordo com o critério geral definido.

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Adaptação/ Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 331 – MATRIZ DE DESEMPENHO MÉDIO DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE ENTRE 2003 E 2007

Indicador	I - 1	I - 2	I - 3	I - 4	I - 5	I - 6	I - 7	I - 8	I - 9	I - 10	I - 11	I - 12	I - 13	I - 14	I - 15	I - 16	I - 17	I - 18	I - 19	I - 20
Município																				
Critério Pontuação Máxima	> %	< %	> % (sup.100	> %	< %	> Valor	< Valor	> Valor	< Div.	< Div.	> Val. de Red.(-)	> Valor	< %	> %	< %	> %	> %	> %	> %	> %
Albufeira	30,5%	27,306%	107,9%	58,8%	3,2%	933	1.078	466	1.070	508	82.000	5.298	12,8%	146%	11%	310%	501%	83%	32%	63%
Alcoutim	50,0%	27,250%	103,7%	3,7%	3,6%	96	1.265	1.271	2.400	958	-237.484	7.477	0,8%	2267%	33%	203%	311%	56%	28%	66%
Aljezur	46,2%	24,811%	100,1%	19,3%	1,4%	412	1.071	958	1.899	696	354.560	4.409	17,8%	182%	47%	114%	226%	18%	13%	46%
Castro Marim	46,5%	20,063%	110,9%	31,8%	0,7%	633	1.007	928	1.049	688	1.302.555	13.441	12,5%	437%	39%	1487%	1726%	310%	248%	80%
Faro	37,1%	30,108%	100,5%	47,2%	3,1%	303	402	239	951	561	2.446.424	1.796	49,0%	98%	26%	99%	190%	25%	23%	53%
Lagoa	36,8%	24,154%	103,4%	52,6%	1,0%	671	797	462	540	236	-87.367	5.102	7,0%	401%	28%	737%	918%	67%	42%	79%
Lagos	35,9%	25,794%	105,3%	52,8%	0,5%	811	966	546	550	436	139.216	6.225	15,1%	176%	25%	970%	1146%	410%	336%	85%
Loulé	39,3%	24,047%	104,5%	65,1%	1,1%	893	817	527	1.242	384	178.560	3.521	9,7%	62%	4%	173%	281%	33%	27%	61%
Monchique	65,4%	21,743%	99,9%	7,4%	2,1%	149	691	1.349	2.487	2.084	-118.017	8.721	21,4%	7433%	29%	238%	345%	52%	26%	22%
Olhão	36,6%	27,994%	100,4%	33,4%	4,0%	215	397	249	601	349	1.861.693	3.631	56,4%	183%	53%	480%	627%	26%	9%	75%
Portimão	34,5%	25,391%	99,3%	61,0%	1,1%	529	565	292	636	328	-533.712	5.721	4,1%	352%	24%	752%	936%	51%	11%	79%
São Brás de Alportel	38,1%	30,113%	105,1%	27,3%	0,9%	204	451	280	493	200	-100.327	4.851	5,4%	1684%	79%	762%	1002%	73%	64%	75%
Silves	40,5%	27,346%	100,1%	38,2%	1,5%	338	521	353	1.325	208	215.772	2.586	5,7%	229%	18%	90%	193%	9%	4%	47%
Tavira	42,9%	25,118%	101,8%	46,4%	1,4%	538	649	488	1.184	899	-648.304	2.538	9,9%	1835%	25%	125%	220%	67%	21%	41%
Vila do Bispo	40,1%	28,301%	105,6%	37,0%	1,5%	690	1.110	742	474	179	-158.437	10.476	1,7%	18778%	28%	1935%	2417%	231%	166%	80%
Vila Real de Santo António	34,6%	24,199%	102,3%	37,0%	4,6%	500	876	459	549	140	295.869	2.374	6,5%	405%	52%	328%	417%	47%	37%	74%

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Adaptação/ Quadro: Carvalho, Manuel

FIGURA N.º 332 – MATRIZ DE DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS DO ALGARVE PARA O ANO 2007

Indicador	I - 1	I - 2	I - 3	I - 4	I - 5	I - 6	I - 7	I - 8	I - 9	I - 10	I - 11	I - 12	I - 13	I - 14	I - 15	I - 16	I - 17	I - 18	I - 19	I - 20
Município	I - 1	I - 2	I - 3	I - 4	I - 5	I - 6	I - 7	I - 8	I - 9	I - 10	I - 11	I - 12	I - 13	I - 14	I - 15	I - 16	I - 17	I - 18	I - 19	I - 20
Critério Pontuação Máxima	> %	< %	> % (sup.100)	> %	< %	> Valor	< Valor	> Valor	< Div.	< Div.	> Val. Red.(-)	> Valor	< %	> %	< %	> %	> %	> %	> %	> %
Albufeira	25,2%	25,992%	115,7%	78,0%	0,0%	1.426	1.360	458	1.091	500	220.254	6.965	9,6%	8%	1%	340%	638%	164%	0%	53%
Alcoutim	48,5%	27,364%	99,2%	4,4%	3,7%	117	1.376	1.295	3.204	795	-364.957	10.130	0,0%	-	44%	169%	316%	36%	22%	53%
Aljezur	54,4%	20,098%	99,8%	23,3%	1,1%	669	1.273	1.520	2.782	925	1.396.095	6.769	40,3%	165%	66%	101%	243%	12%	6%	42%
Castro Marim	49,4%	18,823%	121,4%	50,9%	0,1%	1.147	1.140	1.113	1.945	1.052	-179.023	17.029	20,9%	0%	0%	562%	876%	160%	118%	64%
Faro	0,0%	34,273%	96,3%	51,3%	5,3%	314	411	199	1.195	589	-1.026.582	2.385	28,9%	42%	12%	80%	199%	10%	6%	40%
Lagoa	31,0%	22,596%	108,4%	62,7%	0,0%	883	966	434	727	226	-164.481	6.882	6,2%	468%	29%	672%	947%	79%	52%	71%
Lagos	36,1%	23,842%	0,0%	59,0%	0,8%	1.067	1.143	646	775	465	641.619	7.758	15,0%	196%	29%	757%	1000%	161%	99%	76%
Loulé	38,3%	23,102%	111,2%	82,3%	0,0%	1.258	933	579	1.326	371	-1.244.582	4.742	0,4%	0%	0%	204%	358%	59%	46%	57%
Monchique	55,7%	28,266%	99,3%	10,9%	0,0%	183	725	911	2.502	2.024	-1.058.873	14.251	0,0%	-	49%	399%	570%	26%	18%	70%
Olhão	50,7%	18,890%	100,2%	28,2%	3,1%	293	504	518	910	479	7.158.814	4.346	40,5%	40%	16%	276%	477%	20%	5%	58%
Portimão	28,4%	21,967%	95,7%	65,5%	0,6%	722	786	311	938	306	-924.399	6.864	0,0%	-	19%	482%	732%	81%	3%	66%
São Brás de Alportel	30,2%	31,280%	103,4%	32,0%	3,5%	255	552	239	633	178	-212.539	5.721	0,0%	-	39%	544%	904%	54%	42%	60%
Silves	32,1%	28,596%	99,8%	45,4%	0,2%	436	647	305	1.576	216	-476.660	3.400	0,0%	-	33%	72%	216%	11%	3%	33%
Tavira	43,5%	22,979%	105,4%	62,5%	1,0%	781	705	543	1.148	822	-1.144.617	4.055	1,0%	2443%	24%	222%	353%	105%	39%	63%
Vila do Bispo	36,3%	29,303%	116,0%	53,5%	0,0%	1.069	1.272	724	889	117	-144.886	13.071	0,1%	54326%	36%	937%	1471%	108%	63%	64%
Vila Real de Santo António	30,9%	20,188%	87,0%	36,0%	5,2%	650	1.240	554	667	157	-235.173	5.076	0,0%	-	65%	641%	760%	36%	20%	84%

Fonte: Dados DGAL, Compilação/Adaptação/ Quadro: Carvalho, Manuel